



UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS – UFGD

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS

DOCTORADO EM HISTÓRIA

CLAUDINEI ARAÚJO DOS SANTOS

**DE ANDRADINA À NOVA ANDRADINA, DE MOURA ANDRADE À
REI DO GADO: A HISTÓRIA ENTRE DISCURSOS E SIMBOLISMOS.**

DOURADOS – MS

2026



UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS – UFGD
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
DOUTORADO EM HISTÓRIA

CLAUDINEI ARAÚJO DOS SANTOS

DE ANDRADINA À NOVA ANDRADINA, DE MOURA ANDRADE À REI
DO GADO: A HISTÓRIA ENTRE DISCURSOS E SIMBOLISMOS.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (PPGH/FCH/UFGD) como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutor em História.

Área de concentração: História, Região e Identidades.

Orientador: Prof. Dr. Leandro Baller.

DOURADOS – MS

2026

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

S237d Santos, Claudinei Araújo Dos

De Andradina à Nova Andradina, de Moura Andrade à Rei do Gado: a História entre discursos e simbolismos [recurso eletrônico] / Claudinei Araújo Dos Santos. -- 2026.

Arquivo em formato pdf.

Orientador: Leandro Baller.

Tese (Doutorado em História)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2026.

Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:

<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. História. 2. Oralidade. 3. Latifúndio. 4. Colonizador. 5. Memória. I. Baller, Leandro. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS – UFGD
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
DOUTORADO EM HISTÓRIA

CLAUDINEI ARAÚJO DOS SANTOS

DE ANDRADINA À NOVA ANDRADINA, DE MOURA ANDRADE À REI
DO GADO: A HISTÓRIA ENTRE DISCURSOS E SIMBOLISMOS.

TESE PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE DOUTOR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH/UFGD

Aprovada em 13 de março de 2026.

BANCA EXAMINADORA

Leandro Baller
(UFGD)
Presidente e orientador

Sedeval Nardoque
(UFMS)
2º Examinador

Adriana Aparecida Pinto
(UFGD)
3º Examinadora

Paulo Roberto Cimó Queiroz
(UFGD)
4º Examinador

Antonio Marcos Myskiw
(UFFS)
5º Examinador

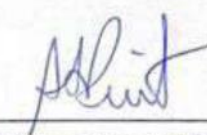


ATA DA DEFESA DE TESE DE DOUTORADO APRESENTADA POR CLAUDINEI ARAÚJO DOS SANTOS, ALUNO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, ÁREA DE CONCENTRAÇÃO "HISTÓRIA, REGIÃO E IDENTIDADES".

Aos treze dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, às treze horas e trinta minutos, em sessão pública, realizou-se na Universidade Federal da Grande Dourados, a Defesa de Tese de Doutorado intitulada **"REI DO GADO: ENTRE NARRATIVAS, APROPRIAÇÕES DISCURSIVAS E CONSTRUÇÕES SIMBÓLICAS"**, apresentada pelo doutorando Claudinei Araújo dos Santos, do Programa de Pós-graduação em História, à Banca Examinadora constituída pelos membros: Prof. Dr. Leandro Baller/UFGRD (presidente/orientador), Prof.ª Dr.ª Adriana Aparecida Pinto/UFGRD (membro titular interno), Prof. Dr. Paulo Roberto Cimo Queiroz/UFGRD (membro titular interno), Prof. Dr. Sedeval Nardoque/UFMS (membro titular externo), Prof. Dr. Antonio Marcos Myskiw/UFGS (membro titular externo). Iniciados os trabalhos, a presidência deu a conhecer ao candidato e aos integrantes da banca as normas a serem observadas na apresentação da Tese. Após o candidato ter apresentado a sua Tese, os componentes da Banca Examinadora fizeram suas arguições. Terminada a Defesa, a Banca Examinadora, em sessão secreta, passou aos trabalhos de julgamento, tendo sido o candidato considerado APROVADO. Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata, que vai assinada pelos membros da Comissão Examinadora.

Dourados/MS, 13 de março de 2026.


Prof. Dr. Leandro Baller
Presidente/orientador


Prof.ª Dr.ª Adriana Aparecida Pinto
Membro Titular Interno

Documento assinado digitalmente
 PAULO ROBERTO CIMO QUEIROZ
Data: 23/03/2026 07:42:14-0300
verifique em <https://validar.iti.gov.br>
Prof. Dr. Paulo Roberto Cimo Queiroz
Membro Titular Interno

Documento assinado digitalmente
 SEDEVAL NARDOQUE
Data: 21/03/2026 10:26:54-0300
verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Sedeval Nardoque
Membro Titular Externo

Documento assinado digitalmente
 ANTONIO MARCOS MYSKIW
Data: 17/03/2026 11:21:58-0300
verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Antonio Marcos Myskiw
Membro Titular Externo

(PARA USO EXCLUSIVO DA PROPG)

Observação: verificar no texto a justificativa para alteração do título da tese que fora resultado das discussões no ato da defesa e proveniente de sugestões da banca examinadora.

DECLARAÇÃO DE USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Nós, os autores do manuscrito acima identificado, declaramos que:

1. Uso de Ferramentas de Inteligência Artificial: Durante o desenvolvimento deste trabalho, as seguintes ferramentas de inteligência artificial foram utilizadas:

Ferramenta: ChatGPT, de OpenAI.

Propósito(s):

- ✓ **Revisão de linguagem:** melhoria da gramática, ortografia, clareza e estilo do texto.
- ✓ **Tradução:** conversão do manuscrito ou partes dele para outro idioma.
- ✓ **Geração de texto:** criação de rascunhos devidamente revisados pelos autores.
- ✓ **Análise de dados:** processamento e interpretação inicial de conjuntos de dados.
- ✓ **Visualização de dados ou imagens:** auxílio no refinamento de figuras, gráficos ou ilustrações.
- ✓ **Sugestões metodológicas:** fornecimento de recomendações ou ideias para aprimorar abordagens de pesquisa.

2. Autoria e Supervisão Humana: A utilização de ferramentas de inteligência artificial foi exclusivamente para os propósitos acima declarados. Toda supervisão, validação e autoria intelectual do manuscrito são de responsabilidade dos autores humanos.

3. Conformidade com Princípios Éticos: O uso das ferramentas de IA seguiu práticas éticas e não incluiu atividades como fabricação de dados, plágio, manipulação de figuras ou qualquer prática que comprometa a integridade científica.

4. Transparência: Declaramos que as informações acima são completas e verdadeiras. Caso seja identificada qualquer inconsistência ou uso inadequado, aceitamos que o manuscrito seja submetido a investigação e, se necessário, rejeitado ou retratado.

Documento assinado digitalmente
 **CLAUDINEI ARAUJO DOS SANTOS**
Data: 06/05/2026 20:21:36-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Assinatura do autor correspondente: _____

Data: 06 de maio de 2026.

Aos meus pais (in memoriam),
À Ivone Defaveri,
Aos meus filhos e à minha filha,
E ao meu neto, Matteo Defaveri.

AGRADECIMENTOS

Uma pessoa que é especial. Foram 28 anos de relacionamento, 4 anos e meio de namoro, com mais 24 anos de casado. Seria necessário escrever um livro sobre nossa história. Chegou ao fim, após termos vivido tantas experiências, tantos sonhos, tantas lutas. É com lágrimas nos olhos que escrevo esse trecho do agradecimento. Seria impossível ser o que me tornei sem seu auxílio, sem sua sabedoria. Maria Ivone Defaveri do Carmo Araújo, quantas dores vivemos juntos, quantas marcas indeléveis em nossos sonhos e vida, nada e nem ninguém poderá apagar. Ao final, foi perguntado, você não me ama mais? O nosso amor é para sempre, inapagável, apenas vamos amar diferente, vamos poder lembrar do quanto fomos felizes, do quanto sofremos, do quanto sorrimos, do quanto choramos, é com lágrimas nos olhos que saio da sua vida, sei tranquilamente que não chegaria a esse momento sem você. Obrigado por tudo. Nunca deixarei de ter o ágape contigo, nossa eterna comunhão de respeito e reciprocidade.

Aos meus filhos, lindos. André Luiz Defaveri Araújo, João Gabriel Defaveri Araújo, Maria Fernanda Defaveri Araújo. Três criaturas inexplicáveis, formidáveis, são piadas prontas e fazem a alegria com tudo. Amo muito. Como é ruim escrever essas linhas dos meus agradecimentos não olhando para vocês de perto, eu os amo muito.

A minha irmã Jocelita, aquela que sempre me comprou livros, me apresentou o prazer pela literatura, pelo conhecimento. Você, minha irmã, que chora e sorri comigo, que o tempo todo se preocupa em saber como estou, e como você mesma diz, “um dia iremos rir desses momentos sofríveis”.

Ao amigo, Prof. Dr. Rogério Ribeiro Antonio, minha gratidão pelas tantas vezes que nos sentamos para conversar e a frase era: “é assim mesmo, tem dia que você acredita, e tem dia que desacredita, continue acreditando”. Obrigado sempre, meu amigo. Tenho imensa gratidão por ti, e sempre com as ajudas que diziam, “Nei, veja se sua escrita está inteligível, é preciso estar inteligível para que a banca considere sua pesquisa”. Olha, e o mais importante, sempre que as dores batem à porta do meu existencialismo, você está perguntando: como você está? Um companheiro fantástico de vida. Meu amigo, muito obrigado.

É essencial falar do Rafael Bartimann Almeida, o amigo, afilhado de casamento, o guri que sempre foi meu parceiro, o cartografista dos mapas dessa pesquisa. Rafael, quantas viagens surpreendentes para as aulas do mestrado, e quanto ao doutorado, além dos mapas, as diversas ideias que me ajudaram a chegarmos nesse momento tão gratificante.

Aos amigos, Kanela Abmael Rocha Júnior e Tamiles Fragnan, com quem tivemos a graça de conviver mais de perto no Nordeste, durante uma viagem que será para sempre a mais magnífica de todas. Quantas histórias de família, quantos risos gostosos. Obrigado por tudo, meus caros amigos.

Aos meus compadres, Rosana e Joilço, sempre do nosso lado. Assim como os amigos, Célio e Daiane, nossos companheiros de diversas horas.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Leandro Baller. Esse cara me ensinou a escrever ainda na graduação. Fez as primeiras correções do meu TCC no curso de licenciatura em História – UFMS – CPNA, até que disse: “agora, consiga um orientador. Converse com ele para dar continuidade”, no entanto, já havia me direcionado como desenvolver a escrita e principalmente a História Oral. Foi com o Prof. Dr. Leandro Baller que peguei gosto pela História das Memórias a partir das entrevistas. Não obstante, anteriormente a conseguir aprovação do PPGH-UFGD, sempre questionava: E o doutorado? Suas orientações auxiliam na escrita da tese, sempre com cobranças essenciais e construtivas. Ainda é preciso lembrar, dos últimos meses do ano de 2025, quando o mundo estava desabando sobre minha cabeça, e você fala, “cara, qualquer coisa, estou aqui”. Minha gratidão.

Agradeço as aulas do prof. Dr. Eudes Fernando Leite, do professor Dr. Fernando Perli, fundamentais para teorizarmos metodologicamente a escrita. No decorrer dos estudos, algumas conversas foram realizadas com o Prof. Dr. Paulo Cimó e Prof. Dr. Sedeval Nardoque, estudiosos que auxiliaram no entendimento sobre colonização, frentes de expansão e frentes pioneiras, e que, entre as empresas colonizadoras, o intuito não é ser bom ou mal, mas, fazer acontecer. É um processo histórico. Agradeço a Prof^a. Dra. Adriana Aparecida, que, com sua simplicidade e leitura atenta foi essencial em decisões imprescindíveis de nossa pesquisa.

Ainda da graduação, é importante salientar dois professores que fizeram parte da minha construção enquanto discente e, posteriormente, docente, Prof. Dr. Marcelino de Andrade Gonçalves, o cara que me orientou no trabalho de conclusão de curso e me conduziu ao mestrado. Minha eterna gratidão. Ao Prof. Dr. Ângelo Emílio da Silva Pessoa, o perene professor que sempre tem uma bibliografia, uma referência a indicar. Agradeço muito a ambos.

A Prof. Dra. Dulceli Tonet Estacheski, que além tornar-se grande amiga, muito contribui no trabalho de transcrição de várias entrevistas realizadas. Meus agradecimento sempre.

Ao Prof. Dr. Danilo Leite Moreira, que foi contribuinte no fornecimento de material de pesquisa e muito que deram projeções finais ao trabalho. Ao Prof. Dr. Eduardo Martins, que apesar da distância do momento, a gratidão deve ser perene.

Ao Josenildo Ceará – PT, que foi fundamental para que eu pudesse estar presente nas aulas das disciplinas do doutorado. Sou imensamente grato.

Aos meus colegas de trabalho, Marcos Santi, Cleverson Gouveia, Everton Araújo, Suelen Stefanini, Glaucia Piovesan, Carlos Iwata, Maira Castanheira, pessoas do meu convívio diário. Graças.

Lembrar do Dr. Ilson Cherubim, pessoa fantástica que, todas as vezes que solicitamos ajuda, fomos prontamente atendidos na procura por elementos que pudessem nos corresponder com o saber sobre a família Moura Andrade.

Ao amigo, Igor Vitorino, sempre incansável na idealização de um mundo melhor.

Por fim, e não menos importante, cabe lembrar que a vida nos conduziu à Roberto Siqueira, professor popularmente conhecido como Bob Siqueira, morador de Andradina-SP e colecionador de fotografias, imagens e idealizações sobre a cidade de Moura Andrade no estado de São Paulo. Esse moço, sem nunca termos nos visto, forneceu materiais riquíssimos para essa tese. Bob, é uma dádiva te conhecer, minha imensa gratidão à uma pessoa das Ciências Sociais que não para de fazer História.

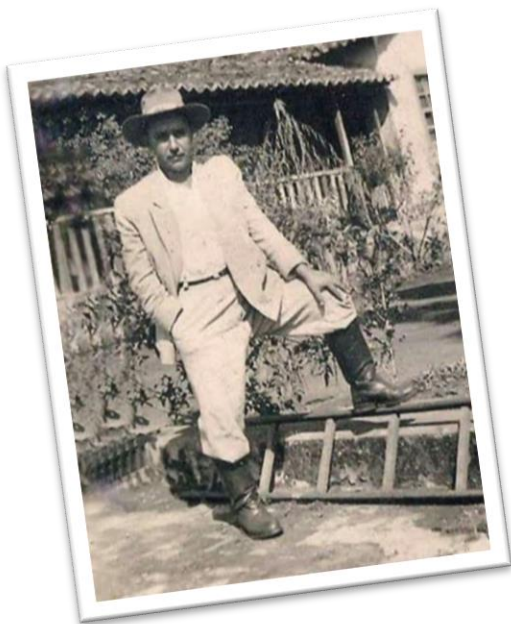
Essa História de que Moura Andrade comprou tudo, isso é mentira. Esses caras tinham poder, eram homens ricos, o governo dava terra. Eles compravam alguma coisa de quem não tinha comprado nada. Eram terras devolutas, pertencentes ao Estado, alguém se apossou. Desde lá de Bataguassu, pertencia aos Barbosa Martins, Moura Andrade pagou alguma coisa aos Barbosa, eles eram políticos, vendia e comprava um tanto, o outro tanto eles abraçavam. Lá do outro lado do Rio, no Paraná, foi do mesmo jeito.

Manoel Alves de Oliveira.

REI DO GADO

Teddy Vieira

Em um bar de Ribeirão Preto
Eu vi com meus olhos, esta passagem
Quando o champanha, corria a rodo
No alto meio da granfinagem
Nisto, chegou um peão
Trazendo na testa o pó da viagem
Pro garçom ele pediu uma pinga
Que era pra rebater a friagem
Levantou o almofadinha
E falou pro dono eu tenho má fé
Quando caboclo que não se enxerga
Num lugar destes, vem pôr os pés
Senhor, que é o proprietário
Deve barrar a entrada de qualquer
E principalmente nesta ocasião
Que está presente o rei do café



Foi uma salva de palma
Gritaram viva pro fazendeiro
Quem tem milhões de pés de café
Por este rico chão brasileiro
Sua safra é uma potência
Em nosso mercado e no estrangeiro
Portanto, vejam que este ambiente
Não é pra qualquer tipo rampeiro
Com um modo bem cortês
Responde o peão pra rapaziada
Esta riqueza não me assusta
Topo em aposta qualquer parada
Cada pé desse café
Eu amarro um boi da minha invernada
E pra encerrar o assunto eu garanto
Que ainda me sobra uma boiada
Foi um silêncio profundo
Peão deixou o povo mais pasmado
Pagando a pinga com mil cruzeiros
Disse ao garçom pra guardar o trocado
Quem quiser meu endereço
Que não se faça de arrogado
É só chegar lá em Andradina
E perguntar pelo rei do gado

RESUMO

Essa pesquisa enfatiza a tese de que Antônio Joaquim de Moura Andrade, na década de 1930, passou a estabelecer relações com o Estado Nacional, na pessoa do presidente Getúlio Dorneles Vargas, e com a política nacional da Marcha para o Oeste. Nesse contexto, Moura Andrade consolidou-se como apropriador de terras com o objetivo de obter renda capitalista. Apontamos que a presença colonizadora na área territorial correspondente a Nova Andradina ocorreu desde meados do século XIX, com o início das ocupações nos bairros São Bento, Laranjal e Papagaio e, por volta da década de 1930, no bairro São Rafael. A partir do quarto e do quinto decênios do século XX, a formação socioespacial de Nova Andradina foi intensificada pela presença de migrantes paraguaios e nordestinos, responsáveis pelos serviços de desmatamento e pela construção de moradias nas fazendas. Esses fatores foram fundamentais para a constituição de uma formação heterogênea nos âmbitos cultural, político e econômico, sobretudo ao evidenciar condições de apropriação capitalista da terra e, simultaneamente, a ocorrência de ocupações por posseiros e práticas de grilagem. Os objetos de investigação dialogam com a História Oral, narrativas, apropriações discursivas e documentação diversa, como certidões notariais, jornais, diários oficiais e diários familiares, os quais sustentam a construção de Moura Andrade enquanto colonizador que extraiu da terra múltiplas possibilidades de rendimento capitalista. Evidencia-se, portanto, a necessidade de esmiuçar sua trajetória, a fim de compreender como suas relações com o trabalho, a política, o envolvimento comercial, as relações socioeconômicas com outros latifundiários, a imprensa, a aviação civil, a agricultura e a pecuária transformaram um jovem de origem simples no “rei do gado”, conforme a canção de Teddy Vieira, e em apropriador da terra como meio de obtenção de renda capitalista.

Palavras-chave: História, Oralidade, Latifúndio, Colonizador, Memória.

RESUMEN

Esta investigación enfatiza la tesis de que, durante la década de 1930, Antônio Joaquim de Moura Andrade pasó a establecer relaciones con el Estado Nacional, en la figura del presidente Getúlio Dorneles Vargas, y con la política nacional de la Marcha hacia el Oeste. En este contexto, Moura Andrade se consolidó como apropiador de tierras con el objetivo de obtener renta capitalista. Señalamos que la presencia colonizadora en el área territorial correspondiente a Nova Andradina se produjo desde mediados del siglo XIX, con el inicio de las ocupaciones en los barrios São Bento, Laranjal y Papagaio y, alrededor de la década de 1930, en el barrio São Rafael. A partir del cuarto y del quinto decenios del siglo XX, la formación socioespacial de Nova Andradina fue intensificada por la presencia de migrantes paraguayos y nordestinos, responsables de los servicios de desmonte y de la construcción de viviendas en las haciendas. Estos factores fueron fundamentales para la constitución de una formación heterogénea en los ámbitos cultural, político y económico, especialmente al evidenciar condiciones de apropiación capitalista de la tierra y, simultáneamente, la ocurrencia de ocupaciones por parte de posseiros y prácticas de grilagem. Los objetos de investigación dialogan con la Historia Oral, las narrativas, las apropiaciones discursivas y documentación diversa, como certificaciones notariales, periódicos, diarios oficiales y diarios familiares, los cuales sustentan la construcción de Moura Andrade como colonizador que extrajo de la tierra múltiples posibilidades de renta capitalista. Se evidencia, por lo tanto, la necesidad de examinar con minuciosidad su trayectoria, con el fin de comprender cómo sus relaciones con el trabajo, la política, el involucramiento comercial, las relaciones socioeconómicas con otros latifundistas, la prensa, la aviación civil, la agricultura y la ganadería transformaron a un joven de origen humilde en el “rey del ganado”, según la canción de Teddy Vieira, y en apropiador de tierras como medio de obtención de renta capitalista.

Palavras-clave: Historia; Oralidad; Latifundio; Colonizador; Memoria.

ABSTRACT

This research emphasizes the thesis that, during the 1930s, Antônio Joaquim de Moura Andrade established relations with the National State, embodied by President Getúlio Dorneles Vargas, and with the national policy known as the March to the West. Within this context, Moura Andrade consolidated himself as a land appropriator aiming to obtain capitalist income. It is noted that the colonizing presence in the territorial area corresponding to Nova Andradina dates back to the mid-19th century, with the beginning of settlements in the neighborhoods of São Bento, Laranjal, and Papagaio and, around the 1930s, in the neighborhood of São Rafael. From the fourth and fifth decades of the 20th century onward, the socio-spatial formation of Nova Andradina was intensified by the presence of Paraguayan and Northeastern Brazilian migrants, who were responsible for deforestation services and the construction of housing on the farms. These factors were fundamental to the constitution of a heterogeneous formation in the cultural, political, and economic spheres, particularly by revealing the conditions of capitalist land appropriation and, simultaneously, the occurrence of occupations by squatters and practices of land grabbing. The objects of investigation engage with Oral History, narratives, discursive appropriations, and diverse documentation, such as notarial certificates, newspapers, official bulletins, and family diaries, which sustain the construction of Moura Andrade as a colonizer who extracted from the land multiple possibilities of capitalist income. Therefore, it becomes evident the need to examine his trajectory in order to understand how his relations with labor, politics, commercial involvement, socioeconomic relations with other large landowners, the press, civil aviation, agriculture, and cattle ranching transformed a young man of humble origin into the “king of cattle,” as stated in the song by Teddy Vieira, and into an appropriator of land as a means of obtaining capitalist income.

Key-words: History; Orality; Latifundium; Colonizer; Memory.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Bairro São Rafael (MT) Povoamento desde os anos de 1910.....	82
Figura 2 - Matéria de Jornal - Moura Andrade e o Município de Andradina-SP.....	127
Figura 3 - Andradina-SP: Anúncio da Moura Andrade & Cia sobre a qualidade das terras.	128
Figura 4 - Folheto da Cidade de Andradina-SP	130
Figura 5 - Andradina e sua Relação com a linha Férrea	131
Figura 6 - Planta da Cidade de Andradina – SP	133
Figura 7 - Águas de São Pedro (SP): projeto de urbanização S/d.....	139
Figura 8 - Anúncio de Vendas das Plantas de Terrenos em Águas de São Pedro.....	140
Figura 9 - Matéria Jornalística sobre Moura Andrade e Águas de São Pedro	143
Figura 10 - Lista da Aeronáutica destacando o título de Comendador conferido à Antônio Joaquim de Moura Andrade	146
Figura 11 - Termo de Venda de um lote de Terras Devolutas, pastias e lavradias situado em local chamado de Caiuás – Perímetro da fazenda Primavera - 1947.....	159
Figura 12 - Termo de Venda de um lote de Terras Devolutas, pastias e lavradias situado em determinado local chamado de Água Boa – Perímetro da fazenda Primavera.....	160
Figura 13 - Requerimento de compra de terras por Moura Andrade, 1943.	162
Figura 14 - Ofício de edital de aquisição de terras ao coletor fiscal, janeiro de 1944	163
Figura 15 - Edital de aquisição de terras por Moura Andrade no Diário Oficial, 1944	165
Figura 16 - Capa do processo de aquisição de terras por Antônio Joaquim de Moura Andrade no município de Caiuás/MT (Entre Rios/Rio Brilhante).....	166
Figura 17 - Requerimento de compra das terras de Água Boa por Moura Andrade, 1944 ...	167
Figura 18 - Ofício de edital à coletoria de Caiuás, sobre o pedido de Moura Andrade	168
Figura 19 - Publicação no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso sobre a aquisição das terras por Moura Andrade	170
Figura 20 - Documento de Medição e Demarcação de Terras (1946)	171
Figura 21 - Correspondência sobre o Lote de Terras “Piuval” (1944).....	173
Figura 22 - Correspondência sobre o Lote de Terras “Piuval” (1944).....	175
Figura 23 - Brazilian Business – novembro 1953 – Vol. XXXIII Nº	179
Figura 24 - Demonstrativo na Revista Brazilian Business – Fazendas Guanabara-SP e Primavera-MT/MS	189
Figura 25 - Fazenda Primavera: Lagoa do Sossego	195
Figura 26 - Coqueiro Lendário da lagoa do Sossego	197

Figura 27 - Escritura de Compra e Venda da Fazenda Baile	200
Figura 28 - Texto de lavratura da escritura de compra e venda da Fazenda Baile.....	201
Figura 29 – Fazenda Baile: arruamento e clareira para Formação da Cidade.....	216
Figura 30 - Jornal o Estado de Mato Grosso e a presença de pecuaristas paulistas na IV Exposição Agropecuária de Mato Grosso	218
Figura 31 - Planta da Cidade Baile - 1956	222
Figura 32 - O PROGRESSO. O Sr. Geremia Lunardelli adquiriu mais 18.616 hectares de terras em Dourados. Dourados, p. 2, 30 set. 1951.....	225
Figura 33 - Mapa do Loteamento em Nova Andradina - 1958	233
Figura 34 - Chácara Adquirida no Ano de 1960 da Empresa Moura Andrade S/A.....	241
Figura 35 - Diário Oficial de Criação de Municípios no Estado de Mato Grosso	256
Figura 36 - Certidão de Registro do imóvel Baile para loteamento (f/l 2/4, ano 1961).....	265
Figura 37 - Certidão de Registro do imóvel Baile para loteamento (f/l 3/4).....	272
Figura 38 - Placa da empresa Moura Andrade S.A., com destaque para as letras (usadas para marcar o gado) “M” e “A” e os termos “Pastoril e Agrícola” e “Loteamentos”	285
Figura 39 - Andradina a Cidade na Selva.....	287
Figura 40 - “Um sonho de imortalidade”: jornal O Progresso (1973)	299
Figura 41 - Povos que improvisam a Margem da Noroeste (1937)	300
Figura 42 - Baixo Tietê–Rio Feio – Planta das terras devolutas	315
Figura 43 - Ferrovia na região de Andradina (SP): traçados original, atual e um proposto por Moura Andrade.....	322
Figura 44 - São Paulo (SP): atestado de óbito de Moura Andrade, 8/2/1962	346
Figura 45 - Matéria jornalística sobre a morte de Moura Andrade	349
Figura 46 - Matéria com a manchete “Chora o Brasil a perda de um grande pioneiro”	351

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1- Antônio Joaquim de Moura Andrade e Geremia Lunardelli.....	24
Fotografia 2- Casa da Família Nantes, construída em 1948 no bairro Laranjal.....	78
Fotografia 3 – Andradina- SP - Toras da Fazenda Guanabara S/d	90
Fotografia 4 - Antônio Joaquim de Moura Andrade em viagens entre fazendas	145
Fotografia 5 - Hangar Moura Andrade – Campo de Marte – São Paulo.....	147
Fotografia 6 - O piloto do avião "Douglas", pertencente ao Sr. Antônio Joaquim de Moura Andrade, Sr. Jean Bernhard - Nascido na Suíça - Foto 1961	190
Fotografia 7 – Antônio Joaquim de Moura Andrade e os agrimensores discutindo o projeto da cidade de Nova Andradina.	221
Fotografia 8 - Chata com rebocador para transporte de gado a serviço da empresa Moura Andrade S/A – S/d.....	228
Fotografia 9 - Chata com Rebocador Transportando Gado a serviço da Empresa Moura Andrade S/A	229
Fotografia 10 - Nova Andradina – Homens que trabalhavam no Desmatamento S/d	252
Fotografia 11- Andradina – SP - Tora de 10,400 m ³ (1943).....	290
Fotografia 12 - Cena de caçada (década de 1940) em Andradina – SP	292
Fotografia 13 - Andradina – SP: Trabalhadores e carroças de tração animal em frente à galpão de madeira, as primeiras atividades de desbravamento e transporte na região de Andradina (década de 1940).....	293
Fotografia 14 - Primeiras habitações de alvenaria no núcleo central.....	295
Fotografia 15 - Vagão isotérmico do frigorífico Moura Andrade S/d	320
Fotografia 16 – Andradina – SP - vista aérea do Frigorífico Mouran.....	325
Fotografia 17 - Andradina- SP - Monumento “Terra do Rei do Gado”	333
Fotografia 18 - Busto de Moura Andrade na praça que leva seu nome, em Andradina (SP).....	338
Fotografia 19 - Nova Andradina-MS: busto de Moura Andrade na Praça Brasil, 2025	339
Fotografia 21 - Nova Andradina-MS: 40ª EXPONAN, outubro de 2025.....	353

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Área das concessões para exploração da erva-mate (1882–1895), na porção sul do antigo estado de Mato Grosso.	65
Mapa 2 - As primeiras ocupações do território de Nova Andradina no século XIX.....	72
Mapa 3 – Bairro São Rafael - Localização.....	83
Mapa 4 - Comparação da delimitação do município de Nova Andradina, segundo as duas redações publicadas da lei 1.189 (20/12/1958).	258
Mapa 5 – Reconfiguração territorial na região de Nova Andradina, MT (1950 e 1960)	261
Mapa 6 - Nova Andradina (MS): localização e delimitação atual.....	269
Mapa 7 – Organização do território de Nova Andradina em loteamentos	282

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Tabela de medidas agrárias e fundiárias (com metragem quadrada)	267

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
CAPÍTULO 1 - A MARCHA PARA OESTE E A EMPRESA COLONIZADORA MOURA ANDRADE S/A NUM CONTEXTO HISTÓRICO DO BRASIL	39
1.1 As fronteiras e sertões como desafios de integração nacional.....	45
1.2 A povoação das terras de Nova Andradina antes da Empresa Moura Andrade S/A.....	67
1.3 A Empresa Moura Andrade S/A e o Governo Vargas.....	84
CAPÍTULO 2 - A TRAJETÓRIA DE MOURA ANDRADE	109
2.1 Apropriação das terras para formar Andradina e Águas de São Pedro	123
2.2 Moura Andrade e suas ações empresariais	142
2.3 Empresas colonizadoras e as frentes pioneiras.....	148
2.4 Empresa Moura Andrade S/A em terras de Mato Grosso	156
CAPÍTULO 3 - UMA ‘NOVA’ ANDRADINA SURTIU NO BAILE	211
3.1 Auro Soares de Moura Andrade no Congresso Nacional e outros laços políticos	217
3.2 A fazenda Baile como espaço fundacional.....	223
3.3 Nova Andradina, afirmação da Apropriação Capitalista da Terra pelo empresário Moura Andrade	250
3.4 A força política por trás da cidade planejada	280
CAPÍTULO 4 - A INVENÇÃO DE UM MITO COLONIZADOR: REPRESENTAÇÕES SOBRE MOURA ANDRADE	285
4.1 Disputas territoriais, influência política e conflitos emancipatórios	301
4.2 O capital como fomento e a terra como renda.....	312
4.3 Mito, memória e imortalidade: Moura Andrade como figura civilizatória	332
4.4 Vida, morte e mito: entre a construção da imagem e a sua transcendência	344
REFERÊNCIAS	361
FONTES – ENTREVISTAS.....	371
ANEXOS	375

INTRODUÇÃO

O nascimento dos mitos, extraordinários seres, parece ser uma idealização da História Social do Brasil. É imperativo lembrarmos a pessoa dos colonizadores enquanto homens que oficialmente fomentaram o progresso, a abertura dos campos, dos espaços sociais e das estradas e que, não por acaso, encontramos, normalmente, praças, ruas, logradouros, cidades, rodovias, viadutos, entre outros espaços públicos e/ou privados que recebem denominações e mantêm o nome dessas pessoas como símbolos de uma perspectiva dos fatos.

Nesse sentido, ressaltamos a observação de seres que, quase sempre, parecem sobrenaturais, criados no teor das proximidades do capital simbólico (Bourdieu, 2012), religioso e econômico, e a alcunha de colonizador corresponde ao ideário do inesquecível. Assim, desde os anos de 1500, quando Pedro Álvares Cabral aportou nas terras brasileiras, acompanhado por dezenas de outros homens, teve seu nome eternizado como descobridor do Brasil, condição esta que se estende aos fundadores de cidades pelo território brasileiro.

Escrever as considerações iniciais de nossa pesquisa não é fácil, pois também, “eu” preciso compreender os questionamentos que mormente faço sobre o tema do meu trabalho. Posto esse impasse, ressaltamos os anos de 1980, procurando sentido à temática dos meus estudos, foi quando nasceu nosso interesse pela História. No dia 24 de fevereiro de 2024, em entrevista realizada de forma remota pelo *Google Meet*, fomos questionados pelo neto mais velho de Antônio Joaquim de Moura Andrade, Nelson de Andrade, naquela data com 85 anos de vida. Ele questionou: qual o motivo de você pesquisar sobre o meu avô?

Nesse momento, lembramos da frase de Leonardo Boff, em seu livro *Igreja, Carisma e Poder*, quando o autor diz: “a Igreja não atua *nolens volens*; ela atua em terras férteis”. O historiador procura terras férteis para pesquisar, onde é possível encontrar a presença do homem no tempo. Assim, preciso cair na primeira pessoa do singular¹ e escrever que, durante os anos de 1984 e 1986, quando eu, filho de Cassimiro Araújo dos Santos, baiano de Brumado-BA, e de Maria Araújo dos Santos, natural de Seabra-BA, sentava ao colo de meu pai, que deveria ter, naqueles tempos, cerca de 51 a 52 anos de vida e, rodeado por outros seis irmãos, ao fogão a lenha, numa casa de quatro cômodos bem pequenos e paupérrimos, aproveitava para prestar atenção em cada caso contado pelo pai.

Meu pai – como bom nordestino – era um proseador, um fantástico contador de histórias, de fatos históricos, certos acontecimentos, relembramos, eram até atos conspiratórios.

¹ No desenvolvimento da introdução, variamos a escrita em primeira pessoa do singular e primeira do plural, considerando que inicialmente estamos alimentando os motivos pelos quais o autor se relaciona com essa pesquisa.

Dizia ele que a morte de Getúlio Vargas teria acontecido pelas mãos de Gregório Fortunato, chefe da guarda de Getúlio Vargas. Não parava por aí, Glória Maria, repórter da TV Globo, teria visto o atentado a Tancredo Neves, e sua morte teria acontecido dias antes do anúncio pela imprensa. Meu pai era um contador de histórias.

Lembramos da infância, principalmente em dias frios, quando todos os filhos e filhas, junto de nossa mãe, ficávamos ouvindo as contações de histórias feitas pelo velho pai. Assim, fui respondendo a Nelson Andrade, pois meu pai também contava que Antônio Joaquim de Moura Andrade foi se tornando rico criador de gado, mas que o velho Moura havia vindo da Bahia, tratava-se de Guilherme Moura, sócio de Antônio Joaquim de Moura Andrade. O pai continuava: essa música do Tião Carreiro aconteceu em Andradina, houve grande contenda com o rei do café, Geremias Lunardelli, esse que também estendeu seu poder na aquisição de terras pelas paragens do então sul de Mato Grosso, aqui pelas bandas de Caarapó.

Narrava que Antônio Joaquim de Moura Andrade (o Moura Andrade) disputou com o italiano Geremias Lunardelli as produções de riquezas no Brasil, ambos grandes latifundiários, de um lado, o rei do gado, do outro, o rei do café. Normalmente, meu pai repetia os fatos, seguindo com cantoria, numa voz bem alta, que nós, filhos, parávamos para ouvi-lo: “Num bar de Ribeirão Preto, eu vi com meus olhos essa passagem”, e, em seguida, também cantava a letra de *Rei do Café*: “O senhor que é o rei do gado deve ouvir minha resposta...”. E, claro, o pai nos impressionava com a musicalidade dos possíveis fatos.

A verdade é que, em um ambiente típico daquela época, em uma casinha simples em que pouco podíamos ouvir rádio, pois consumia muita pilha, televisão então era coisa de rico, nesse contexto a conversa na cozinha apertada, de no máximo oito metros quadrados, com chão batido, um filho sentado nas laterais da chapa do fogão à lenha, a irmã no colo da mãe e meu pai ganhando holofotes, fazia com que todos os filhos e minha mãe ouvíssemos atentos às tantas vezes que ele repetiu a mesma história. Essa situação nos fez gostar do passado e, na escola, já na quinta série (atual 6º Ano), no ano de 1990, o professor de História, Mauro Ribeiro, fez-nos despertar maior interesse pela História. As boas notas na disciplina sempre acariciavam nosso ego, fazendo-me gostar ainda mais da presença dos homens no tempo.

O gosto aumentou quando o professor de Língua Portuguesa, Norberto Aparecido Godoy, realizou a introdução ao ano letivo com a letra da música *Pra não dizer que não falei das flores*, de Geraldo Vandré. Esse momento foi crucial para que despertasse em mim atenção para a luta contra qualquer regime ditatorial. No segundo ano do curso do antigo Magistério, em 1996, o professor Evaldo lutava contra ditaduras de forma séria, era a luz para acreditarmos nos estudos das Ciências Humanas, de forma especial, a História.

Lembramos que, no ano de 1998, concluí o segundo grau (atual Ensino Médio) e estava habilitado para ser professor da primeira à quarta série, no entanto, fui trabalhar como empacotador em supermercado, onde permaneci por oito anos. Com exceção do açougue, em todos os setores trabalhamos no supermercado. Essa situação começou a se modificar no ano de 2006, quando o Governo Federal popularizava o acesso ao ensino superior. Era a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul chegando a Nova Andradina-MS.

Aos 26 anos, filho de gente muito pobre e analfabeta, ingressava em uma universidade pública e de qualidade. Emoção inexplicável sempre que narramos nossa história. Desta feita, tivemos a oportunidade de nos encontrarmos com o curso de História da UFMS – CPNA, transformação da realidade pessoal. Foram quatro anos de muita luta, enquanto os colegas iam para o curso, era comum estarmos nos caminhões do supermercado, ajudando nas entregas ou, ainda, indo para casa tomar banho e assistir às aulas no tempo que fosse possível. No ano de 2010, ocorreu a conclusão do curso, mas meu pai não compareceu à colação de grau.

A roupa que aquele baiano, meu pai, havia comprado o tecido, adquirido em Presidente Prudente-SP, e mandado confeccionar em uma bela calça de linho, pelo alfaiate de sua confiança, costume mantido desde os anos de 1960, quando meus pais chegaram a Mato Grosso, não pôde ser usada na ocasião. Era ato comum fazer compras no estado² de São Paulo, simbolizava desenvolvimento. Todavia, meu pai não pôde utilizar sua vestimenta, pois, o Estado falhou nos atendimentos de saúde. Sofria de incontinência urinária, devido à demora em fazer uma cirurgia de câncer de próstata, a vida de meu pai modificou e comprovou que o Estado é um mito burguês, que costuma sempre chegar atrasado em prol da massa social. Lembro de perguntar: pai, o senhor está pronto para irmos à minha formatura? Meu filho, como irei, olha a situação de minha roupa. Toda molhada. A roupa que utilizaria na minha formatura foi utilizada no sepultamento do pai, dia 28 de agosto de 2014. Uma dor para sempre.

Meu pai chegou à Nova Andradina-MT, com minha mãe, no ano de 1962, contudo, já andava entre Batayporã e Nova Andradina desde o ano de 1958. Foi com ele que me encantei com as histórias de Moura Andrade. O velho pai foi um aventureiro nordestino que sonhava com a prosperidade do Brasil, com o progresso, e conheceu o interior de São Paulo, o Paraná esteve na fronteira no ano de 1958, quando fez sua primeira identidade no Território Federal de Ponta Porã. Fez-me gostar da História por ter histórias para contar.

² Ao longo deste trabalho, quando utilizarmos o termo estado, estaremos nos referindo à unidade da federação. Já o termo Estado, grafado com inicial maiúscula, será empregado para designar o Estado Nacional, entendido como a instância soberana que articula o poder político, jurídico e administrativo em escala nacional.

Nesse sentido, ao longo do desenvolvimento do pensamento social, diferentes intérpretes, com perspectivas diversas ou mesmo opostas, têm constantemente debatido sobre a importância central da questão agrária na formação do Brasil. As grandes quantidades de terras pertencentes a determinado grupo familiar e/ou a empresas colonizadoras transmitem a lógica que, no decorrer do século XX, coloca em cena o desenvolvimento capitalista sobre a terra, proporcionando a diversos proprietários de empresas e indústrias a relação produção/capital com o uso da terra.

Dessa forma, pretendemos demonstrar, na escrita da tese, que o uso capitalista da terra pode ser visto como processo de exploração que visa prioritariamente a renda, muitas vezes às custas da degradação ambiental e da marginalização social dos trabalhadores rurais. É um modelo que privilegia a concentração de terras nas mãos de poucos proprietários, perpetuando desigualdades e impedindo o acesso democrático à terra e aos seus recursos. Pesquisar a história do latifúndio no Brasil requer, entre outros aspectos, a compreensão dos eventos em que os chamados senhores, sejam eles do gado, do algodão, do café, do fumo ou da cana-de-açúcar, desempenham o papel de figuras lendárias no contexto socioeconômico brasileiro.

Nesse conjunto, é pertinente recordar a música composta por Teddy Vieira, a qual recebeu a denominação *Rei do Gado*, uma referência que o compositor quis fazer à pessoa de Moura Andrade. Era intenção do letrista da música propagar os feitos do latifundiário, a quantidade de gado de corte e leiteiro, representando, na pecuária brasileira, uma forma de renda capitalista.

A música *Rei do Gado*, segunda epígrafe de nossa tese, a utilizamos para enfatizar o narrador contando que viu com seus olhos um fato ocorrido em um bar de Ribeirão Preto, interior do estado de São Paulo. Fica claro, no início da música, que o bar é frequentado pela granfinagem da época, e a bebida consumida no local é o champanhe. Nessa conjuntura, aparece um peão, do tipo indivíduo qualquer, explicitando que traz na testa o pó da viagem. Solicita uma pinga ao garçom e diz que a pinga é para rebater a friagem.

Na sequência, um sujeito se levanta e vai se queixar ao dono do bar, que desconfia quando um caboclo que não se enxerga se atreve a entrar em um lugar tão distinto, pertencente à elite de Ribeirão Preto-SP. Sugere ao dono do bar barrar a entrada do caboclo, até porque, naquela ocasião, o *Rei do Café* (Geremia Lunardelli) estava no bar.

Ao entrevistarmos Nelson Almeida Andrade, neto de Moura Andrade, foi possível captar as reflexões sobre a música *Rei do Gado*, interpretada por Tião Carreiro. Comenta Nelson Andrade (Entrevista: Nelson Almeida de Andrade, 13/08/2022):

O que, o que eu lhe posso adiantar, é que foi quase uma lenda. O meu avô foi pecuarista de primeira linha. Um dos grandes. Mas essa história do rei do gado surgiu. O autor dela chamava, é, é, Teddy Vieira. O Teddy Vieira, ele é aqui, Ribeirão, de Ribeirão Preto, se não me engano. Eu não conheci. Ele, ele teve uma época, que ele fazia, algumas músicas, ele tinha muitas músicas, que tá por aí, ainda hoje. Que ouve, não sabe nem quem é o autor, mas, com certeza uma boa parte, é desse Teddy Vieira. Que ele conheceu a história do meu avô, conheceu a história de Andradina, e que era um pecuarista que tinha lá, que tinha muito boi.

Partindo do princípio de que a canção de Teddy Vieira tornou-se ícone do cancioneiro brasileiro ao contar acontecimentos sobre as disputas de terras no Brasil, apontamos para a letra como intencional na transformação de Antônio Joaquim de Moura Andrade em lendário negociador de gado bovino realizando uma disputa absurda com Geremias Lunardelli.

As músicas Rei do Gado e Rei do Café, compostas por Teddy Vieira, fazem parte da rica história da música sertaneja brasileira. O compositor deixou legado significativo, suas composições, muitas vezes, retratam a vida no campo, as tradições e as histórias dos trabalhadores rurais, fato importante para lembrarmos a relação das representatividades entre a música, os grandes latifundiários e a população por volta de meados do século XX.

A letra da música traz uma versão sobre a relação entre dois homens que conquistaram riquezas nas terras brasileiras. A contenda composta por Teddy Vieira tornou-se motivo de grandes compreensões sociais relativas ao latifúndio; no entanto, os familiares de Antônio Joaquim de Moura Andrade costumam ressaltar que o fato não aconteceu, mas foi uma composição prevista para o comércio da música. Afirmamos que o compositor desejou pautar os desafios entre a agricultura e a pecuária brasileiras; todavia, a particular disputa não aconteceu. Explica Nelson Andrade (Entrevista: Nelson Almeida de Andrade, 13/08/2022):

E ele foi e fez uma música chamada Rei do Gado. E alguém orientou ele, e ele veio atrás do meu avô. Querendo depois, talvez um patrocínio pra poder divulgar a música dele. Mas ele pisou na bola, para não dizer outra coisa, toca porque ele coloca o rei do gado, que seria o meu avô, se contrapondo ao rei do café, que era o senhor, senhor Geremias Lunardelli, e era contemporâneo do meu avô e foram amigos. Foram até sócios. Eu tenho alguma coisa aqui anotada.

A fala de Nelson Andrade sobre Antônio Joaquim de Moura Andrade, nos remete a indagarmos as disputas de terras no território brasileiro, sobretudo, pelo fato de que o gado passou a servir como uma das fontes de alimentação à população dos grandes centros, em conjunto com a monocultura, que desde o século XVI foi mantenedora da economia brasileira. Todavia, Nelson Andrade relata que o avô era ótimo negociador, convivia com diversos negociantes da pecuária e também da agricultura, relembra ainda que a narrativa cantada na música de Teddy Vieira, certamente é uma maneira de vender música, até mesmo comercializar

os nomes dos latifundiários naquele período, tratar do nome de Antônio Joaquim de Moura Andrade e Geremias Lunardelli, pode ter representatividades, contudo, a letra da música não significa uma verdade, mas, representações das disputas entre a produção agrícola e a pecuária.

Comenta Nelson Andrade (Entrevista: Nelson Almeida de Andrade, 13/08/2022):

O meu avô usava umas agendas de bolso. Ele anotava as coisas assim do dia a dia. Ponha em cima assim: Chapéu. Comprei um chapéu novo. Ehh, Senhor, estive com Geremias, e compramos um gado lá em Araçatuba. E então, o senhor Geremias, eles se frequentavam, eles se conheciam. Então essa história do Rei do Gado e do Rei do Café, ali a música conta a história de um peão de boiadeiro, que chegou em, chegou em Ribeirão Preto, foi tomar uma pinga pra rebater a friagem. O meu avô quando muito ele tomava um vinho no Natal, num aniversário, ele num era abstinente, meu pai também não, o neto dele já (risos) ainda como até hoje, gosta de tomar uma cerveja, era, agora a gente vai diminuindo um pouco o trem né. Mas, então o meu avô não deu bola pra esse cara não. A música fez muito sucesso.

A observação de Nelson Andrade sobre o avô nos conduz a narrativa de sua prima Stela Andrade Aik, quando conversamos informalmente, mencionou que em torno de seu avô foram criadas diversas lendas. Talvez a mais proeminente é relacionada à briga com o agricultor Geremia Lunardelli, um amigo próximo de seu avô. Stela Andrade Aik também refletiu sobre os meios que seu avô empregava para negociar com outros latifundiários, pois seu grande objetivo era estabelecer parcerias sólidas no comércio de carne e cereais. Nelson Andrade reafirma essa relação ao dizer (Entrevista: Nelson Almeida de Andrade, 13/08/2022):

O próprio, os próprios herdeiros, os familiares do, do seu Geremia Lunardelli, o filho, foi casado segunda núpcias com a minha sogra. Minha sogra ficou viúva, ele também ficou viúvo. Seu Nicolau Lunardelli, e ele achava muita graça dessa música e disse que o pai dele também ria muito. O Antônio era amigo dele. E não ia fazer uma música e nem encomendar uma música desse tipo pra botar os dois intrigando um com o outro. Mas, já não fez sucesso. É sempre o motivo talvez de fazer uma richa ali entre dois homens importantes na época. Chamado, Seu Nicolau, Seu Geremia foi mesmo muito conhecido mesmo. Acho que foi maior produtor de café do Brasil, acho que tinha mais de milhão de pé de café. Devia ter mesmo. É isso aí, não tem importância essa história do Rei do Gado né.

As disputas pelas terras no Brasil nascem no século XVI, contudo, houve a tentativa de construções lendárias para sacralizar o café e a pecuária no início do século XX, alimentando discussões sobre as ocupações de espaços vazios. Para essa relação, as lendas socioeconômicas, o rei do gado, e de outro lado, o rei do café (fotografia 1) se tornam personagens que corroboram o Brasil da monocultura e também da pecuária. Neste sentido, Nelson Andrade, coloca em pauta não apenas o lendário Moura Andrade, mas, também o homem negociador e personificador das relações comerciais e as diversas formas de obter renda sobre a terra.

Fotografia 1- Antônio Joaquim de Moura Andrade e Geremia Lunardelli³



Fonte: Alcântara (2001) – S/d.

Partindo do “rei do gado”, teria este entrado em um bar da cidade de Ribeirão Preto, interior do estado de São Paulo, reduto da granfinagem, e ali, deleitando-se ao gosto de bebidas tradicionais e fortes, causado certa diminuição a Geremia Lunardelli. Sim, consideramos que Antônio Joaquim de Moura Andrade, como dito anteriormente por seu neto Nelson Andrade, não era de ingerir bebida alcoólica. Nesse sentido, anotamos outro ponto que nega a realidade da música. O rei do café acaba sendo tratado como impostor, enquanto Antônio Joaquim de Moura Andrade é visto como homem simples e decente, todavia, seria impossível colocar na mesma tabela a quantidade de pés de café e de cabeças de boi.

Outro ponto, compreendendo que Moura Andrade tivesse um boi para amarrar em cada pé de café do cafeicultor e que lhe sobrasse boi na internada, apontar-se-ia para o pecuarista como dono de mais de um milhão de cabeças de gado. Esses números são questionáveis, haja vista que Geremia Lunardelli possuía mais de um milhão de pés de café e dificilmente algum criador de gado chegaria a essa quantidade de cabeças naquele período.

Não obstante, o compositor demonstrou o posicionamento do criador de gado e, posteriormente, também uma resposta, com menor êxito, do produtor de café⁴, mas, que

³ Não foi possível identificar o terceiro homem da fotografia, da esquerda para a direita, Antônio Joaquim de Moura Andrade e Jeremias Lunardelli, respectivamente o Rei do Gado e o Rei do Café.

⁴ É importante ressaltar que o compositor Teddy Vieira insinuou em outra música, denominada Rei do Café, que a contenda não finalizou no primeiro encontro, mas que houve outra situação de resposta por parte de Jeremias Lunardelli convidando Antônio Joaquim de Moura Andrade para fazerem as pazes e lutarem pelo Brasil, sendo ele um estrangeiro (italiano), tinha por interesse o desenvolvimento econômico do país por meio da agricultura e da pecuária.

certamente transformou os dois personagens em lendas relativas à produção de gado e de café no Brasil, maneira que promoveu as disputas sobre o uso da terra, ressaltamos, pela monocultura e a pecuária, grosso modo, são as disputas do agronegócio brasileiro.

De acordo com Le Goff (2003), a história apresenta ritmos diferentes, e cabe ao historiador reconhecer esses ritmos. Ao defendermos a tese de que Antônio Joaquim de Moura Andrade⁵ identificou, nas terras, possibilidades de apropriação fundiária para obtenção de renda capitalista, faz-se necessário compreender que, entre os anos de 1930 e 1960, delineou-se o papel do colonizador de Moura Andrade. Este estabeleceu aproximações com o Estado brasileiro que, por meio das políticas da “Marcha para o Oeste”, fomentou a chegada da Empresa Moura Andrade S/A às terras onde atualmente se localizam as cidades de Andradina e, posteriormente, de Nova Andradina.

Ao narrarmos a história, é coerente realizarmos buscas na literatura especializada e em documentos históricos pertencentes à família Moura Andrade. No entanto, é imprescindível salientarmos a relevância das entrevistas, da História Oral, das fontes jornalísticas, dos mapas, das cartas e de outros documentos capazes de sustentar a presença de Moura Andrade em suas diversas relações com o Estado e nos processos de colonização nos estados de São Paulo e Mato Grosso.

Albuquerque Júnior (2019b) colabora nos procedimentos metodológicos para analisarmos, verificarmos e compreendermos a dimensão lendária das narrativas que cercam os fatos históricos. Ressaltamos que os estudos sobre a conjuntura que envolve Moura Andrade emergem a partir da chamada “arte de inventar o passado”. O autor desenvolve o entendimento de que o discurso sobre o passado é sempre referido a partir do presente. O historiador, diante do fato histórico que toma como objeto de sua pesquisa, “o associa a diferentes séries escolhidas por ele e deve ter o cuidado para não tomar o fato como um dado, mas tentar recuperar as próprias séries discursivas que o constituíram como fato histórico” (Albuquerque Júnior, 2011, p. 125).

Seguindo a análise do texto de Albuquerque Júnior (2019b), empreendemos reflexões e preocupações acerca da figura de Moura Andrade. Na história brasileira, sua atuação é associada a questões como a peculiar forma de criação de gado, o patrimonialismo e a política de apropriação de terras. Sua imagem pode ser romantizada ou demonizada, a depender da perspectiva do narrador ou do período histórico em que é analisada.

⁵ Doravante, o nome de Antônio Joaquim de Moura Andrade será expresso na tese por Moura Andrade, como foi popularmente chamado e conforme conhecido por onde passou e viveu, sendo recordado até a atualidade.

Ao escrevermos sobre a pessoa de Moura Andrade, é fundamental analisarmos criticamente as fontes disponíveis, considerarmos o contexto histórico e político da época e estarmos cientes das lendas e narrativas que cercam sua figura. Isso implica separar os fatos documentados das especulações e dos costumes construídos ao longo do tempo. Por isso, algumas obras se tornam fundamentais na perspectiva de compreendermos como o empresário manteve relações simbólicas, econômicas, políticas, midiáticas, para a formação do seu capital e dos seus empreendimentos comerciais. É importante esclarecer desde o início que esta é uma pesquisa no campo da História e não tem por objetivo construir uma biografia de Moura Andrade, por vezes, algumas informações biográficas são necessárias, até mesmo para entendermos alguns contextos.

Nesse sentido, ressaltamos que a nossa pesquisa vislumbra Moura Andrade como alguém que se tornou rico latifundiário, apropriando-se da terra, e dela procurou obter renda capitalista. Ancora-se em um conjunto articulado de referenciais teóricos que permitem compreender a colonização empresarial, a apropriação capitalista da terra e a produção de representações simbólicas como processos históricos complexos, atravessados por relações de poder, disputas de sentido e construção de legitimidades.

Nesse horizonte, obras de José de Souza Martins (1975; 1981; 1982; 1993; 1994; 2021; 2022) ocupam posição considerável, ao oferecer ferramentas fundamentais para pensar a terra como meio de produção e relação social mediada pelo capital, pelo Estado e por estruturas simbólicas. Em Martins, a ocupação territorial no Brasil revela-se como um processo contraditório, no qual a expansão capitalista convive com formas arcaicas de dominação, e a fronteira não é espaço vazio, mas território socialmente produzido, marcado por conflitos, expropriações e desigualdades estruturais.

A leitura de Martins permite compreender que a colonização do Sul de Mato Grosso, bem como a atuação da Empresa Moura Andrade S/A, inscrevem-se em uma lógica histórica de transformação da terra em atividade de valorização capitalista. A renda fundiária, nesse sentido, decorre da exploração produtiva e da capacidade de articular legalidade, mercado e poder político, convertendo grandes extensões territoriais em mercadoria. Tal perspectiva dialoga diretamente com os capítulos iniciais da tese, ao demonstrar que a fundação de cidades e o parcelamento da terra constituíram estratégias centrais de reprodução do capital.

As reflexões de Lenharo (1986a, 1986b) contribuem para situar esse processo no interior do projeto nacional-desenvolvimentista do Estado brasileiro, especialmente durante a Era Vargas. A Marcha para o Oeste aparece, assim, como política territorial e simbólica, que mobilizou discursos nacionalistas, imagens sacralizadas do Estado e representações do sertão

enquanto espaço a ser integrado e disciplinado. Esse contexto é fundamental para compreender as condições históricas que favoreceram a atuação de grandes empresas colonizadoras e a legitimação de suas práticas fundiárias.

A pesquisa desenvolvida por Leonardo (2025) oferece contribuição decisiva para a compreensão dos processos de apropriação capitalista da terra no Bolsão Sul-mato-grossense, ao articular a expansão do latifúndio, o esbulho indígena e a consolidação da renda fundiária como elementos estruturantes da formação regional. Em diálogo direto com José de Souza Martins (1975), a tese de doutorado de Leonardo (2025) demonstra que a ocupação do território não se deu de forma pacífica ou espontânea, mas por meio de mecanismos jurídicos, políticos e simbólicos que viabilizaram a concentração fundiária e a exclusão sistemática dos povos originários. Sua análise evidencia que o avanço do capital sobre a terra operou simultaneamente nos planos material e ideológico, naturalizando a expropriação como progresso e desenvolvimento.

Ao recuperar conflitos silenciados e contradições estruturais do capitalismo no campo, Leonardo (2025) contribui para regionalizar o debate teórico e reforça a necessidade de uma leitura crítica das narrativas colonizadoras, permitindo compreender a atuação de empresas como a Moura Andrade S/A dentro de uma lógica mais ampla de dominação territorial, renda da terra e produção desigual do espaço.

A dissertação de mestrado de Antonio (2015) exerce influência direta para nossa pesquisa ao analisar o processo de colonização de Ivinhema a partir da atuação da SOMECO S/A, oferecendo um modelo interpretativo que dialoga profundamente com a formação de Nova Andradina. Antonio demonstra que a colonização empresarial não se limitou à ocupação demográfica, mas constituiu estratégia de valorização fundiária, na qual a terra foi convertida em mercadoria por meio do loteamento, da propaganda e da mediação estatal.

As semelhanças entre os dois casos evidenciam um padrão regional de apropriação capitalista do território no sul de Mato Grosso, marcado pela concentração fundiária, pela fundação planejada de núcleos urbanos e pela construção de narrativas legitimadoras do progresso. Assim, Antonio (2015) contribui para ampliar o alcance analítico da tese, permitindo compreender Nova Andradina não como exceção, mas como parte de uma lógica estrutural de colonização empresarial no Centro-Oeste brasileiro. É importante destacar que Antonio (2015) dá continuidade às suas pesquisas com doutorado defendido em 2023, momento em que novas e outras abordagens sobre o tema são alçadas no campo historiográfico, e ampliam a nossa noção sobre a construção do espaço agrário.

O diálogo com Alessandro Portelli (1997) é decisivo para o tratamento das fontes orais utilizadas na pesquisa. Portelli (1997) permite compreender que a memória não deve ser analisada apenas em termos de veracidade factual, mas como produção de sentido, atravessada por afetos, silêncios, seleções e reelaborações do passado. As entrevistas realizadas com familiares, trabalhadores e moradores da região revelam não apenas informações sobre a trajetória de Moura Andrade, mas sobretudo os modos pelos quais sua figura foi incorporada ao imaginário local, reafirmando ou tensionando narrativas hegemônicas.

Jacques Le Goff (2003) é fundamental para esta pesquisa ao compreender a memória como construção histórica e social, inseparável das relações de poder. Para Le Goff (2003), o passado não é apenas herdado, mas permanentemente reinterpretado a partir das necessidades do presente, sendo a memória um campo de disputas simbólicas. Essa abordagem permite analisar como determinadas narrativas históricas são selecionadas, institucionalizadas e monumentalizadas, enquanto outras são silenciadas. Ainda, Le Goff (2003) contribui para compreender a construção da memória em torno de Moura Andrade como processo social orientado por interesses econômicos, políticos e simbólicos, no qual a história oficial tende a legitimar posições de poder e a naturalizar desigualdades.

Em Le Goff (2003), percebemos que os monumentos ligados a Moura Andrade funcionam como construções simbólicas destinadas a fixar uma memória específica. Eles não são registros neutros do passado, são instrumentos de poder que selecionam o que deve ser lembrado. Ao exaltá-lo como pioneiro e fundador, esses marcos naturalizam a colonização privada e a apropriação da terra como progresso. Assim, a monumentalização revela menos a realidade histórica e mais a versão oficial produzida pelas classes dominantes para legitimar seus interesses.

A noção de imaginário social, desenvolvida por Bronislaw Baczko (1985), aprofunda esse debate ao demonstrar que os imaginários funcionam como forças organizadoras da vida coletiva, capazes de legitimar hierarquias, regular comportamentos e produzir consensos. Com Baczko (1985), o imaginário não é mero campo da fantasia, mas dimensão constitutiva do poder. A construção simbólica de Moura Andrade como “Rei do Gado” e “bom colonizador” insere-se nesse processo, no qual interesses privados são transformados em valores coletivos, e a dominação se apresenta como ordem natural e necessária.

Esse movimento de legitimação da apropriação territorial encontra respaldo teórico nas reflexões de Michel Foucault (2021), especialmente em sua formulação sobre discurso, saber e poder. Em Foucault, o poder não se exerce apenas por coerção, mas por meio de práticas discursivas que produzem verdades socialmente aceitas.

A colonização empresarial, nesse sentido, pode ser compreendida como um regime de saber-poder que organiza o espaço, define o que é progresso, naturaliza hierarquias e silencia conflitos. O discurso do desenvolvimento, da civilização e da ocupação dos “vazios” opera como tecnologia de poder, produzindo efeitos materiais e simbólicos duradouros sobre o território e a memória regional.

As contribuições de Roger Chartier (1990; 1991) reforçam essa análise ao evidenciar que as representações não são reflexos neutros da realidade, mas formas historicamente situadas de construção do mundo social. Chartier (1990; 1991) permite compreender como textos, imagens, monumentos, documentos oficiais e narrativas jornalísticas participam ativamente da produção de sentidos sobre o passado.

Na pesquisa, essa abordagem é fundamental para analisar como a figura de Moura Andrade foi inscrita em um regime de representações que o consagrou como fundador, benfeitor e agente civilizador, deslocando para a margem os conflitos fundiários e as assimetrias sociais que sustentaram sua trajetória.

A obra *O poder simbólico*, de Pierre Bourdieu (2012), constitui referência central para esta pesquisa ao oferecer instrumentos teóricos capazes de compreender como determinadas formas de dominação se exercem de maneira invisível, legítima e socialmente aceita. Para Bourdieu (2012), o poder simbólico é a capacidade de impor uma visão de mundo como legítima, fazendo com que relações de dominação sejam reconhecidas como naturais, necessárias ou benéficas. Essa perspectiva é fundamental para elucidar a atuação de Moura Andrade, cuja consolidação econômica e territorial não se deu apenas pela posse material da terra, mas pela conversão desse capital econômico em prestígio, reconhecimento social e autoridade moral.

Na trajetória analisada nesta tese, observa-se que Moura Andrade foi progressivamente investido de capital simbólico, sendo representado como “pioneiro”, “colonizador” e “agente do progresso”, categorias socialmente valorizadas que mascaram conflitos fundiários, expropriações e desigualdades estruturais. A partir de Bourdieu (2012), compreende-se que esse reconhecimento não é espontâneo, é resultado de estratégias simbólicas sustentadas por discursos políticos, homenagens públicas, monumentos, narrativas jornalísticas e memórias familiares. O poder simbólico, nesse sentido, operou como mecanismo de legitimação da apropriação capitalista da terra, permitindo que interesses privados fossem convertidos em valores coletivos.

Assim, a obra de Bourdieu (2012) possibilita compreender como Moura Andrade exerceu poder sobre o território, sendo beneficiado por um sistema de reconhecimento social

que reforçou sua posição dominante. O poder simbólico atuou como força estruturante da dominação, garantindo a reprodução do capital fundiário e a naturalização das hierarquias sociais no processo de formação territorial de Nova Andradina e da região sul-mato-grossense.

Diante do exposto, cabe enfatizar que esta tese foi estruturada em quatro capítulos, e que inicialmente, fora intitulada *Rei do Gado: entre narrativas, apropriações discursivas e construções simbólicas*. No entanto, a partir das considerações da banca examinadora, optou-se por reformular o título, de modo a torná-lo mais representativo do objeto de estudo e de seus principais sujeitos e espacialidades. Assim, a tese passa a se intitular *De Andradina à Nova Andradina, de Moura Andrade à Rei do Gado: a história entre discursos e simbolismos*. A alteração busca explicitar, de forma mais direta, a centralidade de Antonio Joaquim de Moura Andrade na construção das narrativas analisadas, bem como evidenciar sua relação com a designação “Rei do Gado”. Além disso, o novo título incorpora as cidades de Andradina e Nova Andradina, fundadas no contexto de sua atuação política e socioespacial, destacando o papel desses espaços na constituição dos discursos e simbolismos investigados ao longo do trabalho.

Esclarecida e justificada essa alteração, destacamos o conteúdo do primeiro capítulo, que onde abordamos a Marcha para Oeste e a Empresa Colonizadora Moura Andrade S/A dentro de um Contexto Histórico do Brasil. Desse ponto de vista, a Marcha para Oeste e a Empresa Moura Andrade S/A entrelaçam-se a determinado contexto histórico do Brasil, partindo dos anos de 1930, em que o Presidente Getúlio Vargas promoveu políticas de interiorização do território nacional, proteção das fronteiras, trabalhos na agricultura e desmatamento para sustento da industrialização brasileira.

Consta que Moura Andrade, entre outros latifundiários, aproveitou a política nacional para investir na apropriação de terra, procurando, no decorrer das viabilidades, fazer o loteamento das terras e obter renda sobre o capital financeiro investido.

Assim, marcamos a Marcha para o Oeste, como presença do Governo Federal no território brasileiro, realizando propaganda política governamental com interesse de aproximar o Estado do povo no interior do Brasil, definindo as fronteiras, subjetivamente tirando das mãos dos antigos coronéis o poder local/regional e efetivando a integração nacional por meio de novas relações com grandes latifundiários e suas empresas.

Outro ponto importante que tratamos é sobre as fronteiras e os sertões como desafios de integração nacional, ocupação das regiões mais distantes dos grandes centros. Essa condição serviu nos anos do governo varguista como forma de integrar, não apenas o território, mas, sobretudo, o nacionalismo brasileiro, fomentar a dispersão demográfica para o interior brasileiro, significava dar continuidade às propagandas governamentais.

A povoação das terras de Nova Andradina sem a Empresa Moura Andrade S/A é ressaltada no primeiro capítulo, pois é preciso perceber que a colonização a partir de Moura Andrade iniciou-se no ano de 1950. Contudo, apontamos que desde meados do século XIX havia presença de famílias migrantes nas margens dos rios Ivinhema, São Bento e Papagaio, área do atual município de Nova Andradina.

Essas famílias tornaram-se, no decorrer do século XIX e XX, posseiros com a concessão de terras entre o município de Bataguassu e Rio Brilhante, demonstrando que as frentes de expansão faziam parte do processo de povoamento do território de Nova Andradina. As famílias que faziam parte da colonização da área de Nova Andradina abrangiam desde a região dos bairros Laranjal, São Bento e Papagaio desde o século XIX, ao Bairro São Rafael nos anos de 1910.

Na seção 1.1, desenvolve-se a análise conceitual das fronteiras e dos sertões enquanto categorias históricas e sociais, entendidas como espaços de conflito, desigualdade e disputa de poder. As fronteiras são tratadas como territórios dinâmicos, nos quais se confrontam temporalidades distintas e interesses antagônicos, enquanto o sertão é interpretado como construção simbólica que oscila entre atraso e promessa de progresso, conforme os projetos do Estado e do capital. Demonstramos que a colonização dirigida funcionou como alternativa política à reforma agrária, favorecendo a expansão do capital e a valorização da terra.

Na seção 1.2, o capítulo recupera a ocupação das terras de Nova Andradina anterior à chegada da Empresa Moura Andrade S/A, evidenciando a presença de famílias, atividades produtivas e povos originários. Ao desconstruir a narrativa dos espaços vazios, o texto reforça o argumento central da tese de que a colonização empresarial constituiu uma estratégia de valorização fundiária, articulada ao Estado, que redefiniu material e simbolicamente o território, produzindo novas hierarquias sociais e espaciais no Brasil do século XX.

O item 1.3 evidencia que a atuação da Empresa Moura Andrade S/A esteve inserida em uma conjuntura política e econômica favorável à apropriação capitalista da terra, articulada às diretrizes territoriais do governo Vargas. A Marcha para o Oeste, ao mesmo tempo em que mobilizava um discurso ideológico de ocupação dos “vazios demográficos” e proteção das fronteiras, criou condições objetivas para que grandes latifundiários e empresas colonizadoras expandissem seus patrimônios fundiários. Nesse contexto, Moura Andrade beneficiou-se tanto das políticas estatais quanto das crises do capitalismo agrário, como a de 1929, que possibilitaram a concentração de terras. A análise demonstra que sua trajetória não pode ser compreendida apenas pelo viés mítico ou simbólico, mas exige a investigação das relações

estruturais entre Estado, mercado e terra, fundamentais para compreender os processos de colonização e formação territorial no Centro-Oeste brasileiro.

E assim, os estudos colocam a relação da Empresa Moura Andrade S/A e o governo de Getúlio Vargas como fator relacional para marcarem presença nas terras de Andradina e, posteriormente, Nova Andradina. Destacamos as frentes pioneiras como possibilidades de interiorização da ocupação territorial após os anos de 1930. Enquanto havia, por parte do Governo Federal, uma política ideológica de ocupação dos vazios, proteção das fronteiras e produtividade para sustentar a industrialização brasileira, os grandes latifundiários enxergavam possíveis expectativas de engrossar ganhos capitais, é o caso de Moura Andrade nas terras de Nova Andradina.

Não obstante, embora Moura Andrade também tenha desempenhado papel relevante na fundação da estância hidromineral de Águas de São Pedro-SP, delimitamos que a presente pesquisa concentrar-se-á nos municípios de Andradina-SP e Nova Andradina-MS. Tal escolha não decorre da irrelevância histórica do referido empreendimento paulista, mas, sobretudo, da ausência de acervo documental consistente que permita-nos reconstruir, com rigor historiográfico, o processo de formação urbana e fundiária de Águas de São Pedro.

Soma-se a isso o fato de que Nova Andradina deriva diretamente da lógica colonizadora desenvolvida em Andradina, constituindo-se como continuidade socioespacial e empresarial do projeto conduzido pela Empresa Moura Andrade S/A. Ademais, considera-se a posição do pesquisador enquanto sujeito inserido no território nova-andradinense, o que favorece o acesso às fontes locais e à memória social, reforçando a pertinência metodológica do recorte. Assim, destacamos Andradina e Nova Andradina garante maior densidade empírica, clareza analítica e coerência na reconstrução histórica do papel exercido por Antônio Joaquim de Moura Andrade como colonizador e apropriador fundiário.

No segundo capítulo, salientamos a trajetória de Moura Andrade durante os primeiros anos de sua juventude e os anos da década de 1950, quando fundou a cidade de Nova Andradina no estado de Mato Grosso. Nesse período, adquiriu a fazenda Guanabara, de onde originou-se a cidade de Andradina-SP, no final dos anos de 1930. Assim, enquanto guarda-livros em agência bancária, realizou diversas negociações e pode adquirir fazendas nos estados de Minas Gerais, São Paulo e Mato Grosso, tornando-se latifundiário e, segundo a neta Stela Andrade Aik, totalizou quatorze fazendas nos três estados.

Nessa trajetória, é possível observarmos Moura Andrade aproveitando as lavouras de café para participar de uma sociedade que lhe rendeu capital considerável. Essa relação lhe proporcionou financiar plantios de café a pequenos agricultores, e mesmo que não fosse a

intenção inicial do negociante, acontecia de algumas lavouras não obterem a produtividade esperada e, não tendo como pagar o dinheiro custeado, a terra era entregue a Moura Andrade como forma de pagamento. A terra foi certamente a maior e melhor forma capitalista para que o personagem central de nossa tese pudesse obter renda, contudo, também pode aproveitar a relação com a aviação civil, na compra e venda de aviões. Para nós, Moura Andrade viu na terra diversas formas de renda capitalista, o desmatamento, a madeira nas serrarias para construir casas, barracões, cercas, e claro, negociar com outros fazendeiros ou comercializar nos grandes centros que estavam em expansão por meio da construção civil.

Ainda no segundo capítulo, descrevemos as diversas maneiras que Moura Andrade vislumbrou enriquecer, e, talvez a mais abrangente, foi a formação de cidades. Ao apropriar-se das terras, pôde realizar infraestruturas básicas, lotear o núcleo urbano, com áreas de expansão urbana, cinturão verde e sítios de 10 a 50 hectares, vislumbrando possibilitar, por meio das propagandas, que os migrantes pudessem povoar suas cidades, de forma muito peculiar, adquirindo lotes para residir ou para produção.

Quanto à trajetória de Moura Andrade, lembramos no segundo capítulo que esta relação propiciou fundar as cidades de Andradina e Águas de São Pedro no interior de São Paulo, e Nova Andradina no estado de Mato Grosso. Ao fazermos referência à Nova Andradina, consideramos a trajetória que envolve a compra da fazenda Primavera, no ano de 1937, a fazenda Baile em 1950, e a diversificada migração que contribuiu para desbravar e desmatar as florestas presentes nas fazendas, além de formar as condições sociais da localidade para se tornar uma cidade.

Na seção 2.1, no capítulo, examinamos os processos de apropriação das terras que deu origem a cidade de Andradina e rápida compreensão sobre Águas de São Pedro, evidenciando disputas fundiárias, grilagem, expulsão de posseiros e a atuação de empresas colonizadoras em articulação com o Estado e as ferrovias. Demonstramos que a fundação urbana precedeu, em muitos casos, a colonização rural, revelando uma estratégia deliberada de valorização fundiária e que Moura Andrade atuou como capitalista mercador de terras, mobilizando a cidade como vitrine de progresso e a terra como mercadoria.

O item 2.2, evidenciamos que a consolidação econômica de Antônio Joaquim de Moura Andrade esteve diretamente vinculada às dinâmicas do capitalismo cafeeiro e às crises estruturais do mercado, especialmente entre as décadas de 1910 e 1930. A atuação como comerciante, financiador e armazenador de café permitiu-lhe transformar momentos de instabilidade econômica em oportunidades de acumulação, convertendo capital mercantil em capital fundiário. O texto demonstra que a crise não representou apenas ruptura, mas também

condição para a concentração de terras, uma vez que pequenos produtores endividados acabavam transferindo propriedades aos credores. Assim, o item reforça que a trajetória de Moura Andrade deve ser compreendida no interior das contradições do capitalismo agrário brasileiro.

No item 2.3, analisamos as narrativas memorialistas e das entrevistas revela a construção de uma memória heroica em torno de Moura Andrade, marcada por episódios de exaltação do mérito individual, da astúcia comercial e do “destino ao sucesso”. Essa construção simbólica tende a apagar as condições estruturais, os conflitos fundiários e as relações desiguais de poder que sustentaram sua ascensão econômica. Ao dialogar com Benjamin (1994) e Le Goff (2003), o texto evidencia a necessidade de “escovar a história a contrapelo”, problematizando o uso da memória como instrumento de legitimação social e política. O item destaca o papel do historiador na desconstrução dessas narrativas idealizadas.

Em relação ao item 2.4, demonstramos que a fundação das cidades por Moura Andrade constituiu uma estratégia consciente de valorização fundiária, na qual o urbano antecede e organiza o rural. A articulação entre ferrovias, loteamentos, propaganda e planejamento urbano revela a cidade como mercadoria e vitrine do progresso, destinada a atrair população, capital e investimentos. No texto evidenciamos que a terra cumpriu dupla função, base produtiva e ativo especulativo, permitindo a obtenção de renda sem aplicação direta de trabalho. Assim, reforçamos a tese de que a colonização empresarial operou como mecanismo central da reprodução do capital e da reorganização territorial no interior brasileiro.

No terceiro capítulo, denominado de uma ‘Nova’ Andradina Surge No Baile, desvencilhamos os meandros dos loteamentos realizados nas terras da fazenda Baile, relacionando ao local em que Moura Andrade fundou Nova Andradina. Uma breve consideração sobre a denominação da fazenda da Baile e do córrego do Baile, costumam os moradores mais antigos narrarem que se deve ao fato de haver bailes nas margens do Córrego. A mais provável é que um dos compradores das terras da fazenda São Bento, quando concessão dos Barbosa, requereu as terras para compra. Então, Henrique Barbosa Martins, questionou: qual terra? Aquela onde tem baile todas as noites.

A explicação de Airton Felipe, entrevistado em nossa pesquisa, é que ali havia um grupo de povos originários, e quando a família de compradores passou pela localidade, não era um baile, mas um ritual indígena que acontecia sempre, mas o que permaneceu foi a terra do baile, nas proximidades do córrego que recebeu a denominação de Baile, sequencialmente, fazenda Baile, quase tornou-se cidade Baile, temática que escreveremos mais no terceiro capítulo.

Ao analisarmos a fazenda Baile como território fundacional, no capítulo demonstramos que a apropriação do espaço operou simultaneamente nos planos material e simbólico. A ressignificação do território, a escolha dos nomes, o planejamento urbano e a criação de infraestruturas mínimas evidenciam que a cidade foi pensada como mercadoria e vitrine do progresso, subordinada à lógica da reprodução do capital. Nesse processo, a cidade emergiu como síntese das contradições das frentes pioneiras, modernização econômica e permanência de formas arcaicas de exploração do trabalho e controle social. No capítulo, revelamos, assim, que a urbanização não rompeu com o latifúndio, mas o atualizou, integrando o urbano e o rural em um mesmo projeto fundiário empresarial.

No item 3.1 demonstramos que a formação de Nova Andradina esteve diretamente vinculada à articulação entre poder econômico e poder político, característica estrutural da ocupação territorial brasileira no século XX. A atuação de Moura Andrade, associada à projeção política de seu filho Auro Soares de Moura Andrade no Congresso Nacional, evidencia como projetos urbanos e fundiários foram fortalecidos por redes de influência que extrapolavam o âmbito local. O texto revela que a fundação da cidade resultou de iniciativa empresarial e de uma lógica de concentração fundiária legitimada institucionalmente. Assim, o item reforça a compreensão da cidade como produto da aliança entre latifúndio moderno e Estado.

No item 3.2, analisamos a fazenda Baile como território fundacional em sua dimensão econômica, mas sobretudo simbólica. A mudança da denominação “Cidade Baile” para “Nova Andradina” evidencia a estratégia de ressignificação do espaço, articulando memória, poder simbólico e legitimação política. No texto, demonstramos que a escolha do nome vinculou o novo núcleo urbano à experiência paulista de Andradina, conferindo-lhe autoridade histórica e expectativa de progresso. Dessa forma, a fazenda Baile assumiu papel central na construção do imaginário urbano e na consolidação do projeto colonizador empresarial.

No item 3.3, aprofundamos a análise da fundação de Nova Andradina como etapa decisiva da transformação da terra em mercadoria. A criação da cidade apareceu como instrumento estratégico de valorização fundiária, combinando propaganda, planejamento urbano e mínima infraestrutura para atrair compradores e migrantes. O contraste entre o discurso modernizador e práticas de controle social, como a presença de capangas, cadeias improvisadas e informalidade institucional, revela as contradições das frentes pioneiras. O item evidencia que a cidade foi concebida como extensão da lógica empresarial de reprodução do capital, articulando urbano e rural de forma subordinada.

No item 3.4, evidenciamos que o projeto urbano de Nova Andradina integrou uma estratégia ampla de reprodução do poder. O traçado da cidade, os cinturões verdes e as áreas de

expansão urbana funcionaram como instrumentos de valorização fundiária e controle territorial. Na análise, demonstramos que a formalização jurídica do loteamento e o planejamento espacial não romperam com o latifúndio, mas o atualizaram como forma moderna de geração de renda. Assim, no item tal confirmamos que a cidade foi produzida como mercadoria, articulando capital fundiário, poder político e legitimação simbólica.

Ainda no terceiro capítulo, observamos a relevância da história oral, considerando todas as dificuldades enfrentadas durante a pesquisa para termos acesso a documentos. Percebemos, então, que a história oral nos serve como fonte para escrevermos sobre o passado de Moura Andrade e a fundação de suas cidades. Outro ponto relevante, de que, aqueles que trabalharam nas proximidades de Moura Andrade gracejam com a pessoa do latifundiário, fundador de três cidades, duas no estado de São Paulo e outra no de Mato Grosso. Segundo esses entrevistados, Moura Andrade era um homem bom, de ótimo coração, íntegro, que gostava de acariciar o bem-estar dos trabalhadores. Por outro lado, aqueles que trabalhavam no desmatamento, nas serrarias, na construção civil, a essas pessoas, diversas peculiaridades observaremos durante a narrativa textual.

Assim, no terceiro capítulo evidenciamos que a fundação de Nova Andradina não pode ser compreendida como evento isolado ou espontâneo, mas como desdobramento de um processo histórico iniciado com as políticas de interiorização do Estado brasileiro e consolidado por estratégias empresariais de apropriação capitalista da terra. Em diálogo com o Capítulo 1, observamos que a Marcha para o Oeste e o discurso dos “vazios demográficos” criaram as condições ideológicas e institucionais para a expansão das frentes pioneiras, legitimando a ocupação territorial conduzida por agentes privados. Em consonância com o Capítulo 2, revelamos a trajetória de Moura Andrade como o capital mercantil e fundiário acumulado ao longo das primeiras décadas do século XX foi convertido em poder territorial, viabilizando a fundação de cidades como instrumento de valorização da terra.

A partir dessas constatações, no Capítulo 4 aprofundamos a análise sobre o poder simbólico e as representatividades construídas em torno da figura de Moura Andrade ao longo do tempo. Se nos capítulos anteriores demonstramos como o empresário consolidou poder econômico, fundiário e político por meio da colonização empresarial, torna-se necessário compreendermos como esse poder foi legitimado socialmente, transformando-se em prestígio, memória e reconhecimento público. No Capítulo 4, examinamos, portanto, os mecanismos simbólicos, discursos, homenagens, narrativas memorialistas, símbolos urbanos e representações sociais que contribuíram para a construção de Moura Andrade como personagem central da história regional. Buscamos compreender como a acumulação material

converteu-se em capital simbólico, reforçando sua posição de destaque na memória coletiva e nas estruturas de poder local, e como essas representações continuam a operar na produção do espaço e da identidade de Nova Andradina.

No item 4.1, demonstramos que a construção da imagem de Moura Andrade como “bom colonizador” resultou de um processo histórico de longa duração, no qual práticas fundiárias e estratégias discursivas se articularam para legitimar a concentração da terra. O texto evidencia que a associação entre colonização, progresso e moralidade transformou interesses privados em valores socialmente aceitos. Ao mobilizar símbolos, narrativas jornalísticas e discursos públicos, a figura do empresário foi alçada à condição de agente civilizador. Assim, revelamos como a colonização empresarial operou não apenas no plano material, mas, sobretudo, no simbólico, naturalizando relações desiguais de poder.

No item 4.2, analisamos as representações sociais, evidenciado que o poder de Moura Andrade se sustentou pela capacidade de controlar significados e percepções coletivas. A partir de Baczko (1985), Chartier (1991) e Foucault (2021), demonstramos que os imaginários sociais funcionaram como dispositivos de legitimação, organizando a memória regional. A narrativa dominante produziu um regime de verdade, no qual o latifúndio empresarial foi reinterpretado como sinônimo de desenvolvimento. Reforçamos que o poder simbólico atua de forma invisível, tornando-se eficaz justamente por ser reconhecido como natural e necessário.

No item 4.3, evidenciamos a monumentalização de Moura Andrade, por meio de estátuas, nomes de cidades e símbolos urbanos, operando como mecanismo de imortalização. A escultura equestre e o *slogan* “Terra do Rei do Gado” expressam a fixação de uma memória idealizada que consagra o colonizador como herói fundador. Demonstramos esses monumentos não apenas recordam o passado, mas produzindo sentidos no presente, reforçando hierarquias e legitimando o domínio territorial. Assim, revelamos que a paisagem urbana se tornou suporte material do poder simbólico acumulado ao longo do tempo.

No item 4.4, analisamos a marca Moura Andrade S.A., revelando a identidade visual da empresa como signo de autoridade. O logotipo e as inscrições “Pastoril e Agrícola” e “Loteamentos” sintetizam a lógica dual da colonização empresarial, produção agropecuária e especulação fundiária. Evidenciamos a marca ultrapassando sua função comercial, tornando-se artefato simbólico que projetava prestígio, confiabilidade e poder. Assim, demonstramos como a materialidade gráfica contribuiu para consolidar a imagem do colonizador moderno e empreendedor.

Desta forma, a morte de Moura Andrade, no dia 9 de fevereiro de 1962, representa o falecimento de um homem fundador e colonizador de cidades e, também, a permanência

simbólica e representativa por meio da memória coletiva. Esse acontecimento marcava, em Andradina, a ideia de Moura Andrade como Rei do Gado”, ou seja, a percepção de que o proprietário do Frigorífico Mouran seria o maior criador de gado no território brasileiro. No entanto, tal acontecimento não correspondia à realidade, pois, de acordo com a narrativa familiar dos Moura Andrade, existiam, naquele período, criadores de gado com quantitativos superiores. Todavia, a maneira como o empresário equacionou a produção da carne aos seus investimentos capitalistas fez com que fosse mencionado como “monarca” da produção bovina.

Assim, Moura Andrade permanece vivo na memória dos andradinenses e dos nova-andradinenses. A fundação dessas cidades o inseriu em uma conjuntura do inesquecível, seja por ter loteado terras e formado núcleos urbanos, seja pelas formas questionáveis pelas quais adquiriu as terras e delas se apropriou para obter renda capitalista. As festividades que ocorrem nas cidades vinculadas a Moura Andrade apontam, de maneira muito peculiar, a relação com a pecuária. Sobretudo, tratam-se de cidades marcadas por grandes latifúndios, onde o mercado imobiliário passou por expressivas valorizações, fazendo que, ainda hoje, a quase 100 anos da sua primeira investida nessas regiões, a família do patriarca permaneça obtendo renda sobre terras negociadas desde a década de 1930.

Cabe aqui, por fim, lembrar e apontar que o nome Antônio Joaquim de Moura Andrade será poucas vezes citado com sua denominação de registro no primeiro capítulo, sendo, nos demais momentos, aos poucos, substituído por Moura Andrade, em referência ao nome que o homem passou a ser chamado de “rei do gado”. Antônio Joaquim de Moura Andrade tornou-se lenda nacional a partir da pecuária, mas, sobretudo, apropriou-se de diversas formas de aquisição da terra para obter renda capitalista. É essa a tese que defenderemos.

CAPÍTULO 1 - A MARCHA PARA OESTE E A EMPRESA COLONIZADORA MOURA ANDRADE S/A NUM CONTEXTO HISTÓRICO DO BRASIL

A historiografia que se dedica aos processos de colonização busca compreender as relações entre empresas colonizadoras e seus proprietários, frequentemente retratados como homens bons, figuras carismáticas, de fala cativante e hábeis negociadores. Antônio Joaquim de Moura Andrade⁶, mais do que um latifundiário com vastas extensões de terra, foi agente do capital fundiário, cuja atuação envolveu a aquisição de milhares de hectares, posteriormente fracionados em glebas para a formação de cidades e, principalmente, para a geração de lucro e renda. Trata-se de um processo inerente à lógica do colonialismo que impulsionou a ocupação de regiões e áreas considerados “vazios”, articulando a fundação de núcleos urbanos ao aproveitamento da terra e de seus recursos naturais.

A figura central desta tese revela que, superada a escravidão oficial com sua Abolição em 1888, o início do século XX foi marcado por intensas ações de ocupação territorial. O governo de Getúlio Vargas (1930-1945), por meio da ideologia da “Marcha para o Oeste”, organizou estrategicamente o espaço nacional, incentivando a atuação de grandes empresas colonizadoras nos “sertões” de Mato Grosso. Nesse contexto, Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2019) ressalta que o historiador deve compreender a arte de inventar o passado, não no sentido de falseá-lo, mas de interpretá-lo a partir das narrativas disponíveis, o que nos permite refletir sobre o papel do Estado na promoção dessa expansão e na legitimação das ocupações.

Ainda que a ideologia do período Vargas se referisse a “vazios populacionais”, é preciso reconhecer que essas áreas eram habitadas por povos originários e por comunidades formadas a partir de movimentos colonizadores do século XIX. Assim, o discurso oficial sobre a ocupação dos “vazios” expressa, na verdade, uma estratégia de expansão demográfica sobre terras consideradas “não ocupadas” ou “insuficientemente” ocupadas (Martins, 2022, p. 132).

Investigar esse passado revela a construção de uma narrativa histórica articulada entre o Estado, as elites industriais e os grandes latifundiários. História e ficção, nesse caso, caminham juntas na edificação da imagem de Moura Andrade, marcada por elementos míticos e representações simbólicas e materiais. Como observa Albuquerque Júnior (2019, p. 69), a compreensão do passado exige do historiador a análise crítica dos dispositivos que o inventam e o legitimam.

⁶ Procurando relacionar o colonizador a Empresa Colonizadora passaremos a chamá-lo de Moura Andrade, uma questão de simbologia, considerando que esta nomenclatura é um exercício da representatividade que o empresário procurou exercer por meio da sociedade que teve com Guilherme Moura.

O historiador conta uma história, narra; apenas não inventando os dados de suas histórias. Consultando arquivos, compila uma série de textos, leituras e imagens deixadas pelas gerações passadas, que, no entanto, são reescritos e revistos a partir dos problemas do presente e de novos pressupostos, o que termina transformando tais documentos em monumentos esculpidos pelo próprio historiador, ou seja, o dado não é dado, mas, recriado pelo especialista em História.

É possível utilizar as reflexões de Albuquerque Júnior (2019) sobre a natureza do passado e o papel do discurso literário na distinção entre fato e ficção para compreendermos a construção da memória histórica acerca da Empresa Moura Andrade S/A e de seu proprietário, Moura Andrade. Ao propor uma abordagem que permite inventar o passado e questionar os rastros históricos deixados pelo homem, o autor convida-nos a uma leitura crítica dos documentos e narrativas que constituem o campo da história. Essa perspectiva torna-se relevante diante das declarações de familiares de que o histórico conflito entre Moura Andrade e o “rei do café”, Geremias Lunardelli, não passaria de uma ficção literária e musical. Diante disso, torna-se necessário retornarmos aos anos 1930, período em que o Presidente Getúlio Vargas promoveu políticas de interiorização do território brasileiro, proteção das fronteiras e incentivo à produção agrícola como forma de sustento para os grandes centros urbanos e industriais.

Nesse contexto, destacamos a política da Marcha para o Oeste, frequentemente tratada como objeto de estudo nas discussões políticas e territoriais, especialmente por representar o esforço do governo em ocupar os chamados "vazios demográficos". Essa política expansionista, voltada à interiorização do território nacional, articulava-se com a figura dos grandes latifundiários, aos quais o Estado delegava o papel de promover processos de colonização e fundação de cidades. Assim, a colonização não se dava apenas por meio da presença estatal direta, também pelo estímulo à ação empresarial sobre a terra, convertendo-a em mercadoria e fonte de renda fundiária.

A Marcha para o Oeste simbolizava a presença do Governo Federal em regiões até então marginalizadas, funcionando como instrumento de propaganda política com o objetivo de aproximar o Estado ao povo, politizar as fronteiras e enfraquecer o poder local dos coronéis, promovendo, assim, a integração nacional. Tratava-se de um esforço ideológico inserido em um regime autoritário, cujo objetivo era reafirmar a centralização do poder e a força do Estado brasileiro. Ressalta Freitag (2001, p. 40):

Esse slogan, Marcha Para Oeste, foi elaborado no final do ano de 1937 e teve seus objetivos insistentemente retrabalhados nos anos seguintes. Através das mais variadas técnicas de propaganda, construiu a imagem da população marchando em direção da grande obra de construção da unidade nacional.

Através da ideologia nela contida, o movimento migratório seria responsável pelo resgate da tradição histórica do País, integrando o homem à terra.

Tratava-se de um caminho a ser traçado e percorrido, convocando a nação. Na Europa, países como Alemanha, Itália, França e Inglaterra eram movidos por um sentimento exacerbado de nacionalismo, o qual também foi mobilizado por Getúlio Vargas no Brasil. No Velho Continente, esse nacionalismo pode ter sido um dos fatores que contribuíram para o desencadeamento da Segunda Guerra Mundial. No Brasil, por sua vez, tornou-se elo de propagação utilizado para unificar o país, caracterizado por Lenharo (1986b) como "uma nação em movimento e à procura de si mesma, de sua integração e acabamento".

Não se pode perder de vista que o patrimonialismo brasileiro está intimamente ligado ao Estado e ao colonizador. O interesse por terras foi central, e, com a República, ganhou novas dimensões: em nome da prosperidade nacional, os grandes latifundiários passaram a ocupar os “sertões” do Brasil. Embora neste trabalho não nos propomos a discutir profundamente a Marcha para o Oeste, é fundamental compreender como os “sertões” brasileiros passaram a atrair o olhar estratégico do Estado Novo, justificando, de forma discursiva e simbólica, as ocupações intensificadas a partir da década de 1930.

Ao estudarmos o processo de interiorização das terras brasileiras durante o Governo Vargas, torna-nos possível perceber a simbologia envolvida na construção da ideia de nação. Esse processo remonta à Semana de Arte Moderna de 1922, que colocou em tela a necessidade de pensar o Brasil como projeto cultural e identitário. Em *Raízes do Brasil*, Sérgio Buarque de Holanda afirma que, cem anos após a emancipação política do país, ainda era necessário construir uma identidade nacional. Nos anos de 1930, o Governo Federal passou a implementar programas e políticas públicas voltadas a dar sentido ao Brasil como país-nação. Como afirma Lenharo (1986a, p. 17–18):

A ‘Marcha’ foi armada para evoluir do domínio da lenda para o da legenda, do mítico para o simbólico, regiões férteis de fantasia e emoção, instrumentos penetrais com os quais se articulava a imagem indivisa de uma nação homogênea e acaba, superadora dos conflitos sociais. A conquista do Oeste significava para o regime a integração territorial como substrato simbólico de todos os brasileiros. A ocupação dos espaços ditos vazios significava não simplesmente a ocupação econômica da terra, transformada em geradora de riquezas; sua pretendida ocupação seria procedida de maneira especial, a ponto de fixar o homem na terra através de métodos cooperativos, que redimensionassem as relações sociais, de acordo com a orientação política vigente.

Em razão do contexto político durante o governo de Getúlio Vargas, é possível perceber a consolidação de nova ordem: ocupar os "vazios demográficos", construir novas cidades e

descentralizar a população das grandes metrópoles, um problema presente nas condições precárias de urbanização do Brasil. Nesse processo, destacamos a relevante participação dos grandes latifundiários, que contribuíram para o deslocamento de pessoas oriundas de diversas regiões do país para os sertões brasileiros.

Uma discussão importante nesse ínterim, refere-se à forma como o Estado brasileiro compreendia a noção de sertões e como soube cercar essa ideia de elementos simbólicos, representações míticas e mecanismos discursivos com o objetivo de conquistar o apoio popular à campanha de ocupação e povoamento das fronteiras nacionais. Segundo Mondardo (2012, p.120-121):

Convocando o povo para a conquista do território nacional, através da colonização dos espaços considerados “vazios”, Vargas atribuiu-lhe uma tarefa vinculada a questões de patriotismo (da identidade, do ser brasileiro) visando, assim, o apoio da sociedade para garantir a implantação do projeto de nacionalização das fronteiras e de segurança interna do País, além de integração espacial e “desenvolvimento” econômico do mesmo.

É possível perceber, em Mondardo (2012), que o Governo Vargas, além de priorizar a unidade nacional e a integração econômica, tinha como princípio orientador preocupações de ordem geopolítica e de segurança interna. Assim, a ocupação das fronteiras brasileiras fomentava a materialização desse projeto, com a criação de colônias de povoamento que abrangiam a Amazônia, o Nordeste e o Centro-Oeste (Lenharo, 1986a, p. 50).

Bourdieu (2012) nos convida a problematizar a comunicação política a partir das relações simbólicas. Podemos afirmar que Vargas, ao idealizar o nacionalismo de um povo, utilizou-se do “poder simbólico” como fator de construção da realidade social. Essa estratégia foi particularmente evidente durante o Estado Novo (1937-1945), quando o presidente consolidou sua influência e buscou unificar o país sob uma identidade nacional, promovendo a homogeneização da linguagem e da percepção coletiva no tempo e no espaço.

Por um lado, observamos a relação do Estado com grandes empresas, que almejavam o lucro capitalista advindo da exploração da terra, por outro, notamos valorização considerável do trabalho e do trabalhismo nas áreas urbanas. A propaganda estatal foi instrumento desse poder simbólico. Com o auxílio do rádio, dos jornais e de outros meios de comunicação, o governo promovia a figura do “Pai dos Pobres” e construía a imagem de Vargas como defensor dos interesses do povo brasileiro.

Ao analisarmos o campo simbólico do período varguista, compreendemos a lógica específica das formas simbólicas, os mitos, as lendas e as representações em que se inserem os grandes latifundiários, o chefe de Estado, o trabalhador que produz e enriquece a nação,

elementos que articulam a compreensão de um novo tempo, no qual o Estado aparece como figura essencial e centralizadora.

Com base nas reflexões de Bourdieu (2012) sobre os efeitos dos discursos e a análise dos poderes simbólicos, podemos compreender o campo político como espaço de concorrência entre agentes que são, ao mesmo tempo, produtos e produtores de uma engrenagem socioeconômica. Os acontecimentos e os discursos, nesse contexto, devem atuar no sentido de unir os cidadãos, colocando-se a serviço do Estado e da nação. O jogo político, assim, permite que o chefe de Estado conduza o povo a falar a mesma língua, uma fusão simbólica das naturezas humanas em nome de uma obra nacionalizadora. Ainda para Bourdieu (2012, p.165-166):

A intenção política só se constitui na relação com um estado do jogo político e, mais precisamente, do universo das técnicas de ação e de expressão que ele oferece em dado momento. Neste caso, como em outros, a passagem do implícito ao explícito, da impressão subjetiva à expressão objetiva, à manifestação pública num discurso ou num ato público constitui por si um ato de instituição e representa por isso uma forma de oficialização, de legitimação, não é por acaso, que, como nota Benveniste, todas as palavras que tem uma relação com o direito têm uma raiz que significa dizer.

Percebemos como foi se construindo um Estado através das idealizações. Vargas, naquele período, idealizou o Brasil uma unidade indivisível, sobretudo, que o povo tivesse uniformidade de pensamento e de ação, adesão as políticas dos interesses corporativos, *corpus* de saberes específicos à integração nacional. Essa questão simbólica e representativa de como entender a política de determinado momento da história de um país, remete a compreender a identificação entre Estado e Nação, e, Ângela de Castro Gomes (2013, p.46), em seu texto “População e sociedade” do livro de sua coordenação, “Olhando para Dentro 1930-1964”, comenta que:

O Estado Novo, como outros regimes autoritários seus contemporâneos, estabelecia como meta estratégica para a segurança nacional um efetivo controle sobre o povo e território, cuidando-se das fronteiras do país, ameaçadas, quer por inimigos externos, quer por inimigos internos.

Vargas acreditava estar promovendo uma marcha rumo ao futuro, estimulando a organização econômica, social e política do país, fecundando, assim, uma nova era. O Estado Novo, por meio da Marcha para o Oeste, pretendia estabelecer unidade entre Estado e nação. Como chefe de Estado carismático, que se apresentava próximo às massas, o governo promoveu o controle social e político da população, consolidando formas de gestão que marcaram o Estado brasileiro entre os anos de 1937 e 1945. Nesse contexto, os elementos socioeconômicos acabaram por se alinhar às idealizações do governo. Por isso, não bastava ocupar os centros

urbanos, era necessário categorizar a ocupação das fronteiras e dos sertões sob o signo do nacionalismo.

Dessa forma, é preciso compreender que a Moura Andrade se aproveitou das condições estruturais do sistema econômico brasileiro, vinculado à monocultura, especialmente à produção cafeeira e à lógica de grandes extensões de terra voltadas ao lucro capitalista. A política de Estado foi imprescindível para a consolidação dessas relações socioeconômicas, como será demonstrado ao longo deste trabalho. De acordo com Caio Prado Júnior (1972, p. 163), mesmo ao se referir ao período colonial, é possível compreender que “as atividades agrícolas e da pecuária são implementos para as grandes vias comerciais lucrativas, ambas as atividades realizam o abastecimento das grandes cidades em formação”.

Antonio (2015) destaca que as políticas de colonização implementadas durante o Estado Novo foram fundamentais para atender às demandas de conciliação social, apaziguar conflitos, desenvolver a economia nacional e proteger as fronteiras do país. No entanto, a partir de 1945, durante o governo de Eurico Gaspar Dutra, tais políticas foram intensificadas com o objetivo de suprir a crescente demanda por gêneros alimentícios, em razão do aumento populacional nos centros urbanos. Segundo o autor, a economia brasileira tornou-se predominantemente industrial, gerando a necessidade crescente de mão de obra, o que colaborou para o êxodo rural e o consequente inchaço de cidades como São Paulo e Rio de Janeiro (Antonio, 2015, p. 35).

Inicialmente, a colonização foi utilizada como estratégia de ocupação e exploração das terras, com foco principal na produção agrícola. Com o tempo, porém, as políticas colonizadoras contribuíram para a concentração fundiária nas mãos de poucos proprietários, em virtude do reduzido incentivo por parte do Governo Federal aos pequenos agricultores. Essa lógica fomentou a formação de novos latifúndios, dificultando a consolidação da agricultura familiar no campo.

Além disso, tanto a colonização estatal quanto a privada enfrentaram obstáculos como a morosidade na obtenção dos títulos definitivos de propriedade, o baixo poder aquisitivo dos migrantes e a constante busca por novas oportunidades de colonização. Esses fatores

favoreceram, em diversas regiões do país, a formação de grandes propriedades. A burocracia e os trâmites legais para a oficialização da posse da terra eram lentos e complexos, gerando insegurança entre os colonos e dificultando sua permanência nas áreas ocupadas. Muitos migrantes não possuíam recursos para adquirir equipamentos ou se sustentar durante o processo de tornar a terra produtiva.

Essa condição resultou não em uma ocupação organizada da terra, mas em processos que favoreceram a concentração fundiária, especialmente devido ao fracasso das políticas

públicas de distribuição de terras e à rápida apropriação de grandes áreas por parte de proprietários com maior poder econômico. Embora o governo getulista apresentasse o discurso de valorização da permanência no campo, é evidente que suas ações reforçaram a presença dos grandes proprietários. O cultivo em larga escala e a ocupação de grandes extensões de terra foram estratégias características desses agentes, que utilizavam a terra como instrumento de apropriação capitalista.

Assim, ao longo do século XX, especialmente algumas décadas após o conflito da Tríplice Aliança contra o Paraguai, a ocupação dos territórios fronteiriços passou a representar ideal nacionalista de valorização do espaço geográfico. De forma geral, os grandes latifundiários colaboraram com a realização dos interesses governamentais, ao demonstrarem por meio da posse da terra uma relação de pertencimento e produtividade nas regiões de fronteira.

A ocupação do território brasileiro, nesse contexto, evidenciava a conexão entre a política varguista, representada pela Marcha para o Oeste e a atuação da Empresa Colonizadora Moura Andrade S/A, tanto no estado de São Paulo quanto, posteriormente, em Nova Andradina (MT/MS). O objetivo é analisarmos como as políticas governamentais da época impactaram diretamente o processo de ocupação territorial, especialmente no contexto da expansão para o oeste, e de que forma essas ações se relacionaram com a atuação da empresa colonizadora, o que nos leva à próxima seção, dedicada à análise das fronteiras e dos “sertões” como desafios à integração nacional.

1.1 As fronteiras e sertões como desafios de integração nacional

Segundo Lenharo (1986a), em agosto de 1933, o chefe do Governo Federal incentivava a permanência da população no campo. Possivelmente, Vargas compreendia e atentava para a urbanização desordenada pela qual o país passava e via o retorno ao campo como algo viável e necessário à condução de uma sociedade mais organizada. Nesse sentido, torna-se essencial recorrer a Martins (2022) para a compreensão do conceito de fronteira, considerando que, no início da década de 1930, o governo brasileiro demonstrava interesse em proteger seus limites territoriais ao mesmo tempo em que criava condições para integrar o país e afastar o risco de uma reforma agrária.

No que se refere à industrialização, destaca-se seu papel fundamental na integração nacional durante o governo Vargas. No contexto do primeiro ciclo de industrialização brasileira, nas décadas de 1930 e 1940, os investimentos provenientes do capital estatal e privado

impulsionaram a diversificação da economia e a busca por autonomia econômica. Com a necessidade de desenvolver setores industriais que exigiam altos investimentos e tecnologia avançada, o governo de Vargas incentivou a expansão da pequena propriedade agrícola e a distribuição de terras a trabalhadores nacionais e estrangeiros com experiência no cultivo da terra.

Essa política contribuiu não apenas para a integração nacional, também para o desenvolvimento econômico e social em diversas regiões do país. Além disso, a industrialização permitiu a geração de empregos, a diversificação da produção e a redução da dependência do setor agroexportador, fortalecendo o mercado interno e estimulando a acumulação de capital no país. Conforme Antonio (2015, p. 36), “essa diversificação econômica contribuiu para a integração de diferentes regiões do Brasil, reduzindo desigualdades regionais e promovendo o desenvolvimento nacional”.

Assim, a industrialização sob o governo Vargas impulsionou a economia brasileira e desempenhou papel importante na integração nacional, fortalecendo a unidade do país e promovendo o desenvolvimento em diversas esferas. Outro ponto simbólico de unificação nacional foi a reforma agrária que, à primeira vista, parecia ser uma alternativa interessante ao desenvolvimento do Brasil, acabou por conduzir, segundo Antonio (2015), a um processo de colonização dirigida, utilizado como estratégia para desviar o foco dos conflitos no meio rural, especialmente em momentos de tensão social e de reivindicações por reforma agrária.

Durante o Estado Novo, por exemplo, as políticas de colonização foram implementadas como alternativa para atender às necessidades de conciliação, promover o desenvolvimento econômico e garantir o suprimento de gêneros alimentícios aos centros urbanos. Contudo, apesar do discurso governamental voltado à reforma agrária, o que se observou foi a implantação da colonização dirigida, favorecendo a concentração de terras nas mãos de poucos proprietários e contribuindo para a formação de novos latifúndios, em desacordo com o objetivo inicial de fixar o pequeno agricultor no campo.

A política varguista também favoreceu a atuação de empresas imobiliárias, que adquiriram vastas extensões de terras para fins de especulação fundiária. O Congresso Nacional, influenciado pelas oligarquias rurais, tornou ineficazes os projetos de reestruturação agrária, utilizando a colonização dirigida como mecanismo de contenção das pressões pela reforma agrária, mantendo o predomínio da grande propriedade. Como resume Antonio (2015, p. 32–35), “o processo de colonização dirigida serviu como uma estratégia política para desviar a atenção sobre os conflitos no meio rural, mantendo a estrutura agrária baseada na grande propriedade e dificultando a implementação efetiva de medidas de reforma agrária”.

Embora o conceito de fronteira tenha sido amplamente explorado por intelectuais brasileiros, incluindo geógrafos, sociólogos e historiadores, sua abordagem como fenômeno histórico, vinculado aos movimentos de povoamento e colonização, passou a ser especialmente desenvolvida por historiadores norte-americanos, que buscavam compreender a dinâmica de transformação histórica na América do Norte. Destacamos, nesse contexto, a contribuição de Frederick Jackson Turner (1892), cujos estudos alavancaram o interesse pelas regiões do Oeste dos Estados Unidos.

Ademais, o termo "fronteira" passou a ser utilizado para descrever a “ocupação dos vazios”, ideia que também influenciou as políticas do governo de Getúlio Vargas, que vislumbrava interiorizar o adensamento populacional do Brasil, tendo em vista as vastas áreas que o Estado identificava como desocupadas ou subocupadas no Oeste do território nacional, especialmente nas regiões fronteiriças com Paraguai e Argentina. Segundo Martins (2022), os estudiosos da Geografia têm buscado estabelecer conceitos de fronteira que estejam em consonância com os acontecimentos históricos, sociais e geográficos. Para Nardoque (2014, p.70-71):

A constituição da fronteira estruturou-se e estrutura-se em dois momentos distintos e combinados. No primeiro, institui-se a frente de expansão. Este era o momento da incorporação das terras desabitadas ou ocupadas por indígenas – que não interessavam, em um determinado momento, à produção de mercadorias. Mas também, era a expansão territorial resultando no massacre das populações nativas, na sua redução ou no seu desaparecimento. Outro momento dessa expansão era e é o deslocamento das frentes pioneiras, as quais constituíam faces distintas da mesma expansão: a expansão territorial do capital.

Novos terrenos são ocupados sob o modo capitalista de produção sendo possível extrair deles a renda capitalista da terra, ao menos a renda absoluta, isto é, quando é possível embutir a renda territorial e a taxa média do lucro. Esse delineamento estabelecido por Martins (1997) aproxima o conceito de fronteira como aparato das relações de capital, em que envolve o Estado tendo seu território protegido relacionando com as empresas colonizadoras que podem angariar renda e lucro com a exploração territorial e o fracionamento para o mercado imobiliário e também com a extração de matérias primas. No entendimento de Becker (1990, p.11):

A fronteira é, pois, para a nação, símbolo e fato político de primeira grandeza, como espaço de projeção para o futuro potencialmente alternativo. Para o capital, a fronteira tem valor como espaço onde é possível implantar rapidamente novas estruturas e como reserva mundial de energia. A potencialidade econômica e política da fronteira, por sua vez, torna-se uma região estratégica para o Estado que se empenha em sua rápida estruturação e controle.

Conforme a definição de Becker (1990), a fronteira configura-se como o controle e a dominação de uma área territorial específica por parte do Estado, sendo a expressão de seu poder sobre determinados recursos, o que se manifesta, sobretudo, na dominação dos espaços fronteiriços. É nesse contexto que o Estado passa a ser compreendido como entidade organizadora da sociedade. Nesse sentido, Raffestin (1993, p. 39) destaca: “A mais relevante dentre as organizações é o Estado, embora não seja a única, as organizações direcionam, delimitam, controlam, ou seja, moldam as forças sociais.”

Não por acaso, o Estado atua segundo concepções ideológicas, buscando que sua população fale, pense e replique os ideais legitimados pela ideologia do desenvolvimento. Ademais, o governo de Getúlio Vargas, na década de 1930, abrigava dois polos sociais distintos em relação à terra, de um lado, os grandes latifundiários, representantes do poder e da produtividade, de outro, os pequenos proprietários. Baller (2014) observa que a historiografia tem apresentado inovações dialéticas ao abordar o conceito de fronteira, tratando-o com diversidade teórica e metodológica, desde análises de elementos amplos até conjunturas específicas do Oeste brasileiro. Essa abordagem permite compreender a fronteira tanto em suas permanências quanto em sua relação com os diversos contingentes sociais que a compõem e transformam. Segundo Baller (2014, p.43):

A fronteira das Ciências Humanas e Sociais, a partir dessas novas demandas, passa a ter um enfoque de protagonista, carecendo a todo o momento ser interrogada, problematizada, analisada e definida na idiossincrasia do objeto de estudo que a cerca. Ou seja, a fronteira não é mais apenas a paisagem petrificada, são os objetos que servem para cerceá-la com novas significações, criando com isso as diversidades de fronteira.

A noção das relações de fronteira para Baller (2014) aponta para a ideia de que a fronteira é um conjunto de realidades e realizações, em que o humano se envolve com a natureza, e, o cenário é móvel, os lugares não são apenas territoriais, mas, de territorialidades em que os acontecimentos estão relacionados a condições antrópicas, por isso, estuda-se fronteiras e fronteiriços. Afirma Baller (2014, p.53):

A literatura que busca a compreensão da fronteira e dos fronteiriços é permeada de tradições e novidades pela dinâmica que ambas as categorias possuem e pelos vários sentidos que apontam. É comum nas fronteiras aparecer aspectos simbólicos e materiais para sua explicação, as reflexões contidas na bibliografia elencada não formam a totalidade das prerrogativas, mas é uma amostra da riqueza das categorias fronteira e fronteiriços.

Nesse sentido, José de Souza Martins (2022) ressalta que as fronteiras não são apenas demarcações geográficas, mas, construções sociais que refletem e perpetuam relações de poder, identidades culturais e formas de exclusão. O autor explora essa perspectiva em sua obra

Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano, destacando como as fronteiras podem ser utilizadas para marginalizar e desumanizar grupos considerados “outros”. Ao mesmo tempo, as fronteiras podem constituir espaços de interação e hibridismo cultural, onde diferentes grupos se encontram, negociam identidades e trocam práticas socioculturais. Assim, as fronteiras não devem ser vistas como barreiras rígidas, mas como zonas de intercâmbio e transformação.

Recorremos a Raffestin (1993) com o intuito de compreender as relações de poder simbólico, político e econômico que se articulam no espaço fronteiriço. Nesse contexto, observa-se como as empresas colonizadoras receberam do governo nacional a atribuição de desbravar os “sertões” e/ou proteger as fronteiras. Em relação às pequenas propriedades, o objetivo do Estado era também o de acomodar trabalhadores rurais, notadamente migrantes europeus ligados à terra (e seus descendentes) e o sertanejo brasileiro (sobretudo nordestinos), que, impulsionado pelo ideal de desenvolvimento, buscava oportunidades de trabalho na cidade. Ainda assim, o Governo Federal buscava garantir a permanência desses trabalhadores no campo por meio da criação de novas cidades no interior do Brasil. Segundo Lenharo (1986a, p.20):

[...] ‘valorização integral do homem brasileiro’, seu vigor, saúde física e energia estão entrelaçados à produção. Da mesma forma, a mudança da paisagem social da Amazônia, de Mato Grosso e de Goiás se amarra na ideia de ampliação do mercado interno de consumo para ‘absorver’ a crescente produção industrial. Isto através da irradiação da pequena propriedade, somada como o meio de se aumentar o rendimento do trabalho agrícola.

Baseando-nos nos estudos de Lenharo (1986a, 1986b), afirmamos que o Governo Vargas se organizou em meio à idealização da construção de uma nação para que, na década de 1930, fosse edificada a noção de sentimento pátrio, colocando, para isso, a nação “em marcha”. Nessa conjuntura, consolidou-se o entendimento de que o Estado deveria estabelecer diálogo com o agricultor, sobretudo garantindo maior atenção aos grandes proprietários de terra. Nesse sentido, Martins (1994, p. 72) destaca: “Foi em seu governo (Vargas) que se estabeleceram as bases para um pacto político tácito, ainda hoje vigente, com modificações, em que os proprietários de terra não dirigem o governo, mas não são por ele contrariados”.

Tais condições são mencionadas por autores, como Lenharo (1986a, 1986b) e Martins (1994), com o intuito de evidenciar as políticas do Governo Vargas no contexto da ocupação dos chamados “vazios demográficos” e da proteção das fronteiras diante de supostos inimigos externos. As regiões com menor presença do Estado nacional passaram, então, por campanhas de povoamento e incentivos à instalação de empresas, voltadas à fundação de cidades,

construção de estradas e estabelecimento de núcleos populacionais. Tais medidas incluíam a concessão de terras e outros estímulos oficiais.

Esses incentivos foram direcionados de forma a permitir que um número seletivo de empresários e empresas, especialmente oriundos da região Sudeste, se tornasse proprietário de vastas extensões de terras nos estados do Centro-Oeste brasileiro. Essas ocorrências estão em consonância com a ideia central desta tese, que sustenta que empresas de grande porte migraram do Sudeste para as regiões do “sertão”, Sul e Centro-Oeste, tornando-se apropriadoras capitalistas das terras.

São essas as condições que permitiram à empresa de Moura Andrade, no final da década de 1930, apropriar-se de consideráveis extensões de terra às margens do rio Paraná, no território do então estado de Mato Grosso. Na década seguinte, essa apropriação resultou na formação da Fazenda Primavera, cuja exploração baseava-se no desmatamento e na criação de gado, voltada à produção em larga escala de gado de corte, com vistas à obtenção de renda fundiária e capital financeiro.

A migração de empresas sediadas no Sudeste para o Centro-Oeste respondia, na perspectiva do Estado, à necessidade de proteger as fronteiras nacionais, garantindo maior segurança territorial nas regiões que faziam fronteira com países sul-americanos, sobretudo nas áreas localizadas no Sul e Centro-Oeste do Brasil. Para Silveira (2012, p.18):

O Governo estava empenhado em desenvolver a política de interiorização, de conquista e de colonização das regiões remotas da Nação, isso foi compreendendo todo o território para Oeste do País. Novamente o movimento ‘Marcha para o Oeste’ se configura em peça de propaganda de caráter ideológico no sentido de materializar o movimento, dando ritmo e fortalecendo a proposta estadonovista.

Mesmo com a intenção do governo ocupar os vazios, ressaltamos que esses espaços não se encontravam de todo vazio⁷ e Lenharo (1986) demonstra como nesse período o território brasileiro mostrava o seu preenchimento populacional, salientamos como as empresas estavam indo ao interior, assim como outras desde o século XIX haviam procurado formas de extração de matéria-prima ou mesmo ocupações que permitissem plantio e colheita. Segundo Lenharo (1986a, p. 60):

Na verdade os espaços não se encontravam tão vazios assim: as usinas de açúcar, às margens do Rio Cuiabá; a imensa extensão de terras ocupadas com a exploração do mate, principalmente pela Cia Mate Larangeira; as fazendas de gado no pantanal mato-grossense, cidades e propriedades surgidas à beira

⁷ Ver Martins (2022). Esse é um assunto que deve ser sempre retomado, considerando especialmente a maneira como as empresas colonizadoras atuaram frente aos povos originários, também com as pequenas propriedades que acabaram sendo griladas ou tomadas posse, até mesmo por fazendeiros de menor porte que as empresas de colonização.

da estrada-de-ferro Noroeste do Brasil, amplas regiões de garimpo do ouro e diamante, outras tantas de exploração da borracha ou de drogas do sertão, vem atestar, no caso do estado de Mato Grosso, um quadro de colonização complexo, mapeado de grandes propriedades e estatais, boa parte delas de origem estrangeira. Isso para não se falar de povos de formação social inteiramente diferentes da região – os indígenas que acarretavam pelo menos dois sérios dilemas para a política colonizadora: como ficariam suas terras e como eles participariam da empreitada da colonização, através de seu trabalho?

Nota-se que os preenchimentos demográficos das terras de Mato Grosso, além da presença dos povos originários, encontravam com ocupações consolidadas desde o século XIX, como a Companhia Matte Larangeira, as usinas de açúcar e a participação de migrantes sulistas após a Guerra do Paraguai. Também se faz necessário compreender os motivos idealizados pelo Estado no que se refere às fronteiras, uma vez que estas estão objetivamente ligadas a uma simbologia que visa tanto separar quanto unir povos. Trata-se da ordem do pertencimento a determinado território.

Foucault (2021), em *Microfísica do poder*, chama atenção para os jogos de poder que atravessam a noção de fronteira, visto que a geopolítica atua como ponto de partida para a construção da espacialidade e das identidades, especialmente no que diz respeito às disputas de domínio. Baller (2014) entende que o pensamento foucaultiano é essencial para a compreensão teórica de que a fronteira é viva. Ela não se limita às separações físicas entre países ou estados, pois, conforme afirmam alguns teóricos, é preciso perceber a “dimensão natural do espaço, quando ocorre a intervenção humana” (Baller, 2014, p. 55). É nesse sentido que se observa a presença da empresa Moura Andrade S/A, que atravessou as divisas demarcadas pelo rio Paraná, promovendo a circulação e fixação de migrantes nordestinos, do Sudeste e até mesmo do país vizinho, Paraguai, grupos fundamentais na constituição tanto do espaço material quanto do imaterial, revelando a diversidade histórica e cultural presente nas fronteiras.

Dessa forma, ao buscar estabelecer projetos de colonização que aproximasse as fronteiras e os sertões, o Governo de Getúlio Vargas criava símbolos mobilizadores, a família, a pátria e o trabalhador, este último idealizado como figura amada pelo Estado e fornecedor do progresso nacional e social. Cabia ao trabalhador rural alimentar, por meio da produtividade agrícola, o crescimento das grandes empresas e sustentar o modelo industrial nascente. Simultaneamente, era preciso sinalizar positivamente às empresas colonizadoras, sem, no entanto, ignorar a existência dos trabalhadores estabelecidos nessas áreas, especialmente os pequenos proprietários, muitos dos quais eram descendentes de famílias que, desde o final do século XIX e início do século XX, se aventuravam pelas terras do interior do Brasil.

Essa perspectiva enfatiza o papel das fronteiras na definição de identidades políticas e na disputa pela soberania territorial. Argumenta-se, portanto, que as fronteiras são espaços nos quais se travam lutas por reconhecimento, cidadania e controle político. A visão tradicional tende a conceber as fronteiras como linhas que separam territórios, países e comunidades, enfatizando sua função enquanto barreiras físicas e legais. No entanto, mesmo dentro dessa abordagem, há margem para análises críticas que questionem a forma como as fronteiras são construídas, instrumentalizadas e mantidas ao longo do tempo. Segundo Baller (2014, p.57):

Portanto, o que parece estar solidificado pode ser rediscutido. Desconstruído e, se for caso, construído de maneira diferente, o que faz com que a História seja constantemente interrogada e repensada. Nesse sentido, autores como Braudel e Foucault auxiliam na reflexão, na medida em que pensam o tempo múltiplo, no qual as permanências não formam papéis totalmente integrais nos objetos de interesse da história, e que em rupturas não comportam um papel de quebra brusca nas ocorrências históricas.

A problematização torna-se necessária para compreendermos como as fronteiras, materiais e imateriais, decorrem da presença dos sujeitos fronteiriços. Trata-se de construção inserida em realidades que penetram os pensamentos, sendo complexa e dinâmica, mas que não pode ser naturalizada, justamente porque nela se inserem sujeitos históricos diferenciados. Como afirma Baller (2014, p. 63): “A fronteira é construída em meio a uma realidade que penetra os pensamentos, é complexa, é dinâmica, mas não pode ser naturalizada, justamente porque nela se inserem sujeitos históricos diferenciados”.

Essa conjuntura permite compreender que Getúlio Vargas reconhecia a necessidade de manter seu carisma diante da população e agradar às representações sociais, buscando apoio político e legitimidade. É nesse contexto que passamos a tratar a ocupação dos sertões, o clamor por áreas frequentemente consideradas distantes, localidades onde o Estado ainda não irradiava suas conquistas, mas que, sob o ponto de vista do projeto de nação, deveriam ser ocupadas. Tais espaços, compreendidos como “vazios simbólicos”, requerem abordagem que reconheça a diversidade de suas condições conceituais, geográficas e sociais.

Em *Raízes do Brasil*, Sérgio Buarque de Holanda (1995) afirma que os sertões podem ser entendidos como áreas fronteiriças que testemunharam a expansão territorial e a colonização do interior do país. O autor destaca que essas regiões foram ocupadas historicamente por pioneiros em busca de novas oportunidades e recursos, desempenhando papel fundamental na formação da identidade nacional. Além disso, Holanda (1995) caracteriza os sertões como espaços marcados pelo individualismo, onde a escassez de estruturas sociais fomenta a autonomia e a iniciativa pessoal.

Falarmos sobre os sertões, portanto, remete a discussões múltiplas, trata-se de um território simbólico, marcado pela natureza, pela distância e por condições que, embora observáveis, devem ser compreendidas a partir dos estudos e interpretações histórico-sociais realizados sobre esse espaço. No decorrer dos anos de 1930, o Governo Federal deu anuência a valorização de símbolos, ocupar e/ou desbravar os sertões era algo satisfatório para grande parte da população brasileira, ressaltamos a presença de sulistas, principalmente no estado de Mato Grosso ao final da Guerra do Paraguai (1864-1870) e as revoltas no Sul do Brasil ainda no final do século XIX, favoreceram as migrações do século XX condicionando a criação de glebas⁸, comunidades e cidades, com territorialidades sulistas.

No entanto, a presença da empresa Moura Andrade S/A constitui fator essencial para a análise do período entre as décadas de 1930 e 1940 nesta pesquisa. Ao adquirir as glebas que deram origem à fazenda Primavera, Moura Andrade tornou-se fio condutor de um processo migratório que envolveu principalmente grande quantidade de nordestinos em busca de novos horizontes no sertão de Mato Grosso. A empresa idealizou trazê-los à região sob a promessa de trabalho na derrubada das matas, sem demonstrar é claro, que o objetivo das empresas colonizadoras era, prioritariamente, explorar mão de obra barata e escassa, preferencialmente oriunda de localidades distantes, com poucas possibilidades de retorno às suas terras de origem.

Nas terras mato-grossenses, havia pouco povoamento não indígena e, nas regiões fronteiriças, a mão de obra mais comum era composta por paraguaios, tradicionalmente ligados ao cultivo da erva-mate. No entanto, de maneira geral, eram poucos os trabalhadores disponíveis para os chamados “desbravamentos” das matas e formação das fazendas. Por isso, as empresas de colonização passaram a aliciar trabalhadores, especialmente nordestinos, oferecendo-lhes a ideia de que Mato Grosso era terra próspera e que, num futuro não tão distante, poderiam alcançar a posse de seu próprio pedaço de terra.

A emigração dos nordestinos em direção a diversas regiões do território brasileiro está frequentemente associada aos efeitos da seca e à estrutura agrária excludente. Tal cenário transformou o camponês nordestino em migrante, cuja força de trabalho era incorporada pelas

⁸ Compreendendo, as análises em Euclides da Cunha e seu livro “Os Sertões” e José de Souza Martins, “Capitalismo e Tradicionalismo”, é possível dizer que as glebas eram áreas de terra destinadas à exploração agropecuária, frequentemente associadas às frentes pioneiras de colonização e expansão agrícola. Essas glebas geralmente eram demarcadas pelo governo ou por empresas privadas para fins de exploração econômica, como agricultura extensiva ou pecuária, além de projetos imobiliários. Nas frentes pioneiras, as glebas representavam unidades fundamentais de organização territorial, onde ocorriam atividades de ocupação e desenvolvimento econômico, muitas vezes envolvendo a apropriação de terras e recursos naturais. Essa concepção de glebas está intimamente ligada à dinâmica de ocupação e exploração das fronteiras agrícolas, destacando a importância dessas áreas na expansão econômica e territorial.

empresas colonizadoras, desde o Sudeste e Sul até o Centro-Oeste, onde passaram a ser fundamentais para os empreendimentos rurais e imobiliários.

Nas entrevistas realizadas para esta pesquisa, observamos que o sonho de escapar da seca representava, para muitos, a busca por um "Eldorado" diante da escassez de perspectivas econômicas em suas terras de origem. De certa forma, ao constatarem o desinteresse do Estado nacional em promover políticas de valorização das terras nordestinas, a migração passou a ser percebida como necessidade vital para garantir a prosperidade familiar.

A frase costumeiramente repetida por muitos nordestinos, “o Nordeste é terra que tudo dá, o que se planta com chuva, colhe”, expressa a territorialidade afetiva de um povo que valoriza profundamente sua origem. Ainda assim, como relatado por diversos entrevistados, “certas localidades no Nordeste brasileiro mendigam chuva o ano todo”, evidenciando o paradoxo entre a fertilidade potencial da terra e a realidade da seca prolongada, que impulsiona ciclos constantes de deslocamento populacional. Assim, os anúncios de rádio, jornais escritos e alto-falantes⁹ apontavam que “em terras de Mato Grosso havia a possibilidade de realizar um sonho de plantar em terras férteis, o ímpeto de partir tornava-se mais forte do que a dor de deixar o Nordeste”.

Nessa busca por uma vida diferente, paulistas e mineiros também procuravam terras, especialmente no estado de Mato Grosso. Essa condição decorre da crise do café, ocorrida na década de 1930, que impactou duramente as pequenas propriedades cafeeiras. A desvalorização da produção oferecia a esses trabalhadores-migrantes a viabilidade de vender suas terras em regiões tradicionais para adquirir, a preços menores, porções maiores de terra no interior. Configurava-se, assim, um fenômeno migratório que produzia fronteiras simbólicas e materiais, engendradas em relações de poder (Mondardo, 2012, p. 233).

Ocupar e desbravar os sertões tornavam-se, então, um projeto de construção da ordem por meio do trabalho. Toda a simbologia criada durante o governo Vargas servia também como discurso legitimador para a consolidação da ideia de “ordem e progresso” enquanto pilares da nação. Era preciso valorizar o coletivo, sustentar o imaginário social e inventar concepções que exaltassem o ego dos indivíduos e também dos próprios governantes. O Governo Vargas,

⁹ Ainda, de acordo com algumas pessoas entrevistadas, as empresas colonizadoras tinham aparatos de aliciamento dos trabalhadores nordestinos. Um dos entrevistados que pediu para não ser reconhecido, ressaltou que os aliciadores procuravam lugares onde a seca mais castigava. Dessa forma, as empresas colonizadoras ao chegarem nas cidades nordestinas, levavam alimentos que seriam doados nas pequenas cidades e sítios, e, com o alto-falante das rádios das cidades anunciavam a procura por trabalhadores que desejavam tentar a vida nos sertões de Mato Grosso, fato este que promovia principalmente aos jovens rapazes entrarem nos aviões da empresa com destino a Mato Grosso. Todavia, esse processo, também era preenchido pelo processo migratório que visavam as lavouras de café no estado de São Paulo e Paraná, condição proeminente para tempos depois atravessarem o Rio Paraná, chegando ao Mato Grosso.

embora autoritário, buscava erguer os campos de força da sociedade e, mais tarde, consolidar nova concepção de Estado.

Contudo, é necessário destacar que o governo getulista era fundamentado no corporativismo, na sistematização do nacionalismo, no conservadorismo e nas manifestações religiosas. Essa base ideológica é importante quando se analisa a construção dos símbolos sociais que sustentaram o incentivo à migração para os sertões das terras brasileiras.

Retomando as discussões sobre os sertões, é possível afirmar que o Governo Vargas tinha intenção clara de ocupá-los com a presença efetiva do povo brasileiro. Se, por um lado, fomentava a participação de grandes empresas nos projetos de colonização, por outro, incentivava que trabalhadores migrassem para o sertão. Para tanto, era necessário mobilizar os sentimentos desses sujeitos, fossem eles empresários ou famílias, edificando um elo simbólico capaz de representar a terra como promessa de ganho financeiro e ascensão social. De modo geral, as empresas visavam à renda capitalista da terra, enquanto os trabalhadores viam nela a possibilidade de melhoria das condições de vida de suas famílias¹⁰.

Dessa forma, dialogamos com a literatura a respeito do simbolismo e da representatividade presentes no Brasil durante os anos da Era Vargas. Lenharo (1986b) permite compreender a Marcha para o Oeste como processo simbólico da década de 1930, sendo indispensável realizar leituras detalhadas sobre os projetos do governo para o Brasil e sobre o Brasil. A ocupação e a interiorização do território nacional constituíram a essência desse período, envolvendo as fronteiras, os sertões e o fomento da idealização de um povo.

O sertão ou os sertões, conforme observa Albuquerque Júnior (2019), pertence fortemente ao imaginário social, podendo ser interpretado segundo a distância simbólica e social em relação ao lugar. Se, por um lado, o sertão remete à região árida e seca do Nordeste brasileiro, por outro, no Sudeste, ele pode representar os espaços onde a urbanização não alcançou plenamente, sendo associado, de modo geral, à ausência de benefícios urbanos. Em *Os Sertões*, Euclides da Cunha (2002) apresenta, no início do século XX, sua visão do Nordeste, especialmente da Bahia, ao descrever a região visitada durante a expedição militar que culminou na destruição do arraial de Canudos, em 1897.

¹⁰ Ao estudar o processo migratório temos por anseio entender como os povos vindos das diversas regiões do Brasil e estrangeiros foram condicionando a terra como fator de sobrevivência, sobretudo, dividindo o município em grupos regionais de migração, inclusive, é possível pensar como algumas famílias tornaram-se parte da classe dominada no âmbito social e outras, originários do Estado de Minas Gerais foram servir de mão de obra nas fazendas de pecuária, seja de corte ou leiteria, e, também na agricultura, criando com isso possibilidades de melhorias financeiras, participando das classes que posteriormente dominaram principalmente o campo político.

Apesar do título estar no plural, a obra traduz conceito abstrato de sertão, baseado nas observações feitas pelo autor durante sua passagem por Monte Santo, interior da Bahia. Para Euclides da Cunha (2002)¹¹, o sertão é uma terra desolada, de clima árido, marcada pela vegetação da Caatinga. Trata-se de um espaço de vilas pobres, habitado, em sua maioria, por mestiços indígenas e negros, cafuzos, mulatos, cabras.

Na tese de doutoramento de Ziliani (2010), o sertão é discutido de forma abrangente, com enfoque nos aspectos históricos, culturais e sociais que moldaram sua identidade. O autor explora como essa região, historicamente marginalizada e estigmatizada, passou a ganhar reconhecimento por meio da literatura, da música e das políticas públicas. Ziliani (2010) também analisa o impacto das ações governamentais no desenvolvimento dos sertões, mencionando projetos que buscaram melhorar a infraestrutura e a qualidade de vida dos sertanejos, favorecendo sua integração ao restante do território nacional.

Em seu estudo, o autor examina, ainda, o processo de colonização do oeste paulista e do sul de Mato Grosso, destacando: “O problema equivalente da ocupação do sertão, em convertê-los como parte integrada do território nacional, também foi o do trabalho, o da solução de qual seria o trabalhador possível de ser incorporado à faina de desbravar as florestas” (Ziliani, 2010, p. 39).

A ocupação dos sertões mato-grossenses contou, portanto, com a mão de obra indígena. Ziliani (2010) ressalta que, no início do século XX, houve decisão política de vincular a questão indígena ao Ministério da Agricultura, o que nos permite compreender como a atuação das empresas colonizadoras na região se apoiou, em parte, na exploração da força de trabalho dos povos originários. Segundo Ziliani (2010, p.43):

Contraditório e irônico, por ter feito referências a pessoas que já estavam lá, já viviam lá, porém, não estavam e não viviam lá, nos moldes e desejos do Estado brasileiro e de seus correlatos interesses em transformar aqueles lugares em lugares produtivos, eficientes e disciplinados. Julgamentos às modalidades e das formas de trabalho, ou de não trabalhos dos brasileiros do interior, ou dos sertões, com este forte viés ideológico, em tom desqualificatório, fazendo recair sobre os ombros de milhões de trabalhadores a acusação de preguiçosos, indolentes, e em relação aqueles das regiões do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul, diz-se que ‘só sabem tomar tereré’.

Essa condição foi primordial para que a Empresa Moura Andrade S/A, no início da década de 1940, estabelecesse relação com o sertão de Mato Grosso e promovesse a abertura e o desmatamento das terras que viriam a constituir a Fazenda Primavera. A localidade,

¹¹ Em 1º de dezembro de 1902, ocorreu a primeira publicação de “Os sertões”, obra mais famosa do escritor e jornalista fluminense Euclides da Cunha.

identificada como sertão, era descrita pelos entrevistados como habitada, à época, principalmente por trabalhadores originários do Paraguai, o que, segundo os relatos, muitas vezes se confundia com a presença de povos indígenas, tendo em vista que muitos desses indivíduos vinham de localidades como o atual município de Rio Brillhante (MS) e do interior do país vizinho.

As narrativas ainda relatam que as condições de vida desses paraguaios e/ou indígenas eram extremamente precárias, alimentavam-se de animais silvestres, utilizavam água de rios armazenada em cabaças ou em vasilhas que eles próprios confeccionavam e, frequentemente, ao final da tarde, envolviam-se em lutas, especialmente após o consumo de bebidas alcoólicas, como a cachaça.

Ziliani (2010) observa que, desde o final do século XIX até as primeiras décadas do século XX, essa mão de obra foi explorada de maneira confusa no sertão de Mato Grosso, sobretudo no contexto das atividades da Companhia Mate Laranjeira. Contudo, é possível estender essa análise às condições de exploração verificadas durante o desbravamento das terras da fazenda Primavera pela Empresa Moura Andrade S/A, revelando continuidades no uso de mão de obra vulnerável e no apagamento das identidades culturais desses sujeitos históricos. Ressalta Ziliani (2010, p.44):

Em todo o período de exploração da atividade, a maioria absoluta dos trabalhadores dos ervais, englobando todas as fases da elaboração do produto, foi constituída pelos índios Guaraní e Caiuá, que muitas vezes, para o senso comum, na região, esses indígenas são denominados de ‘paraguaios’.

Assim, podemos apontar que para essa conjuntura de preconceitos, estereotipados e ideológicos construídos sobre a aversão ao trabalho é, nas muitas vezes uma forma diferente de ver o trabalho, pessoas que tinham na natureza o alcance a alimentação, agora obrigados a derrubar matas no sertão de Mato Grosso para estruturarem a fazenda de um grande latifundiário, ressaltando porém, que os sertões de Mato Grosso não estavam vazios, e que, dentro do processo de colonização e Marcha para Oeste, aconteceu a invasão a terras indígenas, além da acoplação aos serviços braçais nas fazendas.

Nesse sentido, o sertão e os sertões convêm das particularidades de quem olha para o socioespacial, como por exemplo, a realidade sertaneja de Graciliano Ramos está direcionada, a pobreza, interage com o processo dos refugiados da miséria de um sertão seco, localidade em que a fome impera e a necessidade de novas terras exige a fuga. Neste sentido, Albuquerque Júnior (2011) demonstra, então, que no início do século XX, o termo sertão referia-se a todas as terras distantes da costa e afastadas das aglomerações urbanas que se espalhavam ao longo do litoral brasileiro.

Essas áreas eram encontradas em todas as províncias e estados, constituindo terras de todos e de ninguém. “O sertão era comumente retratado na literatura, nos discursos parlamentares e no jornalismo como o oposto da civilização, do progresso e da ilustração” (Albuquerque Júnior, 2011, p.21). Ao falarmos de sertão, procuramos compreender como as pessoas costumam observar essa condição dependendo da localidade em que se fazem presente, ou seja, não há percepção unívoca sobre o sertão. Diehl e Albuquerque Júnior (2019a, p.22), procuraram analisar o sertão:

[...] na primeira metade do século XIX, o conceito de sertão ainda guarda os sentidos ligados à sua origem etimológica, pois sertão viria do latim sertānu ou sertu, significando ‘bosque, do bosque’, ou da palavra latina desertānu, significando ‘região deserta’. Há ainda quem a derive de uma palavra de origem angolana, mulcetão, que significava ‘terra entre terras’, ‘local distante do mar’, ‘lugar interior’.

Nesse sentido, o texto de Diehl e Albuquerque Júnior (2019a) é primordial para que consigamos analisar os diversos sertões do ponto de vista literário e peculiarmente geográfico, compreendendo outra vez, que o sertão ou, os sertões, estarão presentes na realidade dos diferentes territórios e territorialidades. Pode ser visto por aqueles que escrevem como olhar de superioridade. No entanto, o sertão nordestino é o mais lembrado, quando se trata de procurar entender a temática. Todavia, o sertão é também esse lugar da distância cultural, o espaço do anacronismo, de um passado, de tradições, de costumes que atravessam os tempos, infensos a mudanças. O sertão é uma distância no tempo e no espaço (Albuquerque Júnior, 2011).

Mondardo (2012) enxerga na perspectiva varguista a intenção de promover o sertão do Sudoeste paranaense como “lugar do futuro”, condiz a intenção do estado idealizar a povoação de região pouco habitada do ponto de vista colonial, cria-se enunciados, de fazer ver e crer que construíram representações de uma região boa para morada e trabalho. Essa relação será dimensionada não apenas ao Estado do Paraná, mas, substancialmente ao Centro-Oeste do Brasil, considerando a crença de possíveis vazios da terra com novas possibilidades, nesse sentido, é a reinvenção do sertão. Conforme Mondardo (2014, p. 169): De “região sertão” isolado, “inóspito” e de foragidos da justiça no período da ocupação cabocla, a “terra-lugar” do futuro, do progresso e da modernização agrícola, reinventada pelo discurso do projeto político/ideológico da Marcha para Oeste do governo Vargas.

Desta forma, a ocupação do Sul e do Centro-Oeste brasileiros está relacionada à ocupação de um certo “sertão”, onde as terras são devolutas, existe a presença do sertanejo e, sobretudo, a longitude dos grandes centros, o mato é grosso, de difícil acesso, o território está relacionado aos possíveis vazios nas fronteiras do Brasil. Assim, Chartier (1991) demonstra o

deslocamento atento às redes de prática que organizam os modos, histórica e socialmente diferenciados, da relação aos textos, não se trata apenas de utilizar a leitura de forma abstrata sobre o período, mas, de forma muito peculiar, que não é somente uma operação abstrata de intelecção, é pôr em jogo o corpo, é inscrição num espaço, relação consigo ou com o outro.

Na compreensão do autor, a leitura que pode ser feita sobre esse momento, nos permitirá não apenas ler a gênese da Marcha para Oeste, mas, “tem a tarefa de redescobrir os gestos esquecidos, os hábitos desaparecidos”, quer dizer, “há muito a ser pesquisado dentre todos os interesses que o Estado nacional trazia ao seu povo e por isso, se faz necessário entender os agenciamentos específicos que ali foram permitidos” (Chartier, 1991, p.181).

Estudar a colonização no Brasil permite uma análise sobre as contradições da política. “Sacralizar a política e/ou o político” certamente seria erro do historiador, claro que não é essa nossa pretensão, mas, dialogar com aquilo que foi vivido nos anos de 1930, quando o chefe de Estado pode ser chamado de “pai dos pobres e mãe dos ricos”, é, grosso modo, uma permissão que temos no anseio de entendermos como o governo se colocava a favor de utilizar a mão do trabalhador e fazê-lo servir sem que sentisse tão grandiosamente o peso que carrega, colocar em tela a família, as práticas religiosas, a romantização dos sertões, foi ato intenso dos simbolismos em favor da colonização do interior do país. Para Lenharo (1986b, p.15):

Se, ‘de’ um lado, o estudo da colonização facultava enveredar pelas contradições da política de trabalho, omissa nos termos de não desdobrar o movimento legislador da cidade para o campo, a colonização e, em especial, a própria proclamação da ‘Marcha para o Oeste’ abriram possibilidades de análise do seu conteúdo mítico, cuja construção imaginária evidencia traços marcantes do conservadorismo romântico, por sua vez detectados nas raízes das experiências nazi-fascistas europeias. A construção da “Marcha” atina para a imagem da nação em movimento à procura de si mesma, de sua integração e acabamento.

Neste sentido, os laços que o chefe de Estado brasileiro tivera com os governos totalitários da Europa foram racionais, era momento do uso de imagens e símbolos sacralizantes do político. Intencionava-se não apenas a valorização do político, sobretudo, da política de representação do espaço, homogeneizar o ideal, para isso o chefe de Estado e o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) procuraram investir na construção de uma imagem na sociedade, do lugar de futuro, e na percepção de Lenharo (1986a, p.40), “o governo peculiarmente fez uso do rádio para alcançar entre emissoras e ouvintes, o maior número de pessoas no ideal de nacionalização”.

Assim, recorremos a Gilberto Freyre (2004) com *Casa Grande & Senzala*, para percebermos como é construído o mito da democracia racial brasileira, sobretudo, procurando analisar que as colonizações nas terras brasileiras apontam para a idealização de um povo que

precisava ser catequizado, uma vez que colonizadores e colonizados tinham convívios próximos, todavia, estavam em condições opostas. Desta forma, as propagandas precisavam apontar para locais a serem interiorizados e ocupados por civilizados a civilizarem os não civilizados.

Analizando a formação do povo brasileiro a partir de Freyre (2004), percebemos que os ideais sobre a interiorização do Brasil, continha ares de necessidades para um povo que ansejava ser domesticado. O autor pressupõe que o regime de formação do povo brasileiro, em vários sentidos é democrático e flexível, isso aponta para que, enquanto o Estado precisava expandir, por outro lado, o povo precisava contribuir para o processo de expansão.

Desta forma, entendemos o Governo de Getúlio Vargas, enxergando que o território brasileiro precisava ser interiorizado, e a população nesse mesmo território poderia ter fácil aceitação para entender os aparelhos que o Estado oferecia, e para isso, contava, sobretudo, com a formação cristã da população. Essas simbologias são relevantes ao lembrarmos que o Governo de Getúlio Vargas era ditatorial (1937-1945), mas, as representatividades promoviam escopo de possível democracia. Utilizamos de Pierre Bourdieu (2012, p.165) para analisarmos os possíveis instrumentos que o Estado com seu governo pode utilizar no intuito de incentivar a população a conviver pacificamente com seus instrumentos de manipulação social:

Dada que os produtos oferecidos pelo campo político são instrumentos de percepção e de expressão do mundo social (ou, se assim quiser, princípios de di-visão) a distribuição das opiniões numa população determinada depende do estado dos instrumentos de percepção e de expressão disponíveis e do acesso que os diferentes grupos têm a esses instrumentos.

A discussão neste momento se deve à necessidade de entendermos que o projeto de Marcha para Oeste, colonizando também o Sul brasileiro, entrou no discurso das intenções políticas. O Brasil havia deixado para trás um grande conflito regional sul-americano no final da década de 1860, sequenciado por revoltas que levaram à Proclamação da República ainda no final do século XIX. Nos anos de 1930 formava-se no Brasil uma unidade nacional, e isso precisava ser articulado com a população, havia ideias separatistas principalmente no Sul do Brasil, assim como as fronteiras precisavam ser protegidas, sabendo que a fronteira é uma invenção para a constituição das sociedades, sobretudo, a constituição de território e/ou territorialidade.

Para Albuquerque Júnior (2007, p.12), “é possível salientar que a demarcação das fronteiras significa exercer domínio e ter exclusividade territorial, e, assim poder fazer a exploração dos recursos naturais, que trarão a riqueza que a nação precisa para o progresso.” Parafraseando Baller (2014), não podemos perder de vista que o acontecer das fronteiras são

fenômenos históricos, e enquanto tais, possuem relevância para além da tríade política-administrativa-militar, que formou as principais matrizes de representação sobre essa categoria de análise durante todo o século XIX chegando a meados do século XX, pois, aquele momento a perspectiva simbólica de sua representação para o Estado e para os cidadãos era constitutiva de conceitos mais complexos, amplos e até mesmo subjetivos.

Entrevistamos Carlos Bernardes da Silveira (2023), morador de Nova Andradina que recém-nascido, família passou a residir em Nova Andradina em 1958. Seu pai, José Bernardes da Silveira no ano de 1958, foi convidado pela Empresa Moura Andrade S/A a estabelecer moradia e comércio na ‘nova’ Andradina que estava em processo de criação. No entendimento de Carlos Bernardes da Silveira, o Governo Federal intencionava proteger as fronteiras por meio da formação de Territórios Federais. O entrevistado menciona que, “a política do Governo Federal de proteger as fronteiras, procurava além de motivar a população ao nacionalismo, também fomentar as condições para que ali permanecessem”, criando escolas, casas, glebas, vilas e cidades” (Entrevista realizada em 10 de fevereiro de 2023).

De acordo Lenharo (1986a), acontecia nesse período do governo varguista o ideal de ocupação e desenvolvimento das áreas internas do próprio país. Tratava-se de um esforço para integrar regiões isoladas à economia nacional, ampliar a presença demográfica e fortalecer o controle estatal sobre o território, consolidando a unidade nacional. No entendimento de Naglis (2014), essa implementação de políticas de nacionalização e colonização foi estratégia adotada para enfrentar o domínio do latifúndio e a influência política exercida pela Companhia Mate Laranjeira, que tinha controle significativo, especialmente sobre o sul de Mato de Grosso (SMT). Salienta Naglis (2014, p. 31):

Nesse contexto político foram criadas as Colônias Agrícolas Nacionais por meio do Decreto-Lei n 3.059, com data de 14 de fevereiro de 1941. No Centro-Oeste foram duas: a Colônia Agrícola Nacional de Goiás, em fevereiro de 1941; e, em 28 de outubro de 1943, a Colônia Agrícola Nacional de Dourados, com suas terras localizadas no Território Federal de Ponta Porã. Dessa forma, a CAND estava inserida no bojo das políticas de intervenção e nacionalização das fronteiras, como já mencionado anteriormente.

A CAND incluía duas cidades planejadas: Vila Brasil (atualmente Fátima do Sul) e Vila Glória (atualmente Glória de Dourados). A criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados atraiu numerosas levas de imigrantes, peculiarmente que se dedicavam ao cultivo de café. Benícia Couto de Oliveira afirma, sobre a CAND (1999, p.132):

Um dos atrativos fundamentais, como mecanismo para atrair colonos para o projeto colonizador no sul de Mato Grosso, foi a distribuição gratuita de terras a trabalhadores rurais sem-terra e reconhecidamente pobres. A proposta era atrativa para quem sonhava em adquirir um pedaço de chão como meio de

trabalho e sustento da família. Entretanto, a propaganda foi intensificada através da campanha Marcha para Oeste, visando garantir o sucesso na ocupação dos espaços geográficos.

Essa condição também se tornou idealização para que empresas, como a Moura Andrade S/A e Companhia Viação São Paulo-Mato Grosso adquirissem propriedades em Mato Grosso com o propósito inicial de aproveitarem os benefícios de terras baratas e possíveis extrações de matérias primas. Na fala de Silveira fica exposto que tanto o Estado quanto os grandes fazendeiros e industriais foram impulsionados pela política de colonização, proteção das fronteiras e possíveis formas de obterem lucratividade sobre a terra, além de que o Estado incentivou a colonização e a ocupação das regiões menos desenvolvidas por meio de incentivos fiscais, financiamento de infraestrutura e outras políticas públicas.

Haviam interesses das empresas colonizadoras, sobretudo, as alianças com o Estado nessa conjuntura das colonizações. Tentamos entender se haveria por parte da Empresa Moura Andrade S/A anseio de vir para o sertão de Mato Grosso ainda no final da década de 1930 ou mesmo em adquirir outra extensa quantidade de terras no ano de 1950 e ali formar nova cidade, acaso não acontecesse incentivos do Governo Federal. Por isso questionamos Carlos Bernardes da Silveira sobre o que ele acredita ter sido interesse da empresa colonizadora do município de Nova Andradina. Silveira responde (Entrevista: Carlos Bernardes da Silveira, 10/02/2023):

É... é interessante, essa, essa, analisar, no seguinte sentido, essa povoação do oeste, há, nos anos 30, nos anos 40, incentivada pelo Governo Vargas, a chamada Marcha Para Oeste, né, tinha na realidade, uma intencionalidade de, de vários pontos, de atingir vários pontos. Primeiro. Uma parte importante, o povoamento, dessa região, que era uma região fronteira, que tinha muito pouca densidade, é..., habitacional. Era povoado por índios. Essa região nossa, nós tínhamos as tribos Ofaié, era os índios que habitava a região. É interessante lembrar, porque, na região de Nova Andradina, o Moura Andrade, né. Na região de Bataiporã, até na Barranca do Rio Ivinhema, entendeu? Na chamada fazenda, que hoje é fazenda Recanto, entendeu, u, u, u, o fundador de Bataguassu, Bataiporã, Bataguassu, que é o Tonin Bata. Que era companhia, que não me falha a memória, que ele era Tcheco, da Tchecoslováquia, veio fugido da Segunda Guerra Mundial, veio fugido da perseguição nazista. E ele funda essa companhia, companhia Viação São Paulo-Mato Grosso. Tá entendendo? Também incentivada pelo governo central, pelo Governo Vargas, que era um governo de, de, de, exceção. A gente tinha uma ditadura de Estado Novo. Entendeu? Mas, que tinha um interesse. De fazer a povoação. E esse tipo de empreendimento trazia progresso, trazia gente. Minha família por exemplo, veio de Andradina para cá, nessa esteira aí.

Na fala do entrevistado, alinhada aos textos de Lenharo (1986a; 1986b) e Mondardo (2012), fica claro que a conquista do território através do deslocamento de contingentes migratórios para áreas denominadas vazias do país “tornou-se um recurso precioso de

dominação e agenciamento pelo Estado no governo de Getúlio Vargas, de reconstrução do território brasileiro (Mondardo, 2012, p.115)”. Não obstante, ressaltamos, por meio da fala de Silveira que os vazios não estavam vazios e que a disputa pela terra de algumas maneiras aconteceu, inclusive, fazendo com que os povos originários tivessem que migrar para outras localidades na procura pela sobrevivência ou mesmo perdessem suas vidas na luta pela permanência nas terras.

Dessa forma, os espaços que não estavam vazios são áreas em que os conflitos acontecem, e normalmente são denominados de fronteiras. Segundo Martins (2022), a fronteira não se limita a um espaço geográfico, mas constitui um ambiente de interação entre diferentes grupos sociais, cujos valores e práticas contrastantes entram em conflito. Esses conflitos são resultado do desencontro de tempos históricos vividos pelas populações que dividem o mesmo território. Martins (2022) reforça que a fronteira é um espaço dinâmico, marcado pelo encontro de realidades diversas, frequentemente em condições desiguais e tensas. Nesse processo, ele aponta as disparidades econômicas e sociais, onde pequenos agricultores e comunidades tradicionais acabam sendo desfavorecidos em comparação com grandes empresas, que muitas vezes possuem maior poder econômico e tecnológico.

Nessa conjuntura, o projeto precisava coadunar com os anseios da população, com acontecimentos organizados que visassem ordem e progresso, território unificado. Por outro lado, além da presença dos latifundiários e migrantes para o trabalho, é importante lembrar que ocupar e defender as fronteiras era intuito do Estado, eis a criação dos territórios federais, é o caso do Território Federal de Ponta Porã, criado por meio do Decreto Lei 5.812 de 13 de setembro de 1943, que também criava os Territórios Federais de Iguassú, de Guaporé, do Acre, do Amapá e de Rio Branco, esses agenciamentos do Estado incluía as grandes empresas extrativistas. Para Silveira (Entrevista: Carlos Bernardes da Silveira, 10/02/2023):

Exatamente, dentre outras coisas para reforçar e afirmar o poder do Estado, entendeu? Nessas regiões, porque o território, instituiu território, basicamente isso, ali manda o interventor designado pelo presidente da República. No caso do, do Território Federal de Ponta Porã, que se chamava Ramiro Noronha. Era o Interventor designado pelo Vargas. Então a gente tem aqui nessa região, Sul do Mato Grosso, essa região nossa aqui, o Moura Andrade, na vizinha Companhia Viação São Paulo-Mato Grosso, desse, desse Antonin Bata, vizinho do outro lado do Rio, a SOMECO, e mais adiante, que foi fundada em 35, pelo próprio Vargas, a, Colônia Agrícola Nacional de Dourados. Mas, aí já de uma região mais afastada, mais onde a Mate Laranjeira, tinha grande influência, né. Esse decreto veio então em razão disso.

O entrevistado traz um equívoco, ao citar que a CAND teria sido criada no ano de 1935, todavia, trata-se do município de Dourados-MS, fundado nesse ano, contudo, a fala de

Bernardes tem certa relação com as escritas de Lenharo (1986a; 1986b) e Mondardo (2012), e fica cristalizado que o Governo Vargas teve por interesse amarrar os ideais nacionalistas. Quando o entrevistado fala das empresas colonizadoras, a Moura Andrade S/A e a Cia Viação São Paulo-Mato Grosso aproveitaram a oportunidade oferecida pelo Governo Federal, no final da década de 1930 e o início de 1940, para adquirirem terras onde fosse possível a extração de matéria prima, primordialmente madeira, sequenciada pela criação de gado bovino e o projeto imobiliário para vendas de terra nos anos de 1950, perspectiva desenvolvimentista do país.

As frentes pioneiras avançavam para o Centro-Oeste brasileiro com os ideais nacionais e as empresas colonizadoras aproveitavam a conjuntura para expandirem suas formas de extração de matéria-prima da qual a madeira poderia ser utilizada no comércio das serrarias, na construção civil das fazendas dos colonizadores e cidades maiores no Brasil. Não obstante, essas empresas enxergavam que a criação de gado poderia ser benéfica nas terras de Mato Grosso sustentando o comércio de carne e no caso da empresa de Jan Antonin Bata, fazer uso do couro bovino em suas fábricas de calçado no interior de São Paulo.

Outro ponto relevante, o avanço das empresas colonizadoras e a Marcha para Oeste se relacionaram nas fronteiras do Brasil devido as frentes pioneiras impulsionadas pelos interesses imobiliários do grande capital. Em Martins (2022), observamos que esses acontecimentos se alinhavam à política de incentivos ao subsidiar a formação do capital das empresas dando lhes compensação pela imobilização improdutiva de capital na aquisição de terras para abertura das fazendas, promovendo a aliança entre os latifundiários e o grande capital (Martins, 2022, p. 153).

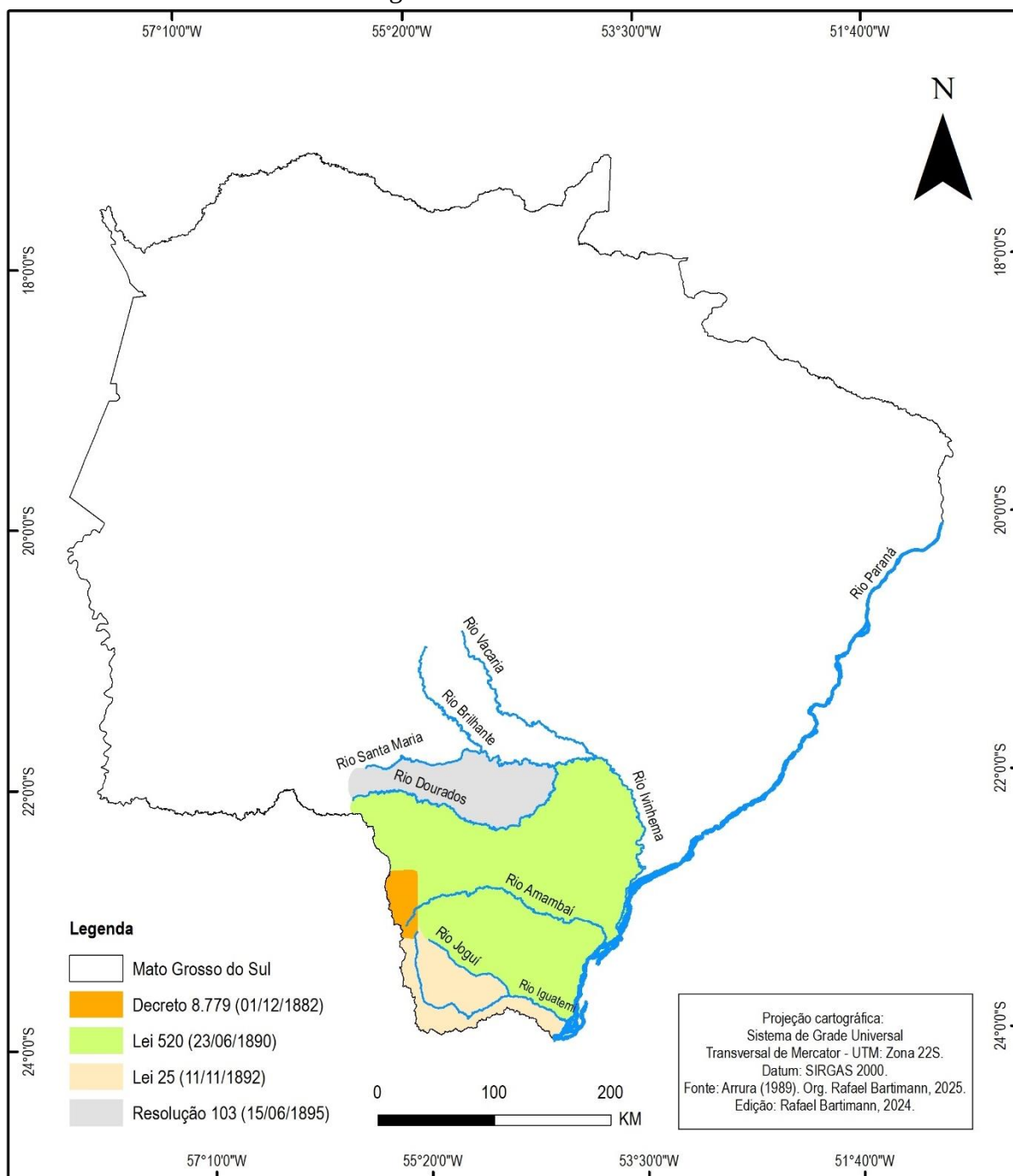
Analisando a fala do entrevistado e procurando fugir dos anacronismos, salientamos que a Mate Larangeira foi uma empresa não apoiada por Vargas. Entre os intuitos da Marcha para o Oeste foi destituir grande parte do que era a empresa que atuava com um Decreto de Concessão Imperial, requerido logo após a Guerra da Tríplice Aliança (1864/1870), e pudessem entrar outras empresas, com viés colonizador de terras, já que a Mate era extrativista e não colonizadora¹².

A Mate Larangeira fomentou no final do século XIX e início do século XX grandioso processo de exploração das áreas estabelecidas com a Resolução nº. 103, de 1895, que lhe proporcionou mais terras para a exploração da erva-mate e o território concedido à Cia Matte Larangeira no Sul do estado de Mato Grosso estava em região rica de ervais nativos e pequena

¹² Ver: SILVA, Walter Guedes da. AGRÁRIA, Controle e Domínio Territorial no Sul do Estado de Mato Grosso: Uma Análise da Atuação da Cia Matte Larangeira no Período de 1883 a 1937. **Revista Geografia AGRÁRIA**, São Paulo, No. 15, pp. 102-125, 2011.

densidade demográfica. No mapa 1 demonstramos as áreas concedidas pelo Estado de Mato Grosso para a exploração dos ervais.

Mapa 1– Área das concessões para exploração da erva-mate (1882–1895), na porção sul do antigo estado de Mato Grosso.



Fonte: IBGE, 2011. Elaboração: Rafael Bartimann, 2025.

Na década de 1930, durante o governo de Getúlio Vargas, o Estado Nacional vislumbrou diminuir a força socioeconômica da Mate Laranjeira haja vista o poder que a mesma exercia

em território nacional. De acordo com Naglis (2014), a Companhia Mate Laranjeira por meio Decreto nº. 103 de 1895, obteve quantidade de terras que ultrapassava os 5 milhões de hectares. Isso a colocou entre as maiores arrendatárias de terras públicas no Brasil. Naglis (2014) destaca um aspecto relevante da Companhia Mate Laranjeira, a qual, ao se incumbir da exploração da erva-mate, consolidou monopólio econômico na região Sul de Mato Grosso. A Companhia exercia controle sobre extensas áreas de terras públicas, resultando em uma significativa concentração fundiária que não apenas fortaleceu sua posição econômica, mas também ampliou seu poder político (Naglis, 2014, p. 29).

A autora sugere que, além de sua imensa concentração de terras, a Companhia se configurou como espécie de "Estado dentro do Estado". Seus lucros eram de tal magnitude que superavam até mesmo a arrecadação anual do Estado de Mato Grosso. Nesse contexto, Foweraker (1982) observa que a Companhia, em termos econômicos, possuía força superior à do próprio Estado, evidenciando profunda influência que exercia sobre a dinâmica regional. Não obstante, a empresa exercia inclusive o poder de polícia, cobranças de impostos pela exportação de erva mate no território a ela concedido.

Essa condição, foi primordial para que o governo federal primasse pela presença de empresas nacionais e estrangeiras como é caso da Cia Viação São Paulo-Mato Grosso, desde que mantivessem tivesse laços com a política governista. Nesse sentido, a Empresa Moura Andrade S/A vislumbrou tomar posse, adquirindo terras no estado de Mato Grosso. E isso estava ligado aos interesses do Estado que idealizou destituir, por exemplo, a Mate Laranjeira, considerando que a extensão territorial e as ações desta empresa causavam diversas preocupações da qual Vargas procurava se desfazer.

Retomando o mapa 1, que demonstra as áreas de concessão para exploração da erva-mate no Sul do então Mato Grosso entre os anos de 1882 e 1895, cabe destacar, que tais concessões, autorizadas por meio de decretos, resolução e leis federais (Decreto nº 8.779/1882, Lei nº 520/1890, Lei nº 26/1892 e Resolução nº 103/1895), evidenciam a ação estatal no sentido de incorporar economicamente regiões consideradas de “vazio demográfico”, especialmente no contexto pós-Guerra do Paraguai.

A região contemplada está inserida nas sub-bacias do rio Paraná (Ivinhema, Dourados, Iguatemi, Brilhante, Vacaria e Amambai), o que favorecia a exploração extrativista e o escoamento da produção por via fluvial. A análise desse processo revela a atuação do Estado como agente organizador do território, promovendo concessões que viabilizavam a apropriação privada de grandes áreas, o avanço do extrativismo vegetal e a abertura de novas frentes econômicas, em consonância com os interesses das elites regionais.

Tal dinâmica pode ser compreendida à luz do conceito de poder simbólico (Bourdieu, 2012), pois essas ações estatais naturalizavam a posse da terra por grupos dominantes, apagando os rastros de populações indígenas e tradicionais que ocupavam a região. Como destaca Santos (1996), o território passa a ser não apenas um suporte físico, mas um meio técnico e político de reprodução do capital, no qual o saber institucionalizado, sob a forma de leis, decretos e mapas legitima a ocupação e reorganiza o espaço conforme interesses hegemônicos.

Observando o mapa, percebemos as áreas de concessão de terras para exploração da erva mate, pela Empresa Mate Laranjeira, foram propícios para que grandes latifundiários, empresários brasileiros e estrangeiros pudessem, com a anuência do Governo Federal, ocupar os “vazios”, considerando a intenção de proteger as fronteiras nacionais e intensificar a densidade demográfica na região Centro-Oeste. Grosso modo, Moura Andrade, por meio da Empresa Moura Andrade S/A, enxergou a possibilidade de atravessar o Rio Paraná ao Sul de Mato Grosso e desempenhar a continuidade à frente pioneira, desbravando grandes matas e realizando a apropriação capitalista da terra.

1.2 A povoação das terras de Nova Andradina antes da Empresa Moura Andrade S/A

A colonização das terras na região onde se situa atualmente o município de Nova Andradina teve início no final da década de 1840, na região conhecida como Bairros São Bento, Laranjal e Papagaio. A história do município de Nova Andradina passa pelas relações da família Moura Andrade, contudo, percebemos que outros sobrenomes como Barbosa, Nantes, Lemes, Matos, Garcia (Tobias), Montserrat, Diniz, Flores, Capilé, Dutra, foram aqueles de família primeiramente a ocupar as terras de Nova Andradina.

No ano de 1961 Emílio G. Barbosa publicou Os Barbosa em Mato Grosso, contando sobre a família Barbosa, possivelmente os primeiros moradores não indígenas nas terras de Nova Andradina. Moura Andrade, fundador de Nova Andradina, é retratado pela população como pioneiro, deve-se, possivelmente à condição de não haver estudos mais esclarecedores sobre a chegada de famílias que povoaram a localidade desde o século XIX, é o que desmitificaremos mais adiante como frentes de expansão *versus* frentes pioneiras.

Entrevistamos Airton de Almeida Felipe, Verane Surek e o esposo Severino Surek, são moradores do bairro São Bento, e os dois primeiros têm ascendência dos Barbosa. Tivemos a oportunidade de conhecer parte da realidade em que vivem e como foram passados os fatos históricos sobre essa família dos primeiros povoadores não indígenas na localidade denominada bairro São Bento.

De acordo com Airton Felipe, a presença da família Barbosa na região da Vacaria e de Nova Andradina remonta à transição do século XVIII para o XIX. No entanto, sua afirmação sobre a presença dos Barbosa, por volta de 1776, não pôde ser confirmada em registros ou documentos históricos. Por esse motivo, consideramos a presença da família a partir de 1849, conforme aponta o livro *Os Barbosa em Mato Grosso*, que indica o estabelecimento da família na região em meados do século XIX.

Nesse sentido, Oliveira e Oliveira (2018) destacam que a ocupação dessas terras pela família Barbosa se insere em um contexto histórico de expansão territorial e econômica no sul de Mato Grosso. Durante esse período, a região foi desbravada por famílias pioneiras dedicadas à exploração de recursos naturais, como madeira e erva-mate, além da prática da pecuária. A família Barbosa teve papel relevante nesse processo, contribuindo de forma significativa para o desenvolvimento econômico e social local.

Embora não existam registros específicos sobre concessões formais de terras à família, é provável que sua ocupação tenha ocorrido por meio de posse e uso contínuo, práticas comuns à época. Ademais, a aquisição de terras por compra ou por concessões governamentais era uma prática recorrente no contexto de colonização do sul de Mato Grosso após a Lei de Terras de 1850 (Oliveira; Oliveira, 2018, p. 77).

Esclareceram sobre a presença de seus antepassados na formação social de Nova Andradina, praticamente um século anterior à chegada de Moura Andrade, de acordo com Barbosa (1961), os antepassados de Airton Felipe teriam chegado na área do bairro Laranjal no ano de 1849. Airton Almeida Felipe, ressalta (Entrevista realizada em 12 de julho de 2023):

A minha família veio aqui para o Mato Grosso, eles eram de Santa Cruz do Rio Pardo, no Estado de São Paulo, [...] eles vieram, vinha de batelão, uma embarcação feita de madeira, canoa de um pau só que eles fala. Descia o Panema [Rio Paranapanema], pegava o Paranasão, subia o Vacaria, e foram descobrir Aroeira, que era município de Rio Brillhante, já era um vilarejo, aí eles faziam esse percurso. O meu bisavô era caixeiro viajante, ele vinha, trazia mercadoria, vendia pros ribeirinhos, e de volta levava arroz, feijão, banha, naqueles batelão, e de volta fazia esse percurso, ele fez várias vezes, já ficaram fixo pra cá. E não voltaram mais pra lá. E foram ficando por aqui. Ficando.

De acordo com Airton, após chegarem na Região da Vacaria, seus antepassados contornaram o rio Ivinhema, entraram por navegação no rio São Bento e realizaram a ocupação do local¹³. A narrativa oral de Airton Almeida Felipe revela aspectos significativos da

¹³ De acordo com a fala de Airton Felipe, a presença dos Barbosa na região das Vacarias e no território de Nova Andradina remonta a transição do século XVIII para o XIX. A afirmação de Airton Felipe sobre a presença dos familiares, Barbosa, por volta de 1776, não foi possível haver confirmação em registros ou documentos, por esse

mobilidade territorial e da economia ribeirinha no sul do atual Mato Grosso do Sul. Sua família, originária de Santa Cruz do Rio Pardo (SP), migrou para a região utilizando embarcações conhecidas como batelões, canoas escavadas em um único tronco de madeira que navegavam por rotas fluviais como o Rio Paranapanema, o Rio Paraná (“Paranasão”) e o Rio Vacaria. Essa travessia evidencia o papel estratégico dos rios enquanto vetores de circulação e ocupação territorial antes da predominância das estradas e do transporte rodoviário. O bisavô do entrevistado, atuando como caixeiro viajante, realizava trocas comerciais entre mercadorias e gêneros alimentícios com populações ribeirinhas, estabelecendo, assim, um elo entre diferentes territórios e contribuindo para a sustentação de uma economia local de base camponesa.

O relato destaca a importância das hidrovias como caminhos de interiorização e ocupação, também a lógica de enraizamento territorial que se dava por meio da vivência direta com a terra e com as redes sociais formadas ao longo das margens dos rios. Ao contrário dos grandes projetos de colonização empresarial, como os realizados por Moura Andrade, que operavam com apoio do Estado, tecnologia e capital intensivo, o deslocamento da família de Airton reflete ocupação silenciosa, feita por sujeitos anônimos, trabalhadores migrantes e pequenos comerciantes. Essa experiência, marcada pelo imprevisto e pela resistência, compõe uma história paralela à narrativa oficial do “bom colonizador”, permitindo a visibilização de trajetórias que também contribuíram para a conformação do território sul-mato-grossense.

Retornamos ao livro de família escrito por Barbosa (1961) apontando o trânsito realizado desde o Estado de São Paulo até às margens do rio São Bento estabelecendo moradia no final da década de 1840, de forma que, enfrentaram os percalços como a presença indígena e assim descreve Barbosa (1961, p.14):

Ao entrar no Igaray, foi a caravana encontrar os Caiuás pedinchões que procuravam ser agradáveis e serviçais, sendo por isso aproveitados utilizados como guias. Entraram pelo Monicy. A exuberante vegetação das margens, só agora explorada, guardou a virgindade por mais de um século ainda. Sempre subindo, deram em descampado, uma região diferente, de terra vermelha e pequenos barreiros, onde vinham comer os quadrúpedes da fauna. Acamparam em rico prado, encantados com a vista panorâmica e deslumbraram-se quando deles se aproximou um bando de vacas, criação dos Guaicurus, cuja providência desconheciam. E como explicar aquilo, se não havia nenhum touro? Espontâneo veio à boca de Antônio, e de seus companheiros o nome que hoje, desde aquele dia, foi adotado, Vacaria.

A escrita de Barbosa (1961) corresponde à fala dos familiares, salienta-se que, apesar do senhor Airton Felipe ser o último da família ainda morador no Bairro São Bento, seus relatos

motivo, trabalhamos com a presença dos Barbosa a partir do ano de 1849, quando o livro *Os Barbosa em Mato Grosso* aponta para meados do século XIX sobre tais presenças.

parecem coadunar aos escritos de Emílio G. Barbosa (1961). Existe na narrativa do entrevistado Airton Felipe e também de Barbosa (1961) contextualizada paixão pela história da família dos Barbosa. Deve-se ao fato de tratarmos de história de família, e essas condições foram passadas de geração para geração, merecendo estudos futuros sobre o tema de ocupação da região onde atualmente se Nova Andradina pelos Barbosa durante o século XIX¹⁴.

A partir da fala de Airton Felipe, permite-nos procurar em Lübbe (2016) a compreensão da memória e o tempo. O autor apresenta em seu texto “Esquecimento e Historicização da Memória” uma reflexão sobre a memória e sua relação com a espacialidade, tanto corporal quanto ambiental. Assinala que o espaço é vivenciado no cotidiano, com seus desafios práticos e percepções subjetivas. Isso reforça a ideia de que o espaço, além de ser físico, é construído também pelas práticas e interpretações humanas. Lübbe (2016) destaca a necessidade de navegar, compreender e se relacionar com o ambiente. Essa ideia remete a uma conexão ativa entre corpo e ambiente, em que o espaço é experiência que exige engajamento, de forma sucinta, é preciso compreender a atmosfera que o entrevistado aponta com sua memória. Ressaltamos que Airton Felipe passou uma vida inteira ouvindo de seus antepassados as histórias que foram contadas nas rodas familiares.

No entendimento de Lübbe (2016), é imprescindível relacionar a memória e o espaço concatenados, e como essa relação combina dimensões pessoais, coletivas, práticas e perceptivas, assim o espaço habitado é físico e subjetivo, moldado pelas relações que envolvem as pessoas e o ambiente. Para Lübbe (2016, p. 163):

Da memória compartilhada passa-se gradativamente a memória coletiva e suas comemorações ligadas a lugares consagrados pela tradição foi por ocasião dessas experiências vividas que fora introduzida a noção de lugar de memória, anterior as expressões e às fixações que fizeram a fortuna ulterior dessa expressão.

Nesse sentido, podemos compreender que a memória coletiva surge a partir da memória compartilhada, confirmada em práticas e costumes conciliados com lugares significativos, que são representações do cotidiano familiar. Desta forma, os lugares de memória acabam por exercer papel fundamental na construção da identidade cultural e histórica de um grupo. Por isso, Airton Felipe aponta imensa pessoalidade com o fato da presença de sua família nas

¹⁴ Moraes (2020) relata a presença de outros povos não indígenas no ano de 1830, e que “de fato, há questões que se referem a um período anterior ao final do século XVI, quando os espanhóis intensificaram a busca por riquezas no atual Mato Grosso do Sul” (Moraes, 2020, p. 33). Essa compreensão de Moraes (2020), é percebida quando o autor cita a presença de povoados espanhóis e reduções jesuíticas entre as cidades de Xerez e Santiago de Xerez, por volta de 1593, nas junções do Rio Pardo e Anhanduí e posteriormente transmigrada para as imediações dos rios Miranda e Ivinhema.

proximidades do bairro São Bento, e que o pertencimento ao local é também pertencimento de uma memória ativa. Ressalta Airton Felipe (Entrevista realizada em 12 de julho de 2023):

Foram ficando por aqui, ficando aí meus avós mesmo, a minha avó nasceu em Ourinhos e o tio dela e irmã dela. E depois ficaram pra cá e não voltaram mais, ficaram aqui na região de Aroeira, Rio Brilhante, numa época eles vieram morar aqui no córrego da Anta aqui da beira do São Bento lá pro mil novecentos e dois e três, por aí eles ficaram o tempo aí que eles passaram o tempo apareceu a família da Verane se conheceram até minha, o pai, meu avô da Verane era padrinho da minha avó então aí fica nessa região aqui de Rio Brilhante e aqui de Vacaria aí depois em quarenta e oito e eles migraram aqui pro rio Papagaio que a gente que permaneceu até hoje que está, está restando só eu dessa família que, uns morreram, outros foi para outros lugar, não gravei, esse é a história, é assim.

Observamos que Airton Felipe utiliza o tempo conforme a seletividade de sua memória e exalta que seu bisavô esteve nas terras das proximidades do bairro São Bento desde a segunda metade do século XIX, por isso trabalhamos nesse trecho com a ideia das primeiras famílias não indígenas a ocuparem os bairros mencionados, São Bento, Laranjal e Papagaio, serem os Barbosa. No entanto, outra vez colocamos em tela a necessidade dessa pesquisa servir de suporte para estudos futuros, em que os pesquisadores poderão procurar arquivos e documentos capazes de comprovar a real temporalidade da presença dos Barbosa enquanto primeiros ocupantes não indígenas do território¹⁵ de Nova Andradina.

Desta maneira, conforme visto no mapa 2, a ocupação foi acontecendo nas proximidades aos rios Ivinhema, São Bento e ribeirão Papagaio no território de Nova Andradina. Questionamos novamente Airton Felipe se havia comunidades indígenas na localidade. Este respondeu (Entrevista realizada em 12 de julho de 2023):

Existia índio só, ribeirinho não existia. Essas caravanas que eles faziam, eles tinham que ter um índio manso para traduzir para evitar conflitos, porque os índios eram selvagens. Então tinha que ter um índio macho que quando percebia alguma diferença do índio manso, já percebia quando os outros índios estavam por perto. Aí você ia de encontro com o selvagem, aquele índio que era o guia e ele saía margeando e encontrava o patrão dele e montava no batelão e entrava e que nós vai passar em outro lugar.

¹⁵ De acordo com os textos estudados e as entrevistas obtidas até o presente momento, os Barbosa passaram a ter concessão das terras de Mato Grosso que distam os municípios de Bataguassu até Rio Brilhante no ano de 1905. Provavelmente eram formadores de grandes posses, de aguada a aguada, os afenzados, os grandes posseiros, como os Garcia Leal no Bolsão.

atrás, quando ao falar do auxílio do chamado índio manso, diz; “aquele índio que era o guia e ele saía margeando e encontrava o *patrão* dele e montava no batelão e entrava e que *nós vai* passar em outro lugar”. O “*nós vai*” mostra como a memória é sensível e vai recortando partes de um determinado evento, com certeza, foi narrado pelos seus parentes do passado inúmeras vezes, fazendo com que a rememoração de um passado relativamente distante lhe seja comum com aquilo que ocorreu, colocando-o no centro da história contada.

Não obstante, percebemos que a fala de Airton Felipe é seletiva e tem por necessidade valorizar a territorialidade de sua família no bairro São Bento. A tradição no linguajar de falas e expressões permite pensarmos como aquilo que foi passado de forma verbal impregnou sobre os relatos dos bairros São Bento, Laranjal e Papagaio, fatores que nos fazem indagar a diversidade de acontecimentos mencionados pelos entrevistados.

Os bairros rurais Papagaio, São Bento e Laranjal estão localizados na porção Norte do município de Nova Andradina, cerca de 48 quilômetros do núcleo urbano (em vermelho no mapa 2) e, são povoados por diversos grupos familiares, e, algumas das famílias mencionadas anteriormente, estão ali presentes desde meados do século XIX. Na entrevista realizada com Airton Felipe, Verane e Severino, denotam que a história dos Barbosa no município de Nova Andradina é marcada pela procura por terras para habitarem.

Isso mostra como a passagem de costumes, hábitos, tradições repassadas oralmente são fios condutores da malha da história, e a noção de pertencimento mostra como os descendentes herdaram uma memória, o que também evidencia o debate rico sobre a memória coletiva, pois aquilo que é compartilhado, contado, narrado, rememorado, herdado, novamente vem à tona passando a ser recontado. A tarefa do historiador é juntar essa malha, procurando os fios para que possa seguir e chegar o mais próximo da realidade contada. A partir disso, perceber como esse passado distante está sendo ressignificado pelas pessoas que contam sobre ele e são contributivas dessa história, são nossos interlocutores do tema em pesquisa, que se apropriaram de um discurso do passado como se fosse eles próprios lá presentes.

Alessandro Portelli (1997), ao discutir o conceito de memória como processo exclusivo dos seres humanos para preservar e relatar lembranças, destaca a relevância da história oral. Por meio da narrativa oral, compreendemos a significância da memória coletiva e sua influência na construção da história. De acordo com Portelli (1997, p.16):

A memória é um processo individual, que ocorre em um meio social dinâmico, valendo-se de instrumentos socialmente criados e compartilhados. Em vista disso, as recordações podem ser semelhantes, contraditórias ou sobrepostas. Porém, em hipótese alguma, as lembranças de duas pessoas são – assim como as impressões digitais, ou, a bem da verdade, como as vozes – exatamente iguais.

As circunstâncias de trabalharmos com história oral para compreendermos as realidades históricas e sociais de Nova Andradina acenam para a necessidade de discutirmos a natureza da ficção para além da dicotomia entre verdadeiro e falso. Ginzburg (2007, p. 9) observa que há disputa entre narrativas ficcionais e históricas pela representação da realidade, caracterizada por um conflito permeado de desafios, trocas mútuas. Estamos, portanto, diante de uma construção social da realidade, obra humana que emerge do real e é reconstruída por meio de redes de significados compartilhados (Pesavento, 2003, p. 35).

Assim, embora nossa pesquisa atribua a processos de colonização com a presença do não indígena europeizado de ideias e ações, procurarmos entender a presença de povos originários e, conforme relato, havia indígenas residindo na área que hoje denomina-se Nova Andradina, ainda que observados como invisíveis. Questionamos outra vez: Mas esse comércio então era com esses grupos indígenas. Airton Felipe, respondeu: “Não, então o índio era mau, eles tinham que subir e carregar o índio para evitar conflito, porque se o índio achasse aquela caravana eles matavam. Era índio selvagem na época” (Entrevista realizada em 12 de julho de 2023).

Dessa forma, compreende-se que a percepção dos povos indígenas que habitavam a região esteve, desde os primeiros contatos, atravessada pela lógica da exploração para o trabalho e conhecimento dos trajetos navegáveis ou de caminhadas sobre o mato grosso. Os não indígenas não viam os indígenas como sujeitos de direito ou cultura, mas como força de trabalho a ser apropriada. O interesse pela terra não se voltava inicialmente à sua mercantilização ou valorização fundiária, sim ao uso direto como território de extração, especialmente da mão de obra nativa. Essa dinâmica revela relação marcada por práticas de dominação e violência, em que o território indígena era invadido com o objetivo de fixação para o uso imediato dos recursos humanos e naturais.

Essa perspectiva se alinha ao que Martins (1997) caracteriza como frente de expansão, etapa da ocupação territorial em que predomina o uso privado de terras devolutas¹⁶, ainda não formalizadas pelo Estado como propriedade, e que serve como base para práticas de apropriação forçada, especialmente em contextos de conflito fundiário. Nessa lógica, a terra é vista como meio para o exercício de poder e exploração e os indígenas como parte de uma estrutura a ser subjugada em nome do avanço do colonizador.

¹⁶ Terras devolutas são áreas não reivindicadas ou ocupadas por particulares e, nesse contexto, elas não são tratadas como mercadorias, mormente são declaradas como pertencentes ao Estado e por isso, costumam ser disponibilizadas para a “ocupação dos vazios”.

Queiróz (2014), ao analisar o pensamento de José de Souza Martins, destaca que a frente de expansão promove a constituição de uma economia baseada em excedentes. Nesse contexto, trata-se de uma economia essencialmente voltada à subsistência, mas que permite a geração de excedentes passíveis de comercialização no mercado. Diferentemente da frente pioneira, entretanto, a frente de expansão não está estruturada prioritariamente em torno das relações capitalistas, a terra não assume o caráter de mercadoria, sendo apropriada por meio da posse e do uso privado de terras comuns.

Além disso, Queiróz (2014) enfatiza que a frente de expansão mantém integração indireta com a economia de mercado, especialmente pela produção de excedentes que podem ser comercializados e pela absorção do excedente demográfico proveniente de áreas já capitalizadas. Tais aspectos demonstram que, embora a frente de expansão não tenha configuração predominantemente econômica, ela se mantém vinculada ao sistema mais amplo de mercado, contribuindo para a dinâmica do processo de expansão territorial. De acordo com Queiróz (2014, p. 6):

De fato, Martins observa por exemplo que, a despeito de tudo o que já foi dito, não é possível classificar a economia da frente de expansão como uma economia natural, e isso porque 'dela saem produtos que assumem valor de troca na economia de mercado: ela é, sim, uma economia do excedente, cujos participantes dedicam-se principalmente à própria subsistência e secundariamente à troca do produto que pode ser obtido com os fatores que excedem às suas necessidades'.

Portanto, na frente de expansão a centralidade é atribuída à figura do ocupante ou posseiro, indicando que a ocupação e posse dessas terras desempenham papel crucial nesse cenário. Essa dinâmica contrasta com as relações de produção de mercadorias típicas do ambiente capitalista, destacando a singularidade da frente de expansão em relação à apropriação e uso da terra. José de Sousa Martins (1975) fortalece essa compreensão, assegurando que na frente de expansão as condições de vida dos posseiros e/ou ocupantes são determinadas pelo nível de benesses fornecidas pela terra, não pelo grau de riqueza. Para Martins (1975, p. 47)

[...] as tensões que marcam a frente de expansão são tensões entre a sociedade capitalista, que se faz presente na fronteira econômica, e a sociedade tribal à qual se disputa, mediante empenho dos que estão situados na frente de expansão, a terra necessária à preservação dessa frente.

Desta forma, analisando a presença da colonização de Nova Andradina com as frentes de expansão, procuramos entender a conjuntura da família Nantes, de acordo com o livro *A saga da Família Nantes*. Nantes (2007) escreve que seus familiares chegaram às terras de Mato Grosso no final do século XIX. Originários da França, vieram para o Brasil também no final do século XVIII fugindo da Revolução Francesa e a procura de condições que lhes fornecessem

menor risco de que o processo revolucionário. Os Nantes se tornaram peregrinos nas terras brasileiras, e após residirem no Rio de Janeiro, tiveram diversos processos migratórios, Campinas, Bragança, São Carlos, São João do Rio Claro, São Bento de Araraquara, Brotas, Botucatu, até o atual município de Presidente Prudente, quando iniciam abertura da estrada ligando São Paulo à Mato Grosso no ano de 1871.

Esse ciclo indicado sugere uma prática de agricultura itinerante, na qual as comunidades agrícolas se moviam para novas terras à medida que as anteriores perdiam sua fertilidade ou saturavam. Não obstante, a frente de expansão sugere um período em que as áreas de cultivo e ocupação se expandiam, abrindo espaços no meio do mato. Esse fenômeno pode estar associado à prática de derrubada de árvores, abrindo clareiras, onde as atividades agrícolas podiam ser desenvolvidas. Essa conjuntura delineia-se com as frentes pioneiras, quando se aproveita os espaços deixados pela frente de expansão.

Essa conjuntura também pode ser percebida como tempos das migrações espontâneas indicando que além da movimentação planejada, havia deslocamentos não induzidos. Essas migrações eram, muitas vezes, resposta à saturação da terra cultivada, sugerindo que as comunidades buscavam novas oportunidades em locais ainda não explorados. E, por isso, retornamos a análise de Nantes (2007), no intuito de que compreendamos a expansão que a família procurou no final do século XIX e início do XX. Explica Nantes (2007, p.141):

Em 1889 no Porto do Batalha situado na barra do rio Jaguaretê na fazenda do seu Cunhado Francisco de Paula Ribeiro (Chico Batalha), na margem direita do rio Paranapanema, Antônio Alves Nantes, filhos e parentes embarcam suas mudanças nos batelões adquiridos em Salto Grande, o destino era a região de Vacaria no Sul de Mato Grosso, extensa região de campos próprios para a criação de gado, além da excelente qualidade de suas terras roxas próprias para o cultivo de lavoura de subsistência.

Neste contexto, percebe-se que o processo de explorar e colonizar novas terras envolvia a procura por possíveis lugares que lhes trouxessem condições de criar o gado e produzir alimentos. A ideia é que, diante das condições adversas e da falta de comodidades, o colono estaria disposto a utilizar seu próprio esforço físico para lidar com os desafios do ambiente desconhecido e, para tanto, seria necessário buscar alternativas que contribuíssem para enfrentar as dificuldades da colonização nessas condições adversas, inclusive durante a viagem, precisavam levar apenas o essencial. Escreve Nantes (2007, p.142-143):

Levavam apenas o necessário, muitos mantimentos (arroz, feijão, carne de sol, banha e carne de porco em latas, farinha de milho e de mandioca), ferramentas e pertences pessoais, armas e muita munição. Os batelões descem o rio Paranapanema para o lado mato-grossense, navegam por esse rio até entrada do estreito de Curutuba o qual o rio Paraná ao rio Ivinhema na época das chuvas, e é através deste estreito que alcançaram o rio Ivinhema, subindo até

encontrar a barra do rio Vacaria, sobem navegando pelo rio Vacaria até a região do Capão Bonito, desembarcaram dos Batelões na margem esquerda do rio Vacaria num local que denominaram porto da Imbira. Arrancharam-se provisoriamente neste local construindo ranchos e plantando roças para o sustento da família.

Nosso papel aqui também é interagir com os acontecimentos mencionados, uma vez que a escrita colocada no livro/memorial de Marciano Nantes (2007) trata de acontecimentos narrados oralmente de geração para geração. O historiador precisa buscar nos retalhos do passado a possível realidade mais próxima daquilo que talvez tenha acontecido. Esse processo migratório permite ao pesquisador, não apenas narrar, sobretudo, historicizar o passado. No entendimento de Foucault (2001, p.25), "o historiador não deve temer as mesquinharias, pois, foi de mesquinharia em mesquinharia, de pequena em pequena coisa que as grandes coisas se formaram". Este é então o princípio da nossa escrita, procurando reconhecer a importância das famílias que diante das frentes de expansão puderam avançar na conquista de terras. Segue Nantes (2007, p.143):

A Fazenda Imbira foi a primeira fazenda de Antônio Alves Nantes, a sede de todas as propriedades de Antônio Alves Nantes e o berço de muitos Nantes nos Campos de Vacaria. Com o passar do tempo Antônio Alves Nantes, seus filhos, genros e parentes vão desbravando e expandindo suas propriedades, Antônio Alves Nantes adquire as fazendas Balsamo e Fama. Seus filhos, genros e parentes adquirem várias propriedades da região do Capão Seco em direção ao sul, indo da cabeceira do Anhanduí até a margem esquerda do rio Ivinhema na altura da barra do rio Laranjal (atual município de Nova Andradina-MS).

Ao estudarmos as frentes de expansão, observamos conflitos entre os povos migrantes não indígenas e os indígenas, percebendo formas de resistência dos povos originários. Isso é possível perceber de forma peculiar até mesmo nos nomes de propriedades em que permaneceram os indígenas, e/ou que aconteceram conflitos. No caso de Nova Andradina, lembramos as fazendas São Miguel da Catequese e Guarani, citadas nas entrevistas realizadas com Airton Felipe e Osmar Nantes, ambos citaram que nelas houve a presença de comunidades indígenas, além de possíveis interesses de aldeamentos.

Nesse sentido, buscamos compreender que a presença da Empresa Moura Andrade S/A, a partir dos anos de 1950, possivelmente não se deparou com comunidades indígenas organizadas na região que viria a se tornar Nova Andradina. As famílias não indígenas que habitavam a região provavelmente mantiveram algum tipo de contato com os povos originários, ou, diante de conflitos anteriores, podem ter contribuído para a migração forçada desses grupos para outras localidades. Sempre que questionados sobre a presença indígena no século XX, as narrativas recorrentes indicam que "os índios já não estavam mais ali".

Um exemplo significativo é o relato da família Nantes, que afirma ter ocupado terras devolutas. Segundo seus descendentes, ocasionalmente surgia alguém que falava guarani, mas era identificado como “paraguaio”, e não como indígena. Essa associação revela mecanismos simbólicos de negação da presença originária, ao fundir a identidade indígena com a nacionalidade estrangeira. Tal perspectiva tenta impedir o reconhecimento da anterioridade e da posse indígena sobre a terra, reforçando a noção de “vazio demográfico” e legitimando a ocupação pelos colonizadores.

Dessa forma, os discursos de descendentes das famílias Nantes, Flores e Matos contribuem para a construção de uma memória de posse fundada na ideia de terra livre e disponível. Em entrevista, questionamos o senhor Osmar Nantes sobre como se deu a chegada de sua família ao atual bairro Laranjal, buscando compreender as narrativas que sustentam esse processo de apropriação fundiária. Osmar narra (Entrevista realizada em 06 de janeiro de 2024):

Sou, Osmar Nantes de Matos, sou nascido aqui mesmo, só que, naquele tempo aqui pertencia a Rio Brilhante, nós nascemos lá, onde nasceu a Erci, lá na Taboca¹⁷. Que a minha avó quando ela casou lá em 1912, ela veio morar lá na Taboca (Foto 1). Ai lá em 1920 ela tava com três filhos, aí morreu o esposo dela. Meu pai era o mais novo tava com cinquenta dias. Ai morreu o esposo dela, e ela ficou sozinha com três filhos. A filha mais velha tinha sete anos, e tinha um menino com três anos e o meu pai tava com cinquenta dias.

Desta forma, a narração feita por Osmar comporta a percepção dos enfrentamentos que as famílias tiveram ao desbravarem as terras de Mato Grosso no intuito de estabelecerem grandes posses de terra e moradia. Assim, embora as dificuldades do período vivido pela família na fazenda Taboca, no início do século passado, os meios de sobrevivência precisavam ser encontrados e alcançados, e foram sendo realizados no decorrer do tempo e das necessidades.

Fotografia 2- Casa da Família Nantes, construída em 1948 no bairro Laranjal.



Fonte: Trabalho de campo realizado em 6 jan. 2024 Foto: Claudinei Araújo dos Santos 06/01/2024.

¹⁷ Fazenda de origem da família Nantes nas terras do Bairro Laranjal, município de Nova Andradina-MT/MS.

A fotografia 2, retrata a casa construída em 1948 por Dona Francisca Martins Nantes e seus filhos, viúva de Sebastião da Silva Chaves. A edificação foi realizada aproximadamente três décadas após a chegada da família à localidade, que, desde 1912, vivia em uma casa de pau a pique. A nova moradia foi erguida em uma área mais plana e incorporava recursos tecnológicos característicos dos anos de 1940. Entre eles, destacava-se o uso de um rego d'água, utilizado para os afazeres domésticos, consumo humano e higiene pessoal, prática que permitia maior conforto e proteção contra intempéries e riscos naturais, como ataques de animais selvagens durante a noite.

Osmar Nantes, em sua narrativa, relembra as dificuldades enfrentadas pela família nos primeiros anos de ocupação das terras da antiga fazenda Taboca, especialmente após a perda precoce do patriarca. A matriarca, ainda jovem, assumiu sozinha a criação dos três filhos, todos pequenos na época, o que tornou ainda mais desafiadora a sobrevivência em uma região isolada, exigente e em processo inicial de colonização. De acordo com Osmar Nantes, o marido de sua avó Francisca Nantes, provavelmente, tenha morrido de infarto ou recorrências da malária que era muito comum naquele contexto (Entrevista realizada em 06 de janeiro de 2024):

Aí ela enfrentou aquela batalha. Pra cá eles (D. Francisca Martins Nantes e o seu esposo Sebastião da Silva Chaves) vieram, de onde hoje é Sidrolândia. Ai eles vieram pra cá. Ai, os irmãos dela veio ai, queria que ela voltasse para lá, e então ela não quis, que ela ia batalhar para segurar aqui para os filhos. Ai ela ficou sozinha com três filhos. E era uma dificuldade enorme, porque, esses campos era tudo aberto não tinha cerca ela deveria ter umas trezentas cabeças de gado. Mas ela não dava conta de reunir, foi indo embora, foi indo embora, ela ficou só com as leiteiras. E foi batalhando, eles plantavam apenas o que comia. Ela dava muito valor naquilo que tinha no prato.

Osmar Nantes recorda-se da avó com saudosismo, característica recorrente nas memórias familiares, nas quais o entrevistado frequentemente se vê tomado pelas emoções. Um aspecto interessante a ser retratado é que, à época, as localidades eram abertas, sem cercamento das fazendas, e o gado era criado de forma solta. Inclusive, quando adquiriram as terras compradas da família Barbosa, a transação envolveu a troca de uma extensa quantidade de terras por cabeças de gado. Tal prática, em linhas gerais, tem relação com a gênese da pecuária em Mato Grosso, quando aqueles que detinham concessões de terras, frequentemente, transferiam sua posse em troca de gado. No caso específico das terras adquiridas pela família Nantes, a posse foi concedida por Domingos Barbosa Martins, conhecido pelo apelido de “Gato Preto”. Afirmo Osmar Nantes (Entrevista realizada em 06 de janeiro de 2024):

E o vovô Frutuoso quando ele veio de, quando ele veio de, de Ponta Porã para cá, ele já tinha uns quatro ou cinco filhos. Ele veio, um irmão dele veio ajudar a trazer um pouquinho de gado que ele tinha e disse que ele passou. Foi morar lá na Anaurilândia, lá chamava Água Amarela, ele foi morar lá na Água

Amarela aí ele ficou um ano lá, não gostou, tava dando muita peste no gado, aí ele voltou mais para cá e parou na beira do, do rio, São, do Córrego, São Benedito. Ali. Aí, ali. Ele viveu a vida toda, 47 anos. Aí ele, ele, ele ficou ocupando a propriedade dos Barbosa Martins e ficaram muito amigo de confiança absoluta. O Barbosa vinha sempre, ele ficou morando de favor com gado, foi criando gado, foi aumentando, foi aumentando. Quando foi um tempo, ele até era barato. Ele entregou um lote de gado e pegou uma fazenda de 2400 alqueires, pegou na beira do Laranjal até lá, no Divino, do meio para cá, até lá, na beira do Ivinhema. Aí ele trocou e aquilo ali ficou sem documento muitos ano, tinha muita confiança. Depois foi passado o documento, mas ele comprou aqui do Barbosa Martins, eu acho que já era o Henrique, eu acho. É. Daí ele trocou em gado, aí ele pegou, então ele conta que ele pegou um pouco de gado e as crianças, tudo tinha gado. Ele reuniu um lote de gado e entregou a troco desse. E aqui é aquilo, lá eles falam aquilo lá não era bem medido, falava é do tal rio até tal córrego até no tal rio, mas era um troço meio pelo rumo aí depois, pouco a pouco, foi se localizando e, e ele tinha 14 filhos, então, quando ele morreu, ficou dois, 250 ou 200, 200 alqueires pra cada um, então, provavelmente era 2400 alqueires para dar.

A narrativa oral de Osmar Nantes expressa a valorização da trajetória de posse e ampliação fundiária de seu avô, construída, inicialmente, a partir de relações de confiança e trocas com grandes proprietários. O relato enfatiza o mérito familiar na ocupação e legitimação da terra, naturalizando a apropriação fundiária ao reforçar a ideia de pioneirismo e merecimento. No que se refere à aquisição de terras, onde atualmente se localiza o município de Nova Andradina, Osmar, acompanhado de sua esposa Aurea afirmam que, antes da chegada de Moura Andrade nas terras da fazenda Baile, a região do Bairro São Bento foi ocupada pelos Barbosa, enquanto o Bairro Laranjal foi tomado pelos Nantes desde os primeiros anos de 1900, por meio de negociações que envolviam a troca de extensas áreas por cabeças de gado. Afirmam Aurea e Osmar (Entrevista realizada em 06 de janeiro de 2024):

Aurea: Quando os Moura Andrade e o Geraldo¹⁸ vieram para Nova Andradina, foram construindo tudo, a nossa família já estava, a família Barbosa. Nossa, já estava por aqui ou não estava?

Osmar: Estava porque o, porque a minha avó, quando eles vieram para ali, para esse ali, foi em 1912. O vovô Mattos já morava ali, que ele veio em 1910, então, já morava e o movimento Moura Andrade começou mais ou menos em 50, talvez um pouco antes, mas é mais ou menos 50.

Desta forma, a presença dos Nantes, Flores, Matos, Garcia, Duarte, antecede em pelo menos 40 anos a Empresa Moura Andrade S/A em Nova Andradina. Nesse sentido, os Bairros São Bento, Laranjal e Papagaio contam com a presença de famílias vindas de outras regiões do

¹⁸ Geraldo Matos Lima foi homem de confiança de AJMA na abertura de Nova Andradina, ele foi responsável pelas serrarias da Empresa Moura Andrade. Os seus trabalhos gerenciais da extração e destinação da madeira para o estado de São Paulo proporcionaram adquirir extensas quantidades de terras, inclusive doadas por AJMA, tornando-se rico pecuarista no município de Nova Andradina.

território brasileiro desde o século XIX, transitando para o século XX, quando os Duarte¹⁹, por volta de 1910, chegaram ao Bairro São Rafael.

No que tange ao bairro São Rafael (mapa 3), por volta dos anos de 1930, a família de Austrílio Capilé Castro vindos da cidade de Rio Brilhante, são o segundo grupo familiar a habitar a localidade. No caso da fazenda São Rafael, era ponto de passagem de boiada e ali foram estabelecendo moradias os Capilé Castro. Nas entrevistas realizadas com pessoas das famílias Nantes, Matos e Flores, percebemos que os Duarte e Dutra são frutos da junção entre os Matos e Flores. No caso da família Dutra, Osmar narra (Entrevista realizada em 06 de janeiro de 2024):

A vovó Genuína era porque, porque tem a família Nantes, né? Do Laranjal pra lá e pra cá tem a família Mattos, família Mattos veio do Rio Grande do Sul, então eles vieram por Argentina, vieram estacionar em Ponta Porã, Aí em Ponta Porã, o pai da minha mãe ainda era jovem, de 15, 16 anos, aí estava trabalhando lá quando ele pegou seus 19, 20 anos ele trabalhava na fazenda de um, de um argentino lá e tinha até um alambique de pinga, acho que ele mexia com isso e daí ele acabou casando com a filha desse argentino que a minha, minha avó é argentina, Vó Genuína e como é que é Oswaldo Dutra, Argentino é do Oswaldo Dutra, dos 80, neto do Vovô Frutuoso de Mattos.

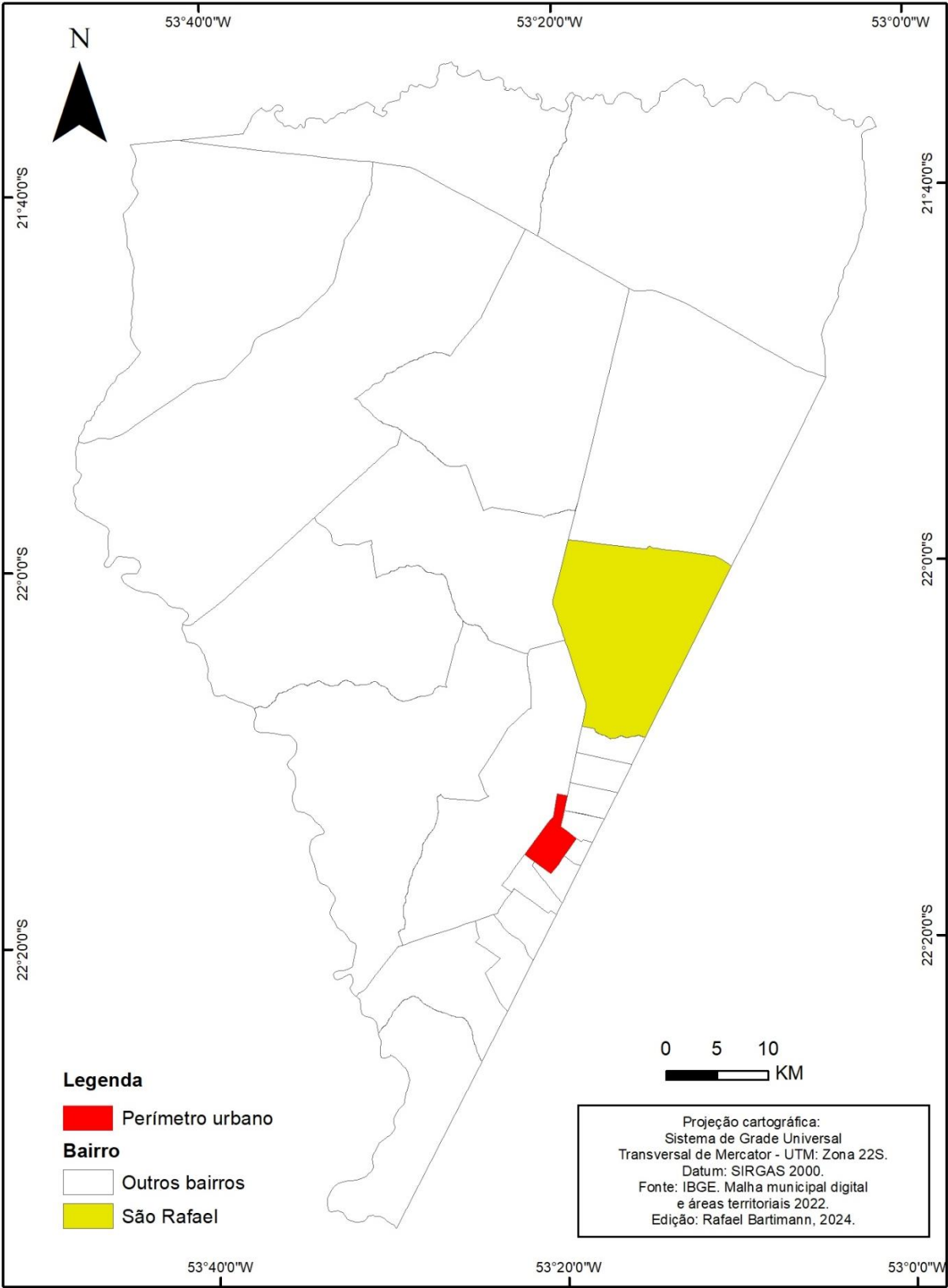
Então questionamos novamente sobre essa relação familiar, e, Osmar continuou a comentar (Entrevista realizada em 06 de janeiro de 2024):

Só o Oswaldo que pegou o nome da Dutra que era do avô e aí o Frutuoso, que é outra família Mattos ele, ele tinha um, o nome dele era Frutuoso de Mattos. Então os filhos dele tudo tem nome meio duplo, sim. É Cândido Frutuoso e Antônio Frutuoso. A minha mãe chamava Guilhermina Frutuoso de Matos e é da velha, da esposa dele que era Dutra, ninguém tinha sobrenome Dutra, aí o pai, o Oswaldo Dutra, não sei se conhece o Oswaldo Dutra, neto do vovô Frutuoso, só ele tem assinatura de Dutra, mas e o Dutra dessa Genuína Alves Dutra é da Argentina.

Os Dutra vão adquirir da família de Domingos Barbosa Martins a fazenda Jaboticabal que está situada no bairro São Rafael. O recenseamento brasileiro realizado no ano de 1920 consta que a fazenda Jaboticabal, assim como outras fazendas dentro do atual perímetro do município de Nova Andradina (figura 1). Observa-se então que as terras que atualmente pertencem ao município de Nova Andradina-MS, foram adquiridas no ano de 1913 pela família Barbosa Martins, de acordo com documentos que apresentamos no terceiro capítulo em certidões históricas dominiais.

¹⁹ Os Duarte são descendentes de relações familiares com os Matos, todavia, distanciam em localização cerca 80 km dentro do perímetro do município de Nova Andradina.

Mapa 3 – Bairro São Rafael - Localização



Fonte: IBGE, 2011. Elaboração: Rafael Bartimann, 2025.

No mapa 3 destacamos a localização do bairro São Rafael no município de Nova Andradina, evidenciado, em amarelo, em contraste com os demais bairros, inclusive com o perímetro urbano representado em vermelho. A delimitação clara do perímetro urbano permite observar a inserção do São Rafael em relação à malha territorial do município, revelando seu posicionamento estratégico próximo a outras áreas centrais e vias de acesso. Essa conjuntura também estabelece outra relação entre Matos e Flores que foram residir durante os anos de 1950 às margens do rio Anhanduí²⁰. Essa localidade também se tornou passagem de boiada, e, sobretudo, trajeto de passagem para viagens realizadas entre aqueles que passavam do estado de São Paulo para Mato Grosso, com utilização do rio Anhanduí como forma de travessia e o local levava o trânsito até a região de Rio Brilhante e/ou Campo Grande.

Dessa forma, identificamos registros das famílias que ocuparam a região onde se situa atualmente Nova Andradina antes da chegada da empresa de Moura Andrade. Esse contexto permite sustentar que essas famílias estabeleceram um modelo de colonização e fixação na região, em contraste com a abordagem do empresário, que utilizou a terra como meio de geração de renda capitalista.

1.3 A Empresa Moura Andrade S/A e o Governo Vargas

Durante a Era Vargas, as frentes pioneiras ocuparam o Sul de Mato Grosso com o objetivo de contribuir para a proteção das fronteiras e claro com empresas que pretendiam expandir seus ganhos financeiros. Fazendeiros que se estabeleceram na região Centro-Oeste compartilhavam a percepção de prosperidade, adquirindo e loteando terras, o que caracterizou o avanço dessas frentes. Conforme destaca José de Souza Martins (2022), no início do século XX, tais processos estiveram ligados a movimentos migratórios que impulsionaram a penetração agrícola nos estados de São Paulo e Paraná, inicialmente com lavouras de café e, posteriormente, em Mato Grosso, com a expansão da pecuária e de outras lavouras.

Essas frentes pioneiras estimularam a interiorização no estado de São Paulo e abriram caminhos para a ocupação nos estados do Paraná e Mato Grosso a partir da década de 1940, por meio da apropriação de terra. Enquanto o Governo Federal promovia uma política ideológica de ocupação dos “vazios demográficos” e proteção das fronteiras, latifundiários, industriais, empresas imobiliárias e bancos viam nessas áreas oportunidades de ampliar seus ganhos de capital.

²⁰ Km 132 da BR 267, Rodovia Manoel da Costa Lima.

Nesse contexto, latifundiários e empresas colonizadoras desenvolveram práticas de especulação fundiária, como o caso de Moura Andrade, ilustrando bem esse cenário, a alcunha de “rei do gado” reflete tanto o volume de seu rebanho quanto o caráter capitalista de sua atuação na apropriação de terras desde a década de 1920. Comprando e requerendo propriedades, Moura Andrade buscou formas de enriquecimento alinhadas às oportunidades do mercado da época.

A figura de Moura Andrade tornou-se associada, no imaginário popular, à representação de um grande criador de gado, exaltada, inclusive, em composições musicais que reforçam o vínculo simbólico entre o campo e a identidade nacional. Enquanto o Estado buscava consolidar as fronteiras demográficas como estratégia de construção do espírito de nação, também se preocupava em proteger as fronteiras econômicas contra o avanço de empresas estrangeiras que poderiam explorar recursos e ocupar territórios estratégicos.

Segundo Martins (2023), há uma distinção entre ocupação demográfica e ocupação econômica, a presença populacional não implica, necessariamente, desenvolvimento econômico imediato. Nas décadas de 1930 e 1940, Mato Grosso demandava primeiramente a ocupação humana para, posteriormente, consolidar a exploração econômica, diretriz que pautou a política territorial e nacionalista de Getúlio Vargas (Martins, 2023, p. 138).

Aproveitando esse contexto, Moura Andrade expandiu suas propriedades, adquirindo terras por compra e requerimento junto às unidades federativas, sempre com vistas à ampliação econômica. Diversos fazendeiros beneficiaram-se de concessões e incentivos estatais para a formação de grandes propriedades rurais, e a Empresa Moura Andrade S/A é um exemplo expressivo dessa dinâmica, explorando a terra em múltiplas frentes produtivas.

Por fim, embora a imagem de Moura Andrade permaneça marcada por representações simbólicas e até lendárias, é fundamental distinguir o discurso historiográfico que busca compreender o contexto e as relações econômicas e políticas do discurso literário ou mítico, que constrói a significância da figura a partir de um viés idealizado. Seguindo Albuquerque Júnior (2019b, p.70):

O conhecimento histórico torna-se, assim, a invenção de uma cultura particular, num determinado momento, que embora se mantenha colado aos monumentos deixados pelo passado, à sua textualidade e à sua visibilidade, tem que lançar mão da imaginação para imprimir um novo significado a estes fragmentos. A interpretação em História é a imaginação de uma intriga, de um enredo para os fragmentos de passado que se têm na mão.

Com base nas teorias de Albuquerque Júnior (2019b), ao explorarmos nosso objeto de pesquisa, Moura Andrade, percebemos que sua trajetória pode ser interpretada como narrativa

permeada por elementos literários. Embora o autor não seja utilizado para tratar especificamente de Moura Andrade, suas reflexões ajudam a compreender que a história desse latifundiário, empresário e colonizador pode ser analisada por meio de metáforas, alegorias e diálogos. Assim, a partir de Albuquerque Júnior (2019b), não basta afirmar que Moura Andrade foi supostamente beneficiado pelo Governo Federal, é imprescindível investigar, confrontar literaturas e examinar documentos que sustentem as afirmações sobre os problemas e as temáticas estudadas. O objetivo é questionar e desconstruir o que nos é transmitido do passado como valores universais (Albuquerque Júnior, 2019b, p. 211).

Se a discussão desse momento aponta para possível relação contributiva entre Moura Andrade e o Governo Federal, buscamos esclarecimentos por meio de entrevistas com Nelson Andrade e Carlos Silveira, realizadas em contextos distintos. Questionados sobre a ligação de Moura Andrade com o Estado, Carlos Bernardes expressou a percepção de que o empresário mantinha contato direto e frequente com o presidente do Brasil. Já Nelson Andrade, ao comentar sobre possíveis favorecimentos governamentais à expansão dos empreendimentos de colonização em Mato Grosso, relatou que, antes da década de 1930, seu avô possuía uma casa comissária em Santos, principal ponto de exportação do café brasileiro. Com a crise mundial de 1929, que abalou o comércio do café, essa situação, embora inicialmente negativa, acabou se revelando benéfica, especialmente para as casas comissárias, que se beneficiaram das circunstâncias econômicas do período. O Governo Federal foi benevolente, explica Nelson Andrade (Entrevista com Nelson Almeida de Andrade realizada em 17 de abril de 2023):

... em 1930 quem governava o Brasil que era o presidente, o Getúlio Vargas, não como presidente, mas como uma ditadura ele tinha tanta produção de café naquele tempo que mandava queimar, comprava. O governo comprava preço baixíssimo para queimar o café, para poder segurar o preço internacional do café e o que aconteceu com as casas comissárias e com os fazendeiros de café na época como eles sempre recebiam dinheiro adiantado dessas empresas exportadoras o meu avô tinha uma delas começaram a comprar café, e o café baixou, bateu brutalmente. É o que parece estar acontecendo com a soja hoje e muito dessas pessoas quebraram, desses fazendeiros e como tinham eles deviam para essas casas comissárias depois que começou de melhorar a crise acabaram entregando as suas fazendas

Na fala de Nelson é possível perceber duas consideráveis condições, a primeira é de que o café armazenado acabou sendo comprado pelo Governo Federal, para que não houvesse excesso de perda nos preços do mercado internacional. O segundo ponto, salienta-se que os menores fazendeiros, do ponto de vista financeiro, impactados por essa crise de 1929, sem ter como suportar ao período da ausência de compras por parte das casas comissárias e pagar seus credores, muitas vezes entregavam suas terras aos latifundiários que haviam lhes aberto

créditos. Esse foi um momento de relação com as ações do Estado Nacional e Moura Andrade, quando a crise de 1929 lhe proporcionou adquirir fazendas no interior de São Paulo, região de Bebedouro, Pitangueiras, Ribeirão Preto, Mogi Mirim, além de comprar no início dos anos de 1940 a parte da sociedade que tinha com Guilherme Moura.

O passado que Nelson Andrade não participou é conjuntura do segundo capítulo quando narramos a trajetória de Moura Andrade. Não obstante, salientamos que a vinda para Mato Grosso em função da Marcha para o Oeste, que, vislumbrava propiciar o então defendido preenchimento demográfico e proteção das fronteiras brasileiras, que em tempos de, entre e pós-guerras, necessitavam ser protegidas, especialmente com a presença humana. Essa condição, percebemos que o ideal Varguista de ocupar o interior brasileiro propiciou aos grandes fazendeiros adquirirem terras baratas e do qual Moura Andrade como outros grandes fazendeiros foram beneficiados.

Desta forma, lembramos que as viagens de Nelson Andrade com o avô sobrevoando as terras de Mato Grosso estavam relacionadas ao período próximo à fundação de Nova Andradina, após meados dos anos de 1950, e que, a fazenda Primavera foi adquirida no início do Estado Novo, mais precisamente no ano de 1937.

É necessário que façamos distinções sobre esses acontecimentos, uma vez que no Estado Novo havia interesses do governo em direcionar a população para os oestes brasileiros. Ressaltamos, com a presença de migrantes, povoando as regiões fronteiriças, e, também as empresas que desejavam adquirir terras, com anseios de apropriação capitalista, e dela pudesse extrair riquezas. Em momento posterior, no decorrer dos anos de 1950, a conjuntura levava à possibilidade de formação das cidades, uma vez que, especialmente após 1956 o projeto era desenvolvimentista, fomentando a construção de cidades organizadas e a industrialização nos diversos espaços do território nacional.

Atentando-nos às possíveis contribuições do Governo Federal a Moura Andrade, podemos dizer que, ainda quando não diretamente, mas, indiretamente o proprietário da Empresa Moura Andrade S/A foi beneficiado pelas políticas do Estado Nacional durante os anos de 1930. Na circunstância sobre a história do proprietário da empresa colonizadora, observamos que ao ser questionado sobre possíveis relações entre Moura Andrade e o Estado brasileiro, a resposta de Nelson é de que o Estado esteve ausente dessa condição das negociações e comercializações nas terras mato-grossenses. Questionamos então: Se o presidente do Brasil contribuiu para que o avô de Nelson pudesse vir para o Mato Grosso. Respondeu Nelson Andrade (Entrevista: Nelson Almeida de Andrade, 13/08/2022):

É, ai Era Getúlio Vargas, era o tempo do Estado Novo que a gente aprendeu na escola, porque eu não presenciei nada disso, mas, o que eu posso adiantar, é que meu avô nunca dependeu nenhum pouco de, de, de uma ajuda de governo, o que ele fez foi tudo com recurso próprio, ele, eu sei que, ele, ele, conheceu pessoalmente o presidente, o Getúlio Vargas, eu sei que Andradina em 1937, para poder, quem, quem autorizava na abertura de uma cidade, era o próprio presidente da República.

A distinção entre ajuda e incentivos do Estado Nacional é essencial para que compreendamos os meios que o Governo Federal esteve presente com políticas que propiciaram Moura Andrade aumentar suas rendas e especular o café e a terra. Quando Nelson Andrade, menciona que o avô não teria recebido ajuda de Vargas, é coerente, contudo, ao analisarmos que o Governo Federal comprou café das casas comissionários, incinerou, então observamos um incentivo fundamental para o comércio de café, além de fazer junção as características de obtenção das terras, pois, o auxílio aconteceu aos grandes latifundiários, em contrapartida aos pequenos agricultores que perderam suas terras, devido à crise de 1929 e o decorrer dos anos de 1930.

Com essas definições, Nelson Andrade consegue apontar como Getúlio Vargas esteve presente em diversos acontecimentos que envolveram Moura Andrade. As frentes pioneiras nos anos de 1930 avançavam com a política ideológica de ocupação das fronteiras demográficas que consideravelmente se aproximavam das fronteiras econômicas. As empresas colonizadoras enquanto adquiriam terras e dela extraíam madeiras, plantavam café ou criavam gado, também submetiam a terra às ações da modernidade que envolviam empreendimentos econômicos.

Martins (1975) ressalta que esses empreendimentos econômicos se tornaram resultado direto da necessidade de reprodução da sociedade capitalista, “empresas imobiliárias, ferroviárias, comerciais, bancárias, etc., loteiam terras, transportam mercadorias, compram e vendem, financiam a produção e o comércio” (Martins, 1975, p.47), e assim, o Estado vai direcionando perspectivas entrelaçadas do Governo Federal e sujeitos envolvidos nas frentes pioneiras que normalmente incentivavam e beneficiavam latifundiários e empresários. Continua Nelson Andrade (Entrevista realizada com Nelson Almeida de Andrade em 13 de agosto de 2022):

E o meu avô, eu sei que ele foi com a equipe dele pessoalmente entregar o projeto da cidade pro, pro, pro presidente Getúlio Vargas. Eu sei de história contada na família, não tem nada oficialmente, eu sei que ele foi no Rio de Janeiro, aí, já conhecia, oo, o, Getúlio Vargas, como pecuarista no Rio Grande do Sul. Meu avô tinha muitos contatos na época, que ele se tornou o pecuarista, de respeito aqui no Estado de São Paulo. E, eu sei que o Getúlio Vargas é que pôs o dedo na, no, no, o pitaco, na na, nome, no batismo da Cidade de Andradina.

Com estes relatos auferimos que a ajuda negada por Nelson Andrade ao bisavô, por meio do Estado, foi uma realidade. No entanto, quando o próprio Nelson menciona as intervenções de Getúlio Vargas no empreendimento imobiliário de Andradina-SP, torna-se necessário compreender que houve, por parte do Governo Federal, ações e incentivos que favoreceram as propriedades de Moura Andrade, como, por exemplo, a expansão das ferrovias.

Antonio (2015) destaca que a política fundiária em Mato Grosso privilegiava a grande propriedade, sustentando interesses oligárquicos em troca de apoio político. Nesse contexto, percebemos que os benefícios concedidos não se manifestavam exclusivamente com aporte financeiro direto, também com a concessão de terras, mecanismo fundamental para viabilizar a economia extrativista e estimular a ocupação de vastas extensões territoriais. Assim, Moura Andrade, alinhado às diretrizes da Marcha para Oeste, promovida por Vargas, encontrou no Governo Federal um ambiente favorável para suas iniciativas de colonização e exploração econômica. Nesse sentido, não era necessário haver entre Moura Andrade e Getúlio Vargas um laço de amizade, mas, condições para que os interesses de ambos fossem alcançados. Antonio (2015, p. 48), aponta:

A partir da década de 1930 e, principalmente, durante o Estado Novo, o antigo sul de Mato Grosso sofreu interferência das políticas de colonização do governo federal. Interferindo na região, Vargas colocou fim nas pretensões da Companhia Mate Laranjeira de renovação de arrendamentos com a criação, em 1938, no Instituto Nacional do Mate [...] ocasião em que a firma fez a entrega dos terrenos ao Estado de Mato Grosso, os quais foram ocupados imigrantes sulistas.

Ressalta Antonio (2015, p. 31):

Na década de 1940, foram criados decretos para promover a colonização, o primeiro decreto-lei, nº. 2.009 de 09 de fevereiro de 1940 deu nova organização aos núcleos coloniais, já o decreto-lei nº. 3.059 de 14 de fevereiro de 1941 dispôs sobre a criação de colônias agrícolas nacionais.

Essas descrições contidas no texto de Antonio (2015) apontam aproximações entre o chefe do Governo Federal e os fazendeiros, afirmando a idealização de preencher demograficamente as terras das fronteiras nacionais. No entanto, salientamos que os interesses econômico por parte do Estado e da burguesia brasileira contribuiu para a transformação de latifundiários em capitalistas e de capitalistas em latifundiários, é a alinaça terra-capital (Martins, 2021), confirmando a conjuntura dos interesses do Estado. Nesse sentido, as expressões estruturais deixadas no formato organizacional de Andradina e Nova Andradina por Moura Andrade expõem condições comerciais, pois, toda colonização é desde a aquisição das glebas até a produção que nela acontecem uma transação comercial, um negócio, promovendo renda capitalista da terra. Lembra Monbeig (1984, p. 237):

Para nos darmos conta dessa verdade, bastaria observar a dura concorrência em que se lançam os vendedores de terra e os esforços publicitários que desenvolvem. Pela imprensa, pelo rádio, por meio de cartazes, cada um louva a qualidade de seus solos, a densidade das suas estradas, o equipamento dos patrimônios, a segurança dos títulos de propriedade, as vantagens de seus sistemas de pagamentos. Em Andradina, um enorme tronco de árvore, exposto na estação ferroviária, pretende testemunhar a fertilidade da terra (figura 4).

Andradina e Nova Andradina foram cidades colonizadas pela empresa de Moura Andrade, é possível entendermos que sua relação com o Estado foi amistosa o bastante para propiciar não apenas a denominação das cidades, mas, sobretudo, na aquisição fundiária que vai além de onde os olhos enxergam. A fertilidade da terra exposta na fotografia 3 traz a compreensão de que aos especuladores da terra interessavam as questões imobiliárias como a aquisição das terras devolutas, todavia, não deixavam de ter a importante relação com a economia devido a produção madeireira, a fertilidade da terra e a produção agropecuária (Antonio, 2015, p. 48).

Fotografia 3 – Andradina- SP - Toras da Fazenda Guanabara S/d



Fonte: Centro Memórias de Andradina.

Percebemos que AJMA tornou-se apropriador de grandes extensões de terras no estado de São Paulo, e no decorrer dos anos de 1930 e 1940, o próprio Estado favorecia que fazendeiros

baseados nas frentes pioneiras pudessem adquirir e tomarem posse de enormes áreas para formarem cidades e estabelecerem projetos imobiliários de comercialização de terras, sobretudo no campo.

Essa conjuntura promoveu a Moura Andrade formar primeiro a cidade de Andradina, depois, Águas de São Pedro no estado de São Paulo, essa condição favoreceu que famílias de trabalhadores, principalmente moradores de Andradina, pudessem migrar para uma Nova Andradina, nos anos de 1950. Nesse sentido, Carlos Bernardes da Silveira ressalta que havia convites para moradores da cidade de Andradina a residirem na “Nova” Andradina, local onde teriam prosperidade e havia necessidade de famílias com homens fortes, bons comerciantes, pudessem contribuir no desenvolvimento das terras mato-grossenses, além da viabilidade de conseguirem projeção financeira. Questionamos se Carlos Bernardes foi nascido em Nova Andradina, que responde (Entrevista realizada em 10 de fevereiro de 2023):

Não, na cidade de Andradina. Aliás, é a cidade do Moura, fundada pelo Moura Andrade (risos do entrevistado). Que depois ele veio pra cá, pra Nova, fundar a Nova Andradina. Ele fundou a Nova Andradina. Então é o mesmo fundador: da cidade de Andradina, e, no Estado de São Paulo, e de Nova Andradina, no então, Estado do Mato Grosso.

Então questionamos Carlos Bernardes sobre a relação da cidade de Andradina e Nova Andradina e como tem significados políticos e econômicos. Ressalta Carlos Bernardes (Entrevista realizada em 10 de fevereiro de 2023):

O Moura Andrade vem pra Mato Grosso, era Mato Grosso ainda, né. E, e, e, começa a desbravar, compra uma propriedade na barranca do rio Paraná, que é a fazenda Primavera, e a fazenda Xavantes que é aqui na região, onde é Andradina, Nova Andradina. E começa a planejar a criação da cidade, Nova Andradina, entendeu, em referência a Andradina, do Estado de São Paulo, a Nova Andradina então do Mato Grosso e funda a cidade nos anos 57 pra 58.

No timbre de voz do entrevistado é fácil perceber como a idealização de duas cidades representa o poder citado no parágrafo anterior, sobretudo, se pensarmos que cidades haviam sido criadas no decorrer de duas décadas no estado de São Paulo. Como passamos a descrever nas páginas seguintes, Moura Andrade carregava no bojo do seu capital financeiro também o capital simbólico da economia e do desenvolvimento, era um homem envolvido desde os anos de 1920 com as cerealistas, nas negociações de café, e com o poder político, afinal era pessoa recebida pelo Presidente da República.

Esses significados precisam ser colocados em tela, uma vez que o Governo Vargas passou a enxergá-lo, como a outros donos de grandes empresas, possibilidades de ocupação regiões consideradas como de “vazios demográficos”. Desta forma, salientamos as relações entre Estado e empresas colonizadoras ou extrativistas, haja vista que, se por um lado, o

primeiro expoente tinha por necessidade proteger fronteiras, suprir as demandas dos grandes centros e apaziguar os conflitos pela posse da terra em áreas de disputas, as segundas objetivavam explorar riquezas nas regiões fronteiriças, desde a madeira, o uso do solo por meio da agricultura e da pecuária, assim como terem novas áreas para exploração, renda capitalista, e no caso da Empresa de Moura Andrade, tornava-se a representatividade de a primeira cidade servir de matriz para uma ou mais cidades pertencentes ao dono da empresa, significava ainda ter filiais no projeto imobiliário e de especulação da terra.

Partindo da interiorização do Brasil no século XX, precede que as atividades econômicas, da pecuária e da procura por metais favoreceram a interiorização em forma de colonização do território brasileiro, grosso modo, havia interesses estatais. No entanto, os dois pontos enunciados promoviam que empresas deixassem as regiões centrais e povoadas do Brasil para ocuparem os ditos vazios. No entanto, essa política esteve profundamente atrelada aos interesses capitalistas, favorecendo grandes empresários e latifundiários na expansão de seus empreendimentos, como estudado por Nardoque (2007) no extremo Noroeste do estado de São Paulo, na região de Jales. Por lá várias cidades foram fundadas para dar suporte aos projetos imobiliários de comercialização de sítios e fazendas.

A ocupação dos chamados "espaços vazios" não se deu de forma espontânea. A ocupação dos chamados "espaços vazios" não se deu de forma espontânea ou desinteressada, mas como movimento que consolidava a lógica de acumulação de capital, garantindo a esses grupos o acesso privilegiado à terra, crédito e benefícios fiscais. Assim, o Estado atuou como agente da modernização conservadora, reforçando a estrutura fundiária desigual e ampliando a fronteira econômica sob a ótica do grande capital.

A perspectiva dos empresários das empresas colonizadoras de se transformarem em apropriadores capitalistas resultou em cercamentos de terras muito além da área adquirida e ativou a viabilidade da prática de grilagem e posse indevida, aproveitando-se das relações estabelecidas com o Estado e outros proprietários de terras. É possível assim entendermos por meio de Nelson Andrade, que Moura Andrade faz parte dessa relação de comprar determinada quantidade de terras, mormente devolutas, enquanto outra parte foi requerida junto ao Estado. Nas entrevistas realizadas com famílias dos primeiros moradores no município de Nova Andradina-MT²¹, é possível percebermos como as pessoas falam da origem da apropriação das terras desde os últimos dois decênios do século XIX, quando passaram a ocupar a região da

²¹ Utilizamos a sigla MT para apontarmos Nova Andradina como um município anterior a divisão e criação do Estado de Mato Grosso do Sul.

Vacaria. Costumam falar sobre os fatos mencionados de geração em geração, as “descidas” desde os estados de Minas Gerais e São Paulo, alcançando os rios Tietê, Paranapanema e/ou Paraná, navegando o Ivinhema até o encontro dos rios Vacaria e Brilhante, acabaram chegando tempos depois às margens do rio São Bento, tornando-se criadores de gado, além de desbravarem longos campos para habitarem, praticando a agricultura de autoconsumo e criação de bovinos.

No caso de Carmelito e Lourdes, um casal residente em Nova Andradina, filhos de pais nordestinos, moraram e trabalharam na fazenda Primavera no município de Batayporã. A família do casal faz parte de uma conjuntura de famílias que por vezes moravam em Andradina e foram convidados para morarem em Nova Andradina, ou realizaram as condições migratórias de deixarem o Nordeste, chegar ao Sudeste, São Paulo, por lá residirem certo tempo e logo após atraídos pelas promessas de terras roxas onde o café era mais produtivo e assentarem moradia nas lavouras do estado do Paraná. Principalmente nas décadas de 1940 e 1950, as migrações foram realizadas de forma distinta para muitos grupos familiares oriundos do Nordeste brasileiro, até chegarem a Mato Grosso. Explica Carmelito:

O meu pai nasceu na Paraíba, minha mãe no Ceará e vieram para a região de Nova Andradina, sendo a fazenda Primavera em 1953, é, Mil novecentos [...] e cinquenta e quatro, que eu já tinha nascido, em 1954. Vieram para a fazenda Primavera, no município de Batayporã, e o proprietário sendo o Moura Andrade.

Lourdes comenta:

Meus pais, eles nasceram na Bahia, minha mãe era da cidade de Santana e meu pai de Jurandir, vieram da fazenda para o estado de São Paulo, acho que em Guaraçai depois foram para perto de Andradina na fazenda Guanabara, de lá meu pai foi pra outra fazenda, era a fazenda [...] é fazenda prim [...] fazenda Santa Maria, voltou pra fazenda Guanabara e depois que meu pai veio pra cá, em 1960 ele veio pra cá, para Nova Andradina, na firma Moura Andrade.

O casal Lourdes e Carmelito estão entre os milhares de migrantes que aportaram entre os anos de 1950 e 1960 na fazenda Primavera, a primeira adquirida por Moura Andrade em Mato Grosso. Ambos narram a trajetória de seus pais até chegarem em Mato Grosso e a necessidade que tiveram em deixar o Nordeste na procura de vida melhor, pois as dificuldades regionais causavam riscos de não haver melhora para o futuro. Nos mostram um pouco de suas compreensões de como o fazendeiro iniciou seus feitos nas terras que era desejo do Governo Federal ver preenchida por brasileiros, sobretudo, com a pretensa ideia de proteger as fronteiras. Nas palavras de Carmelito (Entrevista: Carmelito e Lourdes, realizada em 09 de fevereiro de 2023):

Olha, pelo que a gente sabe, ouve falar, ele era um cerealista, como se dizia antigamente né, ele comprava a mercadoria e café, as mercadorias né, e principalmente o café, e estocava foi aonde ele ganhou muito dinheiro, comprava e estocava para depois, a hora que aparecesse preço ele exportava, foi aonde ele ganhou muito dinheiro, aí foi quando ele comprou essas fazenda tudo que ele tinha ali na região, não sei se dependendo do... aproveitando o preço, que antigamente era quase de graça né, as terras por aqui, eu não sei se era por isso ou ele tinha interesse em outras coisas né? Também.

Carmelho e Lourdes comentam sobre os meios pelos quais Moura Andrade adquiriu fortuna, é sabido que a crise de 1929 foi de grande valia para essa conjuntura. Contudo, é importante entender outras situações propícias para a melhora socioeconômica, como a aviação civil, compra e negociações de aviões desde a década de 1920, além de terras, cereais e gado.

As oportunidades aqui apresentadas pelo Estado não foram igualitárias a todos que procuravam terras para produzir. Antonio (2015) nos lembra que o discurso do Governo Federal não foi condizente com as ações, enquanto a legislação evidenciava dar condições de permanência, o grande contingente de migrantes dificultou a assistência, já precária, a todos os colonos conforme determinava a legislação. Arakaki (2008, p. 132) destaca que a colonização da CAND, por exemplo, teve implicações no esfacelamento da reforma agrária, “dado que sua principal função social não foi alcançada plenamente, a fixação do pequeno agricultor ao campo”. De acordo com Antonio (2015, p.32), isso se deve ao fato de:

A formação de novos latifúndios em áreas de colonização esteve associada a diversas questões, como a morosidade em se conseguir o título definitivo da propriedade, que favoreceu a ação de grileiros, o baixo poder aquisitivo do migrante, que se via obrigado a vender seu lote a alguém com melhores condições financeiras, além do espírito aventureiro de colonos, que muitas vezes deixavam seus lotes em busca de outros locais de colonização. Vale mencionar ainda que a formação de novos latifúndios não se restringiu à colonização estatal, sendo frequente em regiões colonizadas por empresas particulares.

A situação nos remete a indagarmos as dificuldades na implantação das colônias e as condições precárias em que foram deixados os trabalhadores rurais. É contraponto interessante, pois, por mais que tenha havido apenas a venda e permissão de posse das terras consideradas devolutas, as grandes empresas carregavam no seu bojo situações financeiras que permitiam sustentar o processo de implantação nas terras interioranas. Ainda de acordo com Antonio (2015), salientamos que o Estado foi ineficiente na proposição de fazer com que os trabalhadores rurais permanecessem no campo.

Nesse sentido, é preciso colocar em contraponto as realidades vividas pelos trabalhadores rurais que almejavam terras para morar e produzir, enquanto, que os empresários e fazendeiros tinham o intuito de apropriação da renda capitalista, procurando consolidar

oportunidades de expansão em diversos setores, como frigoríficos, aviação, aquisição de fazendas, urbanização e mercado imobiliário.

Desta forma, Moura Andrade também assumiu o papel informal de banco, apoiando pequenos agricultores que cultivavam café, concedendo-lhes empréstimos que seriam pagos com a colheita. Partindo de Monbeig (1985) e de acordo com as narrativas de Nelson Andrade e Stela Andrade Aik, percebemos que o empresário adotou estratégias semelhantes a outras empresas imobiliárias de colonização, loteou parte da fazenda Guanabara em pequenos sítios para moradores recém-chegados, atraindo cerca de 6.000 famílias sem exigir fiador ou entrada em dinheiro, com lotes urbanos a preços baixos.

Retomando as relações de Moura Andrade e a aquisição de terras, podemos lembrar que enquanto o Estado contribuiu com suas políticas para que os grandes latifundiários tivessem suas safras garantidas, por outro lado, entre 1932 e 1935, muitos pequenos agricultores, incapazes de quitar suas dívidas, foram forçados a entregar suas terras como forma de pagamento. Essa dinâmica revela a complexidade das relações de poder e apropriação de terras na época. Martins (1975) argumenta que o aumento da produção agrícola, especialmente de café, resultou em excedentes que não podiam ser absorvidos pelo mercado. Isso levou os agricultores, muitas vezes chamados de "caipiras", a uma situação de endividamento, pois precisavam investir em tecnologias e insumos para aumentar a produção, mas enfrentavam preços baixos e voláteis no mercado.

Como resultado, acabavam perdendo suas terras para credores ou para grandes proprietários que se apropriavam das terras em troca de dívidas não pagas. Essa dinâmica revela a relação complexa entre o desenvolvimento econômico, as estruturas de poder e a vulnerabilidade dos agricultores frente às forças do mercado (Martins, 1975, p. 107). Para Monbeig (1985), “os paulistas não esperaram os sintomas de uma nova prosperidade para procurar compensar a decadência dos velhos cafezais por novas plantações” (Monbeig, 1985, p. 200), mas, procuraram novas terras nos estados do Paraná e Mato Grosso²² que lhes fossem possíveis instalar moradias e novas plantações.

Assim, o período varguista no Brasil e as relações de Moura Andrade com as políticas econômicas e fronteiriças da Marcha para Oeste suscitam, na verdade, favorecimento aos grandes latifundiários no acesso à terra. Assim, o proprietário da Empresa Moura Andrade S/A em Nova Andradina tem semelhança aos acontecimentos com a CAND – na região de

²² No terceiro capítulo, falamos sobre as famílias colonizadoras dos bairros rurais de Nova Andradina, muitas sendo descendentes de italianos e espanhóis que povoaram as localidades, procurando, sobretudo, novas terras para plantarem café.

Dourados, onde outros empresários e industriais puderam adquirir terras em Mato Grosso com o intuito de realizarem a apropriação capitalista da terra.

Vale considerarmos que Antonio (2015) e Lenharo (1986a-b) abordam a presença do Estado para fomentar colonizações no oeste brasileiro. No entanto, acabou por haver menor participação do Estado e maior intensificação de fazeres das empresas privadas de colonização, o que é também possível pensar no custo que teria o Estado para realizar processos de colonização das terras em desbravamento. Antonio menciona que (2015, p. 17):

No entanto, acredita-se que não foi apenas por falta de verbas governamentais que a colonização dos oesteiros foi entregue a empresas particulares, mas sim, interesses políticos e econômicos atrelados a uma conjuntura de expansão do capital. Tanto é que, neste período foram criados órgãos federais e estaduais, além de políticas fundiárias que direcionaram e incentivaram a ação de empresas privadas. Tal situação é percebida no antigo sul de Mato Grosso, onde atuaram empresas colonizadoras, como a Companhia de Viação São Paulo-Mato Grosso (CVSPMT), na colonização de Bataguassu (1941) e Bataiporã (1961); a Colonizadora Vera Cruz Mato Grosso, em Naviraí (1952); a Imobiliária Sul de Mato Grosso, que principiou a colonização de Amandina (1952); a firma Moura Andrade, em Nova Andradina (1958); a Colonizadora e Imobiliária Douradense Ltda. (CIDAL), em Angélica (1960); e a Sociedade de Melhoramentos e Colonização (SOMECO S/A), em Ivinhema (1961).

Antonio (2015) expõe que as relações entre os proprietários de empresas e o Estado eram geralmente favoráveis aos primeiros, pois adquiriam terras devolutas por preços considerados baixos. Nesse sentido, citamos Jan Antonin Bata e a Companhia de Viação São Paulo. Conhecido como o rei dos sapatos, devido ao sucesso como industrial na Tchecoslováquia, Bata foi convidado por Getúlio Vargas para participar do processo de expansão e interiorização do país. Segundo a dissertação de Costa (2012), após a Primeira Guerra Mundial, Bata enfrentou escassez de couro na Europa, além da perseguição nazista, e viu no Brasil uma fonte essencial dessa matéria-prima para sua fábrica de calçados.

Sua primeira visita ao Brasil ocorreu em 1925, marcando o início de uma relação duradoura, a necessidade de abastecer sua fábrica com couro brasileiro levou Bata a adquirir extensas áreas de terra no país. Nos anos 1930, impulsionado pelos ideais nacionalistas de Vargas e pelo objetivo de promover a industrialização, os laços entre Bata e o Estado brasileiro se fortaleceram. Documentos do Arquivo Nacional revelam que o governo brasileiro, com apoio do Ministério das Relações Exteriores, convidou Bata a estabelecer suas indústrias no país, evidenciando o interesse nacional pelo desenvolvimento econômico e industrial local, devido o reconhecimento referente às fábricas de sapatos (Arquivo Nacional, 1946: fl. 75, 86, 90).

Tornava-se interessante ao empresário dos sapatos aceitar o convite, pois, já era o último ano da década de 1930, e estava iniciando a Segunda Grande Guerra Mundial, e, para que pudesse fomentar sua indústria, também fazia-se necessário sair do cenário dos conflitos e nesse interim, ampliava-se dois interesses, do empresário ter novo espaço e campo de implantação de suas indústrias, utilização de matéria-prima e mão de obra disponível, enquanto o presidente do Brasil, observava em Bata a viabilidade de expansão industrial que era também parte da política do governo federal da Marcha para Oeste, além da possibilidade de formar novas cidades, como os municípios paulistas de Batatuba e Vila Cima, em 1940, Mariápolis, em 1942, além dos municípios do então Estado de Mato Grosso, Bataguassu, em 1941 e Batayporã, em 1961 (Costa, 2012, p.86-87).

Observamos que após dois anos do convite do Ministério das Relações Exteriores do Governo Vargas, acontecia intensa dedicação do empresário oriundo da Tchecoslováquia na aquisição de terras, desde o estado de São Paulo adentrando ao processo de Marcha para Oeste em Mato Grosso. Obviamente, havia interesse empresarial, contudo, há que ressaltar os interesses do Estado brasileiro. Grandes empresários, sejam eles nascidos no Brasil ou estrangeiros poderiam representar investimentos industriais, formação de novas cidades para projetos imobiliários nas fronteiras, contribuindo para a ocupação do Centro-Oeste brasileiro.

Parece que receber convite do Ministério das Relações Exteriores do Governo Vargas e em apenas dois anos após, começar processos de colonização e fundação de cidades coloca em tela uma concepção ideológica da colonização promovida pelo Estado e pelas empresas colonizadoras em Mato Grosso entre 1930 e 1950. Em Carli (2008), observamos que existia, no período mencionado, um discurso que associa a colonização à ocupação demográfica, ao desenvolvimento econômico e à modernização da região.

Em Martins (2022) observamos que a presença das empresas colonizadoras em conformidade com o Estado, era alinhada “pelos agentes da modernização, sobretudo econômica, agentes da economia capitalista (mais do que simplesmente agentes da economia de mercado), da mentalidade inovadora, urbana e empreendedora (Martins, 2022, p.138). O discurso do Estado, a partir da Marcha para Oeste, ocultava interesses políticos e econômicos relacionados ao processo. O Estado e as empresas colonizadoras estrategicamente escolhidas, estruturavam um discurso de progresso e modernização para justificar a apropriação da terra e a reorganização do território.

Em ambos os contextos, a colonização não se limitava apenas ao ideal de povoamento, mas atendia às dinâmicas do capitalismo. Essas ações do Estado em parceria com empresas privadas certamente favoreceu a concentração fundiária, projetou a exploração dos recursos naturais e a inserção dessas regiões na lógica produtiva nacional. Atrás da linha demográfica, percebe-se a linha econômica, a ocupação das áreas não ocorria de maneira espontânea, e sim

entrelaçando com específicos direcionamentos do Estado e do setor privado, reproduzindo condições que proporcionam historicamente as desigualdades na produção e formação das cidades.

Não obstante, Carli (2008) demonstra que a presença do Estado é justificada como agente organizador do espaço, todavia, podemos perceber o Estado sendo seletivo, incentivava a chegada de colonos, mas também determinava quem deveria ocupar as terras, muitas vezes favorecendo grandes empresas colonizadoras e latifundiários. Assim, a lógica do capitalismo é ressaltada nas relações Estado e latifundiários, donos de empresas imobiliárias, industriais, chamando o vasto território de não civilizado ou modernizado de terra inexplorada ou mesmo inadequadamente explorada. Com isso surgiram argumentos para justificar a concessão de vastas áreas a empresas colonizadoras, que lucravam com a venda de lotes e a exploração dos recursos naturais, é a afirmação do capitalismo consequentemente agrário moldando um processo, em que a terra era vista como mercadoria e favorecendo homens como Moura Andrade e Jan Antonin Bata.

No texto de Costa (2012) é possível percebermos as relações de Jan Antonin Bata no território brasileiro na procura por suprimentos de matéria-prima para suas indústrias. Mesmo estando no Brasil naquele período em fuga do conflito mundial, o empresário certamente tinha perspectivas de retornar a sua terra, sobretudo, dar assistência a sua indústria de calçados e, por isso, vislumbrava adquirir no Brasil fazendas para criação de gado, plantio de algodão e extração de látex.

No Arquivo Nacional, nos documentos do ano de 1946, consta a compra da Companhia Viação São Paulo-Mato Grosso e sua concessionária, a Comercial Alto Paraná. A política governamental de Getúlio Vargas tornava-se mais explícita quando recordamos que, no ano de 1938, Bata tentou estabelecer um parque industrial no ramo de calçados na Argentina. Contudo, não foi possível, pois a organização sindical da categoria não permitiu a instalação das empresas do empresário em solo portenho. De acordo com Costa (2012, p.87):

A segunda necessidade - ou objetivo -, com a qual se ajustava a vinda de Bata, seria o estabelecimento no país de um novo parque fabril. As análises apontam que tais instalações poderiam tanto ter a natureza das 'unidades' destinadas à continuidade da produção durante a guerra num local seguro, como a de uma 'cidade-em-série', se os planos da companhia fossem dar andamento ao seu programa de expansão internacional e implantar uma cidade industrial nos moldes de Zlín no Brasil. De qualquer forma, a princípio, as duas alternativas não eram contraditórias, e uma instalação nos moldes de uma 'unidade' poderia, teoricamente, vir a desenvolver-se plenamente como uma cidade industrial, como Zlín nos primórdios da companhia.

Os interesses de Jan Antonin Bata alinhavam-se com os objetivos do governo federal brasileiro em promover a industrialização do país. Seus investimentos permitiam a possibilidade de estabelecer um parque fabril, e também o planejamento de cidades semelhantes à Zlin, na Tchecoslováquia, adaptadas para a industrialização. Essas iniciativas satisfaziam tanto as necessidades pessoais do empresário Bata, quanto os interesses nacionais, que incluíam a diversificação econômica, o aumento da empregabilidade para a crescente população urbana e a integração de áreas rurais à economia industrial. De acordo com Ziliani (2010, p.166):

Por apresentação do presidente Getúlio Vargas, o interventor pelo Estado de São Paulo, Fernando Costa, indicou a Jan A. Bata a compra de uma empresa, a CVSPMT, que possuía áreas de terras de grandes extensões no Estado de São Paulo, na região da Alta Sorocabana e na região Sul do Estado de Mato Grosso, naquela época de propriedade dos irmãos Sloman, alemães interessados em vendê-la. Constituíam-se, então, da referida Companhia: várias fazendas de criação de gado; concessão para navegação do rio Paraná e seus afluentes; concessão para exploração da travessia de gado entre os Estados de Mato Grosso e São Paulo; além dos pousos de boiadas, existentes na Estrada Boiadeira em seu percurso, tanto em Mato Grosso como em São Paulo.

A formação de cidades no interior, associadas tanto à pecuária quanto às indústrias de calçados, criava uma cadeia de produção que facilitava os deslocamentos migratórios de diversas regiões do país. Além disso, contribuía para uma integração nacional, ocupação mais efetiva das fronteiras brasileiras e, claro, evitando que houvesse conflitos por terras em possível realização de reforma agrária. Essa convergência de interesses entre o industrial e o governo proporcionava um ambiente propício para o desenvolvimento econômico e integração territorial no país.

O Brasil tem por tradição uma estrutura fundiária baseada na concentração de terras, iniciada pela doação de imensas faixas de terras desde os tempos das capitanias hereditárias e pelas sesmarias. Em Lenharo (1986a), é possível perceber um estudo relacionado à política fundiária, tratando-se do acesso às terras no estado de Mato Grosso, clara e objetivamente com o intuito de proteger as fronteiras e crescer a produção agrícola para o abastecimento dos grandes centros.

O Governo Vargas publicou os decretos nº. 2.009 de 09 de fevereiro de 1940 e o decreto-lei nº. 3.059 de 14 de fevereiro de 1941, que visavam, respectivamente, a organização dos núcleos coloniais e da criação de colônias agrícolas nacionais. O papel do Estado era facilitar e incentivar industriais e latifundiários a ocuparem os vazios demográficos com suas empresas, resultando na formação de novas cidades e no investimento de capitais financeiros para colonização e exploração de recursos naturais.

O projeto político ideológico da Marcha para Oeste colocou a proteção das fronteiras do Brasil numa perspectiva de reforma agrária ao mesmo tempo que atendia à demanda dos grandes centros com matéria prima e alimentos. Para tanto, importava ter brasileiros nos Territórios Federais criados pelo Governo Federal e nas Colônias Agrícolas, capazes de proteger as fronteiras e aumentar a produção agrícola. Nos estudos de campo que realizamos é comum o regionalismo ser observado como característica positiva e aparece de forma muito especial quando os entrevistados são pessoas de origem sulistas, são vistos como trabalhadores assíduos, mas os paraguaios quando aparecem são vistos pejorativamente como vagabundos, afeitos à degustação da água com erva mate, o tereré, sempre lembrados como aqueles que se sentavam no trabalho para descansarem e afeitos ao álcool.

De acordo com Mondardo (2012, p.125), é possível pensar que a nacionalização da mão de obra, e:

A localização-distribuição das colônias agrícolas na porção fronteira a Oeste do território nacional brasileiro, explicita os objetivos territoriais das suas implantações. Estas formaram também a trama territorial do poder estatal pois estabeleciam um novo conjunto de relações sociais através da associação dos colonos em cooperativas de produção, venda e consumo, fortalecendo, assim, a produção de alimentos (sobretudo) para o mercado interno. Ademais, estas colônias serviram para a implantação da ideologia do trabalho, do ‘desenvolvimento’ do ‘progresso’, que aliado à religião buscava construir e formatar a identidade territorial do ‘novo’ homem (rural) brasileiro.

Para Lenharo (1986a, p.93), essas relações são aqui ressaltadas para que compreendamos que:

As estratégias de poder sobre o trabalhador rural, foram intensificadas pelo Estado Novo no intuito de criar a imagem do trabalhador brasileiro e a sobrevalorização do trabalho, considerando um trabalhador mais produtivo e disciplinado.

Em nível nacional, mas, de forma muito especial no campo regional (Centro-Oeste) brasileiro, havia enormes disputas entre os coronéis donos do poder, uma vez que eram eles que fomentavam as presenças no território, assíduos parceiros ora de empresas, como a Mate Larangeira, e/ou também do Governo Federal. Não eram disputas simplórias, ou desejos ingênuos, que apenas se destinavam a ocupar o espaço com a utopia de desbravar os sertões, pelo contrário, eram interesses de quem havia de se atentar à conquista da terra como detenção do poder. De acordo com Antonio (2015, p.26):

Assim como em nível nacional, a política em Mato Grosso passou por alterações após 1930, quando a ‘[...] dominação passou a se dar, sobretudo, pelo controle dos cargos políticos e administrativos e pelo controle dos votos. Ou seja, a força dos leões, a violência, foi substituída pela ‘política das raposas’, a astúcia, ambas, porém, de conteúdo oligárquico’ (Moreno, 2007,

p. 56). Essa mudança na prática política garantiu a manutenção da grande propriedade, uma vez que pela quantidade de terras devolutas existentes em todo o Estado, muitos políticos as utilizaram como moeda de troca para apoio no jogo partidário eleitoral.

Os apontamentos de Antonio (2015) e Moreno (2007) nos leva a considerar a vinda de grandes empresas para Mato Grosso no intuito de aproveitarem os preços baixos na aquisição de terras, e no caso de pessoas com certo poder no Estado de Mato Grosso, que disputavam os cargos políticos, poderiam angariar apoios dos proprietários de empresas, eram as trocas políticas para acesso a certos privilégios e concessões.

Acrescente-se a importância dos acontecimentos aqui mencionados como aquilo que Lenharo (1986b) chamou atenção para desvendar os segredos da organização das sociedades, pois, é preciso entender que o povo é resultado de sua época e das condições permeadas nas relações simbólicas. Empresários como Moura Andrade e Jan Antonin Bata, para o Sul de Mato Grosso nos idos dos anos de 1930 a 1950, demonstra o interesse do governo federal sobre o interior do Brasil, possibilitando a aquisição de terras, promovendo empregabilidade aos migrantes de diversas regiões do Brasil, e mesmo a estrangeiros que aderissem aos anseios de se ocuparem nas atividades relacionadas aos latifundiários se deslocando para as terras de Mato Grosso.

Por outro lado, também significava a oportunidade desses empresários encontrarem matéria-prima para suas empresas, indústrias, frigoríficos, fazendas, além de fomentarem a apropriação capitalista da terra, como é o caso de Moura Andrade que aproveitou após os anos de 1950 para projetar uma nova Andradina, em Mato Grosso.

Em Bourdieu (2012), percebemos que as oportunidades no campo da política, das dominações são defendidos por meio de interesses pré-estabelecidos, seja pelo Estado, pelo governo, ou mesmo pelas classes dominantes. Na concepção do autor, é notável o interesse material, sem, contudo, esquecer dos interesses políticos, que vislumbram dominar as massas que, por vezes, sem o devido entendimento seguem como se fossem rebanho, é assim que os mandatários consagram à política, determinando de forma simbólica os fatores que aparentemente coadunam entre dominantes e dominados. Bourdieu ressalta (2012, p.176):

A dedicação, por obrigação, aos interesses dos mandantes faz esquecer os interesses dos mandatários. Por outras palavras, a relação, aparente entre os representantes e os representados, concebidos como causa determinante (grupos de pressão, etc.) ou causa final (causas – a defender, interesses a servir, etc.) dissimula a relação de concorrência entre os representantes e, ao mesmo tempo, a relação de orquestração (ou de harmonia pré-estabelecida) entre os representantes e os representados.

Assim, entendemos que o trecho apresenta uma leitura consistente da perspectiva de Pierre Bourdieu sobre o campo político e as formas simbólicas de dominação. A argumentação aponta que, as oportunidades e posições dentro da política não são distribuídas de forma neutra, mas articuladas a partir de interesses previamente estabelecidos, sejam eles de ordem material ou política e sustentadas pelas classes dominantes, pelo Estado ou por estruturas governamentais.

A metáfora do rebanho é utilizada para ilustrar a condição das massas que, sem pleno entendimento das dinâmicas de poder, acabam por legitimar e reforçar a autoridade dos mandatários. Isso se alinha ao conceito de violência simbólica em Bourdieu, no qual a dominação é mantida por meio de práticas e representações aparentemente consensuais, mas que reproduzem as desigualdades. Não obstante, "A dedicação, por obrigação, aos interesses dos mandantes faz esquecer os interesses dos mandatários..." (Bourdieu, 2012, p. 176), reforça essa ideia ao destacar a dissociação entre os interesses reais dos representantes e os interesses das massas, ao mesmo tempo em que evidencia a "harmonia pré-estabelecida" que mascara a concorrência interna no campo político e a desigualdade entre representantes e representados. Esse quadro analítico é relevante para compreender como, no campo político, a aparência de alinhamento de interesses entre dominantes e dominados é, na verdade, resultado de um arranjo simbólico e estratégico que garante a reprodução do poder.

Desta feita, Lenharo (1986b) discute as relações do poder político com as conjunturas simbólicas, é assim que o Governo Vargas permeava os símbolos e a nação, haja vista, as práticas religiosas que a população adere. É possível ainda perceber o quanto o chefe de Estado se aproximava do fascismo italiano e das doutrinas cristãs. Durante o período de Getúlio Vargas no poder, suas intenções ao estabelecer e manter relações com o catolicismo, mesmo sendo ele próprio ateu, refletem uma estratégia política de relações sociais a partir das práticas religiosas. Vargas reconheceu o imenso poder e influência que a Igreja Católica exercia sobre a sociedade brasileira. A religião católica era a predominante no país, e a Igreja tinha papel fundamental na formação das opiniões e valores da população.

Ao alinhar-se com a Igreja Católica, Vargas buscou obter o apoio popular necessário para consolidar seu governo e implementar suas políticas. Ele compreendia que, ao demonstrar respeito e cooperação com a Igreja, poderia ganhar a confiança e a aprovação de grande parte dos brasileiros, que viam o catolicismo como instituição central em suas vidas.

Essa aliança estratégica também permitiu Vargas fortalecer a identidade nacional e promover a ideia de Estado forte e coeso, integrando os diversos setores da sociedade. Medidas como a oficialização do ensino religioso nas escolas públicas e a inclusão de símbolos religiosos

em cerimônias oficiais, Vargas procurou reforçar os laços entre o Estado e a Igreja, utilizando a religião como ferramenta de coesão social e controle político. Essas características podem ser percebidas em várias relações de colonização Brasil a fora. Getúlio Vargas tinha naquele momento os ideais da nação cristã e fomentava por meio da fé a apropriação de um discurso, é nesse interim, que o dono da empresa colonizadora de Nova Andradina-MT/MS, também direcionava suas intenções e práticas.

É perceptível que as cidades brasileiras, em sua maioria, trazem relações intensas com o catolicismo, não é ao acaso, mas obra da formação do povo brasileiro, e, correlação entre Igreja, Estado, relações com os signos sociais nos remetendo a procurar entender esses instrumentos ideológicos diante dos interesses políticos (Lenharo, 1986b, p. 179). Esse momento da história do Brasil aponta para o Governo de Getúlio Vargas utilizando a presença da Igreja Católica com a ética cristã, valorizando a família, propagando a moral e o bom comportamento, tendo o trabalho como símbolo de dignidade e a obediência ao Estado, era a regeneração moral da sociedade, em favor de uma nação forte e homogênea.

Ao analisarmos a macro história, percebemos um cenário amplo e abrangente da política nacional que vislumbrava além da ocupação e proteção das fronteiras, fazer com que essas empresas colonizadoras pudessem realizar produções capazes de abastecer os centros brasileiros e as cidades que estavam em formação, peculiarmente no Sudeste brasileiro, todavia para que essa relação se tornasse possível, fazia-se necessário integrar os ideais.

Investigando relatos de pessoas que trabalharam na fazenda Primavera durante os anos 1950, e que mantinham vínculos próximos com o empresário Moura Andrade, quando de suas visitas à propriedade, surgem dinâmicas de certo corporativismo e relações entre dominantes e dominados. Essas relações, embora aparentemente próximas, muitas vezes revelam distâncias e complexidades subjacentes. Aqueles que estão envolvidos diretamente nessas interações têm uma compreensão mais clara das nuances e das manipulações em jogo, enquanto aqueles que estão em posição de subordinação podem não perceber completamente os mecanismos de controle e influência em jogo.

Na entrevista realizada com o senhor Nelson Minini, foi possível perceber o quanto a proximidade com Moura Andrade delineava paixões afetuosas, especialmente por parte dos trabalhadores. Nelson morava com os pais na fazenda e aos quinze anos começou a trabalhar no escritório da fazenda Primavera, ali aprendeu matemática e foi se tornando contador da empresa. O empresário era visto como senhor bondoso, carismático, muito sério e fomentador das possibilidades. A fala de Nelson Minini correlaciona com outros entrevistados ao

mencionarem a pessoa de Moura Andrade. Para Nelson Minini (Entrevista realizada em 17 de abril de 2023):

Ah, eu fiquei conhecendo o Moura Andrade nessa época que eu vi o Antônio Joaquim de Moura Andrade, bem como os familiares dele também, né? Um senhor muito ‘bom’, muito popular, muito prestativo, enfim, era um ‘senhor patrão’ e toda família Moura Andrade. Eu sempre me dei bem com eles, no pouco que eu conversava com eles, né? Aí depois quando comecei no escritório conforme eu fui ‘subindo’ no escritório, aí foi me aproximando mais, então fica mais fácil da gente conversar, né?

Questionamos Nelson Minini sobre o porquê de Moura Andrade ter migrado parte de seus investimentos para Nova Andradina. Respondeu então (Entrevista realizada em 17 de abril de 2023):

Aí eu acho que ele era um empreendedor. Um grande empreendedor, né? Então ele veio para cá, comprou terras e deve ter pego terras, deve ter tido lutas, eu não sei! Então suponho. E como ele era empreendedor fundou Andradina no Estado de São Paulo e fundou Nova Andradina aqui também. E ele próprio com os recursos próprios dele como estradas, ele que abria tudo por conta dele, não era governo que resolvia não! Era ele mesmo com máquina dele, com funcionários dele.

Minini ressalta que Moura Andrade era visto como homem de iniciativa, capaz de fundar cidades e abrir estradas por conta própria, sem depender do governo, e que seu legado estaria ligado à capacidade de transformar as terras por meio de seus próprios investimentos e esforços. Essa fala constrói memória heroica e empreendedora, típica de narrativas locais que exaltam “fundadores” e “pioneiros”. A história oral permite conversarmos com o passado por meio do presente, é possível que no período de convívio, Nelson Minini não tivesse tamanha relação com Moura Andrade, contudo, o tempo foi capaz de construir uma memória saudosa sobre o latifundiário, durante toda a entrevista a lenda do Rei do Gado prevaleceu nas expressões do entrevistado.

As memórias e as narrativas precisam e podem ser analisadas como uma “arte de inventar o passado”, é papel do historiador incomodar-se com os fatos procurando construir verdades de acordo com o caráter interessado na pesquisa. De acordo com Albuquerque Júnior (2019), os fatos não são dados, são montagens, estratégias presentes, e, nessa conjuntura, ressaltamos que o nosso olhar sobre o passado do proprietário da Empresa Moura Andrade S/A está além do discurso dos entrevistados e/ou mesmo de muitas fontes documentais apresentadas para nossa pesquisa. Ainda de acordo com Albuquerque Júnior (2019, p.172):

Devemos desconfiar, pois, dos objetos definidos para o saber histórico. Devemos perceber que estes foram transformados em objeto num dado momento, numa dada configuração de forças e saberes e é desta que eles falam. Mais do que explicarmos os fatos, interpretá-los, devemos seguir linhas

de constituição, o rendilhado de lutas, experiências e falas que deram origem ao seu desenho, atentos para os silêncios que são incontornáveis, mas, são também elementos de sua tecitura.

Para Albuquerque Júnior (2019) é preciso questionar os buracos escavados ao longo do tempo histórico, esses vazios calcados no pensamento social, as presenças precisam ser despedaçadas construindo novo vir a ser. O historiador para ser livre precisa questionar o passado em movimento, é nesse sentido, que continuamos a conversar com Nelson Minini e indagamos sobre a relação do empresário Moura Andrade com o Estado.

Da mesma forma, como outros entrevistados, ouvimos de que Moura Andrade sempre investiu recursos próprios, claro, que os recursos devem mesmo ter sido oriundos da empresa colonizadora. Contudo, indagamos quais foram as relações entre o Estado e as empresas colonizadoras, não apenas de Nova Andradina, mas, também das cidades vizinhas que praticamente tiveram as mesmas viabilidades nas terras de Mato Grosso, ou nesse caso mais específico no sul de Mato Grosso. Questionamos ao senhor Nelson Minini, sobre a relação do empresário com o governo. Ele respondeu (Entrevista realizada em 17 de abril de 2023):

O Moura Andrade tinha muita amizade com o governo, até porque como eu já te falei, o Moura Andrade que construía essas estradas todas, então o governo era muito chegado ao Moura Andrade. Eles não tinham atrito nenhum! Sempre junto e firma ali junto e era isso.

O Moura Andrade não dependia de governo. Pagava seus impostos porque mandava gado para fora, então tinha que pagar os impostos. Sempre normal, não tinha problema nenhum, não.

Para o historiador pesquisador das políticas nacionais e dos processos de colonizações e interiorização do território não se trata de depender ou não do governo federal e mesmo do governo do estado, mas, procurar entender as possíveis facilitações que o Estado promovia em relação às empresas como a de Moura Andrade, uma vez que, conforme mencionado, havia interesse por parte do governo para que acontecesse a vinda dessas empresas possivelmente diminuiriam o poder de outras, como a Mate Larangeira e ainda viabilizando a proteção das fronteiras brasileiras, situação relevante e sempre presente na construção da narrativa sobre o desenvolvimento da Marcha para Oeste durante o período Vargas e da transição para os momentos posteriores.

Referente a Mato Grosso, após os anos de 1930, a Marcha para Oeste de Vargas (1930-1945 e 1950-1954) e o Brasil desenvolvimentista de Juscelino Kubistchek de Oliveira (1955-1960) traziam, especialmente, ao Oeste brasileiro diversas possibilidades de apropriação da terra e extração de riquezas naturais, entre essas, a madeira no sul de Mato Grosso, sendo destinada para grandes obras no país a partir das madeiras.

No entendimento de Carli (2008), a política varguista de colonização colocou em tela uma base produtiva para possivelmente atender o processo industrial, que se intensificava nos grandes centros do país na época e isso ressalta a proposta de discutirmos melhor a exploração das riquezas naturais nas terras de Mato Grosso. Certo modo a intenção do governo federal era abarcar a ocupação dos vazios por diversas possibilidades, considerando as grandes empresas colonizadoras, sem deixar de lado as pequenas propriedades. Para Carli (2008, p.16):

Podemos observar que a política de colonização do Estado Novo – em que Vargas, em seu discurso ideológico, convida a população, via campanha da Marcha para Oeste, à unificação das fronteiras do país, por meio da fixação do homem ao campo, em regime de pequenas propriedades – era associado, segundo Alcir Lenharo (1986), ao desenvolvimento industrial que aflorava nos centros mercantis do país: ‘a afirmação da pequena propriedade como requisito de desenvolvimento industrial é discurso corrente do próprio Vargas’.

Com relação ao processo de ocupação do Sul de Mato Grosso, é preciso que se faça análises conjunturais e, portanto, entendermos como os fatores externos foram determinantes para gerar crescimento populacional, entre eles a política nacional Marcha para Oeste, contribuiu para a vinda de muitos colonos e, conforme Lenharo (1986 a, p. 57), essa forma de colonizar predominantemente voltou para a “colonização econômica”, dirigida para o lucro das companhias particulares, à qual o Estado Novo teoricamente se opunha, e da qual os “liberais” jamais se afastaram. O seu jeito de gerar e acumular capital manteve-se, portanto, vitorioso (Lenharo, 1986a, p.57).

Entendemos que o Governo Federal iniciou nos anos de 1930 uma marcha procurando a ocupação dos “vazios”, seguindo com a fundação de cidades e implantação das indústrias, com o físico e material, mas, sobretudo com as idealizações, promovendo que a sociedade compreendesse as intenções do Estado, e essas ações aconteciam de forma branda e carismática, permeadas por arguições simbólicas. Não é por acaso que o símbolo é uma categoria teórica há muito tempo amadurecida nas Ciências Humanas, seja na História, na Antropologia, na Sociologia, na Psicologia entre outras. Não é uma “noção”, mas sim um “conceito” que pode ser empregado “quando o objeto considerado é remetido para um sistema de valores subjacente, histórico ou ideal” (Le Goff, 1994, p. 12).

O sucesso obtido pelos aparelhos do Estado frente à homogeneização dos ideais, essas significações precisam vir no entrelinhas, o nacionalismo, a fé, a criação das fronteiras e o sentimento de pertencimento amparam os desejos de estar nos lugares. Não é por acaso que os donos das empresas colonizadoras tinham importantes laços com o Estado, especialmente com os chefes de governos, e, mormente, tomavam posse dos lugares não agressivamente, de quando

em vez a força e as armas podiam fazer parte do acervo de viabilidades. Todavia, a imagem do bom homem, seguido de religiosidade, pátria e conquistas honestas imperavam as representações impregnadas de uma direção socialmente motivada, situação que remete a outro conceito fundamental para o aceite do povo, que é o da ideologia.

Da mesma maneira, compreendemos que o Estado, enquanto uma estrutura organizacional da sociedade, utiliza as áreas de fronteira para exercer controle e apropriação de recursos naturais e humanos, manifestando-se por meio do poder. Conforme afirmado por Raffestin (1993, p.58), "o poder visa o controle e a dominação sobre os homens e sobre as coisas, incluindo a população, o território e os recursos". Desta forma, é preciso pensarmos as fronteiras e os interesses que o Estado carrega conforme determinado período da história. Demonstramos, neste capítulo, a relação do Estado com as empresas colonizadoras que aportaram no estado de Mato Grosso permeados pela Marcha para Oeste, conjuntura que pode ser pensada na relação capitalista procurando áreas possíveis de formar novas cidades, sobretudo, meios de obtenção de renda, seja, por meio dos loteamentos nas cidades e no campo, ou, mesmo pela extração de matéria-prima que a terra pudesse fornecer com seus campos e vegetações, como madeira nas florestas.

Outra consideração relevante é a valorização das fronteiras, que de acordo com Martins (2022, p.11): "Ela é fronteira de muitas e diferentes coisas: fronteira da civilização (demarcada pela barbárie que nela se oculta), fronteira espacial, fronteira de cultura e visões de mundo, fronteira de etnias, fronteira da história e historicidade do homem". Ainda segundo Martins (2022), é possível dizer que é sobre muitas condições, a fronteira do humano, pelo fato de haver degradação do outro, viabiliza a existência de quem domina e estratifica a dignidade daqueles que são dominados, uma vez que, os últimos serão sempre explorados e subjugados.

Passaremos nos capítulos vindouros a analisar de que maneira as frentes de expansão e pioneira colaboraram para o surgimento de uma cidade chamada de Nova Andradina. No entanto, as frentes de expansão trouxeram primeiro grupos familiares dos estados do Sul e Sudeste do Brasil, estes procuraram possíveis ações extrativistas e terras que fossem plausíveis para a criação de gado e o cultivo da subsistência.

Essa conjuntura foi necessária para acontecer durante o século XX diversas chegadas de grupos de migrantes, descendentes ou nacionais, japoneses e italianos, ligados à frente pioneira da empresa colonizadora do município de Nova Andradina, pois, era muito comum haver o convite e anúncios em Andradina-SP e região, para que pudessem vir ao Sul de Mato Grosso adquirirem terras loteadas pela Empresa Moura Andrade S/A, onde também seria viável construir suas novas vidas e apropriação socioespacial.

A análise das dinâmicas de poder do Estado nas fronteiras revela-nos o interesse em controlar e apropriar-se de recursos naturais e humanos, conforme destacado por Raffestin (1993). Essa busca pelo controle abarca tanto a população quanto o território e seus recursos, refletindo os objetivos de reprodução e acumulação de capital. No contexto específico abordado neste capítulo, observamos a relação do Estado com as empresas colonizadoras em Mato Grosso, durante a Marcha para Oeste que continuarão a ser observadas e debatidas nos capítulos seguintes.

CAPÍTULO 2 - A TRAJETÓRIA DE MOURA ANDRADE

A apropriação capitalista da terra é percebida nos diversos processos de colonização e nas ações de grandes capitalistas-latifundiários, nas idealizações de interiorização do território brasileiro. Desde o Brasil Colônia, o caminho pelo desconhecido de novas terras proporcionou elementos capazes de adentrar as matas e navegar entre rios com o intuito de “descobrir” áreas e extrair riquezas naturais.

Nesse sentido, passamos a tratar os movimentos de Moura Andrade que, devido ao poder simbólico adquirido com as acumulações de capital, teve possibilidade de financiar a fundação de três cidades, Andradina e Águas de São Pedro no estado de São Paulo, entre as décadas de 1930 e 1940, e no estado de Mato Grosso, fundou a cidade que é objeto maior de nossa pesquisa, Nova Andradina, nos anos de 1950. As palavras de Pierre Monbeig (1984) corroboram a ideia de que a fundação de duas ou mais cidades é representatividade do poderio simbólico, político e econômico que o proprietário de uma empresa colonizadora adquiriu.

Entre os anos de 1930 e 1960, o Brasil passou por momentos de fomento à colonização e interiorização de seu território. Sobretudo, no governo de Getúlio Vargas, promoveu-se a “ocupação dos vazios” na conjuntura da Marcha para Oeste, e na década de 1950, o governo de Juscelino Kubistchek, com a política de Estado desenvolvimentista. Desta maneira, é preciso ponderar que Moura Andrade pode conviver em dois momentos da política governamental brasileira, fomentados por processos distintos de colonização. O primeiro, nas décadas de 1930 e 1940, adquiriu terras e fundou as cidades de Andradina e Águas de São Pedro, além da aquisição da fazenda Primavera, no Estado de Mato Grosso, mas, sobretudo, no ano de 1950, adquiriu a fazenda Baile, fundando Nova Andradina, em 1958.

Apontaremos a trajetória de Moura Andrade com o intuito de entendermos a história e o contexto vivido pelo capitalista-latifundiário até a aquisição das terras que compõem parte do município de Nova Andradina. O colonizador Moura Andrade nasceu em 22 de dezembro de 1889 na Espriada do Varjão, freguesia de Brotas, estado de São Paulo, e de acordo com o memorial familiar, conta-se que seus pais eram Joaquim Theodoro de Andrade e Maria Julia das Dores Andrade, que trabalhavam como sitiantes. Nelson Andrade faz alguns relatos sobre o avô (Entrevista: Nelson Almeida de Andrade, 13/08/2022):

O Senhor Antônio Joaquim, ele, é, ele é nascido em Brotas, no estado de São Paulo, por volta de, mil, ... 889. A família dele é oriunda de, originária de Sul de Minas, os Andrades, ooo – o avô do meu avô, foi o primeiro Andrade que saiu do Sul de Minas, de uma localidade chamada, de, é..., como é que chamava ali, ééé..., hoje é, é um Distrito de Pouso Alegre, hoje é Pouso Alegre, na época nem existia Pouso Alegre, e foram para Brotas, região geográfica de

São Paulo e lá se fixaram. O meu avô (materno) que eu também não conheci, que morreu novo, ele trabalhava com ele e era meio tropeiro.

A ascendência de Moura Andrade contribui para a compreensão das realizações comerciais que alcançou ao longo de sua vida. É importante entendermos como suas origens familiares colaboraram para que se tornasse um homem influente no Brasil por meio do comércio, latifúndio, pecuária, aviação e política. Durante as décadas de 1930 a 1960, o Brasil ofereceu oportunidades para pessoas comuns, sem laços nobres ou riquezas familiares, alcançarem riqueza e poder; era a viabilidade da renda capitalista sobre o uso da terra.

Nelson Andrade continua ressaltando sobre a pessoa de Moura Andrade (Nelson Almeida de Andrade, entrevista realizada em 13 de agosto de 2022):

Meu avô nasceu num local chamado de Varjão, em Brotas, hoje acho que ainda existe uma usina de álcool naquela, naquele lado de lá. Ele nasceu ali, ele era o filho mais velho de sete, oito, tinha seis, tinha mais cinco ou seis mulheres, irmãs e um caçula, com dezesseis anos de diferença entre o mais velho e o mais novo. E ali, ali, conseguiu, ele estudava ali, fez o grupo, fez a parte, que eu não sei como é que chamava antigamente, que era a instrução básica, e ele foi trabalhar, e o pai dele conseguiu um emprego com um amigo, que tinha um armazém. Armazém naquele tempo seria o shopping center de hoje, ou supermercado, supermercado de hoje, vendia de um tudo né. E meu avô começou ali, era um Senhor Kayala (Buchala)²³ né, era um libanês, radicado no Brasil, solteiro, e tinha seu negócio lá. E ele foi trabalhar como ajudante. Menino de Recado. Depois balconista, e, enfim, foi ali que ele aprendeu os primeiros, as primeiras aulas de comércio. Porque você sabe o que o libanês, sírio, essa gente, desde os tempos dos fenícios, dos tempos antigos que já eram grandes comerciantes.

O bom relacionamento com o primeiro empregador proporcionou que Moura Andrade pudesse também associar seu trabalho às viabilidades comerciais daquele momento. Antes de tornar-se empresário, teve o amparo de um patrão relacionado com o comércio, e proporcionou para ele o exercício do tino empresarial. Outro ponto relevante é que, ainda jovem, casou-se com Guiomar Soares de Andrade, e juntos buscaram por conquistas financeiras. Aponta Nelson Andrade (Entrevista: Nelson Almeida de Andrade, 13/08/2022):

Foi aí que meu avô, antes de tudo, de ser o pecuarista que ele foi, o proprietário de indústria frigorífica, ele foi basicamente comerciante. Ele muito novo, com 20 anos, já tava, tava se preparando pra casar, e fez uma, entrou numa sociedade com uma pessoa mais velha, o senhor Guilherme Moura.

²³ Uma situação interessante é o nome do sírio-libanês, primeiro patrão de Moura Andrade, pois o neto, Nelson Andrade, o chama de Kayala, mas, em Alcantara (2001), esse senhor é chamado de Buchala. Vamos manter chamando-o de Kayala, devido à perspectiva da neta do colonizador, que afirmou verbalmente ter ajudado Alcantara (2001) a escrever essa confusão, erroneamente.

A narrativa de Nelson Andrade mostra que Moura Andrade casou-se jovem e, por meio do comércio, procurou crescer financeiramente, especialmente nos anos correntes da década de 1910, tendo como ponto de partida a compra e venda do café. Segue narrando Nelson Andrade:

O meu avô chamava-se, chamava-se, originalmente, Antônio Teodoro de Andrade, e ele assinava, assinou assim desde menino, até o momento, que ele precisou da, do, da documentação, para montar a empresa, que ele descobriu, foi no cartório tirar uma certidão, e descobriu que o nome dele de registro era Joaquim,... de Andrade. Ele achou que o pai era Joaquim Teodoro, ele achou que Teodoro era o nome da família, e..., sempre apontava, e aí descobriu que era Antônio Joaquim de Andrade, e fez uma sociedade com um Senhor Guilherme Moura, que era de origem baiana, da Bahia, e ele, esse seu Guilherme, já tava bem sucedido na vida, era bem mais velho que ele. E montaram uma máquina beneficiadora de cereal, de arroz, café, o que aparecia. Ali em Brotas, já era uma região de café. Brotas, Jaú, aquela região toda lá, já tinha, já tinha muito café ali. E eles começaram a trabalhar com essa máquina, se especializaram no café, acabaram depois de alguns anos como uma casa comissária de café. E o meu avô, fizeram a sociedade e eles compraram um café, financiavam alguns fazendeiros, porque, até hoje é assim, na agricultura, você não tem, não tem um, uma renda mensal, então você sai para vender o seu produto, seja na pecuária ou na agricultura.

O início da trajetória de Moura Andrade é narrado pelo neto, que viajava com o avô para diversas fazendas e ouvia sobre os investimentos em terras, agricultura e pecuária, que lhe trouxe anos depois a alcunha de “Rei do Gado”. Nas entrevistas realizadas com pessoas que tinham laços empregatícios desde a cidade de Andradina, realizando trabalhos nos escritórios da Empresa Moura Andrade S/A, observa-se veneração pela pessoa de Moura Andrade, espécie de lendário colonizador, o homem desbravador.

Desta maneira, procuramos analisar que a memória, principalmente daqueles que conviveram com Moura Andrade, costuma estar atrelada à construção discursiva de um passado idealizado, no qual figuras como o colonizador são exaltadas enquanto agentes civilizatórios, benevolentes e visionários, desprovidos de contradições. Essa narrativa, frequentemente mobilizada para justificar relações de poder e legitimar opções políticas, reforça a primazia do mando e sustenta uma memória elitista. Longe de uma abordagem crítica e racionalizada do passado, tal construção busca sacralizar, cultuar e, por vezes, apaziguar os conflitos históricos. Como observa Zorzato (1998, p. 149), essa memória não visa compreender o passado em sua complexidade, mas sim transformá-lo em instrumento de legitimação e reverência, apagando as tensões e desigualdades que marcaram o processo colonizatório.

Sobre essa segmentação, tratando-se da trajetória de Moura Andrade, ressaltamos que o memorialismo, de modo geral, tende a negligenciar a análise crítica sobre determinados fatos sociais, e como se desenvolveu em dadas realidades e lugares, acaba substituindo-a por narrativas afetuosas. Algumas explicações partem da ideia de que os próprios personagens

históricos agiram por meio de um plano linear, como se a própria natureza tivesse preparado os caminhos das concretudes. O historiador, nesse sentido, precisa atentar-se para não cair nos males do anacronismo e das certezas dos memorialistas, racionando os acontecimentos em desdobramentos perfeitos de determinada temporalidade, de um passado ocorrido, quando na verdade aqueles que o viveram não possuíam essa perspectiva. Ceder a essa ilusão significa incorrer no anacronismo, que, segundo Hobsbawm (1998, p. 248), é “o pior pecado do historiador”.

Essa crítica se torna ainda mais relevante quando analisamos a construção das narrativas sobre Moura Andrade e a própria história de Nova Andradina. Ao privilegiar memórias lineares e heroicas, esses relatos tendem a apagar as tensões, contradições e disputas de poder presentes no processo histórico, transformando sujeitos complexos em personagens idealizados. É nesse ponto que a análise historiográfica, apoiada em fontes diversas e em leituras críticas, se mostra indispensável para revelar os múltiplos interesses, estratégias e conflitos que atravessaram aquele contexto, especialmente quando relacionados às dinâmicas econômicas e sociais que marcaram o período.

Em *Capitalismo e Tradicionalismo*, Martins (1975) aponta que, no início do século XX, expandiu-se o mercado de produtos agrários e as oportunidades de investimentos urbanos, condição para a expansão da atividade comercial, bancária e industrial, sobretudo com “melhores remunerações do que o rural”.

De acordo com Martins (1975), o período de urbanização de investimentos no início do século XX propiciou que pessoas com boas relações sociais pudessem obter êxito comercial. Para Martins (1975, p.2):

Ocorreu não apenas um rápido crescimento de cidades e populações urbanas – observou-se, também, a rápida elaboração de uma ideologia urbana, em função dos problemas que o processo suscitava, sublinhadora dos valores concebidos, então como típicos das cidades e a elas inerentes. O aumento da densidade demográfica nos meios urbanos ou em urbanização, estimulado pela imigração nacional ou estrangeira de pessoas com ou sem tradição urbana, promoveu ou incentivou a quebra da solidariedade mecânica, a dissolução ou enfraquecimento dos caracteres comunitários do sistema social.

Essa relação propiciou a migração para as terras em frentes pioneiras e também para as cidades à procura de trabalho. Moura Andrade, desde criança, envolveu-se com o comércio, no armazém do libanês Kayala, varrendo a frente e dentro da loja, fácil comunicação e relação próxima com o comerciante e sua esposa. No memorial Andradina, *A Terra do Rei do Gado* (1937-1969), Luziana Queiróz Alcântara (2001) consta que na localidade onde a família de Moura Andrade morava, não havia escola, mas que seu pai, procurando evitar o analfabetismo

do filho, o empregou na venda de um amigo sírio, com o compromisso de deixar a criança ir à escola, aprender a ler e escrever, o que promoveu o menino a frequentar até o terceiro ano do ensino primário na escola do Professor Eurico. O dono da venda era solteiro e o menino fazia os serviços da casa. No mesmo memorial, Alcântara (2001, p.13) ressalta:

Antônio Joaquim, então com 09 anos, tendo ido à estação ferroviária de Brotas buscar correspondências e mercadorias, viu desembarcar aquela mulher trajada diferente e de véu, procurando por Buchala (Kayala), seu patrão, conforme explicava o chefe de trem que já estava nervoso, pois a composição vinha duas vezes por semana e a passageira não tinha ninguém a quem recorrer, além de ser estrangeira e nada falar em português. Mas o garoto tinha apreendido com o patrão algo de sua língua e interpelou a mulher e esta confirmou ser a esposa solicitada por Buchala, comerciante em Varjão. Assim, aquela que veio a ser esposa de Buchala (Kayala), seu patrão chegou ao lar brasileiro mudando o destino do comerciante solitário e influenciando bastante no destino do garoto de 9 anos, pois, ela lhe ensinou árabe de alto nível e contabilidade (sabia ler e escrever e era mulher culta e prendada) e ele lhe ensinou o português e as matérias que havia aprendido na escola, numa convivência harmoniosa e útil ao futuro desbravador de sertões.

Observamos em Martins (1975) que algumas famílias com certa condição financeira procuravam na cidade a possibilidade de dar aos filhos uma formação escolar que não lhes foi possível anteriormente. Nesse sentido, a presença da esposa de Kayala mudou o destino do comerciante, influenciando também significativamente a vida do garoto de nove anos. Essa relação desempenhou papel crucial no destaque de Moura Andrade com a escrita e contabilidade, preparando-o para se tornar guarda-livros de comerciantes e fazendeiros locais, posteriormente caixeiro-viajante na comunidade sírio-libanesa e árabe, devido à sua habilidade de falar, escrever e fazer anotações em árabe. Antônio Carlos Cotrim de Moura Andrade, bisneto de Moura Andrade, em entrevista (Entrevista realizada na Fazenda Primavera em 23 de maio de 2023) narrou:

Uma curiosidade que tem, que a gente sempre escuta da família é que o Antônio Joaquim em um dos primeiros empregos dele que, ele teve, foi numa mercearia, secos e molhados, lá de um turco, lá em Brotas, ele teve, com 15 ou 16 anos ele aprendeu, ele acabou os estudos dele com essa senhora, que foi, acabou ele, ensinando ele a falar, escrever, acabou, aprendendo em turco também. E um dia esse senhor, não podia, ele pediu pra ele receber dois compradores, da Europa que eram turcos também, que veio comprar café desse cara. Aí mandou o meu bisavô pra lá, com a charretinha e foi buscar ele na estação rodoviária, chegando lá, ele se reconheceu, se identificou, e eles vieram pra fazenda. No meio do caminho, os dois começaram a falar em árabe, o preço máximo que eles podiam pagar pelo preço do café. Tipo assim, vale 100, nós podemos pagar até 100, mas, vamos jogar cinco que é pra dar na canela. E o Antônio Joaquim entendeu, sabia falar um pouco, chegou na fazenda e falou: Seu Ibrahim eu escutei, isso, isso, isso, foi uma festa. O turco sabendo quanto que os caras podiam pagar no produto dele tomou o porre né... Nessa época ele ganhou uma comissão legal, segundo conta e ele falou, que com esse dinheiro, foi onde ele comprou a primeira botina nova e essa

comissão pois, só tinha quando ganhava de alguém, a primeira botina nova ele só ganhou com a comissão. É uma curiosidade (risos do bisneto).

O relato do bisneto de Moura Andrade traz um exemplo emblemático de como a memória familiar constrói uma narrativa afetiva e heroica em torno do personagem. A história do jovem trabalhador que, por acaso, dominava um diálogo em outra língua e contribuiu para um bom negócio, é contada de forma leve, com humor e certa admiração. Essa narrativa não apenas reforça a imagem de um sujeito inteligente, esforçado e “destinado ao sucesso”, mas também naturaliza sua ascensão social como fruto de mérito individual, sem considerar as condições sociais, econômicas e estruturais que possibilitaram essa trajetória. Assim, a fala ilustra um memorialismo familiar²⁴ que tende a enaltecer episódios do cotidiano, transformando-os em marcos de uma trajetória de sucesso, compondo uma memória que dialoga mais com afetos e símbolos de prestígio do que com uma análise crítica dos processos históricos que moldaram aquele contexto.

Lembramos que o encontro da esposa do patrão em tempos passados na estação ferroviária²⁵ promoveu ao ainda menino Joaquim poder ter acesso a boas comunicações e futuramente relações com comerciantes. Nos idos dos anos de 1910, Moura Andrade deixou de trabalhar com o senhor Kayala, este acreditava que seu comércio era pequeno, referente à agilidade do menino. Conta a neta, Stela: “Que ele precisava alçar voos, que ele tinha arrumado emprego para ele num banco. Eu não sei se era Caixa Econômica, um banco desses tradicionais aí, que tinha lá na cidade” (Entrevista realizada com Stela Andrade Aik, 11 de novembro de 2023). E o jovem rapaz, que tinha ótima escrita, trabalhando como guarda-livros, iniciou novo momento no comércio, aumentando sua clientela, conseguiu ir juntando algum dinheiro.

Alcantara (2001) expõe que, em 1913, já sociabilizado com comerciantes e com seu trabalho de guarda-livros, Moura Andrade associou-se a Seraphim Colletes, sitiante, e Guilherme Moura, telegrafista, em Taiúva-SP, constituindo a firma “Colletes, Moura, Andrade e Cia”, dedicando-se ao comércio de cereais. Adquiriram uma máquina de beneficiamento de

²⁴ Na página 106, retomamos essa narrativa, considerando que Alcantara (2001) percebe fato semelhante já na juventude de Moura Andrade. Importamos comentar esta situação para percebermos a afetividade familiar e, também, as compreensões sobre as possíveis maneiras em que o nosso personagem alcançou sua inserção no mercado econômico.

²⁵ De acordo com Alcantara (2001, p.13), o senhor Kayala comprou a esposa de um sírio que vendia álbuns de mulheres de seu país, era um corretor de casamentos e comerciante, e escolheu uma esposa que deveria chegar de navio no porto de Santos, onde o noivo devia ir recebê-la. Mas este não compareceu e o corretor trocou a escolhida, moça jovem e bonita, ficando com ela e, despachou de Santos para Brotas uma mulher com mais idade, corria por volta dos 40 anos de vida. Antônio Joaquim, tendo ido à estação ferroviária de Brotas buscar correspondências, mercadorias etc., viu desembarcar aquela mulher trajada diferente de véu, procurando por Buchala, seu patrão. O garoto que percebeu a moça preocupada e sem conseguir comunicação devido ao idioma, aproveitou os ensinamentos do senhor Buchala sobre o seu idioma e encaminhou a mulher para a residência do patrão.

arroz e, no ano de 1914, iniciado a Primeira Guerra Mundial, o comércio de cereais tornou-se ativamente grande, uma vez que cresceu a demanda por alimentos.

De acordo com Alcantara (2001), no ano de 1915, Seraphim Colletes retirou-se da sociedade, momento em que mudou a razão social da empresa para “Moura, Andrade e Cia”, e no ano de 1917, Guilherme Moura e Moura Andrade adquiriram parte da Fazenda Barra do Tietê na Comarca de Araçatuba-SP, terras de mata virgem, sendo que em 1918 estabeleceu ali a Fazenda Guanabara. Arlindo (2020, p. 58) corrobora que Moura Andrade, “em 1917, se apropriou de terra às margens do Rio Tietê, na região onde hoje é o município de Andradina. Em 1918, deu início à derrubada das matas onde implantaria a fazenda Guanabara (Arlindo, 2020, p. 58)”. Stella Andrade Aik afirma que o avô tinha por volta dos 27 anos quando adquiriu sua primeira fazenda. Também comenta que a astúcia comercial parecia ser algo inerente, devido à facilidade de negociar.

A narrativa de Stela Andrade Aik repete a história contada por Nelson Andrade, que nos relatou a relação de Moura Andrade com o senhor Kayala, e que o mesmo conseguiu um emprego melhor num banco da cidade de Brotas. Conta Stela Andrade Aik (Entrevista realizada em 11 de novembro de 2023):

Aí ele foi trabalhar, começou como continuo no Banco, depois passou pro caixa e junto a isso, como ele também começou e entendia um pouco de contabilidade, ele também passou a prestar serviços de guarda-livros nas fazendas, aí, onde ele via uma possibilidade de crescimento, ele aproveitava, então, se o dono da fazenda falava: eu tenho uma vaca pra vender. Se você souber de alguém que quer comprar, você me indica, ele não se contentava, ahhh, a hora que aparecer alguém para comprar, ele ia atrás de um cara para comprar, entendeu.

Stela, na sua concepção familiar, enxerga no avô um homem empreendedor²⁶ que trazia consigo a inteligência e o direcionamento para grandes laços comerciais, pois, de acordo com a mesma, não esperava as coisas acontecerem. Nelson Andrade teve a oportunidade de conviver por um tempo maior com o avô, e isso lhe possibilitou conhecer melhor o homem que, mantido pelo idealismo do desenvolvimentismo brasileiro, pôde concretizar a formação de três cidades.

Assim fica exposto que, em grande parte desse capítulo, trabalhamos com o ritual memorialista que se refere a Moura Andrade. Existe escassez de documentos referentes ao objeto da pesquisa. Enfatizamos que os acessos a possíveis fontes normalmente são negados

²⁶ Utilizar o termo empreendedor para se referir aos anos de 1920 e 1930 pode configurar um anacronismo. No entanto, essa é a perspectiva frequentemente adotada pelos familiares de AJMA, que o interpretam a partir de uma leitura contemporânea, em que chamar alguém envolvido com especulações comerciais é comumente associado ao empreendedorismo.

para esse trabalho. Famílias que tiveram melhores relações e puderam obter êxito comercial e financeiro por meio das relações com o empresário colonizador, costumam dizer que têm cartas, fotografias, até documentos de compra e venda sobre as movimentações de Moura Andrade e seus antepassados, contudo, sempre empacamos no acesso.

Há grupos familiares que ressaltam sempre ter material para nos fornecer, todavia, sempre que solicitamos acesso, a negativa aparece em seguida, normalmente em palavras, de que outro dia, na próxima semana, mês, poderemos lhe entregar, o que factualmente não acontece. Por isso, diante das narrativas memorialistas que vamos angariando, colocamos em pauta o trajeto sugerido por Walter Benjamin (1994) que consiste em escovar a história em contrapelo, buscando descobrir, mediante análises crítica e dialéticas, seus significados e objetivos mais profundos e essenciais (Benjamin, 1994, p. 224).

Entendemos que existe nessa conjuntura um estruturalismo das memórias que colocam nosso objeto de pesquisa enquanto realidade dos empresários formadores de cidades e criadores de gado na história brasileira do século XX. As narrativas de nossos entrevistados continuam a conferir linearidade aos fatos, formulam entendimentos gerais e que, pouco apontam enfrentamentos de época no que tange à política, economia, compra e venda de terras. Existe para nós, historiadores, diversas incertezas e elas são o nosso ponto de partida no intuito de oferecer melhores pontos de vista ao tratarmos de Moura Andrade. Para Le Goff (2003, p. 45):

Estas regularidades devem ser reconhecidas primeiro no interior de cada série estudada pelo historiador, que a torna inteligível descobrindo nela a lógica, um sistema, termo que prefiro à intriga, pois ele insiste mais no caráter objetivo da operação histórica. Há um provérbio que diz “Comparação não é razão”, mas o caráter científico da história reside na valorização tanto das diferenças como das semelhanças, enquanto as ciências da natureza procuram eliminar as diferenças.

Assim, descrevemos por meio de Le Goff (2003), que a história não é apenas a identificação de padrões e regularidades, mas campo em constante reconstrução, onde o historiador deve buscar a lógica interna dos fenômenos sem cair na armadilha de uma explicação rígida e determinista. Le Goff (2003) assinala que a história não deve ser reduzida a uma narrativa linear e fechada, e sim percebida em seus dinamismos, quando é possível ressaltarmos que temporalidades e experiências interrelacionam. O autor destaca que “comparação não é razão”, o autor alerta para a necessidade de uma análise crítica que leve em conta as semelhanças e as diferenças entre os eventos históricos. Assim, Le Goff (2003) percebe que a história e o historiador devem valorizar a diversidade e a singularidade dos processos históricos. Define que a construção do conhecimento histórico está ligada à memória, às representações do passado e à sua reinterpretação constante no presente (Le Goff, 2003, p. 245).

Desta forma, retomamos as narrativas sobre Moura Andrade, em que os familiares ressaltam que o princípio de seu enriquecimento está relacionado com a compra e venda de café. Moura Andrade aproveitou os acontecimentos relacionados à Primeira Guerra Mundial, estocando café, e esse momento podemos relacionar como especulação do capital. Relata Stela Andrade Aik (Jornal On-line Portal de Notícias, 20 de fevereiro de 2020).²⁷

Ele mudou-se para Santos, pois alugou um armazém pra estocar café, porque ele acreditava que estava em vias de estourar a guerra e por isso teve uma crise do café no Brasil e começaram a vender muito barato. Ele falou para o sócio que ia começar a comprar café e o sócio Seraphim Collettes disse: ‘Antônio você pirou de vez, se você quer comprar café eu estou fora da sociedade, comprem por conta de vocês’. Daí permaneceu ele e o Guilherme Moura. Eles estocaram cada vez mais café e quando a guerra estourou ele tinha estocado e vendeu em dólar, que foi onde ele ganhou muito dinheiro e começou a comprar terra. Isso fez com que o outro sócio desistisse do negócio. O Guilherme Moura disse que não ia acompanhar mais, pois não queria ir para o interior já que sua esposa era poetisa e queria publicar livros.

Durante os anos de 1914-1918, quando a Primeira Guerra Mundial agitou os acontecimentos e realidades no continente europeu, Alcântara (2001) comenta que o presidente do Brasil à época, Wenceslau Braz, instigava a economia brasileira a partir da agricultura e erguia-se a propaganda do Governo Federal mandando plantar. O mundo estava em guerra e o Brasil teria o potencial de abastecê-lo. Essa narrativa promoveu, inclusive, o desenvolvimento da região de Barretos, Rio Claro, e a associação de Moura Andrade e Guilherme Moura obteve sucesso na compra/venda de café e terras. Assim, “coincidiu com a aquisição da casa Comissária de Cereais, milho, arroz, feijão etc., que eram embarcados para Santos, com destino a empresas alemãs, francesas, inglesas, italianas, concretizando a obtenção de lucros” (Alcantara, 2001, p. 6).

Em Fausto (1989), observamos nas duas primeiras décadas do século XX o crescimento grandioso da cafeicultura e o poder dos fazendeiros na República Velha. Os primeiros resultados da política fizeram-se a partir de 1910 e a expansão da cafeicultura foi contínua até 1930 e mesmo depois. Para Cano (1983 *apud* Arias Neto, 2018, p.207-208):

Ao lado dessa expansão na área do plantio, a produção atingiu níveis elevadíssimos. No quinquênio 1911-1915 foram produzidos 68 milhões de sacas de café. Entre 1916 e 1920 houve uma redução para 66 milhões de sacas e, nos cinco anos seguintes, a produção voltou a aumentar elevando-se a 72 milhões de sacas, tendo, no período de 1926 a 1930, atingido o total de 99 milhões de sacas. A produção paulista representava uma média de 66% desse total.

²⁷ Disponível em: <<http://jornalportaldenoticias.com.br/2020/02/28/a-historia-do-rei-do-gado-contada-por-sua-neta-em-andradina>>. Acesso em: 18 fev. 2024.

Entendemos duas relativas condições, o plantio crescente do café desde o ano de 1910, contudo, havendo períodos em que a oferta era maior do que a procura, decaindo o preço do produto e havendo armazenamento dos excessos, essa condição foi favorável a Moura Andrade. O café certamente foi o produto que alavancou a vida financeira de Moura Andrade. Alcântara (2001) escreve que, durante os anos de 1923 e 1924, uma intensa geada assolou as lavouras de café no Estado de São Paulo. Nesse ínterim, boa parte dos produtores preferiu desistir do plantio, enquanto Moura Andrade negociou a termos futuros o produto armazenado, pagou os débitos de impostos e declarações da firma antes do fracasso da safra. Na concepção do empresário, a sua empresa precisaria estar financeiramente bem para suportar as dificuldades vindouras causadas pela crise do café.

Nas entrevistas com Nelson Andrade e Stela Aik, interpretamos que alguns fazendeiros, após os anos de 1929, chegavam a queimar seus estoques, outros vendiam a preços mais baixos e mesmo o caso daqueles que chegavam a oferecer o café gratuitamente a Moura Andrade, vislumbrando não terem custos com a colheita. Nessa interpretação, consideramos que o investimento na colheita e transporte do produto provavelmente seria maior do que os ganhos financeiros conjunturais. Condição esta em que Moura Andrade teria sido beneficiado ao colher os produtos que havia financiado aos pequenos agricultores, podendo guardar nos seus armazéns e negociar em tempos posteriores quando os preços do café estavam em alta.

Nesse período, com a razão social Moura e Andrade, Moura Andrade assumiu a representação em Santos. Não obstante, requereu e teve deferimento judicial para utilizar seu nome como Antônio Joaquim de Moura Andrade. Estas afirmações correspondem não apenas à memória afetiva que Moura Andrade pretendia ter pelo sócio Guilherme Moura, mas que, neste universo simbólico, registramos que a adesão ao sobrenome do ex-sócio pode ser uma identificação comercial da qual o empresário pretendia manter.

Assim, por trás da ideia de simples afetividade, há que se considerar a relação comercial que provavelmente Moura Andrade desejou valorizar. Manteve o sobrenome Moura, continuando a exercer seus trabalhos de guarda-livros, todavia, procurava sempre realizar negócios que lhe fosse rentáveis financeiramente. Alcântara descreve (2001, p.17):

Dentro de um negócio que estava por realizar na venda de uma fazenda e de todo seu café estocado nela, obteve a informação dos compradores de que o café voltaria a subir os preços. Os compradores eram árabes e negociavam falando a língua portuguesa, quando comentaram que o café ia subir o preço, falaram em árabe e jamais imaginaram que alguém ali saberia língua deles. Assim que Moura Andrade obteve esta informação comentou particularmente com o dono da fazenda, afirmando que poderia vender ao preço que quisesse que os árabes comprariam. A transação foi fechada e Antônio teve sua comissão garantida. Com esse dinheiro, propôs aos seus sócios a compra de

um armazém no porto de Santos, Guilherme Moura mergulha na ideia do amigo.

Esse acontecimento foi primordial para que Moura Andrade e o seu sócio Guilherme Moura pudessem adquirir o Armazém em Santos. Foram momentos das apostas especulativas do empresário sobre as negociações de café e deram certo, pois muitos fazendeiros estavam desesperados para se livrar de suas safras e evitar prejuízos. Aproveitou Moura Andrade para comprar a preços baixos e, posteriormente, vendendo a valores consideravelmente lucrativos.

Em Santos, estabeleceu a firma comissionária Moura, Andrade & Cia, liderada pelo advogado e diretor da Comissão Comercial de Santos, Octavio Andrade, irmão de Moura Andrade. Com capital acumulado, no final dos anos de 1930, Moura Andrade partiu para o interior de São Paulo em busca de terras baratas para adquirir e estabelecer fazendas voltadas à produção agropecuária. Assim, completava-se um período em que o capital gerado pela produção cafeeira, após a etapa de comercialização, enriqueceu Moura Andrade, que investiu as rendas inicialmente na exploração de um novo produto, o gado, e, posteriormente, na especulação da terra.

Neste sentido, utilizamos a escrita de Trevisan (2007) para dialogarmos com a fala de Nelson Andrade, o qual considera que o avô foi muito inteligente no período de crises do café, percebendo a viabilidade de renda com a comercialização do produto. Em cada período, as circunstâncias o levaram a desafiar o universo cafeeiro. Moura Andrade atuou como financiador no plantio de café, possibilitando a alguns cafeicultores venderem o café para a casa comissionária em Santos. No entanto, as circunstâncias de vez em quando não aconteciam positivamente, então, não havendo possibilidade de o agricultor pagar seus débitos, acabavam por entregar suas terras a Moura Andrade.

Houve, no início do século XX, um desenvolvimento da cafeicultura, não linear, progressivo. Isso pelo fato de que, segundo Fausto (1989), houve crescimento abundante no plantio e colheita do café, contudo, crises não unívocas e de tempos em tempos aconteceram. Essas crises comerciais podemos lembrar como causa da Primeira Guerra Mundial, ausência de mercado. No pós-guerra, restabeleceram-se as exportações e os ganhos financeiros também. Próximo a meados da década de 1920, uma oscilação climática no estado de São Paulo causou danos aos produtores de café, peculiarmente os pequenos cafeicultores.

Assim, o sistema econômico de exportações é afetado, em algumas situações, a produção, por motivos diferentes, precisavam ser armazenadas, ora por questões especulativas, ora, de acordo com a ausência de mercado que comprasse a produtividade. Ressalta Arias Neto (2018, p. 208), que enquanto houve crescimento no plantio e colheita:

As exportações, contudo, permaneceram estabilizadas e esse crescimento acelerado provocou o que Celso Furtado chamou de ‘desequilíbrio estrutural entre a oferta e a procura’. Por ocasião do crash de 1929, a produção atingiu quase 29 milhões de sacas e a exportação 14,5 milhões. Com os enormes estoques acumulados nos armazéns criados para isso, os cafeeiros carregados com novas floradas e grãos tornaram-se invendáveis.

Dispondo de condições comerciais de armazenar o café, Moura Andrade soube aproveitar os momentos de crises ou dificuldades do mercado para estabelecer processos de compra, venda de terras, produtos e enriquecer. Essa é uma relação interessante do uso capitalista da terra, considerando o vislumbre inicial que procura na terra o lucro. Voltamos a Nelson Andrade (Entrevista realizada em 24 de fevereiro de 2024), diz:

Ehhh, muito desses, dessas pessoas quebraram, os fazendeiros. E como tinha. Eles deviam para essas casas comissárias. Depois que começou de melhorar a crise, eles (fazendeiros) acabaram entregando essas fazendas para essas casas de comissários. E ele tinha um dinheiro para segurar. Foi aí que meu avô acabou se tornando proprietário de fazendas, que não era exatamente aquilo que ele começou trabalhar. Tudo no interior de São Paulo, na região cafeeira.

Essa condição narrada por Nelson Andrade nos remete a análises sobre o uso capitalista da terra, demonstrando que a procura pela renda na terra não é sentimental e a estrutura social gira por meio dos riscos e das especulações. Para melhor entendimento, Trevisan (2007, p.03) narra a relação de Moura Andrade²⁸ com a apropriação capitalista da terra:

Em 1932, os irmãos Moura Andrade adquiriram glebas de terra próximas à Estrada de Ferro Noroeste do Brasil e deram início ao retalhamento do terreno. Assim como as demais cidades criadas naquela região, criavam-se primeiro as unidades rurais e, em seguida, riscava-se um quadrilátero de vias entre a mata cerrada, dando a conformação física urbana do futuro núcleo. Os lotes eram divididos quadra a quadra e comercializados aos aventureiros que vinham do Leste iniciar uma nova vida. Quanto à infraestrutura (quase inexistente), pouco se fazia, cabendo aos esforços dos futuros habitantes providenciar as melhorias necessárias. Foi neste cenário inóspito que os irmãos Moura Andrade fundaram, no início dos anos 30, a cidade de Andradina, assim denominada para marcar, na história, o feito destes empreendedores.

Anotamos que a aquisição de parte da fazenda Barra do Tietê é anterior ao ano de 1920, e que no final dos anos de 1930, Moura Andrade fundou Andradina, utilizando para seu projeto imobiliário, fracionar as terras e vendê-las. A escrita de Trevisan (2007) nos conduz à fala de Nelson Andrade, quando retrata possíveis formas de aquisição das terras, após terem desenvolvido especialização na compra de café por meio da casa comissária de Santos que eram proprietários e financiavam o plantio de café, cuja inadimplência dos devedores, devido às más

²⁸ É importante ressaltar a presença de Octávio Andrade, irmão de Moura Andrade. Poucas vezes citado, Octávio Andrade era advogado e administrador da Casa Comissária em Santos, tornando-se sócio na compra de partes das terras adquiridas por Moura Andrade.

colheitas ou preços baixos, “dava-lhes o direito” de tomar as terras. Narra Nelson Andrade (Entrevista realizada em 24 de fevereiro de 2024):

Ele acabou adquirindo umas terras de uma empresa que tinha posse das áreas, lá. Era da, da, (breve pausa). Como que chamava ali, a, a, Companhia Santista, era um grande, eles tinham um (palavra sem compreensão), tinha tecelagem, eles tinham, Moinhos Santistas, exatamente era assim o nome. Ele comprou algumas, algumas, algumas áreas ali, ali dá, 120 quilômetros de Araçatuba em direção ao Mato Grosso, quase na barranca do (breve pausa), do Rio Paraná. Ali ele tinha um tio que era irmão do pai dele, Tio Chiquinho, que era seu Francisco Teodoro de Andrade, já era (palavra sem compreensão), já trabalhava pra terceiros, abrindo picada, abrindo mato, derrubando mata, e abrindo fazenda, era regiões novas. Levou Tio Chiquinho lá pra onde hoje se situa a cidade de Andradina, que uma fazenda que comprou lá do coisa, abriu uma fazenda chamada Fazenda Guanabara, essa fazenda já não pertence mais a empresa, depois que meu avô morreu, foi dividido entre os filhos, uns primos meus acabaram vendendo lá, e (breve pausa) e, é, ali em Andradina ele começou adquirir as propriedades que ele tinha.

A apropriação capitalista da terra, em Nardoque (2014), nos remete a compreendermos as relações de Moura Andrade sobre a conquista das terras, a qual se relacionou com a formação de cidades por meio do comércio imobiliário. As narrativas aqui presentes demonstram a necessidade de desmitificarmos o mito do bom colonizador. É comum os relatos de Moura Andrade enquanto homem bom e cordial, contudo, em Arlindo (2020), observamos que o objeto de nossa pesquisa também esteve envolvido em possíveis litígios territoriais e na apropriação de terras, considerável relação que promoveu expandir sua influência por meio da aquisição de glebas de terra.

É nessa conjuntura que, de acordo com Nelson Andrade, o avô, inspirado pela leitura de Euclides da Cunha e seu livro *Os Sertões*, passou a idealizar os sertões, conhecer e desbravar, comprar terras de fazendeiros decadentes e vendê-las como forma de investimento, obtendo renda capitalista sobre o uso dessas terras. Para isso, pode contar com os governos federal e dos estados que, no final dos anos de 1930, fomentavam a ocupação dos vazios nos sertões brasileiros. Afirmar Nelson Andrade (Entrevista realizada em 24 de fevereiro de 2024):

[...] o próprio governo tinha muito interesse em que o Brasil olhasse pro seu interior, o Brasil naquela época, as posses, era olhando pro mar, 8 mil quilômetros de litoral, então a preocupação era ocupar lá, porque todas aquelas (palavra sem compreensão) entravam lá e deixavam algum lucro lá, mas não no sentido de ocupar a região, mas sim de explorar ali, procurando (palavra sem compreensão), pedras preciosas, fiscalizando índio, e então, é, o governo até incentivava você a desmatar, montar a serraria, e foi assim que meu avô começou abrir Andradina.

A afirmação de Nelson Andrade é necessária para entendermos como a política do Estado idealizou a ocupação das terras onde a modernização não estava presente, estava

diretamente ligada a vários fatores econômicos, políticos e estratégicos. Afirmamos que a ocupação dessas terras permitia a expansão da produção agropecuária, fortalecendo a economia regional e gerando renda fundiária para grandes proprietários e o próprio Estado. Essa conjuntura conduzia grandes latifundiários como Moura Andrade ao interior do Brasil.

Por outro lado, observamos que Nelson Andrade menciona o termo “fiscalizando índios”. Nesse sentido, percebemos que os povos indígenas eram incômodo aos movimentos migratórios devido às suas lutas e resistência pelo território. Por isso, argumentamos que o avanço da ocupação capitalista da terra frequentemente significava o deslocamento forçado de indígenas e pequenos posseiros, consolidando as estruturas fundiárias. Continua Nelson Andrade (Entrevista realizada em 24 de fevereiro de 2024):

E foi assim que surgiu a fazenda Guanabara. É de terras boas lá da região e ele começou com pecuária, basicamente, quando tava tudo já funcionando e ele já tinha, ele era fornecedor de gado pra pras pros frigoríficos todos, praticamente os grandes frigoríficos aqui do Brasil na época eram estrangeiros, americanos e ingleses que vieram pra cá.

É perceptível que a apropriação da terra colocava em pauta uma diversidade de empreendimentos arriscados e especulativos. A aquisição de terras se deu, muitas vezes, por meio da compra ou aproveitando-se da inadimplência dos pequenos agricultores. Não é possível dizer se Moura Andrade atuou como grileiro de terras, todavia, analisando Monbeig (1984), entendemos que a atividade de posseiro possivelmente aconteceu, pois, sempre que compravam terras, havia litígios ou heranças, possibilitando a viabilidade de reivindicar a terra ao Estado. Nesse sentido, descreve Monbeig (1984, p. 146):

Havia também grandes proprietários de terras, os latifundiários, que conservavam para si uma parte do seu domínio e vendiam o restante. Assim, a firma Moura Andrade, reservando-se um grande domínio para a criação de gado, nas margens do Rio Tietê estava prestes a dividir seus 25.000 alqueires e se aprestava para fazer o mesmo com os 16.000, que reivindicava no vale do Rio Feio.

As combinações entre os interesses do estado e a apropriação da terra por empresas colonizadoras revelam que Moura Andrade tornou-se, em essência, um capitalista mercador de terras. Conforme destaca Alcântara (2001), parte da fazenda Guanabara foi loteada em pequenos sítios, sendo oferecidos sem exigência de fiador ou entrada em dinheiro. Essa estratégia permitiu atrair comerciantes para a povoação nascente, por meio da venda de lotes urbanos e áreas rurais a preços acessíveis. No entanto, é importante observar que a posse plena da terra era condicionada ao pagamento total das parcelas. Somente após a quitação, o loteador emitia a respectiva escritura de compra e venda.

Ainda que parte das terras tenha sido efetivamente adquirida por compra, é preciso

destacar que parcela significativa foi obtida mediante requerimentos ao Estado. Tal arranjo demonstrava-se vantajoso para ambos os lados, o capitalista loteador era beneficiado com o acesso facilitado à terra, enquanto o Estado se eximia de arcar com os investimentos iniciais em infraestrutura urbana. Dessa forma, o processo de fundação da cidade convertia-se em uma parceria tácita entre o poder público e os interesses privados, consolidando a terra como ativo de valorização fundiária e reconfigurando o território em função das dinâmicas do capital.

2.1 Apropriação e comercialização de terras para formar Andradina e Águas de São Pedro

Na escrita desse trabalho, temos encontrado dificuldades em afirmar documentalmente os fatos que, na maior parte das vezes, são respondidos pela história oral ou por livros memorialistas. O ineditismo de pesquisas sobre Moura Andrade promove a necessidade de procurarmos documentos capazes de sustentar a oralidade, mas, sobretudo, as maneiras mitológicas com que o objeto da pesquisa é tratado. Escrever sobre os meios pelos quais Moura Andrade adquiriu terras é também um ato de especulação, não conduzimos a uma escrita rasa, todavia, é preciso conviver com o subjetivo que relaciona o personagem e a história das colonizações no Brasil.

Encontramos em Alcântara (2001) que, após meados da década de 1920, o governo do estado de São Paulo vendia terras devolutas, procurando estimular processos de colonização e fomentar a agricultura. Nessa conjuntura, Moura Andrade adquiriu milhares de hectares de terras às margens do Rio Tietê e continuou a comprar novas propriedades, formando 14 fazendas com infraestrutura necessária para desenvolver atividades diversificadas. Anunciamos que Moura Andrade costumava adquirir, comprando extensas quantidades de terras e outra parte era requerida frente ao governo do estado, incentivador de fazendeiros, latifundiários e donos de empresas imobiliárias que pretendiam investir na compra de terras ou no mercado imobiliário.

Os dados encontrados no texto de Arlindo (2020) sobre Andradina assinalam para a necessidade de procurarmos entendimentos referentes à ocupação e compra de terras por Moura Andrade. É sabido que “os primeiros povoados que se estabeleceram no noroeste do Estado de São Paulo foram na região do Avanhanda, a partir da década de 40 do século XIX” (Museu Virtual de Andradina).

De acordo com Arlindo (2020), seguindo Hespanhol (1996), a apropriação territorial e a formação da região de Andradina acontece em dois períodos. O primeiro com a implantação da Colônia Militar de Itapura, no Pontal Tietê-Paraná, no ano de 1858. Era intuito do Governo

Imperial ocupar a região. No entanto, o autor afirma que a ocupação efetiva, desde Araçatuba até a margem do Rio Tietê, somente ocorreu a partir de 1925, com a expansão das ferrovias e pela apropriação capitalista da terra (Arlindo, 2020, p. 53).

Em processos de colonização, é intuito do Estado que aconteça o mínimo de organização, contudo, foi necessário que tomasse atitudes no sentido de que a organização pudesse acontecer, levando em consideração as disputas pelas terras. Escreve Arlindo (2020, p. 26):

A Região de Andradina, localizada na porção Noroeste do estado de São Paulo, é marcada, historicamente, pela presença de latifúndios que monopolizam parte significativa das terras. O domínio sobre elas tem sua gênese no início do século XX, com a expansão das ferrovias em direção ao interior paulista, abrindo caminho para a apropriação capitalista da terra por meio das fazendas de criação de gado, bem como as lavouras de algodão e de café. O principal mecanismo desse processo foi o extermínio indígena e a grilagem das terras públicas localizadas às margens das estradas de ferro e, também, a expropriação e expulsão dos camponeses que ali formavam pequenas posses desde o final do século XIX.

A escrita de Arlindo (2020) corrobora para a compreensão de que os processos de ocupação, apropriação, colonização e formação das cidades, normalmente passam por situações de utilização da força e das armas, sobretudo, espoliando os pequenos posseiros e até mesmo acontecendo enfrentamentos entre grandes fazendeiros. Está escrito no texto do Museu Virtual do Legislativo de Andradina (S/d):

Nesta empreitada foi descoberto que as terras loteadas por Amadeu Almeida Santos eram devolutas, então pertenciam ao Estado. As terras estavam localizadas as áreas margeadas pelos rios Tietê, Paraná, Paranapanema e cabeceiras do Peixe e Feio (Aguapeí). Houve conflitos pela legitimação de propriedades que mesmo tendo conhecimento de que as terras de Amadeu haviam voltado ao domínio do estado se intitulavam proprietários. Mesmo diante dos conflitos de posse, Teodoro Marcos Airoso e João Martins de Melo compraram os direitos da posse e se autodeclararam condôminos do Governo e sem prestar contas dividiram a área em lotes menores e passaram a negociar as terras através de 'A Rural', empresa imobiliária da Melo & Cia, com sede em Araçatuba.

Como tratado anteriormente, observamos as disputas pela terra e conflitos de legitimação de propriedade. Nesse período havia grilagem e diversos conflitos de interesses entre os ocupantes, grileiros, posseiros, fazendeiros, companhias agrícolas e colonos. Foi necessária a presença de tropas intervencionistas do governo nos anos de 1930 para que os conflitos fossem controlados. É ressaltado no texto do Museu Virtual do Legislativo de Andradina (s/d):

Nesta época megainvestidores como o Coronel Francisco Schmidt – 'Rei do Café' e o Senador Rodolfo Miranda, adquiriram terras na região (entre 1905

a 1925) e empresas como Collettes, Moura, Andrade & Cia (Antônio Joaquim de Moura Andrade, Seraphin Collettes e Guilherme Moura) passam a adquirir grandes áreas para dividi-las em pequenos lotes. Uma dessas áreas era uma grande área da Fazenda Barra do Tietê, que foi adquirida em 1917 e batizada de Fazenda Guanabara. A área possuía a estrada de ferro bem próxima, trecho que ligava Bauru a Itapura e Itapura a Porto Esperança, nas margens do rio Paraguai, próximo a Corumbá.

Nesse sentido, notamos que a aquisição das terras da fazenda Guanabara não aconteceu sem disputas. Não é possível afirmar os tipos de embates enfrentados pela Empresa Moura Andrade S/A, mas ressaltamos que a primeira fazenda, adquirida aos 27 anos, foi ponto essencial para Moura Andrade desenvolver a apropriação capitalista da terra e essa condição o levou à formação de um povoado que deu origem à cidade de Andradina (figuras 8 e 9) no ano de 1937.

Desta forma, entendemos por meio de Arlindo (2020), que a apropriação da terra está ligada à obtenção de renda fundiária, mais do que à sua utilização produtiva, a terra pode se valorizar sem que haja trabalho diretamente aplicado a ela. É perceptível que esse processo ocorre, principalmente por meio da especulação imobiliária e fundiária, na qual os proprietários mantêm a terra improdutiva para lucrar com sua valorização ao longo do tempo.

Isso permite que o dono da terra, vislumbrando pelos preceitos capitalistas, se aproprie de uma parte da riqueza gerada pela sociedade sem necessariamente contribuir para a produção direta de bens ou serviços. Não obstante, percebemos que existem práticas comuns no Brasil, como a compra, invasão e grilagem de terras, reforçando a acumulação de riqueza baseada na posse e valorização da terra, e não, necessariamente em seu uso produtivo (Arlindo, 2020, p. 38). Entendendo que Moura Andrade comprou as terras no final da segunda década do século XX, porém, apenas por volta do final da década de 1930 foi promover a fundação de Andradina. Nesse período, aconteceu aquilo que Arlindo (2020, p. 39) elucida:

Ao comprar a terra, o capitalista subtrai parte de seu capital, assim imobiliza improdutivamente seu capital. Porém, essa dedução que lhe dá o direito de se apropriar de parcela da mais-valia social retornará mais tarde com acréscimos. A renda da terra pode ser obtida por meio do aluguel, de arrendamento, ou pela venda da terra; sendo esta última a conversão da renda, antes capitalizada, de uma vez só nas mãos dos proprietários.

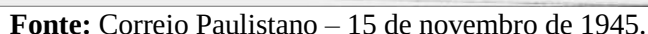
As fazendas de Moura Andrade praticamente eram “de porteiros fechadas”, no sentido da infraestrutura existente em cada uma delas. De acordo com Stela Andrade Aik, o avô procurava manter as fazendas com infraestrutura, costumavam ter igrejas, escolas, campos de futebol, comércios, cinema, salões de bailes, campos de aviação, intento de permitir que os funcionários tivessem momentos de lazer após as atividades laborais. Não existe aqui um

exercício de bondade do empresário, latifundiário capitalista, mas, criar possíveis estruturas para que, após tempos de imobilização do uso da terra com a ação especulativa, produza meios que coadunassem com a reprodução capitalista, tirando os meios de produção da terra.

Na figura 2, observamos que, após a fundação de Andradina, Moura Andrade procurou ressaltar o mercado imobiliário. Durante um período, a terra ficou disponível para processo especulativo. No interior de São Paulo, região atual de Andradina, na década de 1920, ainda não oferecia proporção de tornar-se uma cidade e o empresário lotear as terras, era preciso valorizar o empreendimento.

A trajetória empresarial de Moura Andrade evidencia como a terra foi mobilizada como base produtiva, mas também como recurso de valorização fundiária e instrumento de acumulação. De um lado, observamos a construção de cidades planejadas, como Andradina, que apareciam na imprensa da época exaltadas como símbolos de modernidade e progresso, sustentadas pelo discurso técnico (figura 3). De outro, percebe-se a dimensão comercial do empreendimento, materializada na propaganda de venda de lotes rurais pela empresa Moura Andrade & Cia, que oferecia “terras ótimas para culturas” com condições de pagamento facilitadas (figura 2).

Essas duas representações revelam estratégias complementares de Moura Andrade, enquanto a cidade erguida se convertia em vitrine de desenvolvimento e atraía novos moradores, o parcelamento e a venda da terra garantiam renda imediata e consolidavam a valorização imobiliária. Nesse sentido, a terra cumpria dupla função, sustentava o discurso de progresso urbano e, ao mesmo tempo, se convertia em mercadoria, reforçando a lógica de reprodução do capital e a centralidade da especulação fundiária em sua atuação.



A manifestação da propaganda na figura 2, possivelmente paga pela empresa de Moura Andrade ao *Correio Paulistano*, enfatizava as possibilidades de investimentos na cidade de Andradina. Havia poucos anos de fundação, contudo, apontamos para a apropriação capitalista da terra, quer dizer, após a compra das terras é preciso verificar meios de obtenção de renda e lucro, por isso, desde a compra da gleba até a produção agrícola, sempre se tratava de uma transação comercial, um negócio (figura 3).

Figura 3 - Andradina-SP: Anúncio da Moura Andrade & Cia sobre a qualidade das terras



Fonte: Museu Virtual do Legislativo de Andradina.

Analisando a figura 3, observamos que as empresas de loteamento, como a de Moura Andrade, estruturaram estratégias voltadas para extrair múltiplas formas de renda da terra. A lógica adotada consistia em oferecer terras a preços acessíveis aos sitiantes, possibilitando que estes adquirissem lotes rurais, mas também incentivando, paralelamente, a compra ou a negociação de lotes urbanos. Dessa forma, a empresa colonizadora garantia renda, de um lado, pela venda dos sítios destinados à produção agrícola, e, de outro, pela valorização mais acelerada dos lotes urbanos, comercializados a preços superiores. Criava-se, assim, um circuito no qual o rural e o urbano estavam interligados, mas sob a primazia da valorização do espaço urbano como motor do empreendimento.

Notamos que Moura Andrade deliberadamente estruturou o urbano como eixo central de atração e organização do território, estabelecendo o núcleo citadino antes mesmo da consolidação dos espaços produtivos rurais. Os lotes menores e mais próximos da cidade tornavam-se, assim, mais valorizados e atraíam pequenos agricultores, que viam no urbano um ponto de apoio, mas também uma promessa de progresso e integração social.

Ainda sobre a figura 3, entendemos que as empresas de loteamentos procuram nessas circunstâncias um processo de renda sobre a terra, colocavam em prática a política de preços acessíveis aos sitiantes, que ao adquirirem terras da empresa loteadora na zona rural, também viabilizam a possibilidade de comprarem lotes urbanos, ou mesmo negociam seus lotes rurais, propiciando renda à empresa colonizadora, comprando lotes a preços maiores na zona urbana,

isso instigava a diversos meios de obter renda com a terra. Ainda segundo Monbeig (1984), “em Andradina, a fundação urbana precedeu a colonização rural. Graças a essa precedência, as terras dos sitiantes começam a articular-se” (Monbeig, 1984, p. 236), ou seja, o fundador Moura Andrade procurou viabilizar formas e maneiras em que o urbano tivesse relações com o rural. Os lotes menores vão estar mais próximos do núcleo urbano, isso promoveria atração aos pequenos agricultores. Aponta Monbeig (1984, p. 236):

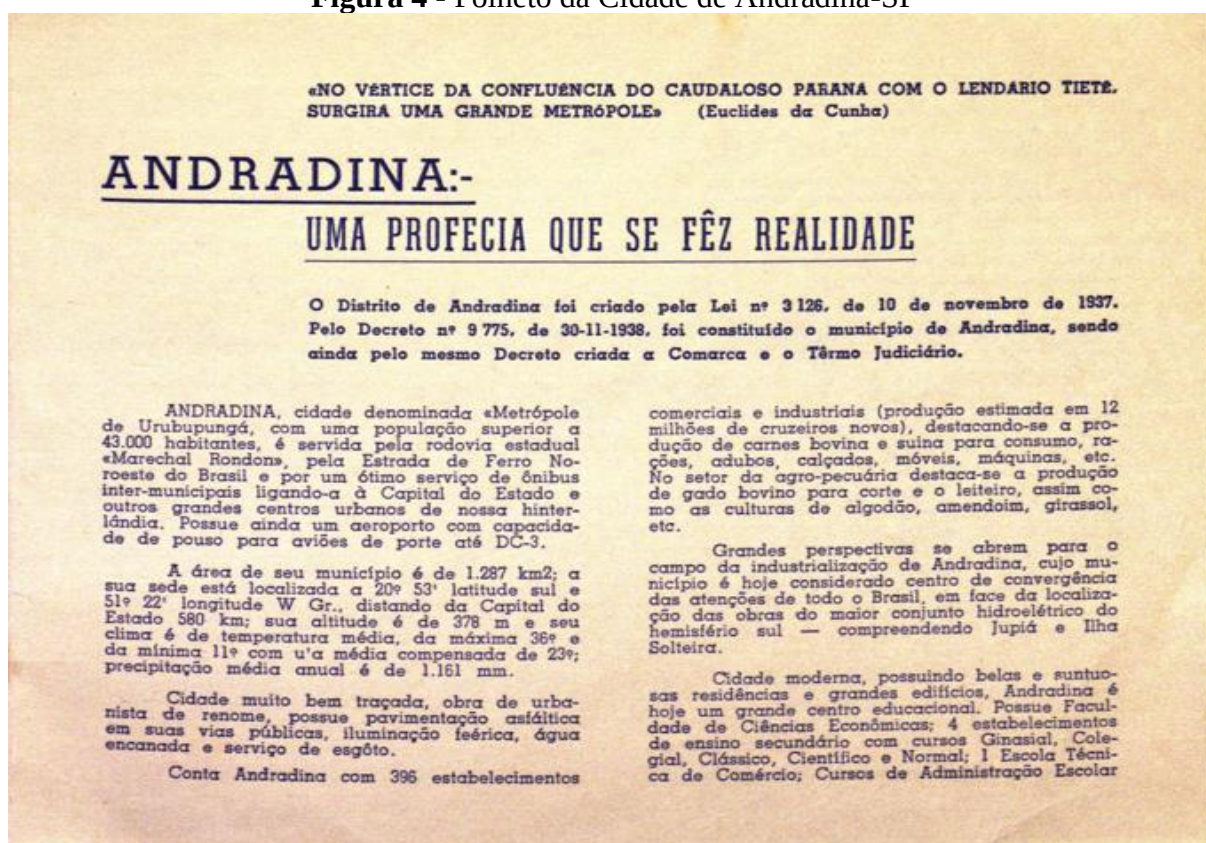
O centro comercial, instalado para atrair os pequenos agricultores, vai agir sobre o mundo rural. O patrimônio deve ser aprovisionado com facilidade e, para essa finalidade, são previstas instalações nos arredores: hortas, pomares, pequena criação de aves e produção de leite. O plano de colonização prevê, portanto, um modesto cinturão para a localização das chácaras, cuja superfície oscila entre 1 e 5 alqueires. Quanto mais afastado do patrimônio, mais aumenta o tamanho do lote.

O crescimento da população, instalação de bancos, do comércio e das empresas industriais colaboraram, no final da década de 1930, para que os fazendeiros pudessem investir em imóveis. Ressalta Monbeig (1984, p. 118):

Grassavam o jogo e a especulação, mais violenta que nunca. Nessa atmosfera, a compra de imóveis parecia as pessoas avisadas, o melhor emprego de dinheiro. Mais procurados foram os terrenos urbanos, mas as terras das zonas novas, até onde se sabia que as linhas férreas seriam prolongadas, desde que se pudesse importar o material necessário, também chamaram a atenção dos compradores.

Certamente, Moura Andrade, que se acostumou desde a juventude a interagir com a apropriação capitalista da terra e a especulação dos produtos que a terra poderia lhe fornecer, aproveitou novamente as condições do dinamismo de povoamento paulista com o da economia mundial para obter renda sobre a apropriação da terra e, posterior, comercialização. Nesse sentido, observamos que a colonizadora necessitava ter no seu bojo econômico uma quantia grande de capital, haja vista considerarmos as custas com publicidades e a organização das glebas que serão loteadas, dispendiosas. Assim, na figura 4, nota-se também que o projeto não era apenas vender lotes, mas relacionar com as estradas de ferro e trânsitos fluviais que pudessem transportar a produção para os grandes centros, e o lucro observado em todas as instâncias.

Figura 4 - Folheto da Cidade de Andradina-SP



Fonte - Centro de Documentação Regional – UFGD – FCH – S/D.

As matérias dos jornais trazem representatividades da expansão pioneira realizada por Moura Andrade. Na figura 4, descreve-se sobre a cidade de Andradina, expressando caráter propagandista e esboçando a geografia de Andradina, e o planejamento da cidade acontecendo de forma a lançar situações comerciais, industriais, mantendo relação com a pecuária e a agricultura. Essas condições evidenciam que Moura Andrade, no processo de formação de uma cidade, deixava uma área para seu domínio, onde continuaria com a fazenda.

Contudo, recortava em lotes outra parte, e dessa conjuntura abriam-se suportes para a venda dos loteamentos nas áreas rurais. Não obstante, era vantajoso também explorar a madeira para a construção de casas nas fazendas ou para a comercialização de madeiras serradas para outras localidades. Outro ponto é o espaço de domínio do fazendeiro que, desmatando, em curto espaço de tempo, as terras foram destinadas à criação de gado para corte, intencionando abastecer os frigoríficos estrangeiros instalados no Brasil.

No entanto, é necessário lembrarmos que a formação de uma cidade, cujo nome remete ao sobrenome de Moura Andrade, Andradina, demonstra o poder simbólico exercido pelo empresário/colonizador. Em Trevisan e Silva (2003), os autores realizam uma narrativa sobre o município de Andradina, colocando em tela que o primeiro projeto urbanístico de Moura Andrade teve sua origem nas proximidades da antiga estação de Ilha Seca, ao longo da linha da

Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, localizada na margem esquerda do rio Tietê. Considerando que na Região de Andradina os trilhos direcionaram as fazendas, segundo Nardoque (2002, p. 29), as construções das ferrovias organizaram o território, incentivando a colonização, auxiliando a agricultura, a formação da indústria (mesmo que precária) e, principalmente, promovendo cidades às margens dos trilhos (figura. 5).

Figura 5 - Andradina e sua Relação com a linha Férrea



Fonte: Coleção Moura Andrade — Centro de Documentação Regional da UFGD²⁹

²⁹ Ressalta-se o trabalho do Prof. Dr. José Carlos Ziliani, doador dos documentos encontrados nos arquivos da Família de Antônio Joaquim de Moura Andrade, em 03 de dezembro de 2012.

Ressaltamos que a estrada de ferro (NOB) passava pelas margens do Tietê, onde, primeiro, Moura Andrade interessava fundar a cidade, sendo que no decorrer do tempo, esse ramal foi desfeito, então o dono da Empresa Moura Andrade S/A mudou o lugar para a formação da cidade, seu interesse era instalá-la às margens da ferrovia que foi construída no espigão divisor de águas entre a bacia do Aguapeí e a bacia do Tietê, onde está situada. Ressaltamos que fundar cidades às margens das estradas de ferro era estratégia do empresário imobiliário³⁰. Escreve Arlindo (2020, p. 54):

Vários núcleos urbanos na região foram se formando às margens da ferrovia, tendo suas estações inauguradas após 1938, assim Mirandópolis e Guaraçaí tiveram suas estações fundadas em 1936; em 1937 foram inauguradas as estações de Murutinga do Sul, Andradina e Castilho. Nesse mesmo ano, a Variante Araçatuba-Jupiaí chega ao Rio Paraná.

Nesse interim, podemos afirmar, segundo Nilson Guirardello (2002) em seu texto “À beira da linha: formações urbanas da Noroeste Paulista”, que as relações estratégicas das empresas imobiliárias que visavam formar suas cidades, justamente beneficiando-as enquanto cidades, dos proveitos que a linha férrea poderia proporcionar. Durante a construção da Noroeste do Brasil, milhares de indivíduos desconhecidos perderam suas vidas; alguns em conflitos violentos e outros sucumbindo às epidemias. A malária reinava nestas terras, nos pântanos dos rios, nos riachos e nas lagoas, enquanto onças e serpentes completavam o cenário hostil (Adaptado de IBGE, 1953). No entanto, mencionamos (figura 7) que o colonizador, percebendo possíveis dificuldades na colonização de cidades, apresentou a idealização de uma cidade planejada.

³⁰ Realizaremos uma discussão maior sobre essa condição no quarto capítulo, e aproveitaremos para debater as condições simbólicas e políticas exercidas por Moura Andrade.

Figura 6 - Planta da Cidade de Andradina – SP

Fonte: Trevisan e Silva (2003).

O projeto urbano de Moura Andrade encarou dificuldades durante a construção da cidade, como a malária, típica das margens do Tietê, e a presença de animais selvagens, onças e serpentes, e mesmo com as dificuldades apontadas, a cidade foi construída. No plano da cidade de Andradina, um quadrilátero de vias, adequando-se à topografia da região. Trevisan e Silva (2003, p. 7) apontam as características:

O desenvolvimento imobiliário dessa área contemplava a seguinte situação: saindo da área urbana tinham-se pequenas chácaras. Pretendia-se, com isso, criar um cinturão verde envolvendo o quadrilátero. Logo após vinham sítios e depois fazendas. No espaço intraurbano, a linha férrea corta o plano de forma coesa, separando a cidade em parte alta e parte baixa. À frente da estação ferroviária localiza-se a avenida Guanabara, porta de entrada da cidade e elemento unificador dos principais espaços públicos (prefeitura, igreja matriz, praças, cemitério, etc.). Na parte acima da ferrovia estão 310 quadras, onde se instalaram grande parte das residências e equipamentos públicos. As vias mantiveram largura ampla constante. A parte abaixo, com quantidade menor de quadras, próxima ao fundo do vale, incorporou os estabelecimentos comerciais e de serviço da cidade.

Algumas características são proveitosas para análises sobre as cidades de Moura Andrade, considerando os interesses do mercado imobiliário. Trevisan e Silva (2003) mencionam que havia sempre uma organização prévia para a venda de terrenos. Contudo, no

que tange à infraestrutura, pouco se fazia (era quase inexistente), cabendo aos esforços dos futuros habitantes providenciar as melhorias necessárias (Trevisan; Silva, 2003, p.5).

Em segunda entrevista realizada com Nelson Andrade, no dia 24 de fevereiro de 2024, perguntamos qual a relação de Moura Andrade com o Chefe de Estado brasileiro, Getúlio Vargas, e o mesmo lembrou que o presidente também era criador de gado de corte. Nesse sentido, Getúlio Vargas considerava a necessidade de interiorizar o Brasil, tanto pela ocupação territorial, quanto pela apropriação das terras que serviriam para aumentar a produção. Perguntado então sobre a relevância de Moura Andrade para a história econômica do Brasil no século XX e a relação com o chefe de Estado, respondeu Nelson Andrade (Entrevista realizada em 24 de fevereiro de 2024):

Meu avô, ele pessoalmente, gostava de política, mas, nunca se meteu na política. Ele teve um filho, que era meu tio, abaixo do meu pai, era o segundo dele, o Auro. Meu pai, o Eurico, era o mais velho que sempre trabalhou com meu, tomou conta das coisas, era o que ficava na retaguarda. Meu avô não era um homem de ficar em escritório. O meu pai teve que ficar (risos). Mas, o, o, o que eu posso lhe dizer, o Getúlio Vargas, que foi, foi, presidente, foi ditador, voltou a ser presidente eleito, essa coisa, ele também era pecuarista, lá no Rio Grande do Sul, em São Borja. Então, o meu avô, tinha contato com o Getúlio, embora não tivesse essa amizade assim.

A narração de Nelson Andrade é, certamente, muito apaixonada pelo avô, ressaltando sempre que está falando como neto, e que tem muita propriedade para contar, pois é o neto mais velho de Moura Andrade, demonstra peculiaridades e curiosidades que vão corroborando nossa busca de afirmar que Moura Andrade angariou poder e laços de amizades capazes de fornecerem condições para a formação da cidade de Andradina, chega a afirmar que o avô não se metia em política, contudo, ressaltamos que Auro Soares de Moura Andrade, filho de Moura Andrade desde o início dos anos de 1950 esteve muito envolvido na política por meio da Assembleia Legislativa e depois no Congresso Nacional, chegando ao Senado. Continua Nelson Andrade (Entrevista realizada em 24 de fevereiro de 2024):

Meu avô quando começou com a ideia da cidade, de Andradina, em São Paulo, Andradina, estado de São Paulo. Porque que surgiu essa ideia? Ele já tinha comprado umas áreas por aquela região. Ele lembrou de uma passagem dos Sertões do Euclides da Cunha, o jornalista, ele viajou o Brasil inteiro, aí ele profetizou quando passou naquelas paragens, assim, uns vinte anos antes da cidade de Andradina. Ele profetizou que o lendário Rio Tietê, que era um dos grandes rios, que era dos bandeirantes que subiam, e o fabuloso Paraná. Naquela confluência dos dois, um dia surgiria uma grande metrópole.

É interessante o quanto a palavra bandeirante costuma ser dita por aqueles que vislumbram associar Moura Andrade aos processos de formações de cidades. Neste caso, compreendemos como frente pioneira, o termo bandeira aparece por diversas vezes nas falas e

artigos de jornais, procurando valorizar Moura Andrade. Segue Nelson Andrade (Entrevista realizada em 24 de fevereiro de 2024):

Então, o meu avô, isso acendeu uma luz: então uma cidade que estou pensando em botar aqui, eu vou botar o nome de Euclideana em homenagem a Euclides da Cunha. Acontece que, no momento em que meu avô estava localizando, assim, num espigão, num lugar próprio para fazer a cidade de Andradina, surgiu também a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, que vinha serpenteando, beirando o rio Tietê. É porque onde ele tinha segurança, é porque o resto era muito inóspito e na beira dos rios, sempre tinha os ribeirinhos que moravam. Eles começaram a fazer uma variante de Araçatuba, arretando, no sentido de como se fala hoje, no sentido de Três Lagoas. Então ia passar mais ou menos onde o meu avô imaginava, a cidade.

É costumeiro no Brasil a associação dos nomes de cidades a seus colonizadores, a religiosos, e/ou mesmo com denominações relacionadas aos povos originários. No caso de Andradina, considera-se o sobrenome do colonizador relacional à denominação da cidade, pois, deriva do sobrenome Andrade. Nesse sentido, duas versões são contadas por Nelson Andrade, a primeira aponta pela proximidade com o Presidente do Brasil, Getúlio Vargas. O empresário teve interesses primários em homenagear Euclides da Cunha, autor do livro *Os Sertões*, no entanto houve a sugestão do chefe da nação que pudesse ali valorizar o próprio latifundiário, devido aos feitos sendo realizados no país e desbravamento da região de Andradina. Na primeira entrevista Nelson Andrade contou essa versão (Entrevista: Nelson Almeida de Andrade, 13/08/2022):

O projeto inicial da cidade de Andradina, o meu avô resolveu prestar uma homenagem ao Euclides da Cunha. Então a ideia dele é que a cidade fosse de cidade de, Euclides da Cunha, que depois, que aí, que já existia uma, que existe aí até hoje, então colocaria o nome de Euclidiana. E no, no processo lá, lá, no pedido de aprovação, o presidente Getúlio que ele tinha que aprovar, dizem, quem me contou isso, eu não sei, eu ainda preciso procurar nos meus guardados, e ele, teria, o presidente ele teria dito, “não só, não só os, os nomes de pessoas famosas, se devem ser homenageadas, mas, sim um vivente, um bandeirante como seu Antônio Joaquim de Moura Andrade, surgiria o nome de Andradina.

Os descendentes de Moura Andrade costumam ressaltar que o mesmo não tinha elo com o presidente do Brasil na década de 1930 e início da década seguinte. A narrativa de Nelson Andrade coloca em pauta uma aproximação viável, haja vista fazia parte de um idealismo nacional que propunha passar as terras devolutas aos cuidados privados. Arlindo (2020, p. 56-57) escreve que Andradina é fruto da presença de diversos empresários que compraram terras, contudo, “o principal desses investidores foi Antônio Joaquim de Moura Andrade, cujo sobrenome deu origem ao nome da cidade (Andradina) e que era detentor do título de 20.000 alqueires de terra próximos à margem do rio Tietê”. Essa descrição afirmada por Arlindo (2020)

permite a classificação de que Moura Andrade, conhecido também como Rei do Gado, foi responsável pela aquisição e comercialização de parcelas significativas das terras da região de Andradina. Essa conjuntura nos leva, por meio da fala de Nelson Andrade, em segunda entrevista realizada no ano de 2024, a relacionar a denominação de Andradina também com um fato curioso envolvendo os agrimensores e demarcadores das terras de Moura Andrade em Andradina. Comenta Nelson Andrade (Entrevista realizada em 24 de fevereiro de 2024):

E um dia ele passando num lugar onde já era terras dele, ele viu um acampamento e um pessoal que era da estrada de ferro Noroeste do Brasil, que já tava tirando, e tinha plaquinha assim, escrito Andradas. Ele chegou lá, olá!. Como vocês estão? Ahh, estamos aqui. E esse ponto aqui? Esse ponto, nós não temos nome, mas, nós sabemos que essa cidade, essa fazenda aqui é dos, Andrade, aí. Então nós vamos pôr o nome de Andradas. Aí, o meu avô disse assim: O moço, Andrada já existe. Um lugar lá em Minas Gerais. É a cidade de Andrada, lá pelo lado de Poço de Caldas. Então, isso aqui, eu sou o Andrade, o proprietário. Então, pera aí, o fulano, traz o carvão aí. É aqui, onde tinha o Andrada, botou, por causa do seu Andrade, é Andradina. Então, eles que batizaram a cidade. Olha só. Isso aí, não tem na história. Eu já procurei, eu sei, não sei se é oficial essa história, foi assim que foi batizada a cidade de Andradina. E Nova Andradina, é consequência.

Da história do “lendário” Moura Andrade, extraímos fatos e acontecimentos que nos conduzem à narrativa de sua vida como o Rei do Gado. Buscamos relatar suas expressões de colonizador com o objetivo de nos aproximarmos de uma possível verdade, reconhecendo que nossa compreensão pode ser permeada por dúvidas e incertezas. Analisamos Moura Andrade enquanto empresário, que se tornou apropriador de terras, procurando obter renda capitalista. Assim, procuramos analisar de forma crítica a construção simbólica da identidade que glorifica certos aspectos da história. Observamos em Moura Andrade a classificação de Rei do Gado e o quanto é carregada de construções históricas, representações, mistificações e exaltação do pioneirismo, do herói, por outro lado, oculta as contradições da história real (Arlindo, 2020, p. 57).

O idealismo nacional de um pensamento de desenvolvimento econômico e arregimentado pelo interesse do progresso do país nos permite indagar a história considerando suas contradições, as versões dominantes construída por meio de uma conjuntura política nacional e anseio das elites locais, especialmente a partir da década de 1930, de forma clara, fica o entendimento de que a narrativa oficial da ocupação e desenvolvimento da região não foi aleatória, mas permeada pelos interesses de grupos entrelaçados econômica e politicamente. De acordo com Arlindo (2020, p. 57):

Compreendemos, pautados em Oliveira (2006), que o personagem ‘Rei do Gado’ foi construído na representação ideológica da história da classe dominante, exaltando a importância do pioneirismo. Isso explica a epopeia

desses homens de ‘coragem’, tendo até o nome da cidade de Andradina em homenagem. Esse endeusamento do Moura Andrade pode ser encontrado nas narrativas e na história regional.

Pelas características dos processos de colonização e a idealização apontada para os empresários colonizadores, utilizamos Queiróz (2006) no intuito de promover uma percepção reflexiva. É necessário que o historiador enxergue as representações e significações das identidades regionais, nada é por acaso e nem leviano. Desta feita, Queiróz (2006) enaltece a importância da participação dos historiadores nos debates sobre regionalismo e identidades, haja vista que sua palavra e seu juízo são fundamentais para uma reflexão aprofundada e pesquisas mais detalhadas, sugerindo que não se trata de um tema simples ou neutro.

Não obstante, diante das análises reflexivas que envolvem identidades, Queiróz (2006) cita Hobsbawm e Bourdieu sobre as dificuldades e desafios que os pesquisadores enfrentam ao estudar essas questões, considerando que, segundo esses autores, as relações entre historiadores e os temas de regionalismo e identidade podem ser delicadas e controversas, possivelmente devido a fatores políticos, ideológicos ou mesmo às influências externas que moldam essas narrativas.

Assim, observamos que a elaboração de um projeto para a formação da cidade de Andradina, por Moura Andrade, ganhou interesse do irmão Octávio Andrade. De acordo com Stela Andrade Aik, o irmão do protagonista de nossa pesquisa também aderiu ao sobrenome, passando a chamar-se Octávio de Moura Andrade, e juntos, viram em outra localidade a viabilidade de formar uma cidade turística. Percebiam essa ausência no estado de São Paulo e propuseram a cidade de Águas de São Pedro, onde seus investimentos tiveram impacto na localidade, transformando-a em destino turístico conhecido por suas águas termais.

Desta forma, as duas cidades da Empresa Moura Andrade S/A no estado de São Paulo são distintas, haja vista Andradina teria concepções de abranger o mercado imobiliário, e Águas de São Pedro coloca em tela o turismo, aliando-se à visão do governo getulista de colonizar o interior e seguindo as tendências da época, pois de acordo com Trevisan (2007, p.4):

Outro fator que contribuiu para que os investimentos fossem consolidados era a inexistência de um balneário em São Paulo, assim como os confortáveis existentes em Minas Gerais (Poços de Caldas, Caxambu e Araxá), Santa Catarina (Caldas da Imperatriz) e Rio de Janeiro (Petrópolis). Situados fora de suas divisas, os balneários existentes atraíam inúmeros turistas, inclusive de São Paulo, que para lá se dirigiam em busca de lazer e que por lá deixavam suas reservas econômicas em hospedagem, banhos termais, jogos de azar, restaurantes etc. Coube, portanto, aos irmãos Moura Andrade, incentivados pelo poder estadual e federal, construir, no Estado, seu primeiro balneário, emancipando-o dos demais. Necessitava-se, a partir desse momento, dotar Águas de São Pedro de condições físicas e estruturais para atrair turistas e garantir sua validade de empreendimento imobiliário.

Assim, percebemos que os irmãos Moura Andrade conseguiram enriquecer ainda mais com suas ações empresariais e imobiliárias, formando cidades e fazendo loteamentos urbanos e rurais. No que tange à Águas de São Pedro, Octávio e Moura Andrade perceberam que a acumulação de capital deveria se relacionar com a aquisição de terras a preços mais baixos e realizando a valorização capitalista da terra, podendo explorar o setor turístico por meio de estação balneária. Octávio de Moura Andrade teve relevante importância na organização jurídica da Empresa Moura Andrade e foi essencial para a formação da cidade de Águas de São Pedro, contudo, não é mencionado nas outras cidades colonizadas pela mesma empresa. Essa é uma condição interessante, que Stela Andrade Aik aponta: Moura Andrade permitiu a consideração de fundadores de Águas de São Pedro serem os dois irmãos Moura Andrade, uma relação amistosa dos irmãos.

No entanto, o investimento em infraestrutura partia do empresário Moura Andrade. Os irmãos obtiveram sociedades em outros empreendimentos, todavia, a questão simbólica de fundador de cidades foi elevada àquele que também recebeu a alcunha de rei do gado. Trevisan (2020) aponta que os irmãos Moura Andrade tiveram diversos interesses diante da apropriação da terra onde fundaram Águas de São Pedro, além das questões imobiliárias e o uso da estância, Moura Andrade e Octávio de Moura Andrade desejavam obter renda com a venda da água mineral.

Nesse sentido, contrataram a Companhia Siemens e a Casa Lohner para fornecer máquinas e equipamentos capazes de processar e engarrafar a água, assim poderiam até mesmo exportar a água medicinal e também vendê-la como refrigerante em outras cidades e estados. Na figura 10, vemos a imagem do projeto de urbanização de Águas de São Pedro, contendo córrego canalizado, parque municipal, praças públicas em esquinas, região administrativa e de residenciais com vielas sanitárias. Era a projeção de cidade com concepções turísticas. Ressalta Trevisan (2020, p. 172):

O loteamento residencial dividiu-se em três tipos diferentes. A primeira área, com posição estratégica próxima ao balneário e ao parque, foi especialmente traçada, diferenciando-se das demais pela faixa única de lotes nas quadras com aberturas para duas vias. As outras duas regiões foram separadas pelo córrego Bebedouro, configurando-se a localizada a sudeste como um setor ocupado principalmente por chalés e casas de veraneio; e a da margem nordeste, devido à sua ocupação por casas operárias – construídas, alugadas ou arrendadas pela empresa para os operários que ajudaram a erguer a cidade –, ficou ocupada em grande parte pelos habitantes fixos da cidade, geralmente de classes média e média baixa.

Assim, ao estudarmos o texto de Trevisan (2020, p. 172-173), observamos Águas de São Pedro propensa ao turismo, com “largura ampla das vias no eixo central (32 metros),

possibilitando acesso fácil ao fluxo de veículos que se dirigiam ao balneário, ao parque, ao cassino e ao hotel”, haja vista os Moura Andrade vislumbravam obter lucros nas diversas viabilidades que o turismo da cidade fosse possível conceder.

Figura 7 - Águas de São Pedro (SP): projeto de urbanização S/d

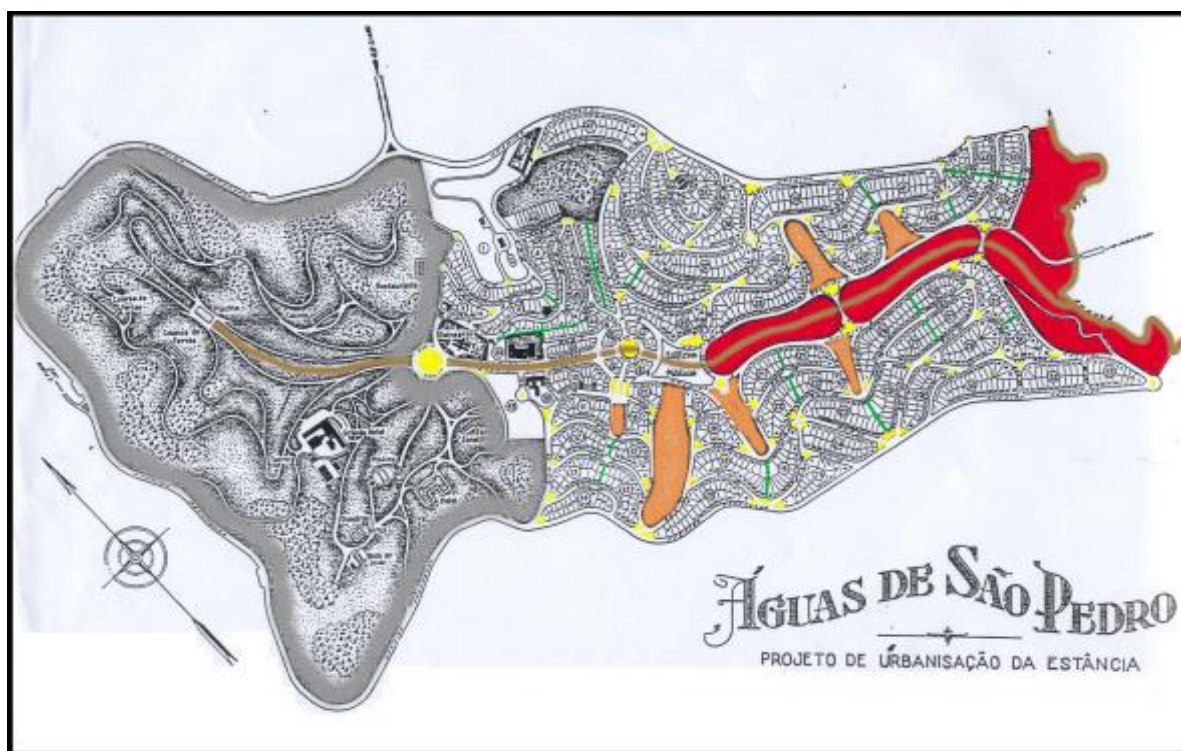


Fig.3.
Plano de Águas de São Pedro
Fonte: arquivo pessoal

Legenda

● Parque Municipal	● Praças Públicas em Esquinas
● Córrego Canalizado	● Praças Públicas em Talvegs
● Park-way	● Vias Sanitárias

Fonte: Trevisan e Silva (2003)³¹.

Apesar de ser uma cidade voltada ao turismo, percebemos semelhança na conjuntura das cidades colonizadas pela Empresa de Moura Andrade S/A, a intenção de lucro sobre a terra. Afirma Trevisan (2003, p. 09):

Andradina e Águas de São Pedro atenderam às expectativas de seus criadores tanto pela finalidade para qual foram projetadas como pela lucratividade que proporcionaram. No caso de Andradina, a cidade foi implantada de forma rápida, simples, prática e dispendendo apenas das estruturas mais elementares. A abertura do traçado quadriculado de suas vias adequava-se ao terreno plano daquela região, além de ser de rápida implementação e de facilitar a futura expansão da cidade de forma ordenada. Buscava-se com isso a venda dos lotes urbanos e atrair um contingente de mão-de-obra para trabalhar nas

³¹ Ver: TREVISAN, Ricardo; SILVA, Ricardo Siloto da. Duas cidades, duas medidas. A ação empreendedora diferenciada na origem de duas cidades novas: Águas de São Pedro e Andradina (São Paulo, Brasil). Disponível em: (PDF) Duas cidades, duas medidas. A ação empreendedora diferenciada na origem de duas cidades novas: Águas de São Pedro e Andradina (São Paulo, Brasil) (researchgate.net).

propriedades rurais. A ferrovia facilitaria a vinda desta mão-de-obra e permitiria o escoamento dos produtos ali produzidos.

Destacamos a importância do projeto urbanístico detalhado, que proporcionava ambientes, infraestruturas e condições que atraíam visitantes e turistas. Segundo Trevisan (2020), Águas de São Pedro foi planejada como uma cidade turística voltada ao lazer e aos tratamentos termais, seguindo o modelo das estâncias hidrominerais.

O projeto original previa um complexo com hotéis, balneário, cassino, colônias de férias e estruturas recreativas, embora nem todas as obras tenham sido executadas (ÁGUAS SULPHÍDRICAS E THERMAES DE SÃO PEDRO S/A, 1940, s.p.). A área destinada a essas instalações correspondia a 52% do território planejado, enquanto o restante foi reservado para urbanização e loteamento. Esse modelo reflete a lógica de cidades turísticas organizadas para integrar saúde e divertimento, acentuando Águas de São Pedro como referência turística (Trevisan, 2020, p. 168).

Figura 8 - Anúncio de Vendas das Plantas de Terrenos em Águas de São Pedro



Fonte: Folha da Manhã de 30 de março de 1940.

Elencamos que a Empresa Moura Andrade S/A investiu grandemente em anúncios nos jornais sobre a venda de lotes na cidade de Águas de São Pedro, como parte de uma estratégia de comercialização. A figura 08 demonstra que anúncios em jornais eram uma forma comum de divulgar a disponibilidade de terrenos e atrair potenciais compradores interessados em investir na região. Além disso, anúncios em jornais também eram usados para comunicar

informações importantes sobre os lotes disponíveis, tais como localização, tamanho, infraestrutura, entre outros detalhes relevantes para potenciais compradores.

As cidades do século XX não nasceram de qualquer forma, foram planejadas, fortemente conduzidas pelas relações de produção e reprodução do capital, que seriam necessárias para habilitarem-se ao mercado imobiliário para que o capital investido obtivesse lucros. De acordo com Santos (2009), a urbanização das cidades é impulsionada pela dinâmica do capitalismo, que buscava continuamente novos mercados e formas de acumulação, na priorização dos lucros, grosso modo, a urbanização das cidades brasileiras passa por processos complexos, moldados por forças econômicas, sociais e políticas (Santos, 2009, p.137).

Moraes (2008) acredita que civilizar foi uma maneira de qualificar a expansão territorial, reafirmando as determinações da conquista colonial: apropriação da terra e submissão daquilo que era considerado natural, sobretudo, procurou-se modernizar as cidades, além de ocupar, foi preciso reorganizar o território, conectar suas partes, dotá-lo de equipamentos (Moraes, 2008, p. 95-96). No período de ações de Moura Andrade, o Governo de Vargas almejou a criação de novas cidades como parte de um país moderno, industrializado e urbano, sendo o Estado Novo fase importante para o capitalismo industrial.

A apropriação da terra permanece dentro do sistema de propriedade privada em geral, e dentro do desenvolvimento capitalista, aproveita-se a tecnologia, a informação, o dinheiro e o capital, exercendo forte influência para que o sucesso da apropriação da renda da terra e do lucro aconteça. Ressalta Trevisan (2003, p. 10):

[...] Águas de São Pedro, o lucro seria obtido não apenas com os banhos termais como pela venda do espaço urbano. Para isso foi de relevante importância o projeto urbanístico ser detalhado nas mais variadas escalas, proporcionando ambientes, infraestruturas e condições propícias para acolher visitantes e turistas. Sua conformação urbanística, caracterizada pela forma fechada, adequava-se a topografia irregular (cidade implantada entre colinas) e garantia ao plano uma especificidade única na escola urbanística brasileira. O marketing da cidade era a própria cidade; sendo ela atraente, um maior número de pessoas a frequentaria e, talvez, se interessaria a comprar um lote para construção de residência de veraneio.

Nesse contexto, o lucro das empresas imobiliárias não se restringia à simples compra e revenda da terra, mas se ampliava por meio da valorização gerada pelos investimentos em infraestrutura e urbanização. A criação de um espaço atrativo para potenciais compradores, dotado de condições que favorecessem o turismo e o lazer, fazia parte de uma estratégia econômica mais ampla, em que a cidade em si se tornava um produto de mercado.

Como aponta Martins (1975), a construção de infraestruturas seguia a lógica da multiplicação do capital, pois não apenas preparava o espaço para o uso, mas também

aumentava seu valor de mercado. Ao transformar terrenos brutos em áreas organizadas e equipadas, os empreendedores garantiam a valorização dos lotes, tornando-os mais atrativos para compradores. Esse processo não se limitava à urbanização em si, mas gerava um ciclo contínuo de investimentos e exploração econômica, no qual a própria estrutura criada impulsionava o consumo de bens e serviços na região.

O loteamento de áreas rurais próximas às cidades mostrava a ação empresarial para produção de mercadorias necessárias à população citadina, como arroz, feijão, frutas, café, leite, hortaliças, carne. Além disso, a utilização da mão de obra na formação estrutural de moradias, comércios, prédios públicos, implica na remuneração de pessoas que evidentemente corrobora para a relação de produções capazes de gerar capital.

A posse e a propriedade da terra, no caso de Moura Andrade, colaboraram para aumentar o seu capital. Diante desse contexto, pode-se concluir que a expansão de áreas adquiridas nos anos de 1920 e 1930 foram marcadas pela busca de modernização e reorganização do território, refletindo a continuidade das práticas coloniais de apropriação da terra, submissão da natureza e subordinação dos trabalhadores às ações de capitalistas.

Nesse processo, a formação das cidades, a partir de iniciativas de Moura Andrade, foi fundamental, atuando na ocupação e reorganização do território, dotando-o de equipamentos e infraestrutura, deslocando e atraindo pessoas. Este processo evidenciou o papel central das frentes pioneiras na transformação do Brasil em uma nação urbana, consolidando a propriedade privada e o desenvolvimento capitalista como pilares fundamentais dessa transformação.

2.2 Moura Andrade e suas ações empresariais

Em Monbeig (1984), percebemos que o alargamento das fronteiras explicou a ocupação do Oeste Paulista, do Norte do Paraná e Mato Grosso por diversas empresas imobiliárias, latifundiários e industriais. Assim, Moura Andrade, no final da década de 1930 procurou estender para Mato Grosso suas apropriações de terras. No ano de 1937, adquiriu a fazenda Primavera, devido à proximidade ao porto homônimo. Lembramos que, segundo relatos encontrados no memorial de Alcantara (2001), Moura Andrade teve por interesse, naquele período dos anos de 1930, adquirir terras em Mato Grosso, de forma especulativa e que pudesse explorar em tempos futuros, e foram sendo compradas e requeridas frente ao estado, investiu na aviação civil, inclusive na compra e venda de aviões.

Desta forma, a aviação civil fez parte da diversidade de seus investimentos. De acordo com Trevisan (2003), Moura Andrade “chegou a possuir uma dezena de aviões e outros tantos

campos de aviação em suas propriedades”. Nas falas de Nelson Andrade e Stela Andrade Aik, Moura Andrade aproveitava sua paixão pela aviação para visitar as fazendas corriqueiramente. Em momentos difíceis de visitas presenciais, o rádio amador era componente essencial do processo administrativo. Moura Andrade falava com todas as fazendas três vezes ao dia, após café da manhã, almoço e no fim da tarde, mantendo a condição de homem cuidadoso com os seus negócios, comenta Stela Andrade Aik.

No entanto, foi por meio da aviação que Moura Andrade promoveu parceria com outros latifundiários e outros meios comerciais, como no caso de Assis Chateaubriand. Na figura 9, demonstramos uma homenagem ao empresário, no início da década de 1940, quando o mesmo teve sua relevância reconhecida na aviação civil brasileira, haja vista procurava, além de transitar rápido por suas fazendas, também se relacionar com outros fazendeiros, promovendo-os a conhecerem o Brasil.

Figura 9 - Matéria Jornalística sobre Moura Andrade e Águas de São Pedro

CALDAS DE SÃO PEDRO
Diretor-gerente: PATRÍCIO MIGUEL GARRETTA
Colaboradores: Diversos

Ano IV SÃO PEDRO — Domingo, 21 de Julho de 1940 N. 102

Expressiva e imponente homenagem ao Sr. Antonio Moura Andrade

Empolgante parada de asas civis nos céus do aeroporto local. Será oferecido um churrasco aos excursionistas

Conforme vem sendo amplamente noticiado pela imprensa de São Paulo, a aviação civil brasileira vai tributar grande homenagem ao sr. Antonio Moura Andrade, um dos maiores incentivadores do desenvolvimento aeronáutico no Brasil. Com a realização dessa empreitada, os aviadores civis resgataram uma dívida que, de há muito, a aeronáutica do país vem contraindo com o ilustre e grande agricultor, que tudo tem feito em prol do nosso progresso aviatório, quer facilitando com a construção de extensos aeroportos — dos quais o da nossa cidade é um exemplo — as comunicações aéreas nos mais distantes rincões do Estado; quer pela participação pessoal que tem tido no desenvolvimento das atividades da aviação experiente e de turismo, como também pela decidida apoio e colaboração eficiente que em todas as oportunidades tem prestado às iniciativas que visam o incentivo, o estímulo, o progresso da aviação nacional.

Assim é que, constituída de representantes da mais ilustre representação da aeronáutica paulista, a comissão organizadora, presidida pelo dr. Antonio Emílio de Moraes Filho, chefe da Casa Civil da Interventoria Federal, vai levar a efeito, nesta cidade, no próximo dia 28, um grande desfile de asas civis brasileiros em honra do sr. Moura Andrade. Nesse dia, as esquadrilhas integradas por uma centena de passáros metálicos, levantarão voo em São Paulo rumo a São Pedro, sob cujos céus apresentaremos a uma das maiores realizações da maior parada aviatória civil até então registrada no Brasil.

Tomando parte nessa empolgante revolta a quase unanimidade dos pilotos e aviões civis dos vários centros aviatórios do país, devemos particular do real as figuras de maior projeção do mundo aeronáutico do Rio de Janeiro. É considerada como certa a participação dos

sr. Petronio de Almeida Magalhães, comandante do Fluminense Yacht Club; Raphael Christosomo de Oliveira e Ignácio Nogueira, industriais em Campos; Edgar Rocha

dagem, à nossa estância, hidro-mineral e climática, participar da festa de cordialidade e de apreço ao presidente da Empresa «Águas Sulfitadas e Termas de São Pedro S/A».

Nesta cidade, os visitantes serão alvo de festiva recepção por parte da sociedade local, sendo-lhes oferecido um bom preparado churrasco no aeroporto da estância. Esse churrasco, que será dirigido pelo sr. Ernesto Cioconeto, agricultor nesta municipalidade, é oferecido pelos sr. Carlos Mauro, Prefeito Municipal, Patrício Miguel Carreira, diretor do «Caldas de São Pedro», dr. Dagio de Moraes, dr. Oscar de Souza Pinto, dr. Francisco Vieira Netto, dr. Rubens Miller, Antonio Andrade, dr. Jorge Macedo Vieira, dr. Dacio Moraes Junior, dr. José Medina Mendonça, Epimônidas Azevedo Aguiar, dr. Mário de Moneses, dr. Cláudio V. P. Magalhães, Sebastião de Azevedo Aguiar, Pedro Chagas de Aguiar, Gerardo Azevedo, Jorge Passati, José Azevedo, Victorio Longhi, Nicolau Ferro, João Moura, Antonio Camparo, Alexandre Favaro, Vasco Altieri, Gerardo Leonessa, Bruno Altieri, José Emílio Arruda Mendes, José Bonifácio Pereira, Celso Lima, Fálvio Pereira Martins, Antonio Marcolli, Flávio Chacundo, Cláudio Botelho, Ignotomy de Castro, João Numa de Moraes e Padre José Bonifácio Carreira, Vigário da Paróquia.

Em seguida a essas festas, os excursionistas visitarão o Grande Hotel, Casino, Balcão e outras magníficas instalações com que o genio empreendedor e espírito progressista dos sr. Antonio Moura Andrade e dr. Octavio Andrade estão dotando a Estância Hidro Mineral e Climática de tratamento e repouso «Águas de São Pedro».

AGUAS DE SÃO PEDRO

DR. GUALBERTO DE MAGALHÃES

Para meus amigos

Agradeço a Deus o conforto moral que Elle me proporciona.

Depois de alguns annos de lucta, em prol de collektividade, vulgarizando as Águas de São Pedro, peço-lhes a observação e acção medicinal da sua dade da Natureza, seja o quanto consegue a localidade ferrea.

Da minha parte, bem continuo a participar.

Esse, fundiram o firme elemento, para dissipar em mim a longa colla de todas as minhas enfermidades. Não é-nheci difficuldades, que não venço sempre, com nobreza a dignidade.

Sinto-me feliz, de ter contribuido com o meu quinhão, para que os doentes encontrassem nas Águas de São Pedro, o remédio que a Natureza tem restituído o alívio do viver. Doentes de reumatismo, diabete, molestias de pulso, paralisia intestinal, colíca, doenças do fígado e dos rins, encontram nas tres fontes das Águas de São Pedro a cura ou o alívio para os seus padecimentos.

Aos irmãos Andrade, sr. Antonio Moura Andrade e dr. Octavio Andrade, devemos a estância crenotherapica que melhora a organisa na America do Sul e quida no mundo inteiro.

Não exageramos em assim afirmar, porque tudo o que está feito até agora, é fruto da iniciativa particular e do esforço d'outras benfiteiras da humanidade.

Ahi estão as vistas de todos, em plena execução, os projectos de urbanisação, hygiene, água e o segredo para a cidade que surge, os organogramas, os estudos da hydrologia clinica e experimental, as repetidas analyses das Águas de São Pedro, mostrando a sua composição constante, os pro-

(continua na 2a pagina)

Fonte: Jornal Caldas de São Pedro – 21 de julho de 1940.

A matéria do Jornal Caldas de São Pedro mostra o reconhecimento dos serviços prestados pelo fazendeiro Moura Andrade ao mercado comercial de aviação. Seria aquela uma “Expressiva e imponente homenagem ao Sr. Antônio Moura Andrade”, visto que estariam

naquela data homenageando “um dos maiores incentivadores do desenvolvimento aéreo civil no Brasil”.

Foi o resgate de um débito que a aviação civil e a aeronáutica do país tinham contraído, considerando que o mesmo muito tinha feito em prol do progresso da aviação no Brasil, haja vista suas ações estavam relacionadas à compra e venda de aviões, construção de aeroportos em suas fazendas e cidades, além de contribuir para o crescimento da aviação esportiva e de turismo (Jornal Caldas de São Pedro, Domingo, 21 de julho de 1940).

No jornal *on-line* da cidade de Andradina consta uma entrevista realizada com a neta de Moura Andrade, colocando em tela uma narrativa muito peculiar da neta do empresário. Comenta Stela Andrade (Jornal On-line Portal de Notícias³², 20 de fevereiro de 2020):

Meu avô era piloto, ele foi responsável por trazer a Aviação Civil. Ele e o Assis Chateaubriand trouxeram os primeiros ‘aviões’ fundando a Aviação Civil no Brasil. Esse primeiro avião que eles foram buscar nos Estados Unidos, o Assis Chateaubriand foi junto com o vovô. O Chateaubriand ficava encantadíssimo como meu avô tinha facilidade pra declamar, e ele gostava muito.

Eles se admiravam mutuamente. O vovô também falava que ele era uma pessoa muitíssimo inteligente. E gostavam da companhia um do outro. Além dessa questão de terem feito algumas viagens juntos, também pelo próprio interesse jornalístico do Assis Chateaubriand no fato do vovô na época estar em evidência e ascendência, tendo fundado uma cidade que estava progredindo muito, numa época que era do ‘pós-guerra’. Era inegável que meu avô era uma pessoa muito influente.

O Chateaubriand era um jornalista muitíssimo inteligente e por ser isso, sempre procurava se acercar de pessoas influentes. O pessoal fala que ele sempre fazia amizade com esse pessoal que tinha muito dinheiro.

A fala de Stela Andrade Aik mostra-se apaixonada por aquilo que seu avô era ou representava ser. No entanto, nos remete ao poder simbólico (Bourdieu, 2012), as significações de Moura Andrade, no decorrer das décadas de 1930 e 1940, a lendária nomenclatura de Rei do Gado, permitia que o fazendeiro estivesse próximo ao Estado nas relações com deputados, senadores, governadores de estados e até mesmo do chefe da Nação, Getúlio Vargas.

De acordo com Stela Andrade Aik, Moura Andrade esteve entre os fundadores do Aeroclube de São Paulo no ano de 1931, uma das primeiras instituições dedicadas à aviação civil no Brasil. O aeroclube de São Paulo foi crucial na formação de pilotos e na promoção da aviação civil e esportiva no país, e na fala da neta, os recursos foram próprios, vislumbrando fomentar a aviação, tornando-se uma figura central na história da aviação civil brasileira.

³² Disponível em: <<http://jornalportaldenoticias.com.br/2020/02/28/a-historia-do-rei-do-gado-contada-por-sua-neta-em-andradina/>>. Acesso em: 20 set. 2024.

Fotografia 4 - Antônio Joaquim de Moura Andrade em viagens entre fazendas



Foto: Arquivo da Família Moura Andrade.

O Jornal Correio Paulistano, do dia 7 de fevereiro de 1962, faz uma narrativa sobre a importância de Moura Andrade para a aviação brasileira, juntamente com Assis Chateaubriand³³, estando à frente dos aeroclubes brasileiros e mesmo na procura por negociações de compra e venda dos aviões que pudessem de alguma forma colaborar para que outros empresários pudessem adquirir aviões, que, de acordo com a neta Stela Andrade, seria esta uma forma de expandir a aviação brasileira.

Moura Andrade e Chateaubriand perceberam o potencial da aviação para transformar o Brasil. O primeiro focou na formação de pilotos e no desenvolvimento da aviação civil, enquanto Chateaubriand usou seu poder midiático para promover a aviação comercial e a infraestrutura necessária. Na figura 10, consta o nome de Moura Andrade recebendo o título de Comendador da Aeronáutica, pelo reconhecimento de seus relevantes serviços prestados à aviação brasileira.

A homenagem que aparece na figura 10 tem representatividade daqueles que, de alguma forma, foram importantes para a história da aviação brasileira. É o caso do empresário que fez parte do grupo de investidores brasileiros após a Segunda Guerra Mundial, apostando na compra e venda de aviões, haja vista premeditava conhecer o Brasil pelo ar e aproximar as relações comerciais.

³³ Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Melo, mais conhecido como Assis Chateaubriand, foi um dos mais influentes empresários e jornalistas do Brasil, fundador dos Diários Associados, um dos maiores conglomerados de mídia do país. Chateaubriand também foi um grande entusiasta e promotor da aviação no Brasil. Em 1941, ele fundou a companhia aérea Transportes Aéreos do Continente Americano (TACA), que mais tarde se tornou parte da Panair do Brasil, uma das principais companhias aéreas brasileiras da época.

Os anos de 1930 e 1940 foram imprescindíveis para a transformação socioeconômica da aviação brasileira, é preciso lembrarmos que o Governo de Getúlio Vargas tinha diversas ações e realização de fortalecimento ideológico da nação, pretendia o chefe de Estado organizar condições para que amadurecesse os ideais de povo brasileiro, e a aviação era meio para concretização dos anseios do presidente brasileiro, “amigo da aviação”, a expressão marcava a atuação dedicada do chefe de Estado em prol do desenvolvimento da navegação aérea no Brasil.

Figura 10 - Lista da Aeronáutica destacando o título de Comendador conferido à Antônio Joaquim de Moura Andrade



ORDEM DO MÉRITO AERONÁUTICO
RELAÇÃO DE AGRACIADOS
(Atualizada até novembro de 2015)



QUALIFICAÇÃO	NOME	GRAU	DECRETO	PORTARIA
Prefeito	Antônio Gilberto Filippo Fernandes	Oficial	12/09/1990	
Prefeito de Guaratinguetá (SP)	Antonio Gilberto Filippo Fernandes Júnior	Oficial	20/09/2006	
Empresário	Antonio Gilberto Gallati	Cavaleiro		2.818/MD 22/10/12
Comandante	Antônio Glostri	Cavaleiro	01/10/1975	
Doutor	Antônio Gomes da Costa	Oficial	20/09/1983	
Ten Brig Ar	Antonio Gomes Leite Filho	Grã-Cruz	29/09/2009	
SO QSS SEL	Antonio Gomes Neto	Cavaleiro	04/10/2007	
2º Ten Ref	Antonio Gomes Pereira Guerra Filho	Comendador	21/10/2011	
SO QSS SAD	Antônio Gracindo de Oliveira	Cavaleiro	16/09/1998	
Brig Ar	Antônio Guedes Muniz	Grande-Oficial	01/11/1950	
Comandante	Antonio Guerreiro Guimarães	Cavaleiro	07/10/1994	
Ten Cel Capl	Antônio Guilherme Grings	Cavaleiro	20/09/1983	
Maj Brig Ar R/1	Antônio Guilherme Telles Ribeiro	Grande-Oficial	20/09/2006	
C Alte	Antônio Guimarães Dutra	Comendador	01/09/1987	
Presidente da INFRAERO	Antonio Gustavo Matos do Vale	Comendador		2.753/MD 22/10/14
Gen Ex	Antonio Hamilton Martins Mourão	Grande-Oficial	22/10/14	
Gen Div	Antônio Hamilton Mourão	Comendador	29/09/1971	
Cel Av	Antônio Henrique Alves dos Santos	Comendador	18/10/1968	
Deputado Federal	Antônio Henrique Bittencourt Cunha Bueno	Grande-Oficial	25/09/1981	
Cel Av	Antônio Henrique Browne Pereira do Rego	Cavaleiro	01/09/1987	
Doutor	Antonio Henrique Bulcão Viana	Comendador	18/09/1991	
Doutor	Antônio Henrique Pizarro Collares	Cavaleiro	14/10/1992	
SO QSS SGS	Antonio Herculano Lira da Rocha	Cavaleiro	16/09/1998	
Ministro do Superior Tribunal de Justiça	Antonio Herman de Vasconcellos e Benjamin	Grande-Oficial	20/10/2015	
SO QSS BMA	Antônio Higinio Domingues Batalha	Cavaleiro	21/10/2011	
Cel Av	Antônio Hugo da Graça	Oficial	13/10/1969	
Maj Brig Ar	Antônio Hugo Pereira Chaves	Grande-Oficial	01/10/2003	
Maj Brig Med	Antônio Ismar Braga	Grande-Oficial	15/09/1981	
General-de-Divisão (Int)	Antonio João Mulatinho Moisés	Comendador	26/09/2005	
Maj Brig Ar	Antônio Joaquim da Silva Gomes	Grande-Oficial	11/10/1962	
Maj Brig Ar Ref	Antônio Joaquim da Silva Gomes Júnior	Grande-Oficial	23/09/1993	
Senhor	Antônio Joaquim de Moura Andrade	Comendador	16/10/1957	
Gen Ex	Antônio Joaquim Soares Moreira	Grande-Oficial	12/09/1990	
Senhor	Antonio Jorge Assunção	Cavaleiro		2.955/MD 22/10/13
Gen Ex	Antônio Jorge Corrêa	Grande-Oficial	13/10/1969	
SO QSS SEM	Antônio Jorge de Freitas	Cavaleiro	18/09/1991	
Cel Eng	Antônio Jorge Nogueira Corrêa da Silva	Oficial	01/10/2003	
Professor	Antônio Jorge Ramalho da Rocha	Oficial	19/10/2010	

Fonte: https://www.fab.mil.br/files/agraciados_omerit_aero.pdf

A navegação aérea foi considerada pelos integrantes da ditadura do Estado Novo como elemento para legitimar e garantir a longevidade do regime político instaurado à força em 1937. O avião desempenhou papel importante nas estratégias do governo para enaltecer a figura de Getúlio Vargas, apresentando-o como grande entusiasta do setor aéreo em diversas produções culturais, como discursos, entrevistas, jornais, revistas, livros, cartões-postais, comemorações e homenagens (Souza, 1938, p. 389). Getúlio Vargas aproveitava a aviação como ponto de contato com o povo brasileiro nas diversas regiões do Brasil, onde houvesse a necessidade de promover a unidade brasileira.

No que tange à fotografia 5, retrata o Hangar Moura Andrade no Campo de Marte na capital paulista. No entanto, lembramos que as fazendas de Moura Andrade tinham hangar e bons campos de aviação, procurava tratar com zelo as suas aeronaves. Normalmente, hangar e campo de aviação eram implantados muito próximo à sede da fazenda. A isso, apontamos que o empresário procurava ter facilidade de acesso e comunicação. Ressaltamos que, nos anos de 1930 a 1950, as propriedades do empresário localizavam-se em áreas remotas, o avião era meio de transporte essencial para manter contato com centros urbanos e outras fazendas, além de facilitar a chegada de autoridades, investidores e técnicos.

Do ponto de vista simbólico, a presença de um campo de aviação nas fazendas também servia como significância de modernidade, e isso acaba reforçando a posição de influência de Moura Andrade no cenário econômico e político. De forma peculiar, anotamos as estreitas relações com membros do governo federal, além da recepção constante a políticos e empresários em suas propriedades. Ter um campo de aviação facilitava essas visitas e reforçava sua posição enquanto articulador da expansão agrícola e da colonização no Centro-Oeste brasileiro.

Fotografia 5 - Hangar Moura Andrade – Campo de Marte – São Paulo



Fonte: Arquivo Família Moura Andradina.

Naquele período, Chateaubriand, com sua influência midiática, procurava destacar ao Governo de Vargas e ao povo o quanto a aviação poderia colaborar com a economia e desenvolvimento do país. Moura Andrade aproveitava a aviação civil, negócio lucrativo e

socializador, pois permitia ter relações com fazendeiros de outros estados, para comercializar o gado e produtos agropecuários. Essa aliança estratégica consideramos que colaborou para o crescimento do setor aéreo e a valorização dos produtos brasileiros.

Neste sentido, é importante estudar o elo entre Moura Andrade e a história do Brasil, considerando que sua representatividade e significação elencaram a concepção de colonizador, mas, sobretudo, de fomentador de frentes pioneiras que coadunam com a formação de Andradina e Águas de São Pedro, no interior de São Paulo, também “Nova” Andradina, no estado de Mato Grosso, a partir da aquisição da fazenda Primavera, atual município de Batayporã.

2.3 Empresas colonizadoras e as frentes pioneiras

A interiorização do povoamento no território brasileiro foi preocupação do Governo Federal especialmente após os anos de 1930. No primeiro capítulo, discorreremos sobre essa idealização pelo governo de Getúlio Vargas. O discurso e as ações políticas em relação à necessidade de proteger as fronteiras brasileiras causou a necessidade de entendermos como a interiorização é um processo de diversidade sobre o significado de fronteiras e o quão necessário deve ser a compreensão sobre as frentes pioneiras que ocasionaram não apenas a chegada de fazendeiros no interior de São Paulo, mas, como no caso em tela, explicaremos Moura Andrade em Mato Grosso no final dos anos de 1930.

As frentes pioneiras assentadas nos princípios do capitalismo foram fomento para que grandes latifundiários e capitalistas procurassem novas formas de investimentos, como a aquisição de terras nos sertões brasileiros, sejam para reserva de valor ou para projetos imobiliários, como no caso de Moura Andrade. Nesse sentido, utilizamos Martins (1975) para explicar a relação das frentes pioneiras com o interesse de aquisição territorial no interior do país e as novas urbanizações distantes dos grandes centros brasileiros. Essa particularidade promoveu, na concepção do autor citado, fatores para o desenvolvimento capitalista no uso da terra, não por acaso, as cidades nascendo com certos planejamentos, delineando lotes para a construção de casas no núcleo urbano, lotes ao modo de chácaras nos arredores, contendo de um a cinco hectares, sequenciados por sítios de cinco a 50 hectares, seguidos por propriedades maiores, as fazendas.

No entendimento de Martins (1981), as frentes pioneiras são parte da expansão do capitalismo em áreas que ainda não estavam totalmente ligadas ao mercado. Esse avanço acontece com a tomada de terras e sua transformação em propriedade privada, mudando o jeito

tradicional como as pessoas usavam e possuíam a terra. Com isso, a terra deixou de ser apenas meio de sustento para os camponeses e passou a ser vista como mercadoria, sujeita à compra, venda e exploração pelo capital.

Antes, os donos das terras recebiam renda diretamente pelo seu uso, mas com o avanço do capitalismo, essa renda passa a depender das regras do mercado. Isso faz com que o dinheiro gerado seja distribuído de forma desigual, favorecendo os grandes proprietários e investidores. Esse processo reforça o controle dos donos da terra sobre os trabalhadores e sobre a riqueza gerada no campo. De acordo com Martins (1981, p. 152):

Quando dizemos as que grandes transformações que ocorrem no mundo rural são devidas a expansão à capitalismo, não estamos mentindo ou falseando a verdade. Entretanto, estaremos simplificando demais a questão se nos limitarmos a ver meras relações de causa e efeito entre o capital e os problemas que vão surgindo. Desde logo, convém dizer que o capitalismo está em expansão tanto no campo quanto na cidade, pois essa é a sua lei: a lei da reprodução crescente, ampliada. A tendência do capital é de tomar conta progressivamente de todos os ramos e setores da produção, no campo e na cidade, na agricultura e na indústria.

São características que consideramos *modus operandi* no capitalismo, adquirindo latifúndios a baixo custo, poucos investimentos, alcançando considerável reprodução do capital com as revendas em parcelas menores. As cidades eram estruturadas com instituição religiosa, geralmente católica, com escola, venda de secos e molhados, a farmácia, a máquina de beneficiamento de arroz, botecos e, no caso das três cidades de Moura Andrade, hospital, lógica comercial para atrair colonos. Entendemos em Martins (1975), que assim “os preços das terras elevam-se vertiginosamente, as matas são derrubadas, casas e ruas são construídas, povoados e cidades saltam da terra quase da noite para o dia, um espírito de arrojo e de otimismo invade toda a população” (Martins, 1975, p.43 *apud* Waibel, 1940, p. 42-50).

Para Martins (1975), a frente pioneira representa um fenômeno social que resulta na incorporação de novas regiões pela economia de mercado. O autor a descreve como uma fronteira econômica, entretanto, entender essa dinâmica implica reconhecer que, no contexto brasileiro, a fronteira econômica nem sempre coincide com a fronteira demográfica, geralmente, a primeira está aquém da segunda. Nesta condição, a frente pioneira expõe seu antagonismo à frente de expansão quando surge um valor, ou seja, “a propriedade privada da terra, lucra com a renda capitalizada”, condições que apontam para os processos de ocupação do interior do Brasil.

Essa segmentação aponta que a propriedade da terra, do ponto de vista jurídico, corresponde à sua documentação e escrituração, transformando-a em uma mercadoria legalmente reconhecida, passível de compra, venda e transmissão. No contexto da expansão

territorial, a empresa Moura Andrade S/A negociava terras e exercia um significativo poder simbólico, no sentido de Bourdieu (2012), ao construir uma imagem de legitimidade e confiança que estruturava as percepções sobre a posse da terra. Esse capital simbólico conferia à empresa autoridade sobre o espaço fundiário, atraindo compradores que viam na aquisição de suas terras não apenas oportunidade econômica, mas também reconhecimento social e jurídico de sua propriedade.

Observarmos as frentes pioneiras implica em compreender a interação das empresas colonizadoras com seus interesses imobiliários, ferrovias, comércios, bancos e transporte de mercadorias são elementos que evidenciam uma relação intrínseca com o capitalismo. Por outro lado, nas frentes de expansão, percebemos um espaço em que a aquisição de terra se dá principalmente por meio da posse e, por vezes, pela força. Grosso modo, as frentes de expansão serviram para “limpar” a terra, atacando os indígenas e pequenos posseiros (camponeses), expulsando-os, matando-os ou os transformando em camaradas, ou seja, trabalhadores nas fazendas. Escreve Martins (2022, p. 137):

Quando os antropólogos falavam originalmente da frente de expansão, estavam falando de uma forma de expansão do capital que não pode ser qualificada como caracteristicamente capitalista. Essa expansão é essencialmente expansão de uma rede de trocas e de comércio, de que quase sempre o dinheiro está ausente, sendo uma mera referência nominal arbitrada por quem tem o poder pessoal e o controle dos recursos materiais na sua relação com o que explora índios ou camponeses. O mercado opera, através dos comerciantes dos povoados, com critérios monopolistas, mediados quase sempre por violentas relações de dominação pessoal, tanto na comercialização dos produtos quanto nas relações de trabalho (sendo aí característica da peonagem ou escravidão por dívida).

Desta forma, Martins (2022) fecha o parágrafo ressaltando que essa condição das frentes de expansão distancia-se daquilo que Marx e Weber definiriam como capitalismo. Em contrapartida, Nardoque (2014) expõe que, nas frentes pioneiras, a produção de capital está intimamente ligada à terra. Uma das características distintivas é que a terra não é apenas ocupada, mas também comprada. Além disso, as transações de mercadorias refletem as relações sociais, sendo adquiridas predominantemente por meio do comércio. Conforme discutido por Martins (1975), o mercado emerge como regulador da distribuição de riqueza e pobreza, refletindo as dinâmicas objetivas da sociedade capitalista, e os relacionamentos são construídos em torno dessa mesma lógica do capital.

Diante da temática, encontramos em Nardoque (2014) indicações para debatermos as frentes pioneiras, haja vista é necessário entender como o momento após a década de 1930 foi fator essencial de ocupação de parte do Estado do Paraná e da região Sul do Estado de Mato

Grosso. Nesse sentido, as empresas colonizadoras, pertencentes a ricos criadores de gado, produtores de café, ou industriais, são, grosso modo, parte dessa frente pioneira que se distinguiu, de acordo com Waibel (1955), em duas concepções.

A primeira leitura de Waibel (1955) sobre a frente pioneira está elencada ao pré-pioneiro, ocasião que Martins (2022) chama de frente de expansão em que se apresentam os posseiros, e estes utilizavam-se da posse de terras para demarcar onde a vista alcançasse, sendo que em determinados momentos, os grandes latifundiários resolviam adquirir as terras e o processo de comercialização de terra estava ligado também à construção de estradas, e esse momento será melhor explicado no item seguinte, quando retrataremos a relação de Moura Andrade com a aquisição de terras das fazendas Primavera e Baile em Mato Grosso.

Posteriormente, Waibel (1955) nos remete ao pós-pioneiro, em que a formação das cidades se torna empreendimentos econômicos, realiza-se a produção agrícola, mas, também acentuando o mercado imobiliário. Ao tratarmos dos processos de colonização é imprescindível salientar que o proprietário da empresa colonizadora não traz consigo a idealização de bem/mau. O que acontecesse nessa conjuntura é uma relação capitalista, ricos fazendeiros com a pretensa ideia de aproveitar nas terras algumas formas de produção e de reprodução do capital.

Em Monbeig (1984), compreendemos que a intenção dessas empresas colonizadoras era a “compra, venda, locação e hipoteca de imóveis, fundação e exploração de núcleos coloniais, introdução de imigrantes, construção de estradas, e outros meios de comunicação, exploração de terras e todas as atividades inerentes à colonização” (Monbeig, 1984, p.238). Não por acaso, Tropaldi (2016, p. 45) coloca em tela esse entendimento sobre a Colonizadora e Imobiliária Douradense Ltda (CIDAL) e o Sul de Mato Grosso:

O Sul do estado de Mato Grosso foi um dos espaços mais procurados por empresas de colonização particular, essas empresas compravam terras consideradas devolutas, e as revertiam em lotes e às vendiam para pequenos lavradores. Este formato de colonização estava voltado para a obtenção de lucros. Portanto, essas empresas particulares estabeleceram uma colonização econômica, buscando angariar alta lucratividade a partir da venda de lotes.

Contudo, é necessário entendermos os acontecimentos históricos que envolveram esse processo. Desse período de nossa pesquisa, retornamos à entrevista com Edilson Paes Nantes, morador do Bairro Laranjal e seu primo Antônio Nantes, ambos salientaram algumas particularidades que envolveram as empresas colonizadoras.

Retratam que existem na região de Nova Andradina peculiaridades distintas. Nova Andradina tem limites com o município de Angélica que, grosso modo, são contemporâneas na colonização, e que, é sabível, pertencendo a conjuntura das frentes pioneiras após os anos de

1930, Angélica passou por condições violentas durante sua colonização com grilagens e expropriação de terras, expulsão e morte de camponeses. No entanto, de acordo com os dois entrevistados, em Nova Andradina o processo foi pacífico e amigável, pois, conjunturalmente, o revólver 44 jamais saía da cintura das pessoas, fazia parte dos apetrechos do cotidiano de trabalho e vida.

Existe aqui uma contradição nas falas dos primos de sobrenome Nantes, pois é muito difícil falarmos de ocupação territorial sem que haja a força física, sobretudo, quando falam que uma arma sempre estava em seus cintos. Todavia, o apontamento dos familiares Nantes avalia que a grilagem de terras atingiu de forma muito forte onde se situa o atual município de Angélica. A fala de ambos nos remete a entender que a empresa colonizadora da cidade vizinha tinha por premeditação utilizar a força de seus capangas para causar a expulsão das famílias que haviam aportado à margem direita do rio Ivinhema.

Ao escrever sobre a CIDADAL, Tropaldi (2016) afirma que a área era habitada por posseiros e ocupantes residindo e cultivando a terra. A autora lembra sobre a presença desses moradores anteriores, aliada à falta de regularização fundiária e à ausência de títulos de propriedade claros, contribuiu para a complexidade dos conflitos. A CIDADAL, ao adquirir grandes extensões de terra para fins de colonização, encontrou resistência desses habitantes, que reivindicavam seus direitos sobre as terras que ocupavam há anos.

Entrevistamos uma senhora que preferiu não se identificar, e esta colocou em pauta que a falta de documentação legal e a existência de títulos de propriedade duvidosos intensificaram os conflitos. A ausência de política agrária eficaz e a não regularização fundiária na época facilitaram a sobreposição de direitos e a disputa entre a empresa colonizadora e os moradores locais. Essa entrevistada contou-nos vários acontecimentos em que os homens da empresa colonizadora de Angélica expulsavam pessoas que estavam na localidade há mais tempo, normalmente usando da força e violência das armas.

Em suma, os conflitos na colonização de Angélica decorreram da tentativa da CIDADAL implementar seu projeto colonizador em uma região ocupada por posseiros e ocupantes, resultando não apenas em disputas e tensões sociais, mas, sobretudo, expulsão e morte dos mais fragilizados. Tropaldi (2016) permite-nos percebermos que a empresa colonizadora de Angélica atuou com desorganização e que essa situação nos permite concordar, de certa maneira, com os primos Nantes. De acordo com Tropaldi (2016, p. 33):

Diante de tal conjuntura podemos perceber que a Colonizadora Imobiliária Douradense teve impasses com alguns compradores de terra e também com Miguel Nasser, para o qual o estado cedeu uma porção de terra no mesmo período em que a Colonizadora Imobiliária Douradense se estabeleceu na

região. Um aspecto interessante é que ainda hoje em Angélica existem muitos terrenos na área urbana sem escritura contendo somente a minuta de compra e venda.

Conforme explicado por Tropaldi (2016), o *Jornal O Progresso*, em 23 de abril de 1963, publicou o "Edital de Citação" sobre o processo movido por Miguel Nasser contra a Colonizadora Imobiliária Douradense. Em 1953, o Estado de Mato Grosso havia expedido um título definitivo para a gleba de terra denominada Serrorito, concedendo a posse a Miguel Nasser. No entanto, em 1960, a Colonizadora Imobiliária Douradense, alegando ser a legítima proprietária da área, solicitou a verificação dos limites da gleba. Diante desse cenário, o juiz Ítalo Giordano, responsável pelo caso, decidiu que a CIDAL não tinha legitimidade para requerer a verificação dos limites da gleba, uma vez que a terra estava formalmente atribuída a Miguel Nasser (Tropaldi, 2016, p. 33).

A particularidade mencionada aponta para as relações de como as frentes pioneiras incorporaram acontecimentos, conflitos, pois, mesmo que tenha sido enfatizado diversas vezes por vários entrevistados que Moura Andrade era bom negociador, pagador das terras adquiridas, contudo, percebemos que o mesmo homem que primava pela organização de suas terras no período de colonização, também trazia homens que fariam o trabalho pesado de segurança, os capangas, e os empreiteiros, administrando abertura das terras pertencentes à empresa.

As ressalvas de que a cidade de Angélica passou por processos de grilagens e trocas de tiros para expulsar os posseiros inserem a ideia de que a “lei do 44”³⁴ era fomento de permanência nas terras, não se trata apenas de o colonizador fazer ou deixar de fazer, mas, como o local era visto como sertão inóspito, certamente o direito de permanecer ou sair, normalmente estava condicionado à força de quem já estava nas terras ou de quem tinha força de expulsar. No texto de Tropaldi (2016, p. 66), o entrevistado Manuel Pereira da Silva expõe:

Aquele fazendeiro era grileiro de terra, né na época que tava de 50 pra cá, nos anos 55 por aí, o presidente Getulio Vargas colonizou essa área de Dourados pra cá, e os Tavares e o Ferrerão, esse pessoal aí grilaram esse terras, né, dizem que houve mortes sim, mas o povo diz né, ninguém tem como provar. (Manuel Pereira da Silva, entrevista 04 mar. 2015).

Um apontamento de Edilson Nantes nos ajuda a entender a colonização de Nova Andradina. É que do lado da margem esquerda do rio Ivinhema, onde seus familiares aportaram no início do século XX, pertencia aos Barbosa Martins, concessão ainda do início do século XX. A Empresa Moura Andrade S/A, ao adquirir terras, teve de realizar negociações com os Barbosa Martins, considerando que essa família pertencia à oligarquia agrária de Mato Grosso

³⁴ Lei do 44 fazia referência a determinado tipo de arma usada como meio de proteção pessoal e peculiarmente para acerto de contas.

e tinha forte influência política, ao contrário de boa parte do acontecido no lado direito da margem, onde as terras após os anos de 1930 tornaram-se devolutas, com o cancelamento da concessão por parte do governo federal à Mate Larangeira.

Nesse interim, salientamos que a frente pioneira e o processo de ocupação do território de Nova Andradina tenham possivelmente passado por situações menos conflituosas pela posse das terras. Isso não quer dizer que tenha havido perfeita homogeneização do direito à terra e que os hectares adquiridos e escriturados pela Empresa Moura Andrade S/A foram coerentemente comprados. Alimentamo-nos de indagações ao ouvirmos a narração de algumas pessoas que trabalharam para essa mesma empresa, considerando que parte das demarcações era realizada com os olhos do latifundiário, seus engenheiros e o piloto dentro de um avião.

Monbeig (1984) destaca a importância da organização espacial como fator crucial para a lucratividade no comércio de terras. As empresas de colonização, com seus recursos e capacidades de planejamento, conseguiam transformar a venda de terras em uma atividade economicamente vantajosa. Esse processo era facilitado pela diferença de preços entre as novas frentes pioneiras e áreas mais desenvolvidas, como as de São Paulo, permitindo que empresários, em casos semelhantes aos da Empresa Moura Andrade, maximizassem seus ganhos capitalistas ao comprarem terras baratas e vendê-las a preços mais altos após a valorização promovida pela colonização e organização do espaço (Monbeig, 1984, p. 241).

Nesse sentido, as empresas colonizadoras logo instalaram em suas fazendas grandes serrarias, a madeira extraída no desmatamento servia para negociações nos grandes centros, e também para a construção das colônias e barracões de serviços. De acordo com Martins (1975, p. 49):

Com o remanescente é preciso remunerar a renda capitalizada (a terra), o capital (se houver) e o trabalho. Dado que a frente pioneira se constitui como empreendimento capitalista (não só dos ‘planejadores’ da frente, mas também dos pequenos comerciantes e capitalistas do interior que investem na terra) também uma parte dos proprietários, em geral absentista, procura assegurar a rentabilidade do dinheiro empatado na terra.

Na lógica capitalista, a exploração da terra e das matérias-primas está intrinsecamente ligada à lógica econômica de maximização de lucros e acúmulo de capital. Nesse sistema, os recursos naturais são frequentemente tratados como bens a serem extraídos, transformados e comercializados visando lucro. A posse e controle desses recursos muitas vezes recaem sobre empresas ou indivíduos que buscam explorá-los de maneira intensiva. Desta forma, é característico às frentes pioneiras oportunizar o uso das diversas maneiras de produzir e reproduzir capital daquilo que a terra oferece, seguidamente das viabilidades que “o

colonialismo interno opera pela fixação dos preços assegurando a rentabilidade das empresas nessa ordem: atacadista, transportador, intermediário” (Martins, 1975, p. 47-49).

Um ponto fundamental nas relações das frentes pioneiras é que a frente será sempre caracterizada pela produção e reprodução do capital, são áreas que passam por processos de ocupação e exploração inicial, muitas vezes associados à agricultura extensiva, pecuária e exploração de recursos naturais. As frentes pioneiras, geralmente, representam regiões de fronteira ou áreas remotas que estão sendo incorporadas ao sistema econômico dominante, não por acaso, a colonização das terras nas frentes pioneiras tem a mão pesada do grande capitalista e, normalmente, conta com a anuência do Estado. Para Martins (1975, p.49-50):

Na verdade, o que caracteriza a penetração do capitalismo no campo não é a instauração da compra e venda de força de trabalho por dinheiro. O que a caracteriza é a instauração da propriedade privada da terra, isto é a mediação da renda capitalizada entre o produtor e a sociedade.

Desta forma, entendemos que a relação do capitalismo e a frente pioneira representa áreas de expansão da fronteira econômica e agrícola onde os recursos naturais são explorados para atender às demandas do mercado. Assim, por meio de Martins (1975), compreendemos que a frente pioneira se distingue das fronteiras demográficas, chamadas de frente de expansão, ao avançar as fronteiras econômicas com agentes da modernização e os agentes capitalistas aparecem com mentalidade inovadora, urbana e empreendedora (Martins, 1975, p. 138).

De acordo com as perspectivas de Martins (1975) e Nardoque (2014), nas frentes pioneiras, frequentemente, empresas e indivíduos se apropriam da terra, visando produzir e reproduzir capital com sua exploração. Analisando Mondardo (2012), as atividades da agricultura foram mais destacadas em São Paulo e Paraná. No que tange a Mato Grosso, as frentes pioneiras tiveram relações diversificadas com a agricultura e pecuária.

Nesse sentido, por meio de Martins (1975) e Nardoque (2014), assimilamos que as frentes pioneiras são movidas pelas articulações e conflitos de classes, com a presença do capitalismo, sobretudo, pela instauração da propriedade privada da terra, procurando maximizar os ganhos econômicos. Assim, nas frentes pioneiras, investem na terra os grandes capitalistas planejadores das frentes, todavia, não deixa de ter a presença dos pequenos proprietários, que, quando não acontece o planejado de obter rentabilidade do dinheiro empatado na terra, acabam por serem envolvidos em uma autoexpropriação.

Martins (1975) aponta que as relações sociais não são apenas tensas, mas têm se manifestado de forma conflituosa, e essa condição, entendemos que é parte do fator que direcionou centenas de famílias de cafeicultores produtores de café no estado de São Paulo com pequenas propriedades para o estado de Mato Grosso, especialmente nos anos de 1950, e

compuseram parte da sociedade formadora, atual município de Nova Andradina. Em palavras mais claras, diversas famílias que tinham pequenas propriedades no território paulista foram sobrepostas economicamente por grandes empreendimentos econômicos, que é resultado da necessidade de reprodução da sociedade capitalista e promoveu a incorporação de novas regiões pela economia de mercado (Martins, 1975, p. 45).

2.4 Empresa Moura Andrade S/A em terras de Mato Grosso

A presença dos migrantes foi essencial para a formação de diversas cidades no Brasil. Durante os variados processos de colonização em Mato Grosso, entre os anos de 1930 e 1970, ocorreram diversas levas de ocupação, trazendo pessoas do Nordeste, Sudeste, Sul e, também, imigrantes de alguns países da Europa, Japão e do Oriente Médio. Desta forma, a ideia de ocupar os “vazios”, como tratamos no primeiro capítulo, enquadrou-se na idealização de novas incorporações territoriais, tanto para uso na agricultura como para a pecuária.

No caso da empresa pertencente a Moura Andrade, atravessar as divisas dos estados de São Paulo e Mato Grosso aconteceu para a aquisição da fazenda Primavera no final dos anos de 1930, quando o latifundiário se interessou por milhares de hectares que estavam às margens do rio Paraná. No ano de 1937, Moura Andrade adquiriu em Mato Grosso uma gleba de terras, onde passou a formar a fazenda Primavera. Essa aquisição se deve ao fato de as frentes pioneiras estarem sendo incentivadas por governos, objetivando a interiorização da ocupação do território brasileiro. Apontamos que, tendo adquirido terras nas proximidades das margens do rio Paraná do lado paulista, havia também incentivos para atravessar esse rio na procura de terras mais baratas e com diversas viabilidades de exploração.

Segundo Santos (2015), a aquisição e apropriação de terras em Mato Grosso pela Empresa Moura Andrade teve início no final da década de 1930 e o povoamento da atual área do município de Nova Andradina foi iniciado pelas frentes de expansão no final do século XIX e início do XX, com a presença das famílias Barbosa, Martins, Lemes, Garcia, Nantes, Matos, Capilé, Castro, Flores.

Nas entrevistas que realizamos com antepassados das famílias nova-andradinenses, percebemos que a região era local de passagem de viajantes que desciam desde o rio Tietê, Paraná ou Paranapanema e subiam o rio Ivinhema durante o século XIX à procura de metais e, se tratando de possível equívoco da memória herdada pelos entrevistados, posteriormente, no início do século XX, procurando terras para ocuparem, estabelecendo moradia. Nesse sentido,

as afirmações de nossos entrevistados são semelhantes às afirmações de Sérgio Buarque de Holanda (1976, p.85):

O Ivinhema, embora corra em direção contrária, é, do outro lado do Paraná, quase um prolongamento da estrada fluvial representada pelo Paranapanema. Uma vez verificada sua navegabilidade, que explorações mais recentes comprovaram, tudo indicava que seria essa a passagem natural para o campo da Vacaria e as fundações do Itatim.

Segundo se lê, em velho roteiro bandeirante, depois de subir por algum tempo o Ivinhema, costumavam os sertanistas tomar um dos seus formadores, provavelmente o Vacaria e, ao cabo de dezoito dias de navegação, iam ter a um sítio, onde deixavam as canoas e faziam suas roças de plantação.

Os estudos realizados por Holanda (1976) nos permitem compreender que o decorrer do século XIX e início do XX propiciou a formação de povoados, mormente de famílias formando residências e, como citamos anteriormente, alguns sobrenomes passaram a demarcar territorialidades nas terras de Mato Grosso, abaixo do Vacaria, entre o Ivinhema e o São Bento. Retomando Santos (2015), lembramos ainda a entrevista realizada com Fernando Andrade Prado, um dos netos de Moura Andrade, quando este relatou que as compras de terras feitas pela Empresa Moura Andrade S/A iniciaram-se na região onde se localiza o município de Bataiporã, no final dos anos de 1930 e decorrer dos anos de 1940, sendo denominada fazenda Primavera.

Na entrevista realizada com Fernando Andrade no ano de 2010³⁵, o mesmo teceu considerações sobre possíveis moradores que já estariam na região, mato-grossenses antigos, principalmente descendentes de gaúchos, por ocasião da Revolução Federalista³⁶. Este é um assunto interessante, retrata-se ainda que os Barbosa Martins teriam recebido concessão de terra no início do século XX.

Fernando Andrade procurou demonstrar sua peculiar concepção de que os Barbosa tinham a concessão das terras e que negociaram boa parte delas com os fazendeiros dos bairros Laranjal, São Bento e Papagaio. Nessa relação, praticamente um século após as primeiras investidas nas terras de Mato Grosso, os Barbosa negociaram glebas de terras com a Empresa Moura Andrade S/A e, nesse período, com a anuência do governo de Getúlio Vargas (Santos,

³⁵ Tivemos a oportunidade de entrevistar Antônio Fernando Andrade Prado no ano de 2010, o qual pode narrar suas falas em nossa monografia deste mesmo ano e durante a dissertação de mestrado (2015). Fernando Andrade faleceu no dia 14 de fevereiro de 2021, após complicações renais. É sabível ainda que Fernando era um dos fomentadores para estudarem a história do avô e organizava para que pudesse constar no museu municipal de Nova Andradina-MS, parte do acervo da Empresa Moura Andrade S/A.

³⁶ A Revolução Federalista (1893-1895) foi uma guerra civil gaúcha disputada entre os federalistas (maragatos) e os republicanos (pica-paus). Ela ocorreu durante o governo de Floriano Peixoto e representa uma das mais violentas e sangrentas revoltas travadas no sul do Brasil. A revolução durou dois anos e meio, de fevereiro de 1893 a agosto de 1895.

2015, p. 140). Nesse sentido, destacamos a fala de Fernando Andrade Prado (Entrevista realizada em 16 de fevereiro de 2010):

Especificamente Nova Andradina ela começou a ser aberta a partir da fazenda Primavera. O seu Antônio Joaquim de Moura Andrade adquiriu aquelas áreas, algumas eram glebas que não tinham sido abertas ainda, mas existia a gleba Caaporã, que já era uma fazenda aonde residia, um... Um homem chamado é... Quincas Nogueira [...]Esse seu Quincas Nogueira, ele ocupava essa gleba chamada Caaporã, um local chamado Caaporã, aonde já existia uma estrutura, ali ele criava porcos, ali principalmente e algum gado, e fica localizado hoje entre a sede da Fazenda Primavera que foi posteriormente construída e o rio Bahia, ele fica ali numa área onde tem uma terra um pouco mais fraca, um pouco mais arenosa e foi aonde Antônio Joaquim de Moura Andrade fez o primeiro campo de aviação.

De acordo com Santos (2015), Fernando Andrade Prado ainda relatou a expansão das propriedades de Moura Andrade por meio de sociedades, pagou parte do preço pedido por algumas glebas e tornou-se sócio de Etalívio Pereira Martins, Túlio Garcia de Souza, morador de Três Lagoas, e Jaime Ferreira Barbosa (figuras 10 e 11). Assim, Moura Andrade prontificou-se a construir o porto fluvial, às margens do rio Paraná, distante da sede da fazenda Primavera, cerca de 20 km, situação que se tornou primordial para o transporte de gado do Estado de Mato Grosso para os vizinhos, Paraná e São Paulo (Santos, 2015, p.141).

As figuras 10 e 11 demonstram o termo de compra e venda de lotes de terras devolutas, pastias e lavradias situados no atual município de Batayporã-MS, e eram localidades conhecidas como Caiuá e Água Boa, próximas ao rio Samambaia e o Porto Primavera, de onde passou, com o tempo, a sair o gado da fazenda Primavera com destino ao interior do estado de São Paulo.

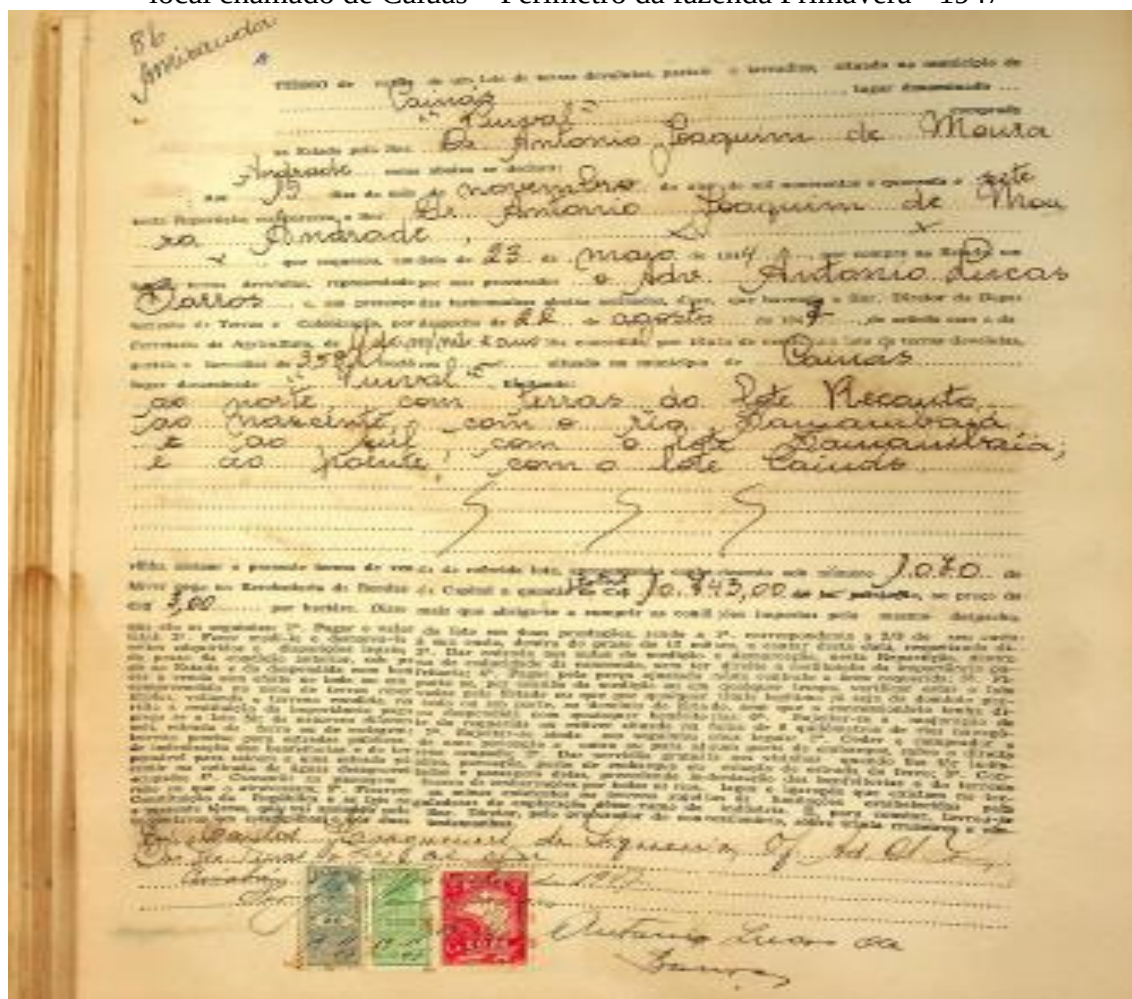
Compreendemos ainda que o estado facilitava a ocupação de novas regiões, oferecendo incentivos fiscais e ignorando possíveis disputas sobre a posse da terra, o que tornava esses investimentos mais atraentes. Como os grandes empresários da indústria, do comércio e dos bancos não demonstravam interesse imediato pela agropecuária, cabia ao governo criar condições para garantir sua viabilidade econômica. Além de uma decisão voltada ao desenvolvimento, essa política também tinha um forte componente político, pois ajudava a manter a influência das oligarquias fundiárias que dominavam os estados do Centro-Oeste. De acordo com Silva e Silva (2022, p. 33):

Entender essa dinâmica no âmbito político permite ainda identificar os meios empregados pelas oligarquias para estabelecer alianças, encontrar o elo de coesão entre grupos em todas as possibilidades relacionais, além de garantir legitimidade e aceitação de sua lógica e razão de ser, agir, bem como protrair ao longo do tempo sua influência junto aos espaços de poder e decisão.

Conforme Silva e Silva (2022), o Estado não é neutro, mas um espaço onde as oligarquias exercem influência para manter seus privilégios. Apesar do discurso de interesse público, sua estrutura favorece elites econômicas, garantindo a apropriação da terra e a perpetuação da renda capitalista. Por meio de incentivos e omissões estratégicas, o Estado facilita a expansão do capital privado, consolidando o domínio de grandes proprietários e empresas. Assim, mesmo com mudanças nos grupos políticos no poder, a máquina estatal segue operando em benefício dos capitalistas, assegurando sua hegemonia.

Grande parte dessas terras não possuía documentação formal e era ocupada sem qualquer processo de regularização. Apenas depois, muitas vezes, os títulos de propriedade eram ajustados em acordos com o governo de Mato Grosso, garantindo a legalização das posses conforme os interesses dos grandes proprietários. Em vez de promover uma reforma agrária, distribuição ampla das terras, o governo assegurava a continuidade do poder das elites regionais, reforçando sua posição e influência sobre a região.

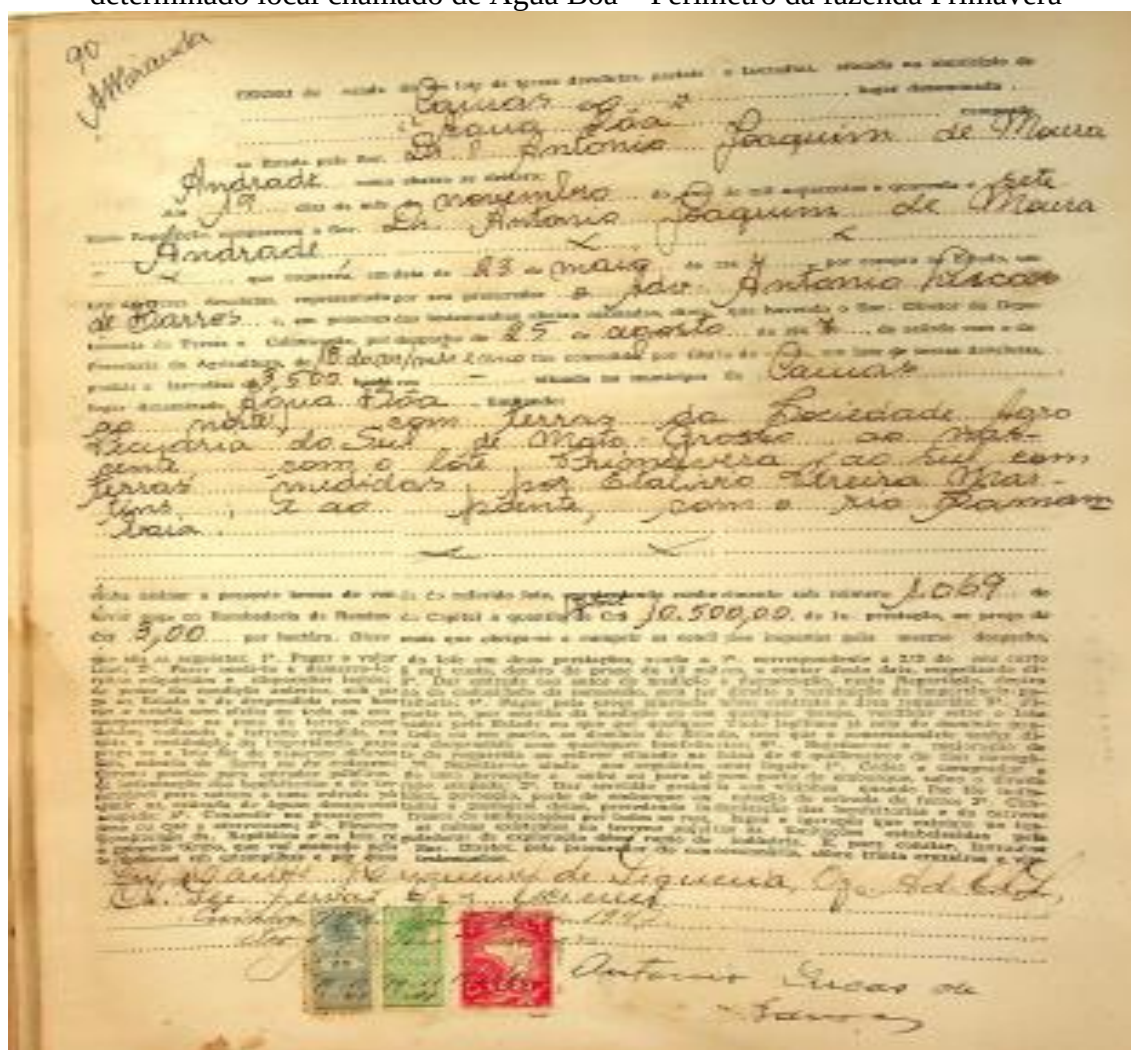
Figura 11- Termo de Venda de um lote de Terras Devolutas, pastias e lavradias situado em local chamado de Caiuás – Perímetro da fazenda Primavera - 1947



Fonte: Museu Municipal de Nova Andradina-MS.

É importante destacarmos que as folhas do termo de venda apontam como terras devolutas, e essa deve ser uma discussão interessante, analisando a viabilidade do que deve ser considerado terras pertencentes ao Estado. O texto de Monbeig (1984) aponta a grilagem e o problema da terra, haja vista numa região pioneira é muito difícil encontrar o primeiro ocupante, saber se este local adquiriu regularmente um título de propriedade da terra, pois ainda, segundo o autor, “a terra se valoriza subitamente quando um domínio cobre milhares de hectares de terras, fazendo fortuna sem esforço”, são os projetos imobiliários de comercialização de terras pelas empresas colonizadoras. Apontamos para a necessidade de indagações sobre o termo de venda, pois retratar as terras adquiridas por Moura Andrade como devolutas, remete-nos a indagar quem faz parte do processo dos movimentos pioneiros. Envolvem comerciantes de terras, políticos, grileiros, tabeliães, que se interessam de alguma forma pelo renda que a terra possa oferecer aos envolvidos.

Figura 12 - Termo de Venda de um lote de Terras Devolutas, pastias e lavradias situado em determinado local chamado de Água Boa – Perímetro da fazenda Primavera



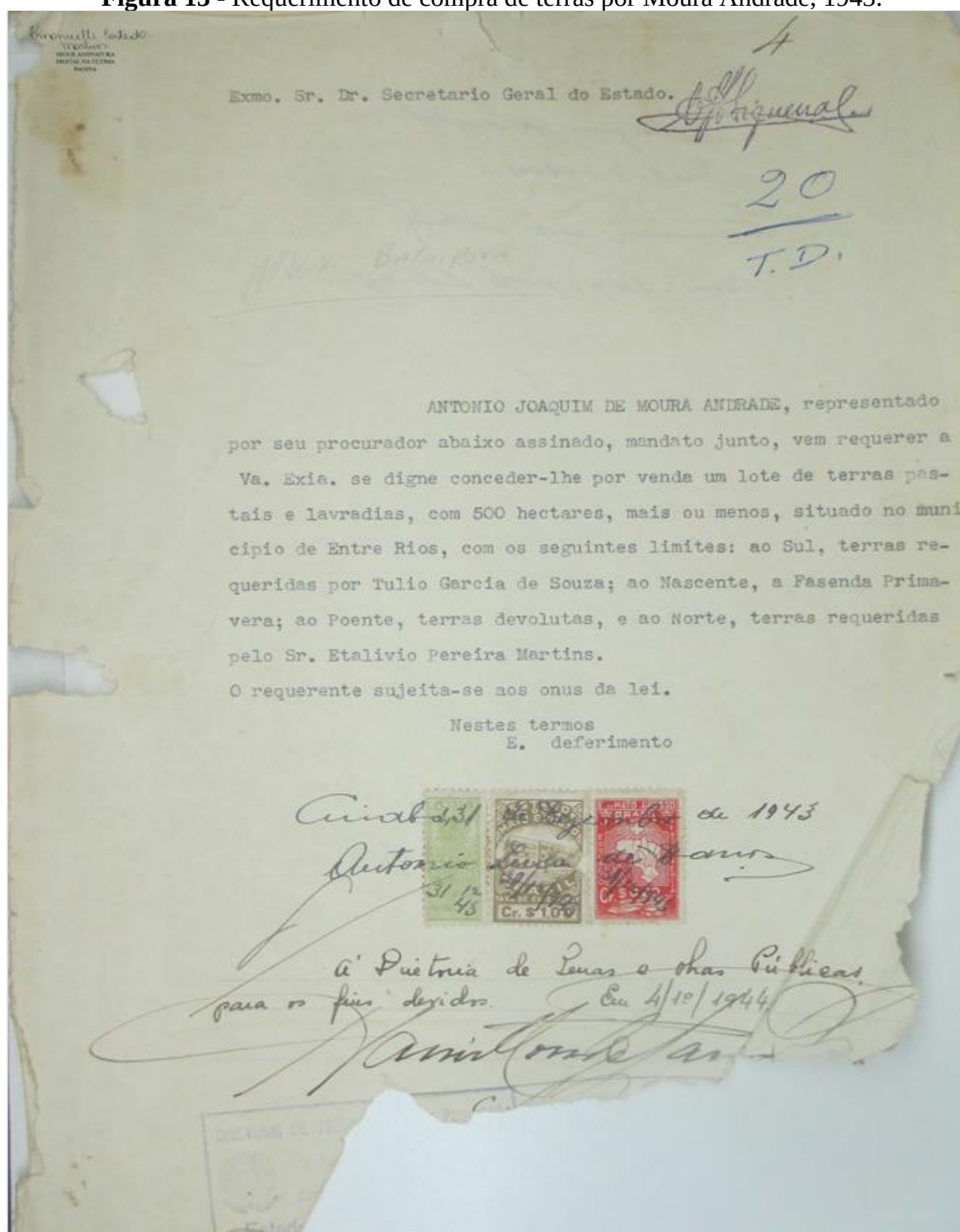
Fonte: Museu Municipal.

As figuras 10 e 11 afirmam a fala de Antônio Fernando Andrade Prado e de outros entrevistados que retrataram a compra das terras pela Empresa Moura Andrade de pessoas que haviam possivelmente tomado posse ou grilado terras, todavia, ressaltamos a sociedade de Moura Andrade com homens que detinham a concessão ou posse de extensas quantidades de terras em Mato Grosso, e são fatores essenciais para que o governo federal e as frentes pioneiras se alinhassem ou indagassem a presença de possíveis contrários ao poder do Estado nacional.

É importante lembrarmos que para Martins (1994), a grilagem de terras, conforme não se configura como prática marginal, mas como mecanismo constitutivo da formação da propriedade privada no Brasil, no qual a ocupação precede a legalidade, sendo posteriormente legitimada pelo próprio Estado, como podemos analisar a seguir.

Na figura 12, temos um documento do dia 31 de junho de 1943 assinalado na Diretoria de Terras e Obras Públicas de Mato Grosso. Esse documento ressalta que Moura Andrade fez requerimento ao secretário geral do estado de Mato Grosso, para que lhe concedesse a venda de lotes de terras pastais e lavradas, com 500 hectares mais ou menos, situado no município de Entre Rios, atual Rio Brilhante-MS, com limites ao sul a terras requeridas por Tulio Garcia de Souza, ao Nascente, a fazenda Primavera, ao poente, terras devolutas, e ao norte, terras requeridas por Etalívio Pereira Martins.

Figura 13 - Requerimento de compra de terras por Moura Andrade, 1943.

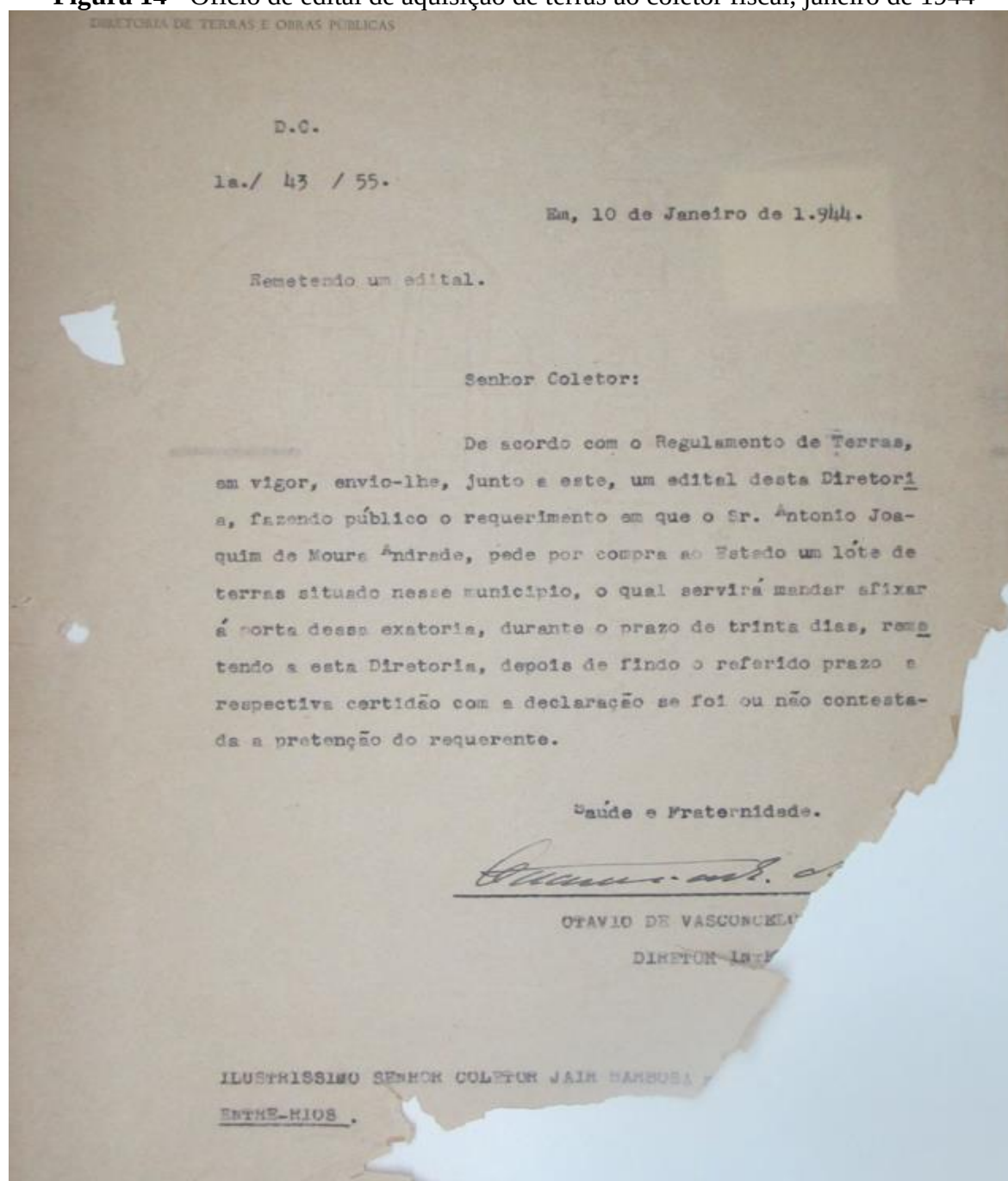


Fonte: Arquivo Público Estadual de Mato Grosso. Diretoria de Terras e Obras Públicas, 1943.

Observamos na figura 12 a solicitação realizada por Moura Andrade referente à aquisição de um lote de aproximadamente 500 hectares de terras pastais e lavradias no município de Entre Rios, Mato Grosso. O terreno é descrito com base em seus limites confrontantes, que incluem terras requeridas ou ocupadas por particulares como Túlio Garcia

de Souza, Etalívio Pereira Martins e a Fazenda Primavera. O documento conta com selos de arrecadação fiscal, assinaturas e encaminhamentos legais. A assinatura final autoriza o envio à Diretoria de Terras e Obras Públicas para os “fins devidos”, demonstrando que o processo estava sendo tramitado conforme os ritos oficiais da época. Em relação à figura 13, trazemos o documento da Diretoria de Terras e Obras Públicas encaminhando o edital de aquisição de terras para ser afixado na coletoria fiscal de Entre Rios, conforme o Regulamento de Terras vigente, o rito legal e a publicação para ciência pública da aquisição requerida por Moura Andrade.

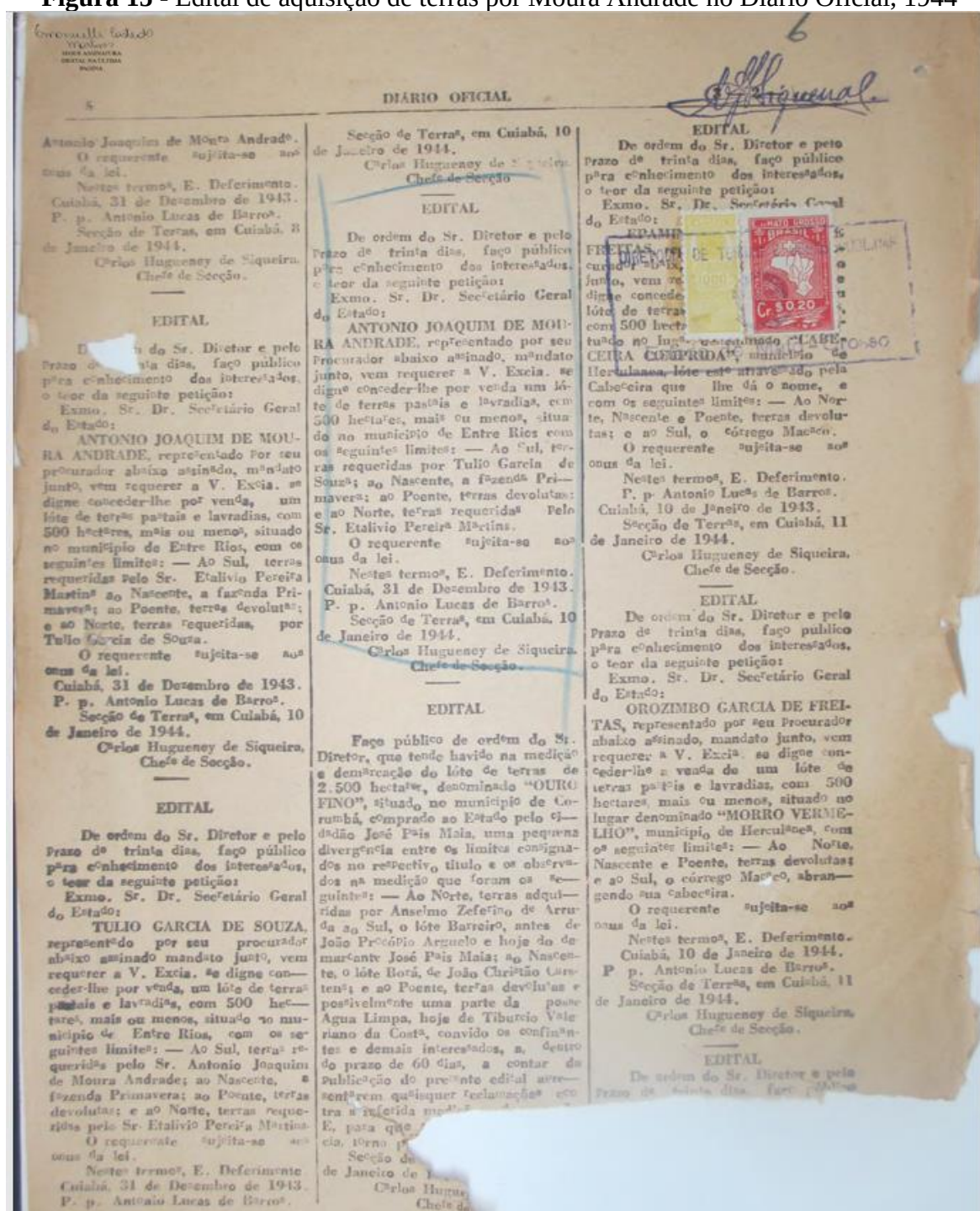
Figura 14 - Ofício de edital de aquisição de terras ao coletor fiscal, janeiro de 1944



Fonte: Arquivo Público Estadual de Mato Grosso. Diretoria de Terras e Obras Públicas, 1944.

Nesse sentido, os documentos contribuem para conhecermos o processo legal realizado por Moura Andrade ao ir adquirindo glebas até formar a extensa fazenda Primavera, além dos procedimentos legais que exigiam toda a regulamentação de terras. Situação esta que é afirmada por meio da página do Diário Oficial do Estado de Mato Grosso (figura 15) contendo a publicação do edital de aquisição de terras por Moura Andrade, com a delimitação do imóvel de aproximadamente 500 hectares, conforme exigência legal para o processo de regularização fundiária. Trata-se de um possível indício de grilagem de terras, no qual a ocupação precede a formalização jurídica da propriedade. Inicialmente, realizava-se o cercamento da área e, somente posteriormente, buscava-se a regularização documental. Nesse sentido, é plausível supor que se adquiria uma área menor do que aquela efetivamente ocupada, ampliando-se os limites por meio do cercamento e, em momento posterior, recorrendo a recursos financeiros, influência política e dispositivos legais, como as normas que permitiam a regularização de excessos para legitimar a posse ampliada.

Figura 15 - Edital de aquisição de terras por Moura Andrade no Diário Oficial, 1944



Fonte: Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, Seção de Terras, Cuiabá, 10 de janeiro de 1944.

No entanto, uma situação chama atenção diante da leitura do documento, trata-se do termo “mais ou menos 500 hectares”, claro que os anexos (anexo 1) apontam ter existido a medição de terras por meio de pessoas pertencentes ao governo do estado, todavia, essa é uma condição de áreas pertencentes ao estado, as terras devolutas. Não obstante, isso abre percepções de que, no processo de demarcação, uma quantidade maior de terras pode ter sido

abrangida na medição e devidamente escriturada. Desta forma, os documentos colocam em tela a aquisição de outra quantidade de terras, denominada Água Boa. A figura 16 expõe o processo de aquisição de uma área de 3.500 hectares.

Figura 16 - Capa do processo de aquisição de terras por Antônio Joaquim de Moura Andrade no município de Caiuás/MT (Entre Rios/Rio Brilhante)

Expediu-se título provisório
Em 19/11/1948.
31-Velha Pracy de Miranda
Ext. mins. ref. VI
19/5/48

Expediu-se título definitivo
Em 31/12/48.
ESTADO DE MATO-GROSSO
DIRETORIA DE TERRAS E OBRAS PÚBLICAS
1946
Nº. do Protocolo 986
44-02-A/2635
19
Fis. _____

Partes interessadas: D. Antônio Joaquim de Moura Andrade

ASSUNTO
Autos de medição e demarcação do lote de terras denominado "Água Boa", com a área de 3.500 hectares, situado no município de Caiuás.
Fidel Pedroso de Silva
Arquivista.

Fonte: Arquivo Público Estadual de Mato Grosso. Diretoria de Terras e Obras Públicas, 1944.

Assim, a figura 16 trata-se de um documento datado de 1946, emitido pela Diretoria de Terras e Obras Públicas do Estado de Mato Grosso, que registra os “Autos de medição e demarcação do lote de terras denominado Água Boa”, com área de 3.500 hectares. A documentação revela a formalização fundiária promovida por Moura Andrade no interior sul-mato-grossense, sendo parte do processo de regularização da ocupação privada de terras públicas. Na sequência, apontamos a figura 17 que traz um requerimento formal apresentado por Moura Andrade, no intuito de comprar as terras mencionadas anteriormente.

Figura 17 - Requerimento de compra das terras de Água Boa por Moura Andrade, 1944

Exmo. Sr. Dr. Secretario Geral do Estado.

3
Moura

DIRETORIA DE TERRAS E OBRAS PÚBLICAS
Protocolo N° *1453*
Em, *3.6.44*
Estado de Mato-Grosso

Diz o Dr. ANTONIO JOAQUIM DE MOURA ANDRADE,
representado por seu procurador abaixo assinado, mandato junto, que
desejando adquirir por compra ao Estado, um lote de terras pastais e
lavradias, com 3.600 hectares, mais ou menos, situado no lugar deno-
minado "AGUA BOA", município de Caiuás, vem requerer a Va. Exia. se
digne conceder-lhe por venda o referido lote de terras, depois de sa-
tisfeitas as exigências legais.

O lote tem os seguintes limites: ao Norte, o lote Andradina; ao Nas-
cente, o lote Primavera; ao Sul, com terras requeridas pela Sociedade
Agro Pecuária Sul de Mato Grosso Ltda., e ao Poente, a margem esquer-
da do rio Samambaia.

O requerente sujeita-se aos onus da lei.

Nestes termos
E. deferimento

Caiuás, 23
Antonio
23
24/5/44
24/5/44
24/5/44

St D.T.O. para os devidos fins.
Em 24/5/44.

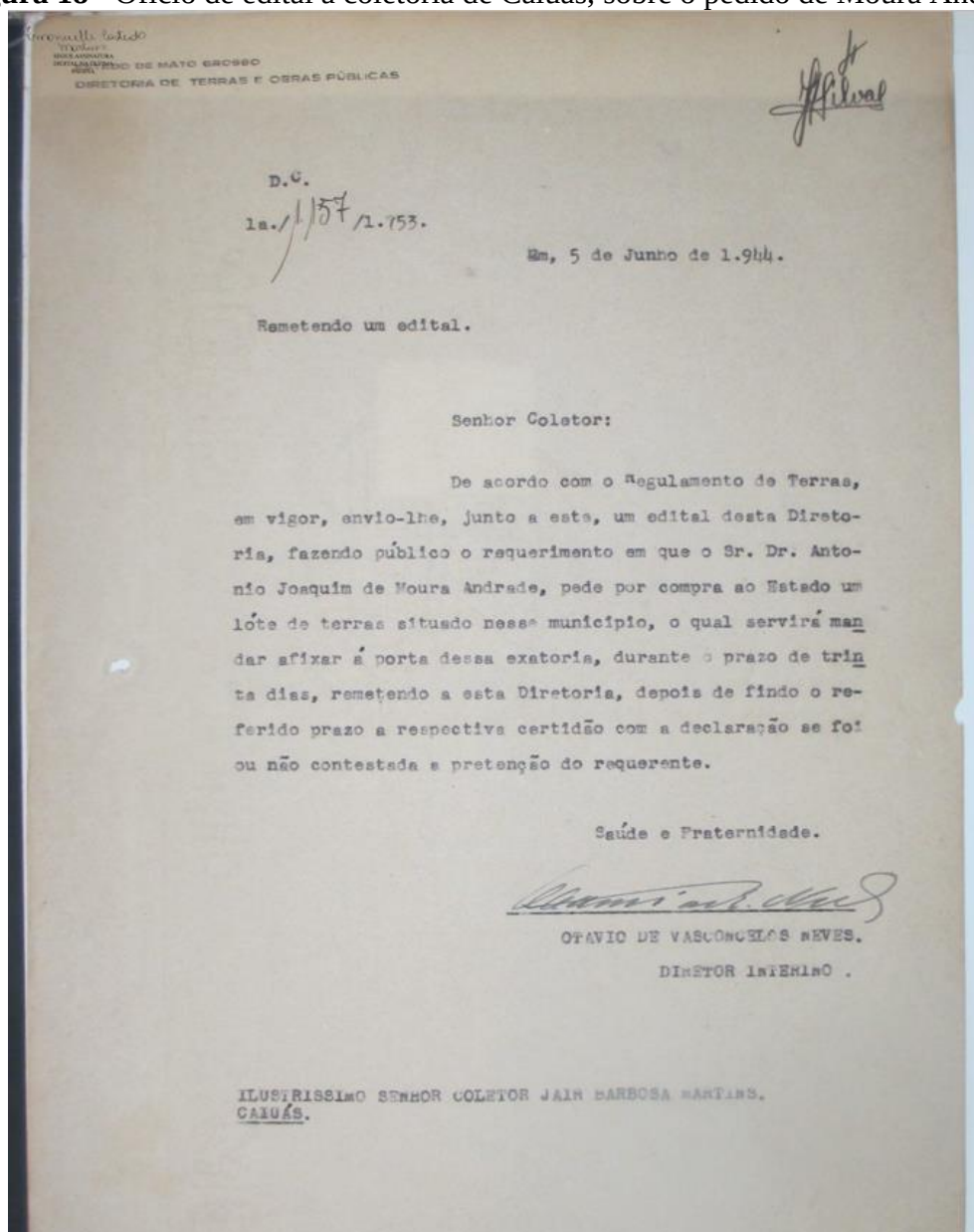
Antonio Joaquim de Moura Andrade
Dr. de

SECRETARIA GERAL DO ESTADO
Ficheo n° *2045*
23 MAI 1944
Entrada n° *3681*
MATO GROSSO

Fonte: Arquivo Público Estadual de Mato Grosso. Diretoria de Terras e Obras Públicas, 1944.

Neste documento, encontramos o requerimento enviado ao Secretário Geral do Estado de Mato Grosso em 8 de maio de 1944, no qual o procurador de Moura Andrade solicita a aquisição de 3.600 hectares de terras devolutas. O documento destaca os limites geográficos do lote e reforça a estratégia de expansão territorial de Moura Andrade por meio de aquisição direta do Estado. Assim, seguimos para a figura 18, quando apresentamos um ofício datado de 5 de junho de 1944, que encaminha um edital de conhecimento público sobre a intenção de Moura Andrade em adquirir terras do Estado. O processo obedece ao rito legal de publicação, parte fundamental da política de titulação fundiária nos anos 1940, permitindo à elite econômica institucionalizar suas posses, transformando-as em domínios, sobre terras devolutas.

Figura 18 - Ofício de edital à coletoria de Caiuás, sobre o pedido de Moura Andrade



Fonte: Arquivo Público Estadual de Mato Grosso. Diretoria de Terras e Obras Públicas, 1944.

Analisando o documento, compreendemos que se trata de um ofício da Diretoria de Terras e Obras Públicas do Estado de Mato Grosso, assinado pelo Diretor Interino Otavio de Vasconcelos Neves, e destinado ao coletor fiscal do município de Caiuás³⁷. O documento informa sobre a solicitação de Moura Andrade para adquirir terras devolutas no local denominado “Água Boa³⁸”, determinando a afixação de edital público por 30 dias na repartição local. O procedimento visava permitir eventuais contestações por terceiros, conforme previa o Regulamento de Terras em vigor. Esta etapa confirma a atuação estatal no processo de legitimação fundiária e explicita o rito administrativo necessário para que grandes empresários da época transformassem posses informais em propriedades legalmente reconhecidas, num contexto de intensa apropriação de terras públicas pela iniciativa privada.

Contudo, essa legalidade institucional funcionava como instrumento seletivo, beneficiando grandes empresários na regularização de terras em regiões marcadas por conflitos de posse, grilagem e violência. O estado, ao normatizar o processo por meio de ofícios e editais, apagava a materialidade das disputas locais, legitimando a ocupação de grandes extensões territoriais em nome do “interesse público” e do “desenvolvimento”. Silenciava-se, assim, a presença de populações indígenas, posseiros, pequenos agricultores, que dificilmente conseguiam acesso ao mesmo aparato jurídico-administrativo.

Assim, outro documento essencial para garantir a legalidade é o diário oficial do estado de Mato Grosso, no qual publica a solicitação de Moura Andrade para a compra de 3.600 hectares em Caiuás. O edital é peça essencial do processo de legalização de terras em meio à expansão agropecuária paulista no sul de Mato Grosso, demonstrando o uso das instâncias legais por grupos empresariais para consolidar latifúndios.

³⁷ Caiuás tem sido uma nomenclatura dada a determinada parte de gleba de terras dentro do atual município de Batayporã-MS, contudo, percebemos que em conversas informais que seria parte das terras pertencentes ao município de Rio Brilhante, o qual pertenciam os atuais municípios de Nova Andradina, Batayporã e Bataguassu.

³⁸ Trata-se de uma área do atual município de Batayporã que procuraram dar significação em sua conjuntura como “Água Boa do Bata”. O nome é uma combinação da palavra tupi “batay” (boa água) e “porã” (bom, belo) e se refere ao fundador, o industrial tcheco Jan Antonin Bata.

Figura 19 - Publicação no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso sobre a aquisição das terras por Moura Andrade



Fonte: Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, Seção de Terras, Cuiabá, 10 de janeiro de 1944.

A publicação formalizou o pedido de compra de 3.600 hectares de terras devolutas situadas na localidade denominada “Água Boa”, município de Caiuás, com a descrição de seus limites e vizinhanças, entre elas, áreas da Sociedade Agro Pecuária Sul de Mato Grosso Ltda. A presença do documento no Diário Oficial reveste a transação fundiária de legalidade, publicidade e transparência, como determina o ordenamento jurídico. Assim, a publicação no Diário Oficial era uma etapa burocrática, utilizada como estratégia de consolidação simbólica da posse, tornava-se um registro estatal incontestável, apagando qualquer suspeição de práticas

de violência e expulsão de pequenos posseiros e indígenas. A publicação no Diário Oficial, portanto, cumpria a função de tornar visível o direito de empresários como Moura Andrade e invisível o conflito fundiário real. Desta forma, outra gleba de terras foi adquirida por Moura Andrade, e como era de praxe por parte do empresário, procurava legalizar todas as condições para a compra, seja terras oriundas de algum fazendeiro ou devolutas. Apresentaremos a seguir a figura 20, em que aparecem os autos de medição e demarcação do lote de terras denominado Piuval, com área de 3.581 hectares, situado no município de Caiuás, em áreas localizadas nos atuais municípios de Batayporã e Nova Andradina.

Figura 20 - Documento de Medição e Demarcação de Terras (1946)

Mato Grosso 0003-
31 Vello 00021
53
4

Expediu-se título provisório.
Em 19/11/1944.
Aracy de Miranda.
Escrit. mens. 24.17

1 c.
Pedroso

ESTADO DE MATO-GROSSO
DIRETORIA DE TERRAS E OBRAS PÚBLICAS

1946 Expediu-se título definitivo.
Em 21.12.46
Aracy de Miranda
A. J. de A. 2, Ch. Sec. 5
Fis.

Nº. do Protocolo 987

Partes interessadas *Dr. Antonio Joaquim de Moura Andrade*

ASSUNTO
Autos de medição e demarcação do lote de terras denominado "Piuval", com a área de 3.581 hectares, situado no município de Caiuás. João Pedroso da Silva Arquivista.

7.162,00

22-12-44 - 21-12-44

Fonte: Arquivo Público Estadual de Mato Grosso. Diretoria de Terras e Obras Públicas, 1944.

Mais uma vez, observamos que o documento emitido pela Diretoria de Terras e Obras Públicas do Estado de Mato Grosso, em 1946, refere-se aos autos de medição e demarcação da área de terras denominado “Piuval”, com área de 3.581 hectares, situado no município de Caiuás, atual Rio Brilhante (mudança de denominação em 1948). Nesse registro, Moura Andrade solicitou a formalização do processo de aquisição e regularização fundiária por meio de instrumentos administrativos oficiais, procurando atender a todas as exigências jurídicas e institucionais que garantissem a legitimidade da apropriação capitalista da terra naquele contexto histórico.

O documento evidencia que o processo de titulação antecedeu à fundação de Nova Andradina, configurando uma estratégia de planejamento territorial que articulava a regularização jurídica à exploração econômica do espaço. Esses registros tornam-se, assim, elementos fundamentais dos procedimentos que sustentam a atuação de Moura Andrade enquanto empresário que buscava promover a legalidade e manter relações estáveis com o Estado e com seus futuros compradores de terras no empreendimento imobiliário.

No caso específico do lugar denominado Piuval, Moura Andrade seguiu todas as etapas legais exigidas à época, apresentou requerimento ao Secretário-Geral do Estado, solicitou a medição da área e publicou o edital de compra, observando rigorosamente o trâmite administrativo vigente.

Entretanto, é importante reconhecer que tais processos formais não eliminam a possibilidade de terem ocorrido conflitos e práticas violentas de expulsão. Ressalta-se que a área correspondente à Fazenda Primavera foi historicamente habitada pelos povos Ofaié. Durante o trabalho de campo, foi identificado um descendente dessa etnia que, embora tenha preferido não conceder entrevista, relatou que sua mãe se recusava a falar sobre as violências sofridas pela família e os orientava a não se identificarem como indígenas, em razão das marcas deixadas por episódios de extrema violência no passado.

Esse dado permite estabelecer uma relação significativa, o local denominado Piuval, adquirido por Moura Andrade junto ao Estado de Mato Grosso, reproduz a condição verificada em sua primeira aquisição de terras no lugar denominado Caiuá, quando o documento menciona “3.600 hectares, mais ou menos”, expressão recorrente em registros de terras públicas devolutas. Diferentemente dos documentos anteriores, contudo, a figura 21 revela que, nesse caso, o Estado reconhece a necessidade de medições precisas, ressaltando que a área ultrapassava o limite de concessão permitido, 500 hectares, o que exigia autorização especial para regularização.

que mantinha relações amistosas com o empresário em tela. Essa conduta demonstra a estratégia de Moura Andrade em articular interesses privados ao aparato jurídico do Estado, transformando as relações fundiárias em processos formalmente reconhecidos e, portanto, protegidos de eventuais contestações.

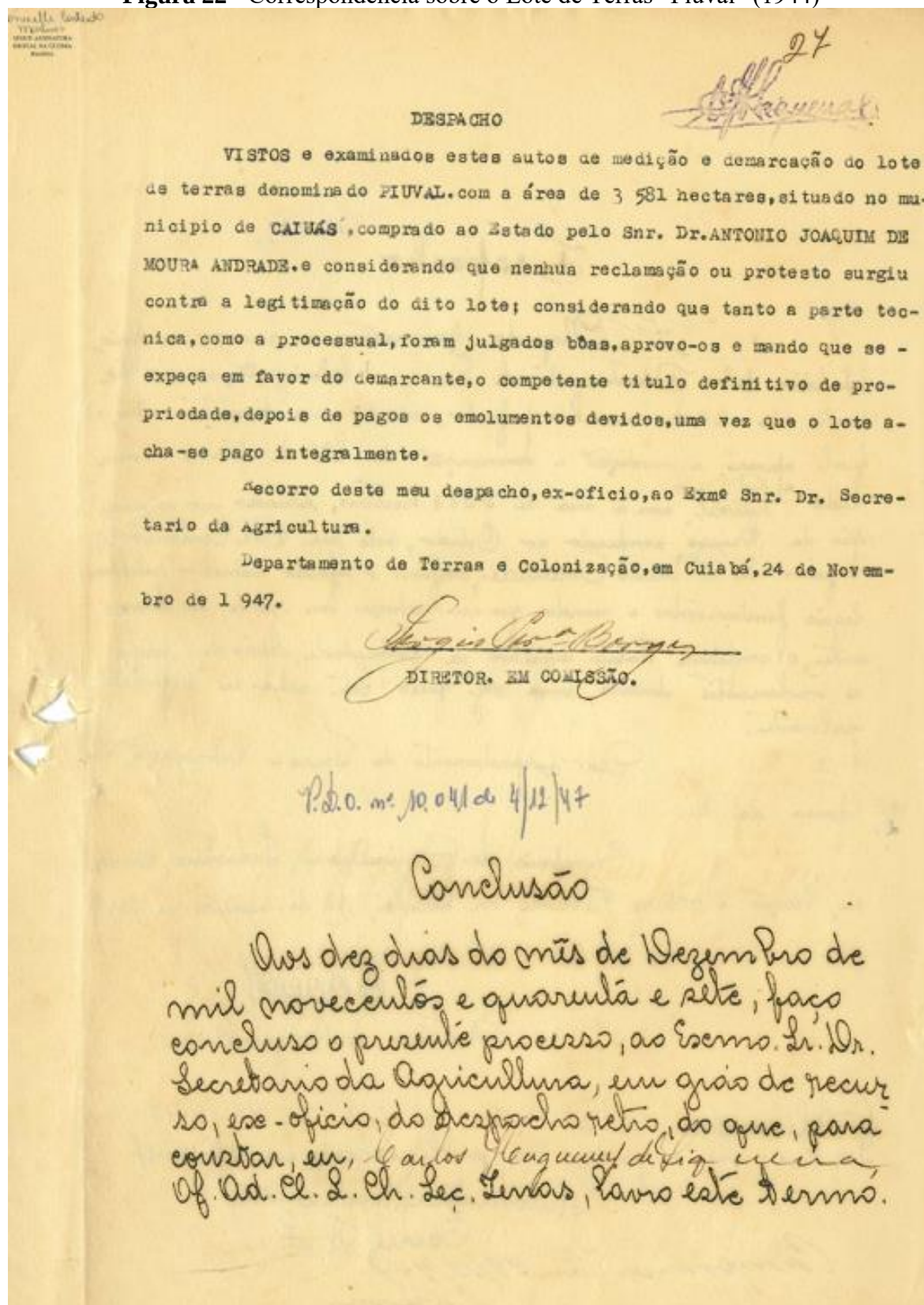
O documento também evidencia a burocratização da regularização da posse da terra, transformando-a em propriedade jurídica, como um dos instrumentos de modernização e controle territorial na região Sul de Mato Grosso. A linguagem técnica empregada pelo funcionário público José Alfredo da Silva, juntamente com as referências a despachos e autorizações, reforça a dimensão institucional e racionalizada do processo de apropriação. Ao recorrer sistematicamente aos meios legais, Moura Andrade consolidava seu patrimônio fundiário e projetava a imagem de um empresário alinhado ao discurso estatal de legalidade e progresso.

À luz de Bourdieu (2012), essa estratégia ultrapassa a mera formalização burocrática e adquire sentido como prática de produção e acumulação de capital simbólico. O autor destaca que o poder simbólico é exercido de forma invisível, por meio do reconhecimento social e institucional da legitimidade das ações. Nesse contexto, ao garantir que suas aquisições fundiárias seguissem rigorosamente as normas vigentes, Moura Andrade convertia o poder econômico em poder legitimado, transformando a posse material da terra em reconhecimento jurídico e social.

A legalidade, assim, funcionava como um instrumento de consagração simbólica, capaz de naturalizar e institucionalizar sua posição dominante no campo fundiário. O cumprimento das normas e a mediação estatal não apenas asseguravam a estabilidade de seus empreendimentos, mas também consolidavam uma forma de dominação sustentada pela autoridade do direito e pela crença na legitimidade do Estado, elementos centrais do poder simbólico descrito por Bourdieu (2012).

Na figura 22, apresentamos um despacho oficial que finaliza o processo de medição, demarcação e legitimação do lote de terras denominado Piuval, adquirido por Moura Andrade, emitido pelo Departamento de Terras e Colonização do Estado de Mato Grosso, datado de 24 de novembro de 1947, encerrando o processo administrativo de medição e demarcação do lote Piuval. Ressaltamos dois pontos, o primeiro é que apesar da denominação de lote, tratava-se de uma gleba, geralmente muito maior que um lote. O segundo ponto, é que o texto atesta que não houve reclamações, protestos ou pendências processuais, aprovando “o auto de medição e demarcação” e determinando a emissão do título definitivo de propriedade após o pagamento integral da área.

Figura 22 - Correspondência sobre o Lote de Terras “Piuval” (1944)



Fonte: Arquivo Público Estadual de Mato Grosso. Diretoria de Terras e Obras Públicas, 1944.

Sob uma perspectiva analítica, o documento constitui a etapa conclusiva de um processo jurídico-administrativo destinado a legitimar a posse e consolidar a transformação da terra em propriedade privada. A ausência de contestações registrada no despacho reforça a legitimação institucional do domínio fundiário, evidenciando o papel do Estado como agente de validação e mediação da apropriação territorial. O caráter técnico e burocrático do texto, assinado pelo Diretor em Comissão, expressa a racionalidade administrativa que sustentava as políticas de ocupação e colonização nas regiões de fronteira agrícola de Mato Grosso.

A anotação manuscrita ao final do documento, datada de 10 de dezembro de 1947, confirma o encerramento do processo e o arquivamento do termo, reforçando a noção de finalidade administrativa e de legitimidade plena da aquisição. Esse ato marca o momento em que o território passa oficialmente a integrar o patrimônio de Moura Andrade, já respaldado por um conjunto de registros que articulam juridicidade, capital econômico e poder político, elementos fundamentais de sua estratégia de expansão e valorização fundiária.

Neste sentido, é preciso retomarmos a entrevista com Edilson Nantes e Antônio Matos Lopes, quando os mesmos lembram da percepção inteligente de Moura Andrade ao adquirir terras às margens do rio Paraná do lado de Mato Grosso e tendo terras do lado paulista, o qual, com auxílio de uma chata (tocada a vapor), deixava o gado nas proximidades da fazenda Guanabara no município de Andradina-SP. Perguntamos aos dois primos se eles imaginavam a extensão das terras pertencentes aos Barbosa Martins, quando Moura Andrade passou a adquirir essas glebas com pretensão de criar gado e negociá-los no Estado de São Paulo.

Mencionam Edilson Nantes e Antônio Matos Lopes (Entrevista realizada em 09 de março de 2024):

Edilson Nantes: Imaginar certinho, a gente num sabe não. Mas, de Batayporã até Nova Andradina, quase tudo, hoje né, não existia, na época era município de Campo Grande.

Antônio Nantes: começou com a fazenda Primavera, (inaudível), era muito mil alqueire. Eu ouvi uma vez, era só lá, criava, tinha 45.000 cabeças de gado, só na Fazenda Primavera, e era transportado, junto, eles chamavam chata, para atravessar o Rio.

Edilson: daqui do Rio Ivinhema, que hoje nós estamos aqui na divisa do município de Nova Andradina com Angélica. Daqui lá na Primavera dá mais de cento e vinte quilômetros. Aí você faz a ideia do tamanho, que os Barbosa requereu tudo isso aqui. Não existia nenhum dos dois, nem Nova Andradina e nem o Batayporã, até no Paranazão. Moura Andrade, era um cara inteligente e mais inteligente porque ele fundou e vendeu tudo né.

A narrativa dos primos Edilson e Antônio nos faz pensar na extensão de terras que, no decorrer dos anos de 1940 e 1950, a Empresa Moura Andrade S/A adquiriu. Destacamos o processo sobre a apropriação das terras e a maneira como Moura Andrade fazia uso da aviação,

da terra e, claro, dos rios para transporte do gado e das produções, primeiro na fazenda Primavera e, posteriormente, após os anos de 1950, na fazenda Baile, onde foi formada a cidade de Nova Andradina.

Moura Andrade transportava o gado de Mato Grosso (onde criava, recriava e engordava) para o estado de São Paulo, pois, no decorrer dos anos de 1940, também criou o frigorífico Mouran na cidade de Andradina, local de abate dos animais, transportando as carnes para os centros urbanos maiores. Questionamos a Stela Andrade Aik sobre o transporte do gado para o estado de São Paulo e como isso se deu. Stela Andrade Aik respondeu (Entrevista narrada via WhatsApp no dia 09 de abril de 2024):

Deixa eu falar aqui pra você, olha. Aqui, esse, na verdade, ele fez uma firma chamada Navegação Moura Andrade. Ela saía daqui do Porto Primavera com gado, eu tenho até uma fotografia, cabia até mil cabeça dentro dessa chata. Que era um curral imenso, puxado por um rebocador. Na verdade, puxado não, empurrado, ela ia, pelo rio, rio.... Paraná, até o porto, um pequeno porto que tinha lá em Andradina. Num, na verdade era no município de Castilho, porque o rio Paraná não chega até Andradina, então, chegava até Castilho, aí, em Castilho, desembarcava esse gado, e o gado ia a pé, de Castilho para Andradina.

Estamos diante da explicação de como Moura Andrade aproveitou os meios fluviais para transportar o gado, madeira, entre as duas fazendas, de Mato Grosso para São Paulo. Eram cerca de 15 quilômetros da fazenda Primavera (MT) até o Porto Primavera. Do porto, a chata seguia rio acima e aportava às margens esquerda do Paraná, onde, atualmente, localiza-se o município de Castilho-SP (distrito de Andradina até 1953), distante cerca de 30 quilômetros do frigorífico, em Andradina. Lembra Stela Andrade Aik (Entrevista narrada via WhatsApp no dia 09 de abril de 2024):

Castilho é um município vizinho de Andradina. Relativamente próximo, eu acho que pelo chão, estrada de terra devia dar uns 20 km, talvez. Melhor não falar em número porque eu não tenho certeza, aí eles desembarcavam, ele tinha um, chamava de porto né, não era exatamente um porto ele comprou ali um pedaço das terras ali em Castilho e fez um curral. Um curral grande, aí ia desembarcando esse gado num curral, a hora que estava tudo desembarcado ia para Andradina a pé, pelo estradão, por dentro né, aí, [...] ia fazer a matança no Frigorífico Mouran em Andradina, que era dele (Frigorífico Mouran S./A).

Nesse caso, Stela Andrade Aik narra a concepção que Moura Andrade teve, geograficamente, dos meios fluviais de navegação. É preciso considerar a percepção de comprar fazendas nas margens do rio Paraná, sobretudo, a logística para transporte, evitando longínquas viagens em comitivas de gado. O empresário fez uso de meios já utilizados por outras empresas que faziam navegação pelo rio Paraná.

Como descrevemos anteriormente, esse processo acontecia desde os primeiros anos do século XX, e adequava-se ao momento crescente de especulação latifundiária/capitalista. Ressalta Stela Andrade Aik (Entrevista narrada via WhatsApp no dia 09 de abril de 2024):

Mais um pouquinho sobre a navegação, depois a sede da Navegação Moura Andrade, acabou ficando em Porto Eritório. E durante muitos anos a Navegação Moura Andrade funcionou levando gado, daí não só dele, mas, transportando toda sorte de materiais, enfim, não só gado, através dessa Navegação Moura Andrade.

O olhar capitalista de Moura Andrade é percebido nas diversas maneiras de aproveitar os meios, seja de terras, fazendas, transporte fluvial e aéreo para ganhos de capital. Desta forma, envolvendo-se em diversas relações comerciais, Moura Andrade foi construindo suas estruturas, especialmente por meio da pecuária. Suas fazendas nos estados de São Paulo e Mato Grosso resultavam em apenas parte das riquezas adquiridas. Nesse sentido, a revista *Brazilian Business*, de Novembro 1953 – Vol. XXXIII Nº. 11, traduz em sua escrita a compreensão do título de Rei do Gado. O texto em inglês sobre Moura Andrade evidencia que o pecuarista naquele período se destacava por possuir extensas propriedades rurais, abrangendo mais de meio milhão de hectares distribuídos pelos estados de São Paulo, Mato Grosso e Paraná, incluindo a engorda de milhares de novinhos da raça Brahman em suas pastagens.

O texto da revista (figura 23) reconta que com uma trajetória que teve início como balconista em um armazém no interior de São Paulo, Antônio J. de Moura Andrade, atualmente com menos de 60 anos, administra aproximadamente 1,1/4 milhão de acres de terras férteis (aproximadamente 505. 857 hectares ou 700.000 campos de futebol). Nessas terras, a produção pecuária, cafeeira e madeireira alcançava níveis impressionantes, desafiando a capacidade imaginativa.

Figura 23 - Brazilian Business – novembro 1953 – Vol. XXXIII N°

Fonte: Centro de Documentação Regional – UFGD – FCH.

Apesar de não acessarmos os números e anotações dos escritórios da Moura Andrade, o texto da revista nos permite dimensionar a produção das fazendas do empresário, diversidade de atividades realizadas nas terras pertencentes à Empresa Moura Andrade S/A. Observamos ainda que o empresário fazia uso de suas aeronaves DC-3 para carregar cargas, máquinas industriais, produtos agrícolas e farmacêuticos, destinadas às fazendas, objetivando otimizar o tempo. A revista Business Brazil descreve que o passeio aéreo revelou a extensão das propriedades do empresário, passando por áreas desmatadas e rebanhos bovinos dispersos entre os remanescentes florestais queimados.

Quando os jornalistas da revista Business Brazil chegaram à fazenda Primavera, localizada às margens do rio Paraná, em Mato Grosso, um vislumbre da infraestrutura presente tomou conta de todos, incluindo instalações para moradia dos funcionários, produção de laticínios e serraria. De acordo com o texto jornalístico, essa visita à fazenda Primavera evidenciou não apenas a eficiência operacional do empreendimento agropecuário, mas também a preocupação com o bem-estar dos trabalhadores locais e suas famílias. A estrutura organizacional da fazenda englobava desde alojamentos até instalações educacionais e religiosas, demonstrando modelo integrado de gestão rural.

Essa experiência proporcionou entendimentos para a compreensão das práticas agropecuárias adotadas por Moura Andrade e sua contribuição para o desenvolvimento sustentável do setor agropecuário no Brasil, segundo o texto da revista Brazilian Business

(novembro 1953 – Vol. XXXIII Nº. 11). As empresas, como SOMECO, CIDAL e Vera Cruz, respectivamente colonizadoras de Ivinhema, Angélica e Naviraí, utilizaram, também, das propagandas e publicidades para aumentarem as vendas de lotes urbanos e rurais no processo de colonização e abertura das cidades.

Provavelmente, Moura Andrade pagou a matéria na revista para propagandear suas ações para a venda de terras, atitude essencial para chamar atenção de possíveis compradores de lotes, famílias que enxergavam viabilidade de desenvolvimento econômico, comércio, da indústria, ou mesmo a fuga das dificuldades nas lavouras do estado de São Paulo ou mesmo investidores em suas empresas, como o Frigorífico Mouran, uma sociedade anônima.

Os escritos da revista afirmam a propaganda enquanto um dos instrumentos utilizados pelos empresários, latifundiários e industriais que tinham por anseio propagandear seus empreendimentos. Executar propagandas brasileiras nos EUA colocava o país no noticiário estadunidense a partir de correspondentes e editorialistas internacionais e na contratação de relações públicas, divulgando produtos e negócios brasileiros. Revistas, como a *Brazil Business* e a *Brazil Published By The American Brazilian Association, Inc*, procuravam auxiliar no aumento das relações comerciais entre Brasil e EUA, além de promover um intercâmbio cultural mais prático e melhor conhecimento entre personalidades brasileiras e americanas. De acordo com Lins (2017, p. 3):

O lançamento da Revista Brazil (Brazil Published By The American Brazilian) ocorreu na mesma data da fundação da American Brazilian Association, em 15 de novembro de 1927, cujo papel foi divulgar o Brasil – e o café brasileiro – nos meios empresariais, políticos e intelectuais dos Estados Unidos. [...] Os primeiros números da revista Brazil apresentavam capas simples, sem distinção das demais páginas, num singelo tom em branco e preto. Basicamente trata do café e de alguns produtos primários, bem como dados econômicos e estatísticos, além de reprodução de matérias de jornais e fotos de paisagens brasileiras.

As revistas mencionadas tinham importante papel de propagandear a produtividade brasileira, inicialmente promover o café, contudo, nas décadas de 1940 e 1950, situações similares às de Moura Andrade passaram a fazer parte das publicações das revistas, visando aumentar o elo comercial entre os produtores brasileiros, desde a agricultura, pecuária e indústria com os norte-americanos.

Nesse sentido, passamos a analisar fatos relacionados à fazenda Primavera de propriedade de Moura Andrade. Nesta fazenda foi comum o processo migratório de pessoas oriundas de diversas regiões do Brasil e também de pessoas estrangeiras. Os migrantes participaram dos desmatamentos e estruturação da fazenda. É o caso de Marise Teixeira de

Resende, filha de Antonino Teodoro Teixeira e Élide Diniz Corrêa, casada com Geraldo Resende, administrador da leiteria na fazenda Primavera entre os anos de 1954 e 1960.

Geraldo Resende foi o primeiro mineiro da família Resende convidado por Moura Andrade a trabalhar na fazenda Primavera no ano de 1950. O dono da Empresa Moura Andrade S/A objetivava obter renda de diversas formas em suas fazendas. Entre as possibilidades, o gado leiteiro, contudo, faltava uma pessoa capaz de melhorar a produção de leite e, nesse sentido, surgiu o convite a Geraldo Resende, que foi capaz de aperfeiçoar a produção, ao ponto de as produções de queijo e muçarela serem enviadas por embarcações fluviais com destino ao estado de São Paulo.

Questionamos Marise Resende, um pouco de sua história. Ela comentou (Entrevista realizada em dia 10 de março do ano de 2023):

Olha, eh... O meu pai tinha uma propriedade. Ele... Ele teve uma herança e trabalhava bastante, com bastante dificuldade também e criou cinco filhos. Eu, eu ficava em Nazareno, eh, pra fazer meu curso primário, né? Fiz lá o curso primário, depois eu fui pra São João Del Rei, no colégio Nossa Senhora das Dores, que eu fiz naquela época, depois do quarto ano primário, a gente fazia um ano de admissão. E depois eu fiz o curso ginásial, quatro anos. Curso ginásial, estudava interna no colégio das Irmãs Vicentinas, em São João. [...] E... Daí já... Eu comecei a namorar. Namorei, né? O Geraldo alguns anos e ele morava aqui. Solteiro. Daí nós ficamos noivos, casamos e eu vim pra cá. A gente... A gente se casou no dia 11 de maio de 1957 e no dia 28 de maio... aí nós fizemos viagem de núpcias e tal. No dia 28, eh... O Douglas, o avião do seu Andrade, foi buscar, nos buscar lá que era uma turma grande, né? E nós chegamos na Prima... nas... na Fazenda Primavera no dia 28 de maio de 57.

Então, perguntamos se logo começaram a namorar, casaram e vieram juntos. Respondeu Marise (Entrevista realizada em 10 de março do ano de 2023):

Ele veio para cá em março de 50, 1950, quando ele chegou. Ele veio, na verdade, pra Andradina, que ele ficou sabendo por intermédio duns amigos dele. Tinha, eh, a dona Marieta e o seu... (pausa para pensar), esqueci o nome... dos amigos dele que administrava a fazenda Guanabara e ele resolveu lá em Minas, a vir aventurar a vida, que as coisas dele... as coisas não estavam fáceis pra ele, e ele era bem novo, tinha 23 anos, né, quando ele veio. Daí, ele veio pra, pra fazenda Guanabara, que ele foi para São Paulo, de São Paulo veio no avião com seu Andrade para fazenda Guanabara e ficou uma semana lá, depois seu Andrade falou: “senhor Geraldo?”. Chamava de senhor, né? ‘Senhor Geraldo, eh, eu fiquei sabendo que o senhor é muito bom em, em leiteria, né? Que gosta de tirar leite, essa coisa, então eu tenho uma fazenda lá em Mato Grosso, eu acho que o lugar do senhor é lá, né? Aí ele: “quer ir para lá?”. Ele falou assim: ‘vamos, vamos para lá’. E um dia que o Douglas vinha para fazenda, ele entrou no Douglas com o seu Andrade e veio pra fazenda Primavera.

Questionamos a Marise se Moura Andrade colocou o esposo como administrador da fazenda. Ela respondeu (Entrevista realizada em 10 de março do ano de 2023):

Não! Ele não foi administrador. Ele começou... porque ele conta, ele contava pra gente que o dia que ele, eh, ele chegou na Primavera, era o seu Túlio e dona Aracy, a esposa do seu Túlio, administradores, ele foi, no dia seguinte, ele foi ao mangueiro pra tirar, porque tinha, tinha umas vacas e uns paraguaiois que tirava leite, sabe? Ele foi lá pra ver como que era, e ele, como ele entendia muito e tirava leite muito bem, né, lá em Minas, eh, ele ficou decepcionado de ver o jeito. Eles não sabiam amarrar as vacas, não sabiam tirar leite direito, sabe? E ele percebeu que as vacas poderiam dar muito mais leite, ficou quieto, né? No dia seguinte, foi de novo e falou: ‘dona Aracy, eu posso ajudar os homens lá a tirar o leite?’. Ela falou: ‘pode’. Ele falou: ‘mas a senhora me dá uma vasilha?’. Ela sempre mandava uma vasilha pequena, né? Ele falou: ‘a senhora pode me dar uma vasilha maior pra gente tirar o leite?’ Ela deu. Ele pediu, amarrou as vaca, começou a tirar o leite e tirou o triplo do que eles tiravam. Dizem, diz... ele contava que quando chegou na sede com leite, a dona Aracy começou a gritar de alegria e falou: ‘Túlio, agora eu posso fazer doce de leite. Olha a quantidade de leite que o seu Geraldo tirou’. Aí eles ficaram muito entusiasmados, né? E o seu Túlio então chamou, conversou com ele e falou: ‘seu Geraldo, olha se o senhor quiser ir na invernada escolher umas vacas e tal para tirar leite, o senhor pode ir, amanhã o senhor pode ir lá escolher umas vacas’. Aí o Geraldo foi escolheu umas vacas e começou a tirar leite e tirava, foi tirando cada vez mais e chegou ao ponto do seu Andrade fazer uma parceria com ele, sabe?

Marise Resende ainda relata que tem as cartas do contrato com Moura Andrade e que a forma como foi melhorando a produção de leite fez com que o empresário pedisse a Geraldo Resende para trazer mais pessoas para contribuir na produção leiteira, outros homens de Minas Gerais. Questionamos: Então, nesse sentido, se o Geraldo é uma daquelas pessoas que ajudaram os mineiros a virem trabalhar na fazenda Primavera? Responde Marise (Entrevista realizada em 10 de março do ano de 2023):

Sim, ele foi o primeiro, como você tá vendo, e ele chegou aqui em março, setembro, ele já foi buscar o irmão dele, que a gente chamava de Toninho. Foi buscar o Toninho e já trouxe um, que eles diziam, retireiro, que tira o leite, já trouxe alguns. O Toninho convidou lá e já trouxe alguns deles pra trabalharem com Geraldo na leiteria, e o seu Andrade cada vez ia ficando mais, mais agradecido, entusiasmado e já pensando no futuro de montar, fazer uma fábrica grande e montar uma boa leiteria na Primavera, que foi o que aconteceu, né? (silêncio por algum tempo).

Marise descreve um cenário vivido pelo Geraldo, seu esposo, com seus trabalhos relacionados à leiteria da fazenda Primavera, “Geraldo, com poucos meses de chegada à localidade, procurou trazer seu irmão Toninho para trabalhar com ele”. Geraldo chegou a convite de Moura Andrade, que percebia a necessidade de estruturar sua fazenda com pessoas que soubessem desenvolver algumas peculiaridades da lida com gado e tinha a ideia de expandir o negócio montando uma fábrica de laticínios. Pelo que foi mencionado por Marise, essa visão de futuro se concretizou com a instalação de uma leiteria. Após um tempo de silêncio acompanhado de emoções com lembranças do esposo, Marise, com a voz embargada, continua

a falar sobre os trabalhos desenvolvidos pelo esposo Geraldo (Entrevista realizada em 10 de março do ano de 2023):

Fico até emocionada, é muita recordação, sabe? E, ele foi ampliando cada vez mais, até chegar a tirar 4 mil litros de leite (por dia) na Primavera. Então, como era muito, muito leite, eles faziam queijo. Montaram uma fabriqueta bem simplesinha e pequena, depois foi aumentando e o seu Andrade mandou construir uma fábrica bem maior com câmara fria, muito boa, e aí já fabricavam bastante queijo e levavam para São Paulo, queijo e manteiga, sabe? E a gente vivendo lá, e as criançada toda... a infância delas, né, mas... foi na Primavera, elas têm recordações muito boas da fazenda Primavera, eh... eh (pigarreia) e o Geraldo, quando o seu Andrade viu que tinha tomado uma dimensão... aí o Geraldo mesmo resolveu criar porcos pra poder fazer o aproveitamento do soro que sai do queijo, né, quando fabrica o queijo e a manteiga. Aí, criavam muito, engordavam muitos porcos, e eles levavam... os porcos iam pra Andradina, pra, pra ser abatidos no frigorífico de Andradina, sabe?

A marcha pioneira é assim, tem direcionamentos para produção, o fazendeiro procurou nas terras obter o maior lucro possível, as pessoas oriundas das diversas regiões brasileiras e estrangeiros, especialmente os paraguaios, foram contribuintes com a venda da mão de obra. Marise Resende aproveita para ressaltar que Moura Andrade sempre procurava meios de aumentar a produção e, sobretudo, de levá-la com rapidez de uma fazenda a outra, e/ou mesmo para os frigoríficos e comércios.

Marise, relatando enquanto esposa de um dos administradores da fazenda, peculiar da leiteria, diz que na fazenda tinha 30 mil cabeças de gado e o esposo, com a confiança que Moura Andrade foi tomando por ele, “ele... o seu Andrade deu esse cargo para ele, ele era responsável por todo o gado da fazenda e administrava e cuidava da leiteria, porque aí depois vieram irmãos, né?” (Entrevista realizada em dia 10 de março do ano de 2023). E assim a família migrou de Minas Gerais para trabalhar na fazenda Primavera, “Veio Sebastião... veio Sebastião, irmão dele. Veio Sebastião, o cunhado. O Durval, né, que é o Deco também, ele trouxe para lá. Aí ele foi trazendo, ele foi trazendo os familiares dele (Entrevista realizada em 10 de março do ano de 2023).

Foi uma espécie de “formação de cidade” dentro da fazenda Primavera e, segundo os entrevistados, havia condições para que os trabalhadores permanecessem na fazenda. Havia oficina mecânica, salão de festas, farmácia, onde os farmacêuticos foram seu Heitor e dona Dedé, que também foi professora. Segundo Marise (Entrevista realizada em 10 de março do ano de 2023):

[...] depois veio uma sobrinha do Geraldo, também de Minas, Maria Feliciano, pra dar aula lá. Existia um consultório, um ambulatório, ia um médico, uma vez por semana atender, sabe? Tinha o escritório da fazenda, a fazenda tinha, eh, tinha um hangar. Quando eu cheguei estavam aumentando o hangar dos

aviões e a pista, quando eu me casei que eu cheguei, os tratores estavam aumentando a pista, sabe, de voo e o Douglas vinha sempre, né? Eh, eh uma fazenda que recebia... o seu Andrade trazia muitas pessoas, sabe? Políticos de São Paulo, ele trazia pra visitar a fazenda e era muito movimentado, sabe? E era assim...

A fala de Marise novamente demonstra as relações que Moura Andrade mantinha com homens da política nacional e também com empresários. Não obstante, é preciso ressaltar que o poder simbólico adquirido pelo empresário promovia as aproximações dos políticos, logo, fomentava as relações que lhe concedia facilidade nas respostas governamentais ao requerer propriedade das terras, assim como, é possível que o mesmo retribuía com apoios financeiros em períodos eleitorais, fato comum até a atualidade nas relações político eleitoreiras no Brasil. Outro ponto interessante da fala de Marise vai ao encontro das narrativas do casal Lourdes e Carmelho, e Nelson Minini. Lourdes e Carmelho são casados, tiveram seus pais nordestinos realizando processos distintos de migração até chegarem à fazenda Primavera.

No caso de Nelson Minini, vindo com a família da cidade de Andradina, adolescente com facilidade para ser letrado e alfabetizado, aos 15 anos passou a trabalhar no escritório da fazenda Primavera. Estas pessoas ressaltam que na fazenda “havia uma sede muito boa, com cinco salas, 15 quartos, havia intenso movimento, pois, era intuito de Moura Andrade receber sempre bem os seus ricos/políticos/convidados”. Nelson Minini diz que (Entrevista realizada em 17 de fevereiro de 2023):

A fazenda era praticamente uma cidade! A cidade era lá, aqui não valia nada! Eram muitos empregados. Tinha clube, tinha cinema, tinha restaurante, tinha pensão, tinha tudo! Era uma “cidadezinha”!
É. Tinha eletricidade gerada com o vapor do diesel.
E era o meio que tinha.
A fazenda era o gado. Totalmente gado! Era só pecuária! Não era agropecuária, era só pecuária.
Era o gado! Ele sempre mexeu com gado, mesmo nas outras fazendas de fora também era gado.

Nelson Minini, comentando sobre a estrutura da fazenda, menciona que os primeiros ranchos foram estabelecidos para a instalação dos trabalhadores que chegavam para abrir a mata. Com o passar do tempo, Moura Andrade procurou ampliar a infraestrutura da propriedade. Os entrevistados Marise, Nelson Minini, Lourdes e Carmelho, antigos moradores da fazenda, demonstram saudosismo, acreditam que Moura Andrade fazia sempre o possível para trazer conforto aos trabalhadores. Nelson Minini menciona que, do mato da fazenda, saíam madeiras que chegavam nas serrarias, beneficiadas e usadas na construção de cercas, casas e barracões em suas fazendas. Para Minini (Entrevista realizada em 17 de fevereiro de 2023):

A madeira era uma sociedade com o Geraldo Lima e a madeira era tirada da fazenda. Da fazenda também, da fazenda Primavera. E quem era o sócio dele e gerenciava a parte de madeira era o Geraldo Lima. Eu sei que a firma se chamava-se: Andrade, Lima e Companhia, né?!

Moura Andrade procurava obter lucratividade das diversas formas que a terra lhe proporcionasse, e nesse interim, reiteramos a tese de o latifundiário ter se apropriado da terra e procurar obter diversas formas de renda. Essa condição se identifica nas frentes pioneiras e com outras histórias de latifundiários que aproveitavam a terra como forma de valor, onde a propriedade é privada e a renda é capitalizada (Martins, 1975, p. 47). Na ocasião, perguntamos a Nelson Minini que tipo de outros trabalhos aconteciam na fazenda Primavera (Entrevista realizada em 17 de fevereiro de 2023):

Geraldo Lima, ele foi também sócio dele na Navegação Fluvial Moura Andrade Lima Ltda. Que eram barcos no rio Paraná que transportavam madeira, transportavam gado para o frigorífico em Andradina-SP, né?! Mas a atividade sempre foi gado mesmo! Tinha outras coisas, mas era gado. Exclusivamente!
Saia vivo! Ele não tinha frigorífico aqui, né?! Então o gado sai vivo daqui e era abatido em Andradina-SP no frigorífico Mouran.
Inclusive tem o frigorífico lá até hoje, não sei se [está] parado ou funcionando. Eu trabalhava no escritório! Sempre trabalhei no escritório! Compra de gados, de venda de gados? Se for lá hoje? Bem provável. O mesmo escritório que eu trabalhei ainda existe lá hoje. Está lá na fazenda!

Nesse sentido, podemos compreender que as derrubadas e aproveitamento da madeira nas serrarias, loteamento para formar cidades e criação de gado de corte ou leiteira, além da produção de tijolos com as olarias, fizeram parte da renda sobre a apropriação da terra. Recorremos a Martins (1981) e Nardoque (2014) para compreender o processo de apropriação da terra praticado por Moura Andrade. Os autores demonstram em suas pesquisas que as empresas colonizadoras atuantes no estado de São Paulo extraíram renda da terra pelos meios possíveis.

Desenvolveu-se, assim, um processo semelhante na fazenda Primavera, no atual município de Batayporã e tempos depois com a fazenda Baile, onde o empresário concretizou seu processo de apropriador de terras, obtendo consideráveis rendas com a exploração e revenda da terra e o loteamento para formar a cidade, além de chácaras e sítios. No caso da fazenda Primavera, aqueceu na década de 1940 as derrubadas das florestas, para isso, realizaram a contratação de migrantes nordestinos e paraguaios que pudessem trabalhar desmatando, montando serrarias e comercializando madeira serrada.

Parte dos funcionários que migraram para a fazenda Primavera foi de trabalhadores da Empresa Moura Andrade S/A na cidade de Andradina-SP. Nas entrevistas realizadas com

Marise Resende, Carmelho e Lourdes, e Nelson Minini, percebemos que suas famílias trabalhavam nas fazendas de Moura Andrade no estado de São Paulo, e foram contratados para o trabalho em Mato Grosso.

Carmelho e Lourdes passaram por outra peculiaridade, são filhos de nordestinos, que diante de um processo migratório dos anos de 1940 a 1950, tinham no estado de São Paulo a possibilidade de buscarem novas oportunidades de trabalho, vislumbrando melhores condições de vida, tendo na cafeicultura a esperança de ganhos financeiros, até mesmo a aquisição de sua própria terra de trabalho. Essa realidade explica que muitas vezes a fuga do Nordeste não era apenas da seca, mas também da concentração fundiária. É importante esclarecermos que a terra é, sobretudo no Brasil, motivação de grandes disputas, expropriação e violência.

O passado é, por definição, um dado que nada mais modificará. Mas o conhecimento do passado é uma coisa em progresso, que incessantemente se transforma e aperfeiçoa (Bloch, 2001, p. 75). Todavia, escrutinar o passado é compreender como os fatos aconteceram. Nosso anseio, nessa perspectiva, é evitar os preconceitos e a miopia que podem acometer o historiador, pois “o passado deixa cair ao longo de sua estrada, indícios que sem premeditação, nos permitem suplementar os fatos”, (Bloch, 2001, p. 77) e lacunas podem ser preenchidas pela presença das memórias e oralidades.

Nesse sentido, procuramos, em nossas entrevistas o elo com as fontes jornalísticas e documentais que corroboram a composição de nossa tese. Em Antonio (2015), observamos que, nos períodos de colonização das terras de Mato Grosso, entre os anos de 1930 a 1960, a terra em si tinha pouco valor monetário. O autor comenta que havia no período “incentivo a grande propriedade através da política fundiária em Mato Grosso, se justificou pelos interesses oligárquicos que fizeram da terra objeto de barganha política, sendo negociadas em troca de apoio eleitoral”. Não por acaso, os netos de Moura Andrade mencionam que o avô tinha ótimo relacionamento com famílias que haviam obtido do Estado a concessão de terras.

Nessa relação, o texto de Antonio (2015) demonstra que o “negócio não é a terra, mas, saber o que fazer com a terra”, o sentido era a produção que poderia ser realizada sobre a terra. O autor aponta as manobras políticas tanto do Governo Federal, quanto do governo estadual, sobre a utilização das “terras públicas como moeda de troca no jogo de interesses político-partidário e econômico, cuja prática intensificou-se durante a década de 1950”. (Antonio, 2015, p.51).

Por meio dessa conjuntura, é possível afirmarmos que Moura Andrade, percebendo o baixo preço pago pela terra, realizou sua apropriação para obter renda sobre aquilo que a terra lhe ofereceria ou pudesse oferecer por meio da comercialização de frações das glebas

adquiridas. A produção do leite, do gado de corte e de outros animais, como porco, além da venda de madeira, proporcionava considerável renda, todavia, enalteçemos que o maior negócio do empresário era o mercado imobiliário. É comum ouvirmos nas entrevistas, peculiarmente, aqueles que trabalhavam nos escritórios e administradores que Moura Andrade era um homem amável, educado, concedia benefícios aos trabalhadores na casa, escola, esporte, lazer, fomentando a idealização do bom senhor.

Esse imaginário se manifesta na figura de Moura Andrade, muitas vezes representado como pioneiro e responsável pelo avanço da colonização no Mato Grosso. Sua trajetória se insere numa perspectiva em que o sertão é visto como espaço a ser conquistado e integrado à nação, e suas ações sempre de um homem bom, próximo do sagrado.

Moura Andrade se encaixa nesse processo ao ser retratado como agente da transformação do território, alguém que promove a ocupação e o desenvolvimento da região sob a perspectiva do progresso. Essa construção simbólica remete a um longo processo histórico, que tem suas raízes nos relatos dos jesuítas, ganhou força no pensamento determinista de Euclides da Cunha e se consolidou na ideologia integralista da mentalidade sertaneja e na política getulista.

A colonização, nesses discursos, aparece frequentemente associada a uma missão quase divina, justificando a expansão territorial como destino natural da nação. Ideia essa que reflete na concepção do sertão como um espaço de disputa e poder, do qual Chauí (2001) utiliza Guimarães Rosa para compreender que “sertão é onde manda quem é forte, com as astúcias”. Nesse contexto, observamos diante das narrativas dos entrevistados que Moura Andrade é frequentemente representado como aquele que, com estratégia e liderança, conduz a ocupação da fronteira oeste do Brasil. O mito do colonizador, portanto, não se limita a um indivíduo específico, mas se insere em um discurso maior, que legitima a apropriação do território e a expansão do capitalismo na região (Chauí, 2001, p. 70).

Contudo, colocamos em pauta outra discussão, a qual é o fato de a infraestrutura ser o mínimo a oferecer para que as famílias permanecessem nos confins do sertão. Percebemos, assim, que as idealizações simbólicas acontecem muitas décadas após as ações do latifundiário Moura Andrade, e que, condicionar a presença na terra, é quase visto como grande atuação em favor do mesmo, quando na verdade, o que pretendia, era garantir que pessoas continuassem trabalhando em suas fazendas e produzindo lucratividade.

Nesse caso, a fazenda entregava ao assalariado uma condição em que o fazendeiro era visto como o patrão provedor, essa é a narrativa do bisneto de Moura Andrade. Antônio Carlos

Cotrim de Moura Andrade ressalta a infraestrutura que o bisavô implantava em suas fazendas (Entrevista realizada em 20 de maio de 2023):

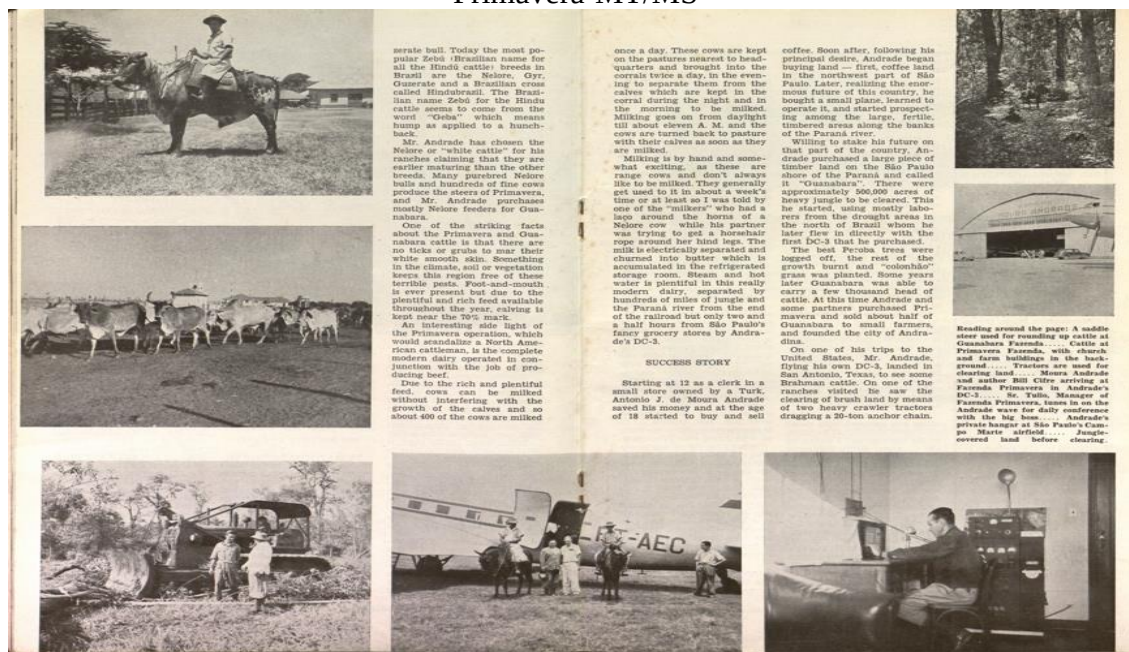
Eu acredito que ele era uma pessoa que dava muita oportunidade pras outras pessoas, então ele tinha meu pai costuma falar e tinha sociedade pra tudo quanto é lugar então tinha uma casa de cereais ali ah o seu o seu Antônio é sócio de lá ajudou ele montar lá outro, sem contar as cidades que ele, né? Que ele, que ele fez, desbravou, Andradina, Nova Andradina, tem Águas de São Pedro também, não sei se você conhece ele. E eu acho que naquela época as coisas eram assim, eram muito mais duras, né? De se fazer, fico imaginando isso aqui há oitenta anos atrás, como é que cê vai derrubar uma mata com tudo no no traçado na mão, não tinha energia, não tinha nada.

O bisneto de Moura Andrade menciona as condições criadas a partir da ideia do “bom patrão”, expressão que remete a simbologias e representações associadas à empregabilidade e às relações de trabalho. Em entrevista concedida por Marise Resende, há o relato de um comentário feito por Antônio Carlos Cotrim de Moura Andrade acerca da possibilidade de estabelecer sociedades com alguns administradores e empreiteiros.

Segundo Marise, seu esposo, Geraldo Resende, ao longo do tempo, passou a receber 60% da produção de leite e seus derivados, condição que também se estendia às atividades da serraria e da pecuária de corte, com outros administradores. Tal prática configurava uma estratégia administrativa de Moura Andrade voltada a reduzir possíveis prejuízos, uma vez que, ao compartilhar parte dos lucros com os administradores, incentivava-os a otimizar o trabalho e aumentar a produtividade, beneficiando simultaneamente o proprietário da fazenda e seus gestores. Na figura 24, colocamos em tela a diversidade do que havia nas fazendas de Moura Andrade, e essa era uma condição que ele procurava exercer para que a renda fosse obtida e a infraestrutura oferecida.

Assim, Ziliani (2010, p. 92) afirma que “ao mesmo tempo em que as companhias se mobilizaram para adquirir terras, do mesmo modo moviam-se para prover aquelas áreas com infraestrutura da ‘modernidade’ capazes de potencializarem o seu valor”. Todavia, em Lenharo (1986a), notamos a ineficiência do Estado e, por isso, as empresas colonizadoras construíram infraestrutura necessária que colaborou para a vinda e permanência dos trabalhadores nas fazendas (figura 24).

Figura 24 - Demonstrativo na Revista Brazilian Business – Fazendas Guanabara-SP e Primavera-MT/MS



Fonte: Centro de Documentação Regional – UFGD – FCH.

Moura Andrade estruturou suas propriedades, conforme a necessidade. Para prestação de socorro, por exemplo, o avião deslocava-se da cidade de Andradina, ou da fazenda Primavera, levando pacientes para centros médicos maiores. No mesmo sentido, quando havia necessidade de peças e ferramentas para as oficinas, o avião DC-3 Douglas³⁹ fazia esse transporte.

Deila Resende e Zélia, a primeira, filha do casal Marise Resende e Geraldo Resende mencionados anteriormente, a segunda, Zélia, quando tinha ainda por volta dos 15 anos de idade, realizava serviços domésticos na casa da sede desta mesma fazenda e seus familiares trabalhavam com serviços mais pesados de campo. Ambas afirmam que o proprietário da fazenda sempre pensava no bem dos trabalhadores. De acordo com Deila e Zélia (Entrevista realizada em 05 de abril de 2023): “O Seu Andrade prestava todos os socorros. Tinha que correr com alguém por causa de doença, né? Ele não fazia conta, não fazia conta não de mandar o

³⁹ De acordo com o Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica, o DOUGLAS DC-3 é um avião com capacidade para 3 tripulantes e 28 passageiros, destinado a missões de transporte. Voou pela primeira vez em 1935, sendo construídos mais de 13.000 aparelhos (dos quais 485 pelo Japão e 2.000 pela União Soviética, durante a Segunda Guerra Mundial), que operaram continuamente por mais de meio século. A Força Aérea Brasileira utilizou esses aviões, de 1944 a 1983, em missões do Correio Aéreo Nacional, onde cumpriram importante papel na integração da Amazônia brasileira. O exemplar em exposição voou com a matrícula FAB 2009 até 1978, quando foi desativado e entregue ao Museu Aeroespacial. É preciso destacar que os pilotos dos aviões de AJMA eram homens estrangeiros, segundo Nelson Andrade e Shoji Shirota, estes homens vieram a convite de trabalhar com o latifundiário AJMA após a Segunda Guerra Mundial, pilotos durante o conflito mundial, que precisavam dar continuidade em suas profissões.

avião dele levar. Quem fosse preciso, ele mandava”. Na mesma entrevista, questionamos D. Zélia sobre as condições de suporte aos trabalhadores. D. Zélia, comenta (Entrevista realizada em 05 de abril de 2023):

Em Andradina eles tinham o frigorífico, tinha a fazenda Guanabara, o seu Andrade tinha a fazenda Guanabara. Um aviãozinho. Tec-tec. Tinha o tec-tec e tinha o avião de 6 pessoas. Já tinha. Mas... Tinha... No Douglas Guanabara tinha o Ravach, que era o piloto. Tinha o Luiz... O seu Bernardo. Bernardo⁴⁰ (figura 30) Ravach, que era o piloto. Tinha o Luiz Roberto, que era o piloto. E o avião vinha cheio de porco. De lá pra cá. Quando era pra trazer porco de Andradina pra cá, eles ponhavam encerado forrando o avião e traziam o avião cheio de porco. Aí o Jorge Takahashi... O Jorge Takahashi encostava o caminhão, descarregava e ia levar pra maternidade os porcos. Lá na fazenda vinha de avião, os porquinhos.

Observamos que as condições implementadas nas fazendas paulistas de Moura Andrade também aconteceram na fazenda Primavera, objetivando as melhores viabilidades de permanência no sertão de Mato Grosso. Para tanto, não era apenas para cuidados em relação à saúde e alimentação dos trabalhadores, mas assegurar mão de obra que viesse trabalhar e permanecer no desmatamento, criação de infraestruturas e outros serviços.

Fotografia 6 - O piloto do avião "Douglas", pertencente ao Sr. Antônio Joaquim de Moura Andrade, Sr. Jean Bernhard - Nascido na Suíça - Foto 1961



Fonte: Alcantara (2001)

⁴⁰ Jean Bernhard, de origem suíça, piloto de confiança de AJMA especialmente para processos de apontamentos de demarcação das terras com a utilização da aviação. Existe em Nova Andradina um córrego conhecido como Corgo do Bernardo, conta-se que a denominação se deve a um momento de visualização demarcatória em que Bernardo, como era chamado o piloto, apontou para o empresário e disse: ali tem um corgo. Sequencialmente, Moura Andrade, conversando com os engenheiros, apontava que os limites de suas terras, normalmente feito de aguada em aguada, seria “o corgo do Bernardo”. Assim, a fazenda Baile ficou com limites ao Córrego do Bernardo e, futuramente, o limite de Nova Andradina e o município de Ivinhema tornou-se o Rio Ivinhema.

Nesse sentido, questionamos D. Zélia sobre a utilização dos aviões como meio de transporte de trabalhadores na fazenda. Ela responde (Entrevista realizada em 05 de abril de 2023): “Trazia. Eles iam buscar pra derrubar mato, limpar a terra. Tinha o Julinho, o Julinho paraguaio, que era intérprete dessa turma que vinha do Paraguai, que trouxeram uma vez uma turma do Paraguai”. Com a expansão da fazenda Primavera, percebemos que sua formação dependeu muito de pessoas vindas do Paraguai. Os aviões da Empresa Moura Andrade S/A, com a participação dos gatos, empreiteiros das derrubadas das matas, buscavam centenas de pessoas que iriam trabalhar. Comenta Carlos Bernardes da Silveira (Entrevista realizada em 10 de fevereiro de 2023):

Um avião DC-3, um Douglas DC-3, esse avião na época pra você vê na época custava um bom dinheiro, foi adquirido nos Estados Unidos na pós guerra que sobrou, sobram muito equipamento aquela coisa né, e ele adquiriu lá, pra você vê ele adquiriu um avião de ponta dos anos sessenta aí ô voando pra Nova Andradina Mato Grosso, pra fazenda Primavera, pra fazenda Primavera. Há um, um contingente de mão de obra paraguaia na na derrubada das matas da fazenda Primavera, pra fazer pasto né, pra fazer pastagem. Se você for numa, numa colégio de Batayporã (na divisão de apontamento) no livro de áreas desses colégios dos anos sessenta, cinquenta, anos sessenta, você vai ficar impressionado de ver o filhos, a lista de chamada do pa... (risos) a maioria era tudo paraguaio, tudo filhos né, tudo filhos de de de coisa, que vieram também né. E condições precárias, condições precárias sem, sem, sem cobertura previdenciária, sem salário justo, (risos) o negócio era mais ou menos (risos) tipo trabalho escravo, trabalho puxado né.

A Empresa Moura Andrade S/A tinha, simbolicamente, empregados e aliciados, os primeiros normalmente vinham com o convite da empresa, os segundos eram buscados por agenciadores de trabalhos, e apontamos como isso se dava ao falarmos dos paraguaios e nordestinos. É o caso contado por D. Zélia e o esposo Valdomirinho, falando de uma confusão de jovens rapazes paraguaios trabalhando nas derrubadas e nas serrarias. Zélia comenta (Entrevista realizada em 04 de abril de 2023):

Então esse Julinho, essa turma paraguaia que vinha, eles bebiam muito, né? Pra derrubar mato, aquela coiseira, pra roçar, sei lá. E o Julinho que andava com eles porque era intérprete. Aí o Julinho chegou na cozinha um dia e falou pra mim assim; Zélia, vamos lá no hangar pra você ver uma coisa. Dava a vergonha, brigou, tudo furado assim, de faca, pra ver quem era melhor na faca, esse paraguaio. Depois de pinga, né, decerto, lá no mato, lá não sei aonde. Aí eu fui, lá do Julinho. Chegou lá uma assim, o Julinho pôs uma assim, e outra assim, bem longe um do outro, pra esperar o avião pra trazer pra cá. O avião tinha ido na fazenda levar não sei. [...]

Esses fatos as vezes aconteciam, eram homens vindos sem famílias e que tinham no fim de tarde e finais de semana o álcool e algumas brincadeiras com facas como forma de lazer. Perguntamos: e os dois morreram? Torna a responder D. Zélia (Entrevista realizada em 04 de abril de 2023):

Não, não. Depois de tanta facada não morreu não! Tudo segurado assim, furo pra tudo quanto é lado, parecia uma peneira. Aí o Julinho ainda falava pra mim, na língua nossa o Julinho falava, esses filhos da puta não têm o que fazer, Zélia. Enche o rabo de pinga e fica, faz desse jeito aí, ó. Falava na nossa língua o quê. Aí eles lá, duro, tudo melecado de sangue, tudo fedendo de sangue. O avião chegou, trouxe os dois. Aí o doutor Mário tratou. Aí um morreu. E o outro foi embora pra Ponta Porã, pra terra dele. O doutor Mário ajudava muita gente, viu? O doutor Mário. Era de Andradina. Primeira vinha o doutor Silvino, que era irmão dele, depois passou a vir o doutor Mário.

Embora a fazenda tivesse avião e o latifundiário procurasse entregar os serviços médicos e dentistas⁴¹, a determinado grupo de trabalhadores verificamos certa invisibilidade social, particularmente sobre os trabalhadores aliciados ao trabalho de desmatamento. No acontecimento mencionado por D. Zélia, um dos paraguaios envolvidos na “diversão” das facas acabou morrendo na fazenda, sepultado como indigente, pois o sepultamento de paraguaios e nordestinos nessas condições era comum no sertão de Mato Grosso.

Nas conversas com alguns entrevistados, percebemos que leiteria e serraria ganhavam separações sociais no perímetro da fazenda Primavera. De acordo com uma das mulheres entrevistadas: “havia uma catraca de madeira, tipo essas de bancos hoje, essa catraca era forma de separação, papai, não deixava a gente ir para o lado de lá, tinha um armazém do lado da serraria, mas, se passássemos papai brigava muito”⁴².

Esses aspectos envolvem a fazenda Primavera enquanto espaço de formação social e, por isso, questionamos: Essas pessoas que vinham do Nordeste e Paraguai trabalhavam normalmente em quê? Respondem D. Zélia e Valdomirinho (Entrevista realizada em 05 de abril de 2023):

Zélia - Olha, tirava madeira, né? Acho que era tirar madeira, porque tinha tanta tora.

Valdomiro - Tinha tora, tinha serraria, né?

Zélia - Roçava, o barro, roçava a invernoada.

Entrevistador - E essa madeira que eles tiravam daqui, pra onde costumavam enviar?

Zélia - Ia pro Porto Epitácio.

Valdomiro - Ia à serraria. Ia três serrarias. Duas serrarias e uma fábrica de tábuas.

Demolia toda aquela madeira que ia pra lá, ia tudo pra São Paulo.

Zélia - E a lancha? A lancha pegava. Geraldo Lima. Geraldo Lima, Moura Andrade, que tava na lancha, escrito. Lima, Moura Andrade, uma coisa assim, é que transportava as madeiras para Porto Epitácio.

⁴¹ Esses normalmente atuavam apenas para extrair dentes, pois não tinham formação odontológica para realizarem tratamentos de cáries e/ou canal de dentes.

⁴² Além da informalidade da fala, preferimos não nos expressar sobre a entrevistada, uma vez que a mesma se sentiu pouco à vontade para falar sobre o assunto de questões de tratamento ao ser humano.

O trabalho com o gado, Moura Andrade, desde suas fazendas paulistas, selecionava homens para o desenvolvimento dos serviços. Todavia, o desmatamento, construção, serrarias eram destinadas, conforme ressaltam D. Zélia e Valdomiro, aos nordestinos e paraguaios. Estes eram colocados dentro de aviões da Empresa Moura Andrade, quando aliciados no Nordeste ou, em muitos caminhões, que buscavam pessoas nas cidades fronteiriças e no país vizinho, eram praticamente despejados nos galpões da fazenda. Ativos nos trabalhos e invisíveis no cotidiano do existir.

Em Alcantara (2001), ainda que o livro por diversas vezes faça parte do memorial do mito colonizador de terras, é possível percebermos a visão comercial de Moura Andrade e o mesmo “dizia trabalhar para o engrandecimento do país, e isso deve ser lembrado no seu sentido patriótico, em Andradina, fruto de seu idealismo empreendedor” (Alcantara, 2001, p. 51). Nesse sentido, a expansão de suas atividades era realizada a partir do abate de bois na fazenda Guanabara, com transporte para São Paulo em dois aviões Douglas DC3. Vamos percebendo na escrita de Alcantara (2001) e na narrativa dos entrevistados o pensar sobre alguém quase “sobrenatural”, de bom e fino trato com todos, capaz de mover o mundo e as coisas conforme seus interesses aconteciam

Quando o autor retrata o patriotismo de Moura Andrade, nos remete a pensar conforme os grandes latifundiários e empresários se autodenominam, patriotas e enriquecedores da história e da economia do país, dando-nos à impressão de que os serviços são feitos em todas as circunstâncias com as mãos do mito colonizador. Assim, é salutar lembrar que as mãos que desmatam, limpam, preparam o campo, constroem as casas, os barracões, na maioria das vezes são invisibilizadas, todavia estão presentes. Escreve Alcantara (2001, p. 51) sobre Moura Andrade:

Um dia seu Andrade entre amigos na fazenda Guanabara, disse: quem cria boi ganha, quem cria ganha, quem engorda ganha, quem abate ganha e quem vende a carne, ganha. Vou fazer todos esses negócios". Semana seguinte estava pronto o projeto. Os aviões foram ao norte do país trazendo levadas de nordestinos para a fazenda Primavera (hoje Nova Andradina) e começou a derrubada das matas e formando pastagem com a semeadura do colono dos aviões DC3. Comprou milhares de vacas de cria, construiu a navegação fluvial para em breve transportar os bois que deveriam ser engordados na fazenda Guanabara, aproximadamente 45 mil bois. E o frigorífico recebia ampliações constantes para atender ao crescente abate dos bois do fundador e de particulares. Abriram-se casas de carnes em S. Paulo e Rio de Janeiro, com fornecimento inclusive ao Exército, Marinha, Aeronáutica e hospitais. E seu Andrade brincava: ‘fornecer carne aos milhares é difícil, para os graduados é um tipo e um tamanho do bife, e para os soldados é outro tipo de carne e tamanho menor...’ Eram brincadeiras que fazia para quebrar as estafantes rotinas de trabalho dos que compunham sua equipe. Falou e fez. E funcionou todo o tempo em que viveu. Era justo orgulho sua organização, a qualidade do

trabalho, a liquidez dos pagamentos. Os pecuaristas assumiam compromissos de pagamento no dia exato de vencimento de seus negócios com o Frigorífico Mouran e não me lembro de ter falhado uma vez sequer.

No trecho citado por Alcantara (2001), observamos que a construção do mito do colonizador no Brasil está ligada à ocupação dos sertões e à forma como o poder se estabelece sobre o território. Marilena Chauí (2001) aponta que a geografia do poder se fundamenta na ideia de um espaço físico unificado, onde a identidade nacional se ancora na relação com a paisagem e com a narrativa de desbravamento, novamente surge a idealização do mito colonizador.

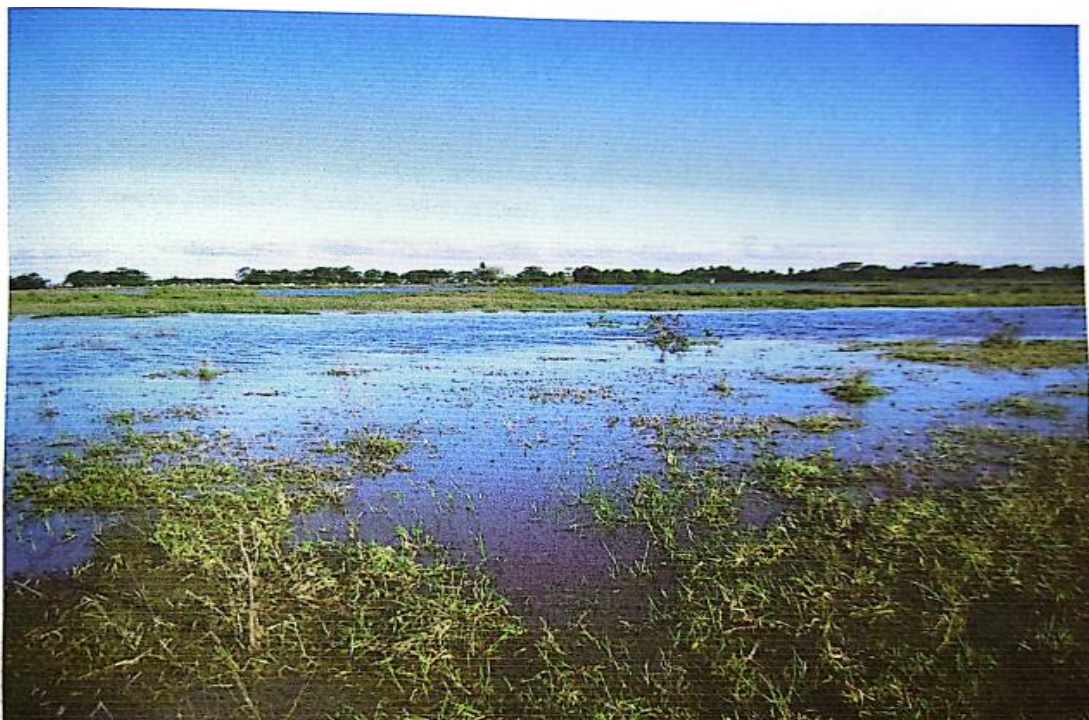
No entanto, na composição dos trabalhos na fazenda Primavera, desenvolveram-se formas de Moura Andrade obter renda sobre a terra. A mão do migrante lidava com o gado, a serraria, conforme serviços tivessem, enquanto o fazendeiro aproveitava as ocasiões para desmatar, criar gado e transportar para o estado de São Paulo. Relata D. Zélia (Entrevista realizada em 05 de abril de 2023):

Porque até o Porto Epitácio era assim que tinha funcionado, né? Agora não funciona mais. Então, encostava lá, descarregava as madeiras, vinha com gado. Tinha uma lancha que vinha com gado, descarregava no Porto Primavera aqueles gados, ia tudo com sede, com fome. Eu gostava de ficar olhando, aqueles gados saíam todos doidos da lancha, caçando. E tinha o boiadeiro que ia conduzir ele no pasto que eles iam ficar. Já esperava ali, três, quatro boiadeiros pra levar aquela boiada que vinha de lancha já pra entregar no pasto certo. Mas era bom. Tinha casa. Hoje tem nada lá, hein? Então me falaram.

Desta forma, assinalamos o ambiente de trabalho na fazenda Primavera e é necessário avaliar o quanto dependeu muito da origem social, da migração regional ou estrangeira para ter acesso a condições melhores de sobrevivência e dignidade humana. Não se trata aqui apenas de um ato de preconceito regional, mas de encontrar pessoas que, devido suas necessidades, permitiam aceitar os trabalhos mais pesados.

Não aprofundaremos sobre os possíveis cativos da terra ou do trabalho, todavia, um dos maiores mitos ou lendas da fazenda Primavera perpassa pela lagoa do Sossego (figura 24), que é representatividade de possíveis acontecimentos. A lagoa mencionada possivelmente tenha se formado tempos anteriores à presença da Empresa Moura Andrade S/A nas terras da fazenda Primavera devido aos banhados que a localidade promove. Ressaltamos grande alagado com extensão e profundidades consideráveis e essa condição se repete em várias outras partes do perímetro da fazenda, no entanto, por ter distância considerável da sede e estar no trajeto de saída para o Rio Paraná e o Porto Primavera, tornou-se situação crucial para criar a lenda da lagoa do Sossego.

Figura 25 - Fazenda Primavera: Lagoa do Sossego



Arquivo Pessoal: Antônio Marcos Dias (2011).

Existem narrativas apontando empreiteiros que, ao realizarem acertos financeiros com os trabalhadores, seguiam os passos dos mesmos, tomavam o dinheiro, matavam o trabalhador e jogavam o corpo dentro da lagoa. Antônio Marcos Dias (2011), em seu Trabalho de Conclusão de Curso, Narrativas orais entre mitos, lendas e realidades: sobre a fazenda Primavera, Batayporã-MS, experiencia a arte de entrevistar diversas pessoas e famílias que trabalharam na fazenda de Moura Andrade. É interessante a quantidade de pessoas que dizem saber sobre os acontecimentos nos arredores da lagoa do Sossego, contudo, nenhuma delas viu acontecer.

Dias (2011) oportuniza sabermos sobre a presença de diversos personagens das relações lendárias na fazenda Primavera, em que surgiam possíveis jagunços, homens como Conceição, Zé Pretinho, João Alves, Bugre Felix, Felão, Jerônimo e Alfredão. Seriam possíveis empreiteiros e matadores, a serviço da fazenda de Moura Andrade. No entanto, a fala é conjuntural das pessoas, “sempre ouviram dizer, não viram, mas todos falavam”.

Assunto controverso, e, questionando os trabalhadores aliciados para os trabalhos de desmatamento, sem proximidade ao administrativo da fazenda, costumam levantar suspeitas sobre os empreiteiros da fazenda. Afirmam o acontecimento como verdadeiro, porém, não querem gravar, afinal, a família do latifundiário reside atualmente no município de Nova Andradina, são os silêncios da história. Para Borralho (2021, p. 57):

Falar dos silêncios da história é falar das não falas, daquilo que não se ouve, da suspensão do que, mesmo se vendo, não se enxerga. O silêncio é uma não pronúnciação, nem sempre uma omissão. O silêncio é também um gesto, às vezes, político, quando de propósito não se quer dar visibilidade a algo ou alguém que, mesmo estando ali, não é percebido, ou não pode ser percebido, ou não se quer que seja percebido.

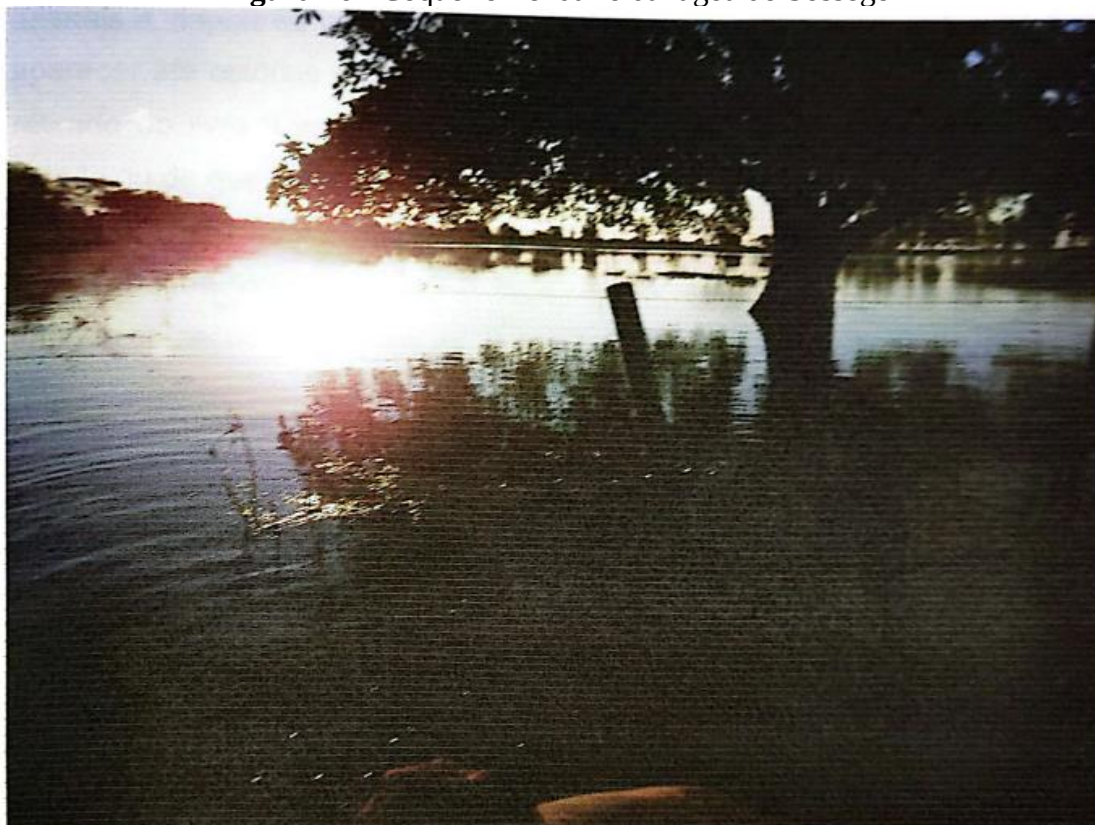
O passado guarda em muitos fatos históricos o silêncio que, por vezes, é ocultamento. No exercício dos atos humanos, ninguém é inocente, não há bondosos e maldosos, os seres são humanos e todos procuram sobressair à conjuntura em que estão envolvidos. No que tange a Moura Andrade, quando entrevistamos pessoas mais próximas aos trabalhos de escritório, cozinha, casa grande/sede da fazenda, havendo proteção ao fazendeiro, o tratam como homem justo, bom pagador e que dava todas as condições de trabalho e sobrevivência.

Em Santos (2015), existe uma passagem pelas condições de trabalho na fazenda Primavera, e assim, a participação da empresa colonizadora é identificada por meio da narrativa dos entrevistados. Essa divergência acontecia, sobretudo, porque os trabalhadores desejavam voltar para suas terras, no entanto, eram impedidos por terem de pagar pelos gastos que os agenciadores, “gatos” (empreiteiros) e a empresa colonizadora afirmavam ter tido com o trabalhador e também pela dificuldade de locomoção para outros lugares (Santos, 2015, p. 137). A permanência das pessoas para o trabalho nem sempre se dava por espontânea vontade, situação exposta por seu Leandro (Entrevista realizada em 23 de janeiro de 2010):

Eu comecei a trabalhar, puseram eu na força (serviço pesado). Eu era professor de sítio, que hoje num vale nada aquele estudo né. E aí, estourou minha mão todinha. Aí fui lá falei, eu quero ir embora. Aí ele falou (agenciador, gato) não, se tem que fica três anos aqui que é pra pagar a passagem. [...] Eles num deixava né, porque eles foi buscar né, naquele tempo você num achava gente facinho não.

As permanências e partidas nos locais de trabalho suscitam discussões, todavia, como analisado em Santos (2015), aqueles que tinham proximidade a Moura Andrade fazem pouca disposição de tratarem de questões como a lagoa do Sossego (figura 25) na fazenda Primavera. Embora ninguém tenha esclarecido o que acontecia com aqueles que fugiam ou procuravam meios de ir embora, é o silêncio que nos fala algo não dito. A relutância e medo das pessoas em falar sobre possíveis maus-tratos em relação ao trabalho ou violência pelo pagamento e recebimento de dinheiro é comum. Alguns dos entrevistados desconversam, e uma das formas de se desvencilharem do diálogo relacionado a esse tema é “que todos falam, porém não é possível provar”. Outras pessoas dizem nunca ter havido violência em relação aos trabalhos prestados, todavia, alguns comentam, “se a lagoa do Sossego falasse, teria muito a dizer”.

Figura 26 - Coqueiro Lendário da lagoa do Sossego⁴³



Arquivo Pessoal: Antônio Marcos Dias (2011).

Desta feita, aproveitamos Bom Meihy; Seawright (2020) para dialogarmos com a história oral, haja vista falar, transcrever e transcriar são situações importantes para nossa pesquisa, porém, quando os entrevistados nos pedem para desligarmos o gravador, é essencial compreendermos os acontecimentos, as subjetividades dos fatos. Não querer falar demonstrando medo e receio, também é informação, cabe ao historiador viajar ao mundo dos mortos, indagando os vivos para fluírem as análises.

A história oral possui uma trajetória investigativa, voltada para a elucidação da realidade local. Ao traçar as representatividades sociais da comunidade, ela enriquece a compreensão dos fatos, tornando a história mais densa e autêntica, se aproximando da realidade almejada. As fontes orais desempenham papel crucial na preservação da memória que se harmoniza com o passado, onde o entrevistado atua como colaborador e sujeito da história vivida. As narrativas emergem como material valioso à observação e análise, contribuindo para um trabalho com o confronto e a síntese de ideias, aceitas ou criticadas.

⁴³ Antônio Marcos Dias cita em seu trabalho de Conclusão de Curso a presença de um coqueiro lendário que representa as forças lendárias e espirituais dentro da lagoa do Sossego. Segundo o autor, houve diversas tentativas de arrancar o coqueiro, porém não obtiveram êxito na atividade.

No entanto, Bom Meihy; Seawright (2020) auxiliam ao tratarmos do compromisso do historiador com o entrevistado, não é permitido eticamente citar a transcrição sem que tenhamos a aceitação do entrevistado, “na experiência em história oral não se aceita entrevistas feitas sem anuência do colaborador. Entrevista em história oral não pode ser confundida com “furo de reportagem” (Bom Meihy; Seawright, 2020, p.117).

Bom Meihy (2005) ressalta que as narrativas orais não devem ser consideradas menos confiáveis do que documentos escritos, mas, forma diferente e igualmente válida de registrar e interpretar o passado. Por meio da história oral, é possível acessar perspectivas e experiências que podem não ter sido registradas em fontes escritas. Bom Meihy (2005) argumenta ser papel do historiador analisar criticamente as histórias coletadas, considerando o contexto, pontos de vista dos narradores e interpretações, de acordo com o tempo vivido, desta forma, não basta registrar as histórias, mas saber contextualizá-la no âmbito dos fatos históricos (Bom Meihy, 2005, p.118-121).

Utilizarmos a história oral em nossa pesquisa, demanda da necessidade de conversarmos com fontes vivas que retratam os acontecimentos nas fazendas de Moura Andrade. As narrativas dos entrevistados permitem percebermos que o intuito do empresário era transformar uma fazenda que naquele período tinha condições de uma cidade de porteiros fechadas, em cidade exponencialmente urbanizada. Não obstante, receber o título de fundador de cidades nos estados de São Paulo e Mato Grosso, sobretudo, lhe concedesse renda no loteamento da terra.

Analisamos as compreensões geográficas que Moura Andrade teve enquanto apropriação da terra para renda capitalista, haja vista, a fala de alguns trabalhadores da fazenda é que o empresário sentia-se incomodado com a proximidade ao Rio Paraná e os riscos de enchentes. Há que considerar ainda hoje, períodos de longas chuvas, as terras da fazenda Primavera próxima à divisa de Mato Grosso do Sul e São Paulo costumam sofrer com alagamentos, chegando a ficar isolada conforme a intensidade do período chuvoso⁴⁴.

Acreditamos que Moura Andrade modificou seus planos iniciais de formar uma cidade às margens do rio Paraná com a devida orientação dos engenheiros da Empresa Moura Andrade S/A. É provável que tenham pensado a cidade de Nova Andradina em local de relevo mais adequado, sobretudo, topografia pouco acidentada. Outro ponto relevante é a centralidade ao trânsito rodoviário, claro, lembrando que as empresas colonizadoras procuravam, nas suas

⁴⁴ Entre os anos de 2015 e 2016, um período de chuvas intensas fez com que à Fazenda Primavera ficasse isolada. Devido à presença de diversos banhados, situados nas proximidades de córregos e rios afluentes do rio Paraná, as estradas foram alagadas, impossibilitando o trânsito de automóveis.

condições econômicas e políticas, contribuir para gerar traçados fluviais, rodoviários e/ou mesmo ferroviários, o que factualmente poderia contribuir no escoamento de produções e mobilidade para outras localidades.

De acordo com Santana (2019), em sua dissertação de Mestrado, *De Lá Pra Cá: Trajetórias e Lugares de Nordestinas/os em Nova Andradina (MS)*, (2019), é possível fazer contato com o município de Nova Andradina, por via fluvial, considerando os limites com os municípios de Ivinhema e Angélica pelo rio Ivinhema, ao município de Ribas do Rio Pardo pelo rio Anhanduí, Bataguassu pelo córrego Pindaíba, e com Nova Alvorada do Sul pelo Ribeirão Papagaio. Não obstante, a localização de Nova Andradina permite trânsito terrestre com diversas outras localidades, a capital do Estado de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, as cidades de Dourados e Ponta Porã, além da proximidade com as divisas de estados, São Paulo e Paraná. Para Santana (2019, p. 19):

O acesso a Nova Andradina é possibilitado por rodovias que conectam o município a outros territórios municipais e estaduais. Chega-se pela BR 267, que cruza o território municipal nos sentidos Nordeste/Noroeste e pela conexão entre esta e as MS 340 e MS 134, ao Norte. A Oeste vem-se pela MS 141 e MS 274. A Sudoeste, pela MS 276, e a Sudeste, pelas MS 276⁴⁵ e MS 473.

Desta forma, caracterizamos a localização de Nova Andradina com o intuito de promover relações com outras cidades maiores, distâncias e direcionamentos a outros Estados, ou seja, os peritos agrimensores da Empresa Moura Andrade S/A auxiliaram e muito na organização territorial da cidade de Moura Andrade no estado de Mato Grosso, procurando estabelecer relações de locomoção, especialmente terrestre, a outras regiões. No cartório do 2º. Ofício da cidade de Campo Grande consta o registro da escritura de venda e compra de uma área (figura 32) denominada Baile, pertencente a Henrique Barbosa Martins, datada de 21 de janeiro de 1952, no qual Moura Andrade passou a vislumbrar a formação de sua cidade, não por acaso centralizada aos seus interesses. Encontra-se a seguinte descrição (Livro 259, Fl 02, de 21/01/1952):

[...] uma parte da Fazenda São Bento, lugar denominado Baile, município de Rio Brilhante-MT, neste Estado (Mato Grosso) com a área de 18.262 (dezoito mil duzentos e sessenta e dois hectares, que se acha em comum, porém apossada com benfeitorias constantes de casa de morada, mangueiro, cercas de arame, rego d'água, e outras, o imóvel esse que se acha dentro dos limites apresentados por Jayme Ferreira Barbosa, na escritura de compromisso de compra e venda que fez nesta data com o mesmo comprador e deverá ser respeitado pelos interessados na divisão do imóvel, propriedade essas que os vendedores houveram por compra de Henrique Martins por escritura lavrada nas fls 123 do livro 230 deste cartório devidamente transcrita sob nº. 534 –

⁴⁵ Atualmente, BR 376.

pág. 99 livro 3 do Cartório de Rio Brilhante e averbado sob. Nº. Ordem, no livro 1 folhas 10 da Coletoria de Porto 15 de Novembro e por escritura de compra feita a Estácio Roberto.

Com a aquisição das terras da fazenda Baile, Moura Andrade passou a organizar nova conjuntura de sua empresa, proporcionando a construção de casas para os trabalhadores. Projetou uma casa grande/sede nas proximidades do córrego do Baile, criando outras infraestruturas do local em que passou a pretender implantação de sua nova urbe, a cidade Baile.

Figura 27 - Escritura de Compra e Venda da Fazenda Baile

Cartório Santos Pereira
2º OFÍCIO

CAMPO GRANDE MATO GROSSO
238 — RUA BARÃO DO RIO BRANCO — 238
FONE — 88 — CAIXA POSTAL — 11

18262/6

Livro 259 Fls. - 2 -
Data 21-1-52 Valor Cr\$ 730.480,00

Traslado de escritura de venda e compra
"Baile"

Pertencente a Antônio J. de Moura Andrade

Transcrição N.º 246 Data 21-1-52
Averbação sob N.º Data

Fonte: Arquivo Museu Municipal de Nova Andradina-MS.

Em relação à figura 27, trata-se de um documento, datado de 21 de janeiro de 1952 e registrado no Cartório Santos Pereira – 2º Ofício de Campo Grande (MT), que refere-se ao traslado da escritura de compra e venda da Fazenda Baile, pertencente a Antônio Joaquim de Moura Andrade, no valor de Cr\$ 730.480,00. Trata-se de evidência cartorial que confirma a ampliação do patrimônio fundiário de Moura Andrade no sul de Mato Grosso, reforçando seu processo de consolidação territorial na região que, anos mais tarde, seria incorporada ao projeto de fundação de Nova Andradina.

Desse ponto, apontamos que a escritura (figura 28) lavrada no cartório de Campo Grande ressalta que Moura Andrade, homem casado, brasileiro, proprietário, residente na capital do estado de São Paulo, na data de 21 de janeiro de 1952, cidade de Campo Grande, na frente do cartório e de seus conhecidos e outras duas testemunhas, foram outorgados vendedores Godofredo de Sousa Nogueira e outros vendedores para lavratura da escritura das terras pertencentes a Henrique Barbosa Martins.

Figura 28 - Texto de lavratura da escritura de compra e venda da Fazenda Baile

.....
 solteiros e ALEXANDRE CORREIA MARTINS, casada com
HUGO MARTINS MARTINS, todos maiores, brasilei-
 ros, residentes neste Estado, ora nesta cidade, e como outorgado -
 comprador ANTONIO J. DE MOURA ANDRADE -
 casado, brasileiro, proprietário, residente na Capital do Estado de
 São Paulo, ora nesta cidade, todos seus conhecidos e das suas -
 testemunhas abaixo nomeadas e assinadas do que dou fé. E perante
 essas mesmas testemunhas pelos outorgantes vendedores GODOFREDO -
DE SOUSA NOGUEIRA e outras se foi dito que pela presente escritura
 e mediante a quantia certa e ajustada de Cr\$730.480,00 (setecentos
 e trinta mil quatrocentos e oitenta cruzeiros) que neste ato re-
 ceberam do outorgado, em moeda corrente brasileira, que contaram
 e acharam exata do que dou fé, da qual lhe são plena e geral qui-
 tação de pagos e satisfeitos para não mais receberem, pela presen-
 te escritura vendem como efetivamente vendido tem ao dito compra-
 dor ANTONIO J. DE MOURA ANDRADE, livre e desembaraçado de qual-
 quer onus ou hipoteca mesmo legada: UMA PARTE DE TERRAS DA FAZEN-
DA SÃO MENTO, - Lugar denominado BAILE, Município de Rio Brilhante
neste Estado, com a área de 18,262 (dezoito mil duzentos e sessen-
ta e dois hectares, que se acha em comum, porém aporcionada com
 benfeitorias constantes de casa de morada, mangueiro, cercas de
 arame, rego d'água e outras - imóvel caso que se acha dentro dos
 limites apresentados por JAYME FERREIRA BARBOSA, na escritura de
 compromisso de compra e venda que fez nesta data com o mesmo com-
 prador e deverá ser respeitada pelos interessados na divisão do -
 imóvel, - propriedade essas que os vendedores houveram por compra
 de HENRIQUE MARTINS por escritura lavrada no fls. 123.v do livro
 230 deste cartório, devidamente transcrita sob nº 534-pag.99 li-
 vro 3 do Cartório do Registro de Imóveis de Rio Brilhante e aver-
 bado sob nº de ordem, no livro 1 folhas 10 da Colatória de Porto-
 15 de Novembro; e por escritura de compra feita a ESTACIO NOBES-

Fonte: Arquivo Museu Municipal de Nova Andradina-MS.

O documento apresentado corresponde a uma escritura de compra e venda em que Moura Andrade adquire parte das terras da fazenda Baile, localizada no município de Rio Brillhante, com área de 18.262 hectares. Trata-se de uma evidência material da forma como o empresário ampliou seu patrimônio fundiário em Mato Grosso, transformando grandes glebas em mercadoria estratégica para o processo de colonização e valorização imobiliária.

A escritura explicita não apenas a dimensão territorial da propriedade adquirida, mas também a existência de benfeitorias como casas de moradia, mangueiros, cercas e rego d'água, o que revela que essas terras já eram, em parte, estruturadas para atividades produtivas. Essa característica reforça o duplo interesse de Moura Andrade, de um lado, garantir a exploração agropecuária imediata; de outro, assegurar a possibilidade de parcelamento futuro para fins de colonização dirigida, vinculando a terra tanto à produção quanto à especulação fundiária.

Nesse sentido, após a aquisição da fazenda Baile, e a devida organização documental, Moura Andrade retrocedeu as idealizações de sua cidade na divisa com o estado de São Paulo, interiorizando ao estado de Mato Grosso. Na entrevista realizada com Antônio Fernando Andrade Prado, neto do colonizador, este recordou que a fazenda Primavera tinha terras mais fracas para se construir uma cidade, solo arenoso e que, por volta do ano de 1950, Moura Andrade comprou, de Henrique Barbosa Martins, a fazenda Baile.

Nas palavras de Antônio Fernando, um dos motivos que levou Henrique Martins a vender essas terras a seu avô foi o fato de ter adoecido, precisando ficar próximo a recursos para a sua saúde. Todavia, o avô tinha por pretensão formar uma cidade, “e essa cidade teria que ser em determinada localidade que promovesse expansão e desenvolvimento”. As falas dos entrevistados sempre demonstram que Moura Andrade vislumbrava na “Nova” Andradina alcançar êxitos para tornar-se, em alguns anos, a capital do estado de Mato Grosso, numa possível divisão do estado.

Norberto Aparecido Godoy, professor aposentado, morador de Nova Andradina desde meados da década de 1970, sempre teve contato com os descendentes de Moura Andrade. Norberto procurava fazer relatório de suas conversas com os familiares, especialmente enquanto trabalhou como Diretor Legislativo da Câmara Municipal de Nova Andradina.

Nos arquivos da Câmara Municipal de Nova Andradina, encontramos alguns relatórios escritos por Godoy, que contêm a descrição da compra de glebas de terras que pertenciam territorialmente ao município de Rio Brillhante, na pessoa de Henrique Barbosa Martins. Tempos depois, tornou-se área pertencente ao município de Bataguassu, até que, com os

interesses particulares de AJMA, tornou-se o município de Nova Andradina. De acordo com Norberto Aparecido Godoy⁴⁶ (S/d, p. 14):

Mais tarde comprou terras da área da Fazenda Xavantes e depois a Fazenda Panambi, dotando-se de boas estradas de rodagens facilitando, assim os meios de comunicação e consequentemente o desenvolvimento. Desde a época da fundação da Fazenda Primavera e das demais propriedades, enquadravam-se todas elas ao Município de Rio Brillhante. Depois passaram a pertencer ao município de Bataguassu, em 1953.

Apontamos para as compras de terras no atual município de Nova Andradina e que Moura Andrade procurou cercar simbolicamente as suas terras com a aquisição de glebas ao Norte (fazenda Baile), ao leste (fazenda Xavante) e oeste (fazenda Panambi), sem deixar de mencionar a fazenda Primavera, às margens do rio Paraná. Afirmamos ser essa uma condição que Moura Andrade aderiu para abarcar maiores extensões de áreas adquiridas, mesmo que efetuasse todo o processo legal de aquisição de glebas, o intuito era ir cercando os lotes não adquiridos, e tornamos a chamar atenção para o termo “mais ou menos” que observamos nas glebas Caiuá e Piuval, quando o empresário comprou terras do estado, o processo de medição, ainda que contasse com toda a elaboração jurídica, acabava sendo realizada por trabalhos humanos.

Considerando poucos recursos para demarcar terras, Norberto Aparecido Godoy ressalta que a demarcação territorial contava com a presença do agrimensor e o proprietário da Empresa, normalmente realizada com avião jogando-se tambores brancos ao solo, demarcando as áreas pertencentes à empresa colonizadora. Norberto Aparecido Godoy (S/d, p. 14):

Ultimamente a partir de 20 de Dezembro de 1958, Antônio Joaquim de Moura Andrade, então proprietário, das Fazendas Primavera e Baile, mandou abrir uma estrada de rodagem ligando as duas propriedades passando por Bataiporã, vila já existente desde 1953, pertencente ao Município de Bataguassu. Um ano mais tarde, o Senhor Moura Andrade resolveu fundar a cidade de Nova Andradina, localizando-a no primeiro espigão da Fazenda Baile, entre os Ribeirões Esperança e Baile. Vale ressaltar a falta de recursos, como não havia instrumentos para se demarcar as terras, todas as estradas foram traçadas por avião, pelo então piloto Jeahn Benhard.

A condição de demarcar terras com o avião foi procedimento aderido por Moura Andrade, uma vez que procurava realizar o trabalho acompanhado de seus agrimensores e engenheiros, essas condições também promoviam que as demarcações acontecessem de aguada

⁴⁶ É preciso ressaltarmos que, apesar de termos entrevistado pessoas da família Moura Andrade, sempre muito simpáticas e de bom trato, mostrando as Fazendas Primavera e Baile no município de Nova Andradina-MS, todavia, não tivemos acesso a documentações dos escritórios que possam nos facilitar a compreensão dos mapas e escrituras das terras. A intenção inicial do trabalho era escrutinarmos os documentos fornecidos pela Empresa, contudo, não temos alcançado acesso, nos deixando aquém dos interesses iniciais.

em aguada, ou seja, leitos de córregos e rios colaboravam para comprar e até requerer frente ao Estado as terras que lhe convinha. Assim, contrariando a fala de Norberto Godoy, certamente não havia falta de recursos, mas, interesse de visualizar as terras a serem escrituradas.

Desta maneira, Moura Andrade deu prosseguimento a formar uma cidade no estado de Mato Grosso. Realizou investimentos na escrituração das terras e no processo migratório de pessoas oriundas dos estados de São Paulo e Minas Gerais que, normalmente, eram convidadas a trabalhar nos serviços administrativos da fazenda Primavera. Um fato chama-nos atenção, para realizar o serviço de abertura de sua cidade, Moura Andrade precisava contar com o trabalho de muitos homens. Entre os povos regionais brasileiros que mais compuseram presença nas fazendas de Moura Andrade no estado de Mato Grosso, são os oriundos do Nordeste.

A esses grupos, as condições de vindas para Nova Andradina perpassam pelos aviões da Empresa Moura Andrade S/A que se destinavam a buscá-los na Bahia. No entanto, outra parte realizava o trânsito migratório saindo de diversos estados do Nordeste destino ao Sudeste, na procura por trabalho nas lavouras de café, algodão e abertura de fazendas.

Além disso, os nordestinos ficaram tentados a adquirir ou trabalhar nas terras de Mato Grosso, onde o hectare tinha preço menor se comparado com os do Sudeste e Sul do Brasil. Santana (2019) demonstra que a migração de nordestinos para Nova Andradina foi relevante para os estudos populacionais nos diferentes períodos históricos e nos distintos lugares e que esse processo migratório pode ser influenciado por fatores de ordem econômica, política ou social.

Entre as explicações para a migração nordestina nas décadas de 1940 e 1950, relaciona-se a fuga das secas, das pobreza regionais e a perspectiva de vida melhor “num Brasil distante”. Em nossa pesquisa, encontramos Manoel Vicente dos Santos, filho de Vicente Antônio dos Santos e Sabina Josefa dos Santos. Nascido em 29 de abril de 1946, em Vasa Alegre, no estado do Ceará, Mané Preto, como é popularmente conhecido, tem história semelhante a milhares de nordestinos que migraram com suas famílias.

O entrevistado conta o trajeto com o pai, recém-viúvo, saindo do Nordeste, o qual passou por muitas localidades até chegar em Presidente Prudente-SP, o pai fez uma roça, plantaram, colheram e permaneceram cerca de dois anos no lugar até que o irmão, maior de idade, no ano de 1954 recebeu a empreita de abrir parte da fazenda Gato Preto (divisa com a fazenda Baile), em Mato Grosso, pertencente aos Barbosa Martins, ressalta Manoel Vicente dos Santos (Entrevista realizada em 23 de dezembro de 2023):

O trajeto de Presidente Prudente até Nova Andradina, durou uns quatro a cinco dias, devido não ter estradas e o meio de transportes mais fáceis eram as

embarcações pelos rios. O irmão havia pego uma fazenda para abrir, era a Fazenda Gato Preto, e sempre ouvia as pessoas dizerem: ‘olha ali na Fazenda Baile vão abrir uma cidade. Vai chamar Nova Andradina, em homenagem a Andradina – SP’. Aí ficou, era um movimento grande, era dia e noite trabalhando nessa fazenda, e a coisa evoluindo.

Manoel conta sua compreensão sobre as condições da área que se tornou Nova Andradina nos anos de 1950. Expõe a extensão da fazenda Baile e Gato Preto, coloca em pauta outras fazendas que rodeavam as terras da Empresa Moura Andrade S/A, fazenda Guarani, Merém e São Bento, além dos trabalhos fomentados por Moura Andrade para nessa localidade fundar a cidade de Nova Andradina. O entrevistado descreve a presença de muitos paraguaios, situação interessante, pois os possíveis paraguaios também são confundidos com povos indígenas. Ele ainda diz que os gatos/empreiteiros buscavam esses homens desde Rio Brillhante até a fronteira com o país vizinho para desbravar as fazendas.

Nesse interim, utilizamos Albuquerque Júnior (2019b) para questionarmos o passado, haja vista a memória de Manoel Vicente parece ser representativa de muitos outros nordestinos que trabalharam no desmatamento das fazendas em Nova Andradina. A lembrança como recomposição do passado, não é acesso direto a esse passado, mas fruto de um trabalho de rememoração feito no presente, relativo ao presente que foi e ao presente que é (Albuquerque Júnior, 2019b, p. 231).

A concepção de passado e presente a partir da memória em Albuquerque Júnior (2019b) auxilia para entendermos como Manoel Vicente, o menino que “se criou”, enfrentou os anos de 1950 nas terras da Empresa Moura Andrade S/A. A memória de Manoel Vicente aponta na organização de fragmentos que colaboram para entendimentos referentes ao período de desbravamento das terras onde se formou uma cidade no interior de Mato Grosso, sobretudo, contando com a participação da mão de obra nordestina. Albuquerque Júnior (2019b, p.231), compreende:

A experiência estabelece o passado e o presente e a relação entre eles; estabelece a representação do passado que é convocada pelos quadros sociais do presente. É este nível de memória que fixa as experiências e inventa as tradições, portanto, nada conserva do “passado puro”, ela é produto do trabalho e da inteligência que o narrador incorpora sempre o acontecimento na sua vida, e o narra como sua experiência individual. Ela é, pois, um ponto de vista sobre o passado.

A procura em Albuquerque Júnior (2019b) para relacionarmos o caráter social da memória, deve-se ao fato de compreender como os interesses de Moura Andrade se relacionam a necessidade de oportunidades desejadas pelos migrantes nordestinos. Apontamos que, diante das condições enfrentadas por pessoas nordestinas nas terras adquiridas por Moura Andrade,

muitas suportaram permanecer, devido as dificuldades de retorno para o Nordeste. Anteriormente citamos o senhor Leandro, homem nordestino que chegou na fazenda Primavera no ano de 1950 e nessa conjuntura vamos percebendo muitos outros trabalhadores tiveram sua permissão de ir embora negada pelos “gatos” das fazendas de Moura Andrade.

A esse ponto é possível chamarmos de escravidão por dívidas, fato comum no sertão de Mato Grosso durante os anos de 1940 a 1960, quando trabalhadores aliciados no Nordeste, ou mesmo interior de São Paulo e Paraná vinham trabalhar nas fazendas do colonizador e quando intencionavam retornar para suas terras ficam proibidos de fazer seus retornos para o Nordeste. José de Souza Martins (2021), em *O Cativo da Terra*, destaca a dívida como um dos instrumentos de sujeição do trabalhador nas frentes de expansão agrícola, mecanismo fundamental para a consolidação da dominação capitalista no campo.

No processo de colonização empreendido por Moura Andrade, esse dispositivo era parte da exploração da mão de obra nordestina recrutada para os trabalhos de abertura e desmatamento das fazendas em São Paulo, Minas Gerais, Paraná e Mato Grosso. A promessa de acesso à terra, insumos e crédito servia como isca para atrair esses trabalhadores, que rapidamente se viam presos em um sistema de endividamento estruturado pela imposição de preços arbitrários sobre produtos e serviços fornecidos pelos próprios empregadores.

Como observa Martins (2021), essa dinâmica remete ao aviamento da economia extrativista amazônica, na qual seringueiros eram mantidos sob permanente dependência financeira de seus patrões. Assim, a dívida operava como uma forma de cativeiro econômico, garantindo a manutenção da força de trabalho em condições de exploração e impedindo qualquer possibilidade de autonomia. Nesse sentido, explica Santana (2019, p.26):

Na dinâmica populacional, a migração se destaca pela complexidade do processo que envolve diferentes variantes, dificultando o entendimento do fenômeno, pois está enquadrada em classificações ou tipologias dentro de diversos contextos históricos, apresentados pelos fluxos migratórios, que formam o povoamento de diversas localidades.

A respeito da migração nordestina para Nova Andradina, trata-se de uma condição em que, nas décadas de 1940 e 1950, havia desejo por terras férteis, prosperidade na juventude. Alguns dos entrevistados são filhos dos migrantes nordestinos que trabalharam nos serviços pesados das fazendas de Moura Andrade, por isso, questionamos Carmelino e Lourdes sobre as dificuldades enfrentadas pelos pais. Comenta Carmelino (Entrevista: Carmelino e Lourdes, realizada em 09 de fevereiro de 2023):

Meus pais eles vieram do Nordeste, vieram para o estado de São Paulo, não me lembro a região, e do estado de São Paulo eles vieram para o Paraná, para a região de Maringá, e como era muito difícil, eles ficaram sabendo que na

fazenda Primavera tinha muito serviço, que eles estavam abrindo. Então o primeiro serviço do meu pai na fazenda Primavera foi cuidar de roça de milho pros porcos, para não comerem os milhos, chamava queixada e cateto né? Para não comer os milhos, o serviço dele e de um companheiro que vieram juntos foi para cuidar dessas roças de milho. Aí depois acabou essas roças de milho, e como ele tinha prática de mexer com gado ele foi trabalhar lá na colônia⁴⁷ para mexer com gado, para tirar leite, na colônia da fazenda. Aí ficou, depois ele veio aqui pra fazenda Baile para trabalhar com gado também, e da fazenda Baile voltou para a fazenda Primavera de novo, e ficou nessa vida. Esse é o que ele conta, né? A história dele que eles contavam né, eu na época, era recém-nascido, então é a história que a gente os ouvia contar.

De acordo com Santana (2019), a “discussão da migração tem um caráter estratégico no desvendamento da relação entre a dinâmica populacional e o processo de acumulação de capital na modernidade”. No entanto, para fugir da subjetividade sobre as motivações dos processos migratórios, Santana (2019) escreve sobre a aproximação da Geografia com a Demografia, pelos censos do IBGE, “nos possibilita averiguar a relação, em diferentes tempos e espaços, de contextos políticos e econômicos, com o quantitativo populacional do movimento migratório da Região Nordeste para o Centro-Oeste, e os desdobramentos desse processo na dinâmica populacional do Estado de Mato Grosso do Sul e do município de Nova Andradina” (Santana, 2019, p.26).

A tarefa para compreendermos factualmente as motivações dos processos migratórios, não é simples. Enquanto um grupo de baixa renda procura se movimentar de acordo com uma dinâmica social, outro grupo, promove migrações para o aquecimento das relações de produção. Nesse sentido, perguntamos a Carmelino e Lourdes, se os pais nas rodas de conversas contavam os motivos de terem deixado o Nordeste, sentido São Paulo, Paraná e depois Mato Grosso. O que tirou eles do Nordeste? Responde Lourdes (Entrevista: Carmelino e Lourdes, realizada em 09 de fevereiro de 2023):

Ah, meu pai não tenho nem ideia do que tirou ele do Nordeste não, sei que ele veio para região do estado de São Paulo, aí ele conheceu minha mãe aí se casaram, minha mãe veio com minha vó e mais uma irmã e acho que dois irmãos, eles vieram em busca de um outro irmão da minha mãe nessa região, é, por isso que eles vieram, minha avó com minha mãe, dois tios e uma outra tia vieram em busca de um outro irmão delas que estavam nessa região ali de Guaraçai e aqueles lugar por ali.

Questionamos se encontraram os tios. Responde Lourdes (Entrevista: Carmelino e Lourdes, realizada em 09 de fevereiro de 2023):

⁴⁷ As grandes fazendas costumam ter suas divisões laborais, algumas costumam chamar as divisões de retiros em outras chamam de colônias, é justamente uma referência ao modelo colonial pelo qual Portugal imprimiu ao Brasil, tendo sua sede em Lisboa e as colônias deveriam produzir riquezas e destinar a metrópole. Nesse sentido, as colônias são partes da fazenda que produzem e levam a produção para a (metrópole) sede e em diante destinada as comercializações.

Encontraram. Aí foi quando minha mãe conheceu meu pai e se casou, e aí em seguida acho minha vó voltou com os filhos, acho que um andou ficando pra essa região de Paranaíba por ali, e os outros voltaram para Bahia com a minha vó, e aí quando minha vó faleceu, aí ficou minha mãe sozinha por essa região por aqui. De vez em quando aparecia um irmão desses, que ela veio junto, e tinha os outros, mas vieram para Brasília né? E eles fixaram residência em Brasília e a grande maioria dos irmãos dela e os que se deram bem, ali constituíram família, e esses outros que eram mais fracos ficaram batendo cabeça, infelizmente né? Isso acontece.

Carmelho enaltece a procura de uma vida melhor e o casal novamente realiza diálogo sobre a presença nordestina na abertura de Nova Andradina, sobretudo, as motivações de chegarem às terras de Mato Grosso. Comentam Carmelho e Lourdes (Entrevista: Carmelho e Lourdes, realizada em 09 de fevereiro de 2023):

Carmelho: Olha, o que a gente sabe, o que eles contam, é que vieram em procura de melhoras né? E o Nordeste todo mundo sabe como que, era nesses anos, nos anos 50, né, então vieram à procura de melhoras, aí.

Lourdes: Se aventurou né.

Carmelho: É aventuras né. Então vieram parar na fazenda Primavera. Aí meu pai já casou no Nordeste, né já veio casado, aí na fazenda Primavera constituiu família, fazenda Primavera, fazenda Baile, fazenda Panambi, que era tudo do grupo Moura Andrade né? E foi onde ele constituiu família e é onde estamos aí.

Lourdes: É, é a história

Carmelho: E é essa a história.

É a história, memória provocada pelo historiador e, por isso, Albuquerque Júnior (2019b) lembra que a “História é trabalho de indivíduos que querem conhecer o outro, a História nasce de uma relação com o outro, com a alteridade, e o historiador viola as memórias para que seja gestada a História” (Albuquerque Júnior, 2019, p. 238).

Assim, procuramos saber como houve a apropriação das terras por Moura Andrade, considerando as distintas maneiras do latifundiário obter renda capitalista sobre a terra. Questionamos Carmelho sobre a possível quantidade de terras pertencentes a Moura Andrade, nos anos de 1950, quando o mesmo queria, enfim, fundar a Nova Andradina, no Estado de Mato Grosso. Carmelho comenta (Entrevista: Carmelho e Lourdes, realizada em 09 de fevereiro de 2023):

Até lá em cima até a divisa com a Teijin, então, ela (fazenda Baile) pegava pra cá do rio Ivinhema um pouco, fazia divisa com a fazenda Gato Preto, e subia margeando aqui as rodovias né, e chegava até lá na divisa da fazenda Teijin né? Que antes o nome da fazenda Teijin era Jaboticabal, não era fazenda Teijin, aí depois que o grupo japonês comprou né, que passou a ser fazenda Teijin.

A apropriação da terra por Moura Andrade, comprada ou tomada posse, é assunto para discussões diversas. Vale ressaltarmos que, entre as fazendas adquiridas por Moura Andrade, colocando marco as margens do rio Ivinhema (localização oeste ao município) até a fazenda

Xavante (localização leste ao município), nas proximidades da fazenda Jaboticabal, perímetro do Bairro São Rafael, que, depois, tornou-se fazenda Teijin, evidencia-se, aproximadamente, 80 km de distância. Já a fazenda Baile (localização norte do município) até o córrego Esperança (localização sul do município) que faz limite de municípios com Batayporã, distam 30 km.

As consideráveis distâncias entre os pontos cardeais que norteiam o território de Nova Andradina nos remetem a pensar na área adquirida por Moura Andrade e, quanto a isso, consta observarmos que Moura Andrade realizou a compra dos imóveis, devidamente registrados e escriturados em cartório. Contudo, é preciso colocar em pauta que a demarcação territorial das fazendas era realizada com auxílio de agrimensores e engenheiros da Empresa Moura Andrade S/A, o avião era pilotado por Bernhardt e, claro, meio pelo qual realizava o reconhecimento da área que o empresário pretendia realizar a planta da cidade e posteriormente promover loteamentos de seu projeto imobiliário.

Não obstante, ressaltamos que a área adquirida/comprada de Henrique Barbosa Martins por Moura Andrade não é o mesmo onde se localiza o núcleo urbano, mas, sim na área onde a terra foi requerida frente ao estado de Mato Grosso, o que nos permite apontar que a lucratividade sobre o empreendimento se tornou maior, pois, além de desmatar e ter lucro com as madeiras, optou por lotear a área requerida, como é possível ver em Monbeig (1984), sobre outras colonizações, distante dos cursos d'água, com a colonização onde fosse possível não perder de vista as vantagens da circulação comercial.

Para essa relação, temos o texto de Silva e Silva (2022) demonstrando que, desde o século XVI, legislações têm permitido que famílias possam ter suas terras ampliadas em nome da colonização. De acordo com a autora, no Brasil, o regime de sesmarias também foi implantado com o objetivo de colonizar o país. Não obstante, o Estado, a partir de 1822 legitimou como originária por meio das concessões às terras, sob a forma das sesmarias⁴⁸, e que, em 1850, com a Lei de Terras, a venda ou doação de terras devolutas passou a ser o meio aquisitivo de terras (Silva e Silva, 2022, p. 130).

É importante lembrar que, desde o Brasil colônia, a coroa e as legislações ficavam distantes do Brasil e da colonização. Por um lado, havia submissão à coroa portuguesa, por outro, utilizava-se essa submissão para a expansão territorial, fato esse que continuou com a Lei de Terras, ou seja, a própria legislação sempre contribuiu para que as oligarquias tivessem

⁴⁸ O regime de sesmarias implantado no Brasil pela Coroa encontrou diversos entraves, tendo em vista que o Alvará de 3 de maio de 1795 revelava o estado de caos no que diz respeito à organização acerca da concessão de terras regulamentada pelas cartas régias. Através do referido alvará, a Coroa buscou reordenar o território colonial em 29 artigos, detalhando a intencionalidade e as limitações presentes à época (Motta, 2011).

suas terras expandidas, passando por cima de famílias posseiros e indígenas. Podemos afirmar que essa condição aconteceu nos processos de colonização e formação de cidades. No caso de Moura Andrade, aconteceu em Andradina e Nova Andradina, requerer terras devolutas que eram compradas frente ao Estado.

Em Silva e Silva (2022) percebemos que a intervenção estatal no processo de ocupação territorial revelou-se profunda e dominante, especialmente no contexto das empresas colonizadoras do século XX que, visando à apropriação capitalista da terra, utilizaram a legislação vigente para legitimar a acumulação fundiária. Nesse cenário, a posse da terra não era atribuída àqueles que a tornavam produtiva, mas sim aos escolhidos pelo Estado.

A colonização de Mato Grosso, entre 1930 e 1950, materializou-se como processo marcado por interesses estratégicos entre Estado, empresas colonizadoras e o capital. Ao longo deste capítulo, analisamos como a atuação estatal foi decisiva na estruturação desse avanço territorial, utilizando-se de incentivos, concessões e um arcabouço jurídico que, em muitos casos, favoreceu os grandes empreendimentos privados em detrimento das necessidades dos colonos. Nesse cenário, a figura de Moura Andrade ganhou destaque como agente central na colonização de Nova Andradina. Sua atuação não se limitou à implementação de infraestrutura e incentivos à migração, mas esteve profundamente atrelada à especulação fundiária e à busca por valorização da terra como fonte de acumulação capitalista. O modelo de ocupação promovido pelo empresário, amparado por parcerias com o Estado e respaldado por discursos modernizantes, reforçou uma lógica de apropriação territorial voltada à obtenção de renda sobre a terra.

A atuação das empresas colonizadoras, ao mesmo tempo que possibilitou a fixação populacional e a criação de núcleos urbanos e produtivos, também impôs restrições que intensificaram disputas pelo acesso à terra e geraram assimetrias sociais. Essa estrutura colonizadora fomentou padrões de desenvolvimento que consolidaram a concentração fundiária e o controle da terra como ativo econômico. Ademais, o discurso estatal e empresarial sobre a colonização ocultou as contradições subjacentes ao processo, projetando uma imagem de progresso e integração que desconsiderava os impactos sociais e ambientais da ocupação.

Portanto, a colonização de Mato Grosso nesse período deve ser compreendida como estratégia econômica e política que transcendeu a simples ocupação territorial. O caso de Nova Andradina exemplifica como a terra foi utilizada como meio de especulação e acumulação capitalista, evidenciando as dinâmicas de poder que moldaram a estrutura agrária e urbana da região. Compreender esse processo contribui para uma reflexão mais ampla sobre as relações entre Estado, capital e sociedade na configuração do espaço brasileiro.

CAPÍTULO 3 - UMA 'NOVA' ANDRADINA SURTIU NO BAILE

Ao intitularmos o terceiro capítulo de nossa tese como "Uma 'Nova' Andradina surgiu no Baile", fazemos referência ao fato de que os modos operantes da colonização de duas cidades no interior do estado de São Paulo se repetiram em Mato Grosso. A escolha pela aquisição de terras com interesses imobiliários possibilitou à Moura Andrade sujeição da renda da terra ao capital, visando à sua valorização e comercialização por meio de projeto imobiliário. Neste capítulo, analisaremos como o empresário aproveitou os anos que se seguiram após a Segunda Guerra Mundial para fortalecer seu vínculo com a terra, explorando recursos naturais e incentivando o mercado imobiliário.

A formação de Nova Andradina constituiu exemplo de como a memória social, permeada por processos de esquecimento e ressignificação, atua na construção simbólica do espaço. O projeto inicial de nomeá-la como "Cidade Baile", em referência à fazenda Baile e ao córrego do Baile, revela apropriação cultural que transforma práticas indígenas em signos sociais. Segundo a tradição oral, preservada pela família Barbosa, narrada por Airton Felipe, viajantes denominaram o córrego de “Baile”, ao percorrerem as margens do rio Ivinhema, por volta dos anos de 1930, ouviram sons que associaram a músicas e danças. Ressaltando que essas terras pertenciam à família de Domingos Barbosa desde 1913, e, os viajantes indagados sobre quais terras desejavam adquirir, responderam: "aquela onde tem o baile". No entanto, os relatos indicam que tais manifestações provinham de rituais indígenas e não de festas coloniais.

Ao reinterpretar esses rituais como “baile”, a memória dominante, conforme analisaria Paul Ricoeur (2007), institui simultaneamente lembrança e esquecimento, lembra-se o espaço como lúdico e apropriável, enquanto se apaga a presença indígena que lhe dava sentido. Sob a ótica de Le Goff (1990), observa-se como a memória coletiva, moldada por interesses hegemônicos, seleciona e organiza o passado de maneira funcional à ocupação e legitimação da ordem territorial.

A apropriação simbólica do espaço, como diria Michel de Certeau (1984), não é neutra, redefine práticas e sentidos, produzindo um novo "lugar de memória", no qual o que era ritual se torna festa, e o que era território indígena converte-se em gleba para colonização. Assim, o nascimento de uma ‘Nova Andradina’ no "Baile" sintetiza a tensão entre fundação e apagamento, presença e ausência, evidenciando como a formação de cidades, mesmo em seus primeiros gestos, carrega as marcas profundas da disputa pela memória.

José de Souza Martins (1994) analisa a reprodução do capital na frente pioneira como processo que articula a modernização econômica com formas de exploração do trabalho e da

terra. Segundo o autor, o fenômeno da exploração insere-se na lógica da acumulação primitiva, na qual a expropriação de terras indígenas e camponesas, bem como a superexploração do trabalho, não são apenas resquícios do passado, mas mecanismos fundamentais para o próprio desenvolvimento capitalista. Tal processo é claramente perceptível nas áreas de interesse da Empresa Moura Andrade S/A.

A frente pioneira, portanto, não se limita à expansão racional do capital, envolve formas de incorporação da força de trabalho. Comparando essa perspectiva à formação de Nova Andradina, a partir dos anos de 1950, e à atuação de Moura Andrade, verificamos que o projeto imobiliário da Empresa Moura Andrade S/A segue a lógica descrita por Martins (1994). Dividimos o capítulo três em subitens e, no primeiro, a escrita aponta a necessidade de falarmos sobre a fazenda Baile enquanto território mítico e fundacional. Neste item, refletimos sobre a fazenda Baile como espaço que vai além de sua função produtiva e administrativa. Ao longo das entrevistas e da análise documental, é perceptível que a fazenda Baile ocupou lugar simbólico importante na memória local, sendo constantemente mencionada como ponto de partida da cidade de Nova Andradina.

Ao escrever sobre a fazenda Baile, destacamos como esse espaço passou a representar, para muitas pessoas, o “começo de tudo”, onde chegaram os primeiros trabalhadores, as primeiras clareiras e onde se instalaram os barracões que serviram de base para a futura cidade. Essa leitura permite-nos compreender que, mesmo não tendo sido loteada, a fazenda foi central no planejamento urbano e econômico da empresa. Assim, neste item analisamos os sentidos atribuídos à fazenda Baile, considerando os elementos concretos de sua estrutura quanto às narrativas que a elevam ao *status* de símbolo de origem.

Assim, no item 3.1, analisamos o quanto a formação de cidades como Nova Andradina está diretamente ligada à atuação de elites agrárias que souberam unir o controle da terra com o acesso ao poder político. A criação de projetos fundiários empresariais, como os desenvolvidos por Moura Andrade, não ocorreram de forma isolada, mas dentro de contextos em que grandes proprietários rurais utilizavam sua influência para legitimar seus empreendimentos e expandir domínio sobre o território. Nesse sentido, busca-se compreender a fundação da cidade também como resultado dessa lógica de concentração fundiária associada ao poder institucional.

A trajetória da família Moura Andrade é exemplar nesse aspecto. Enquanto o empresário Moura Andrade liderava a expansão fundiária no sul de Mato Grosso, seu filho Auro Soares de Moura Andrade se consolidava como figura política importante do país, chegando a ser Senador e Presidente do Congresso Nacional. Ao analisar essa aliança entre o poder econômico e a

representação política, percebemos projetos urbanos, como o de Nova Andradina, fortalecidos por redes de influência que extrapolavam o local. Neste item, refletimos sobre esse modelo de ação fundado na articulação entre propriedade e política, moldando a ocupação do território brasileiro no século XX.

No item 3.2, mostramos que a fazenda Baile se converte em espaço fundacional pela sua importância econômica, mas sobretudo por seu valor simbólico no processo de criação de Nova Andradina. A narrativa em torno da mudança de denominação de “Cidade Baile” para “Nova Andradina” revela como Moura Andrade utilizava estratégias de legitimação política e simbólica para consolidar o imaginário da nova cidade. A escolha do nome vinculava o novo empreendimento à Andradina-SP, conferindo-lhe um caráter de continuidade e autoridade, aspecto fundamental para compreender como a urbanização no sul de Mato Grosso foi conduzida como projeto empresarial e, ao mesmo tempo, como construção de memória.

Outro aspecto fundamental destacado no trecho foi a estratégia empresarial e política que sustentava o processo de fundação da cidade. A decisão de Moura Andrade em planejar a ocupação a partir da fazenda Baile, preservando-a como núcleo econômico e articulando seu entorno em loteamentos urbanos, cinturões verdes e glebas rurais, ilustra a lógica de valorização fundiária típica das companhias colonizadoras da época. Nesse sentido, o item não apenas descreve o empreendimento, mas evidencia como a criação da cidade foi pensada enquanto instrumento de reprodução do capital e de controle territorial, em consonância com as políticas nacionais de interiorização e integração econômica.

Para o item 3.3, aprofundamos o processo de fundação de Nova Andradina como etapa decisiva da transformação da terra em mercadoria capitalista sob o comando de Moura Andrade. Diferente da fazenda Baile, que funcionava como núcleo administrativo e de produção agropecuária, a nova cidade representava a face urbana de um projeto mais amplo de colonização privada. A análise mostra como a fundação de Nova Andradina, em 1958, foi conduzida sob a lógica da especulação fundiária, combinando propaganda, mínima infraestrutura e forte presença simbólica (igreja, escola, hospital) que servem como atrativos, ao mesmo tempo em que a força e a informalidade (capangas, cadeias improvisadas, zonas de prostituição) se mantinham instrumentos de regulação social. Esse contraste evidencia a tensão entre o discurso modernizador do empreendimento e a realidade das práticas de controle fundiário típicas das frentes pioneiras.

Além disso, destacamos a centralidade dos símbolos sociais na legitimação do projeto urbano de Moura Andrade, retomando Bourdieu (2012) para explicar como elementos como a igreja, a polícia e a prostituição foram entendidos no âmbito das condições estruturantes de uma

cidade. Ao mesmo tempo, na análise documental sobre os registros cartoriais e legislações (Decreto nº 58/1937 e nº 3.079/1938) demonstramos que a cidade foi formalizada dentro dos marcos legais, sempre subordinada aos interesses privados do empresário. A certificação do loteamento aparece, portanto, enquanto requisito jurídico e peça publicitária que reforçava a imagem de modernidade e progresso para atrair compradores e legitimar o empreendimento perante o Estado.

No que tange ao item 3.4, procuramos explicitar como o projeto urbano de Nova Andradina não pode ser entendido de forma isolada ou espontânea, sim, parte de uma estratégia ampla de reprodução do poder das elites agrárias no Brasil. A figura de Moura Andrade aparece articulada à trajetória de seu filho, Auro Soares de Moura Andrade, demonstrando a interligação entre expansão fundiária, fundação de cidades e influência política no Rio de Janeiro e, posteriormente, em Brasília. Essa associação confirma a tese de autores, como Raimundo Faoro e José de Souza Martins, de que o latifúndio moderno não se limita à produção econômica, mas incorpora instrumentos políticos e institucionais para garantir a reprodução de privilégios e o controle territorial.

No item 3.4, ressaltamos o caráter simbólico e estratégico do traçado urbano. O planejamento da cidade, com núcleo central, cinturões de chácaras e áreas de expansão, não apenas ordenava o espaço físico, mas, também, funcionava como instrumento de valorização fundiária e de controle social. A estrutura urbana foi, assim, um produto direto da lógica empresarial de Moura Andrade e de sua rede política, sustentada pelo capital acumulado.

A fundação de Nova Andradina pode ser compreendida como a materialização de um projeto que transformou a terra em mercadoria e instrumento de valorização econômica. A aquisição de extensas áreas no sul de Mato Grosso, como a fazenda Baile, e sua posterior organização em loteamentos urbanos e rurais, revela que o objetivo central da empresa Moura Andrade S/A era colonizar e povoar a região obtendo renda fundiária por meio da venda progressiva das terras. O território foi estruturado com base na lógica empresarial, que articulava planejamento urbano e propaganda para atrair pequenos proprietários e trabalhadores migrantes, formando uma cidade que, desde o início, estava inserida na lógica do capital.

Nesse sentido, Nova Andradina representa a apropriação da terra conduzida por agentes privados (classes sociais hegemônicas) com forte capacidade de organização e articulação política. Ao manter áreas estratégicas fora do loteamento, como a fazenda Baile, Moura Andrade garantiu a permanência de atividades lucrativas, como a pecuária e a extração de madeira, ao mesmo tempo em que lucrava com a urbanização controlada ao redor.

A ocupação da terra e o surgimento de empreendimentos não ocorreram exclusivamente por meio de ações de mercado e investimentos produtivos, também mediadas por políticas estatais, incentivos fiscais e reconfiguração do território, o que implicou o deslocamento de populações com distintas condições de trabalho. Além disso, a formação de novas áreas produtivas no Sul de Mato Grosso incorporou elementos da acumulação primitiva dentro da reprodução ampliada do capital.

Essa análise revela que a atuação de Moura Andrade na formação de suas cidades pode ser interpretada como projeto de desenvolvimento regional, e parte integrante das dinâmicas do capitalismo agrário brasileiro. A expansão territorial, nesse contexto, deu-se por meio de processos que mesclam modernização econômica e formas de exploração do trabalho.

À época, o sertão mato-grossense apresentava infraestrutura precária. De forma estratégica, Moura Andrade implementava seu projeto de desenvolvimento, comprava terras a preços baixos, requisitava outras, iniciava o desmatamento extrativista, implantava serrarias para utilizar as madeiras para comercialização, na construção de barracões nas fazendas e, principalmente, gerava mercadorias, como laticínios e madeiras serradas com formas específicas para comercialização.

Em relação à mão de obra, retomamos duas condições mencionadas no segundo capítulo, a migração de nordestinos e paraguaios, cuja participação foi fundamental para a abertura das fazendas. A região Nordeste do Brasil, com poucos investimentos por parte do Estado, a concentração fundiária, em algumas áreas, a seca, fatores que favoreciam o deslocamento de trabalhadores para o Sudeste e para Mato Grosso. Moura Andrade aproveitou esse contexto, oferecendo trabalho pesado nas fazendas e incentivando a migração de pessoas que, diante de tais condições, buscavam melhores perspectivas de vida.

Outro ponto relevante é a situação dos paraguaios, afetados pela pobreza em seu país, tornavam-se alvos para o trabalho nas fazendas brasileiras. Nesse cenário, as empresas colonizadoras que chegaram a Mato Grosso na década de 1950 seguiram o modelo de outras empresas extrativistas, como a Mate Laranjeira, que via nesses povos uma fonte de mão de obra barata, passível de exploração em condições análogas à escravidão.

Essa realidade é confirmada por relatos de alguns dos entrevistados, os quais mencionaram que os trabalhadores, embora incansáveis, muitos não possuíam documentos. Quando adoeciam ou faleciam, eram sepultados como indigentes, sem qualquer contato com seus familiares. No primeiro intento, a partir de 1954, Moura Andrade investiu na criação de uma cidade às margens do Córrego do Baile, consolidando o poder político, econômico e simbólico adquirido durante pelo menos três décadas. Nelson Andrade, ao lembrar as ações

do avô na formação de Nova Andradina, destaca a necessidade de mão de obra para os trabalhos de demarcação da área.

Enquanto as clareiras (figura 29) eram abertas, a demarcação da cidade e o cercamento das fazendas exigiam os mesmos cuidados e técnicas aplicadas nas cidades paulistas de Andradina e Águas de São Pedro. O trabalho de desmatamento foi administrado por homens contratados por Moura Andrade, muitos dos quais haviam trabalhado para a Empresa Moura Andrade S/A desde a abertura de Andradina e da fazenda Primavera, entre eles João Teodoro Braga, conhecido como "João do Baile"⁴⁹, que se tornou responsável pelo desmatamento e pela administração da fazenda Baile.

Figura 29 – Fazenda Baile: arruamento e clareira para Formação da Cidade



Fonte: Acervo Escritório da Eresa Moura Andrade S/A.

Dessa forma, ao analisarmos as entrevistas com pessoas que participaram dos desmatamentos da fazenda Baile, observamos o cenário inóspito em que viviam, bem como as aventuras enfrentadas durante os processos migratórios. Os motivos para essa migração foram diversos, incluindo a seca no Nordeste, as disputas de terras entre pequenos agricultores e grandes latifundiários, as violências familiares, além do fator econômico, no qual os migrantes vislumbravam a possibilidade de se tornarem meeiros, plantar, colher e, finalmente, adquirir um pedaço de terra que pudessem chamar de "seu".

⁴⁹ Este é um personagem importante na formação da fazenda Baile e, posteriormente, Nova Andradina. No entanto, aqui repetimos uma parte muito complexa de nossa pesquisa, sempre existe a boa vontade em falar da família, contudo, todas às vezes que marcamos com os filhos de João Teodoro Braga (João do Baile) sobre a história do homem trabalhador que administrou a fazenda Baile, caímos na dificuldade de fornecimento de informações e entrevista. Ao falarmos das gravações das narrativas, distanciam-se um entrave para a escrita do trabalho.

3.1 Auro Soares de Moura Andrade no Congresso Nacional e outros laços políticos

É imprescindível destacar como as empresas colonizadoras buscavam As empresas colonizadoras transformavam a terra em instrumento para geração de renda capitalista e lucro, inserindo os trabalhadores nas condições mais difíceis dessa relação de apropriação e exploração. Enquanto nordestinos e paraguaios almejavam melhores condições de vida, trabalho ou um pedaço de terra para morar e cultivar, os empresários avaliavam a viabilidade da terra em proporcionar-lhes renda e lucro. Nesse contexto, Moura Andrade que, em terras mato-grossenses, procurou repetir os feitos de Andradina e Águas de São Pedro, consolidou o mercado imobiliário.

Moura Andrade explorou a terra de diversas formas para obter renda e lucro, sendo a aquisição da fazenda Primavera no final da década de 1930 o princípio desse processo em Mato Grosso. Inicialmente, instalou serrarias para o beneficiamento da madeira e, mais tarde, investiu na criação de gado de corte e leiteiro. Somente anos depois surgiu o projeto de fundar uma nova cidade no sertão mato-grossense, iniciativa que contou com o apoio de políticos locais e nacionais. Embora familiares afirmem que Moura Andrade não se interessava por política, o desenvolvimento capitalista e imobiliário de suas propriedades o aproximava do meio político. Afinal, a criação de novas frentes de colonização e de infraestrutura articulava com o Estado, contando com incentivos governamentais.

Essa constatação é corroborada pelas entrevistas, nas quais as narrativas mencionam que Moura Andrade mantinha relações com diversos políticos, tanto do Governo Federal quanto dos estados de São Paulo e Mato Grosso. A chegada de seu filho no Congresso Nacional refletiu o poder econômico, simbólico e político do latifundiário. Auro Soares de Moura Andrade⁵⁰, um de seus filhos, foi eleito deputado estadual, em 1947, e deputado federal, em 1950, pela União Democrática Nacional (UDN) e, em 1954, elegeu-se senador pelo Partido Trabalhista Nacional (PTN). Posteriormente, filiou-se ao Partido Social Democrático (PSD), onde se destacou. Em 1961, foi eleito Presidente do Senado, cargo que ocupou por sete anos, sempre reeleito, e foi também um dos fomentadores do Golpe Empresarial-Militar de 1964 que colocou o Brasil numa ditadura que durou 21 anos. Moura Andrade participava ativamente das relações políticas e econômicas no Brasil, como demonstramos na figura 30, que retrata a Exposição Agropecuária de Campo Grande, em 1942. Nela, demonstramos a presença de criadores

⁵⁰ Senado Federal – Portal de Memórias. Título: Auro Soares de Moura Andrade – Perfil Parlamentar. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/346> (Acesso em: 28 abr. 2025).

paulistas de equinos e bovinos, destacando-se, principalmente, a figura de João Ponce de Arruda, que viria a ser governador de Mato Grosso na década de 1950, e de Etalvíio Martins, de quem Moura Andrade adquiriu parte das glebas de terra que originaram a fazenda Primavera.

Figura 30 - Jornal O Estado de Mato Grosso e a presença de pecuaristas paulistas na IV Exposição Agropecuária de Mato Grosso

Vista íssima a IV Exposição Agro-Pecuária de Campo Grande

Criadores paulistas atraídos pelo certame admiram o progresso da pecuária matogrossense

Filmados os aspectos da Exposição, principalmente os que tiveram a presença do Dr. João Ponce de Arruda

O regresso de S. Excia.

Além de uma brilhante demonstração do progresso que já atingiu, graças ao trabalho perseverante dos nossos fazendeiros, a IV Exposição Agro-Pecuária de Campo Grande está exibindo também as provas confortadoras do nosso desenvolvimento industrial.

Oxala alguns das demais cidades de Mato Grosso o bom exemplo que lhes dá a Cidade de São Paulo, para maior grandeza do Estado e maior prosperidade do Brasil. Poderão também, a Vitória-Régia do pantanal, ficar na ordem do dia pela sua magnífica Semana Agro-Pecuária. E as demais cidades matogrossenses, cada uma nos limites de suas possibilidades, irão tomando o seu lugar na parada vitoriosa e radiante do nosso progresso.

Os telegramas que publicamos a seguir dizem plenamente de esplendor e dos magníficos resultados da IV Exposição Agro-Pecuária promovida pelo Sindicato dos Criadores do Sul de Mato Grosso.

Campo Grande, 24 — A Exposição continua visitadíssima. A entrada do Pavilhão da Agricultura exibe-se a demonstração gráfica do notável progresso do Campo Grande, num aprecível trabalho da Seção de Estatística da Prefeitura Municipal.

Entre os produtos industriais expostos sobressaem os dos grandes matoqueiros J. Faria & Cia. e da Fundação Vilheta e os magníficos artigos da "Cerveja Aparecida", organização com capacidade para abastecer e dominar o mercado até a adiantada cidade paulista de Bauri.

O certame ruralista atraiu criadores de várias zonas do Estado de São Paulo, os quais não escondem a sua admiração pelo aprecível desenvolvimento da nossa pecuária.

Embora não apresente o grande número de produtos dos anos anteriores, a IV Exposição avança-se às precedentes pela seleção dos espécimes, mostrando a indiscutível melhoria dos nossos rebanhos.

O jurado presidido pelo Dr. Osvaldo Teixeira, representante especial do Ministério da Agricultura, fez as seguintes principais classificações: Campeão da Raça Indubrasil, "Mandarin"; 1.º prêmio: Campo Regional, "Fidalgo"; 1.º prêmio: Foram premiados tam-

bém "Comandante", da Sociedade Anonima Felicitoso Anglo, e "Triangulina", Cepele da Raça Indubrasil, "Mandarin", "Fidalgo" e "Triangulina" pertencem ao pecuarista Ovídio Arantes.

Entre os animais cavaleiros foram distinguidos com o primeiro prêmio "Príncipe", de propriedade do Sr. Júlio Nogueira, gerente do Banco do Brasil; "Nedjar", pertencente a Jaque Rodrigues; e "Admirador", de Ademir Moraes; e "Garoto", de Faustino Silveira.

O adiantado pecuarista paulista Moura Andrade ofereceu a Ovídio Arantes 130 contos por duas vacas "Gyr" puras ou 200 contos por duas de mesma raça e uma magnífica "balalaica".

Etalvíio Martins recusou 10 contos por uma novilha de sete meses e ofereceu 5 contos por um sempre conserto de uma "balalaica" pertencente a Osvaldo Arantes. Tais preços são sem precedentes nesta zona.

NOVA YORK, junho — (Por via Aérea) — É difícil descobrir a que fim propôs servir a estatística populacional oficial distribuída nas últimas semanas. Moveu a declaração da Casa Branca sobre a questão dos navios, na qual muito se disse sobre os estaleiros e muito pouco sobre a verdadeira relação entre a nossa produção e as nossas necessidades. Houve o relatório da Marinha e Exército sobre o progresso da guerra desde 7 de dezembro, que não tocou no assunto importantíssimo do nosso dos submarinos da água americana.

Por certo, o efeito de tal publicação foi dar ao povo uma falsa sensação de segurança e promover a complacência e a inércia em face de um perigo que está se tornando tão agudo que pode significar se não uma derrota, pelo menos uma luta longa, sangrenta e custosa para o povo. Qual o objetivo da sanção que está sendo dada ao povo, numa época em que ele tem o direito de saber a verdade, para que possa agir e lutar, como apenas um povo inteligente e consciente do perigo pode agir e pode lutar?

De haver uma única base para as respostas ao estormento dos braves

O ESTADO DE MATO GROSSO

DIREÇÃO DE ARCHEDES LIMA
ANO III II Curitiba, Quinta-feira, 25 de junho de 1942 NÚMERO 768

Tanques humanos empregados pelos russos contra os alemães

Roosevelt e Churchill desejam ajudar os soviéticos

Laval pretende auxiliar a Alemanha e a própria Itália

mostram a seleção já alcançada pelos nossos criadores.

Esta manhã nos pátios da Exposição realizaram-se diversas cenas de domação de potros bravos com grande afluência de expectadores.

Os cinematografistas Willat Gerike e Assis Vasconcelos filmaram os aspectos da Exposição, principalmente aqueles que tiveram o brilho da expressão e honrosa presença de S. Excia. o Sr. Dr. João Ponce de Arruda, eminente Interventor Federal Substituto. Os mesmos operadores cinematográficos seguem hoje para a zona pantaneira em busca dos cenários maravilhosos de tão privilegiada região.

Campo Grande, 24 — Os cineastas locais "Santa Helena" e "Albino" estão exibindo uma demonstração do progresso de Mato Grosso, os filmes de II Exposição, os quais aparecem em vários aspectos do memorável e de a figura insubstituível do Interventor Júlio Müller.

(Conclui na 4ª página)

LONDRES, 25 (A. N.) Informam de Moscou que os russos estão usando tanques humanos, última e diabólica arma empregada para conter a ofensiva das forças blindadas e mecanizadas alemãs na frente de Kharkov.

Adianta-se que dezenas de voluntários equipam-se de granadas de alto poder explosivo e lançam-se contra os tanques alemães que procuram abrir caminho sobre as posições soviéticas.

DESEJAM AJUDAR

Washington, 25 (A. N.) Os círculos autorizados locais afirmam que Roosevelt e Churchill estão tratando de determinar a maneira de reunir uma gigantesca frota marítima para transportar homens e materiais necessários à abertura imediata de uma nova frente de batalha na Europa, visando auxiliar os russos.

LEGIÃO ANTI-SOVIÉTICA

LONDRES, 25 (A. N.) A imprensa de Vichy anuncia a criação da Legião Anti-Soviética, que atuará como força expedicionária francesa para lutar na Europa e África e onde quer que existam interesses franceses em jogo.

O CHILE E A GUERRA

SANTIAGO DO CHILE, 24 (A. N.) — Foi aprovada pela Assembleia Radical a qual pertencem o Presidente Ríos e a maioria dos ministros a resolução de pleitear a ruptura das relações entre o Chile e o eixo e perseguir as atividades da quinta coluna.

AFUNDADOS O "RIO DEL PLATA" E "RIO DULCE"

O povo apedrejou a Embaixada alemã

BUENOS AYRES, 25 (A. N.) Anuncia-se o afundamento dos navios argentinos "Rio del Plata" e "Rio Dulce". As águas territoriais americanas A multidão enfurecida apedrejou o edifício da embaixada alemã. Em San Rafael o povo desobedeceu à polícia e promoveu violento comício pedindo o rompimento das relações com o eixo.

AFUNDADO MAIS UM NAVIO ARGENTINO

BUENOS AYRES, 24 (A. N.) Deputados de vários partidos argentinos manifestam sua indignação ante o novo ataque alemão a navegação argentina em desrespeito à sua neutralidade.

O ex-ministro do exterior José María Cantillo disse à imprensa o seguinte: "Este incidente vem provar que a nossa neutralidade é absolutamente inútil e apenas permite o desenvolvimento da 5ª coluna."

Os deputados socialistas solicitam da Mesa da Câmara a presença do Chanceler Guinzay afim de informar sobre o aliado afundamento.

Embora não apresente o grande número de produtos dos anos anteriores, a IV Exposição avança-se às precedentes pela seleção dos espécimes, mostrando a indiscutível melhoria dos nossos rebanhos.

O jurado presidido pelo Dr. Osvaldo Teixeira, representante especial do Ministério da Agricultura, fez as seguintes principais classificações: Campeão da Raça Indubrasil, "Mandarin"; 1.º prêmio: Campo Regional, "Fidalgo"; 1.º prêmio: Foram premiados tam-

Os navios e salvagem das tripulações. Estamos agitados como uma ave ferida, como uma serpente a comulgar com que estes trágicos desastres estão sendo aceitos pelo governo e pelo povo é chocante, e não cor-

homens que foram nossas batalhas no mar em terra e no ar.

Não é esplicito e eficiente e aceitável dizer que estamos empenhados numa luta de sete oceanos e que todas as nossas forças navais regulares estão inteiramente envolvidas em missões mais importantes. Isto é verdade e todos os relatos que chegam de competentes observadores trazem o testemunho da coragem e habilidade e do valor combativo da nossa esquadra. A batalha que temos diante de nós, nas nossas águas, é de uma diferente ordem de coisas: é uma espécie de batalha em que os serviços combativos organizados não podem resistir a menos que todo o povo seja chamado a colaborar.

O povo teria que fazer isto se as nossas terras fossem invadidas. As forças armadas esperam que o povo combata e lutando como se guerrilheiros chineses e russos combatem o inimigo, com estarmos pedindo aos hindus para fazer se forem invadidos.

Entretanto, a verdade é que nossas águas territoriais foram invadidas tão terrivelmente invadidas que nossos navios não podem viajar com segurança mesmo quando já avistamos nossas praias, e suas tripulações não

(Conclui na última página)

Desperta América

Por WALTER LEPMANN

confortadoras palavras usadas por Mr. Churchill. Ele conquistou o direito de usar palavras confortadoras. Pode ser que sua posição na Europa, com um todo, seja menos desfavorável que a dos judeus pensarem, no último inverno, deveria ser no momento em que vivemos. Mas, seria puto que tocarem com estes pontos quando os ovos ainda estão sendo "chocados", ou pensar, por um instante, que já se passou a fase final. No que tange à nossa parte nesta guerra, o espetáculo dos navios mercantes sendo postos a pique em grande número, bem próximo da nossa costa, é um desastre que se torna tão humilhante como criticamente perigoso, se não despertarmos para o fato.

Não estamos nos levantando para enfrentar. Estamos discutindo sobre o raciocínio de gasolina e não sobre o fato de, em nossa água, não estarmos tomando medidas extraordinárias para proteção dos nossos navios e salvagem das tripulações. Estamos agitados como uma ave ferida, como uma serpente a comulgar com que estes trágicos desastres estão sendo aceitos pelo governo e pelo povo é chocante, e não cor-

De haver uma única base para as respostas ao estormento dos braves

cessários à abertura imediata de uma nova frente de batalha na Europa, visando auxiliar os russos.

LEGIÃO ANTI-SOVIÉTICA

LONDRES, 25 (A. N.) A imprensa de Vichy anuncia a criação da Legião Anti-Soviética, que atuará como força expedicionária francesa para lutar na Europa e África e onde quer que existam interesses franceses em jogo.

O CHILE E A GUERRA

SANTIAGO DO CHILE, 24 (A. N.) — Foi aprovada pela Assembleia Radical a qual pertencem o Presidente Ríos e a maioria dos ministros a resolução de pleitear a ruptura das relações entre o Chile e o eixo e perseguir as atividades da quinta coluna.

AFUNDADOS O "RIO DEL PLATA" E "RIO DULCE"

O povo apedrejou a Embaixada alemã

BUENOS AYRES, 25 (A. N.) Anuncia-se o afundamento dos navios argentinos "Rio del Plata" e "Rio Dulce". As águas territoriais americanas A multidão enfurecida apedrejou o edifício da embaixada alemã. Em San Rafael o povo desobedeceu à polícia e promoveu violento comício pedindo o rompimento das relações com o eixo.

AFUNDADO MAIS UM NAVIO ARGENTINO

BUENOS AYRES, 24 (A. N.) Deputados de vários partidos argentinos manifestam sua indignação ante o novo ataque alemão a navegação argentina em desrespeito à sua neutralidade.

O ex-ministro do exterior José María Cantillo disse à imprensa o seguinte: "Este incidente vem provar que a nossa neutralidade é absolutamente inútil e apenas permite o desenvolvimento da 5ª coluna."

Os deputados socialistas solicitam da Mesa da Câmara a presença do Chanceler Guinzay afim de informar sobre o aliado afundamento.

Embora não apresente o grande número de produtos dos anos anteriores, a IV Exposição avança-se às precedentes pela seleção dos espécimes, mostrando a indiscutível melhoria dos nossos rebanhos.

O jurado presidido pelo Dr. Osvaldo Teixeira, representante especial do Ministério da Agricultura, fez as seguintes principais classificações: Campeão da Raça Indubrasil, "Mandarin"; 1.º prêmio: Campo Regional, "Fidalgo"; 1.º prêmio: Foram premiados tam-

Os navios e salvagem das tripulações. Estamos agitados como uma ave ferida, como uma serpente a comulgar com que estes trágicos desastres estão sendo aceitos pelo governo e pelo povo é chocante, e não cor-

homens que foram nossas batalhas no mar em terra e no ar.

Não é esplicito e eficiente e aceitável dizer que estamos empenhados numa luta de sete oceanos e que todas as nossas forças navais regulares estão inteiramente envolvidas em missões mais importantes. Isto é verdade e todos os relatos que chegam de competentes observadores trazem o testemunho da coragem e habilidade e do valor combativo da nossa esquadra. A batalha que temos diante de nós, nas nossas águas, é de uma diferente ordem de coisas: é uma espécie de batalha em que os serviços combativos organizados não podem resistir a menos que todo o povo seja chamado a colaborar.

O povo teria que fazer isto se as nossas terras fossem invadidas. As forças armadas esperam que o povo combata e lutando como se guerrilheiros chineses e russos combatem o inimigo, com estarmos pedindo aos hindus para fazer se forem invadidos.

Entretanto, a verdade é que nossas águas territoriais foram invadidas tão terrivelmente invadidas que nossos navios não podem viajar com segurança mesmo quando já avistamos nossas praias, e suas tripulações não

(Conclui na última página)

Fonte: Arquivo do Estado de Mato Grosso - Jornal O Estado de Mato Grosso - Ano III - 25 de junho de 1942 - Nº. 768.

A imagem do jornal O Estado de Mato Grosso, datada de 25 de junho de 1942, reporta a IV Exposição Agropecuária de Campo Grande, revela um momento de articulação com interesses econômicos e políticos no processo de interiorização de capitalistas em Mato Grosso. A matéria enfatiza a participação de criadores paulistas em leilão de gado de raça, evidenciando o movimento de expansão agrícola e pecuária proveniente do Sudeste em direção ao Centro-Oeste, reforçando a dinâmica de ocupação do território baseada em projetos agropecuários.

A presença de personalidades, como João Ponce de Arruda, Governador de Mato Grosso nos anos de 1950, e Etalívio Martins, um dos proprietários das glebas de terras que deram origem à fazenda Primavera, e tempos depois a fazenda Baile, demonstra a relação direta entre a elite econômica e política local com os projetos de colonização. A menção desses políticos em um evento de natureza econômica indicava a legitimação dominante e construção de redes de poder entre capitalistas-latifundiários e dirigentes públicos, também pertencentes a mesma classe social.

Nesse contexto, retomamos Bourdieu (2012) para ressaltar que a atuação de Moura Andrade, embora não explicitamente citada na reportagem, se insere como parte das estratégias de aproximação com o poder político, visando garantir a segurança jurídica da propriedade da terra, facilitar incentivos estatais e consolidar sua posição enquanto agente econômico de destaque na região. É necessário lermos as representações simbólicas, em que a participação de empresários paulistas em feiras agropecuárias não era apenas demonstração de progresso, mas gesto político, simbólico e estratégico de ocupação territorial. Assim, a figura 30 confirma a hipótese de que a formação de novas cidades e frentes agrícolas no sertão mato-grossense ocorreu por meio de alianças entre empresários e figuras políticas locais e nacionais.

Como observa Silva e Silva (2022), a formação socioeconômica do Brasil, especialmente em Mato Grosso, revela estreita conexão entre terra, poder e política. Nesse contexto, as disputas territoriais envolvem grandes proprietários rurais que, em aliança com políticos, consolidam o sistema de concentração fundiária e o domínio político se tornam realidade. A articulação entre as elites agrárias e o poder estatal resultou em uma estrutura fundiária que restringe o acesso à terra e ao poder, favorecendo um pequeno grupo dominante.

Silva e Silva (2022) destaca ainda que essas dinâmicas reforçam a manutenção do *status quo* e dificultam a transformação das relações socioeconômicas no estado, ao mesmo tempo em que permitem a grandes empresários expandirem suas propriedades concentrando vastas extensões de terra. Para Silva e Silva (2022, p. 35):

Com vistas à compreensão dos meandros inerentes à continuidade dessa estrutura até os dias atuais, a análise do processo político que abarca generosamente o capital econômico e sustenta a permanência do modelo excludente e concentrador de renda passa, necessariamente, pelo reconhecimento das características inerentes à classe política no estado: as figuras, os grupos, os elementos de representatividade, o parentesco, entre outros.

Para compreender a permanência do modelo fundiário que marcou a fundação de cidades como Andradina e Nova Andradina, é necessário analisarmos os meandros da estrutura política que sustenta essa lógica até os dias atuais. A consolidação da terra como instrumento

de capital e de poder político não se encerra com a formação do núcleo urbano, se perpetua por meio de alianças entre elites econômicas e grupos políticos locais e regionais. Nesse contexto, torna-se essencial considerarmos os elementos que estruturam a classe política no estado, como as figuras de liderança, os grupos familiares dominantes, as redes de parentesco e as formas de representatividade institucional que asseguram a reprodução desse poder. O capital político e o capital fundiário caminharam lado a lado, sustentando-se mutuamente, e permitindo que os mesmos sujeitos sociais que participaram da ocupação do território também se mantenham influentes nas decisões públicas que regulam sua exploração.

José de Souza Martins (1994) argumenta que o latifúndio no Brasil é uma forma econômica de organização da terra, porém, também um sistema social de poder, no qual a propriedade funciona como mediação simbólica e concreta para o controle da população e das instituições. A modernização do campo, longe de romper com esse modelo, na verdade o adaptou, inserindo os grandes proprietários em novas redes de reprodução capitalista. No caso de Andradina e Nova Andradina, a formação das cidades foi guiada por esse tipo de racionalidade, no qual o loteamento da terra e a criação do núcleo urbano não romperam com o latifúndio, mas o atualizaram como forma de geração de renda e centralização de poder.

Aproveitamos a escrita de Silva e Silva (2022) para afirmar que o elo político de Moura Andrade com membros da oligarquia mato-grossense colaborou para a aquisição de terras e para o êxito de seu projeto imobiliário. Nesse sentido, a fala de Nelson Andrade oferece nova compreensão sobre o planejamento de Moura Andrade ao idealizar a formação de uma cidade no estado de Mato Grosso. Como mencionamos anteriormente, e conforme afirma o entrevistado, percebemos que, ao longo da década de 1950, o conceito de Nova Andradina foi sendo projetado como a potencial cidade do rei do gado em Mato Grosso (fotografia 7).

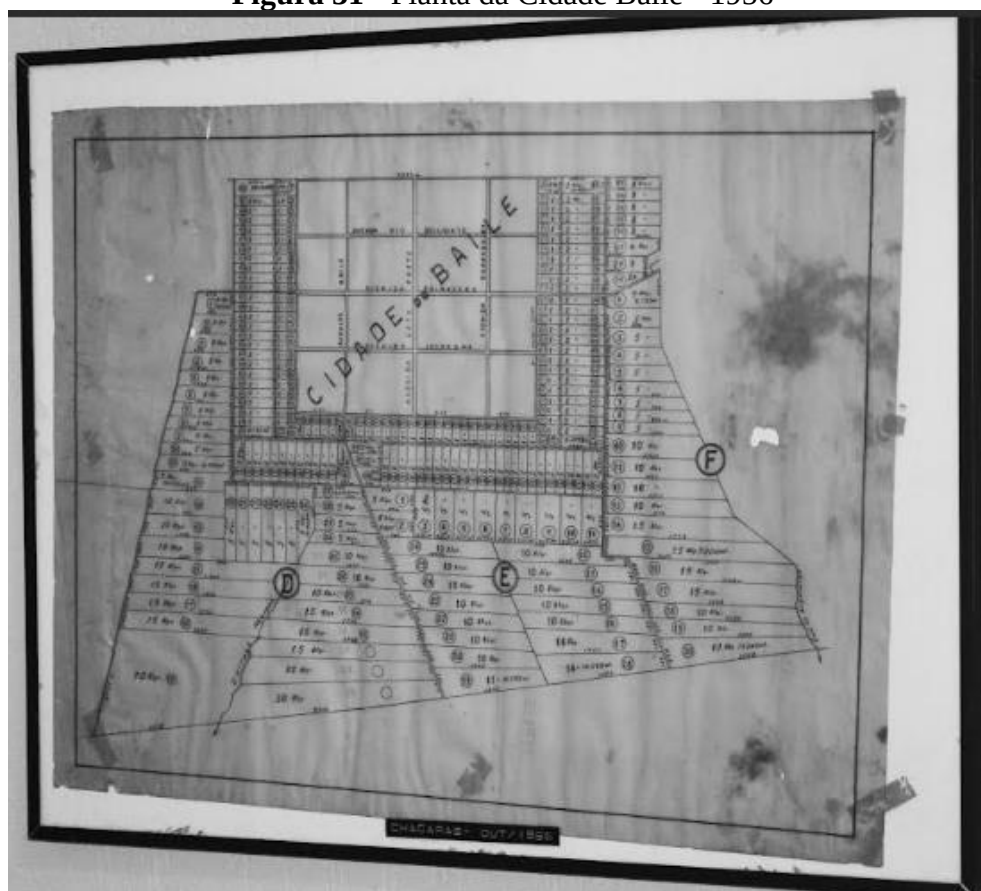
A fotografia 7 proporciona-nos uma percepção interessante, Moura Andrade aparece com caderno nas mãos, fazendo anotações sobre as áreas visitadas com o agrimensor e o piloto de aviação. Segundo alguns entrevistados, no caso de Nova Andradina, Moura Andrade também percebeu. Segundo alguns entrevistados, no caso de Nova Andradina, Moura Andrade também percebeu que o local projetado para o núcleo urbano possuía madeiras de boa qualidade para extração e comercialização, não que esse fosse o intuito maior, contudo, era meio que consolidava suas formas de obter renda da terra.

Fotografia 7 – Antônio Joaquim de Moura Andrade e os agrimensores discutindo o projeto da cidade de Nova Andradina.



Fonte: Arquivo da Empresa Moura Andrade.

Durante a entrevista com Shoji Shirota, agrimensor de Moura Andrade, tivemos a oportunidade de ouvir sobre o cuidado do empresário em realizar as projeções de sua cidade. Desde o início, Moura Andrade fazia questão de convocar o agrimensor e o piloto para sobrevoar a área diversas vezes. Detalhava minuciosamente seu projeto imobiliário, com o objetivo, não apenas de fundar uma cidade, mas de garantir que ela tivesse áreas de expansão, é o que chamamos de especulação imobiliária, considerando que tempos depois a terra pudesse continuar lhe propiciando renda (figura 31). Na planta intitulada "Cidade Baile", é possível observar uma cidade projetada em forma de quadrado, com loteamentos dispostos em quarteirões no núcleo urbano, prevendo a possibilidade de expansão futura, sem comprometer a organização do loteamento.

Figura 31 - Planta da Cidade Baile - 1956

Fonte: Arquivo da Empresa Moura Andrade.

Na figura 31 demonstramos o projeto de loteamento da chamada cidade Baile, elaborado em outubro de 1956. Esse documento representa o início da transformação de uma área em núcleo urbano, como parte do plano de Moura Andrade para fundar a nova cidade. O nome “Baile”, que remete a uma tradição oral reinterpretada, aparece aqui de forma oficial, indicando a apropriação simbólica do território. O desenho mostra quadras organizadas no centro e chácaras nas margens, o que sugere ocupação mista, com partes urbanas e outras voltadas ao uso rural. Esse tipo de organização era comum em projetos de colonização privada, voltados à valorização da terra e à fixação de trabalhadores. O plano reforça que a criação de Nova Andradina foi fruto de um projeto planejado e articulado aos interesses políticos e econômicos de Moura Andrade, e não processo aleatório.

Em Nardoque (2014) e Martins (1990) percebemos que o retalhamento das terras serviu como ponto fundamental de acesso a lotes de terras no núcleo urbano e nas pequenas chácaras onde a condição financeira era acessível aos trabalhadores na fazenda da empresa colonizadora, e dos sítios que se formavam a partir do plantio do café. Para Monbeig (1994) era condição clara que as empresas colonizadoras imobiliárias tinham para potencializar seus empreendimentos.

Dessa forma, compreender a fundação e expansão de cidades como Nova Andradina exige que se vá além da análise do espaço físico. É necessário reconhecer que o poder fundiário e o poder político se entrelaçavam, permitindo que elites locais e regionais se mantivessem em posição de mando por meio da legitimação da propriedade, da ocupação simbólica da terra e da administração dos conflitos. Esse entrelaçamento, conforme mostra Martins (1994), continua sendo um dos pilares estruturantes das relações de poder no Brasil contemporâneo.

3.2 A fazenda Baile como espaço fundacional

A escolha do nome “Cidade Baile”, em 1956, revela que, inicialmente AJMA pretendia nomear sua cidade como “Andradinópolis”, conforme consta no licenciamento por meio do decreto federal nº. 23.569, registrado no cartório de protocolo da cidade de Andradina sob o nº 1645 e no CREA nº 601/365, no dia 9 de dezembro de 1955. No entanto, o nome que acabou prevalecendo foi “Cidade Baile”, denominação que perdeu força entre os anos de 1957 e 1958, à medida que o projeto imobiliário avançava e as articulações de Moura Andrade com políticos e empresários se intensificavam. Ele percebeu que Andradina poderia continuar crescendo, mesmo distante geograficamente das terras mato-grossenses, e passou a relacionar a nova cidade com a original. Segundo relatos de entrevistados, o empresário frequentemente dizia, em suas falas e propagandas, que uma nova Andradina nascia em Mato Grosso.

Esse aspecto tem forte valor simbólico, a escolha do nome Nova Andradina reforçava o poder político e econômico por trás do projeto urbano, é a personificação do novo coronel. Além disso, essa decisão mostrava como o empresário estimulou a expansão urbana e promoveu loteamentos rurais como forma de valorização da terra. Os entrevistados indicam que Moura Andrade tomou a decisão de fundar uma cidade no estado de Mato Grosso de forma planejada, e suas ações, nesse sentido se tornaram cada vez mais evidentes. Como relata Nelson Andrade (entrevista realizada em 24 de fevereiro de 2024):

[...] eu tive a oportunidade de acompanhar meu avô nessas viagens, nessas idas, ele ia para a fazenda Primavera, até então, e foi por lá, e voar, procurar um local ali no patrimônio do Baile, onde que se encontra hoje a cidade, e deslocar, naquele tempo não tinha GPS, era no rumo, na bússola, colocando o pessoal da base, um grupo que fazia, a abertura das estradas, de, eventualmente da cidade, e localizando mais ou menos até chegar na posição onde a Nova Andradina está, próximo a um córrego, próximo, mais próxima a uma rodovia federal que passava de São Paulo pra Campo Grande, e, eu tive nessa oportunidade de junto com ele, assim, ao lado dele ir pesquisando e anotando, depois a gente pousava e conversava com o pessoal da topografia e foi assim que surgiu Nova Andradina (respiração funda).

O relato de Nelson Andrade evidencia o caráter prático e estratégico do processo de formação de Nova Andradina. A narrativa destaca a atuação de Moura Andrade na escolha do local da futura cidade, utilizando recursos técnicos disponíveis na época, como a navegação por bússola e observação visual, em uma época em que não havia instrumentos modernos como o GPS. A participação de equipes de apoio, responsáveis pela abertura de estradas e pela demarcação do terreno, reforça que o processo de ocupação e urbanização foi cuidadosamente planejado, mesmo diante das limitações tecnológicas.

A fala diz sobre fatores estratégicos na seleção do local, como a proximidade de um córrego e o acesso facilitado à rodovia federal importante, que ligava o estado de São Paulo a Campo Grande. Esses aspectos indicam que a escolha do lugar foi pensada para garantir tanto o abastecimento de recursos naturais quanto a integração viária, ambos fundamentais para o sucesso do empreendimento imobiliário.

Nelson Andrade reforça a compreensão de que a criação de Nova Andradina foi baseada na experiência prática, na observação do espaço e na articulação com a infraestrutura existente. A referência ao local conhecido como patrimônio do Baile, vinculado à área da fazenda Baile, exemplifica a tática adotada pela empresa de Moura Andrade, que considerava os interesses territoriais e as disputas da época. Evidencia que a fundação de Nova Andradina envolveu exploração econômica e colonização, além de articulação política e territorial.

Geremia Lunardelli, conhecido como o "rei do café", que adquiriu terras em Mato Grosso no início da década de 1950, em áreas férteis, com o objetivo de dar continuidade à produção de café lhe conferiu tal título. A figura 38 ilustra a compra de mais de 18.000 hectares de terras no município de Dourados, realizada por Lunardelli em 1951. Vale lembrar que, no ano anterior, Moura Andrade já havia adquirido a fazenda Baile, que, a partir de 1958, deu origem a Nova Andradina.

Esses dados evidenciam que não se tratava de uma iniciativa isolada, mas de um movimento articulado que envolvia políticos, comerciantes e empresários. Como destaca José de Souza Martins (1994), o avanço da fronteira agrícola foi conduzido por grandes grupos econômicos e respaldado por políticas estatais de ocupação territorial, evidenciando uma aliança entre capital privado e interesses públicos no processo de interiorização do país.

Figura 32 - O PROGRESSO. O Sr. Geremia Lunardelli adquiriu mais 18.616 hectares de terras em Dourados, p. 2, 30 set. 1951

2ª PAGINA
O PROGRESSO
30-9-1951

O Sr. Geremia Lunardelli adquiriu mais 18616 hectares de terras em Dourados

Tivemos ocasião de ver no Cartório do Registro Imobiliário duas escrituras de compra realizadas em São Paulo pelas quais o Sr. Geremia Lunardelli, Rei do Café, adquiriu mais 18616 hectares de terras neste município, compradas aos Srs. Antonio Azuaga e Sinésio de Matos.

PALHAÇA
(Humorismo)

— Quem é esta mulher papai?
— É Minerva.
— É aquela ali. É o marido dela?
— Não meu filho; ela não era casada. Minerva era a deusa da sabedoria.
— Desconfio que minha mulher me abandonou.
— Por que?
— Há cinco anos que ela não aparece lá em casa.
— Quer fazer o favor de me informar se viu algum guarda aqui por perto?
— Não. Não vi.
— Então entregue-me sua carteira.
— O Médico: Estou cansado da clínica. Vou uns tempos para o interior, caçar, matar coelhos.
— Que mania! Você não pode passar sem matar alguma coisa!
— Você não deve beber cachaça com limão, é um veneno.
— Então vou suspender o limão.
AMÉLIO C. BAIS
Projetos e Construções
Escritório:
Rua 16 de Novembro 320
em Campo Grande
Com Evaristo F. da Silva
em Dourados
Papel Manilha, Cartões, Fita para máquina de escrever.

Estado de Mato Grosso
Município e Comarca de Dourados
EDITAL DE PROCLAMAS N.º 214
Francisco Mechi Filho, Oficial do Registro Civil, desta cidade de Dourados, Estado de M. Grosso, na forma da lei, etc.

Faz saber que pretendem casar: Antonio Aquino da Silva, natural de Brejinho Estado da Bahia, nascido em 9 de setembro de 1902 de profissão lavrador, estado civil solteiro, domiciliado neste município e residente neste município filho legítimo de Joaquim Pereira da Silva e de D. Augusta Maria de Jesus e Erédia Gomes Barbosa natural do Brejinho Estado de São Paulo nascido em 3 de Abril de 1902, de profissão doméstica estado civil solteiro, domiciliado neste município e residente neste município filho legítimo de Joaquim Gomes Barbosa e de D. Felicidade Brasileira de Jesus.

15-9-1951.

EDITAL DE PROCLAMAS N.º 215
Faz saber que pretendem casar: Valdomiro Marcelino Dias, natural de Macaúba Estado de São Paulo, nascido em 29 de Março de 1909 de profissão lavrador, estado civil solteiro, domiciliado neste município e residente neste município filho legítimo de Joaquim Marcelino Dias e de D. Maria Lima da Conceição e Dilma Machado Dias natural de Município de Maracajá neste Estado nascida em 11 de Agosto de 1935, de profissão doméstica estado civil solteira, domiciliada neste município e residente neste município filha legítima de Virgílio Machado dos Reis e de D. Lamer Ferreira Machado.

13-9-1951.

EDITAL DE PROCLAMAS N.º 216
Faz saber que pretendem casar: Raulinho de Oliveira Rocha, natural de Ponta Porã neste Estado, nascido em 11 de Fevereiro de 1915, de profissão funcionário, estado civil solteiro, domiciliado neste município e residente neste município filho legítimo de Bento Ribeiro da Rocha e de D. Hermínia Barbosa de Oliveira e Raulino Pires de Barros natural de Vitor Alegre neste Estado nascido em 3 de Abril de 1923, de profissão doméstica estado civil solteiro, domiciliado neste município e residente neste município filho legítimo de Lucídio Pires de Barros e de D. Bernadina de Oliveira, mãe do Barão.

20-9-1951.

EDITAL DE PROCLAMAS N.º 217
Faz saber que pretendem casar: Augusto Gonçalves natural do Município de Lins Estado de São Paulo, nascido em 20 de março de 1924 de profissão lavrador, estado civil solteiro, domiciliado neste município e residente neste município filho legítimo de José Gonçalves, natural do Estado de Minas Gerais e de D. Zelinda Bussol, de São Paulo, e Belmiro Fernandes da Rosa natural deste município nascido em 25 de outubro de 1924, de profissão doméstica estado civil solteiro, domiciliado neste município e residente neste município filha legítima de Antonio Fernandes da Rosa, e de D. Sylvia Gonçalves de Oliveira.

21-9-1951.

EDITAL DE PROCLAMAS N.º 218
Faz saber que pretendem casar: Segundo Alves da Silva natural do Rio Casca Estado de Minas Gerais, nascido em 2 de abril de 1919 de profissão marceneiro, estado civil solteiro, domiciliado nesta cidade, e residente nesta cidade filho legítimo de Francisco Alves de Carvalho e de D. Maria José de Carvalho e Odila de Melo natural desta cidade nascida em 1 de Janeiro de 1921 de profissão doméstica estado civil solteira, domiciliada nesta cidade e residente nesta cidade filha de Apolônio de Melo e de D. Poliana de Melo.

21-9-1951.

EDITAL DE PROCLAMAS N.º 219
Faz saber que pretendem casar: José Felício natural de São Paulo Capital nascido em 10 de dezembro de 1921 de profissão comerciante estado civil solteiro domiciliado nesta cidade e residente nesta cidade filho legítimo de Benedito Júlio Felício e de D. Adeline Felício e Raquel Ferreira natural de Aracaju Estado de São Paulo nascida em 18 de abril de 1930 de profissão doméstica estado civil solteira, domiciliada nesta cidade e residente nesta cidade filha legítima de Gilson Bernardino Ferreira e de D. Maria da Conceição Ferreira.

Apresentam os documentos exigidos pelo Art. 18º do Art. 1º do Código Civil e algum soberbo de algum impedimento, opõem-se na forma da lei Lavo e presente para ser afixado em lugares públicos de costume e em sala deste Cartório e publicação na imprensa local.

Cartório de Registro Civil em Dourados, 24 Set. de 1951
O oficial do Reg. Civil
Francisco Mechi Filho

PARA FAZER A BARBA OU O CABELO PREFERA O Salão Dourados
de
João Armando Ferraz
Francisco Antonio João

ESTADO DE MATO GROSSO
Prefeitura Municipal de Dourados
AVISO

A Prefeitura Municipal de Dourados avisa que é terminantemente proibida a ocupação de lotes na área não demarcada da Colônia Municipal, fazendo público também que serão expulsos os que ali se instalarem clandestinamente.

Dourados, 25 de Setembro de 1951.
Nelson de Araujo
Prefeito Municipal.

ESCOLA DE DATILOGRAFIA
DE
Miguel Angelo do Amaral
Aulas, diurnas e noturnas
FORNECE DIPLOMA
Mensalidade CR\$ 100,00
Rua Paraná — Dourados

ESCRITORIO LIDER
DE
ALBERTO ELPIDIO FERREIRA DIAS
Contador reg. no M.E.S. e C.R.C. — (MT)
CONTABILIDADE, CONTRATOS,
BALANÇOS ETC
SEGUROS EM GERAL
Rua Marcelino Pires s/n — DOURADOS

Crônica das Ruas
por A. C.

Dourados, positivamente, é uma terra feliz. O Supremo Certador do Universo a conserva sempre assim. Terra feliz, feliz, porque, além do seu clima odorável da sua água excelente da sua terra considerada de alto padrão para a Agricultura, ainda mais, da fraternidade com que ela recebe todos os que chegam, nas suas ruas, que o "reporter percorre" todos os dias não perambulam mendigos, nelas a mendicância é inexistente. Aquilo que em outras cidades constitui um problema social e que tanta inspiração tem dado aos artistas e verdadeiros expoentes da literatura Universal, em Dourados é inexistente, repito.

Acredito que tenhamos necessitados, isso sim, porém, não pedintes, aqueles que formam filas à espera de quem lhes dê uma esmola "pelo amor de Deus".

Dourados, terra feliz!

Faça um bom Negócio Adquirindo lotes da **VILA LEONOPOLIS** parte das melhores terras para café e cereais, ou florestas. Os lotes desta Vila garantem uma aplicação rentável ao seu capital.

Tratar com **ABILIO FERREIRA**

Fonte: Jornal o Progresso, 30/09/1951 – CDR – UFGD.

Com base na dissertação de Antonio (2015), é possível afirmarmos que, durante a década de 1950, aconteceu realmente um movimento coordenado de empresários, latifundiários e companhias privadas que investiram fortemente em projetos de colonização no sul de Mato Grosso. Essa conjuntura foi estimulada por políticas fundiárias estaduais, como a Lei nº. 336/1949, e pelas alterações promovidas no governo de Fernando Corrêa da Costa (1951–1956), que facilitaram a aquisição de terras devolutas por particulares e empresas colonizadoras.

Nesse cenário, destacamos a presença de fazendeiros e empresários, como Moura Andrade (Moura Andrade S/A), Geremia Lunardelli, Ariosto da Riva (Companhia Vera Cruz), Reinaldo Massi (SOMECO) e Jan Antonin Bata (Cia Viação São Paulo-Mato Grosso), e outras, que desenvolveram projetos fundiários com fins explícitos de colonização dirigida, marcados pela especulação fundiária e valorização imobiliária.

O processo expressa claramente a lógica de que, conforme aponta Antonio (2015), muitas dessas aquisições de terras, mesmo quando formalmente justificadas pela intenção de cultivo ou colonização, foram utilizadas como estratégia de reserva de valor e rentabilidade futura. Lotes adquiridos por preços baixos junto ao estado eram posteriormente revendidos a preços muito superiores, evidenciando a função especulativa da terra. Ao lado disso, a atuação de empresários como Moura Andrade, associado a projetos imobiliários em Nova Andradina, demonstrava como a apropriação do território estava diretamente ligada à lógica de reprodução do capital no campo e ao papel estratégico da fundação de cidades como instrumento de valorização fundiária e controle territorial.

A análise da matéria publicada no jornal O Progresso, em 30 de setembro de 1951, reforça a leitura de que a ocupação territorial no sul do antigo estado de Mato Grosso foi marcada por uma lógica empresarial articulada aos interesses estatais da época. O destaque dado à aquisição de mais de 18.000 hectares de terras, em Dourados, por Geremia Lunardelli, conhecido como o "rei do café", evidencia a atuação de grandes empresários na consolidação da fronteira agrícola brasileira.

As terras foram adquiridas de pessoas como Saro, Antônio Azambuja e Sinésio de Matos, áreas férteis e com potencial de expansão produtiva. Tal movimento dialoga com o contexto do segundo governo de Getúlio Vargas, que incentivava a interiorização como forma de controle territorial e abastecimento dos grandes centros urbanos. A presença de Lunardelli na região exemplifica a integração entre capital privado e políticas públicas de colonização, mostrando que a formação de cidades, como Nova Andradina não foi fenômeno isolado, mas parte de uma dinâmica de transformação mais ampla.

Esses agentes econômicos buscavam terras férteis para o cultivo do café, outras atividades agrícolas e a expansão da pecuária. A frente pioneira avançava ao longo da década de 1950, impulsionada pela interiorização das políticas de desenvolvimento e pelo aumento da demanda por alimentos e matérias-primas. Nesse cenário, além da exploração direta dos recursos naturais, os empresários enxergavam o parcelamento do solo e a fundação de núcleos urbanos como formas estratégicas de valorização fundiária e geração de renda em Mato Grosso. A criação de cidades não apenas facilitava a atração de compradores para os lotes rurais e

urbanos, como também contribuía para consolidar a ocupação territorial e atrair investimentos públicos em infraestrutura.

Assim, o ato de fundar uma cidade tornava-se instrumento de colonização empresarial, transformando a terra em mercadoria ao ser associada a serviços, perspectivas de progresso e oportunidades de integração à economia nacional. Como destaca Milton Santos (1996), o espaço é moldado por ações hegemônicas que visam à apropriação e controle do território, sendo, muitas vezes, produzido conforme os interesses do capital.

Retomando o caso da empresa de Moura Andrade, é relevante destacar que, segundo relatos de diversos entrevistados, na fazenda Baile contava, na década de 1960, com cerca de 48.000⁵¹ cabeças de gado bovino. Esses animais eram conduzidos em comitivas até a fazenda Primavera e, de lá, transportados por chatas até o município de Castilho-SP, e de lá novamente em comitivas até a fazenda Guanabara. As chatas de transporte fluvial eram embarcações de fundo chato, robustamente construídas, que serviam para o transporte de mercadorias pesadas e outros serviços em rios, lagos e canais. Sem propulsão própria, as chatas eram rebocadas por barcos maiores, denominados rebocadores

Assim, as imagens das fotografias 8 e 9 são registros visuais de embarcações utilizadas pela empresa Moura Andrade S/A para o transporte fluvial de gado. Tais embarcações, evidenciam a logística articulada por Moura Andrade no interior do Brasil, especialmente entre as décadas de 1950 e 1960. A estrutura robusta e adaptada dessas embarcações para comportar grandes quantidades de bovinos comprova o esforço de integração entre as diferentes etapas da cadeia produtiva, desde a criação à industrialização, sob domínio da empresa colonizadora.

⁵¹ É importante lembrar que esses dados têm sido disponibilizados por trabalhadores das fazendas da Empresa Moura Andrade S/A durante as entrevistas, são dados estimados, considerando que não conseguimos durante a pesquisa acesso aos escritórios da família, que ainda hoje residem no município de Nova Andradina e/ou nas proximidades.

Fotografia 8 - Chata com rebocador para transporte de gado a serviço da empresa Moura Andrade S/A – S/d⁵²



Fonte: Acervo Museu AJMA da Fazenda Primavera

Na primeira imagem (fotografia 8), nota-se o ancoradouro de chatas construído em madeira, com portos rudimentares, revelando a infraestrutura criada à margem de rios navegáveis, fundamental para escoar a produção pecuária das fazendas do sul de Mato Grosso rumo ao Frigorífico Mouran, em Andradina-SP. Já na segunda imagem (fotografia 9), observa-se o carregamento de gado com acompanhamento humano direto, o que reforça o caráter intensivo dessa operação e o volume de capital mobilizado para o funcionamento desse circuito.

As fotografias documentam uma técnica de transporte, ilustrando o modo como Moura Andrade transformou o território em plataforma logística para viabilizar sua estratégia empresarial. Como discutido anteriormente, essa articulação entre propriedade fundiária, controle de infraestrutura e indústria frigorífica revela uma racionalidade empresarial alinhada à lógica de produção do espaço como mercadoria (Santos, 1996), reforçando o papel do território como elemento funcional do capital. Ao apropriar-se da natureza, os rios, e interligá-la à malha ferroviária e à produção agropecuária, a Moura Andrade S/A criou um circuito

⁵² As fotografias 8 e 9 foram restauradas por inteligência artificial.

fechado de circulação da mercadoria gado, madeira, cuja eficiência era garantida por recursos técnicos e logísticos próprios, um verdadeiro enclave empresarial no interior do país.

Fotografia 9 - Chata com Rebocador Transportando Gado a serviço da Empresa Moura Andrade S/A



Fonte: Acervo Museu AJMA da Fazenda Primavera

Desta forma, observamos como Moura Andrade foi aproveitando diversos meios para transportar o gado, madeira, em direção ao estado de São Paulo, produzidos nas fazendas do empresário e destinados ao mercado interno e também internacional. No dia 9 de agosto de 2025, entrevistamos o médico José Carlos Modesto, filho de Milton Modesto, homem que gerenciava serrarias em Presidente Epitácio – SP, e migrou para a fazenda Primavera a convite de Geraldo Matos Lima, que administrava serrarias de Moura Andrade.

O entrevistado narra que Moura Andrade comprou terras de matas virgens na fazenda Primavera e se estabeleceu criando uma área de fazenda que era tudo floresta, aproveitou essa conjuntura para trazer serrarias e industrializar a madeira. No entanto, essas ações aconteciam desde Andradina, o que era um ato contínuo nas terras de Mato Grosso. Ressalta José Carlos Modesto (Entrevista realizada em 09 de agosto de 2025):

Aí o Moura Andrade começou a explorar madeira, ele tirava madeira, ele plantava arroz, plantava coisas também que, geralmente, coisas de subsistência. E também ele tinha a ideia fundamental da pecuária. Só que, como era uma área totalmente floresta, ele precisava explorar a floresta, tirar

madeira. Depois, derrubando a madeira, plantava a pastagem e criava os gados, que na época precisavam muito de carne. Com isso, aventou-se o quê? Ele criou uma empresa, porque o Moura Andrade mexia com muita coisa, ele sozinho não dava conta de fazer, explorar madeira, criar gado, fazer isso, derrubar mata, fazer todo esse processo, porque ele tinha muita coisa para correr atrás. E também, na parte do grande centro, do grande mercado, que era São Paulo, naquela época, todo o estado de São Paulo tinha uma região que plantava café, que também mexia com café, plantava isso, plantava aquilo, mexia com isso.

A fala de José Carlos Modesto demonstra que Moura Andrade aproveitava todos os meios possíveis para obter renda sobre a terra. E dessa forma, também procurava meios que melhorassem a logística e a produção. O entrevistado tomou posse de um discurso dedicado a Moura Andrade, na fala ele apontava de forma muito peculiar aquilo que pode escutar das falas de seu pai durante a infância e início da sua adolescência. José Carlos Modesto discorre sobre prováveis diálogos de Moura Andrade e seus administradores de fazenda, serrarias e leiteria (Entrevista realizada em 09 de agosto de 2025):

Falaram, espera um pouquinho, mas nós vamos pegar essa madeira e botar nas costas? Onde é que nós vamos vender madeira, se nem estrada tinha por aqui? Estradas eram picadas, que fizeram aí para os caminhões de carros andarem, tudo no chão. Aí, falaram, espera um pouquinho, mas vamos botar madeira em cima de caminhão para levar lá para São Paulo, com essas estradas, assim, bem deploráveis aí. Nós vamos morrer aqui, tudo que nós vamos fazer, nós vamos gastar com caminhão encravado, quebrado, em estrada e terra. Então, vamos fazer o seguinte, nós estamos aqui pertinho de uma hidrovia, que é o Rio Paraná, aqui do lado. Daqui, da Fazenda Primavera até as margens do Paraná, são 18 quilômetros, aproximadamente.

O depoimento recupera o caráter estratégico das decisões espaciais adotadas pela empresa Moura Andrade S/A. Diante das dificuldades impostas pelas estradas precárias, a opção pela hidrovia do Rio Paraná representou uma escolha racional e eficaz para viabilizar o escoamento da produção. Mais do que uma solução pontual, essa decisão reflete a capacidade da colonização empresarial de adaptar-se ao território e moldá-lo conforme seus interesses. Assim, a terra se valorizava por sua extensão e sua conectividade e funcionalidade dentro de um circuito produtivo mais amplo, em que o gado, a madeira e a própria cidade fundavam-se como partes interdependentes de um projeto capitalista de ocupação. Segue José Carlos Modesto (Entrevista realizada em 09 de agosto de 2025):

Muito bem, então, se nós temos uma hidrovia, que não precisa pavimentar, não precisa cavar buraco, não precisa jogar pedra, não precisa fazer nada, por que nós não montamos uma navegação, embarcamos essa madeira aqui, 18 quilômetros daqui, e levamos para Presidente Epitácio, que lá tem um terminal de estrada e terra, a gente coloca no trem e leva para Bauru, São Paulo, Campinas, tudo quanto é um grande mercado consumidor de construção civil. Ah, rapaz, é mesmo, hein? Vamos fazer o seguinte, então, vamos criar a navegação Andrade Lima. Aí, me lembro até hoje, que nós viajavamos nas

embarcações aqui do Rio Paraná, que tinham dois rebocadores, que eu me lembro muito bem, os rebocadores, era o rebocador chamado Guanabara e um rebocador chamado Primavera.

O Primavera era um rebocador que tinha até sala de jantar nele. Aí, quando a gente viajava, os marinheiros organizavam as camas que eles dormiam, para a gente dormir lá, quando viajava o dia Epitácio até aqui. Com isso, criou-se essa navegação, que transportava madeira e, em seguida, bois.

Desta forma, observamos por meio da fala de José Carlos Modesto, que a criação de frota própria, composta por rebocadores como o Primavera e o Guanabara, marcou a verticalização dos empreendimentos da Empresa Moura Andrade S/A, estabelecendo cadeia logística integrada que se estendia desde a extração madeireira nas fazendas Primavera e Baile, passando pelo transporte fluvial, até o embarque ferroviário em Presidente Epitácio com destino aos centros consumidores do Sudeste.

Além do valor estratégico da hidrovia, o trecho também revela aspectos da vida cotidiana e da memória afetiva dos trabalhadores e familiares da empresa, como a lembrança das viagens no rebocador Primavera e da sala de jantar a bordo. Isso reforça a importância da história oral como ferramenta para captar os eventos objetivos e os sentidos atribuídos pelas vivências locais à experiência da colonização empresarial.

Não obstante, a decisão de iniciar o transporte fluvial de madeira, e posteriormente de gado, revela padrão recorrente de Moura Andrade, antecipar-se às deficiências estruturais do Estado, utilizando soluções privadas para garantir sua produtividade. Isso converge com a ideia de Milton Santos (1996), segundo a qual o espaço é produzido de forma seletiva e funcional à lógica do capital. Nesse contexto, torna-se meio e mercadoria, moldado, apropriado e instrumentalizado por uma racionalidade empresarial que visa ao controle logístico, fundiário e simbólico da região.

Nesse contexto, retomamos para a fundação de Nova Andradina, que não se limitava à criação de um núcleo urbano, mas articulava-se a um projeto mais amplo. Em 10 de outubro de 1957, foi registrada no município de Bataguassu, então comarca de Rio Brilhante, uma planta urbana detalhada (figura 32), formalizando o início da transformação das terras da fazenda Baile para em breve tornar-se a cidade de Nova Andradina.

A cidade idealizada pela empresa de Moura Andrade deveria contar com infraestrutura básica, escola, igreja, hospital, praças, comércios, bares e hotéis, capaz de atrair moradores e investidores. Não por acaso, o empresário colonizador utilizava a propaganda como instrumento estratégico para divulgar os potenciais da nova localidade e garantir sua viabilidade econômica. Muitos dos primeiros comerciantes e proprietários de escritórios que se estabeleceram em Nova Andradina eram ex-moradores de Andradina, inseridos em circuitos

comerciais e produtivos consolidados, o que contribuía para acelerar a urbanização da nova cidade.

Ao analisarmos as figuras 30 e 32, observamos que a cidade de Nova Andradina foi planejada por engenheiros e agrimensores vinculados à Empresa Moura Andrade, com o propósito de loteá-la segundo os moldes urbanos da época. As duas plantas da cidade apresentam diferenças significativas, especialmente no que se refere à expansão urbana. A figura 30, elaborada em 1956, expressa a fase inicial do projeto, centrada na delimitação do núcleo urbano e de pequenas extensões de áreas rurais, sem previsão explícita de áreas de crescimento.

A figura 33, registrada em 1957, representa a etapa mais avançada do planejamento, indicando a ampliação da área urbana e a organização mais detalhada do espaço, revelando salto estratégico da empresa na estruturação da cidade. A inclusão de áreas de expansão sugere uma resposta direta às dinâmicas de valorização fundiária e ao interesse crescente por lotes urbanos e rurais na região. Nesse sentido, a evolução entre as figuras 30 e 32 evidencia que Moura Andrade passou a utilizar a própria cidade como instrumento de valorização do espaço, articulando o urbano e o rural como partes complementares de uma estratégia de ocupação e rentabilização sobre a terra.

A figura 33, datada de 1957 e intitulada *Planta de Situação*, apresenta um projeto mais abrangente, que reflete a visão estratégica do empresário Moura Andrade para a cidade de Nova Andradina. A planta indica que a Gleba Nova Andradina estava localizada entre os estados de São Paulo e Paraná, a aproximadamente 48 km da sede da fazenda Primavera.

Figura 33 - Mapa do Loteamento em Nova Andradina - 1958



Fonte: Arquivo da Empresa Moura Andrade.

A partir da figura 33, identificamos que, naquele período, a Gleba Nova Andradina pertencia ao Município de Bataguassu, era Comarca de Rio Brilhante, estado de Mato Grosso. A área total da gleba era de 9.969 hectares e 0,945 m² (aproximadamente 4.119 alqueires), sendo propriedade da empresa Moura Andrade S/A. O projeto destaca, ainda, a venda de lotes a prestação, evidenciando a lógica empresarial de comercialização, atrelada ao crescimento da cidade. Por outro lado, a fazenda Baile, com mais de 18.000 hectares, permaneceu preservada do loteamento, permitindo que Moura Andrade mantivesse sua atividade empresarial ligada à extração de madeira e à criação de gado bovino, assegurando a continuidade de suas atividades produtivas juntamente com a empresa colonizadora.

A planta sublinha o núcleo urbano planejado e o processo de loteamento das áreas rurais, prevendo a expansão urbana em consonância com o crescimento populacional. O traçado urbano foi definido por um conjunto de avenidas estrategicamente nomeadas e posicionadas, ao norte, a Avenida Rio Brilhante, próxima à sede da fazenda; a leste, a Avenida Baile, que também funcionava como estrada boiadeira sentido fazenda Primavera, a oeste, a Avenida Ivinhema, e ao sul, a Avenida Guanabara. No centro do quadro urbano, articulando os sentidos leste-oeste e norte-sul, situam-se a Avenida Primavera e a Avenida Gato Preto, respectivamente. O ordenamento do espaço urbano, com essas vias estruturantes, revela um projeto voltado à organização funcional da cidade e à valorização gradual dos terrenos, indicando clara integração entre interesses fundiários, logísticos e demográficos.

Essa dinâmica pode ser compreendida por meio de Milton Santos (1993), quando acontece no processo de urbanização brasileira forte marca do capital fundiário e da atuação de agentes privados na produção do espaço. Para o autor, a cidade, muitas vezes, nasce como resultado de uma lógica de acumulação, moldada em função de interesses econômicos dominantes. Assim, a planta de Nova Andradina orienta a ocupação física do solo, revelando a intencionalidade de transformar a terra em mercadoria, promovendo a urbanização como estratégia de valorização capitalista.

Ainda, de acordo com a figura 33, o núcleo urbano de Nova Andradina foi concebido com traçado geométrico e funcional, evidenciando a intenção de Moura Andrade organizar o espaço urbano. No cruzamento das avenidas Ivinhema e Guanabara foi projetada área específica destinada à instalação de parque agrícola, o que reforça a articulação entre o rural e o urbano no modelo de cidade adotado pela companhia. Outro ponto é a presença de área de expansão urbana, claramente demarcada na planta, sinalizando a previsão de crescimento do loteamento para as décadas seguintes.

A planta também destaca que, nos cruzamentos das principais avenidas que delimitam o quadrilátero central do loteamento, como as avenidas Primavera, Gato Preto, Baile e Rio Brilhante, foram projetadas praças públicas. Esses espaços marcam o encerramento da primeira etapa de loteamento, e simbolizam a transição para a expansão futura da cidade. As praças foram pensadas como pontos de encontro, lazer e vivência coletiva, reforçando a dimensão simbólica e funcional da urbanização planejada. Conforme observa Milton Santos (1993), a produção do espaço urbano no Brasil, sobretudo em contextos de colonização privada, está profundamente ligada à estratégia de tornar o solo urbano atrativo ao capital, incorporando infraestrutura básica e elementos simbólicos de civilidade e progresso.

A formação desse núcleo urbano estruturado visava atrair compradores para os lotes urbanos e para os lotes rurais, oferecendo o mínimo de condições que tornavam viável a fixação de famílias e a formação de uma comunidade. Enquanto a zona urbana previa a construção de uma igreja católica, praças de lazer, escola e hospital, o entorno imediato foi reservado para a instalação de cinturões verdes, que funcionariam como zonas de abastecimento e suporte à vida urbana nascente. Afirma Antonio (2015, p. 86) que esses cinturões verdes são:

[...] importantes para a colonização por manterem uma interdependência com o setor rural, uma vez que permitiria ‘recursos fáceis’ e imediatos ao colono, tanto na parte de assistência técnica como comercial, na aquisição de bens de consumo e comercialização dos produtos agrícolas.

Nesse contexto, o cinturão verde foi planejado com o loteamento de áreas entre 1 e 2 alqueires, facilitando para que os compradores desses lotes mantivessem conexão prática e simbólica com suas terras maiores. Nesses espaços, cultivavam hortas, colhiam frutas, criavam porcos, galinhas e algumas cabeças de gado leiteiro, abastecendo a cidade com produtos agropecuários e, ao mesmo tempo, permanecendo próximos de suas residências e das infraestruturas mínimas oferecidas pelo projeto urbano. Essa organização fundiária pronunciava o elo do campo e a cidade, reforçando o modelo de ocupação voltado à autossuficiência e ao dinamismo local.

Segundo Antonio (2015), é comum que os projetos de urbanização incorporem o conceito de cinturão verde, por meio do cercamento urbano com pequenas chácaras ou lotes destinados à produção familiar, pequenas propriedades que compunham o cinturão verde e permitiam a permanência de agricultores familiares nas proximidades da cidade, assegurando o fornecimento de produtos e o fortalecimento do vínculo entre campo e centro urbano, é a cinta simbólica que amarra os arredores com o corpo do núcleo urbano. No caso de Nova Andradina, Moura Andrade seguiu essa lógica, promovendo parcelamento de áreas rurais em dimensões reduzidas como parte de sua estratégia para garantir o abastecimento do núcleo urbano e fomentar a ocupação ordenada do espaço. De acordo com Antônio (2015, p. 90):

Além da implantação da pequena propriedade, que facilitaria a fixação na terra do agricultor e sua família, os planos de colonização previam ao redor dos núcleos coloniais urbanos, inclusive no núcleo urbano central, o chamado cinturão verde, ou seja, chácaras com 2,42 hectares com a finalidade de abastecê-los com hortaliças, galinhas, ovos, leite, frutas. Fazia-se necessário a localização destas chácaras próximas aos núcleos urbanos, pois ‘o trabalho concentrado, nelas desenvolvido’, dependia de assistência mais intensa e permanente, ‘ao passo que seus produtos, facilmente deterioráveis’, exigiam ‘comercialização rápida e, conseqüentemente, mercado consumidor próximo.

As informações apresentadas por Antonio (2015) sobre a colonização promovida pela SOMECO S/A no município de Ivinhema revelam semelhanças estruturais com o planejamento urbano e rural realizado em Nova Andradina pela empresa de Moura Andrade. Em ambos os casos, o projeto levou em consideração as condições dos compradores que adquiriram lotes tanto no núcleo urbano quanto nos cinturões verdes e nas glebas mais afastadas, onde se formaram sítios com áreas que variavam de cinco a 50 alqueires (12,1 a 121 hectares). Essa organização fundiária permitiu ocupação gradativa e funcional do espaço, integrando o urbano à produção rural e aos fluxos econômicos locais.

Esses apontamentos evidenciam como a Empresa Moura Andrade S/A se apropriou da terra com a finalidade da formação de capital, organizando formas de garantir retorno financeiro por meio da venda de lotes e da valorização fundiária. Como observa Monbeig (1984, p. 236),

“graças a essa precedência, as terras dos sitiantes começam a articular-se”, sugerindo que a organização prévia do espaço por parte de empresas colonizadoras era fundamental para estabelecer conexões entre o urbano e o rural. No caso de Nova Andradina, os lotes menores, localizados nas imediações do núcleo urbano, foram projetados justamente para atrair pequenos agricultores e colonos, incentivando a formação de um entorno produtivo capaz de abastecer a cidade e consolidar o assentamento populacional. Ressalta Monbeig (1984, p. 236):

O centro comercial, instalado para atrair os pequenos agricultores, vai agir sobre o mundo rural. O patrimônio deve ser aprovisionado com facilidade e, para essa finalidade, são previstas instalações nos arredores: hortas, pomares, pequena criação de aves e produção de leite. O plano de colonização prevê, portanto, um modesto cinturão para a localização das chácaras, cuja superfície oscila entre 1 e 5 alqueires. Quanto mais afastado do patrimônio, mais aumenta o tamanho do lote.

Em Nova Andradina, a agricultura familiar, associada a um mosaico de pequenas propriedades, tornou-se predominante na área ocupada. O núcleo urbano foi acompanhado por famílias que, além de trabalhar na roça, também atuavam nas serrarias, na construção da igreja, da escola, do hospital, das oficinas e das primeiras moradias, reforçando o caráter multifuncional do colono na formação da cidade. Em nova entrevista com o senhor Manoel Vicente, no dia 22 de agosto de 2025, ele narra algumas situações das famílias que vieram principalmente do estado de São Paulo para trabalharem nas primeiras construções da Nova Andradina que surgia. Explica Manoel Vicente (Narrativa realizada via WhatsApp em 22 de agosto de 2025):

[...] você falou que se eu tivesse alguma novidade, eu dava um alô para você, eu tenho umas novidades aqui rapaz, umas coisas que eu lembrei, lembrei não, porque eu nunca esqueci né, eu vou falar para você, não sei se interessa para você alguma coisa, o que eu tenho para te falar é do, daquele pessoal, uns que vem lá de Andradina e outros que vem de São Paulo né, que foi um que fez parte aí dos construtores.

O narrador demonstra que os primeiros construtores em Nova Andradina, de alguma forma, tinham relação com a cidade de Andradina ou conhecimento dos interesses da empresa colonizadora Moura Andrade S/A, observavam na formação de uma nova cidade, perspectivas de conquistas. Continua, Manoel Vicente (Narrativa realizada via WhatsApp em 22 de agosto de 2025):

Construtor de Nova Andradina, né? A primeira construção... É, a primeira construção, eu já trabalhei... Eu trabalhei na primeira igreja, eu era servente do pedreiro né? Naquele tempo. Que era o serviço mais fácil de se arrumar, porque era o serviço que qualquer um fazia, né? E como a gente não sabia de nada, era o mais fácil de trabalhar. Eu trabalhei naquela igreja ali, que hoje só existe um lugar ali, né? Mas era no mesmo lugar que está essa grandona aí, era pequenininha. Quem fez ela eram dois primos, eu não sei se eles eram

primos, não eram irmãos. Um mudou daí, já não mora mais aí, ali no fundo tinha uma casinha, naquela rua do fundo tinha uma casinha do lado lá, onde ficavam os pessoal que trabalhavam. Os construtores não moravam ali, mas nós, os peão, que naquele tempo era peão, né? Morava ali, eu mesmo era um deles, né? Mas o nome do mestre de obras era em dois, se não me engano era João, o outro era Manolo.

Os primos mencionados, nascidos na Espanha, haviam migrado para o Brasil após a Segunda Guerra Mundial, tinham que recomeçar a vida e chegaram a morar no estado de São Paulo, posteriormente, migraram para Mato Grosso com o intuito de trabalharem na construção civil, serviços que já realizavam no país de origem.⁵³ Desta forma, Manoel Vicente segue apontando que a formação e construção de Nova Andradina se deu pelas mãos de migrantes que enxergavam de alguma maneira a viabilidade de melhorarem de vida nas terras da Empresa Moura Andrade S/A. Manoel Vicente afirma (Narrativa realizada via WhatsApp em 22 de agosto de 2025):

Eu passei por ser só, naquele tempo, tipo assim, a elite da construção, né. Hoje a gente, naquele tempo, era outro nome. Os pedreiros mais famosos que tinha. Tinha bastante, mas naquele tempo a gente chamava de meia colher, né. Chamava de meia colher. Os construtores que tinha, que entendia da coisa, que teve os que vêm de fora. A elite que estava começando a construir a cidade, né. Esses aí eram as elites, os pessoal mais, quem entendia mais aí, né. Era o Zé Domingos, o Pereirinha. O Pereirinha ainda tem, todos eles têm família aí na cidade. Mas beleza.

Desta feita, Manoel Vicente ressalta a presença dos migrantes construindo os primeiros prédios em Nova Andradina, sobretudo, que essas pessoas colaboraram na formação social do município, grosso modo, tiveram propriedades, formaram famílias e participavam de diversas situações que alimentam o ideal de um povo.

A fala de Manoel Vicente revela o papel ativo dos trabalhadores na construção de Nova Andradina. Quando ele afirma que “não é que lembrei, porque eu nunca esqueci”, fica evidente o que Portelli (1997) destaca, a memória não é apenas um depósito de informações do passado, mas um processo ativo, marcado por significados pessoais e coletivos. Esse “nunca esquecer” reforça sentimento de pertencimento e orgulho de ter participado das primeiras obras, como a construção da igreja, que se tornou um marco simbólico da cidade. Ao registrar sua trajetória como “peão”, termo que identifica os trabalhadores braçais daquele período, Manoel se coloca como sujeito da história, um protagonista invisibilizado pelos discursos oficiais, mas essencial na materialização da cidade.

⁵³ Também tentamos realizar entrevista com o senhor Manolo, mencionado por Manoel Vicente, que nos contou diversas situações informais, todavia, não foi possível gravarmos.

Segundo Paul Thompson (1992), a história oral é um recurso que dá voz àqueles que tradicionalmente ficaram à margem da narrativa escrita, permitindo compreender o cotidiano, as relações de trabalho e as redes de solidariedade que estruturaram a sociedade. O relato de Manoel oferece elementos importantes para essa reconstrução. Ele lembra com detalhes os espaços, como a pequena casa onde os trabalhadores moravam, os nomes dos mestres de obras (João e Manolo) e as condições de trabalho, revelando o caráter coletivo da experiência migratória e laboral. Essa oralidade, carregada de afetos e memórias compartilhadas, possibilita mapear a organização social da cidade em formação, indo além da documentação oficial e cartorial, que geralmente privilegia as versões dos grandes proprietários.

Ainda de acordo com Portelli (1997), a história oral não se limita ao conteúdo explícito das falas, os silêncios, pausas e hesitações também comunicam significados. No caso de Manoel⁵⁴, embora a fala seja fluida, é possível identificar uma marca emocional ao rememorar o período inicial, onde precariedade e esperança coexistiam. Ele recorda a simplicidade do trabalho, a convivência nos alojamentos improvisados e o caráter comunitário da construção da igreja, que simbolizava um espaço de fé, encontro e pertencimento. Esses elementos mostram como as memórias individuais são também memórias sociais, que guardam sentidos de identidade e coletividade, fundamentais para compreender os processos de colonização urbana.

Retomando a análise sobre colonização, ressaltamos Nardoque (2014), em sua dissertação de mestrado, a formação da pequena propriedade em Jales decorreu diretamente do processo de colonização da região, que atraiu milhares de trabalhadores para a fronteira. Esse fenômeno é comparável ao que ocorreu em Nova Andradina, Ivinhema, Angélica, Naviraí, Batayporã e Taquarussu, onde o deslocamento populacional foi impulsionado tanto pela ação de especuladores imobiliários que viam na expansão fundiária uma oportunidade de renda, quanto pelo imaginário social construído em torno da possibilidade de ser tornar proprietário de terra na fronteira. O crescimento da população, o surgimento do comércio e o estabelecimento de empresas industriais contribuíram para que fazendeiros e empresários passassem a investir na especulação imobiliária.

⁵⁴ A narrativa de Manoel Vicente é uma fonte singular para compreender a história social de Nova Andradina, pois evidencia a perspectiva dos trabalhadores na construção das primeiras obras da cidade. Sua fala revela não apenas o cotidiano do trabalho braçal, marcado por simplicidade, precariedade e esforço coletivo, mas também os vínculos de sociabilidade entre migrantes e construtores, que se reconheciam como “peão”. Essa fala reforça o que Portelli (1997) destaca sobre a memória como processo ativo, em que recordações carregadas de afetos e significados sociais ajudam a reconstruir experiências muitas vezes invisibilizadas pelas fontes oficiais, permitindo compreender a cidade não só como projeto fundiário, mas também como resultado do trabalho e das trajetórias daqueles que materializaram o espaço urbano.

Além de funcionar como mecanismo de atração e pertencimento, o sonho da propriedade impulsionava a ocupação e a estruturação fundiária, sendo ao mesmo tempo instrumentalizado por interesses econômicos. Observaremos adiante a escritura de um lote de chácara adquirido junto à Empresa Moura Andrade S/A, em 1960, em área de cinturão verde. O comprador, José Alves da Paz Filho, natural de Sete Lagoas (Alagoas), migrou com os pais para Dracena, no interior de São Paulo, onde conheceu Minervina Andrade, com quem se casou antes de migrar para Nova Andradina. Nos anos 1950, a família vivia do cultivo do café, atividade que enfrentava crescente crise na região paulista. Foi nesse contexto que muitos migrantes, vindos do interior de São Paulo, foram atraídos pelas promessas veiculadas por empresas imobiliárias, que anunciavam terras baratas e férteis no então estado de Mato Grosso, reforçando o imaginário de construção de uma “nova Andradina”.

Essa realidade não se restringia às famílias que adquiriram pequenas chácaras de um a dois alqueires, mas também àquelas que compraram sítios maiores, variando entre 10 e 35 alqueires (24,2 a 84,7 hectares). O preço acessível das terras em Mato Grosso era um diferencial decisivo para sitiantes paulistas que, diante das dificuldades da cafeicultura nos anos 1950, vislumbravam no outro lado do rio Paraná uma possibilidade de concretizar o sonho da terra própria. Se, por um lado, Moura Andrade buscava obter renda com a comercialização dessas terras, por outro, era necessário estruturar a base urbana da futura cidade. Nesse contexto, a Empresa Moura Andrade S/A fazia aceno aos trabalhadores para os serviços de construção, como revela Manoel Vicente (Narrativa realizada via WhatsApp em 22 de agosto de 2025):

Eu vou falar tudo, tudo, tudo que eu lembro da época, né, porque era, eram os construtor, eram os construtor top que na época, né, na época, na época estava fazendo a cidade e tinha que ter os construtor que sabia o que estava fazendo, né, aí o Moran Andrade, ele que trouxe esse, o Zé Domingos, ele trouxe de São Paulo lá da capital, mas a família deles, a família deles estão por aí, viu, a família do, do, do Fujibayashi, que é o pai do Honório Ganji Fujibayashi, eles estão por aí, tem neto dele, né, bisneto, estão tudo por aí ainda, e a família do, do filha do Zé Domingos também, está por aí também, tem filha dele, tem filha, tem, tem neto, estão tudo por aí, né, na cidade, ela falou que lembra, eu conversei com ela esse dia, a Yara Maria Domingos, ela falou, não, eu lembro, eu lembro, mas eu não lembro dessas coisas que você está falando não, falei, pois eu lembro.

A narrativa de Manoel Vicente adiciona uma dimensão humana e vivida ao processo de formação de Nova Andradina, destacando os trabalhadores que, mesmo em condições precárias, participaram ativamente das primeiras construções. O uso de nomes, detalhes pessoais e menções à presença de famílias que permanecem na cidade evidencia o pertencimento e a memória coletiva, que, conforme Thompson (1992), constituem elementos centrais na construção da história social. Assim, a oralidade, marcada por repetições,

afetividade e forte carga identitária, complementa as fontes documentais e revela como o espaço urbano planejado se materializou no cotidiano de homens e mulheres atraídos pela promessa de nova vida, mesmo que o projeto estivesse profundamente vinculado à lógica de reprodução do capital.

Foi o caso de José Alves da Paz Filho, conhecido como Zé Pedreiro, que trouxe sua família e adquiriu um pouco mais de quatro hectares, cerca de dois alqueires de terra (figura 33). Importante notar que, entre os compradores desse perfil, era comum a combinação entre o trabalho na terra e o engajamento em atividades urbanas. Muitos atuavam nas serrarias, oficinas da empresa loteadora ou até mesmo na construção das obras que compunham a infraestrutura básica da cidade. Foi nesse esforço que se ergueram a Igreja Católica (1956), a Escola Moura Andrade e a Santa Casa de Misericórdia, ambas inauguradas em 1958, e não por acaso, José Alves da Paz foi apelidado como Zé Pedreiro, função que desenvolveu trabalhando em diversas obras das primeiras casas e instituições de Nova Andradina.

Esses dados permitem compreender as semelhanças das cidades em processo de colonização no interior do Brasil entre as décadas de 1940 e 1960, período em que muito acontecia a aquisição simultânea de lotes urbanos e rurais por famílias de colonos. Essa combinação favorecia a posse de terras produtivas para cultivo e comércio, ao mesmo tempo que impulsionava a construção da cidade e a produtividade industrial (como no setor madeireiro), promovendo integração funcional entre o urbano e o rural, característica central do modelo de cidade, adotado pela Empresa Moura Andrade S/A.

Figura 34 - Chácara Adquirida no Ano de 1960 da Empresa Moura Andrade S/A

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Nova Andradina

1.º CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS E ANEXOS
EULENIR OLIVEIRA LIMA
OFICIAL EFETIVA
RG 1.351.438 SSP - SP
CIC 007.036.421-53

CERTIDÃO

EULENIR OLIVEIRA LIMA, Tabelião e Oficial Efetiva do Cartório do 1.º Ofício Extrajudicial desta cidade e comarca de Nova Andradina, Estado de Mato Grosso do Sul, na Forma da Lei, etc.

068/93

CERTIFICA, a pedido verbal feito por pessoa interessada, que revendo em o cartório a seu cargo os "LIVROS DE REGISTRO DE IMÓVEIS", dos mesmos verificou constar, no = Livro nº 3=B, às Folhas 121, a transcrição das transmissões de in = teiro teor: - Nº DE ORDEM E DE TRANSCRIÇÃO ANTERIOR: 1.385 e , 5.833 da Comarca de Rio Brilhante. - DATA: 08 de Maio de 1.969. - CIRCUNSCRIÇÃO: Nova Andradina. - DENOMINAÇÃO OU RUA E Nº DO IMÓVEL: (nada consta). - CARACTERÍSTICOS E CONFRONTAÇÕES: LOTE Nº 105 da = Gleba Chácara da planta de loteamento da antiga Fazenda São Ben = to hoje denominada Fazenda Baile, com a área de 4,84 ha. de ter = ras ou sejam 2 alqueires, e com as seguintes confrontações: ao NE com os Lotes P-3 e P-4 da Gleba F, ao SW com a Chácara nº 64, a = NW com a Chácara nº 104, e a SE com a Chácara nº 106. - Certifica = do de Cadastro do IBRA nº 42.04.010.01153 = área total 4,8 = nº de módulos 0,15 = fração mínima de parcelamento 4,8. - Eu, (a) il = gível, Oficial Efetiva, escrevi e subscrevi. - NOME, DOMICÍLIO, PROFISSÃO, ESTADO E RESIDÊNCIA DO ADQUIRENTE: JOSÉ ALVES DA PAZ FI = LHO, brasileiro, casado, agricultor, residente neste Município. - NOME, DOMICÍLIO, ESTADO, PROFISSÃO E RESIDÊNCIA DO TRANSMITENTE: = MOURA ANDRADE S/A. COMERCIAL E AGRÍCOLA, com sede na Capital do = Estado de São Paulo, representada por seu procurador Teutly Soa = res Leitão. - TÍTULO DE TRANSMISSÃO: Venda e Compra. - FORMA DO TÍTULO, DATA E SERVENTUÁRIO: Escritura pública de 5 de Maio de 1969 lavrada nas notas do Cartório do 2º Ofício desta Cidade, pela ta = belião vitalícia. - VALOR DO CONTRATO: MCR\$ 200,00 (duzentos cruzei = ros novos). - CONDIÇÕES DO CONTRATO: Responder pela evicção de di = reito e as demais constantes no título. - AVERBAÇÕES: 1) = O imóvel foi transferido para a matrícula nº 11.163 do Livro 02 deste Car = tório, em 20.05.88. - NADA MAIS. Era o que tinha a certificar em = relação ao pedido feito. Emolumentos Cr\$30.364,00 (CIT). Todo o re = ferido é verdade, da fé. Nova Andradina = MS., 18 de Fevereiro de 1.993. - Oficial, *Eulenir Oliveira Lima*

CARTÓRIO 1.º OFÍCIO EXTRA JUDICIAL

Fonte: Arquivo de Ivone Andrade.

Dessa forma, José da Paz adquiriu o lote número 105 da Gleba Chácara, localizado na planta de loteamento da antiga fazenda São Bento. A chácara possuía uma área de dois alqueires (4,84 hectares) e apresentava as seguintes confrontações, ao norte com os lotes P-3 e P-4 da Gleba F; ao sudoeste com a chácara nº. 64; ao noroeste com a chácara nº 104; e ao sudeste com a chácara nº 106. Essas descrições são importantes para demonstrar que, na planta da cidade, os lotes situados no cinturão verde variavam entre um e dois alqueires (2,4 a 4,8 hectares) e faziam fronteira com a Gleba F, onde foram projetados lotes maiores, variando entre 10 e 40 alqueires (24 a 97 hectares).

A chácara mencionada foi adquirida em 1960, embora a planta de loteamento analisada remonte a 1957, período em que a empresa Moura Andrade S/A implementava seu projeto de formação da cidade de Nova Andradina. Esse processo de parcelamento fundiário, conduzido por Moura Andrade, não deve ser confundido com iniciativas de reforma agrária ou democratização da terra. Ao contrário, tratou-se de uma estratégia de valorização fundiária, na qual a terra foi concebida como ativo imobiliário, voltado à geração de capital.

Essa lógica é analisada por Milton Santos em *O Espaço Dividido* (1978), quando afirma que a urbanização brasileira não elimina o rural, mas o ressignifica sob a ótica do capital. As chácaras da Gleba, localizadas na antiga fazenda Baile, exemplificam esse fenômeno, embora designadas como propriedades rurais, integram espaço subordinado à lógica urbana. Inseridas em uma zona de transição, essas áreas funcionam como cinturões verdes, ao mesmo tempo reservas territoriais e áreas estratégicas de especulação e expansão urbana.

Complementando essa leitura, José de Souza Martins argumenta, em *O Cativo da Terra* (1979), que a terra no Brasil contemporâneo deixa de ser entendida como meio de produção ou de reprodução da vida e passa a ser tratada como mercadoria abstrata. A escritura do lote analisado ilustra esse processo, imóvel originalmente rural é convertido em unidade de comercialização urbana, formalizado por contrato, valor monetário e registro público. Essa mercantilização fundiária sustenta o modelo de urbanização empresarial adotado por grupos, como a empresa de Moura Andrade.

Nesse contexto, entrevistas realizadas com o senhor Shoji Shiota, agrimensor da Empresa Moura Andrade S/A, contribuem para compreendermos os bastidores técnicos dessa transformação territorial. Natural de Tóquio, Japão, Shiota formou-se em engenharia pela Universidade de Tóquio e desembarcou no Brasil em 30 de julho de 1954, integrando-se à equipe responsável pela execução dos projetos de parcelamento e loteamento nas áreas que dariam origem à cidade de Nova Andradina no ano de 1959.

Sua vinda ocorreu por meio de uma associação cristã evangélica de imigrantes japoneses. No Japão, atuou como professor por sete anos e, chegando ao Brasil, trabalhou inicialmente no plantio de eucalipto e no tratamento da madeira, destinada à produção de dormentes para ferrovias. Após três anos nesse trabalho, foi indicado à Moura Andrade por um compatriota, o engenheiro Kawai, membro de uma cooperativa e amigo do empresário que intermediou sua entrada nos projetos da empresa no estado de Mato Grosso.

Shiota relembra que chegou a Nova Andradina em 1959, quando os engenheiros Mário Shuji e Monteiro atuavam na região. Embora não possuísse registro no CREA, foi o terceiro engenheiro a trabalhar na cidade. Segundo seu relato, enquanto os colegas foram responsáveis

pela elaboração da planta urbana, sua função principal consistia na execução da topografia para a abertura das ruas planejadas.

Durante as entrevistas, buscamos compreender o perfil dos compradores dos lotes comercializados pela Empresa Moura Andrade S/A. Shirota afirmou que a maioria era composta por migrantes oriundos de Andradina-SP, atraídos pelas propagandas intensas em torno da nova Andradina, que prometia terras mais acessíveis e a possibilidade de ascensão econômica, especialmente por meio do cultivo do café, e os lotes eram comercializados diretamente em Andradina, com atos promocionais por parte da empresa.

Shirota também compartilhou episódios que ajudam a compreender o fluxo migratório em direção a Nova Andradina nos primeiros anos de sua existência. Muitas famílias foram atraídas pela possibilidade de adquirir terras a preços acessíveis, investir em serrarias, devido à abundância de madeira na região, ou se dedicar ao cultivo do café, atividade promissora naquele momento. No entanto, poucos anos após a fundação da cidade, a produção cafeeira foi duramente impactada pelas intensas geadas de 1965 e 1967, que provocaram severos prejuízos aos agricultores locais. Como consequência, muitas dessas famílias abandonaram a cafeicultura, migraram para a atividade pecuária, algumas famílias venderam seus lotes rurais e passaram a residir na área urbana ou buscaram novas oportunidades em outras localidades.

Ao ser questionado sobre a quantidade de terras loteadas pela Empresa Moura Andrade S/A e sobre eventuais problemas com o parcelamento, Shirota respondeu:

Shirota: Comprador de café, perdeu, foi embora, ele recebeu esse fazenda. 19 alqueire, da fazenda. Então ele escreve, futuramente, esse café não ser bom.
Mutsumi (filha e tradutora/mediadora): ele fala isso por causa da geada, né.
Shirota: Cenói, ele vende terrenos.

A fala de Shoji Shirota, ainda que de difícil compreensão em alguns trechos devido à barreira linguística e ao tempo transcorrido, permite entrever que a compra de terras por famílias migrantes, especialmente oriundas do interior paulista rumo ao então estado de Mato Grosso, nem sempre resultou na concretização das promessas de prosperidade. Para muitos, a experiência esteve longe de representar o “El Dorado” anunciado pelas propagandas das empresas colonizadoras. Embora inicialmente atraídas pelas facilidades de acesso à terra, essas famílias logo se depararam com uma série de obstáculos, como o desmatamento, a adaptação ao clima e, principalmente, os impactos das geadas severas dos anos 1960, que comprometiam a produção agrícola e a viabilidade da permanência no campo.

Diante desse cenário adverso, muitos colonos não conseguiam manter os pagamentos acordados, acabando por devolver suas terras à Empresa Moura Andrade S/A ou perdendo-as por inadimplência. Essa dinâmica evidencia um dos aspectos apontados por José de Souza

Martins (1979), ao tratar da mercantilização da terra no Brasil, a posse da terra, quando mediada exclusivamente pelas regras do mercado, expõe o colono a um alto grau de insegurança. A referência feita por Shirota aos 19 alqueires da fazenda sob controle de Moura Andrade revela a dimensão territorial do projeto empresarial, a concentração fundiária e o modelo centralizado de gestão adotado.

Ainda que houvesse interesse empresarial na expansão dos loteamentos e na ocupação efetiva da região, a realidade socioeconômica e os fenômenos naturais impuseram limites concretos. Não é possível precisar, mas entrevistados ressaltam ter havido número expressivo de famílias que abandonaram suas propriedades por inadimplência revelando os limites estruturais da colonização fundiária privada, evidenciando a contradição entre o discurso de democratização do acesso à terra e sua prática condicionada por lógicas do mercado imobiliário.

Shirota menciona um personagem de nome José Senói, imigrante japonês que atuava como intermediário na venda de terras da Empresa Moura Andrade S/A, aliciando outros imigrantes, em especial japoneses, espanhóis e italianos para a compra de lotes. Segundo pudemos investigar, por meio de nossa pesquisa, José Senói era corretor de empresa colonizadora/imobiliária na cidade de Andradina-SP. De acordo com Shirota, uma quantidade de terras situadas a oeste do núcleo urbano de Nova Andradina e, por decisão da própria empresa, não deveriam ser objeto de loteamento. A comercialização dessas áreas por parte de Senói provocou conflito, gerando tensões com a família do intermediário e resultando em uma contenda com os capangas de Moura Andrade. Sobre esse episódio, Shirota ressalta:

Shirota: Ohhh Senói, essa história, o Sénói, eu conheço (risos). Vice-presidente, ahhh, vice-prefeito da Andradina.

Mutsumi: ele foi vice-prefeito de Andradina.

Shirota: Ohhh, Tradutor público.

Mutsumi: Ele foi tradutor público.

Shirota: Quando pequena, ele veio ai. Seu Andrade, confiou com ele, para ele ir fazendo. Quatro mil alqueire loteado.

Mutsumi: Ele loteou quatro mil alqueires.

Shirota: Esse mostrado, esse baixado (Bairro Escolinha), 900 alqueire.

Na continuidade da entrevista, Shoji Shirota, com bom humor, relatou o episódio envolvendo José Senói, homem de confiança de Moura Andrade. Senói foi vice-prefeito de Andradina-SP durante a gestão de Aristomenes Figueiredo Meireles (PSB), prefeito eleito por sufrágio universal entre 2 de janeiro de 1956 e 1º de janeiro de 1960. Apesar da legitimidade eleitoral, é importante destacar a influência direta do empresário Moura Andrade sobre os indicados, revelando que o poder econômico mantinha forte controle sobre o cenário político. Em Nova Andradina, José Senói também desempenhou papel relevante no ordenamento fundiário, sendo responsável por organizar parte do loteamento da cidade.

Segundo Shirota, José Senói teria loteado aproximadamente 900 alqueires (cerca de 2.178 hectares) de terras sem autorização da Empresa Moura Andrade S/A. A planta original de Moura Andrade previa o loteamento de 4.000 alqueires (aproximadamente 9.680 hectares), mas, na região da baixada, saída para o atual município de Ivinhema, José Senói facilitou a ocupação e venda das terras a diversas famílias. Em termos diretos, tratou-se de uma ocupação irregular de terras privadas. As narrativas silenciadas comentam que a empresa tentou conter o avanço com o uso de armas por parte de seus capangas. No entanto, a expulsão das famílias se mostrou inviável, uma vez que Senói havia registrado legalmente as escrituras em nome dos compradores, protegendo-os juridicamente.

Trabalhar com história oral exige sensibilidade diante dos silêncios. Enquanto Shirota narrava os conflitos com certo distanciamento, uma outra entrevista trouxe à tona a dimensão íntima e dolorosa desses mesmos episódios. Entrevistamos um casal, ela, filha de um dos primeiros moradores da fazenda Primavera, a qual chegou com o pai em 1950; ele, migrante que não iremos dar maiores detalhes, para que não haver reconhecimento. Quando mencionamos os loteamentos irregulares conduzidos por Senói, o esposo confirmou a informação com um sorriso contido. No entanto, a reação da esposa foi diferente, seu semblante mudou imediatamente. Aquela que antes se mostrava animada e acolhedora, silenciou e afastou-se da conversa. Um aborrecimento profundo tomou conta do ambiente, silêncio carregado de significados.

Como afirma Pollak (1989, p. 3), “os objetos de pesquisa são escolhidos de preferência onde existe conflito e competição entre memórias concorrentes”. O silêncio da esposa rompeu a harmonia do relato compartilhado, revelando tensões que extrapolam o plano da lembrança para atingir o campo da dor e da proteção emocional. O entrevistador, então, optou por interromper o tema. Na saída, a filha do casal acompanhou o entrevistador e fez um pedido: “Quando retornar para fazer a entrevista gravada com meus pais, vamos separá-los. Primeiro o pai, depois a mãe. E tenha cuidado ao questionar minha mãe. Ela é filha de um dos empreiteiros da Empresa Moura Andrade. Ele era matador. Jogava os corpos na lagoa”.

A partir desse relato, compreendemos que o silêncio da esposa não era vazio, mas marca de uma ferida ainda aberta. A filha relatou que o avô, além de empreiteiro da empresa, era violento e recorria com frequência à arma para resolver contendas. Segundo ela, o pai precisou gastar muito dinheiro ao longo da vida para livrar o sogro de penalidades judiciais⁵⁵. O silêncio,

⁵⁵ É muito provável que esses fatos tenham gerado boletins de ocorrências ou registros na delegacia da cidade de Nova Andradina e/ou Batayporã, contudo, preferimos não abordar essa análise na pesquisa, considerando não

nesse caso, protege a integridade da memória familiar e serve como barreira contra a revivência da dor. Como destaca Pollak (1989, p. 6), “a essas razões políticas do silêncio acrescentam-se aquelas, pessoais, que consistem em querer poupar os filhos de crescer na lembrança das feridas dos pais”.

Esses episódios revelam que o processo de colonização em Nova Andradina não foi isento de tensões, imposições e violência. Pelo contrário, as entrevistas, mesmo marcadas por silêncios ou hesitações, apontam para memórias disputadas, onde o passado se apresenta como lembrança, campo de conflito, proteção e seletividade.

Ao investigarmos as condições em que terras foram negociadas, apropriadas ou perdidas, percebemos que nem sempre os relatos seguem lógica cronológica ou objetiva. A oralidade opera por meio de afetos, emoções e códigos de lealdade familiar. Isso se expressa no silêncio da filha mediadora da entrevista ao se deparar com a menção ao avô violento, e tenta resguardar a mãe e orientar o pesquisador. Aqui, o silêncio se torna fala indireta, uma recusa que denuncia, o indizível ganha volume no silêncio.

Esses relatos marcados por silêncios e tensões familiares nos conduzem ao que Pollak (1992) denomina de memória subterrânea, composta por fragmentos do passado que, embora ausentes das versões oficiais da história, persistem nas lembranças íntimas, familiares ou comunitárias. O silêncio da filha ao mencionar o avô “matador”, bem como o desconforto da mãe durante a entrevista, não indica simples ausência de memória, mas a existência do “não-dito”, aquilo que não se fala por medo, vergonha ou proteção dos afetos.

Segundo o autor, essas zonas de sombra permanecem guardadas em redes informais de sociabilidade e são moldadas pelo risco da punição, do mal-entendido ou do colapso da imagem familiar. A fronteira entre o dizível e o indizível, portanto, não é fixa, oscila conforme o contexto social e político, revelando como certas lembranças se tornam impronunciáveis justamente por exporem os mecanismos de violência e dominação que sustentaram processos como o da colonização privada em Nova Andradina. Nesse sentido, o gesto de silenciar não representa uma falha da memória, mas sua forma de resistência, um modo de proteger os vivos da dor de reviver as feridas abertas pelos mortos.

Mais do que simples apagamento, esses silêncios revelam camadas ocultas de significação. Revelam, por exemplo, como a colonização não se fez apenas com propagandas e projetos de infraestrutura, mas também com medo, coerção e mecanismos de dominação simbólica e física. O homem de confiança, os capangas e os empreiteiros armados configuram

podemos perguntar o nome completo do avô de nossa entrevistada, além de procurarmos não constranger a família.

um universo paralelo à legalidade, onde as relações de poder se davam pelas vias institucionais e pelo controle direto sobre corpos, terras e memórias. Para a história, muitas dessas indicações que estão ligadas a medidas de controle não aparecem, não estão à luz das fontes, justamente porque fazem parte de um submundo das relações de poder, que alimentam o imaginário social local, que não é comunicada, mas que sempre esteve presente e aflora apenas quando é questionada.

Nesse sentido, os silêncios registrados nas entrevistas não podem ser tratados como lacunas a serem preenchidas, mas documentos vivos. Como sugere Alessandro Portelli (1997), em estudos sobre história oral, o que é lembrado, ou esquecido, comunica muito sobre o lugar social do narrador, suas estratégias de sobrevivência e a função das narrativas no presente.

A ocupação da área que compõe a formação de Nova Andradina, portanto, deve ser compreendida como processo técnico de loteamento de glebas, e condição social e afetiva, atravessada por relações de poder, disputas familiares e traumas. A cidade planejada por Moura Andrade pode ter sido desenhada por agrimensores, mas foi erguida, em boa parte, sobre lembranças fragmentadas, discursos interrompidos e verdades ditas apenas por gestos ou ausências.

Com isso, percebe-se que as empresas colonizadoras, como a de Moura Andrade, sempre buscaram executar seus projetos imobiliários de forma estratégica. O parcelamento das terras era minuciosamente planejado em conjunto com engenheiros e agrimensores, visando à maximização da renda e à eficiência da ocupação. Lembramos que as figuras 30 e 32 ilustram esse planejamento. A planta destinada à comercialização de lotes além do núcleo urbano foi organizada com a previsão de vendas em nove glebas, dispostas ao redor do centro da futura cidade.

As glebas A e B, localizadas a Oeste do núcleo urbano, foram desenhadas com lotes de cinco, dez e até quinze alqueires (aproximadamente 12,1 a 36,3 hectares), destinados a pequenos e médios produtores. Ao Norte, as glebas C, D e E foram subdivididas em lotes de 10, 15 e 30 alqueires (24,2 a 72,6 hectares), situadas próximas à estrada que dava acesso às terras da Companhia de Viação São Paulo-Mato Grosso, região onde Jan Antonin Bata estava organizando a emancipação do município de Batayporã, mais próximo à sede da fazenda Primavera.

Já as glebas F, G, H e I, dispostas a Leste do núcleo urbano, foram comercializadas com lotes que variavam de cinco a 37 alqueires (12,1 a 89,5 hectares), originando os bairros atualmente conhecidos como Paineirinha, União e Frutal, localizados nas proximidades da fazenda São Rafael. Os dois primeiros bairros foram majoritariamente povoados por famílias

de origem espanhola e italiana, provenientes do interior paulista. Essas famílias, em grande maioria, após venderem suas terras no interior do estado de São Paulo, buscavam novas oportunidades para cultivar, colher e comercializar café. O bairro Frutal, por sua vez, foi ocupado predominantemente por migrantes mineiros. É comum entre os moradores a menção de que o nome do bairro se origina da cidade de Frutal-MG, de onde teriam vindo muitos dos migrantes.

Outro aspecto relevante diz respeito aos migrantes mineiros negros, de pele retinta, que se estabeleceram em sítios mais distantes do núcleo urbano, o que dificultava sua integração social e econômica com a cidade. Muitos permaneceram trabalhando principalmente no bairro Frutal para sitiantes daquela localidade, tendo em comum o parentesco. Essas pessoas foram convidadas para trabalharem em médias propriedades com a lavoura de café, grosso modo, havendo pouca ascensão social, do ponto de vista financeiro.

Ainda na porção Oeste do núcleo urbano de Nova Andradina, a planta da cidade reservava área considerável para o campo de aviação, uma das paixões de Moura Andrade. Ele acreditava que sua cidade teria potencial para se tornar a futura capital de um novo estado, com a possível divisão de Mato Grosso, e deveria estar preparada para receber empresários, latifundiários e políticos. Algumas pessoas entrevistadas, como Antônio Gomes, que foi motorista da primeira patrula abrindo ruas de Nova Andradina, disse ter ouvido do empresário Moura Andrade, que se a cidade prosperasse, num breve futuro, poderia ser a capital do outro Mato Grosso.

A expectativa de que Nova Andradina pudesse tornar-se capital de Mato Grosso do Sul, por parte de Moura Andrade, pode ser interpretada como resultado de uma combinação de estratégia fundiária, visão empresarial de longo prazo e leitura política das tendências regionais. Durante parte do século XX, algumas vezes de maneira mais intensa, outras mais tímidas, a divisão do estado de Mato Grosso era pauta nos debates políticos e administrativos, motivada não apenas pelo seu imenso território, que dificultava a gestão centralizada a partir de Cuiabá, mas também pela pressão de elites regionais do Sul de Mato Grosso, que se sentiam desprestigiadas em relação às decisões do governo estadual.

É dentro desse contexto que a aposta de Moura Andrade se torna compreensível. Ao projetar Nova Andradina, a empresa dispunha de infraestrutura agropecuária, logística consolidada com a fazenda Primavera e o Frigorífico Mouran na cidade de Andradina. Moura Andrade fundava uma cidade, modelava um polo regional com potencial administrativo, produtivo e demográfico, isso aponta que a localização da cidade foi estratégica, como mencionado, Nova Andradina situava-se numa zona de transição entre os estados de São Paulo,

Paraná e Mato Grosso, bem conectada por estradas e próxima a outras frentes de colonização. Essa posição geográfica favorecia o escoamento de produção, o fluxo migratório e a centralização de serviços, características desejáveis para uma futura capital. Assim, mesmo que a pretensão de Moura Andrade não tenha se concretizado, ela revela uma leitura estratégica das dinâmicas territoriais, políticas e econômicas que moldavam o Brasil no processo de ocupação e reorganização do Centro-Oeste.

Nesse sentido, a análise da planta da Gleba Nova Andradina permite-nos observar que a área correspondente à antiga fazenda Baile, localizada ao centro do traçado urbano, não foi incluída no loteamento. Essa decisão revela outra estratégia clara de Moura Andrade em preservar essa porção de terra como base operacional de suas atividades econômicas na região. Ao manter a fazenda fora da divisão em glebas, a empresa assegurava o controle sobre a criação de gado bovino, extração de madeira e a gestão fundiária local, sem interferências externas.

A sede da fazenda Baile, cerca de quatro quilômetros do ponto central das principais avenidas projetadas da cidade, evidencia que ali se estabeleceu a sede administrativa e produtiva da Empresa Moura Andrade S/A em Nova Andradina. Esse núcleo funcionava como centro de comando das ações de colonização e, ao seu redor, foram desenhadas as áreas urbanas e rurais, reafirmando a centralidade estratégica da propriedade no processo de ocupação planejada do território.

A exclusão da fazenda Baile do loteamento não significava ausência, mas sim, posição privilegiada dentro do projeto de fundação da cidade. Sua permanência como área preservada consolidava a presença da empresa na região, permitindo que Moura Andrade conduzisse, de forma estratégica, o que estamos constatando aqui como especulação fundiária e a valorização do solo urbano, articulando seus interesses empresariais à expansão do núcleo urbano que se estruturava ao redor. Além disso, o traçado do projeto evitava riscos de alagamentos e outros problemas relacionados à proximidade com o córrego do Baile, conferindo ao núcleo urbano condições mais favoráveis de ocupação.

Dessa maneira, Moura Andrade foi concretizando seu objetivo de implantar Nova Andradina como “extensão” de seus negócios de Andradina-SP, vislumbrando que a nova cidade alcançasse o mesmo êxito de seus ambiciosos projetos imobiliários. A fundação da cidade, assim, reproduzia um modelo fundiário consolidado, reafirmando a capacidade do empresário em transformar o território em ativo econômico por meio do planejamento urbano articulado ao capital.

3.3 Nova Andradina: afirmação da apropriação capitalista da terra por Moura Andrade

Nova Andradina foi fundada em 20 de dezembro de 1958, após uma série de eventos marcantes iniciados com a compra das terras da fazenda Baile pelo empresário Moura Andrade. Dentro de seu projeto imobiliário, implantou o mínimo de infraestrutura e investiu fortemente em campanhas de divulgação das terras da “Nova” Andradina.

A ausência de políticas públicas eficazes por parte do Estado resultava em condições de vida precárias, repletas de adversidades para homens e mulheres que ocupavam espaços em processo de colonização. Em resposta a essa lacuna institucional, o próprio Estado, por meio de alianças com agentes privados, delegava autoridade a indivíduos de confiança, que passavam a exercer funções de comando local. Assim, instaurava-se uma lógica de ordem privada com respaldo oficial.

Como analisa Santos (2015), esse tipo de arranjo evidencia a sobreposição entre o público e o privado na condução do processo colonizatório, no qual o poder estatal se manifesta não por meio de estruturas formais, mas por delegação de autoridade a representantes vinculados aos interesses do capital. Esse modelo foi observado na fazenda Primavera, sob responsabilidade de homens, como Teutly Soares Leitão, Geraldo Matos Lima, Geraldo Teodoro e, posteriormente, na fazenda Baile, com a chegada de João Teodoro Braga, em 1956, reconhecido como o primeiro delegado das terras em colonização, devido às suas atuações firmes de administrador.

Segundo informação (em 15 de dezembro de 2009) concedida por Aluízio Eduardo Teodoro Braga, filho de João Teodoro Braga (João do Baile), havia na fazenda Baile uma área no galpão que podia ser trancada e era utilizada por João Teodoro como espécie de cadeia provisória, destinada à contenção de conflitos até que os ânimos se acalmassem. Na época, dizia-se: “toda cidade precisa de um delegado e de um pastor”. Relatos como o de seu Antônio Gomes também confirmam que Moura Andrade compartilhava essa visão de controle social. Antônio Gomes destacou (entrevista realizada em 11 de janeiro de 2010):

O policiamento era seu Andrade que dava toda assistência, o primeiro polícia que veio pra cá foi seu Andrade que trouxe [...] seu Andrade gostava de brincar. A cidade para ser cidade mesmo tem que ter três p: Padre, puta e polícia. Enquanto não estiver esses três p, num é cidade [...] ele gostava de fala, num falava pra nós, falava prus pião lá dele. Aí falava pra turma, oi turma aqui ainda ta faltando muito pra ter cidade. Porque pra ser cidade precisa ter três p. Que que é seu Andrade? Puta, padre e polícia. Aí criou ali. A polícia ele ffez tudo e trouxe e pagô. E foi e.... Até ter eleição foi ele que mantinha a polícia. Ele dava carne, ele dava casa, ele dava carro, ele pagava. Depois foi na Espanha trouxe padre Marcos e a polícia já tinha aí.

A entrevista com Antônio Gomes convida-nos à reflexão sobre a infraestrutura prevista no projeto imobiliário de Moura Andrade. O empresário mandou construir uma escola, uma igreja e um hospital, além de alguns barracões destinados às máquinas e à oficina da empresa, todos situados no centro da clareira que viria a se tornar o núcleo urbano da cidade. A construção desses equipamentos foi funcional, simbolicamente pensada como parte da consolidação e legitimação da nova cidade.

Aspecto relevante emerge do relato de Gomes ao mencionar a ideia dos “três Ps”, padre, polícia e puta, como condição simbólica para a constituição de uma cidade. Na visão do empresário, a igreja representava a fé, a ordem e a mediação social, por meio da figura do padre, símbolo de respeito e estabilidade, que dispensaria o uso da força como forma de controle. No entanto, a realidade indicava outra lógica, a força permanecia como respaldo prático da autoridade, especialmente nas zonas de fronteira fundiária. Não por acaso, era comum dizer-se que, nas terras de Mato Grosso, a justiça se fazia “no calibre do revólver .44”. Essa ideia era reforçada pela atuação de homens, como Zé Pretinho, Bugre Félix e Felão, figuras conhecidas por exercerem funções de vigilância armada, primeiro na fazenda Primavera e depois na fazenda Baile.

A prostituição, por sua vez, era considerada pelo próprio Moura Andrade uma presença funcional e simbólica. Segundo relatos sobre a narrativa do empresário, uma cidade só estaria completa com esses três elementos, e a prostituta, nesse imaginário, cumpria papel importante no lazer masculino. Vale lembrar que os aviões e caminhões da empresa buscavam trabalhadores no Nordeste e no Paraguai, grande parte deles solteiros, e que chegavam às fazendas da empresa em condições precárias, muitas vezes isolados e desprovidos de redes de apoio.

Na fotografia 10, retornamos à análise de Santos (2015), que evidencia a presença dos trabalhadores responsáveis pelo desmatamento das terras de Moura Andrade. Observa-se a heterogeneidade e a invisibilidade social desse grupo, majoritariamente formado por migrantes, encarregados das tarefas mais árduas e expostos a condições de trabalho severas. A presença da prostituição em Nova Andradina, como parte funcional dos acontecimentos urbanos de Moura Andrade, se manifestava de maneira concreta em áreas específicas da cidade. A primeira zona de baixo meretrício surgiu no encontro das avenidas Rio Brilhante e Guanabara, local onde peões, trabalhadores braçais e desmatadores circulavam com frequência. Ali, a prática era marcada por certa informalidade e pela precariedade das instalações, refletindo a condição social dos homens que buscavam, naquele espaço, formas de lazer e alívio frente à dureza do trabalho nas fazendas. Esse ponto da cidade tornou-se conhecido como o local onde os

trabalhadores acessavam aquilo que o próprio empresário compreendia como parte da estrutura simbólica de uma cidade completa.

Com o tempo, surgiu nova zona de prostituição em outro ponto do núcleo urbano, no final da Avenida Gato Preto. Nessa nova localização, observava-se uma tentativa de conferir maior organização e, até certo ponto, um grau de *glamour* às atividades ali desenvolvidas. Diferentemente da primeira área, marcada pela rusticidade, o novo espaço passou a contar com casas mais estruturadas e frequentadores de maior poder aquisitivo, como comerciantes, funcionários urbanos e donos de serrarias, considerando, nesse último caso, a proximidade com a Vila Operária. Essa mudança evidencia a permanência da prostituição como elemento planejado no traçado social da cidade, e também a adaptação de espaços considerados como de lazer à dinâmica de expansão e valorização urbana, refletindo as distinções sociais que se consolidavam paralelamente ao crescimento da cidade.

Fotografia 10 - Nova Andradina – Homens que trabalhavam no Desmatamento S/d



Fonte: Museu Municipal de Nova Andradina.

Santos (2015) destaca que a vinda de homens para trabalhar no desmatamento estava relacionada à possibilidade de vinda também de mulheres, muitas das quais acompanhavam

seus familiares. No entanto, havia também as profissionais do sexo, que passaram a residir na zona de meretrício da cidade. Em seu texto, Santos (2015) inclui outra parte da entrevista com Aluizio Braga, abordando a presença dessas mulheres e questionando se Moura Andrade, o empresário, teria atuado como fomentador dessa presença feminina, em um ambiente que escapava dos padrões da moral social. Considerando que Moura Andrade entendia a prostituição como algo essencial para uma localidade se tornar cidade, a questão levanta discussões sobre sua possível atuação nesse sentido.

No entanto, no relato de Santos (2015), o entrevistado Aluizio Eduardo afirmou não acreditar nessa hipótese. Ele explicou que havia pessoas que atuavam como agenciadores, responsáveis por trazer algumas prostitutas para trabalhar nas casas de diversão da cidade. Em determinados casos, as mulheres vinham por iniciativa própria, em busca de melhores condições de vida. Segundo Santos (2015), essa atividade acabou por configurar espaço especializado, que reunia diferentes tipos de serviços sexuais e fornecimento de bebidas, sendo frequentado predominantemente por homens da cidade. Como o autor descreve (2015, p. 132):

A prostituição é um fato que necessita ser avaliado na colonização de Nova Andradina, pois existe antes da colonização. Porém há que se lembrar que o senso comum impregnado de dogmas religioso prega a moralidade e inspira as pessoas a excluírem socialmente as mulheres que atuam nesta atividade, pois a religiosidade não permite que o homem frequente locais tais como a zona de baixo meretrício, contudo, a forma como se reveste as necessidades de sexo e o ensejo por prazeres diferentes do que se pode ter no lar, ainda mais em lares conservadores da religiosidade imperante no processo de colonização de Nova Andradina, fez com que homens de diferentes classes frequentassem o profano mesmo pensando no sagrado, ou em dias considerados da família, fossem à missa e num momento de lazer encaminhassem suas idas a zona de baixo meretrício.

Ainda segundo Santos (2015), em entrevista concedida pelo senhor Leandro, foi destacado que a zona de meretrício era frequentada por indivíduos de diversas classes sociais da Nova Andradina. As casas e as mulheres ajustavam os serviços oferecidos conforme a posição social e o poder aquisitivo dos frequentadores que buscavam prazer nesse espaço. Dessa forma, compreendemos que as simbologias desempenham papel fundamental na formação das cidades. Órgãos, instituições e diversos componentes sociais estão presentes como meios de conduzir a sociedade que se forma. Pierre Bourdieu (2012) aponta, nas entrelinhas de sua obra, que os simbolismos contribuem para o convívio no mesmo espaço entre dominantes e dominados. Ou seja, o autor sugere que as categorias sociais, com seus discursos e formas de expressão, se interrelacionam, e que a subordinação é parte da conjuntura que formará a sociedade. Como Bourdieu afirma (2012, p. 141):

As categorias de percepção do mundo social são, no essencial, produto da incorporação das estruturas objetivas do espaço social. Em consequência, levam os agentes a tomarem o mundo social e tal como ele é, a aceitarem-no como natural, mais do que a rebelarem-se contra ele, a oporem-lhe possíveis diferentes, e até mesmo antagonistas: o sentido da posição como sentido daquilo que se pode ou se não pode — permitir-se a si mesmo implica uma aceitação tácita da posição, um sentido dos limites (isso é para nós) ou, o que é a mesma coisa, um sentido das distâncias, a marcar e a sustentar, a respeitar e a fazer respeitar – e isto sem dúvida, de modo tanto mais firme quanto mais rigorosas são as condições de existência e quanto mais rigorosa é a imposição do princípio de realidade (daí o profundo realismo que caracteriza frequentemente a visão do mundo dos dominados e que, funcionando como espécie de instinto de conservação socialmente constituído, só pode parecer conservador em referência a uma representação exterior, portanto normativa, do interesse objetivo daqueles que ele ajuda a viver ou a sobreviver).

Para Bourdieu (2012), os simbolismos operam enquanto ferramenta fundamental para estabelecer e manter as relações de poder dentro de um espaço social. As categorias sociais, ao se manifestarem por meio de discursos e práticas cotidianas, expressam as divisões existentes e consolidam a subordinação de certos grupos. Isso ocorre porque as relações de poder são marcadas pela imposição direta e pela internalização de certas normas e símbolos que perpetuam a hierarquia social. Em outras palavras, a subordinação, muitas vezes invisível, integra-se ao próprio processo de formação da sociedade.

A partir de Bourdieu (2012), podemos perceber que, muitas vezes, os sujeitos inseridos nas relações de dominação não se reconhecem como dominantes ou dominados. Isso ocorre porque os mecanismos de poder se impõem pela força direta, assim como, por meio de estruturas simbólicas que se naturalizam no cotidiano. A linguagem, os hábitos e os valores morais são alguns dos instrumentos utilizados para manter a ordem social que, embora aparente neutralidade, favorece determinados grupos em detrimento de outros.

No contexto de cidades em formação, como Nova Andradina, essa lógica se manifesta também nos modos de organização da vida urbana, especialmente nas estruturas dos espaços de lazer e prazer. A presença significativa de homens sem família ou vínculos afetivos contribuiu para a criação de espaços específicos voltados ao entretenimento masculino, como as zonas de meretrício. No entanto, esses espaços não devem ser vistos apenas como resposta espontânea a necessidades individuais, mas, sobretudo, enquanto resultado de uma estrutura social que legitima certas práticas e delimita quem pode ou não ocupar determinados lugares.

Assim, supostos espaços entendidos como de lazer revelam uma dinâmica de poder sustentada por símbolos e instituições que naturalizam desigualdades sociais, de gênero e de classe, garantindo a manutenção de uma ordem social que favorece os grupos dominantes. Nessa perspectiva, compreendemos que a ideia de cidade e o loteamento dos imóveis estavam

entrelaçados com os anseios de Moura Andrade. O empresário buscava, além do pequeno investimento em infraestrutura, garantir que o estado lhe proporcionasse as condições necessárias para a fundação de Nova Andradina.

Partindo do princípio de que Moura Andrade procurava sempre obter renda sobre a terra, e com o crescimento populacional e as atividades econômicas, especialmente o comércio relacionado à exploração madeireira, formava-se também um cenário propício para a urbanização de Nova Andradina. Esse momento refletia a ocupação por centenas de pessoas que adquiriam terras mensalmente na nova cidade do "rei do gado", e a articulação de interesses entre diferentes agentes sociais e políticos, destacadamente o Estado, as empresas colonizadoras e os fluxos de capital.

Nesse contexto, o governo estadual, sob a liderança do então Governador João Ponce de Arruda, sancionou a Lei Estadual nº. 1.189, de 20 de dezembro de 1958, que elevou Nova Andradina à categoria de município. Tal medida representou reconhecimento administrativo, e a consolidação da ocupação territorial impulsionada por interesses capitalistas, mediados pela ação estatal e atuação da empresa colonizadora, que financiava e organizava a estrutura das terras de Nova Andradina.

De acordo com Santos (2015), a Lei Estadual nº 1.189, de 20 de dezembro de 1958, criou o município de Nova Andradina, juntamente com vários outros municípios, conforme publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 25 de dezembro daquele ano (figura 34). A lei entrou em vigor em 1º de janeiro de 1959. Na mesma data de sua criação, o então Governador João Ponce de Arruda nomeou Luís Soares Andrade, filho de Moura Andrade, como o primeiro prefeito de Nova Andradina.

Figura 35 - Diário Oficial de Criação de Municípios no Estado de Mato Grosso

TABELA 3		DIÁRIO OFICIAL	25 DE DEZEMBRO DE 1958
14 Carmelita da Silva Canavarros — proc. 1893/4923/58	5.350,00	membros, e "ex-officio", à vista dos autos, quando deles verificar faltar as disciplinas praticadas pelos juizes, membros do Ministério Público ou serventuários de justiça que ainda não tenham sido julgados no objeto de representação.	Artigo 1.º — Fica criado o município de Nova Andradina e "Vetado", cuja sede será desmembrada do município de Batagosa e compreenderá dentro do seguinte limite:
15 — Pedro Canavarros — proc. 1895/4922/58	7.650,00	1.º — As penas definidas no artigo 2.º, incisos VI e VII serão aplicadas contra os autores de crimes previstos no Código de Processo Civil e também pelas autoridades enumeradas neste artigo.	a) — Município de Nova Andradina se começa no Porto de Santa Elídia, no rio Paraná, daí por uma linha reta até a barra do ribeirão Combate, no rio Três Barras; pelo ribeirão Combate acima até sua cabeceira e daí por uma linha reta à cabeceira do córrego Pindaíba, por este abaixo até sua barra no rio Pardo; pelo Pardo acima até atingir a divisa do município de rio Brilhante pela qual segue até o rio Ivinhema e por este abaixo até sua confluência no rio Paraná; deste ponto, pela margem direita do mesmo rio acima até o ponto de partida.
16 — Vicente Bertola — proc. 22/9192/57	12.510,00	2.º — O Corregedor Geral da Justiça quando julgar aos juizes as penas de multa nos incisos VI, VII e VIII do artigo 147, recorrerá obrigatoriamente com efeito suspensivo, para o Conselho Superior da Magistratura.	a) — VETADO.
17 — José Haddad Irmãos — proc. 817/2049/57	10.675,00	Artigo 5.º — Esta lei entrará em vigor logo após vencido o prazo de inalterabilidade de organização judiciária, revogada das disposições em contrário.	Artigo 2.º — O município de Nova Andradina e "Vetado", terá por sede a localidade de Nova Andradina e que fica elevada a categoria de cidade e pertencerá a comarca de rio Brilhante.
18 — Os mesmos — proc. 5957/20105/56	6.195,00	Artigo 6.º — Esta lei entrará em vigor a partir de 1.º de janeiro de 1959, revogadas as disposições em contrário.	Artigo 3.º — O distrito de Batagosa ficará pertencendo ao município de Nova Andradina.
19 — José Antônio Costa — proc. 3.682/11212/57	13.383,60	Artigo 7.º — Esta lei entrará em vigor a partir de 1.º de janeiro de 1959, revogadas as disposições em contrário.	Artigo 4.º — Esta lei entrará em vigor a partir de 1.º de janeiro de 1959, revogadas as disposições em contrário.
20 — João Batista Gomes — proc. 2821/8014/58	7.000,00	Artigo 8.º — Esta lei entrará em vigor a partir de 1.º de janeiro de 1959, revogadas as disposições em contrário.	Artigo 5.º — Esta lei entrará em vigor a partir de 1.º de janeiro de 1959, revogadas as disposições em contrário.
TOTAL	390.601,10	Artigo 9.º — Esta lei entrará em vigor a partir de 1.º de janeiro de 1959, revogadas as disposições em contrário.	Artigo 6.º — Esta lei entrará em vigor a partir de 1.º de janeiro de 1959, revogadas as disposições em contrário.
Artigo 2.º — Ficam anuladas na importância de Cr\$ 153.285,50, a dotação referente ao auxílio constante do n.º 54, da relação dos auxílios e subvenções da Secretaria do Interior, Justiça e Finanças e Cr\$ 16.501,10 a dotação 4.1 — Consignação 411 alínea A e de Cr\$ 160.214,50 a dotação 4.1 — Consignação 411 alínea D de vigente orçamento.		Artigo 10.º — Esta lei entrará em vigor a partir de 1.º de janeiro de 1959, revogadas as disposições em contrário.	Artigo 7.º — Esta lei entrará em vigor a partir de 1.º de janeiro de 1959, revogadas as disposições em contrário.
Artigo 3.º — O valor do presente crédito será coberto com o recurso resultante da real economia proveniente das anulações de que trata o artigo anterior.		Artigo 11.º — Esta lei entrará em vigor a partir de 1.º de janeiro de 1959, revogadas as disposições em contrário.	Artigo 8.º — Esta lei entrará em vigor a partir de 1.º de janeiro de 1959, revogadas as disposições em contrário.
Artigo 4.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.		Artigo 12.º — Esta lei entrará em vigor a partir de 1.º de janeiro de 1959, revogadas as disposições em contrário.	Artigo 9.º — Esta lei entrará em vigor a partir de 1.º de janeiro de 1959, revogadas as disposições em contrário.
Palácio Alencastro, em Cuiabá, 19 de dezembro de 1958, 137.ª da Independência e 70.ª da República.		Artigo 13.º — Esta lei entrará em vigor a partir de 1.º de janeiro de 1959, revogadas as disposições em contrário.	Artigo 10.º — Esta lei entrará em vigor a partir de 1.º de janeiro de 1959, revogadas as disposições em contrário.
J. PONCE DE ARRUDA FREDERICO VAZ DE FIGUEIREDO		Artigo 14.º — Esta lei entrará em vigor a partir de 1.º de janeiro de 1959, revogadas as disposições em contrário.	Artigo 11.º — Esta lei entrará em vigor a partir de 1.º de janeiro de 1959, revogadas as disposições em contrário.
LEI N. 1.187 DE 19 DE DEZEMBRO DE 1958		Artigo 15.º — Esta lei entrará em vigor a partir de 1.º de janeiro de 1959, revogadas as disposições em contrário.	Artigo 12.º — Esta lei entrará em vigor a partir de 1.º de janeiro de 1959, revogadas as disposições em contrário.
Altera os artigos 147, 148 e 150 do Código de Organização Judiciária.		Artigo 16.º — Esta lei entrará em vigor a partir de 1.º de janeiro de 1959, revogadas as disposições em contrário.	Artigo 13.º — Esta lei entrará em vigor a partir de 1.º de janeiro de 1959, revogadas as disposições em contrário.
O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO:		Artigo 17.º — Esta lei entrará em vigor a partir de 1.º de janeiro de 1959, revogadas as disposições em contrário.	Artigo 14.º — Esta lei entrará em vigor a partir de 1.º de janeiro de 1959, revogadas as disposições em contrário.
Faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado decreta e eu sanciono a seguinte Lei:		Artigo 18.º — Esta lei entrará em vigor a partir de 1.º de janeiro de 1959, revogadas as disposições em contrário.	Artigo 15.º — Esta lei entrará em vigor a partir de 1.º de janeiro de 1959, revogadas as disposições em contrário.
Artigo 1.º — Os artigos 147, 148 e 150 da Lei número 587, de 12 de dezembro de 1953 são alterados na conformidade do disposto nesta lei:		Artigo 19.º — Esta lei entrará em vigor a partir de 1.º de janeiro de 1959, revogadas as disposições em contrário.	Artigo 16.º — Esta lei entrará em vigor a partir de 1.º de janeiro de 1959, revogadas as disposições em contrário.
Artigo 2.º — O artigo 147 passa a ter a seguinte redação:		Artigo 20.º — Esta lei entrará em vigor a partir de 1.º de janeiro de 1959, revogadas as disposições em contrário.	Artigo 17.º — Esta lei entrará em vigor a partir de 1.º de janeiro de 1959, revogadas as disposições em contrário.
Artigo 147 — Haverá as seguintes penas disciplinares:		Artigo 21.º — Esta lei entrará em vigor a partir de 1.º de janeiro de 1959, revogadas as disposições em contrário.	Artigo 18.º — Esta lei entrará em vigor a partir de 1.º de janeiro de 1959, revogadas as disposições em contrário.
I — Advertência em autos;		Artigo 22.º — Esta lei entrará em vigor a partir de 1.º de janeiro de 1959, revogadas as disposições em contrário.	Artigo 19.º — Esta lei entrará em vigor a partir de 1.º de janeiro de 1959, revogadas as disposições em contrário.
II — Censura;		Artigo 23.º — Esta lei entrará em vigor a partir de 1.º de janeiro de 1959, revogadas as disposições em contrário.	Artigo 20.º — Esta lei entrará em vigor a partir de 1.º de janeiro de 1959, revogadas as disposições em contrário.
III — Pagamento de custas;		Artigo 24.º — Esta lei entrará em vigor a partir de 1.º de janeiro de 1959, revogadas as disposições em contrário.	Artigo 21.º — Esta lei entrará em vigor a partir de 1.º de janeiro de 1959, revogadas as disposições em contrário.
IV — Devolução de custas;		Artigo 25.º — Esta lei entrará em vigor a partir de 1.º de janeiro de 1959, revogadas as disposições em contrário.	Artigo 22.º — Esta lei entrará em vigor a partir de 1.º de janeiro de 1959, revogadas as disposições em contrário.
V — Multas;		Artigo 26.º — Esta lei entrará em vigor a partir de 1.º de janeiro de 1959, revogadas as disposições em contrário.	Artigo 23.º — Esta lei entrará em vigor a partir de 1.º de janeiro de 1959, revogadas as disposições em contrário.
VI — Perda de vencimentos e de tempo de serviço, para efeito de promoção, e aposentadoria;		Artigo 27.º — Esta lei entrará em vigor a partir de 1.º de janeiro de 1959, revogadas as disposições em contrário.	Artigo 24.º — Esta lei entrará em vigor a partir de 1.º de janeiro de 1959, revogadas as disposições em contrário.
VII — Suspensão, até noventa (90) dias.		Artigo 28.º — Esta lei entrará em vigor a partir de 1.º de janeiro de 1959, revogadas as disposições em contrário.	Artigo 25.º — Esta lei entrará em vigor a partir de 1.º de janeiro de 1959, revogadas as disposições em contrário.
Parágrafo único — O Tribunal Pleno, ou qualquer de suas turmas, poderá fazer advertência, sem caráter de pena, mas como instrução, aos juizes, membros do Ministério Público ou serventuários de justiça sobre formalidades ou práticas de atos processuais.		Artigo 29.º — Esta lei entrará em vigor a partir de 1.º de janeiro de 1959, revogadas as disposições em contrário.	Artigo 26.º — Esta lei entrará em vigor a partir de 1.º de janeiro de 1959, revogadas as disposições em contrário.
Artigo 3.º — O artigo 148 fica assim redigido:		Artigo 30.º — Esta lei entrará em vigor a partir de 1.º de janeiro de 1959, revogadas as disposições em contrário.	Artigo 27.º — Esta lei entrará em vigor a partir de 1.º de janeiro de 1959, revogadas as disposições em contrário.
"Artigo 148 — Pelas faltas cometidas no cumprimento de seus deveres os magistrados estão sujeitos às penas disciplinares enumeradas no artigo anterior, além da ação penal, quando cabível".		Artigo 31.º — Esta lei entrará em vigor a partir de 1.º de janeiro de 1959, revogadas as disposições em contrário.	Artigo 28.º — Esta lei entrará em vigor a partir de 1.º de janeiro de 1959, revogadas as disposições em contrário.
Artigo 4.º — O inciso I do artigo 150 passa a ter a redação abaixo, acrescentando-se ainda o mencionado artigo dois parágrafos, como seguem:		Artigo 32.º — Esta lei entrará em vigor a partir de 1.º de janeiro de 1959, revogadas as disposições em contrário.	Artigo 29.º — Esta lei entrará em vigor a partir de 1.º de janeiro de 1959, revogadas as disposições em contrário.
"I — Pelo Tribunal de Justiça, mediante representação, quando as faltas disciplinares forem enquadadas a seus		Artigo 33.º — Esta lei entrará em vigor a partir de 1.º de janeiro de 1959, revogadas as disposições em contrário.	Artigo 30.º — Esta lei entrará em vigor a partir de 1.º de janeiro de 1959, revogadas as disposições em contrário.

Fonte: Diário Oficial do Estado de Mato Grosso.

A seguir, para facilitar a compreensão (em função da baixa qualidade da imagem), descrevemos o trecho do Diário Oficial que criou o município de Nova Andradina, em 1958:

O ponto de partida foi estabelecido no Porto de Santa Elídia, à margem do rio Paraná. Dali, traçou-se uma linha reta até a foz do ribeirão Combate até o rio Três Barras, seguindo pelo curso desse ribeirão até sua nascente. Em seguida, o traçado prosseguia por uma linha reta até a nascente do córrego Pindaíba, acompanhando seu leito até a desembocadura no rio Pardo. Deste ponto, o limite avançava rio Pardo acima até atingir a divisa do município de Rio Brilhante, seguindo então o curso do rio Ivinhema em direção à sua confluência com o rio Paraná. A partir desse ponto, retornava-se pela margem direita do rio Paraná até alcançar novamente o Forte de Santa Elídia.

A delimitação territorial estabelecida pela Lei nº 1.189, de 20 de dezembro de 1958, baseou-se em marcos físico-naturais, como rios e córregos, prática comum no processo de

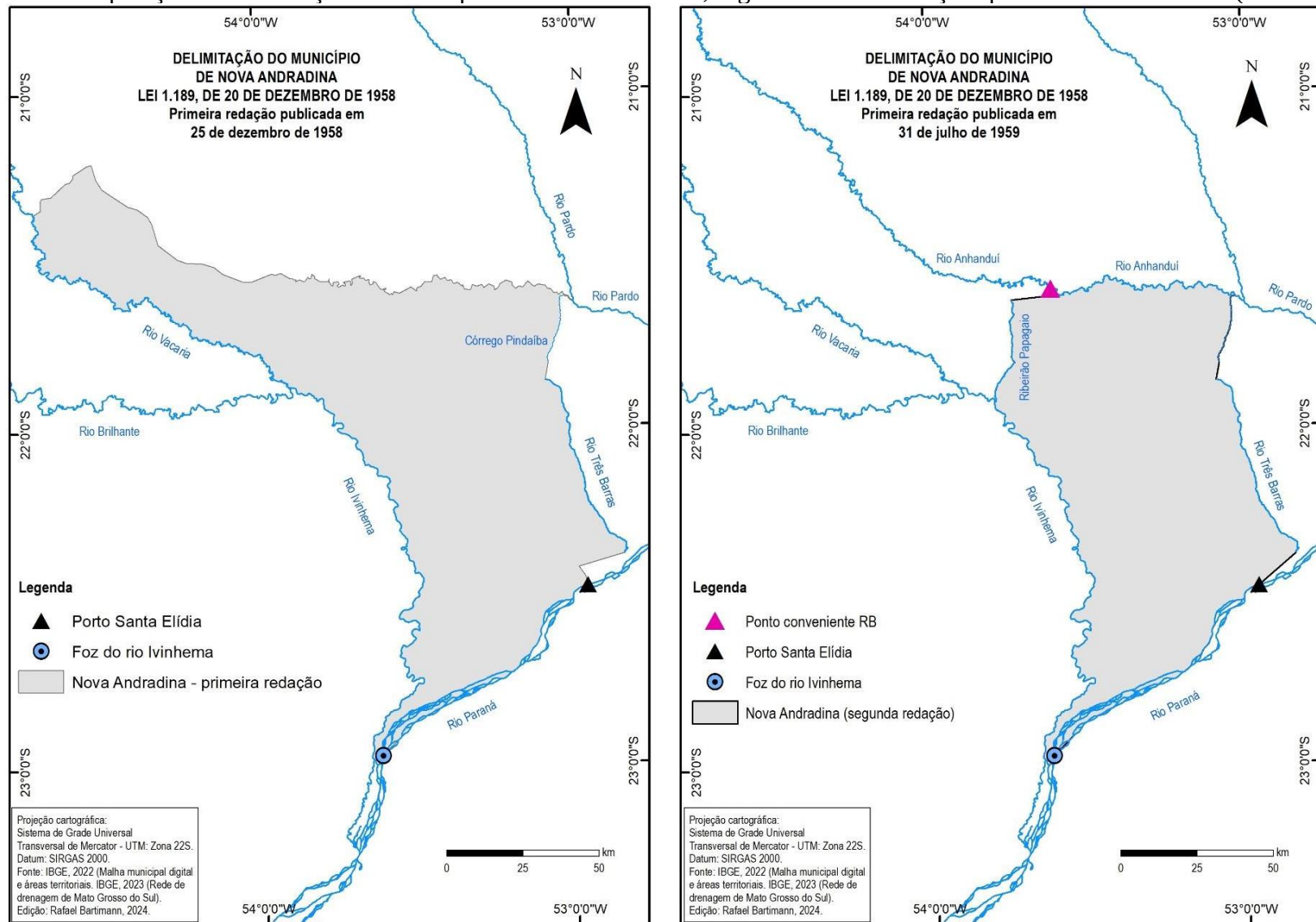
colonização dirigida do sul de Mato Grosso. Essa delimitação evidencia o uso estratégico das redes hidrográficas como instrumentos de definição territorial e reforça o caráter planejado da fundação de Nova Andradina.

Ao estabelecer um perímetro que compreendia áreas ribeirinhas e corredores naturais, o traçado favorecia tanto a ocupação fundiária quanto o escoamento de produção, facilitando a integração com as fazendas existentes e com os projetos imobiliários planejados por Moura Andrade. Não obstante, salientamos que a Lei Estadual que criou oficialmente o município de Nova Andradina foi sancionada em 20 de dezembro de 1958, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 1959, todavia, poucos meses após sua vigência, essa legislação foi modificada por uma nova redação publicada em 31 de julho de 1959, por meio da Lei nº. 931.

A mudança está relacionada à redefinição dos limites territoriais do novo município, que, segundo indícios documentais e cartográficos, abrangiam áreas de interesse da Companhia Viação São Paulo-Mato Grosso (CVSP/MT), empresa pertencente a Jan Antonin Bata que também atuava com projetos de colonização privada na região Sul de Mato Grosso e havia fundado Bataguassu (1942, ano da fundação; 1953, emancipação), projetando a fundação de Batayporã (1953) em áreas vizinhas.

A CVSP/MT possuía vastas glebas na região próxima aos rios Paraná e Ivinhema, onde futuramente seriam fundadas as cidade de Batayporã (1953) e Taquarussu (1963). A sobreposição de limites pode ter gerado tensões fundiárias e jurídicas envolvendo duas importantes empresas colonizadoras do período, a Moura Andrade S/A e a CVSP/MT. E a necessidade de ajustar os marcos legais e evitar conflitos de limites ou reivindicações de sobreposição municipal justificaria a promulgação de nova redação legal. Assim, a revisão dos limites territoriais de Nova Andradina em 1959 refletiu a importância dos interesses privados e políticos na organização do espaço político-administrativo, revelando mais uma vez como o traçado dos municípios era condicionado pelas estratégias econômicas das empresas loteadoras.

Mapa 4 - Comparação da delimitação do município de Nova Andradina, segundo as duas redações publicadas da lei 1.189 (20/12/1958).



Fonte: IBGE, 2011. **Elaboração:** Rafael Bartimann, 2025.

As delimitações cartográficas apresentadas no mapa 4 evidenciam as alterações territoriais decorrentes das duas redações da lei. A primeira versão delimitava um território mais amplo, enquanto a segunda reduzia a área original e reformulava a descrição dos cursos d'água utilizados como referência. Tais modificações indicam que o legislador buscou ajustar juridicamente os limites para resolver divergências fundiárias e administrativas surgidas após a promulgação inicial, refletindo as disputas entre empresas colonizadoras que atuavam na região, notadamente a Moura Andrade S/A e a Companhia Viação São Paulo-Mato Grosso (CVSP/MT). Entretanto, do ponto de vista cartográfico, a descrição dos limites apresentada nas duas versões da lei contém imprecisões que dificultam a reconstituição exata do território legal. Na primeira redação (1958), identificamos inconsistências nos cursos hidrográficos, a saber:

- O córrego Pindaíba é descrito como afluente do rio Pardo, quando na realidade deságua no rio Anhanduí;
- O rio Ivinhema, conforme a denominação legal, tem início no encontro dos rios Vacaria e Brilhante, coordenadas 21°52'53"S e 53°53'55"O, o que indica que o legislador possivelmente considerou o rio Vacaria como cabeceira do Ivinhema.

Já na segunda redação (1959), observamos lacunas e ambiguidades:

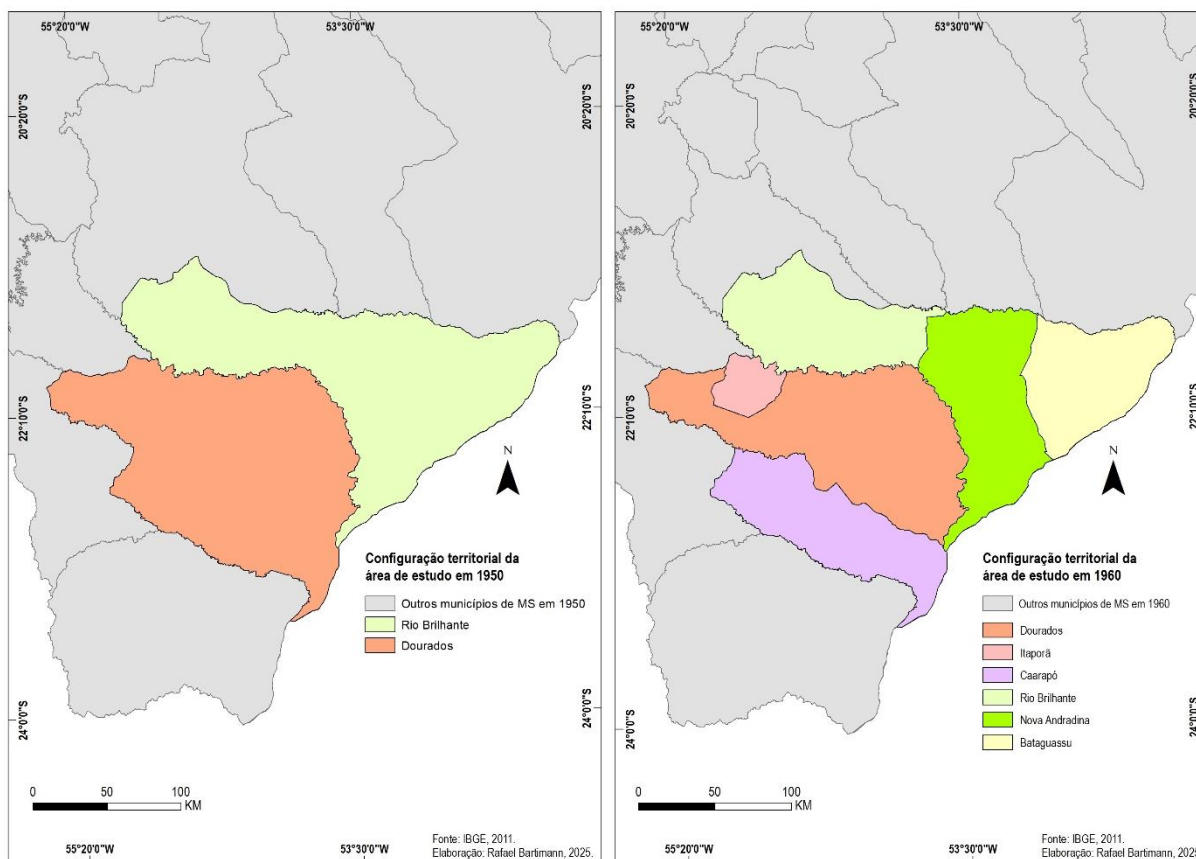
- A Ilha da Figueira, mencionada como referência fluvial, não consta nas cartas topográficas oficiais; por esse motivo, optou-se por manter o Porto Santa Elídia como marco geográfico;
- A ligação entre as cabeceiras do rio Três Barras e do córrego Pindaíba não foi descrita na nova versão, razão pela qual foi mantida a interpretação do texto anterior para fins de delimitação;
- Por fim, o texto menciona um 'ponto conveniente à linha divisória do Município de Rio Brilhante', mas sem coordenadas ou descrição adicional, impossibilitando determinar a conexão entre esse ponto e a cabeceira do Ribeirão Papagaio.

Essas imprecisões demonstram as limitações técnicas e o caráter empírico dos processos de demarcação utilizados na década de 1950, período em que predominava a descrição verbal dos limites sobre representações cartográficas precisas. A ausência de registros topográficos e de coordenadas geográficas consistentes impossibilitava uma cartografia exata do território legal previsto na lei. Dessa forma, as interpretações adotadas nesta pesquisa buscaram respeitar o conteúdo original das descrições legais, conciliando-o com as informações da rede hidrográfica oficial e das bases cartográficas contemporâneas do IBGE (2011, 2022e 2023).

Diante desses esclarecimentos metodológicos, compreendemos como as delimitações legais expressavam a técnica de sua época, materializando interesses políticos e econômicos envolvidos na organização territorial.

Assim, a criação de municípios como Nova Andradina, conforme registro no Diário Oficial de Mato Grosso, em 25 de dezembro de 1958, sob a gestão do Governador João Ponce de Arruda, representou um marco na reorganização territorial do estado. O mapa 5, comparativo, evidencia esse processo. Em 1950 a região estava sob jurisdição de apenas dois grandes municípios, Dourados e Rio Brilhante, havendo a emancipação de Bataguassu em 1953, enquanto na década seguinte observávamos a fragmentação em novas unidades político-administrativas, como Itaporã, Caarapó e Nova Andradina. Os municípios mencionados foram criados por leis distintas em 20 de dezembro de 1958, contudo, essa reconfiguração reflete a expansão demográfica e a pressão por autonomia local, também a lógica de valorização fundiária e de interiorização administrativa, impulsionada por projetos nacionais e de unidades da federação. Ao desmembrar extensas áreas em novos municípios, buscava-se tanto ampliar o controle estatal sobre áreas em processo de colonização quanto fomentar o crescimento econômico por meio da abertura de novas frentes urbanas e produtivas.

Nesse sentido, utilizamos o mapa 5 para demonstrar que, entre as décadas de 1950 e 1960, a configuração territorial do município de Rio Brilhante passou por alterações significativas, com sua divisão que deu origem aos municípios de Nova Andradina e Bataguassu. Após o desmembramento, a área de Rio Brilhante passou a corresponder a 6.784,58 km², enquanto Nova Andradina ficou com 7.649,66 km² e Bataguassu com 5.812,76 km², evidenciando a reorganização espacial promovida nesse período histórico.

Mapa 5 – Reconfiguração territorial na região de Nova Andradina, MT (1950 e 1960)

Fonte: IBGE, 2011. **Elaboração:** Rafael Bartimann, 2025.

A sequência cartográfica apresentada no mapa 5⁵⁶ evidencia as transformações espaciais significativas ocorridas entre as décadas de 1950 e 1960 na região de estudo. Em 1950, o território ainda integrava um recorte mais amplo do município de Rio Brilhante, cuja extensão original abrangia parte significativa do sudeste do atual estado de Mato Grosso do Sul. No entanto, como mostra o mapa de 1960, esse território foi progressivamente fragmentado, dando origem a novos municípios, como Nova Andradina, Bataguassu, desmembrados de Rio Brilhante e Caarapó, além de Itaporã, desmembrados de Dourados, revelando intenso processo de desmembramento e reorganização administrativa.

Esse processo de redefinição político-territorial não se deu de maneira espontânea, esteve articulado com a presença de empresas privadas de colonização, como a de Moura Andrade, que desempenharam papel ativo na produção do espaço. A fundação de cidades, o loteamento de terras e a introdução de infraestrutura básica, como estradas, escolas e hospitais

⁵⁶ Constam nos anexos dessa pesquisa a sequência cartográfica e dados que evidenciam as transformações espaciais significativas ocorridas entre as décadas de 1960-1970, 1970-1980 na região de estudo, com base nas leis de criação de novos municípios a partir do ano de 1958 e o Diário Oficial de 20 de dezembro de 1958.

foram estratégias empresariais que contribuíram para a valorização fundiária e ao crescimento urbano planejado, muitas vezes sob forte mediação dos interesses capitalistas do período.

Nesse sentido, os mapas reforçam a tese de que o estado se aliou, direta ou indiretamente, ao capital privado colonizador ao delegar a essas empresas funções de ordenamento espacial e fomento ao povoamento, reduzindo sua responsabilidade com investimentos públicos em infraestrutura. A espacialização do capital, portanto, traduziu-se em rearranjos municipais que viabilizaram a apropriação econômica por meio de uma lógica empresarial de ocupação da fronteira agrícola.

Como evidenciamos no mapa comparativo (Mapa 5), essa reorganização territorial foi administrativa e atrelada à atuação de empresas colonizadoras privadas, que articularam interesses fundiários e estratégias de valorização econômica. Nesse contexto, o fracionamento de grandes glebas e a fundação de núcleos urbanos, promovidos por empresários como Moura Andrade, responderam diretamente às dinâmicas de territorialização do capital, onde a terra deixava de ser suporte produtivo e passava a constituir mercadoria para renda capitalista.

Assim, a criação do município foi recebendo nova redação da lei publicada em 31 de julho de 1959 e oficializada no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 5 de agosto do mesmo ano, reafirmando o caráter institucional desse processo. Ficou assim o novo texto que trata dos limites do município de Nova Andradina:

Livro... Folha 1221, De 31 de Julho de 1959. Da nova Redação ao Artigo 1º. da Lei nº 1.189, de 20 de dezembro de 1958, que criou o Município de Nova Andradina. O Governador do Estado de Mato Grosso: Faço Saber que a Assembleia Legislativa do Estado, decreta e eu sanciono a seguinte Lei: Artigo 1º. – O artigo 1º da Lei nº. 1.189, de 20 de dezembro de 1958, que criou o município de Nova Andradina, passará a ter nova redação: O Município de Nova Andradina começa na foz do Rio Ivinhema com o Paraná, seguindo por este acima a Ilha da Figueira, daí por uma linha reta até a foz do córrego Três Barras, prosseguindo por este acima até a sua cabeceira do córrego Pindaíba; por este abaixo até sua barra do Rio Inhanduí, pelo Inhanduí acima até atingir um ponto conveniente à linha divisória do Município de Rio Brilhante, pela qual prosseguirá até o encontro do Ribeirão Papagaio e por este abaixo até sua barra do Rio Ivinhema: deste ponto de partida. (Diário Oficial do Estado de Mato Grosso).

A oficialização dos limites municipais, portanto, consolidou juridicamente a ocupação e apropriação territorial previamente conduzidas por iniciativas empresariais, revelando como a atuação de agentes privados e a anuência estatal operaram em sinergia na redefinição do espaço geográfico regional. A nova versão passou a considerar como limites o trecho entre a foz do rio Ivinhema com o rio Paraná, seguindo até o córrego Três Barras, depois pelo córrego Pindaíba, rio Inhanduí e, por fim, o ribeirão Papagaio até sua confluência com o rio Ivinhema.

Essa alteração legal reduziu significativamente a área inicialmente prevista para o município de Nova Andradina. A mudança pode indicar um possível conflito fundiário envolvendo áreas de interesse de outras empresas de colonização, especialmente a Companhia de Viação São Paulo-Mato Grosso (CVSP/MT), que já operava projetos na região próxima, incluindo, como já mencionado, as localidades de Batayporã e Taquarussu.

Não obstante, a redação original da lei poderia implicar sobreposição às glebas registradas ou ocupadas por essa companhia, o que exigiu a correção dos limites para evitar disputas territoriais. Assim, a nova demarcação reflete não apenas um ajuste administrativo, mas os bastidores da disputa por terras entre grupos empresariais, reforçando como a formação dos municípios nesse período estava diretamente condicionada à lógica da ocupação privada e aos interesses das empresas colonizadoras⁵⁷.

Embora a criação de Nova Andradina tenha ocorrido em 20 de dezembro de 1958, é importante lembramos que, nesse período, havia poucas casas no núcleo urbano, a escola, a igreja, o hospital, o barracão Ferreira de Souza (oficina), alguns comércios e o Hotel Primavera, que evidenciavam mais a presença de sitiantes e trabalhadores das fazendas do que propriamente uma população urbana. Dessa forma, Moura Andrade buscava, por meio de sua simbologia econômica e política, além de estratégias propagandísticas, aumentar o número de compradores de lotes urbanos em Nova Andradina, considerando que a área rural apresentava número maior de habitantes.

Seguindo a linha de pensamento de Oliveira (1978), podemos observar que “na economia capitalista, o que interessa ao capitalista é que a venda de seus produtos lhe renda quantidade maior de dinheiro do que aquele que ele empregou para produzir suas mercadorias” (Oliveira, 1978, p. 66). No caso em questão, a mercadoria de Moura Andrade era a terra, e diversos fatos interessantes ocorreram ao longo do processo de loteamento das terras do município e da cidade de Nova Andradina.

⁵⁷ Este tema será novamente discutido no item 4.1 do capítulo quatro, para compreendermos as relações entre poder político, econômico e simbólico que contribuíram para a fundação de Nova Andradina, inclusive antecedendo distritos já povoados e com a procura por legalização emancipatória anterior. É nesse contexto que se problematiza também o discurso oficial em torno das datas comemorativas do município. Embora se celebrem duas datas, 20 de dezembro de 1958 (criação legal) e 30 de abril de 1959 (instalação administrativa), nota-se certa romantização histórica. Essa escolha parece ter sido influenciada por interesses locais, como a conveniência comercial de deslocar o feriado para longe do período natalino. A análise comparativa das redações do Diário Oficial de 25 de dezembro de 1958 e de 5 de agosto de 1959 revela que esta última estabelece uma delimitação territorial significativamente reduzida, possivelmente resultado de disputas legislativas que envolveram desde a Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso até o Senado Federal, onde atuava politicamente Auro Soares de Moura Andrade, filho de AJMA, da mesma forma que não se descarta as relações de poder político que a CVSP/MT também exercia em locais decisórios como a Assembleia, o Senado, relações essas que se designavam para essa região.

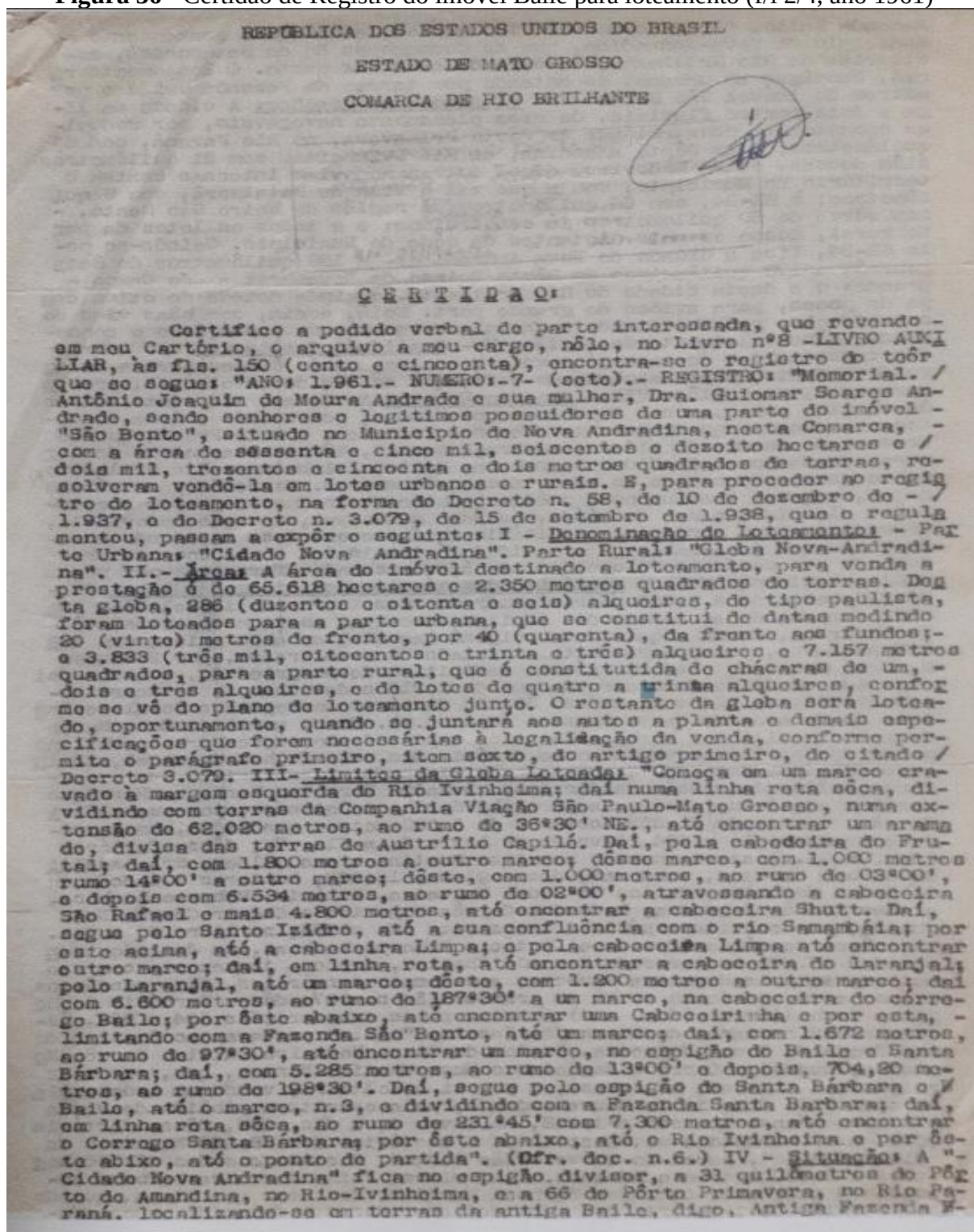
Esse ponto pode ser melhor compreendido a partir da figura 34, que descreveremos nas seções seguintes e que apresenta a certidão do livro nº 8, livro auxiliar, às folhas 150, que contém o registro do teor memorial das terras loteadas por Moura Andrade. A certidão emitida pela Comarca de Rio Brillhante, datada de 1961, representa um marco documental essencial para compreender o processo de fundação fundiária e urbanística do município de Nova Andradina.

Nela, oficializa-se o registro da área desmembrada da antiga fazenda São Bento, que passou a ser conhecida como fazenda Baile, de propriedade de Moura Andrade e sua esposa, Guiomar Soares Andrade. O documento registra a regularização da gleba e a constituição formal do loteamento sob a denominação “Cidade Nova Andradina”, de acordo com as exigências legais previstas no Decreto-Lei nº. 58/1937 e no Decreto nº. 3.079/1938, que regulamentavam a implantação de loteamentos urbanos e rurais no país.

A documentação confirma que parte do território não foi loteada, permanecendo sob controle da própria empresa, o que demonstra uma estratégia clara de Moura Andrade para manter áreas e, ao mesmo tempo, organizar a ocupação do solo com fins de valorização fundiária. Assim, a certidão comprova juridicamente a origem da cidade e explicita a racionalidade capitalista que orientava o projeto de colonização.

Além disso, o documento descreve com precisão os limites geográficos e confrontações da gleba, utilizando marcos naturais, como os rios Ivinhema e Paraná, córregos como o Pindaíba, e terras vizinhas pertencentes à Companhia de Viação São Paulo-Mato Grosso e a proprietários privados, como Austrílio Capilé. Essa delimitação é fundamental para entender como o traçado da cidade foi pensado em relação ao entorno imediato, incluindo tanto os interesses da empresa loteadora quanto as disputas por outras áreas. Dessa forma, a certidão torna-se instrumento-chave para a análise do projeto de urbanização dirigido por Moura Andrade, revelando a articulação entre legalidade, propriedade da terra e ocupação planejada do território.

Figura 36 - Certidão de Registro do imóvel Baile para loteamento (f/l 2/4, ano 1961)



Fonte: Arquivo Pessoal do Autor

Na figura 36, é possível fazermos a comparação com as descrições já realizadas anteriormente. A certidão especifica que a área total da gleba registrada era de 65.618 hectares e 2.350 m², dos quais uma parte foi destinada ao parcelamento urbano e rural, 286 alqueires (aproximadamente 692 hectares) foram loteados como área urbana, divididos em 3.833 lotes; e

7.157 alqueires (cerca de 17.316 hectares) foram destinados à formação de chácaras e sítios na zona rural. O documento destaca que os dois legítimos proprietários resolveram vender essas terras em lotes urbanos e rurais. Para proceder com o registro do loteamento, utilizaram de forma legal o Decreto Estadual nº 58, de 10 de dezembro de 1937, e o Decreto Federal nº 3.079, de 15 de setembro de 1938, que regulamentava o processo. O registro passou a expor o seguinte (Certidão de Registro do Imóvel Baile para Loteamento, Folha, 2/4):

I Denominação do Loteamento: Parte Urbana. “Cidade de Nova Andradina”.
Parte Rural. “Gleba Nova Andradina”.

II Arca – A área do Imóvel destinado a loteamento, para venda a prestação é de 65.618 hectares e 2.350 metros quadrados de terras. Desta gleba, 286 (duzentos e oitenta e seis) alqueires, do tipo paulista, foram loteados para a área urbana, que se constitui de datas medindo 20 (vinte) metros de frente, por 40 (quarenta) da frente aos fundos e 3.833 (três mil oitocentos e trinta e três) alqueires e 7.157 metros quadrados para a parte rural, que é constituída de chácaras de um, dois e três alqueires e de lotes de quatro a trinta alqueires, conforme se vê no plano de loteamento junto. O restante da gleba será loteado, oportunamente, quando se juntará aos autos a plantas e demais especificações que forem necessárias à legalização da venda, conforme permite o parágrafo primeiro, item sexto, do artigo primeiro, do citado Decreto nº. 3.079.

Houve, por parte de Moura Andrade, o desmembramento das terras para a elaboração da planta da cidade, uma área plana e rica em madeira para extração e comercialização, o que certamente possibilitou à Empresa Moura Andrade S/A obter maior renda sobre a terra adquirida. No entanto, percebemos que os documentos corroboram para a compreensão de Moura Andrade enquanto especulador fundiário. Ao adquirir terras desde o ano de 1937, provavelmente pagou preços muito baixos em comparação com os preços das terras no estado de São Paulo. Isso permitiu que ele promovesse o desmatamento, aproveitasse a madeira e, claro, preparasse seu projeto imobiliário, especialmente permitindo que as terras destinadas ao loteamento aguardassem, oportunamente, o momento adequado para serem integradas à planta e às demais especificações.

Assim, a partir da tabela 1, apresentamos medidas agrárias e fundiárias referenciadas pelo INCRA para especificar como a diversidade de unidades fundiárias no Brasil reflete os diferentes contextos históricos, regionais e econômicos da ocupação territorial. Como aponta Monbeig (1984), as empresas colonizadoras estruturavam suas estratégias com base na divisão de grandes glebas em datas e sítios, visando atender à lógica de valorização fundiária. Essa lógica é compreendida por Milton Santos (1996) como parte da divisão técnica e social do espaço, moldado para maximizar os interesses do capital.

Tabela 1 - Tabela de medidas agrárias e fundiárias (com metragem quadrada)

TERMO	DEFINIÇÃO	EQUIVALÊNCIA EM M²	OBSERVAÇÕES
Hectare (ha)	Unidade padrão do Sistema Internacional de Medidas para áreas rurais.	10.000 m²	Base para políticas públicas, registros no INCRA e projetos de uso do solo.
Alqueire Paulista	Unidade tradicional usada em SP, PR e MS.	24, 200 m² (2,42 ha)	Amplamente utilizado por empresas como AJMA no centro-sul do Brasil.
Alqueire Mineiro	Unidade usada em MG.	48.400 m² (4,84 ha)	Utilizado também em parte do RJ e ES.
Alqueire Goiano	Utilizado em GO, DF e regiões do Centro-Oeste.	48.400 m² (4,84 ha)	Idêntico ao Mineiro
Alqueire Baiano	Usado em Oipartes do Nordeste.	96.800 m² (9,68 ha)	Menos comum, mas ainda aparece em registros fundiários antigos.
Data	Lote rural definido por empresas colonizadoras.	25.000 a 50.000 m²	Era subdivisão padrão de glebas; usada em loteamentos rurais como o da Moura Andrade.
Chácara	Pequeno lote rural com uso misto (residencial/produtivo).	5.000 a 50.000 m² (1 hectare equivale a 10.000 m². Assim: 5.000 m² = 0,5 ha e 50.000 m² = 5 ha).	Muito comum em áreas periurbanas.
Gleba	Grande porção de terra contínua, geralmente bruta (sem loteamento).	$\geq 1.000.000 \text{ m}^2 (\geq 100 \text{ ha})$	Pode ser origem de loteamentos em sítios ou datas.
Sítio	Unidade rural de pequeno a médio porte.	50.000 a 500.000 m² (Assim, 50.000 m² equivale a 5 ha, e 500.000 m², equivale a 50 ha).	Voltado à agricultura familiar.
Lote Urbano	Parcela de terreno em perímetro urbano.	200 a 1.000 m²	Usado para residências ou comércios. Varia segundo o plano diretor municipal.

Fonte: Elaborado pelo autor com base em INCRA (2020), Silva (2017) e Figueiredo (2015)⁵⁸.

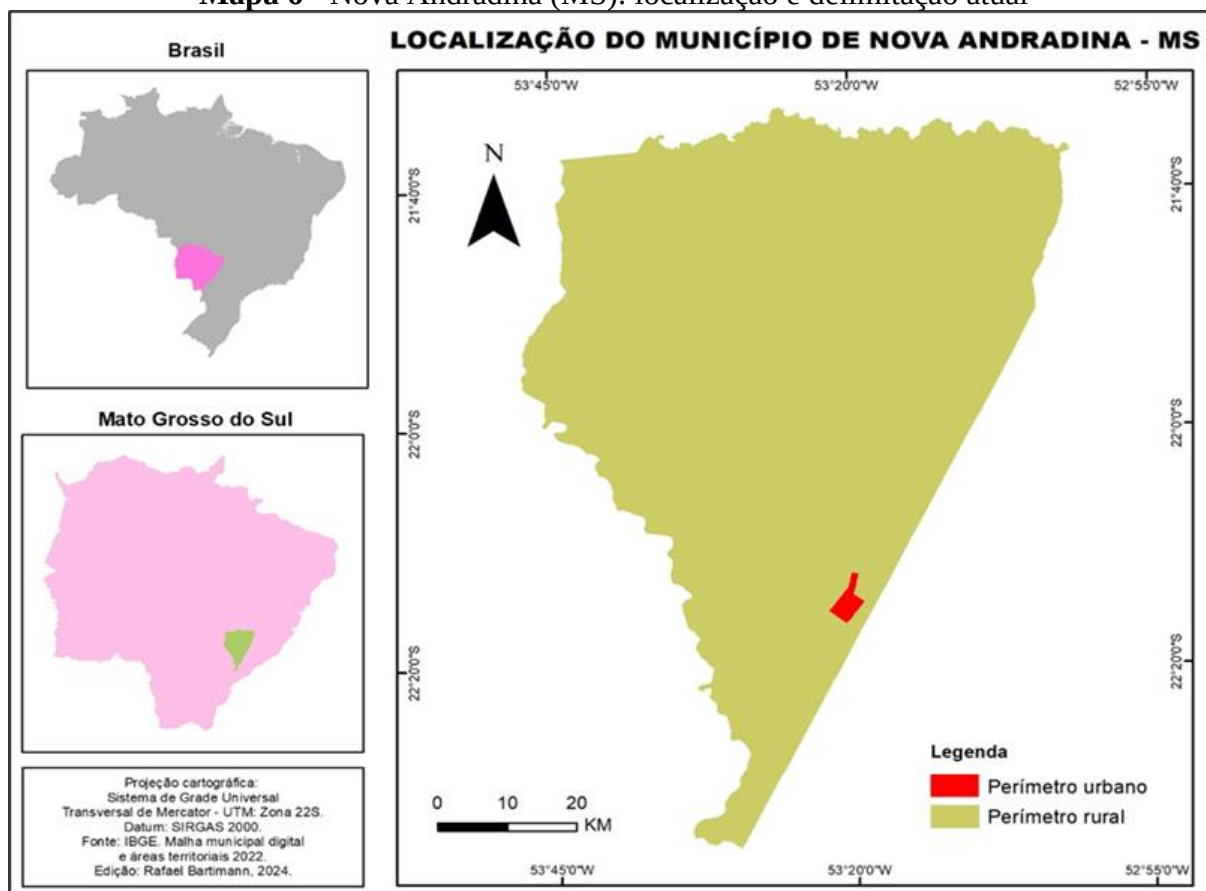
⁵⁸ BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. **Glossário de termos fundiários**. Brasília: INCRA, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br>. Acesso em: 12 set. 2025.

A adoção estratégica de diferentes unidades de medida agrária ao longo do processo de colonização privada, revela mais do que simples aspecto técnico ou cartorial. Essas unidades se transformaram em instrumentos econômicos de manipulação territorial, contribuindo para a valorização fundiária e ampliação da renda da terra, operando segundo uma lógica capitalista que visa maximizar os lucros por meio da divisão e revenda da terra.

Empresas colonizadoras utilizavam, por exemplo, a medida do alqueire paulista ($\approx 24,2$ ha) como unidade de referência para a compra de grandes glebas, muitas vezes adquiridas por preços baixos e com requerimentos ao estado. A partir dessas grandes extensões, realizavam o fracionamento em datas, chácaras, sítios e lotes urbanos, convertendo um único alqueire em dezenas de pequenas propriedades vendidas separadamente a preços significativamente superiores ao valor original da terra.

Além disso, esse fracionamento era orientado pela função produtiva da terra, alinhado à função mercantil. Ao transformar glebas contínuas em unidades simbólica e juridicamente menores, as colonizadoras conseguiam ampliar o acesso à terra por famílias migrantes, pequenos produtores e comerciantes urbanos, criando mercado interno fundiário. Contudo, o controle da escritura só era efetivado após o pagamento completo das parcelas, mantendo o poder simbólico e jurídico sobre o território com a empresa, o que reforça sua centralidade no processo.

De acordo com o mapa 6, temos a localização do município de Nova Andradina, o que nos permite refletir sobre a relação entre a Empresa Moura Andrade S/A e os meios utilizados para obter renda capitalista nas terras da cidade. A localização geográfica de Nova Andradina exerceu papel central na estratégia fundiária adotada por Moura Andrade. Situada na porção sudeste do atual estado de Mato Grosso do Sul, próxima à divisa com São Paulo, a cidade foi planejada em um ponto de transição territorial.

Mapa 6 - Nova Andradina (MS): localização e delimitação atual

Fonte: IBGE, 2011. **Elaboração:** Rafael Bartimann, 2025.

Observamos, a partir dos limites definidos nas glebas loteadas, que a empresa loteadora procurou fundamentar seu processo de comercialização de terras dentro dos parâmetros legais. A certidão de registro do imóvel Baile, voltada para o loteamento, confirma essa intenção ao indicar que parte da gleba seria loteada oportunamente, evidenciando o planejamento gradual da ocupação e a adequação formal às exigências legais para a venda de lotes urbanos e rurais (Certidão de Registro do Imóvel Baile para Loteamento):

III - Limites da Gleba Loteada: Começa com um marco cravado à margem esquerda do Rio Ivinhema; daí numa linha reta seca, dividindo com terras da Companhia Viação São Paulo-Mato Grosso, numa extensão de 62.020 metros, ao rumo de 36°30' NE., até encontrar um aramado, divisas das terras de Austrílio Capilé. Daí, pela cabeceira do Frutal, com 1.800 metros a outro marco: desse marco, com 1,000 metros tal; rumo 14°00' a outro marco; deste, com 1,000 metros, ao rumo do 03°00' e depois com 6.534 metros, ao rumo de 02°00', atravessando a cabeceira do São Rafael e mais 4.800 metros, até encontrar a cabeceira Shutt. Daí, segue pelo Santo Izidro, até a sua confluência com o rio Samambaia; por este acima, até a cabeceira Limpa e pela cabeceira Limpa até encontrar outro marco; daí, em linha reta, até encontrar a cabeceira do Laranjal, pelo Laranjal, até um marco; deste, com 1.200 metros a outro marco e daí com 6.600 metros, ao rumo do 187°30' a um marco, na cabeceira do córrego Baile: por este abaixo, até encontrar uma Cabeceirinha e por esta,-

limitando com a fazenda São Bento, até um marco; daí, com 1.672 metros, ao rumo do 97°.30', até encontrar um marco, no espigão do Baile e Santa Bárbara; daí, com 5.285 metros, ao rumo do 13°00' e depois, 704,20 metros, ao rumo de 198° 30'. Daí, segue pelo espigão do Santa Bárbara e Baile, até o marco, nº.3, e dividindo com a Fazenda Santa Barbara, daí em linha reta seca, ao rumo de 231°45 com 7,300 metros, até encontrar o Córrego Santa Bárbara por este abaixo, até o Rio Ivinhema, e por este abaixo, até o ponto de partida. (Dfr. doc. n.6.).

A descrição minuciosa dos limites da gleba loteada, conforme consta na certidão de registro do imóvel Baile, indica o rigor técnico do levantamento topográfico e o alinhamento da Empresa Moura Andrade S/A com as exigências legais para a formalização de loteamentos. Isso se deve, possivelmente, ao fato de Moura Andrade estar em consonância com as políticas nacionais de colonização e desenvolvimento do interior brasileiro, que, no pós-guerra, incentivavam a ocupação produtiva e a expansão urbana em áreas de fronteira agrícola. Dessa forma, a legalização do loteamento se insere em uma dinâmica de valorização territorial amplamente legitimada pelo Estado.

Assim, as figuras 34 e 35 corroboram para aquilo que evidenciam os estudiosos das questões de renda sobre a terra, as cidades fundadas foram componentes do projeto imobiliário que unia o proprietário da terra e o capitalista, viabilizando a geração de renda. Isso ficou particularmente claro quando Moura Andrade loteava determinadas áreas das terras adquiridas e estabelecia outras para loteamentos oportunos, fundamentando a especulação fundiária. Como observa Martins (1994, p. 177):

A expansão do capitalismo no campo se dá primeiro e fundamentalmente pela sujeição da renda territorial ao capital. Comprando a terra, para explorar ou vender, ou subordinando a produção de tipo camponês, o capital mostra-se fundamentalmente interessado na sujeição da renda da terra, que é a condição para que ela possa sujeitar também o trabalho que se dá na terra. Por isso, a concentração ou a divisão da propriedade está fundamentalmente determinada pela renda e renda subjugada pelo capital.

Observamos que o miticismo em torno dos empresários e suas empresas colonizadoras, que os posiciona como bons colonizadores, perpassa pela lógica das tensões geradas pela estrutura fundiária, o que Martins (1994) chama de injusta distribuição da terra. Nesse contexto, destacamos que o município de Nova Andradina possui uma área variando entre 4.770,685 km² e/ou 4.776 km², dependendo da fonte e do método de cálculo. Nesse sentido, ressaltamos ainda que tais condições colocam em tela o miticismo envolto a Moura Andrade, o loteamento de glebas para venda desenvolve muitas possibilidades de entendimentos, talvez por isso, a dificuldade que encontramos para acessar as fontes documentais, uma vez que a família do

colonizador, os cartórios e outros órgãos oficiais⁵⁹ dificultam o acesso a esses registros. Bourdieu (2012, p. 143) escreve:

[...] o modo de percepção legítimo é o objeto de lutas tão importantes, é porque, por um lado, a passagem do implícito ao explícito nada tem de automático, podendo a mesma experiência do social reconhecer-se em expressões muito diferentes, e por que, por outro lado, as diferenças objetivas mais acentuadas podem estar dissimuladas por diferenças mais imediatamente visíveis.

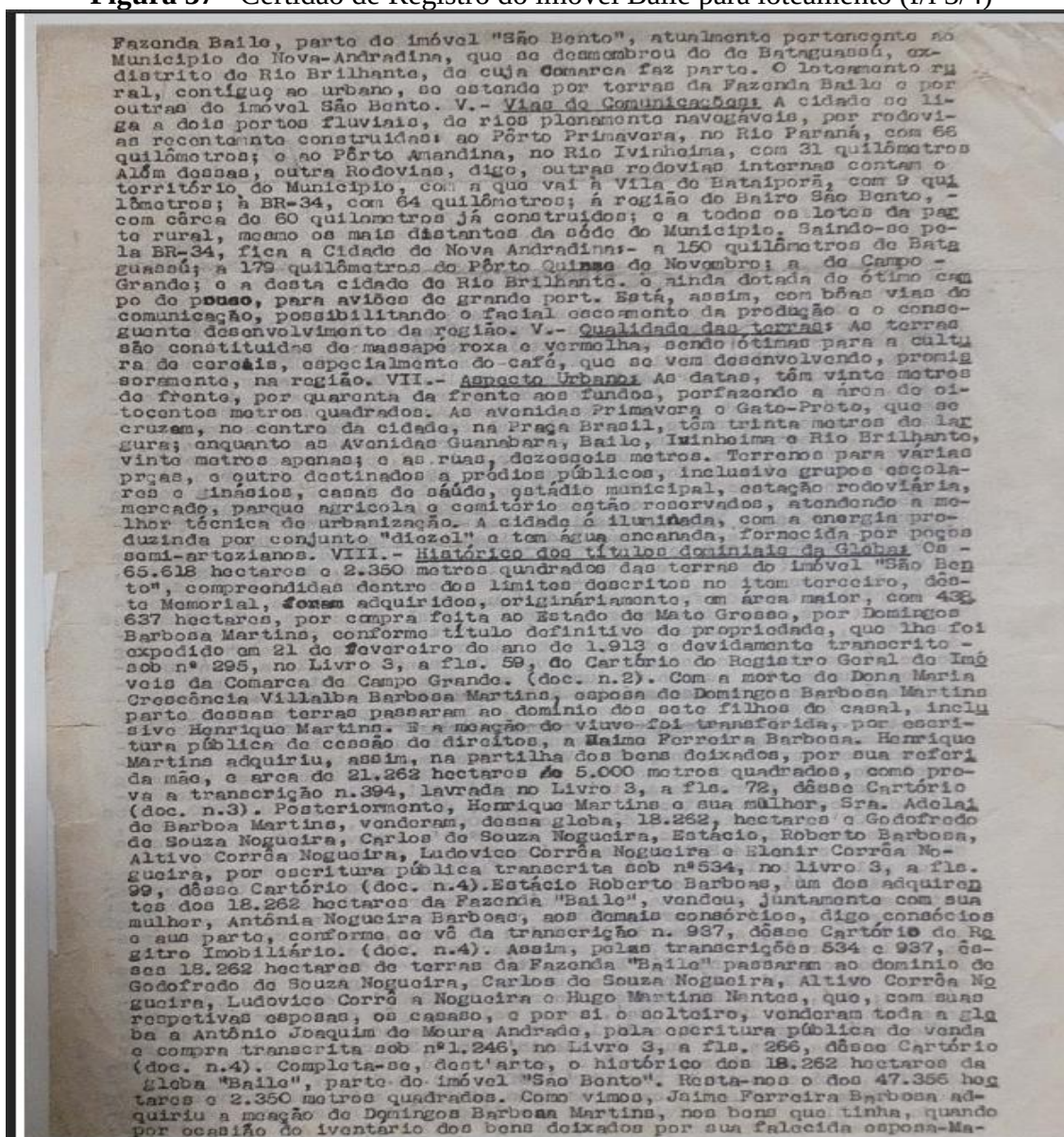
Com base nas concepções simbólicas de Bourdieu (2012), compreendemos que Moura Andrade não via a terra apenas como espaço físico ou um bem de valor fixo. Sua trajetória revela que a terra era, acima de tudo, um meio de geração de renda capitalista, explorado por diferentes estratégias. Transformava grandes extensões em fazendas produtivas voltadas à pecuária e à agricultura, adquiria terras a preços baixos e promovia sua valorização por meio da instalação de infraestrutura e da abertura de vias de acesso. Além disso, loteava áreas com fins urbanos e rurais, como ocorreu na formação de Nova Andradina, mantendo estreitas relações com o Estado.

Nesse contexto, utilizamos a figura 35 para aprofundar a compreensão sobre a lógica de Moura Andrade quanto à propriedade da terra e seus mecanismos para obtenção de renda. A figura 46 fundamenta, inicialmente, o item 4 da certidão de registro do imóvel Baile para loteamento e corrobora a intenção de indicar a localização da cidade de Nova Andradina, que “fica no espigão divisor, a 31 quilômetros do Porto de Amandina, no Rio Ivinhema, e a 66 do Porto Primavera, no Rio Paraná, localizando-se em terras da antiga Baile, digo, Antiga Fazenda Baile” (Certidão de Registro do Imóvel Baile para Loteamento, f/l 3/4). Assim, a certidão afirma que o loteamento rural é contínuo ao urbano, estendendo-se pelas terras da fazenda Baile e, conseqüentemente, do imóvel São Bento.

Essa lógica de atuação revela que, no interior do capitalismo, a terra não pode ser compreendida apenas como instrumento de produção ou como propriedade privada em sentido estrito. Conforme analisa José de Souza Martins (1994), a terra constitui uma relação social complexa, que ultrapassa as figuras do comprador, do vendedor ou do arrendatário, sendo atravessada por interesses econômicos, mediações políticas, conflitos e transformações contínuas.

⁵⁹ É preciso mencionar que a documentação exposta no segundo capítulo sobre a aquisição das terras, por Moura Andrade e as certidões, Documento de Medição e Demarcação de Terras e diário oficial somente foi possível nos últimos meses da pesquisa, por meio do Arquivo Público Estadual de Mato Grosso, Diretoria de Terras e Obras Públicas e da AGRAER, considerando que os demais órgãos e pessoas dificultaram ao máximo termos acesso a documentos.

Figura 37 - Certidão de Registro do imóvel Baile para loteamento (f/1 3/4)



Fonte: Arquivo Pessoal do Autor

Continuando a análise sobre a figura 46, utilizamos o texto de Martins (1994), para lembrarmos que observar apenas os tamanhos das propriedades ou os níveis de concentração fundiária é restringir a análise à superfície do fenômeno. No caso de Moura Andrade, suas práticas demonstram que a terra era compreendida como equivalente de capital em constante valorização, articulada às dinâmicas do mercado, aos mecanismos estatais e às estratégias de acumulação típicas da colonização privada no Brasil. Assim, “há dimensões ocultas nessas relações. Essa é uma característica das relações sociais no capitalismo: as coisas aparecem como não sendo o que são, com a aparência contrária à sua verdadeira essência” (Martins, 1994, p. 169).

Dessa forma, Moura Andrade pode ser compreendido enquanto o colonizador que soube utilizar a terra enquanto geração de renda capitalista. Sua relação com a terra consistia em transformar grandes extensões cobertas por matas em um bem suscetível de comercialização. Destacamos que o fracionamento das terras, especialmente para a criação de Nova Andradina, revelam seu interesse em moldar o espaço de acordo com os objetivos capitalistas.

Ao prosseguirmos na análise da certidão de registro do imóvel Baile, observamos o item V, sobre as vias de comunicação, destacando Nova Andradina como cidade estrategicamente localizada por Moura Andrade. A intenção era estabelecer o município em um ponto de passagem rumo às principais cidades do estado de Mato Grosso e, ao mesmo tempo, próximo a vias de acesso que ligassem a outros estados. Transcrevemos a seguir (Certidão de Registro do Imóvel Baile para Loteamento, f/1 2 e 3/4):

V.- Vias de Comunicações: A cidade nos liga a dois portos fluviais, dos rios plenamente navegáveis, por rodovias recentemente construídas, ao Porto Primavera, no Rio Paraná, com 66 quilômetros, no Porto Amandina, no Rio Ivinhema, com 31 quilômetros. Além dessas, outras Rodovias, digo, outras rodovias internas cortam o território do Município, com a qual vai à Vila de Batayporã, com 9 quilômetros; à BR-34, com 64 quilômetros; região do Bairro São Bento, - com cerca dos 60 quilômetros já construídos; e a todos lotes da parte rural, mesmo os mais distantes da sede do Município. Saindo-se pela BR-34, fica a Cidade de Nova Andradina - a 150 quilômetros de Bataguassu; a 179 quilômetros do Porto Quinze de Novembro, a de Campo Grande; e a desta cidade de Rio Brillhante. E ainda dotada de ótimo campo de pouso, para aviação de grande porte. Está assim, com boas vias de comunicação, possibilitando fácil escoamento da produção e conseguinte desenvolvimento da região.

Podemos verificar, a partir desta certidão descritiva, que Moura Andrade buscava, de fato, combinar a idealização de uma cidade próspera e bem planejada com seus interesses de obtenção de renda imobiliária. Mais do que isso, almejava garantir fácil acesso para viagens, transporte e escoamento de eventuais produções. A cidade idealizada por Moura Andrade, no então estado de Mato Grosso, era promovida inclusive em documentos oficiais, que afirmavam o potencial produtivo das terras. Nas entrelinhas, a mensagem era clara: "quem comprasse lotes urbanos ou rurais" prosperaria.

E isso pode ser melhor compreendido quando apontamos, por meio do item VI da certidão, em que a descrição ressalta a “qualidade da terra: as terras são vermelhas, constituídas de massapê roxo e vermelho, sendo ótimas para o cultivo, especialmente do café, que vem se desenvolvendo promissoramente na região” (Certidão de Registro do Imóvel Baile para Loteamento, f/1 3/4). Essa é uma condição interessante, fomentar um processo migratório que possibilitasse às pessoas que trabalhavam com o plantio de café no estado de São Paulo,

poderem ver nas terras de Mato Grosso a facilitação da continuidade do trabalho a partir de preços menores da terra.

A partir da análise de Mondardo (2012), compreendemos que o meio urbano se articula com o rural, compondo um sistema de atração e ocupação. Não por acaso, Moura Andrade, em sua concepção de capitalização e exploração da terra, procurava viabilizar a aquisição de lotes rurais por migrantes e incentivava que estes vissem na área urbana uma oportunidade de residência e de comércio, aproveitando-se do crescimento que acompanha a formação de cidades.

Mondardo (2012) destaca que o meio urbano comporta fatores de atração de migrantes, como a ideologia de um mundo moderno, urbano e industrial, além das supostas "facilidades" que a cidade oferece, como trabalho menos árduo e vida com maior conforto (Mondardo, 2012, p. 323). Dessa forma, passamos à análise do item VII da certidão, que trata dos aspectos urbanos da cidade de Nova Andradina (Certidão de Registro do Imóvel Baile para Loteamento, f/1 3/4):

VII.- Aspecto Urbano: As datas, tem vinte metros de frente, por quarenta da frente aos fundos, perfazendo a área de oitocentos metros quadrados. As avenidas Primavera e Gato Preto, que se cruzam no centro da cidade, na Praça Brasil, têm trinta metros de largura; enquanto as Avenidas Guanabara, Baile, Ivinhema e Rio Brilhante, vinte metros apenas; e as ruas, dezesseis metros. Terrenos para várias praças e quatro destinados a prédios públicos, inclusive grupos escolares e ginásios, casas do saúdo, estádio municipal, estação rodoviária, mercado, parque agrícola, o cemitério estão reservados, atendendo a melhor técnica de urbanização. A cidade iluminada, com a energia produzida por conjunto 'diesel' e com água encanada, fornecida por poços semi-artesianos.

Compreendemos que a certidão se apresenta como propaganda disfarçada de registro técnico. A lógica de parcelamento de terras promovida pela Empresa Moura Andrade S/A em Nova Andradina ocorreu dentro de um contexto regulatório do Decreto-Lei nº 58, de 10 de dezembro de 1937. Essa norma estabelecia as diretrizes legais para o fracionamento e comercialização de áreas rurais e urbanas, buscando coibir abusos e garantir segurança jurídica aos compradores.

De acordo com o decreto, proprietários interessados em vender terrenos divididos em lotes, mediante pagamento parcelado, deveriam, antes de iniciar as vendas, apresentar ao cartório de registro de imóveis uma série de documentos, como memorial descritivo do imóvel, planta assinada por engenheiro responsável, relação dos títulos de domínio dos últimos 30 anos, certidões negativas de ônus reais e exemplar do contrato de compromisso de compra e venda.

Se, por um lado, é possível afirmarmos que a empresa buscava cumprir formalidades legais, principalmente nos momentos em que registrava escrituras de vendas e organizava o

parcelamento por glebas, por outro, há evidências de que muitos processos ocorreram à margem da legalidade estrita. Isso é observado nos casos em que lotes foram comercializados de forma irregular por intermediários, sem a anuência da empresa, como o caso mencionado por Shoji Shirota, ou ainda quando famílias adquiriram terras apenas com contratos informais.

Além disso, a atuação de Moura Andrade em áreas fronteiriças, distantes dos centros reguladores e marcada pela presença de jagunços e capangas para o controle territorial, mostra que o uso da força e da influência política ainda eram mecanismos importantes de regulação fundiária. Assim, embora o Decreto nº. 58/1937⁶⁰ representasse avanço jurídico, sua aplicação era limitada pelas condições locais, pelos interesses econômicos e pela ausência do Estado em regiões de expansão.

O caso de Nova Andradina, portanto, exemplifica como a urbanização promovida por empresas colonizadoras no Brasil se deu entre o legal e o informal, articulando formalidades cartoriais com práticas de ocupação que seguiam a lógica do capital, da força e da oportunidade. Dessa forma, percebemos que o objetivo de Moura Andrade vai além da simples descrição do loteamento, trata-se de vender a imagem de um projeto moderno, planejado e promissor, com o intuito de atrair compradores, investidores e legitimar o empreendimento perante o poder público.

A descrição do aspecto urbano contida na certidão busca reforçar a imagem de espaço ordenado e funcional, alinhado ao discurso de progresso promovido pela empresa Moura Andrade S/A. A metragem dos lotes, o traçado das avenidas e ruas, bem como a centralidade da chamada Praça Brasil, são apresentados como evidências de um planejamento urbano que segue os padrões técnicos modernos.

Ademais, o uso de nomes simbólicos, como avenida Guanabara, relação com o Palácio da Guanabara-RJ, avenida Rio Brillhante, município de Nova Andradina pertencia e comarca responsável, além da Praça Brasil para espaços públicos, colaboram com a construção de uma identidade nacional e regional inserida no projeto, contribuindo para legitimar a ação colonizadora da empresa em uma região até então pouco ocupada.

⁶⁰ Trecho do Decreto-Lei nº. 58, de 10 de dezembro de 1937: “Art. 1º Os contratos de promessa de venda e compra de terrenos loteados para pagamento em prestações somente produzirão efeitos jurídicos se o promitente vendedor, antes de anunciar a venda e prometer a alienação, depositar no cartório do Registro de Imóveis da situação do imóvel: a) memorial contendo a denominação, a situação, os limites e a área do imóvel; b) planta do imóvel, com indicação das vias de comunicação existentes e projetadas; c) exemplar do contrato de promessa de venda a ser celebrado; d) certidão negativa dos tributos incidentes sobre o imóvel; e) certidão dos ônus reais e das ações reais reipersecutórias sobre o imóvel.” Fonte: BRASIL. Decreto-Lei nº 58, de 10 de dezembro de 1937. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: abr. 2025.

A certidão ainda ressalta a previsão de terrenos destinados a prédios públicos, áreas de lazer e infraestrutura urbana, associando o loteamento à ideia de uma cidade completa e moderna e, claro, vinculando as exigências do decreto 58/37 que regulamentava os processos de fundação de cidades e seu loteamento. A menção à oferta de energia elétrica e água encanada, viabilizadas por tecnologias do período, reforça o discurso de autossuficiência e desenvolvimento. Assim, o documento não funciona apenas como registro técnico, mas como peça publicitária voltada à valorização do loteamento e à sua aceitação tanto por parte do Estado quanto dos futuros moradores.

Quanto ao item VIII da Certidão, transcrevemos o Histórico dos títulos dominiais do imóvel, que em toda sua extensão era denominado de fazenda São Bento e deste fracionado para as terras da fazenda Baile Certidão de Registro do Imóvel Baile para Loteamento, f/1 2/3):

VIII. – Histórico dos títulos dominiais do imóvel: ‘São Bento’ - 65.618 hectares e 2.350 metros quadrados (das terras do imóvel ‘São Bento’ compreendida adentro dos limites descritos no Memorial, foram adquiridos, originariamente, em área maior, com 463.637 hectares, por compra feita ao Estado de Mato Grosso por Domingos Barbosa Martins, conforme título definitivo de propriedade, que lhe foi expedido em 21 de fevereiro do ano de 1913 e devidamente transcrito sob nº 295, no Livro 3, à fl. 59 do Cartório do Registro Geral de Imóveis da Comarca de Campo Grande. (doc. n.2). Com a morte do Dona Maria Crecência Villalba Barbosa Martins, esposa de Domingos Barbosa Martins, parte dessas terras passaram ao domínio dos sete filhos do casal, inclusive Henrique Martins. E a meação da viúva foi transferida, por escritura pública de cessão de direitos, a Jaime Ferreira Barbosa. Henrique Martins adquiriu, assim, na partilha dos bens deixados por sua referida mãe, a área de 21.262 hectares e 5.000 metros quadrados, conforme a transcrição n.º 394, lavrada no Livro 3, à fls. 72, deste Cartório (doc. n.º 3). Posteriormente, Henrique Martins e sua mulher, Sra. Adelaide Barbosa Martins, venderam dessa gleba, 18.262 hectares, Godofredo de Souza Nogueira, Carlos de Souza Nogueira, Estácio Roberto Barbosa, Altivo Corrêa Nogueira, Ludovico Corrêa Nogueira e Elenir Corrêa Nogueira, por escritura pública transcrita sob n.º 534, no livro 3, à fls. 99, desse Cartório (doc. n.º 4.). Estácio Roberto Barbosa, um dos adquirentes dos 18.262 hectares da Fazenda ‘Baile’, vendeu, juntamente com sua mulher Antônia Nogueira Barbosa, aos demais consórcios, digo, consócios, a sua parte, conforme se vê da transcrição nº. 937, desse cartório de Registro Imobiliário (doc. n.º 4).

A certidão de Registro de Imóvel referente à fazenda São Bento revela a cadeia dominial que remonta ao início do século XX e ajuda a compreender os fundamentos jurídicos sobre os quais se ergueu o projeto de colonização da empresa de Moura Andrade. O documento demonstra que a área em questão, mais tarde desmembrada como fazenda Baile, foi originalmente parte de enorme extensão de terras (463.637 hectares) adquiridas diretamente do estado de Mato Grosso em 1913 por Domingos Barbosa Martins.

A partir da morte de Maria Crecência Villalba Barbosa Martins, esposa de Domingos, iniciou-se o processo de fracionamento dessa propriedade por meio da partilha entre os herdeiros, especialmente Henrique Martins, que recebeu a área de 21.262 hectares e 5.000 m². Essa subdivisão familiar é típica dos desmembramentos de terras por herança no Brasil, mas o que destacamos aqui é o circuito formal e documentado de transferências, que demonstra o cumprimento dos requisitos legais para o domínio pleno, aspecto essencial diante do Decreto-Lei nº. 58/1937, que exigia segurança documental para loteamentos futuros.

A posterior venda de 18.262 hectares por Henrique e sua esposa a um grupo de consociados, incluindo membros das famílias Nogueira, Barbosa e Corrêa, documentada por escritura pública e transcrições cartoriais, é fundamental para a legitimação da área que mais tarde seria explorada pela Empresa Moura Andrade S/A. A especificação das transcrições (n.º 295, 394, 534 e 937), todas registradas no Livro 3 do Cartório de Registro Geral de Imóveis da Comarca de Campo Grande, mostra que o território loteado e transformado em núcleo urbano por Moura Andrade possuía segurança jurídica consolidada, conforme previsto na legislação fundiária da época.

Esse histórico dominial reforça um ponto crucial, a apropriação fundiária e o posterior uso capitalista da terra por empresas colonizadoras como a de Moura Andrade, e a de que elas não ocorreram em áreas vagas ou devolutas, mas em espaços previamente formalizados, cujas origens remontam a grandes concessões do Estado no início da República. A cadeia sucessória e a regularidade documental permitiram, inclusive, que a fazenda Baile fosse excluída dos primeiros loteamentos, preservando-se como núcleo estratégico de produção agropecuária e base administrativa da empresa, como demonstrado anteriormente:

Assim, pelas transcrições 534 e 937, esses 18.262 hectares de terras da Fazenda 'Baile', passaram para o domínio de Godofredo de Souza Nogueira, Carlos de Souza Nogueira, Altivo Corrêa Nogueira, Ludovico Corrêa Nogueira e Hugo Martins Nantes, que, com suas respectivas esposas, os casados, e por si o solteiro, venderam toda a gleba a Antônio Joaquim de Moura Andrade, pela transcrição sob nº 1.246, livro 3, fls. 266, desse Cartório (doc. nº. 4). Completa-se, destarte, o histórico dos 18.262 hectares de terras gleba 'Baile', parte do imóvel 'São Bento'. Resta-nos o dos 47.356 hectares e 2.350 metros quadrados. Como vimos, Jaime Ferreira Barbosa, adquiriu a meação de Domingos Barbosa Martins, nos bens que tinha, quando por ocasião do inventário dos bens deixados por sua falecida esposa, Maria Crecência Villalba Barbosa Martins.

A sequência das transcrições registradas, especialmente as de nº 534, 937 e, finalmente a nº 1.246, confirma de forma documental a consolidação da posse da gleba Baile por Moura Andrade. A aquisição dos 18.262 hectares foi feita diretamente de proprietários legalmente

reconhecidos, o que conferiu à Moura Andrade domínio pleno sobre essa fração do antigo imóvel São Bento. Esse dado reforça a legitimidade jurídica do empreendimento fundiário e, ao mesmo tempo, revela a forma como o empresário passou a centralizar grandes extensões de terra por meio de negociações formais.

A menção à transcrição nº 1.246 no Livro 3, fls. 266 do Cartório, com todos os coproprietários e seus cônjuges autorizando a venda, demonstra o cuidado em formalizar juridicamente a operação, ressaltamos, o que atendia, inclusive, às exigências do Decreto-Lei nº 58/1937, que estabelecia clareza documental para operações de parcelamento posterior. Isso se mostra especialmente relevante considerando que essa mesma gleba viria a ser mantida fora dos loteamentos urbanos, convertendo-se no núcleo operacional da empresa em Nova Andradina, conforme discutido anteriormente.

Ao final do trecho, é indicado que ainda restam 47.356 hectares e 2.350 m² a serem justificados, provavelmente referentes à outra parte do imóvel São Bento, cuja origem está vinculada à meação de Domingos Barbosa Martins, posteriormente adquirida por Jaime Ferreira Barbosa. Essa observação abre caminho para novas conexões fundiárias dentro da área que deu origem à ocupação promovida por Moura Andrade. Ela também revela que, ao contrário da ideia de uma “terra vazia”, a cidade de Nova Andradina surgiu em meio à complexa teia de heranças, cessões de direitos e disputas por domínio, todas formalizadas em registros públicos.

Essa base documental legitima o poder de Moura Andrade sobre a terra, e reforça o argumento de que o seu projeto colonizador estava ancorado em ações jurídicas calculadas, alinhadas com os mecanismos de valorização fundiária e controle territorial típicos da elite agrária brasileira do século XX. Como destaca Martins (1994), a formação da grande propriedade rural no Brasil deu-se historicamente por meio da apropriação de terras em contexto permeado pela ambiguidade entre o público e o privado. Elites locais, respaldadas por relações políticas e acesso privilegiado a instrumentos legais, utilizavam-se de registros e formalizações documentais para legitimar a posse de extensas áreas, muitas vezes marcadas por conflitos e indefinições fundiárias. A grilagem e a titulação retrospectiva foram, segundo o autor, mecanismos centrais da expansão capitalista no campo, operando como formas de acumulação de terras.

No entanto, a análise da cadeia dominial registrada na certidão da fazenda Baile confirma essa lógica e revela a habilidade da Empresa Moura Andrade S/A em conduzir um processo juridicamente respaldado de legalização fundiária. O domínio original de 18.262

hectares foi adquirido por Moura Andrade por meio de escrituras registradas e, posteriormente ampliado com a incorporação de uma gleba adicional de mais de 47.000 hectares, totalizando 65.618 hectares e 2.350 m². A reunião dessas áreas foi consolidada sob registro formal, conferindo à empresa respaldo legal para o loteamento urbano e rural da área, conforme determinavam o Decreto-Lei nº 58/1937 e o Decreto nº 3.079/1938. A legalidade do processo é reconhecida no item VIII da certidão, inclusive com a menção à exigência e apresentação de memorial descritivo, planta e registro em cartório, documentos indispensáveis para a aprovação do parcelamento da terra.

Nesse contexto, é possível afirmar que Moura Andrade, ao contrário de muitos proprietários fundiários da época, não enfrentou barreiras significativas para legalizar o loteamento da fazenda Baile, uma vez que seu projeto estava alinhado com as políticas oficiais de colonização e desenvolvimento do interior brasileiro. O alinhamento entre seus interesses privados e a estrutura legal vigente permitiu a legitimação de sua posse sobre áreas extensas e a transformação da terra em ativo valorizado. A documentação reforça, portanto, que a estratégia fundiária da empresa combinava ocupação legal, planejamento técnico e inserção nas redes políticas de poder, contribuindo para a consolidação de Nova Andradina como núcleo urbano modelado segundo os interesses do capital fundiário.

No entanto, o reconhecimento formal do loteamento da fazenda Baile e a legalização documental de suas terras não significam que todo o processo tenha ocorrido de forma isenta de controvérsias ou disputas políticas. Ao contrário, como pretendemos demonstrar no item 4.3, a própria redefinição dos limites territoriais do município de Nova Andradina poucos meses após sua criação legal sugere a existência de tensões fundiárias envolvendo áreas de interesse de outras empresas colonizadoras, como a Companhia de Viação São Paulo-Mato Grosso.

Além disso, é possível que situações semelhantes tenham ocorrido em outras terras sob domínio da Empresa Moura Andrade S/A, como no caso da fundação de Andradina-SP, cuja expansão também envolveu estratégias de legalização fundiária, alianças políticas e disputas por posse de terra. Assim, ainda que a empresa operasse sob os marcos legais vigentes, sua atuação esteve inserida em contextos marcados por conflitos de posse, sobreposição de glebas e negociações políticas fundamentais para consolidar sua hegemonia sobre o território.

3.4 A força política por trás da cidade planejada

A atuação das elites agrárias no Brasil se consolidou ao longo do século XX com base na concentração fundiária e em alianças estratégicas com o poder político. Não se tratava apenas de possuir grandes extensões de terra, mas de ocupar posições que permitissem influenciar as decisões do Estado em benefício próprio. Em muitas regiões, os mesmos grupos que controlavam o acesso à terra também controlavam o acesso a crédito, infraestrutura e leis que legitimavam a posse. O campo brasileiro foi sendo organizado pela força econômica da terra, e lógica de dominação política e social.

No caso de Moura Andrade, essa lógica é visível na sua articulação com o filho, Auro Soares de Moura Andrade, Deputado, posteriormente Senador e Presidente do Congresso Nacional. Enquanto Moura Andrade promovia a expansão fundiária com a fundação de cidades e loteamentos em Mato Grosso, Auro ocupava espaço privilegiado em São Paulo, depois no Rio de Janeiro e em Brasília, participando ativamente das decisões políticas do país. A fundação de Nova Andradina expressa essa conexão entre a ação empresarial e a rede de relações políticas que, juntas, davam sustentação ao projeto fundiário. A empresa loteadora avançava sobre o território com segurança jurídica, respaldo político e controle da infraestrutura local.

Como aponta Raymundo Faoro (2001), o patrimonialismo brasileiro permitiu que setores privados se apropriassem do Estado, transformando funções públicas em instrumentos de manutenção de privilégios. Martins (1994) destaca que a modernização do campo foi marcada pela exclusão dos pequenos produtores e pela formação de grandes propriedades rurais associadas ao capital. No caso de Nova Andradina, a relação entre Moura Andrade e seu filho Auro mostra como a terra foi usada como meio de produção e instrumento de poder.

A atuação política de Moura Andrade foi constante e suas conexões pessoais com figuras influentes do cenário político nacional foram significativas. Na década de 1930, Moura Andrade manteve relação próxima com Getúlio Vargas, Presidente do Brasil entre 1930 e 1945. Além disso, estabeleceu vínculos com diversos empresários, latifundiários e políticos de destaque, como governadores de Mato Grosso. Entre essas relações, destaca-se a com seu filho, Auro Soares de Moura Andrade, cuja trajetória política ganhou notoriedade própria.

A trajetória de Auro Soares de Moura Andrade, filho de Moura Andrade, representa exemplo claro da interligação entre poder econômico fundiário e influência política no Brasil do século XX. Nascido em 19 de setembro de 1915, na cidade de Barretos-SP, Auro iniciou sua carreira como advogado, rapidamente ingressou na política. Foi eleito deputado estadual por

São Paulo em 1947, deputado federal em 1950, e, posteriormente, senador da República a partir de 1955. Sua atuação política ganhou destaque nacional quando assumiu a presidência do Senado Federal entre 1961 e 1968, período marcado por instabilidades institucionais, renúncias e articulações que culminaram no golpe civil-militar de 1964 (SENADO FEDERAL, 2024).

Durante sua presidência no Senado, Auro Soares protagonizou episódios decisivos, como a leitura da vacância da presidência da República em 2 de abril de 1964, declarando a saída de João Goulart mesmo com o presidente ainda em território nacional. Essa ação abriu caminho para a tomada do poder pelos militares, o que gerou duras críticas, e consolidou sua imagem como figura estratégica na engrenagem do poder da época. Auro Soares de Moura Andrade simboliza a atuação de uma elite política que mediava os interesses das oligarquias com os mecanismos institucionais da República. Sua habilidade discursiva e jurídica servia aos interesses de estabilidade da ordem liberal-conservadora, muitas vezes alinhada ao empresariado rural e urbano.

A atuação de Auro Soares de Moura Andrade não pode ser dissociada dos interesses econômicos da família Moura Andrade, sobretudo no campo da colonização fundiária. Embora pouco tenha sido publicamente vinculado ao pai nas esferas de debate político, o lastro econômico proporcionado por Moura Andrade, junto à inserção da família nas redes de poder regional (especialmente no interior de São Paulo e Sul de Mato Grosso), ofereceu sustentação às ambições políticas de Auro Soares de Moura Andrade.

Sua ascensão não foi movimento isolado, mas resultado da articulação entre o capital acumulado na terra, a atuação empresarial de Moura Andrade e a influência crescente nos espaços legislativos. A cidade de Nova Andradina, nesse sentido, não apenas consolidou a presença territorial da empresa, mas se inscreveu como parte da trajetória política do filho e do pai, pois materializa o vínculo entre projeto fundiário e representação institucional.

A consolidação do município de Nova Andradina expressa a materialização de um projeto fundiário conduzido por Moura Andrade com objetivos claros de valorização territorial e geração de renda capitalista. Como mostra o mapa⁶¹ da consolidação do perímetro urbano, o traçado da cidade seguiu uma lógica de ordenamento planejado, partindo de um núcleo central para zonas de expansão e cinturões de chácaras. Essa disposição territorial não foi fruto do

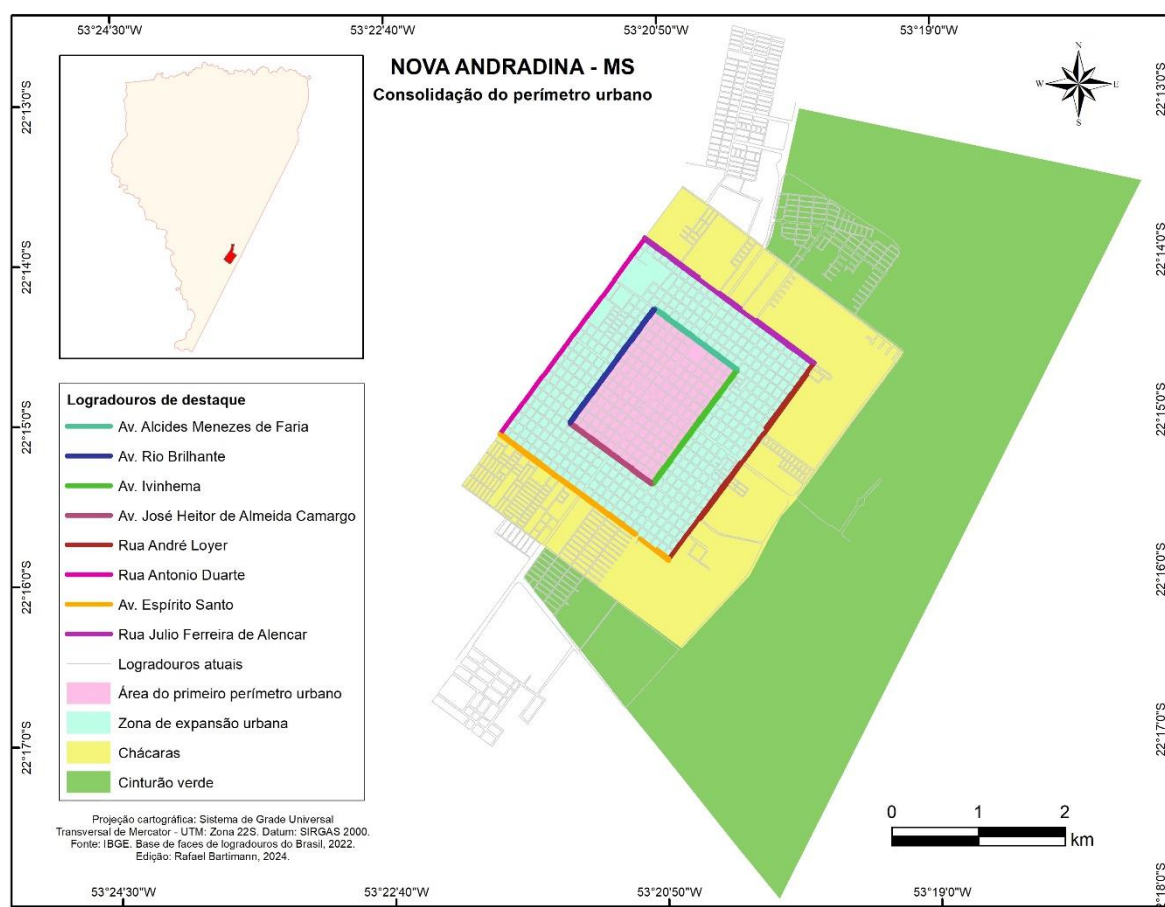
⁶¹ No que tange ao planejamento das cidades, lembramos ainda que as ruas largas de Nova Andradina, é um contraponto à cidade de Andradina, onde as ruas são consideradas estreitas, e segundo nosso entrevistado, José Carlos Modesto, esse era um erro considerado por Moura Andrade que não pretendia executar na sua nova cidade no estado de Mato Grosso.

acaso, mas resultado direto das decisões da empresa Moura Andrade S/A, que articulava loteamento, infraestrutura mínima e controle fundiário.

Esse projeto urbano foi viabilizado por uma rede de articulações políticas, das quais o filho de Moura Andrade, Auro Soares de Moura Andrade, foi parte conjuntural. Ocupando cargos de destaque no cenário político nacional, Auro garantiu visibilidade e influência para a expansão dos interesses fundiários do pai, ressaltamos, mesmo que raramente fossem publicamente associados. Essa aliança entre a propriedade da terra e o poder político possibilitou que o loteamento de Nova Andradina ocorresse com respaldo institucional e segurança jurídica, favorecendo a captação de migrantes e a valorização das glebas vendidas.

Portanto, a cidade de Nova Andradina foi o resultado da convergência entre espaço planejado e o poder político articulado. O mapa 7 reforça visualmente essa construção, destacando a organização das áreas urbanas, rurais e de expansão, estruturadas para responder a uma lógica de ocupação que atendia diretamente aos interesses da elite fundiária que a fundou.

Mapa 7 – Organização do território de Nova Andradina em loteamentos



Fonte: IBGE, 2011. Elaboração: Rafael Bartimann, 2025.

O estudo sobre a fundação de Nova Andradina revela que sua concretização não pode ser compreendida apenas como o resultado de um crescimento espontâneo ou de um processo isolado de ocupação territorial. Pelo contrário, o que se observa é a realização de um projeto político e imobiliário cuidadosamente articulado por Moura Andrade, com base em práticas fundiárias consolidadas ao longo do século XX pelas elites agrárias brasileiras. A criação da cidade, desde sua concepção até a delimitação de suas glebas e infraestrutura básica, foi conduzida por uma lógica empresarial para a valorização da terra e a geração de renda.

O espaço foi modelado para atender a uma função econômica específica, transformar grandes extensões de terra em ativo fundiário, promovendo loteamentos urbanos e rurais em parcelas sucessivas, com preços acessíveis, infraestrutura mínima e forte apelo simbólico. A propaganda em jornais, a escolha estratégica do nome da cidade Nova Andradina-MT e a venda das primeiras glebas em Andradina-SP revelam esforço planejado para atrair migrantes em busca da terra prometida. Ao mesmo tempo, a manutenção de áreas como a fazenda Baile fora do loteamento demonstra que havia clara divisão entre o que seria comercializado e o que permaneceria sob o domínio produtivo direto da empresa, garantindo fontes contínuas de renda com a pecuária e a extração de madeira.

A presença da família Moura Andrade tanto no campo econômico quanto na esfera política confirma o modelo de dominação fundiária descrito por autores como José de Souza Martins (1994), para quem o latifúndio moderno articula tradição e modernização, capital e poder. A análise do mapa do perímetro urbano de Nova Andradina reforça visualmente essa lógica de ocupação planejada. O núcleo central da cidade, os anéis de expansão, o cinturão verde e as áreas de chácaras revelam um desenho territorial que não apenas organizava o espaço físico, mas também controlava os fluxos sociais e econômicos. Como já escrevemos anteriormente, as avenidas nomeadas, as zonas delimitadas e a forma reticulada do loteamento indicam projeto urbano pensado para funcionar como vitrine de modelo colonizador moderno, onde tudo, desde a estrutura viária ao nome das ruas estava subordinado à função fundiária e à valorização da terra.

Dessa forma, é possível afirmar que Nova Andradina não foi apenas fundada, mas projetada como empreendimento político e imobiliário. Seu nascimento está diretamente ligado à trajetória de uma elite agrária que soube, com habilidade, articular as esferas econômica, fundiária e institucional para transformar território em capital. Ao compreendermos essa dinâmica, torna-se possível avançarmos na reflexão sobre a ocupação do espaço no interior brasileiro e sobre os mecanismos que permitiram a reprodução de desigualdades históricas por meio da terra, não apenas como base de produção, mas como instrumento de poder.

Ao encerrarmos a descrição da fundação de Nova Andradina como empreendimento político e imobiliário conduzido por Moura Andrade, torna-se imprescindível aprofundarmos a compreensão sobre o lugar simbólico que essa figura ocupa no imaginário coletivo regional. Se, por um lado, a atuação de Moura Andrade consolidou-se na prática fundiária e na ocupação racional do território, por outro,

sua imagem extrapolou os limites da ação material para se inscrever no campo das representações sociais e da memória local.

Nesse sentido, no quarto capítulo propomos investigar a construção da personalidade mítica de Moura Andrade, figura amplamente celebrada como o “Rei do Gado”. Tal título, longe de ser apenas um apelido popular, carrega significados que operam profundamente na legitimação de seu poder, tanto no espaço físico, quanto no simbólico. Sua imagem foi exaltada em monumentos, *slogans*, documentos históricos e discursos políticos, compondo repertório narrativo que o transforma de colonizador em herói civilizador, de empreendedor em patriarca fundacional.

Mais do que descrevermos feitos e obras, neste novo eixo da pesquisa buscamos problematizar como o capital fundiário, quando aliado ao poder político e à produção simbólica, se converte em um campo de consagração ideológica. As estratégias de monumentalização, como a escultura de entrada de Andradina-SP, que o nomeia como “Terra do Rei do Gado”, expressam um esforço sistemático de fixação de memória, operando como formas de dominação simbólica que naturalizam hierarquias, apagam conflitos fundiários e instauram uma versão idealizada do passado. No quarto capítulo, portanto, analisamos os mecanismos discursivos, visuais e institucionais que sustentam o mito de Moura Andrade, compreendendo-o como operador central na construção da legitimidade territorial, social e política, desde Andradina até a Nova Andradina.

CAPÍTULO 4 - A INVENÇÃO DE UM MITO COLONIZADOR: REPRESENTAÇÕES SOBRE MOURA ANDRADE

O empresário Antônio Joaquim de Moura Andrade soube se beneficiar de momentos específicos da história brasileira para consolidar sua trajetória como latifundiário e empresário durante grande parte do século XX. Vinculou sua imagem à de um “bom colonizador”, associando-a à Empresa Moura Andrade S/A e reforçando, por meio do discurso público, o ideal do homem íntegro, pacífico, honrado e bom pagador, alguém que via na colonização um ato moral e civilizatório. A marca Moura Andrade (figura 36) alcançou reconhecimento nacional, sendo associada à figura do “Rei do Gado” e à fundação planejada de três cidades, o que contribuiu para a construção mítica do grande colonizador brasileiro. Nesse imaginário, o acúmulo de terras passou a ser interpretado não como concentração fundiária, mas como símbolo de progresso e desenvolvimento.

Figura 38 - Placa da empresa Moura Andrade S.A., com destaque para as letras (usadas para marcar o gado) “M” e “A” e os termos “Pastoril e Agrícola” e “Loteamentos”



Fonte: Acervo Museu AJMA da fazenda Primavera.

A representação visual da marca Moura Andrade S.A. reforça os elementos constitutivos do discurso empresarial construído ao longo das décadas de 1930 a 1960. O logotipo, com as letras “M” e “A” em destaque, atua como signo de autoridade e identidade territorial, projetando a força do nome empresarial sobre a paisagem regional. A inscrição dos termos “Pastoril e Agrícola” e “Loteamentos” evidencia a estratégia dual da empresa: de um lado, a exploração pecuária extensiva, que consolidava o poder econômico de Moura Andrade;

de outro, a organização de loteamentos urbanos e rurais, que viabilizava a fundação planejada de cidades como Andradina e Nova Andradina. Essa materialidade gráfica marcava presença nos espaços de negociação e circulação de capital, além de dialogar com o imaginário de progresso, modernidade e moralidade associado à figura do colonizador. Assim, a placa constitui artefato histórico que sintetiza, em linguagem visual, a lógica de apropriação territorial e de valorização fundiária que se impôs sobre o espaço regional.

A consagração simbólica de Moura Andrade enquanto proprietário rural no Brasil é visível, por exemplo, na canção “Rei do Gado”, composta por Teddy Vieira e resgatada na década de 1990 pela novela homônima da Rede Globo de televisão. Mais do que exaltar o criador de gado, essa representação consolidou o ideal do latifúndio como sinônimo de progresso e identidade nacional. Trata-se de um discurso de longa duração que remonta ao período colonial, quando a posse de extensas terras significava poder e possibilidade de acumulação de riquezas. O ideário do agronegócio atual, portanto, é herdeiro direto dessa tradição histórica que glorifica o domínio territorial como pilar do desenvolvimento.

Nesse contexto, Moura Andrade insere-se como figura emblemática. A partir da década de 1920, iniciou sua atuação no comércio agrícola e, com a acumulação de capital, investiu na aquisição de terras. Seu percurso revela uma estratégia clara de transformar a terra em ativo de valorização e renda, unindo a produção agropecuária à especulação fundiária e imobiliária. Com isso, consolidou-se como um dos expoentes do latifúndio empresarial no Brasil do século XX.

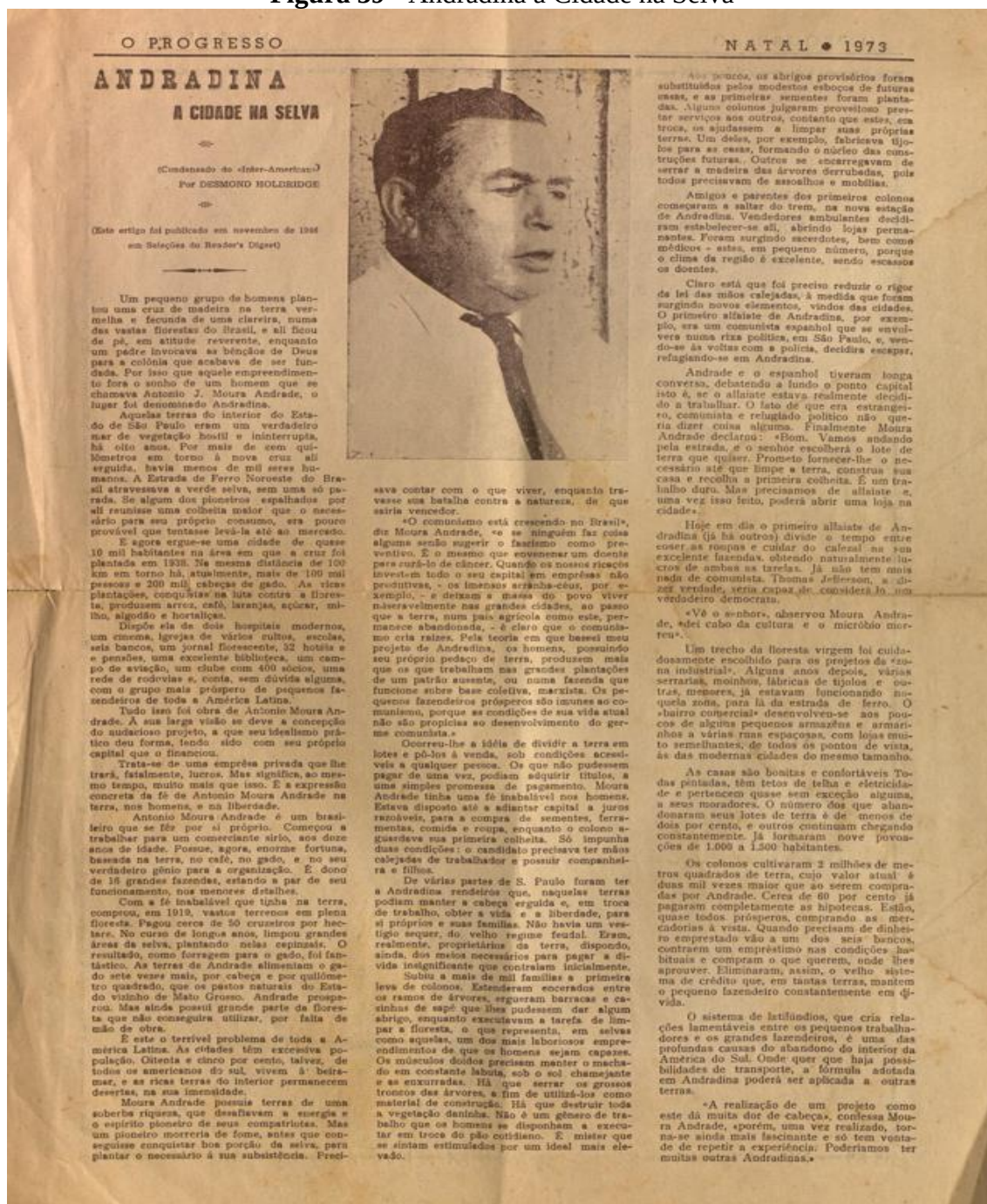
A trajetória de Moura Andrade exemplifica o modelo brasileiro de expansão territorial baseado na apropriação privada da terra como meio de reprodução do capital. Sua atuação vai além da produção, manifestando-se também como expressão de poder e prestígio. Por isso, neste capítulo analisamos as estratégias fundiárias e políticas utilizadas por Moura Andrade, evidenciando suas contradições e impactos sociais, especialmente nos casos de Andradina (SP) e Nova Andradina (MS).

Na figura 38 apresentamos como a Empresa Moura Andrade S/A experimentou crescimento expressivo nos anos 1930. Propomos, assim, refletir sobre os mecanismos que consolidaram Moura Andrade como símbolo do bom colonizador, sobretudo no que diz respeito ao mercado imobiliário e à instrumentalização da terra como ativo financeiro e político. O jornal O Progresso, em edição especial publicada no Natal de 1973, veiculou a matéria intitulada “Andradina, A cidade na selva”, de autoria de Desmond Holdridge⁶², publicada no ano de 1946,

⁶² Desmond Holdridge fez muitas viagens à América Latina durante os últimos 15 anos de sua vida, frequentemente como membro de missões científicas ou educacionais dos Estados Unidos. Publicou quatro livros e numerosos artigos, em diversas revistas, baseados nas suas observações sobre a vida latino-americana. Este artigo

antes de sua morte no mesmo ano, apresentando Moura Andrade como idealizador e realizador do projeto colonizador que resultou na fundação de Andradina-SP. A narrativa insere o empresário na tradição simbólica dos discursos oficiais e jornalísticos do século XX, especialmente durante a intensificação da ocupação do interior brasileiro.

Figura 39 - Andradina a Cidade na Selva



Fonte: Jornal, O Progresso – 1973 – CDR

foi um dos últimos que escreveu, antes de seu falecimento num acidente de automóvel. Disponível em: <https://museuvirtualandrad.wixsite.com/website/historia>. Acesso em: 31 de maio. 2025.

No texto de Desmond Holdridge, Moura Andrade é descrito como o homem que, com coragem e espírito empreendedor, teria vencido a mata e a solidão para implantar um núcleo urbano civilizado, dotado de infraestrutura, serviços e planejamento. Essa representação, claro, deixa de fora possíveis conflitos fundiários, as disputas territoriais e silencia completamente as presenças indígenas e camponesas que antecederam a chegada da empresa colonizadora na região.

A construção da imagem de Moura Andrade como figura relevante na modernização do interior está alicerçada em uma retórica desenvolvimentista que enaltece a ocupação da “terra virgem” e a missão civilizatória. O texto de Holdridge celebra a transformação da floresta em cidade, a expansão agropecuária e a especulação fundiária como marcos de progresso, reafirmando os valores do capital fundiário e da lógica de urbanização dirigida. A ausência de crítica à colonização reforça o uso da imprensa como instrumento de legitimação simbólica dos grandes projetos privados de apropriação territorial. Nesse sentido, o artigo de Holdridge exemplifica como as narrativas contribuem para naturalizar a concentração fundiária e silenciar outros processos que acompanharam a formação dessas cidades planejadas por empresas como a Moura Andrade S/A.

Outro ponto relevante é Holdridge citar alguns pensamentos de Moura Andrade: “O comunismo está crescendo no Brasil” e “se ninguém faz coisa alguma, senão sugerir o fascismo como preventivo. É o mesmo que envenenar um doente para curá-lo de câncer” (O Progresso de Natal, em 1973, CDR). Dessa forma, compreendemos que existe uma narrativa sobre o empresário/latifundiário como trajetória de colonizador, mas também se expõe uma visão ideológica que fundamenta sua atuação.

Ao se posicionar contra os extremos do comunismo e do fascismo, Moura Andrade defende a construção de uma sociedade baseada no trabalho livre, na propriedade privada e no mérito individual. Para ele, a terra era o principal instrumento de progresso, e seu discurso se alinhava à retórica desenvolvimentista vigente à época. Essa crítica a projetos coletivistas ou autoritários reafirma sua crença em um modelo de sociedade orientado pela expansão do capital fundiário e pela lógica empresarial.

Ao recusar as propostas de coletivização do comunismo e a obediência ao Estado típica do fascismo, Moura Andrade constrói sua imagem como homem do meio-termo, racional e moderno, que via na iniciativa privada e no esforço pessoal os motores do desenvolvimento nacional. Entretanto, ao propor essa terceira via, o empresário também esconde as contradições de seu projeto, que concentrava terras e recursos nas mãos de poucos e aprofundava a lógica

excludente do latifúndio. Sua crítica política serve, portanto, como mecanismo de legitimação simbólica de seu papel como fundador de cidades e agente do progresso, uma narrativa que mascara as desigualdades estruturais produzidas no processo de ocupação e loteamento das terras. Como tal, o artigo revela mais do que um posicionamento político, apresenta uma racionalidade de classe que orientou a expansão territorial promovida por Moura Andrade e se relaciona com a matéria que compõe a figura 37, apontando as relações entre o homem proprietário de grandes extensões de terra e seu propósito formador de cidades.

A consolidação do poder de Moura Andrade insere-se na interseção entre economia, política e simbolismo, em um contexto histórico no qual a terra se tornava ativo central para a reprodução do capital. Como destaca Martins (1981), a terra, no capitalismo, deixa de ser apenas meio de produção para se tornar mercadoria capaz de gerar renda fundiária. Nesse sentido, a atuação de Moura Andrade, ao fracionar glebas, fundar cidades planejadas e articular logística e produção, exemplifica o movimento de mercantilização do espaço integrado à lógica de acumulação capitalista.

Bourdieu (2012) nos auxilia nessa análise ao evidenciar que o poder simbólico é capaz de naturalizar hierarquias, impondo visão de mundo socialmente construída como se fosse legítima. Essa naturalização, alimentada por práticas discursivas e pelo controle estratégico das representações, foi essencial para sustentar seu domínio econômico e político na região.

Esse processo de apropriação e controle territorial, sustentado por racionalidade empresarial e por um discurso de modernização, antecipa os arranjos do agronegócio contemporâneo. A terra, convertida em ativo econômico e simbólico, reforça a legitimação capitalista do espaço e consolida a posição de Moura Andrade enquanto agente do processo de urbanização e expansão econômica da região. De acordo com Martins (1981, p. 161-162):

O fato de que a terra, através do proprietário, se ergue diante do capital para cobrar um preço pela sua utilização, apesar de não ter sido produzida pelo trabalho humano e muito menos, pelo trabalho já apropriado pelo capital, nos mostra que estamos diante de duas coisas diferentes. Uma é o fato de que a terra não é capital. Quando o capitalista paga pela utilização da terra, está na verdade, convertendo uma parte do seu capital em renda; está imobilizando improdutivamente essa parte do capital, unicamente por que esse é o preço para remover o obstáculo que a propriedade fundiária representa no capitalismo, à reprodução do capital na agricultura.

Percebemos que a terra, embora não seja produto direto do trabalho humano, converte-se em fonte de renda para o proprietário, operando como barreira e, simultaneamente, como reprodução do capital. No caso de Moura Andrade, tal lógica manifesta-se na apropriação de extensas áreas que, ao serem exploradas por meio da extração de madeira, da pecuária e dos

loteamentos urbanos planejados, geravam distintas formas de valorização fundiária. Essa dinâmica fundiária, sustentada pela expulsão e substituição de formas tradicionais de uso da terra, também estruturou as práticas cotidianas no espaço e se expressou materialmente na paisagem regional, permitindo que tais mecanismos fossem capturados e representados em registros visuais do período.

Recursos naturais, em que a posse da terra assegurava ao proprietário não apenas o controle sobre os processos produtivos, mas, sobretudo, a possibilidade de extrair renda pelo simples domínio territorial. Assim, a fotografia (11) deve ser compreendida como registro do cotidiano local e como testemunho visual das relações entre propriedade fundiária, trabalho e capital, evidenciando que a imagem de progresso construída em torno de Moura Andrade ocultava os mecanismos de concentração que sustentaram a expansão capitalista na fronteira agrícola.

Fotografia 11- Andradina – SP - Tora de 10,400 m³ (1943)



Fonte: Acervo Pessoal de Bob Siqueira, Andradina, SP

Não obstante, utilizamos a fotografia para demonstrar, de forma concreta, o processo de ocupação e transformação da “terra virgem” exaltado por narrativas como a de Holdridge. O corte e o transporte de madeira, símbolo da substituição da floresta por estruturas urbanas e produtivas, representam o desmatamento como parte do ciclo de colonização empresarial conduzido por Moura Andrade. A cena de progresso, com a madeira sendo explorada, os

trabalhadores organizados, o pomposo caminhão e o comércio presente, reforça a lógica desenvolvimentista que o empresário defendia, a natureza deveria ser domada para abrir espaço à urbanização e à produtividade.

A arquitetura sólida do prédio ao fundo, com varandas, colunas e placas de grandes empresas, como a ESSO, sinaliza a urbanidade nascente e o avanço do capital. Isso coaduna com os ideais de Moura Andrade, o elogio ao trabalho, ao mérito individual e à iniciativa privada como motores do desenvolvimento, ocultando contradições da concentração fundiária, da exploração ambiental e da exclusão de populações tradicionais, situações que eram naturalizadas entre os anos de 1930 a 1960.

Assim, a imagem, quando articulada ao texto, revela aspectos materiais, como a presença da madeira, do caminhão, do comércio e das pessoas, sobretudo das crianças, e aspectos simbólicos, como as ideias de progresso, ordem e civilização. Todos esses elementos são mobilizados para consolidar a figura de Moura Andrade como benfeitor e legitimar o projeto de ocupação orientado pela lógica capitalista.

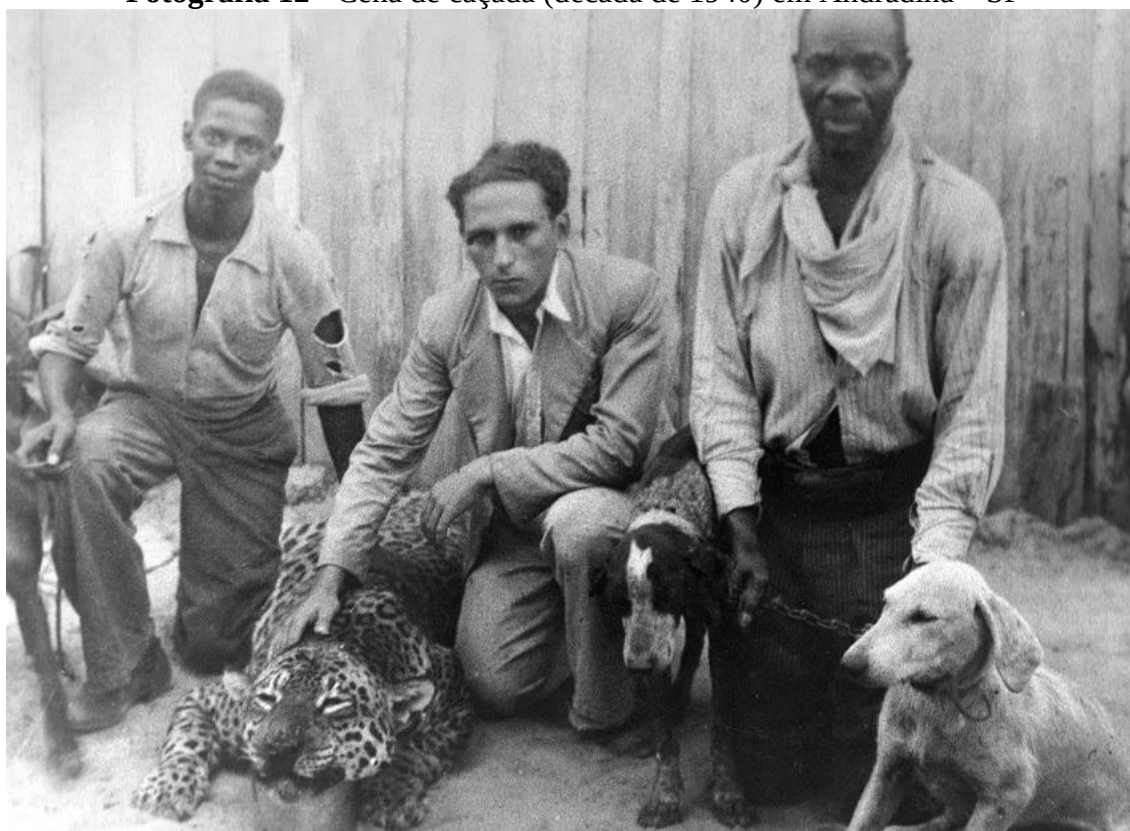
Essa reconstrução seletiva da memória, que tende a suavizar as dimensões mais agressivas da ocupação territorial, também se projeta nos registros impressos da época. A imprensa regional, especialmente os periódicos vinculados às áreas de influência de Moura Andrade, desempenhou papel fundamental na legitimação de seu empreendimento colonizador.

Dessa forma, retomamos o artigo do jornal *O Progresso* para observarmos a condição romantizada do envolvimento dos migrantes e da empresa colonizadora, cujo discurso exaltava o espírito empreendedor e o ideal civilizatório como forças motrizes da fundação de Andradina. Todavia, o texto também revela, nas entrelinhas, a dimensão econômica e capitalista do processo, evidenciada pela rápida ocupação das terras por centenas de famílias de trabalhadores e pela dinâmica de valorização fundiária que sustentava a expansão do empreendimento (A cidade na selva). *O Progresso*, Andradina-SP, Natal, 1973. Especial de fim de ano. CDR):

Subiu a mais de mil famílias a primeira leva de colonos. Estenderam encerados entre os ramos de árvores, ergueram barracas e casinhas de sapé que lhes pudessem dar algum abrigo, enquanto executavam a tarefa de limpar a floresta, o que representa, em selvas como aquelas, um dos mais laboriosos empreendimentos de que os homens sejam capazes. Os músculos doloridos precisam manter o machado em constante labuta, sob o sol chamejante e as enxurradas. Há que serrar os grossos troncos das árvores, a fim de utilizá-los como material de construção. Há que destruir toda a vegetação daninha. Não é um gênero de trabalho que os homens se disponham a executar senão em troca do pão cotidiano. É mister que se sintam estimulados por um ideal mais elevado.

A descrição da montagem de barracas de sapé, da limpeza das matas e da exaustiva derrubada de árvores é apresentada como uma epopeia do trabalho, marcada pela força física, pela dor e pela resistência. Trata-se de uma representação idealizada que legitima a ocupação. Assim, utilizamos as fotografias 12, 13 e 14 para auxiliar na compreensão do processo em que o local ainda se encontrava em condição de floresta, repleto de riscos provocados por animais selvagens, bem como no anúncio da chegada de moradores com carros de bois trazendo seus pertences e do progresso simbolizado pela construção de casas, que começavam a dar sentido à formação da cidade.

Fotografia 12 - Cena de caçada (década de 1940) em Andradina – SP



Fonte: Acervo Pessoal de Bob Siqueira, Andradina, SP

A partir da fotografia 12, observamos que ela representa um momento emblemático do processo de ocupação no Oeste paulista, quando o avanço sobre a floresta implicava riscos e desafios constantes. A cena evidencia o domínio humano sobre a natureza, simbolizado pelo animal abatido e pela postura dos caçadores, expressando a ideia de conquista do espaço selvagem e de afirmação do progresso.

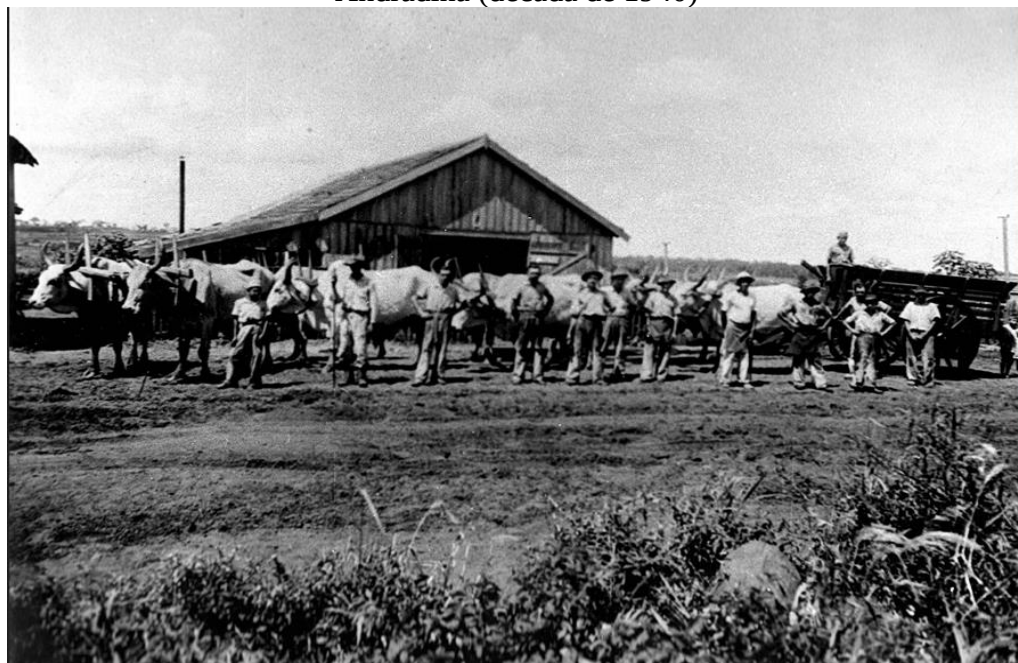
Mais do que um simples registro de caça, a imagem adquire valor ao ilustrar a transição entre o “mato bruto” e o “espaço civilizado”, legitimando o avanço da fronteira agrícola e urbana sob a lógica da apropriação da terra. O gesto de exibir o animal e os cães

de caça em frente a uma casa de madeira reforça a ideologia do desbravamento que sustentava o projeto colonizador de Moura Andrade.

A fotografia 13 enaltece a chegada de migrantes que procuravam as terras da Empresa Moura Andrade para residirem, normalmente para plantarem café. No final da década de 1930 e início dos anos de 1940, o cultivo do café estava em alta para comercialização internacional.

Além disso, a narrativa histórica sugere que o esforço dos trabalhadores só se tornava viável quando associado a um “ideal mais elevado”, isto é, uma missão civilizatória maior do que o simples sustento diário. Esse recurso retórico atua na valorização moral da ocupação da terra e reforça o papel do empresário, como aquele que oferece propósito e sentido à ação colonizadora.

Fotografia 13 - Andradina – SP: Trabalhadores e carroças de tração animal em frente à galpão de madeira, as primeiras atividades de desbravamento e transporte na região de Andradina (década de 1940)



Fonte: Acervo Pessoal de Bob Siqueira, Andradina, SP

A fotografia 13 documenta uma etapa crucial do processo de desbravamento e ocupação territorial de Andradina-SP. Essa imagem mostra trabalhadores alinhados diante de juntas de bois e carroças carregadas, tendo ao fundo um galpão de madeira, estrutura típica das primeiras instalações rurais. Esse registro fortalece ainda mais a transição do ambiente natural para o espaço produtivo, quando a floresta dava lugar às atividades agrícolas e à circulação de mercadorias.

A imagem simboliza o esforço coletivo que sustentou a colonização privada no Oeste paulista. O uso da tração animal e das construções reflete uma condição histórica e socioeconômica daquele período e, ao mesmo tempo, a crença no progresso pela força do trabalho, é a racionalização produtiva da terra, aliás, terra que ao fundo se vê limpa, sem qualquer resquício de floresta até onde a lente do fotógrafo alcança, isso mostra que a natureza está sendo incorporada à lógica do capital, sobretudo ao discurso de modernização que Moura Andrade exercia constantemente em elo com o Estado.

Ana Maria Mauad (1996), em seu artigo *Através da imagem: fotografia e História – Interfaces*, permite indagarmos a relação entre fotografia e história, considerando que não é permitido colocarmos imagens dentro de um texto acadêmico como mera ilustração, mas para que sejam indicativos de um passado que precisa ser analisado enquanto documento.

Nessa conjuntura, lembramos que as fotografias constituem textos complexos que articulam expressões marcadas por escolhas técnicas e estéticas, interagindo com conteúdo composto por pessoas, objetos, espaços e práticas sociais. Assim, as fontes históricas não se limitam ao caráter ilustrativo, integram e dialogam com outros registros, exigindo leitura intertextual.

Não obstante, apontamos que a fotografia é um recorte espacial e temporal que preserva marcas do contexto que a produziu, revelando modos de vida, representações e relações sociais. Ao serem deslocadas para novos usos e olhares, recuperam diferentes sentidos, cabendo ao historiador formular questões, construir problemas e situar a imagem em seu campo interpretativo. Assim, a fotografia não fala por si, mas torna-se documento histórico apenas quando se interroga criticamente o passado por meio das imagens. De acordo com Mauad (1996, p.8):

A fotografia é uma fonte histórica que demanda por parte do historiador um novo tipo de crítica. O testemunho é válido, não importando se o registro fotográfico foi feito para documentar um fato ou representar um estilo de vida. No entanto, parafraseando Jacques Le Goff, há que se considerar a fotografia, simultaneamente como imagem/documento e como imagem/monumento. No primeiro caso, considera-se a fotografia como índice, como marca de uma materialidade passada, na qual objetos, pessoas, lugares nos informam sobre determinados aspectos desse passado - condições de vida, moda, infraestrutura urbana ou rural, condições de trabalho etc. No segundo caso, a fotografia é um símbolo, aquilo que, no passado, a sociedade estabeleceu como a única imagem a ser perenizada para o futuro. Sem esquecer jamais que todo documento é monumento, se a fotografia informa, ela também conforma uma determinada visão de mundo.

Por isso, as fotografias em nosso trabalho estão alinhadas a determinados acontecimentos, normalmente procurando relacionar um fato acontecido a uma realidade proporcional à imagem. Desta forma, colocamos o passado em evidência visual para que estudiosos e leitores possam continuar analisando o trabalho e a pesquisa desenvolvida, haja vista que a realidade da fotografia está nas múltiplas interpretações que suscita, nas diferentes leituras produzidas por cada observador em determinado momento. Trata-se, portanto, de uma expressão singular, capaz de gerar significados diversos. Conforme afirma Kossoy (2002), a fotografia é sempre resultado de um ponto de vista e de uma seleção, constituindo-se como documento e representação simultaneamente, o que exige do historiador leitura crítica que considere tanto o visível quanto os elementos ocultos ou sugeridos pela imagem.

Nesse interim, utilizamos a fotografia 52 para documentarmos a formação da cidade de Andradina-SP, afirmando que, no decorrer dos anos de 1940, o empreendimento de Moura Andrade ganhou notória funcionalidade, e as primeiras casas de alvenaria passaram a ser construídas, demonstra que a chegada de migrantes foi ampliando a aquisição de terras nas zonas rurais e a construção de casas no núcleo urbano.

Fotografia 14 - Primeiras habitações de alvenaria no núcleo central



Fonte: Acervo Pessoal de Bob Siqueira, Andradina, SP

A fotografia 14 revela um conjunto de casas de alvenaria recém-construídas, evidenciando a fase em que o empreendimento de Moura Andrade, ao longo da década de 1940, alcançava maior funcionalidade urbana. Nessas residências existe um padrão, a disposição alinhada e a presença de pequenos jardins murados indicam a transição de um núcleo inicial improvisado para um espaço urbano planejado, coerente com o projeto colonizador da Empresa Moura Andrade S/A. Esse processo acompanha o aumento da chegada de colonos, que passaram a adquirir terras nas zonas rurais e, simultaneamente, demandar moradia no núcleo urbano, demonstrando a articulação entre fracionamento rural e crescimento da cidade.

Vimos nessa fotografia que ela registra formas arquitetônicas, mas também representa o momento em que o urbano se consolida como empreendimento, reforçando a estratégia de valorização fundiária que orientou a fundação de Andradina e, posteriormente, de Nova Andradina. Para Kossoy (2002), a fotografia se torna materialidade e, pela representação a partir do real da imagem fotográfica, serve como documento real, isto é, como fonte histórica.

Recorremos a Bourdieu (2012), posto que sua construção teórica nos auxilia a pensar sobre como uma construção simbólica opera dentro de uma lógica, em nosso caso, observando como o desmatamento, a formação de núcleos urbanos e a conversão de terras em lotes imobiliários são romantizados como atos legítimos de progresso. Ao enfatizar a dureza do trabalho físico e a coragem dos primeiros colonos, é possível reafirmar a ideologia fundiária que sustenta o latifúndio moderno, ocultando as estruturas de poder e os mecanismos implicados nesse processo. Novamente, o artigo ressalta o benefício causado pela empresa de Moura Andrade (A cidade na selva. O Progresso, Andradina-SP, Natal, 1973. Especial de fim de ano. CDR):

Os colonos cultivaram 2 milhões de metros quadrados de terra, cujo valor atual é duas mil vezes maior que ao serem compradas por Andrade. Cerca de 60 por cento já pagaram completamente as hipotecas. Estão, quase todos, prósperos, comprando as mercadorias à vista. Quando precisam de dinheiro emprestado vão a um dos seis bancos, contraem um empréstimo nas condições habituais e compram o que querem, onde lhes aprouver. Eliminaram, assim, o velho sistema de crédito que, em tantas terras, mantém o pequeno fazendeiro constantemente em dívida.

Percebemos um discurso amarrado na valorização do capital fundiário como motor de prosperidade econômica ao afirmar que os migrantes cultivaram dois milhões de metros quadrados de terra cujo valor teria se multiplicado por duas mil vezes desde a aquisição feita por Moura Andrade, a narrativa reforça a ideia de que a terra, quando inserida em um projeto privado de colonização planejada, torna-se não apenas produtiva, mas proporcionadora de renda.

A conjectura de que “cerca de 60 por cento já pagaram completamente as hipotecas” contribui para consolidar a imagem de um modelo exitoso, no qual o migrante, antes dependente, torna-se economicamente independente. Nesse contexto, a eliminação do velho sistema de crédito que mantinha o pequeno produtor endividado assume outro valor, rompe-se com a lógica de dependência e inaugura-se, segundo o discurso do texto, um novo ciclo de progresso baseado na livre iniciativa e na autonomia financeira.

Contudo, essa narrativa esconde as contradições estruturais do processo de colonização dirigido por empresas como a Moura Andrade S/A. A aparente bondade colonizadora é, de forma implícita, meio pelo qual o proprietário da empresa procura obter renda sobre a terra adquirida. O acesso ao crédito bancário, embora apresentado como solução moderna, não elimina as desigualdades de base e tampouco garante equidade na posse e uso da terra. Ao idealizar a prosperidade dos migrantes, o texto silencia sobre os casos de inadimplência, devolução de lotes e abandono de terras registrados em diversos empreendimentos fundiários no país, além disso, a multiplicação do valor da terra reforça o caráter especulativo do projeto, no qual a renda advém mais da valorização imobiliária.

Dessa forma, em *A Ordem do Discurso*, Foucault (1970) permite compreender como o controle discursivo se manifesta tanto sobre os enunciados quanto sobre os sujeitos que os produzem. Diferentemente das sociedades de discurso, que limitam o acesso a um grupo restrito, o autor explica que a doutrina expande seu alcance ao permitir a adesão de um número indefinido de indivíduos, desde que estes reconheçam um conjunto de verdades e se submetam a regras de conformidade previamente estabelecidas. Nesse contexto, a pertença doutrinária implica duplo processo de sujeição, dos sujeitos aos discursos, pois a autorização para falar é condicionada à adesão às verdades validadas e dos discursos ao grupo, já que a enunciação só adquire legitimidade quando vinculada à coletividade que a sustenta.

Esse mecanismo de controle evidencia-se, por exemplo, nas práticas de exclusão e rejeição, nas quais enunciados considerados inassimiláveis são classificados como heresias, demonstrando que a ortodoxia não é um desvio, mas elemento constitutivo das estruturas doutrinárias. Assim, a doutrina não apenas define os limites do dizer, mas também reforça vínculos de pertencimento social, político e econômico, evidenciando a apropriação social dos discursos e sua utilização como instrumentos de poder e diferenciação na organização das relações sociais. Para Foucault (1970, p. 59):

De sorte que o tênue deslocamento que se propõe praticar na história das ideias e que consiste em tratar, não das representações que pode haver por trás dos discursos, mas dos discursos como séries regulares e distintas de acontecimentos, este tênue deslocamento, temo reconhecer nele como que

uma pequena (e talvez odiosa) engrenagem que permite introduzir na raiz mesma do pensamento o acaso, o descontínuo e a materialidade.

Assim, relacionando a matéria jornalística e analisando os discursos, ressaltamos que a passagem revela uma visão otimista em relação à comercialização de terras rurais, sobretudo, um discurso legitimador da reprodução do capital por meio da propriedade fundiária. Afirma o autor do artigo (A cidade na selva. O Progresso, Andradina-SP, Natal, 1973, Especial de fim de ano, CDR): “A realização de um projeto como este dá muita dor de cabeça”, confessa Moura Andrade, “porém, uma vez realizado, torna-se ainda mais fascinante e só tem vontade de repetir a experiência. Poderíamos ter muitas outras Andradinas”; é o expansionismo desejado por Moura Andrade, e assim a semente para Nova Andradina foi lançada e, claro, observando atentamente, ressaltando a época em que os jornais eram meios propulsores de comunicação, afirmamos que as matérias jornalísticas certamente eram meios de propaganda dos empreendimentos da Empresa Moura Andrade S/A.

A fala de Moura Andrade, ao afirmar que “a realização de um projeto como este dá muita dor de cabeça [...], porém, uma vez realizado, torna-se ainda mais fascinante”, revela o esforço envolvido na implantação de seu modelo de colonização dirigida e a percepção de que o sucesso de empreendimentos como Andradina poderia ser replicado em novos projetos imobiliários. A declaração “poderíamos ter muitas outras Andradinas” sintetiza o desejo do empresário de transformar seu modelo fundiário em referência, associando a expansão urbana e rural à geração de riqueza por meio da valorização da terra.

Essa lógica está presente em diversas práticas colonizadoras do século XX, em que empresas privadas utilizaram o discurso do progresso e da modernização como instrumento de legitimação de seus projetos fundiários. O entusiasmo de Moura Andrade com a fascinação do feito e sua vontade de repetir a experiência reforçam o caráter empresarial da colonização dirigida, fundar cidades era, ao mesmo tempo, uma estratégia econômica e simbólica que articulava poder territorial, prestígio e capital.

Na mesma publicação de O Progresso, Andradina-SP, Natal, 1973, especial de fim de ano, Auro Soares de Moura Andrade escreveu sobre o pai, Moura Andrade, e demonstra como o empreendimento Andradina (figura 40) aconteceu nos conformes do sucesso pretendido, inclusive abrindo portas para outra cidade formada posteriormente pela Empresa Moura Andrade S/A no estado de Mato Grosso. A imagem traz a transcrição do artigo “Um sonho de imortalidade”, assinado pelo filho Auro Moura Andrade. O texto é uma homenagem a Moura Andrade, seu pai, e celebra a fundação de Andradina-SP como expressão de um ideal de civilização e progresso.

O artigo “Um sonho de imortalidade” revela o esforço de consolidar a memória de Moura Andrade como figura mítica da modernização do Brasil, a ideia de um sujeito transcendental. A narrativa do jornal valoriza a fundação de Andrada, em 1937, como gesto visionário, realizado “sob a égide da Cruz”, e associa a colonização à fé, ao sacrifício e à construção de um novo futuro para os brasileiros. Auro apresenta seu pai como pioneiro exemplar, dotado de coragem e espírito cívico, capaz de superar as adversidades da Segunda Guerra Mundial, a escassez de combustíveis e a precariedade da infraestrutura nacional. Trata-se de um discurso que exalta o projeto fundiário como ato heroico.

O texto articula a figura de Moura Andrade a um destino messiânico, comparando-o a líderes mundiais e evocando o mito da cidade ideal. Termos como “cidade da esperança” e “Canaan da selva” reaparecem nas narrativas desenvolvimentistas cristianizadas, nas quais progresso e fé caminham juntos. Ao homenagear o pai como homem de missão e visão, Auro Moura Andrade reafirma o papel da elite agrária e política no domínio do território, legitimando a posse da terra e a autoridade moral sobre ela. Revela-se a interseção entre o poder fundiário, o poder simbólico e o discurso memorialístico, servindo para tentar eternizar a imagem do colonizador benfeitor, mesmo que esse processo tenha se dado com base na exclusão de outros sujeitos históricos, como os povos originários.

Figura 40 - “Um sonho de imortalidade”: jornal O Progresso (1973)



Fonte: Jornal, O Progresso – 1973 - CDR.

A ocupação das margens da ferrovia Noroeste do Brasil é apresentada como resposta à precariedade dos “povos que se improvisam”, sugerindo que a atuação das empresas colonizadoras, como a Moura Andrade S/A, viria não apenas suprir essa carência, mas realizar um projeto ordenado de modernização e desenvolvimento. Essa lógica revela visão profundamente funcional da terra, associada à ideia de que o valor do território está na sua capacidade de ser transformado em atividade produtiva sob a condução de empresários loteadores de terras com direcionamento a formação de cidades.

Ao posicionar Moura Andrade como figura central desse processo, o jornal legitima as atuações fundiárias e comerciais que avançaram sobre vastas áreas, muitas vezes por meio de alianças com o Estado e em detrimento de populações locais. O jornalismo regional da época, ao enaltecer tais empreendimentos, colaborava na valorização do modelo fundiário e imobiliário que Moura Andrade e outras empresas exerciam para obter renda sobre a terra, muitas vezes, a imprensa funcionou como agente de propaganda.

4.1 Disputas territoriais, influência política e conflitos emancipatórios

Analisaremos como Moura Andrade utilizou sua rede de contatos políticos para legitimar ocupações territoriais e fundar cidades. É fundamental compreendermos como o capitalista se apropriou da terra por meio de dispositivos jurídicos, políticos e simbólicos, reforçando a concentração fundiária. Essa abordagem permite situar Moura Andrade como agente de um processo mais amplo de acumulação capitalista, sustentado por discursos de progresso e desenvolvimento.

O processo de ocupação territorial promovido por Moura Andrade, tanto em Andradina-SP quanto em Nova Andradina-MT, esteve profundamente vinculado à lógica de reprodução do capital via apropriação da terra. Letícia Alves Leonardo (2025), em sua tese de doutorado, *Apropriação Capitalista da Terra nos Territórios dos Caiapó e dos Ofaié na Região do Bolsão (MS)*, aponta semelhanças estruturais com outras experiências de colonização, evidenciando a desapropriação de territórios tradicionalmente ocupados por povos indígenas e a transformação da terra em mercadoria.

A narrativa desenvolvimentista que posiciona Moura Andrade como colonizador omite disputas e resistências locais à sua atuação empresarial. O apagamento das presenças indígenas e camponesas, bem como a ocultação dos esbulhos fundiários, repete o padrão identificado por Leonardo (2025), o uso seletivo da memória para legitimar um passado idealizado de progresso.

Paralelamente, constrói-se um Estado que atua como garantidor da ordem fundiária capitalista, frequentemente em articulação com oligarquias regionais.

A narrativa da terra vazia, recorrente nos discursos de ocupação, configura-se como invenção política sustentada pela exclusão deliberada de sujeitos e histórias. A atuação de Moura Andrade, ao fundar cidades e organizar loteamentos, insere-se nessa lógica, promovendo a urbanização como instrumento de valorização da terra. Como afirma Leonardo (2025, p. 43):

Isto posto, as terras da região, antes de serem doadas a algum santo, eram do Estado ou de alguma etnia indígena, tendo sido apropriadas pelos migrantes, formadores de grandes posses e depois, cercadas pelos que possuíam o conhecimento jurídico da propriedade capitalista da terra e os meandros do poder, por vezes usando a burla da lei. Eram, portanto, terras públicas e de indígenas que hoje reproduzem a lógica capitalista, de terra como mercadoria e negócio.

A partir dessa constatação, é possível aprofundar a análise da lógica de apropriação fundiária que também perpassa a atuação de Moura Andrade. Leonardo (2025) ressalta que, antes de serem apropriadas por particulares, essas terras pertenciam ao Estado ou a etnias indígenas, sendo posteriormente cercadas por aqueles que detinham o domínio do aparato jurídico da propriedade privada capitalista. Essa observação dialoga diretamente com a estratégia de Moura Andrade, que, ao atuar como empreendedor fundiário no interior paulista e sul-mato-grossense, utilizou mecanismos legais e políticos para legitimar a posse de vastas áreas de terra.

A lógica capitalista que permeia esse processo está na transformação da terra em mercadoria. Tal como observa Leonardo (2025), a posse legal da terra se deu por relações de poder que favoreceram grandes proprietários. Moura Andrade, ao fundar cidades como Andradina e Nova Andradina, acumulou terras como meio de produção agropecuária e, sobretudo, demonstrou que seu capital econômico e político viabilizou a reprodução ampliada do capital a partir da valorização do território.

Segundo Martins (1981), é improvável compreender as características do mundo rural brasileiro sem reconhecer a expansão do capitalismo no campo. As ciências sociais vêm buscando entender essa relação, investigando desde os impactos ambientais e as migrações campo-cidade até a exploração dos povos originários. Nesse contexto, a presença e atuação dos grandes latifundiários, como Moura Andrade, revelam-se centrais.

Podemos afirmar que, desde os anos 1920, Moura Andrade esteve alinhado à lógica de apropriação da terra como fonte de renda capitalista. No entanto, ao final da década de 1930, a criação de cidades, loteamentos e infraestrutura não visava apenas o progresso, mas funcionava

como instrumento de valorização fundiária e expansão patrimonial. Leonardo (2025) evidencia, ao estudar a região do Bolsão (MS), como o processo de apropriação de terras envolveu alianças entre o poder público, especialmente em Mato Grosso, e as oligarquias rurais.

Esse processo, segundo ela, nem sempre foi legal ou transparente, sendo, muitas vezes, viabilizado por brechas jurídicas nas quais as elites locais e rurais transformaram terras públicas e indígenas em propriedades privadas oficialmente reconhecidas. Assim, o que era bem público ou coletivo foi incorporado à lógica do capital, transformando-se em mercadoria que gera renda, pode ser vendida, loteada e explorada economicamente, reforçando o poder da classe proprietária e aprofundando a desigualdade fundiária.

A autora aponta que esse processo histórico, ainda que legitimado juridicamente, foi sustentado por relações de poder desiguais e práticas oportunistas que beneficiaram uma elite econômica. Portanto, é fundamental analisar as leis de criação dos municípios nos arredores de Nova Andradina, entendendo que a formação de cidades e suas emancipações municipais ocorreram por meio de articulações políticas e interesses de grupos dominantes.

Frequentemente, os proprietários de empresas colonizadoras e loteadoras afirmavam não ter recebido apoio financeiro direto de políticos. Contudo, mesmo sem aporte monetário, muitas vezes seus empreendimentos foram beneficiados com isenções fiscais, anuências estaduais para demarcação de terras e facilidades legais para a escrituração fundiária.

Desta feita, o texto de Antonio (2015 e 2023), com base em autores como Moreno (1999, 2007) e Vasconcelos (1986), demonstra com clareza como no Mato Grosso, especialmente a partir da Constituição de 1946, assumiu-se papel ativo na concessão de terras públicas a particulares, estruturando legal e institucionalmente o processo de colonização dirigida por empresas privadas. A criação do Departamento de Terras e Colonização (DTC) e da Comissão de Planejamento e Produção (CPP) evidencia a centralidade do planejamento estatal na organização fundiária e na política de ocupação territorial.

Entretanto, sobretudo durante o Governo de Fernando Corrêa da Costa (1951–1956), aconteceu a flexibilização legal dessas políticas em benefício da grande propriedade fundiária. A promulgação da Lei nº 461/1951, que autorizava a contratação de empresas privadas para fins de colonização, resultou na venda massiva de terras devolutas sem critérios rígidos de efetiva ocupação produtiva. Ao invés de cumprir a função social da terra, como preconizado no discurso oficial, muitas dessas áreas foram incorporadas ao mercado fundiário como reserva especulativa, reforçando a concentração da terra e sua mercantilização. Afirmo Antonio (2015, p. 51):

Compreende-se a preferência pela colonização particular, também pelo fato do governo mato-grossense ter utilizado terras públicas como moeda de troca no jogo de interesses político-partidário e econômico, cuja prática intensificou-se durante a década de 1950. Essas terras serviram de premiação ou pagamento de favores políticos nas disputas eleitorais. [...] Assim, a década de 1950 e os primeiros anos de 1960 ficaram marcados pela intensiva venda de terras devolutas e a atuação de empresas colonizadoras no sul de Mato Grosso.

A opção de governantes no estado de Mato Grosso pela colonização particular, conforme indicado por Antonio (2015), revela uma escolha política estratégica, decorrente da escassez de verbas públicas para projetos de reforma agrária ou colonização dirigida e dos interesses das classes dirigentes, também proprietárias fundiárias, como os Correia da Costa. De acordo com o autor, a declaração de José de Mello e Silva, que atuou como juiz de direito no Território Federal de Ponta Porã, evidencia que a ausência de investimento estatal abriu espaço para que empresas privadas, exemplificamos, como a de Moura Andrade, assumissem o protagonismo na ocupação territorial, alinhando interesses públicos e privados à lógica da valorização.

Lenharo (1986b) observa que Estado, política, classes dominantes e capitalismo sempre caminharam juntos na formação do Brasil. Ao nos utilizarmos da leitura de Marilena Chaui (1978), e ainda com base em Lenharo (1986b), apresentamos uma crítica ao Estado brasileiro, que não se constituiu a partir das classes sociais, mas antecede as estruturas de cima para baixo. O Estado, nesse contexto, é o sujeito histórico do país, organizando e moldando a sociedade conforme os interesses das classes dominantes.

A ideia de “vazio político” e “vazio demográfico”, tão comum nos discursos, revela o papel do Estado como agente ativo na ocupação e organização territorial, muitas vezes em favor das elites. Assim, os empresários operam sob a narrativa da “nacionalização pelo capital”, alinhando-se à retórica de uma “Pátria-família” para justificar seus empreendimentos e consolidar seus interesses. De acordo com Lenharo (1986b, p. 20):

Acresce que a expansão desmesurada do Estado é percebida também pela sua função modernizadora. O capitalismo brasileiro, atrasado, tardio ou desigual e combinado face ao capitalismo internacional, requeria um agente histórico capaz de suprir as ausências das forças sociais incipientes. Por isso mesmo, fica implícito que o Estado assume o papel de sujeito histórico porque a luta de classes não chega a exprimir-se de maneira suficientemente nítida no interior da sociedade civil.

Dessa forma, observamos a origem autoritária do Estado brasileiro, atuando como instrumento de dominação de classe, ainda que se apresente como representante da nação. Sua

estrutura organiza a sociedade de maneira funcional ao capital, mascarando os conflitos sociais sob o discurso da unidade nacional. Essa crítica aponta para a falsa neutralidade do Estado, que centraliza o poder político e econômico sob a justificativa da ordem e do progresso. Embora seus discursos enfatizem a união entre as classes, na prática, o Estado reforça a separação entre dominantes e dominados, promovendo uma forma de integração funcional ao capitalismo.

Nesse contexto, Moura Andrade soube se beneficiar do cenário desenvolvimentista dos anos 1950 no Brasil para consolidar seus empreendimentos fundiários e fundar a terceira cidade vinculada a seus projetos imobiliários. Após adquirir terras e colocar em funcionamento os planos de urbanização e loteamento rural, a necessidade passou a ser a fundação e a emancipação de Nova Andradina. Para isso, contou com articulações políticas em diferentes esferas, envolvendo o governo do estado de Mato Grosso, lideranças políticas regionais e a atuação de seu filho, Auro Soares de Moura Andrade, no Congresso Nacional enquanto Senador da República.

Moreira (2015), em sua dissertação *Por Uma Nova História da Emancipação Político-Administrativa do Município de Batayporã-MS (1953–1964)*, relata que, desde 1953, tramitavam propostas na Assembleia Legislativa de Mato Grosso visando à elevação de Batayporã⁶³ à condição de distrito. Esse fato indica que as terras pertencentes a Jan Antonin Bata abrigavam população significativa, e o Projeto de Lei nº 150/53, apresentado pelo Deputado Manoel Oliveira Lima, buscava legalizar essa condição político-administrativa. Ressalta Moreira (2015, p. 64):

Em justificativa, Lima afirma que: ‘[...] na área pleiteada para o novo distrito de Bataiporã existem mais de duas mil pessoas, das quais cerca de duzentas residem na sede, onde já se encontram cerca de quarenta casas. A renda anual arrecadada na área acima falada, orça em cerca de Cr. \$10.000,00 (dez mil cruzeiros)’.

A maioria dos residentes nas terras de Jan Antonin Bata, cerca de 90%, vivia na zona rural, com grande número de trabalhadores atuando na fazenda Primavera, de propriedade de Moura Andrade. O texto de Moreira (2015) esclarece que alguns moradores negavam esse quantitativo de habitantes nas terras da Companhia Viação São Paulo/Mato Grosso de Jan Antonin Bata, sugerindo que o deputado Manuel Lima buscava evitar conflitos com o Artigo 79⁶⁴ da Constituição do Estado de Mato Grosso.

⁶³ As sedes dos municípios de Batayporã e de Nova Andradina distanciam-se a aproximadamente 10 km.

⁶⁴ Artigo 79 § 2. °- A criação do distrito dependerá das seguintes condições: a) População mínima de 1.500 habitante; b) Renda anual nunca inferior a cinco mil cruzeiros; c) Mínimo de trinta moradas, na sede; d) Delimitação prévia dos quadros urbanos e suburbanos da sede.

Situação semelhante ocorreu em relação a Anaurilândia. Ainda no ano de 1953, o mesmo deputado estadual apresentou o Projeto de Lei nº 152/53, propondo a elevação do povoado à categoria de distrito, utilizando-se dos mesmos dados populacionais. Para Moreira (2015), a criação do distrito de Batayporã implicaria a desvinculação dessa área do município de Rio Brilhante, passando a integrá-la ao município de Bataguassu, então o mais próximo da sede de Batayporã. As empresas loteadoras de ambos os povoados pertenciam a Jan Antonin Bata. Como destaca Moreira (2015, p. 65):

Conforme os anos foram passando, pessoas de diversas regiões do país passavam a saber do então Sul de Mato Grosso e, atraídas pela boa qualidade das terras, migravam em busca de novas oportunidades de vida. Assim, os espaços ocupados até então por mata virgem passaram a ser desmatados e, em poucos anos, já havia diversas casas. O que era um simples vilarejo passava a ter vida política própria.

A partir do texto de Moreira (2015), é possível percebermos que a intenção de desmembramento político-administrativo de Batayporã gerou intensas disputas e tensões locais, que não podemos analisar apenas sob a ótica da administração pública ou da burocracia. A atuação da empresa Moura Andrade S.A. desempenhou papel central nesse processo, influenciando diretamente as decisões políticas da região e evidenciando o quanto o poder foi determinante nos desdobramentos institucionais.

Segundo Moreira (2015), o processo de emancipação não foi isento de conflitos. O autor destaca que as disputas envolviam interesses políticos e eleitorais, bem como econômicos e simbólicos. A empresa de Moura Andrade, ao deter o controle territorial e patrimonial sobre extensas áreas, inclusive dentro do perímetro urbano, teve influência decisiva na condução dos debates sobre o desmembramento. Isso revela a complexa articulação entre o poder econômico, o domínio da terra e a capacidade de interferência nas estruturas políticas.

A narrativa presente no texto evidencia que a tentativa de emancipação de Batayporã enfrentou resistências e tensões, especialmente porque a criação de novos municípios implicava uma reconfiguração do controle político regional, ameaçando os interesses consolidados pela Empresa Moura Andrade S.A. O empresário, ao controlar o acesso à terra, à infraestrutura e à própria legitimidade do projeto colonizador, impunha condições para que o desmembramento ocorresse segundo seus interesses.

A análise de Moreira (2015), portanto, permite compreender que o processo de emancipação de Batayporã esteve atravessado por disputas políticas fortemente influenciadas pelo poder empresarial e fundiário do proprietário da Empresa Moura Andrade S.A. Ao articular seu projeto de colonização com os interesses políticos regionais, a empresa interferiu

diretamente nos rumos administrativos da região, revelando como a formação de municípios no interior do Brasil pode estar profundamente imbricada nas estratégias de reprodução do capital e de consolidação de poderes.

Para fundamentar essas afirmações, Moreira (2015) realizou pesquisas no Instituto Memória do Poder Legislativo, localizado na Assembleia Legislativa do estado de Mato Grosso, onde identificou documentos que confirmam a existência de disputas políticas relacionadas à posse e ao domínio territorial. Fica evidente, assim, que o poder político de Moura Andrade impôs barreiras à emancipação de Batayporã, mesmo quando a Constituição permitia tal realização. Como ressalta Moreira (2015, p. 67):

Ao iniciar o levantamento, o primeiro documento solicitado foi o Projeto de Lei da criação do município de Nova Andradina, uma vez que esse município foi o primeiro a se desmembrar de Bataguassu. Um dos arquivistas trouxe a pasta com o Projeto de Lei nº 187/1958, de autoria do deputado Martinho Marques (UDN). Esse documento foi uma grande surpresa, pois, nesse projeto, Marques solicitava a criação de três municípios: Nova Andradina, Batayporã e Anaurilândia.

Moreira (2015) aponta que o Projeto de Lei nº 187/1958, de autoria do deputado Martinho Marques (UDN), tinha como objetivo criar novos municípios a partir dos distritos de Anaurilândia, Batayporã e da Vila de Nova Andradina. Inicialmente, não houve resistência por parte do Poder Executivo ou do Legislativo municipal de Bataguassu, ao qual esses distritos pertenciam.

Entretanto, o andamento tranquilo do projeto foi interrompido quando o deputado Clóvis Hugueney (PSD) apresentou uma emenda propondo a exclusão de Batayporã do processo de emancipação. Tal ação revela que, apesar do aparente consenso, havia disputas políticas latentes, especialmente em relação a Batayporã, cuja área estava diretamente vinculada à atuação da Empresa Moura Andrade S/A, por meio da fazenda Primavera.

A tentativa de retirar Batayporã do projeto evidencia tensões entre diferentes grupos políticos, que enxergavam na emancipação uma possível redistribuição do poder territorial e econômico. Essa manobra pode ser interpretada como estratégia para manter o domínio fundiário e político da Empresa Moura Andrade S/A na região, retardando sua autonomia administrativa. O episódio ilustra como a política fundiária e os interesses empresariais influenciavam diretamente decisões legislativas sobre a organização das cidades no estado.

A divisão entre os parlamentares demonstra que havia defensores e opositores da emenda, revelando agitação política em torno da emancipação de Batayporã. A atuação de

Clóvis Hugueney, nesse contexto, rompeu o consenso inicial e expôs disputas mais profundas nas articulações políticas da época.

A emenda de Hugueney, ao propor a retirada de Batayporã do Projeto de Lei nº. 187/1958 revelou a atuação indireta, porém estratégica, de Moura Andrade nas negociações que envolviam o desmembramento de áreas e distritos que naquele tempo pertenciam ao município de Rio Brilhante. Embora formalmente apresentada por Hugueney, há indícios de que a proposta tenha sido motivada por solicitação do próprio Moura Andrade, possivelmente com a mediação de um deputado federal de nome Amaral.

Essa articulação demonstra a influência e a relação significativa de Moura Andrade nos poderes legislativos estadual e federal, mobilizando aliados para moldar a organização territorial conforme seus interesses. Segundo Moreira (2015), mesmo sem registros explícitos de barganhas políticas, a insistência de Hugueney na criação exclusiva do município de Nova Andradina sugere uma possível contrapartida. A intervenção reforça a ideia de que a emancipação de áreas sob influência da Empresa Moura Andrade S/A foi conduzida por interesses voltados à manutenção do controle⁶⁵.

Na tentativa de persuadir a Assembleia Legislativa, Hugueney argumentou que Moura Andrade já havia empreendido com êxito no interior paulista, sendo responsável pela fundação de Andradina. Esse discurso remete à análise de Monbeig (1984), que destaca o simbolismo de uma empresa fundar mais de uma cidade. A escolha do nome “Nova Andradina” expressa a intenção de vincular as duas cidades a um mesmo colonizador, conferindo continuidade ao projeto fundiário.

Quanto à fazenda Primavera, situada em área territorial do Distrito de Batayporã, (2015) observa que, embora possa ter havido alguma cooperação entre as colonizadoras, “Moura Andrade pouco fez nas terras da Companhia Viação São Paulo/Mato Grosso” (Moreira, 2015, p. 74). A única benfeitoria registrada foi a abertura de uma estrada de aproximadamente 65 km ligando a fazenda Baile à fazenda Primavera, ambas de sua propriedade.

Na prática, a impossibilidade de fundar uma cidade na fazenda Primavera levou Moura Andrade a projetar Nova Andradina nas terras da fazenda Baile. Apesar da infraestrutura existente na Primavera, ela permaneceu apenas como base logística para o escoamento da

⁶⁵ O texto de Moreira (2015) ressalta os discursos de deputados estaduais, favoráveis ou contrários à emancipação apenas de Nova Andradina, deixando Batayporã para momento posterior. A análise do autor sobre os discursos certamente nos permite realizar estudos futuros sobre as relações de poder que envolvem o Estado, os latifundiários, a apropriação da terra e os interesses que os políticos inserem em suas projeções.

produção e outras atividades, enquanto a fazenda Baile se tornou o núcleo do projeto urbano e imobiliário.

Esse contexto revela que o poder de Moura Andrade foi decisivo para as alianças políticas firmadas em níveis estadual e federal, fundamentais para a apropriação e regularização das terras. No Brasil, a histórica aliança entre os setores público e privado tende a favorecer grandes latifundiários, frequentemente por meio de acordos tácitos. Além dos benefícios econômicos, havia implicações políticas, fazendas como as de Moura Andrade funcionavam como comunidades autossuficientes, cujos trabalhadores representavam mão de obra barata e também força eleitoral significativa.

No caso de Batayporã, a população residente na fazenda Primavera era expressiva. De acordo com relato de Maria de Lourdes Romero, citado por Moreira (2015), o número de eleitores era suficiente para justificar a emancipação. No entanto, se isso ocorresse, as terras da fazenda de Moura Andrade passariam a integrar o município idealizado por Jan Antonin Bata, o que contrariava os interesses da Moura Andrade S.A.

Moreira (2015) também registra o depoimento de Fernando Andrade Prado, neto de Moura Andrade, que ressaltou a importância econômica da fazenda, principalmente na geração de impostos sobre circulação de mercadorias. Caso Batayporã fosse emancipada, essa arrecadação passaria ao novo município. Assim, a fundação de Nova Andradina, em 1958, antecedeu estrategicamente a de Batayporã, cuja emancipação foi adiada (1963). Mesmo após a morte de Moura Andrade, em 1962, sua influência ainda era suficientemente forte para dificultar a criação do novo município. Outra vez, afirma Moreira (2015, p. 85):

Antônio Joaquim de Moura Andrade fez o que foi possível para impedir que Batayporã fosse elevado à categoria de município, uma vez que a renda gerada no então distrito de Batayporã era muito boa e, caso fosse desmembrado, além da Fazenda Primavera ficar pertencendo ao município de Batayporã, a renda arrecadada ficaria no município.

Aqui colocamos em pauta o “poder simbólico” de Moura Andrade, um empresário/latifundiário que conseguiu obter influência nas regiões Sudeste e Centro-Oeste e, com isso, pôde interferir nos acontecimentos políticos. Assim, foi capaz de emancipar seu município, antecipando outra localidade que iniciou sua formação anteriormente a Nova Andradina, porém teve de enfrentar contendas em níveis legislativo e executivo, considerando que, com a criação de sua cidade, estava sobrepondo-se aos territórios de Batayporã, Anaurilândia e parte de Bataguassu, situação que obrigou o estado de Mato Grosso a dar nova redação no Diário Oficial para delimitar o município de Nova Andradina.

Dessa forma, afirmamos que a fundação de Nova Andradina se deu por critérios técnicos e administrativos, mas também por um forte poder econômico e político, articulado à construção de uma narrativa de progresso e modernização do interior sul-mato-grossense. Moura Andrade ocupava o espaço com suas fazendas e estrutura produtiva, moldava-o legitimando sua presença por meio de ações institucionalizadas e discursivas. A criação do município funcionava, nesse sentido, como marco de consolidação de seu poder, ao mesmo tempo em que servia como instrumento de valorização de seus ativos na região.

Esse protagonismo na fundação de cidades fortaleceu o *status* de Moura Andrade como figura emblemática do “bom colonizador”, aquele que “leva o progresso” para regiões supostamente desabitadas ou improdutivas. Trata-se de um mito sustentado por práticas políticas que envolviam diretamente sua atuação junto ao estado. A reconfiguração dos limites territoriais em 1959 evidenciava o rearranjo jurídico de divisas, assim como uma ação coordenada para garantir a supremacia fundiária e evitar a interferência de grupos concorrentes, como a Companhia de Viação São Paulo/Mato Grosso, de propriedade de Jan Antonin Bata. Tais embates silenciosos revelavam a complexidade dos processos de criação municipal, nos quais o traçado do mapa resultava, muitas vezes, de disputas entre corporações privadas com forte inserção política.

Silva e Silva (2022) destacam como a política, em todas as suas dimensões, está profundamente entrelaçada com disputas ideológicas e interesses de grupos específicos, especialmente no que se refere à posse da terra. No contexto do atual território de Mato Grosso do Sul, os autores mostram que a ocupação das terras sempre foi um processo politicamente orientado, ou seja, o estado teve papel ativo ao beneficiar certos grupos sociais, geralmente os econômica e politicamente mais influentes.

Assim, a atuação estatal não é neutra, constitui ferramenta por meio da qual elites garantem seus interesses, especialmente aqueles relacionados à terra, ponto central para a acumulação de capital no campo. Essa análise reforça a ideia de que os processos de colonização e expansão fundiária foram guiados por alianças entre o capital privado e o poder público, algo que se relaciona diretamente com a atuação de figuras como Moura Andrade na região. Afirma Silva e Silva (2022, p. 64), analisando o antigo sul de Mato Grosso:

Com o ingresso de grupos monopolistas sediados em São Paulo, adquirentes de terras e incrementadores da criação dos rebanhos, além da viabilização dos meios de transporte, em especial a ferrovia, estabeleceu-se um novo canal de expansão do capital imperialista, com o transporte do gado vivo para abate em frigoríficos de São Paulo.

Entendemos que o domínio da terra e do capital se consolida politicamente, revelando uma lógica de poder baseada na concentração fundiária, influência econômica e sucessão político-familiar. Esse padrão se manifesta com nitidez na atuação de Moura Andrade, que, ao fundar Nova Andradina, articulou poder econômico (via latifúndios, frigorífico e empresa colonizadora) com apoio político direto do E/estado. Como mostra Silva e Silva (2022), o governo mato-grossense nos anos 1950, especialmente sob Fernando Corrêa da Costa⁶⁶, favoreceu a colonização privada com venda de terras devolutas a grandes empresários, como a Moura Andrade S/A, consolidando aliança entre elites fundiárias e o estado.

Além disso, a expansão da ferrovia, o transporte de gado e a conexão com frigoríficos paulistas ampliaram a presença do capital monopolista no sul de Mato Grosso, como afirmou Silva e Silva (2022). Esse processo resultou na centralização fundiária e na construção da imagem de Moura Andrade como benfeitor. A emancipação de Nova Andradina, em 1958, foi consequência direta desse poder articulado, com respaldo político, econômico e simbólico para legitimar a concentração de terras e capital nas mãos de poucos.

Nesse contexto, o Estado operava como mediador e, cúmplice das estratégias de Moura Andrade. A criação de Nova Andradina significava a emancipação de um novo município e a formalização de um projeto político-empresarial com respaldo estatal. O uso do espaço era planejado para atender à lógica da valorização fundiária e da reprodução do capital, tendo a urbanização como vetor fundamental. Neste ponto, torna-se pertinente dialogar com Roger Chartier (2011), ao enfatizar que as representações refletem uma realidade, constroem e organizam. Entendemos por meio do autor, que a representação é um dispositivo que articula a presença e a ausência, que torna visível o invisível e impõe sentidos que se pretendem naturais (Chartier, 2011, p. 17).

A atuação de Moura Andrade inscreve-se nessa lógica ao apresentar-se como fundador, visionário e promotor do desenvolvimento, ele cria uma representação de si mesmo que mascara os conflitos, as exclusões e os interesses econômicos por trás da fundação de Nova Andradina. Tal imagem não é espontânea, é construída socialmente, mobilizando símbolos, discursos e alianças institucionais para naturalizar a apropriação territorial como ato de benevolência. Além disso, a presença de Moura Andrade no centro do processo político revela uma capacidade de articulação que ia além do âmbito regional.

⁶⁶ Recomendamos a atenta leitura da dissertação de Silva e Silva (2022), “Família, Terra e Poder Oligárquico em Mato Grosso do Sul: Legalização do Grilo, Violência e Expropriação Indígena no Território Terena”, para devida análise das relações de política, poder e oligarquia nas terras mato-grossenses e como essa perspectiva formou os grandes latifúndios, sobretudo, coordenou a permanência de famílias na elite política do estado.

A interferência nas definições territoriais, a reconfiguração dos marcos legais e a aliança com figuras do legislativo demonstram que seu poder extrapolava a figura do grande proprietário rural e alcançava a condição de sujeito político de peso. Seu capital simbólico, construído sobre a imagem de empreendedor visionário, servia de moeda de troca para obtenção de apoio institucional e legitimação pública.

Portanto, a criação de Nova Andradina deve ser compreendida como parte de uma estratégia mais ampla de consolidação do domínio e poder de Moura Andrade. O município surgia como necessidade administrativa, artefato desse poder, moldado para fortalecer a posição do colonizador dentro da lógica fundiária e do projeto desenvolvimentista nacional. Conforme Chartier (2011) nos alerta, as representações, inclusive as geográficas, políticas e históricas são instrumentos de dominação simbólica, por meio dos quais certos grupos impõem sua versão do passado e do espaço social como se fossem verdades incontestáveis.

4.2 O capital como fomento e a terra como renda

O capital na frente pioneira é resultado de ação articulada entre empresas loteadoras de imóveis e os diversos incentivos promovidos pelo Estado. É fundamental que ideias e ideais sejam unificados para que a população assimile os interesses dos agentes fomentadores do capital e de um Estado que busca denominar como desenvolvimento a ocupação de terras consideradas vazias, a exploração de recursos naturais e a suposta proteção das fronteiras.

Com Martins (1995), entendemos que o Estado desenvolvimentista se configurava como o principal facilitador para que as classes dominantes legitimassem e consolidassem seus projetos. Em *Microfísica do Poder*, Foucault (2021) contribui para compreendermos o “não saber que não se sabe”. O autor aponta que a noção jurídico-política não está acessível a todos; por isso, aqueles que a dominam utilizam-se de metáforas e estratégias discursivas que ocultam o explícito por meio do implícito. Existe, assim, uma espécie de interdição do saber, que mantém os dominantes no poder com o respaldo do Estado, enquanto os dominados aderem ao discurso acreditando fazer parte de um grupo ao qual, na realidade, não pertencem. Para Foucault (2021, p. 251):

Reprovaram-me muito por essas obsessões espaciais, e elas de fato me obcecaram. Mas, por elas, creio ter descoberto o que no fundo procurava: as relações que podem existir entre poder e saber em termo de região, de domínio, de implantação, de deslocamento, de transferência, pode-se aprender o processo pelo qual o saber funciona como um poder e reproduz os seus efeitos. Existe uma administração do saber, uma política do saber, relações de poder que passam pelo saber e que naturalmente, quando se quer descrevê-las, remetem àquelas formas de dominação a que referem noções, como campo, posição, região, território.

Desta forma, apanhamos a ideia de Foucault (2021) para que compreendamos como as relações de poder e conhecimento se entrelaçam, ainda que saibamos que ambos existem, são dados à sociedade de formas e condições distintas. O poder sentido pelas massas destoa do que realmente é, haja vista, aqueles que têm o poder não permitem que a sociedade como um todo perceba a mão e seu peso, fazem em doses homeopáticas para que o trabalhador não se sinta tão explorado, por isso, o conhecimento de quem tem o poder é diferente de quem sofre com ele.

No texto de Foucault (2001), *As verdades e as formas jurídicas*, notamos que o conhecimento é apresentado como algo da ordem do resultado, do acontecimento, do efeito. Em termos mais claros, aqueles que estão alinhados às formas jurídicas do Estado, ao poder econômico e simbólico e às suas representatividades fazem com que o conhecimento facultado chegue ao trabalhador de modo perspectivo, limitado por condições que impedem o ser em si de perceber que está sendo explorado. Por isso, “se quisermos realmente conhecer o conhecimento, saber o que ele é, aprendê-lo em sua raiz, em sua fabricação, devemos nos aproximar, não dos filósofos, mas dos políticos; devemos compreender quais são as suas relações de luta e poder” (Foucault, 2001, p. 23).

Entre os anos de 1930 e 1960, Moura Andrade, enfatizava as políticas exercidas pelo Estado e o quanto essa relação era fundamental para o progresso e o desenvolvimento do Brasil. No entanto, é essencial compreendermos, a partir de Foucault (2001; 2021), que essas relações se entrelaçam aos interesses de transformar a terra em possíveis formas de obtenção de renda.

A partir dos textos de Foucault (2001; 2021), é pertinente mobilizar a reflexão quando se identifica uma administração do saber vinculada a estratégias de dominação territorial, nas quais o saber não apenas reflete o poder, mas o constitui e o reproduz. Quando Foucault (2021) afirma que o saber opera em termos de região, de domínio, de implantação, ele revela como o conhecimento técnico, estatístico e cartográfico, aparentemente neutro, serve para legitimar intervenções espaciais e políticas.

No caso da fundação das cidades projetadas por Moura Andrade, observamos nitidamente esse entrelaçamento entre saber e poder, que se alinha ao discurso desenvolvimentista do Estado, apresentando-se como agente do progresso, ao mesmo tempo em que territorializa esse saber na forma de mapas, divisões legais, loteamentos e planos urbanos. Essa articulação entre discurso técnico e prática fundiária evidencia uma política do saber em favor dos interesses privados do colonizador, que dissimula o projeto de acumulação por meio de narrativas de modernização.

A maior parte da população convivente com os ideais de Moura Andrade, composta por trabalhadores rurais, sitiantes e pequenos comerciantes, não tinha acesso ao saber técnico-científico nem aos instrumentos jurídicos que orientavam a ocupação do território. A ausência do conhecimento sobre o funcionamento da política fundiária impedia a percepção sobre o papel desempenhado por ele. Assim, o colonizador era naturalizado como benfeitor, quando, na verdade, operava sob uma racionalidade empresarial voltada à valorização da terra e à captura do excedente. Foucault (2021) ajuda a compreender que a dominação simbólica e territorial não se sustenta apenas por meios econômicos ou jurídicos, mas também pela produção e pelo controle dos saberes que organizam o espaço e determinam quem tem o direito de nele intervir.

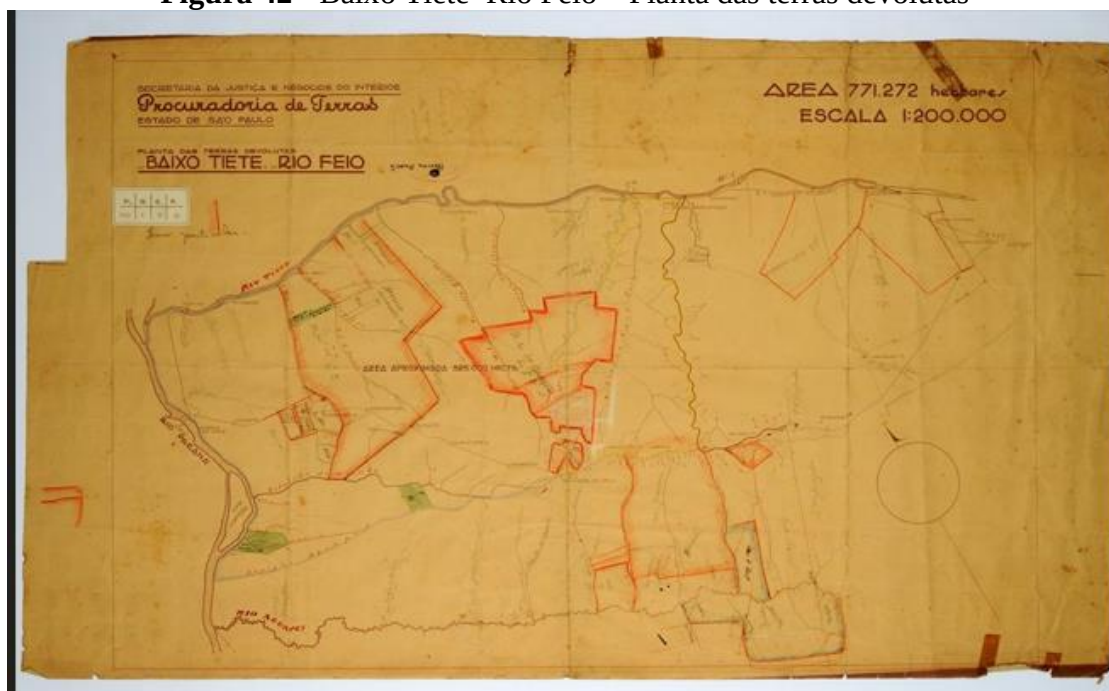
Nesse contexto, o Estado brasileiro atuou como mediador institucional e como cúmplice ativo do projeto, operando sob racionalidade política que favorecia os interesses dos grandes proprietários em detrimento das populações mais simples. A criação de municípios revelava-se, assim, como resultado de um arranjo técnico-jurídico alinhado à lógica da acumulação capitalista no campo. Ao sancionar leis, redefinir limites territoriais e conferir legalidade às ocupações realizadas pela empresa de Moura Andrade, o Estado contribui diretamente para a consolidação de uma estrutura fundiária concentradora. Como percebemos, o poder se exerce por meio de dispositivos espaciais e de saberes administrados, transformando o território em um campo de dominação, em que Estado e capital se articulam para manter estruturas históricas e de poder.

Nesse sentido, utilizamos a figura 42 (mapa da Procuradoria de Terras do estado de São Paulo) para identificar possível área pertencente à Moura Andrade, representativa do patrimônio acumulado e, sobretudo, do poder econômico exercido pelo empresário, peculiarmente a partir dos anos de 1930. A imagem apresentada na figura 42 mostra o mapa das terras devolutas da região do Baixo Tietê, rio Feio. Este documento cartográfico não deve ser interpretado apenas como instrumento técnico de demarcação territorial, e sim como artefato para compreender a atuação de Moura Andrade na consolidação do poder ainda no estado de São Paulo.

A relação entre saber e poder, manifestada nas práticas de administração do espaço, nas tecnologias de controle e nos discursos que produzem e legitimam as hierarquias sociais, fica evidente. O mapa torna-se, assim, uma expressão concreta dessa racionalidade governamental que transforma o território em objeto de apropriação. Ao classificar amplas porções de terra como “devolutas”, ignorando o fato de que já eram habitadas por povos indígenas ou

comunidades tradicionais, o Estado apagava essas presenças e apresentava a região como vazia, pronta para ser ocupada. Foi nesse cenário que Moura Andrade se destacou, valendo-se de mecanismos oficiais para legitimar suas posses e impulsionar seus projetos de colonização e lucro, partindo do estado de São Paulo e, posteriormente, para Mato Grosso.

Figura 42 - Baixo Tietê–Rio Feio – Planta das terras devolutas



Fonte: Acervo Pessoal de Bob Siqueira, Andradina, SP

Observamos que a figura 42 apresenta o mapa da região do Baixo Tietê e rio Feio, elaborado pela Procuradoria de Terras do estado de São Paulo, vinculada à Secretaria da Justiça e Negócios do Interior. A carta tem escala de 1:200.000 e abrange uma área de 771.272 hectares, com destaque para as chamadas “terras devolutas” sob análise do poder público estadual. A cartografia aparenta ter sido confeccionada entre as décadas de 1930 e 1950, servindo como base técnica para processos de apropriação fundiária na região noroeste paulista.

O documento delimita, com traços em vermelho, diversas glebas ou lotes que compõem a “área aproximada de 585.000 hectares” no interior do mapa. Tais áreas encontravam-se demarcadas por divisas retas e curvas, denotando a tentativa de organização territorial em larga escala. O traçado dos rios Tietê e Feio está representado com linhas sinuosas em tinta escura, evidenciando a importância hidrográfica na configuração dos limites da região.

Embora o mapa não apresente coordenadas geográficas explícitas (latitude/longitude), sua localização corresponde à porção Oeste do estado de São Paulo, próxima à divisa com Mato Grosso (do Sul) e à margem esquerda do rio Paraná. A ausência de legenda detalhada e de

curvas de nível limita sua aplicação técnica, sendo utilizado neste trabalho apenas para fins históricos. Não obstante, ressaltamos que a representação cartográfica não possui precisão métrica para análises jurídicas ou fundiárias, mas é fundamental para compreendermos a lógica de ordenamento territorial operada pelo estado paulista em articulação com grandes proprietários rurais, como Moura Andrade. O documento evidencia a escala da ocupação planejada sobre terras públicas, legitimando por meio de registros oficiais a apropriação privada de vastas extensões de terra no interior paulista.

Consideramos que a apropriação dessas terras e sua posterior exploração por Moura Andrade não se limitaram a ações de cunho econômico ou administrativo. Elas envolveram também outras disputas, conforme destaca Bourdieu (2012), ao afirmar que o poder simbólico opera quando uma visão de mundo é imposta como legítima, de forma tão naturalizada que deixa de ser percebida como construção.

Nesse sentido, Foucault (2021) auxilia na complementação dessa análise ao demonstrar que o saber técnico, como mapas, estatísticas e registros oficiais, constitui formas de poder que organizam o território e definem quem tem o direito de ocupá-lo. A articulação entre o conhecimento técnico e o poder econômico transforma o território em espaço de geração de renda e de imposição. Moura Andrade, ao controlar vastas extensões de terra, operava por meio da produção de um discurso de ordem, progresso e racionalização territorial. Essa lógica é visível na maneira como se articulou ao Estado e à infraestrutura ferroviária para potencializar seus empreendimentos.

Conforme as narrativas orais coletadas, em especial de Stela Andrade Aik, neta do empresário, é possível compreender como a alteração do traçado da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB) esteve imbricada em uma confluência entre dificuldades técnicas e interesses particulares. Segundo Stela Andrade Aik (Entrevista realizada via WhatsApp em 23 de julho de 2025):

Você vai ver que ele [o traçado original] fica bem numa região muito alagada, era muito próximo, principalmente o trecho ali do Tietê. Quando o estado de São Paulo foi abrir a rodovia, essa região ali se chamava Lussanvira, que fazia divisa com as terras do Moura Andrade. [...] Era uma região muito alagada. E foi bem na época que o meu avô também estava abrindo a fazenda. Ele acabou tendo um relacionamento de cordialidade com os engenheiros das obras lá. E ele observou, ele sempre precisava estar acudindo trabalhadores, engenheiros, porque era uma região altamente afetada pela malária. E, além do que, quando eles iam colocando os dormentes para o trem da linha férrea, aquilo ia afundando, ia marejando água. Então, vendo essa situação, ele fez essa proposta, ele falou: porque vocês vão ficar aí dando murro em faca, como se diz.

Diante da suposta instabilidade do terreno, como é narrado pela neta, na região de Lussanvira) próxima a Pereira Barreto) e das adversidades enfrentadas pelos engenheiros, Moura Andrade propôs redirecionar o traçado da ferrovia para atravessar as terras altas da fazenda Guanabara, de sua propriedade. Para isso, ofereceu em doação as faixas laterais da área, facilitando tecnicamente a construção do novo trecho da linha férrea. Embora, ao que parece, a alteração não tenha ocorrido exclusivamente em função do Frigorífico Mouran, a mudança beneficiou diretamente suas propriedades, especialmente no que diz respeito à logística de escoamento da produção e à valorização dos arredores.

Adicionalmente, um entrevistado, que preferiu não ser identificado, relatou que seus pais, antigos moradores de Andradina, antes de migrarem para Nova Andradina, conheciam bem a narrativa sobre a mudança do traçado ferroviário. Segundo ele, “Moura Andrade ‘fez’ o governo desviar a NOB de Lussanvira (Pereira Barreto) para Andradina, alegando que a estrada ao lado do Tietê era foco de maleita⁶⁷. Daí o governo mudou para Andradina, o novo traçado”. Embora parcialmente convergente com o depoimento de Stela Andrade, essa fala suscita questões sobre os reais interesses envolvidos. Teria Moura Andrade atuado em nome da saúde dos trabalhadores e da viabilidade técnica do empreendimento, ou teria utilizado o argumento sanitário para favorecer a valorização de suas ações fundiárias e empresariais?

Nesse sentido, recorreremos à entrevista com o médico José Carlos Modesto, cuja narrativa dialoga diretamente com a de Stela Andrade, mas acrescenta elementos que ajudam a esclarecer o alcance da chamada “cordialidade” entre Moura Andrade e os engenheiros responsáveis pela obra. Enquanto Stela enfatiza o bom relacionamento mantido pelo avô, Modesto recupera percepções que atribuem a essa cordialidade um caráter mais amplo e pragmático, sugerindo práticas de negociação e alinhamento de interesses no processo de definição do trajeto ferroviário. Seu relato, estruturado em um monólogo marcado por detalhes e impressões pessoais, contribui para iluminar dúvidas e tensões que atravessam as interpretações sobre a atuação de Moura Andrade no episódio.

No entendimento de Modesto, o empresário teria pensado da seguinte maneira (Entrevista realizada em 09 de agosto de 2025):

⁶⁷ A expansão ferroviária pelo oeste paulista, sobretudo nas áreas próximas ao rio Tietê, encontrou na maleita, denominação popular da malária, um dos principais entraves ambientais à abertura dos trilhos. A atuação das frentes da Noroeste e da Sorocabana em regiões alagadiças favorecia a proliferação do *Anopheles*, gerando altas taxas de adoecimento, abandono de postos e necessidade constante de substituições de trabalhadores. Em determinados períodos, mais da metade dos trabalhadores ficava incapacitada, o que elevava custos, exigia deslocamento de acampamentos e provocava atrasos significativos nos cronogramas, especialmente durante as cheias do Tietê.

Como é que eu faço para fazer essa estrada de ferro vir para cá? Como tudo no Brasil precisa disso aqui, né? Ninguém faz nada, até hoje, né? Está no Congresso, no Senado, no STF, tudo precisa de compra. Muito bem. Aí ele falou, bom, deixa eu ver quem é que é o responsável por essa estrada de ferro aqui. Para falar com esse camarada, para fazer as coisas acontecerem. Aí ele ficou sabendo. Então quem é que procurou? Era um engenheiro chamado Marinos Lutz. Esse cara devia ser alemão, coisa lá da Europa, veio para cá com esse sobrenome aí. Não conhecia esse camarada, mas esse camarada era da maçonaria que eu pertenci lá em Andradina. Eu pertenço a essa maçonaria lá também e era da mesma loja. Tem até a foto dele lá do Marinos. Aí o Andrade falou, como é que eu faço para você fazer essa estrada de ferro passar aqui dentro desse lugar, desse espigão aqui? Depende. Depende. Depende. Aí o Andrade deu uma fazenda para ele em volta da cidade lá. Mais ou menos trezentos alqueires.

De acordo com Modesto, tal narrativa é recorrente entre os moradores antigos de Andradina, descrevendo como Moura Andrade teria conseguido alterar o traçado original da estrada de ferro para que esta atravessasse o núcleo urbano. O entrevistado observa que tais relatos circulam há décadas, transmitidos principalmente pelas gerações mais velhas, “os novos também não sabem de nada”, afirma (Entrevista realizada em 09 de agosto de 2025).

A fala de Modesto é reveladora porque evidencia a dimensão simbólica, econômica e fundiária do poder exercido por Moura Andrade, cuja capacidade de interferir no traçado da linha férrea teria produzido benefícios diretos às suas propriedades rurais e ao Frigorífico Mouran. Ainda que alguns neguem a existência de interesse pessoal no deslocamento dos trilhos, o resultado concreto favoreceu amplamente os empreendimentos do grupo e reforçou a valorização fundiária na região, convertendo infraestrutura pública em meio de expansão patrimonial. A suposta doação de aproximadamente trezentos alqueires⁶⁸ (cerca de 726 hectares) ao engenheiro responsável pela implantação dos trajetos da NOB, corrobora, inclusive com o depoimento de Stela Andrade sobre a “cordialidade”⁶⁹ atribuída ao avô, cordialidade marcada pelo entrelaçamento de favores, recompensas e reciprocidades⁷⁰.

⁶⁸ Ressaltamos que houve de nossa parte uma procura por sabermos da existência da fazenda de 300 alqueires possivelmente doada por Moura Andrade, contudo, uma pessoa afirmou saber desse acontecimento, porém, sem o conhecimento sobre a localização, enquanto outra pessoa desconversou o assunto e, preferimos não insistir para não perdermos a entrevista e o entrevistado.

⁶⁹ A palavra cordialidade, presente na narrativa de Stela Andrade Aik, remete ao capítulo V do livro *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda (1995). Nesse capítulo, o autor menciona as cordialidades existentes entre determinados grupos sociais e analisa como eles se relacionam com e por meio do Estado. Nessa conjuntura, aproveitam as alianças políticas para obter proveitos e benefícios, fomentando condições para que, posteriormente, retribuam os favores que lhes foram concedidos por meio do voto. Com o passar do tempo, o termo cordialidade passa a denotar a famosa frase conhecida por todos nós como o famoso “jeitinho brasileiro”.

⁷⁰ LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 7. ed., 1. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. No livro *Coronelismo, enxada e voto*, Victor Nunes Leal analisa o funcionamento do poder político no Brasil rural, sobretudo durante a Primeira República (1889–1930), evidenciando como a posse da terra e a fragilidade das instituições republicanas sustentaram relações de dependência e controle eleitoral. Ao demonstrar a articulação entre elites locais e o Estado, Leal revela que o

No monólogo⁷¹ de Modesto, expressões como “Como é que eu faço para trazer essa estrada de ferro para cá?” e a observação de que “como tudo no Brasil precisa disso aqui”, acompanhadas do gesto com as mãos ao esfregar os dedos, o que remete ao entendimento de dinheiro, grana, reforçam a percepção de que o desvio dos trilhos envolveu práticas de negociação informal e provável compra de facilidades.

Do mesmo modo, o diálogo citado, “como é que eu faço para você fazer essa estrada de ferro passar aqui dentro desse espigão? Depende, depende”, sugere um campo de barganhas no qual interesses privados e decisões técnicas se imbricavam de forma estratégica, independente. Nesse caso, se beneficiaria a construção dos trilhos em um terreno mais adequado para esse fim, ou para que os trilhos literalmente passassem na propriedade de Moura Andrade. O episódio, assim narrado, revela o chamado “jeitinho brasileiro” e a disposição do engenheiro estrangeiro em integrar-se à lógica local de troca de favores, estabelecendo relação mutuamente vantajosa com o proprietário da Companhia Moura Andrade S/A.

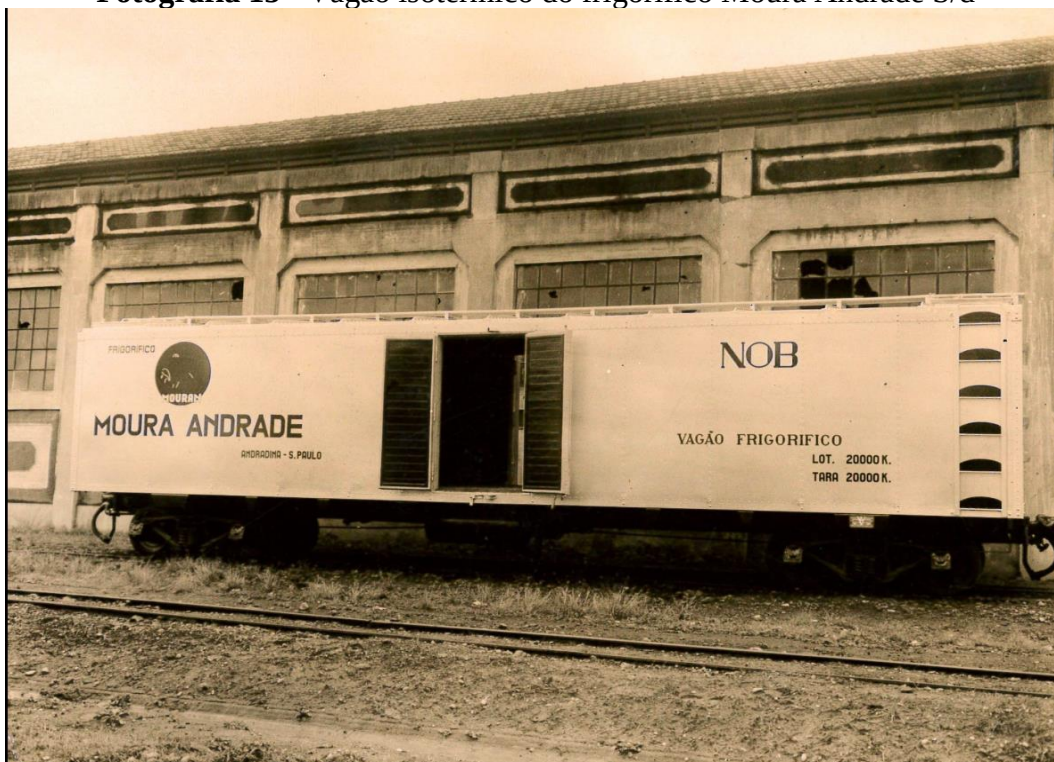
Essa ambiguidade revela tensão fundamental entre o discurso público do progresso e os interesses privados que, sob a aparência de racionalidade técnica, acabaram realmente reconfigurando o espaço conforme objetivos econômicos particulares. O caso da modificação do traçado da NOB, portanto, explicita o modo como Moura Andrade soube aliar-se às engrenagens do Estado e da engenharia para moldar o território de acordo com seus projetos.

A mudança no traçado teve repercussões que ultrapassaram os limites da infraestrutura ferroviária, consolidando-se como um dos pilares da valorização fundiária e da urbanização regional. A nova linha cortava o município, favorecendo o acesso direto ao centro da cidade e promovendo sua integração territorial e econômica. Além disso, Moura Andrade construiu um ramal ferroviário (fotografia 15) específico e particular que adentrava o frigorífico, permitindo a distribuição da carne por meio de vagões conectados diretamente à linha principal.

coronelismo constituiu uma engrenagem estrutural do poder, aspecto fundamental para compreender as formas históricas de dominação e apropriação territorial que dialogam diretamente com os objetivos desta tese.

⁷¹ PORTELLI, Alessandro. **O que faz a história oral diferente**. Projeto História, São Paulo, n. 14, p. 25–39, fev. 1997. A partir das reflexões de Alessandro Portelli (1995) sobre a História Oral, o monólogo de Modesto deve ser compreendido não apenas como relato factual, mas como construção de sentido, no qual memória, experiência e interpretação se articulam. As expressões utilizadas, os silêncios e as ambiguidades presentes na narrativa revelam menos uma descrição objetiva dos acontecimentos e mais a forma como os sujeitos atribuem significado às relações de poder, às negociações informais e às práticas cotidianas que envolveram a definição do traçado da ferrovia, evidenciando a dimensão simbólica e política da memória narrada.

Fotografia 15 - Vagão isotérmico do frigorífico Moura Andrade S/d



Fonte: Ferrovias & Trens. Facebook, s/d. Disponível em: <<https://www.facebook.com/ferroviasdrens1>>. Acesso em: 05 jan. 2026.

A imagem do vagão frigorífico, identificado com a logomarca Moura Andrade e a sigla da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB), e na frente dele discretamente se vê os trilhos, supostamente da NOB, ou do ramal construído por Moura Andrade –, evidenciam a conjugação entre propriedade fundiária, infraestrutura de transporte e atividade industrial que revela a racionalidade empresarial na conversão da terra em atividade produtiva, ampliando sua renda e influência regional e antecipando arranjos logísticos característicos daquele contexto, mas que podem ser observados na atual configuração do agronegócio brasileiro, em que a logística é fundamental para o escoamento.

Trata-se de um registro material da racionalidade capitalista que orientou a atuação de Moura Andrade, ao converter a terra, o gado e o transporte em um circuito produtivo integrado. A imagem revela, portanto, como a colonização dirigida e a fundação de cidades estiveram associadas à logística ferroviária, reforçando o papel do Estado como mediador e viabilizador da reprodução ampliada do capital no interior paulista e sul-mato-grossense. De acordo com Stela Andrade (Entrevista realizada via WhatsApp em 23 de julho de 2025):

O frigorífico foi construído em 1950. Já existia a cidade, além... O objetivo do frigorífico, claro, era abater o gado, que era a produção da fazenda Guanabara, e ele ficava, na verdade, sim, dentro das terras de Moura Andrade, porque a fazenda Guanabara pegava a totalidade do município, 22 mil alqueires iniciais.

Depois que ele loteou, parte para a cidade, o frigorífico fica praticamente na divisa entre a Fazenda Guanabara e a cidade. A parte urbana é bem perto da cidade. [...] Então, durante uma época, a economia da cidade dependia bastante do frigorífico. Depois a cidade foi crescendo, lógico, foram chegando outras indústrias e tudo, mas durante bastante tempo o frigorífico teve essa função. Ele não matava só o gado da fazenda dele, porque depois, com o loteamento da cidade e novas fazendas foram surgindo, foi vendendo também terras no entorno.

Stela ressalta o papel central do Frigorífico Mouran na configuração econômica e territorial de Andradina-SP. A fala evidencia que, embora a cidade estivesse formalmente constituída no momento da instalação do frigorífico em 1950, a fazenda Guanabara pertencente a Moura Andrade, ainda abrangia praticamente todo o município, com 22 mil alqueires iniciais (cerca de 106 mil hectares). A posterior fragmentação da fazenda para fins de loteamento urbano e rural reforçava o caráter estratégico da implantação do frigorífico, localizado na divisa entre a sede urbana nascente e o núcleo da fazenda. O frigorífico, nesse sentido, processava a produção pecuária da propriedade e impulsionava a economia da cidade, funcionando como eixo articulador de empregos, circulação de mercadorias e estruturação do espaço.

Não obstante, o pensamento de Stela evidencia como o frigorífico exerceu função para além da atividade industrial, integrou-se ao processo de formação urbana, consolidando-se como peça fundamental na dinâmica socioeconômica local. Outra vez, anotamos que, ainda que Stela não afirme que a linha férrea foi modificada diretamente para atender ao frigorífico, sua fala permite entender que a localização dentro da fazenda Guanabara e, por consequência, a logística de transporte associada exerceu influência significativa na organização do espaço urbano. A implantação do frigorífico facilitou o abate e a comercialização do gado, e atraiu pessoas de diversas partes do país, impulsionando o comércio local, a rede hoteleira, restaurantes, bancos e outros setores de serviços.

Utilizando a figura 41, elaborada por Bob Siqueira, pela plataforma *Google Earth*, ilustramos esse possível redirecionamento da ferrovia. No entanto, destacamos que essa representação possui limitações técnicas, não apresenta feições geográficas precisas, tampouco delimitações fundiárias ou coordenadas georreferenciadas. Por essa razão, sua utilização neste trabalho não tem precisão cartográfica, apenas caráter exclusivamente ilustrativo para compreensão do processo histórico, não se prestando a análises de natureza jurídica, técnica ou cartográfica rigorosa. Sobre o frigorífico e a relação com a linha férrea, afirma Alcantara (2001, p. 51):

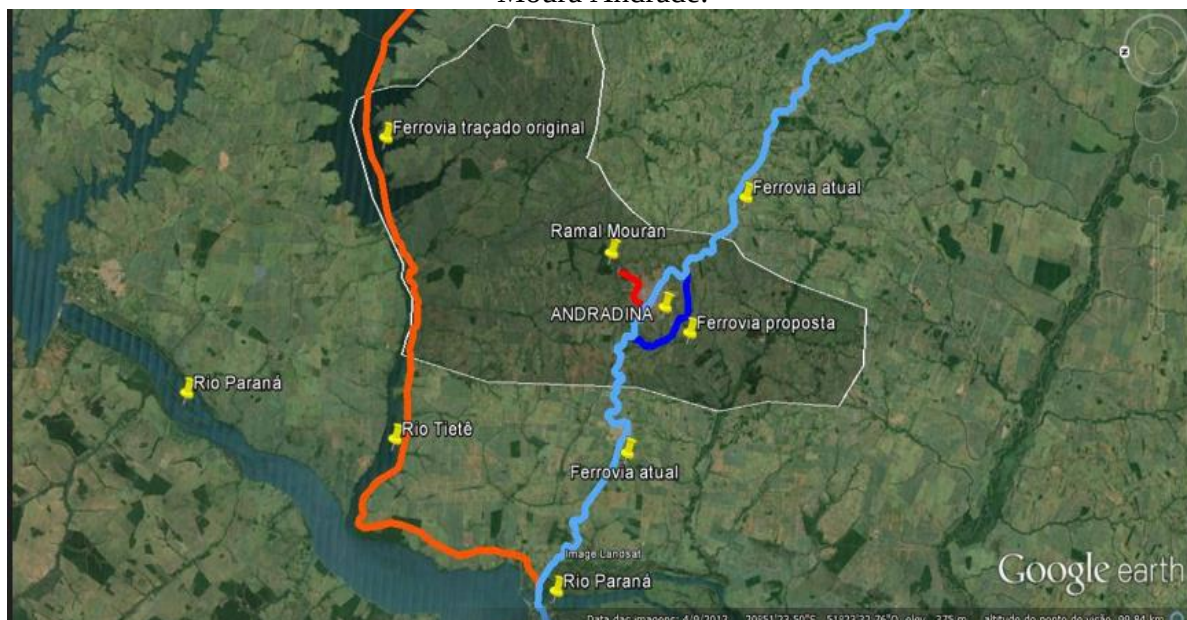
O transporte de carne, que era de avião, passou a ser ferroviário, sendo construído um desvio até o frigorífico, após grande terraplanagem feita na época com carrocinhas; os vagões de carne eram ligados ao trem de

passageiros, o que era demorado, com baldeações. [...] A área do frigorífico beneficiou os pecuaristas que antes transportavam suas boiadas gordas por terra até os pontos de embarque da NOB e dali a S. Paulo, onde eram abatidas com muita perda de peso nas longas marchas e percursos de trem, o que redundava em prejuízo ao criador e ao país.

Alcântara (2001) destaca que o Frigorífico Mouran exerceu papel fundamental no incentivo à pecuária em Andradina e também em regiões próximas, especialmente no estado de Mato Grosso, com destaque para a fazenda Primavera. Além disso, o empreendimento gerou milhares de empregos diretos, abrangendo operários, técnicos, corpo administrativo e cargos de chefia, contribuindo significativamente para a dinamização da economia regional, contribuição alavancada com a mudança de traçado da NOB na região de Andradina (figura 43).

Ressaltamos a intervenção estratégica de Moura Andrade na redefinição do percurso ferroviário, integrando ferrovia, rio Paraná e estruturas agroindustriais, especialmente o Frigorífico Mouran. A figura 43 explicita a lógica de apropriação territorial e de valorização fundiária, na qual a infraestrutura de transporte foi peça importante para a consolidação do projeto colonizador e para a reprodução ampliada do capital na região.

Figura 43 - Ferrovia na região de Andradina (SP): traçados original, atual e um proposto por Moura Andrade.



Fonte: Acervo Pessoal de Bob Siqueira, Andradina, SP

A figura apresenta uma imagem de satélite na qual se destacam diferentes traçados ferroviários associados ao núcleo urbano de Andradina-SP. Em cor laranja, observa-se o traçado original da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB), previsto para cruzar a região a cerca de 20 quilômetros do núcleo urbano do atual município de Andradina-SP. Em cor azul, identifica-

se o traçado modificado, resultado da interferência de Moura Andrade para aproximar a ferrovia da cidade em formação, integrando-a ao seu complexo agroindustrial e logístico. Já em azul escuro, localiza-se o ponto correspondente à estação ferroviária no centro urbano, evidenciando a inserção da ferrovia como eixo estruturante da urbanização e da circulação de mercadorias. A sobreposição dos traçados revela o papel decisivo das negociações privadas na redefinição da infraestrutura estatal, consolidando a ferrovia como instrumento de valorização fundiária e de projeção econômica da cidade.

Compreendemos essa mudança como parte de uma tecnologia de poder, a ferrovia, enquanto dispositivo de saber técnico-administrativo, torna-se instrumento de ordenamento do espaço, operando sob lógica econômica que mascara os interesses subjacentes. Ao intervir sobre o traçado da ferrovia, Moura Andrade facilitava o escoamento da produção frigorífica, consolidando sua posição como agente que influenciava os fluxos de pessoas, mercadorias e decisões públicas.

Observando a conjuntura por meio do texto de Bourdieu (2012), trata-se do exercício pleno do poder, pois tal intervenção foi naturalizada como desenvolvimento e progresso, ocultando relações de força que permitiram a Moura Andrade reconfigurar o espaço conforme seus empreendimentos. A ferrovia, ao ser desviada para cruzar seu domínio territorial e industrial, reforça o *habitus* fundiário do colonizador, isto é, a percepção social de que ele seria legítimo promotor da modernidade no interior paulista. A população, por sua vez, é interpelada por essa representação, os empregos gerados, a movimentação do comércio, os benefícios visíveis reforçam o prestígio de Moura Andrade, também silenciam mecanismos que produziram tal centralidade.

A imagem, a partir de um desvio técnico, revela o quanto o território foi moldado como extensão dos interesses de Moura Andrade. O espaço, longe de ser neutro, torna-se campo de disputa e projeção de poder, território em que a ferrovia, longe de ser vetor exclusivamente público, é apropriada simbolicamente por aquele que sabe operar entre o capital, o saber técnico e a política institucional.

Esta imagem do colonizador é alimentada pela capacidade de Moura Andrade em operacionalizar intervenções no território como se fossem resultados do progresso inevitável e do desenvolvimento. Tal como aponta Bourdieu (2012), o poder simbólico opera justamente quando a dominação se apresenta como legítima e espontânea, ocultando os mecanismos de força e interesse que a sustentam. A ferrovia, enquanto equipamento público, é ressignificada

como extensão dos interesses privados de Moura Andrade, funcionando não apenas como vetor logístico, mas como dispositivo de legitimação.

Nesse sentido, a análise da alteração do traçado ferroviário na região de Andradina, evidenciada figura 43, permite-nos ilustrar de forma concreta as reflexões de Oliveira (1987) sobre a íntima relação entre planejamento e capital. Nesse caso, evidencia-se que não é o planejamento que organiza o capital, mas o capital que organiza o planejamento, como alertava Paul Baran, citado por Oliveira (1987).

Essa interferência direta na infraestrutura logística da região evidenciava o poder de Moura Andrade enquanto agente econômico, revela como o planejamento regional, mesmo quando institucionalizado, opera como instrumento de racionalização da reprodução ampliada do capital. O espaço regional é moldado conforme a lógica da acumulação, favorecendo classes hegemônicas ligadas à estrutura fundiária e produtiva. Como aponta Oliveira (1987), as regiões não se formam por dinâmicas naturais ou neutras, são campos de ação em que determinadas formas do capital se impõem sobre outras, produzindo desigualdades e uma organização hierárquica do espaço.

No caso da ferrovia, o que poderia representar uma política pública de integração regional se converteu em projeto para atender aos interesses privados, articulando-se com a expansão agroindustrial e consolidando Moura Andrade como ator central no processo de constituição do espaço capitalizado e funcional à sua lógica de poder. Ressalta Stela Andrade Aik (Entrevista realizada via WhatsApp em 23 de julho de 2025):

Então, isso foi feito. Ele doou toda a extensão das laterais da linha férrea e eles transferiram o traçado da linha férrea para essas terras altas de Moura Andrade. E, claro que isso também favoreceu muito o desenvolvimento da cidade, porque essa linha passava no meio do município e todo mundo chegava, descia já praticamente no centro da cidade. E por isso que a cidade se desenvolveu muito em torno da linha férrea, porque vinha tudo por ela. Então, foi decisivo para o desenvolvimento urbano, principalmente. E essa vicinal para o Frigorífico Mouran há pouco tempo que eles neutralizaram isso.

Assim, a ferrovia proposta é mais do que uma linha sobre o mapa, é um traço do poder sobre o estado, reafirmando que o território é constantemente produzido e reproduzido por interesses que se transvestem de desenvolvimento, mas que carregam consigo a homogeneização e a subordinação do público ao privado.

Dessa forma, a fotografia 16 colabora para a compreensão do poder consolidado por Moura Andrade. Conhecido como “rei do gado”, criava grande quantidade de bovino, obteve rendas expressivas, auxiliando na elevação do Brasil à condição de importante produtor de gado

de corte e exportador de carne. O Frigorífico Mouran, por exemplo, chegou a abater cerca de 1.200 cabeças de gado por dia nos anos 1950, feito notável para o período. Essa atividade, além de gerar receitas significativas para os cofres públicos, posicionava o frigorífico como relevante fornecedor e exportador de carnes no cenário nacional e internacional.

Fotografia 16 – Andradina – SP - vista aérea do Frigorífico Mouran



Fonte: Acervo Pessoal de Bob Siqueira, Andradina, SP

A fotografia 16 retrata o complexo industrial do Frigorífico Mouran, de propriedade de Moura Andrade, integrado à fazenda Guanabara, também pertencente ao empresário. Observamos a conexão entre unidades de abate, currais e logística, evidenciando o modelo de verticalização da produção adotado no frigorífico. A disposição funcional dos edifícios e a proximidade com áreas de criação de gado refletem o planejamento técnico voltado à eficiência produtiva e à amplificação da renda fundiária.

Nesse contexto, compreendemos que Moura Andrade tornou-se protagonista na construção de fundamentos que atualmente estruturam o agronegócio no Brasil. Sua atuação como grande proprietário, empresário e articulador político, inseria-se em uma transição do modelo tradicional de ocupação fundiária para uma lógica empresarial integrada e voltada ao mercado.

A criação de cidades, como Andradina e Nova Andradina, aliada ao domínio sobre vastas glebas estrategicamente localizadas, revela a apropriação da terra e o controle das

condições de circulação e valorização da produção. Moura Andrade estruturou cadeias produtivas completas e complexas, articulando fazendas, infraestrutura (como estradas e ferrovias), indústrias de processamento, como o Frigorífico Mouran e redes de comercialização, antecipando os arranjos logísticos e verticais que atualmente caracterizam os complexos agroindustriais. Mais do que um grande fazendeiro, ele incorporava a figura do empresário do campo, que transforma o território em ativo econômico, administrando a terra com racionalidade técnica e posicionando sua produção em escalas nacional e internacional.

Para compreendermos a atuação de Moura Andrade, bem como a apropriação da terra e as formas de obtenção de renda, é fundamental entendermos a relação profunda entre campo, cidade e indústria, dinâmica que possibilita a criação e recriação de formas de reprodução subordinadas à lógica fundiária. Ao tornar-se grande latifundiário, Moura Andrade concentrou a propriedade privada da terra, contribuindo para a concentração de capital e riqueza. Dessa forma, os proprietários de terra buscavam, por meio dela, diversas formas de geração de renda.

A terra, portanto, é o meio pelo qual essa renda se concretiza, representa o capital articulando-se às questões do campo, em um espaço geográfico permeado por relações sociais. O principal objetivo do capitalista, ao tornar-se proprietário da terra, reside justamente na possibilidade de transformá-la em objeto útil e rentável. Como aponta Almeida (2011), o capitalismo no Brasil não se desenvolveu apesar dos latifúndios, mas com eles e por meio deles. Diferente da ideia de que eles representam entrave ao desenvolvimento por manterem terras improdutivas, na prática, eles funcionam como base estratégica de expansão.

Isso ocorre porque há uma aliança de classes entre capital rural e urbano, isto é, em especial entre grandes proprietários de terra e capitalistas industriais, comerciais, financeiros, além do próprio Estado. Essa articulação sustenta a reprodução capitalista, acomodando um modelo de desenvolvimento concentrador de renda e voltado aos interesses de uma minoria. Para Cario e Buzanelo (1986, p. 32):

Por seu turno, o entendimento da renda da terra requer de antemão o reconhecimento da importância da propriedade privada, da inserção cada vez mais acentuada da tecnologia nas relações de produção contemporânea, e ainda, acima de tudo, o conhecimento da lei do valor enquanto lei geral da acumulação capitalista.

A valorização da terra encontra sustentação na estrutura fundiária. Nesse sentido, o conceito de renda da terra remete à posse de grandes extensões. A valorização dessas áreas ocorre tanto por meio de mecanismos de infraestrutura e investimentos tecnológicos quanto pela conversão simbólica desses espaços em territórios de progresso e modernização. A

propriedade, nesse contexto, é ativo do capital que, aliado ao discurso desenvolvimentista, serve como instrumento de acumulação e dominação.

A atuação de Moura Andrade ilustra esse processo, ele se beneficia pela ocupação produtiva da terra, mas, sobretudo, por transformá-la em ativo estratégico, valorizado por sua localização, infraestrutura e função dentro de um amplo projeto de modernização. Dessa forma, o campo deixa de ser apenas espaço de cultivo e passa a operar como terreno privilegiado para a reprodução do capital fundiário e financeiro. A fotografia 16 contribui para que compreendamos essas dinâmicas, permitindo considerar que Moura Andrade teve, com o Frigorífico Mouran, meios de consolidar essa expansão.

Ainda com base na imagem do complexo industrial do Frigorífico Mouran, na cidade de Andradina-SP, e na lógica capitalista de apropriação da terra, reconhecemos que a fotografia revela uma estrutura voltada ao abate e à industrialização da carne, mantendo relação articulada com a atividade agroindustrial. A atividade frigorífica em Andradina não foi aleatória, representava o ponto de convergência fundiária e logística que viabilizava a circulação de mercadorias, o controle da mão de obra e a captação de renda derivada da valorização da terra. Narra Stela Andrade Aik (Entrevista realizada via WhatsApp em 23 de julho de 2025):

Eu moro na fazenda do lado da rodovia, que dá acesso ao frigorífico. Da minha casa eu enxergo o frigorífico. E ele já foi concebido de uma forma de estar servindo a cidade no sentido de emprego, porque não tinha nenhuma indústria em 1950. Se você observar com atenção essa fotografia do frigorífico, você vai perceber, lá no horizonte, mais para o lado esquerdo, bem no horizonte mesmo, dá para perceber a cidade. Parece longe, mas a cidade veio crescendo para o lado do frigorífico e é bem próximo, sabe? Acabou ficando bem próximo. Eu acho que do centro da cidade vai dar uns 3 quilômetros do centro da cidade até o frigorífico.

Na concepção de Stela, o frigorífico foi elemento central no processo de estruturação territorial de Andradina, tanto como polo econômico quanto como motor da expansão urbana, foi implantado de maneira estratégica para articular terra, cidade, infraestrutura e trabalho, consolidando o projeto colonizador. A fala contribui para mostrar como o discurso do progresso é incorporado pela memória, neste caso, da própria família, reproduzindo a imagem do colonizador que organiza o território em benefício da coletividade, ainda que essa organização esteja alicerçada em interesses privados e lógicas de acumulação. Esse mesmo tipo de discurso é possível de ser ouvido e percebido em outras pessoas, ele é e foi construído e amplamente difundido na sociedade local, tanto em Andradina quanto em Nova Andradina.

Stela Andrade aponta, então, outro aspecto relevante do Frigorífico Mouran, que diz respeito à complexa logística planejada por Moura Andrade, articulada estrategicamente à

malha ferroviária e à proximidade com o então estado de Mato Grosso. Parte significativa do gado abatido na planta industrial era oriunda de fazendas de sua propriedade, como as fazendas Primavera e Baile, sendo transportada por vias fluviais, com o uso de embarcações pertencentes à Empresa Moura Andrade S/A.

Nesse sentido, a narrativa de Stela Andrade Aik evidencia que a ação colonizadora conduzida por Moura Andrade se estruturou sobre ampla mobilização de trabalhadores de diferentes origens e qualificações, combinando mão de obra migrante, técnica e industrial. Nas palavras dela, a abertura da fazenda Guanabara, iniciada em 1922, ocorreu em um contexto de isolamento, malária e ausência quase total de habitantes. Essa condição levou Moura Andrade a contratar e transportar, por via aérea, grande contingente de trabalhadores nordestinos.

De acordo com Stela Andrade, cerca de quinhentos homens circularam pelos acampamentos temporários ao longo dos onze anos de derrubada da mata e formação dos pastos. Ao final do processo, parte desses trabalhadores recusou o retorno ao Nordeste, levando o empresário a criar uma solução definitiva. Teria sido este um dos fatores para que seu avô pudesse fundar a cidade de Andradina e lotear parte de suas terras, para que esses grupos migrantes pudessem se fixar, inaugurando um padrão de urbanização diretamente articulado ao trabalho rural.

Mencionamos ainda que Moura Andrade manteve relação com engenheiros e técnicos responsáveis pela construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. Essa colaboração demonstra como a colonização privada dependia da força física do trabalhador migrante, além de saberes especializados e de redes de sociabilidade que facilitavam decisões de infraestrutura, contribuindo para a valorização fundiária.

A implantação do Frigorífico Mouran, em 1950, introduziu um terceiro eixo de organização da mão de obra, a formação de um núcleo operário com moradias, escola, assistência médica, armazém, lazer e ramal ferroviário próprio. A vila operária funcionava como sistema integrado, abrigando famílias e trabalhadores solteiros, e oferecendo serviços básicos e atividades culturais, o que reforçava vínculos de pertencimento e dependência. O frigorífico, ao mesmo tempo, conectava a produção pecuária da fazenda Guanabara ao mercado regional por meio da ferrovia e da navegação fluvial, que continuou a transportar gado de Mato Grosso pelo rio Paraná.

As fazendas, a ferrovia, a cidade e o frigorífico não existiram como etapas isoladas, mas parte de um projeto integrado que utilizou intensamente a mão de obra migrante e especializada para consolidar a ocupação da região e promover a valorização de suas propriedades. Conforme

relato de Stela Andrade, Moura Andrade chegou a construir um ramal ferroviário que adentrava diretamente o frigorífico, com extensão aproximada de 1,5 a 2 quilômetros. Os vagões estacionavam ao lado de uma plataforma específica, onde eram carregadas as carnes destinadas à distribuição. Esse ramal vicinal conectava-se à linha principal da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, facilitando o escoamento da produção para diferentes regiões do país.

O complexo, uma vez em funcionamento, evidenciava uma perspectiva moderna semelhante aos arranjos produtivos do agronegócio brasileiro que viriam a se consolidar décadas mais tarde, estruturando um modelo de reprodução ampliada do capital que articulava propriedade rural, transporte e indústria sob o controle de um único agente econômico. Stela Andrade Aik, neta de Moura Andrade, atua, já após os setenta anos de idade, no ramo da doma de cavalos e na realização de leilões de potros e gado bovino. Nesse sentido, não é comum encontrá-la em paragem por Andradina ou Nova Andradina, estando quase sempre em atividade laboral, razão pela qual a entrevista foi realizada via WhatsApp, meio que possibilitou a obtenção de respostas e comentários essenciais ao desenvolvimento desta pesquisa. Nas palavras de Stela Andrade (Entrevista realizada via WhatsApp em 23 de julho de 2025):

E lá ele fez uma... Ele puxou uma linha do trem que entrava dentro do frigorífico. Então, era um pedaço relativamente curto, acho que o quê? No máximo 1,5 km, 2 km talvez. Que entrava dentro do frigorífico mesmo. Então, os vagões ficavam... Quando ele ia carregar, tinha uma plataforma onde carregava a carne toda. Ele pegava esse trecho, essa vicinal, que dava na linha principal. E aí isso era distribuído para as regiões para onde ele mandava essa produção do frigorífico.

Percebemos em Bourdieu (2012) e Foucault (2021) como o espaço não é neutro, ele é moldado por relações de poder e por práticas simbólicas que visam consolidar posições dominantes. Moura Andrade ocupava a terra fisicamente e reconfigurava sua função social ao nela inserir um complexo industrial que, simultaneamente, ampliava a produção e valorizava as propriedades ao seu redor. O frigorífico impulsionava a economia local, atraía fluxos de trabalhadores e serviços, fomentava o comércio e conferia à região um sentido de “progresso”⁷².

⁷² Lenharo (1986a) contribui para a análise ao destacar que o período mencionado está vinculado ao Estado Novo, durante o Governo de Getúlio Vargas, quando a noção de progresso era apresentada como sinônimo de ascensão social e como solução para toda ordem de problemas. O autoritarismo varguista manifestava-se também por meio das propagandas oficiais, que articulavam povo, religião, família e pátria como elementos fundamentais do desenvolvimento nacional. Esse conjunto de valores compunha a imagem de um novo Estado brasileiro, sustentado por uma aparente tranquilidade social, na qual as forças produtivas atuavam de forma harmônica em direção ao progresso, considerado o objetivo máximo do regime. Para Vargas, o progresso só seria possível se nenhum interesse individual se sobrepusesse ao interesse coletivo, devendo todas as classes serem vistas como partes integrantes do avanço do país.

Compreendemos, assim, que a imagem de Moura Andrade como “benéfico” e “civilizador” se constituiu a partir de sua atuação fundiária e dos empreendimentos públicos e privados que liderou, forjou e conduziu, contando com um elaborado conjunto de práticas, envolvendo discursos políticos, reportagens elogiosas na imprensa, homenagens públicas e até canções populares. Essas formas de expressão operam como dispositivos de legitimação social, projetando Moura Andrade como agente do progresso e, frequentemente, silenciando as contradições inerentes ao processo de ocupação e exploração territorial.

Utilizando a perspectiva social de Bourdieu (2012), compreendemos tais estratégias como manifestações de poder simbólico, isto é, meios pelos quais um agente dominante impõe sua visão de mundo e a naturaliza. Nesse contexto, a representação de Moura Andrade nos meios de comunicação e na memória coletiva local serviu para reforçar sua autoridade moral e política.

Do ponto de vista de Chartier (2011), essas formas de representação moldam a percepção social e constroem regimes de verdades sobre o passado. Simultaneamente, como indicaria Foucault (2021), tais práticas discursivas podem ser compreendidas como tecnologias de poder, que descrevem o mundo, e o produzem, inscrevendo Moura Andrade como figura central no imaginário regional. Assim, a narrativa dominante que o apresenta como herói civilizador é menos reflexo da realidade e mais efeito de estratégias articuladas por meio da linguagem, dos símbolos e da memória institucionalizada, que, em grande medida, é inclusive oficial, aparecendo em monumentos, museus, nomes de ruas, entre outros aspectos.

Recorremos a Bronislaw Baczko (1985), em *A Imaginação Social*, para refletirmos sobre o papel de Moura Andrade na construção do imaginário coletivo que legitimava seu poder. Segundo o autor, o imaginário social é uma força reguladora da vida coletiva e opera por meio de representações simbólicas capazes de naturalizar hierarquias, papéis sociais e modelos de autoridade. Moura Andrade soube se inserir nesse campo simbólico ao projetar-se como “chefe civilizador”, “homem de visão” e “benfeitor” do sertão paulista e mato-grossense, articulando práticas materiais, como a fundação de cidades e a instalação de infraestrutura agropecuária, com narrativas legitimadoras amplamente difundidas pela imprensa, discursos políticos e homenagens públicas.

O imaginário, como aponta Baczko (1985), atua para consolidar a legitimidade, transformando interesses privados em causas coletivas. Moura Andrade apropriou-se do aparato da modernização e do progresso, apresentando-se como figura indispensável à construção da ordem regional. Ao fazê-lo, controlava o território e realizava o domínio das representações,

inibindo o surgimento de contra-legitimidades. Assim, sua atuação inscreve-se diretamente na lógica do imaginário social, um poder que, para se manter, precisa ser percebido como justo, necessário e natural.

Nesse contexto, a representação de Moura Andrade nos meios de comunicação e na memória coletiva local serviu para reforçar sua autoridade moral e política. Do ponto de vista de Chartier (2011), essas formas de representação moldam a percepção social e constroem regimes de verdades sobre o passado. Simultaneamente, como indicaria Foucault (2021), tais práticas discursivas podem ser compreendidas como tecnologias de poder, que descrevem o mundo e o produzem, inscrevendo Moura Andrade como figura central no imaginário regional. Assim, a narrativa dominante que o apresenta como herói civilizador é menos reflexo da realidade e mais efeito de estratégias articuladas por meio da linguagem, dos símbolos e da memória institucionalizada, que, em grande medida, é inclusive oficial, aparecendo em monumentos, museus, nomes de ruas, entre outros aspectos.

A partir da teoria das representações sociais de Serge Moscovici (2012), é possível compreendermos a construção simbólica de Moura Andrade como pioneiro e fundador por meio do mecanismo de ancoragem. Segundo o autor, a ancoragem consiste em “integrar cognitivamente o objeto representado a um sistema de categorias preexistentes, transformando o estranho em familiar” (Moscovici, 2012, p. 61). No caso de Moura Andrade, sua atuação empresarial e fundiária foi ancorada em categorias socialmente valorizadas, como progresso, civilização, trabalho e pioneirismo, permitindo que práticas complexas de apropriação territorial e reprodução do capital fossem reinterpretadas como ações benéficas e necessárias ao desenvolvimento regional.

Essa ancoragem operou na memória coletiva local ao associar a fundação de cidades e a expansão fundiária à figura do colonizador, naturalizando relações desiguais de poder e ocultando conflitos sociais, esbulhos territoriais e exclusões históricas. Assim, a representação de Moura Andrade como fundador emerge de seus feitos materiais e de um processo social de produção de sentido, no qual o imaginário coletivo transforma interesses privados em valores compartilhados, legitimando sua posição de centralidade no processo histórico.

Segundo Baczko (1985), entendemos que os imaginários sociais funcionam como esquemas coletivos de interpretação da realidade e codificação de esperanças, desejos e normas. As cidades projetadas, a centralização do poder político e econômico, e os espaços públicos atribuídos à sua memória compõem aquilo que o autor reconhece como linguagem simbólica que projeta o poder no espaço. Assim, a figura de Moura Andrade impôs-se pela posse da terra,

pelo capital investido, e pela força simbólica de sua imagem, moldada e reproduzida dentro de um imaginário social funcional e de dominação. De acordo com Baczko (1985, p. 313):

A influência dos imaginários sociais sobre as mentalidades depende em larga medida da difusão destes e, por conseguinte, dos meios que asseguram tal difusão. Para garantir a dominação simbólica, é de importância capital o controle destes meios, que correspondem a outros tantos instrumentos de persuasão, pressão e inculcação de valores e crenças. É assim que qualquer poder procura desempenhar um papel privilegiado na emissão dos discursos que veiculam os imaginários sociais, do mesmo modo que tenta conservar um certo controle sobre os seus circuitos de difusão.

Esses símbolos funcionaram como dispositivos de fixação de um imaginário social hegemônico, no qual Moura Andrade aparece como agente ordenador dos “espaços vazios”, aquele que transforma o sertão em cidade e o latifúndio em “desenvolvimento”. Desse modo, a memória social torna-se indispensável para analisarmos as relações políticas, econômicas e históricas de Moura Andrade, pois é nela que se assegura a produção e a reprodução dos pensamentos socialmente legitimados, bem como a permanência das memórias popularizadas sobre determinados sujeitos.

4.3 Mito, memória e imortalidade: Moura Andrade como figura civilizatória

A escultura na entrada de Andradina-SP (fotografia 17), onde se lê "Terra do Rei do Gado", ladeada por figuras metálicas de bois e um vaqueiro erguido em pedestal, não se limita a um gesto artístico ou decorativo, sintetiza narrativa coletiva profundamente enraizada na identidade local. A imagem monumentaliza Moura Andrade como figura mítica, consagrando-o como produtor rural, fundador, benfeitor e símbolo de progresso. Esse tipo de monumento, erguer estátuas, dar nome a avenidas, enraizar slogans, cumpre a função de fixar uma memória idealizada no imaginário social, operando como forma de imortalização.

Fotografia 17 - Andradina- SP - Monumento “Terra do Rei do Gado”



Fonte: Acervo Pessoal de Bob Siqueira, Andradina, SP

A fotografia 17 apresenta uma estátua equestre, dispositivo de consagração ao celebrar personagens considerados protagonistas de feitos históricos. Representando poder, autoridade e triunfo, esse gênero estatutário foi historicamente reservado a figuras associadas a posições privilegiadas nas estruturas sociais e políticas, produzindo uma imagem idealizada que reforça sua legitimidade.

Esse tipo de monumento se consolidou na modernidade europeia, quando estátuas eram erguidas para enaltecer monarcas e constituir elementos visuais que compunham a paisagem urbana. Ao instalar, no portal da cidade, uma estátua equestre de Moura Andrade sob o título de “Terra do Rei do Gado”, o município de Andradina chama atenção para seu fundador, inscrevendo sua imagem no imaginário local como símbolo de origem e progresso⁷³, um “monarca”.

⁷³ No Brasil, a primeira estátua equestre, dedicada a D. Pedro I, já revelava esse propósito de eternizar o poder e afirmar lugar privilegiado na narrativa nacional. Ver: MOURA, Elmha Coelho Martins. **A Estátua Equestre de D. Pedro I e a Educação Matemática nas Escolas de Aprendizizes Artífices no Início da República**. Bolema, Rio Claro (SP), v. 30, n. 56, p. 1244 - 1259, dez. 2016.

No caso de Moura Andrade, observa-se um esforço semelhante, fixar sua presença no espaço público como o grande responsável pela fundação e desenvolvimento de Andradina, narrativa reforçada tanto pela trajetória ligada ao café quanto pela posterior construção simbólica de “rei do gado”. Embora, entre as décadas de 1930 e 1960, diversos fazendeiros o superassem numericamente na criação de gado, a instalação do Frigorífico Mouran na década de 1950 ampliou exponencialmente sua projeção econômica e social. Mais do que criador, Moura Andrade tornou-se figura-chave pela capacidade de integrar produção, industrialização e exportação de carne, adquirindo prestígio associado ao abastecimento interno e ao mercado internacional.

É igualmente relevante lembrar que a canção *Rei do Gado*, composta por Teddy Vieira, conferiu ao latifundiário um teor quase monárquico, reforçando o imaginário ruralista que celebrava “reis” do café, do gado, posteriormente, de outras monoculturas, elementos que compõem a mitologia do agronegócio brasileiro. Esse repertório dialogava com o contexto de construção identitária nacional, intensificado após a Semana de Arte Moderna de 1922, quando diferentes expressões culturais buscavam projetar um Brasil forte e dotado de figuras emblemáticas.

Assim, monumentos como esse (fotografia 17) preservam memórias e moldam percepções coletivas, funcionando como instrumentos de poder. A estátua opera como marco de referência, pois, enquanto gesto institucionalizado, produz sentidos imaginários sobre a origem e a identidade local. Em Andradina-SP, “terra do rei do gado”, consagra Moura Andrade como fundador e protagonista do “progresso” regional, reforçando sua inserção no conjunto de figuras associadas ao chamado Mito Fundador, expressão que, entre as décadas de 1930 e 1960, sustentava o ideal nacional-desenvolvimentista promovido desde o Estado varguista.

No interior paulista e, posteriormente, nas terras de Mato Grosso, Moura Andrade passou a simbolizar o avanço regional, já que seus investimentos, ainda que limitados, em infraestrutura urbana e rural permitiam ao estado organizar novos núcleos urbanos e ocupar áreas classificadas como “vazios demográficos”. Tais empreendimentos integravam o discurso oficial de modernização e expansão territorial, contribuindo para legitimar sua atuação enquanto agente privilegiado da colonização privada.

O monumento, nesse sentido, fixa no espaço a memória da colonização conduzida por Moura Andrade, projeta um imaginário que articula passado e presente, reiterando a ideia de que sua ação foi decisiva e heroica na fundação da cidade. A estátua materializa o imaginário fundacional, ligando o território atual a uma temporalidade anterior e consolidando a versão

hegemônica sobre a origem de Andradina, legitimada pelos grupos que detêm poder político e econômico.

Ao nomear a cidade como “Terra do Rei do Gado”, a peça atua como veículo de legitimação, fortalecendo a narrativa heroica e acrítica sobre a colonização e a exploração econômica local. Tal estratégia de rememoração atua no imaginário social como forma de manutenção do poder a consolidar memórias selecionadas, conferindo ao colonizador um lugar de honra na paisagem urbana e na memória oficial.

É interessante que essa conjuntura foi alimentada também em Nova Andradina, sempre colocada como a cidade do “Rei do Gado”. Nesse sentido, a entrevista concedida por Stela Andrade reforça essa construção mítica ao evocar, com forte carga afetiva, a vida na vila operária do Frigorífico Mouran. Seu relato descreve condições que se assemelham a uma “pequena cidade”, casas padronizadas, escola, pronto-socorro, horta comunitária, campo de futebol, clube social, banda formada por funcionários, teatro, festas comemorativas e alimentação subsidiada. Segundo Stela, “éramos, na verdade, uma grande família”, e “meu avô e meu pai⁷⁴ proporcionavam todos os recursos para os funcionários”.

Essas lembranças constroem a imagem de Moura Andrade como patriarca benevolente, alguém que comandava uma empresa e produzia um modo de vida baseado na ordem, no cuidado e na coletividade, figura que excede a condição de empresário e se aproxima do mito fundador. De acordo com Stela Andrade (Entrevista realizada via WhatsApp em 23 de julho de 2025):

Na época do meu avô, do meu pai, era organizado ali como uma pequena cidade. Tinha um armazém grande, tinha o açougue, onde eles vendiam a carne para os funcionários a preço de custo. Os funcionários moravam nessa vila e recebiam esses benefícios. Tinha um pronto-socorro, tinha assistência médica e dentária. E tinha uma escola, eu estudei nessa escola, eu tratei meus dentes. Tipo um ambulatório que tinha muito arrumado, muito bem organizado. E vinha o médico e dentista, dava assistência para os funcionários e as famílias dos funcionários. Eu estudei nessa escola, o primário eu fiz aí na escola, junto com os funcionários. E funcionava, que era uma maravilha.

⁷⁴ Antônio Soares Andrade era o filho caçula de Moura Andrade. Após a formação normal, cursou a Escola de artes e ofícios em São Paulo, tornando-se mecânico, torneiro e artesão. Trabalhou longos anos no Campo de Marte, na manutenção dos aviões de seu pai. Foi gerente também na capital paulista do entreposto de carne que recebia os produtos vindos do Frigorífico Mouran em Andradina. Quando havia problemas de maquinários nas fazendas em implantação, era ele quem dava assistência técnica, formava equipes e dizia que “sempre aprendia mais” com essas experiências. Também a construção das Chatas de transporte de gado era projeto e execução de sua responsabilidade. Nos anos de 1950, foi para a Itália pegar *know-how* no frigorífico mais conceituado e moderno da época, posteriormente, assumiu a gerência do Frigorífico Mouran em Andradina, residindo definitivamente por lá, se envolveu na política, sendo prefeito duas vezes da cidade nas décadas de 1950 e 1960.

Nas diversas entrevistas que realizamos para esta pesquisa, não houve um entrevistado, tendo trabalhado ou morado nas fazendas de Moura Andrade, que produzisse discurso contrário à pessoa do empresário, há uma espécie de memória oficial e coletiva construída acerca do fundador de cidades. A fala de Stela Andrade demonstra o pensamento familiar e também de pessoas que, grosso modo, estavam mais próximas ao escritório ou com familiares dos administradores e encarregados da empresa. Continua descrevendo Stela Andrade Aik (Entrevista realizada via WhatsApp em 23 de julho de 2025):

Aí tinha pensão, tinha pensão que abrigava aqueles, as pessoas, os rapazes que trabalhavam no frigorífico, mas não eram casados, não tinham família, eram solteiros. Então tinha pensão e um refeitório muito grande onde eles serviam comida para esses funcionários que eram solteiros. E atrás tinha uma horta muito grande, perto do açude, e uma horta e um pomar muito grande, que também servia aos funcionários.

As memórias evocadas por Stela contribuem diretamente para a consolidação da imagem de Moura Andrade como figura civilizatória. Seus relatos descrevem as situações em torno do Frigorífico Mouran como uma vila-modelo, meticulosamente organizada para atender às necessidades dos trabalhadores e suas famílias. Segundo ela, "era organizado ali como uma pequena cidade", com armazém, açougue a preço de custo, escola, pronto-socorro e assistência médica e odontológica gratuita, representando a funcionalidade, em que o capital se traduz em renda, mas, também em bem-estar, educação e cuidado, atributos geralmente associados ao Estado, mas que, nesse caso, são deslocados à figura do patrão.

A interpretação da área instalada no entorno do Frigorífico Mouran exige-nos cautela para não reproduzir a narrativa que idealiza sua organização como expressão de progresso ou de bem-estar aos trabalhadores. Na realidade, esse modelo deriva de práticas consolidadas na sociedade industrial, estruturadas para exercer vigilância sistemática sobre a força de trabalho. Ao manter moradia, lazer, trabalho, alimentação e vida comunitária concentrados sob o olhar permanente do empregador por meio de encarregados, supervisores e agentes administrativos, cria-se um ambiente em que o trabalhador é continuamente observado, e logo é um trabalhador disciplinado, ou como diria Foucault, são “corpos dóceis”.

Essa forma de organização busca regular comportamentos, evitando conflitos, alcoolismo, ausências, dissidências e qualquer prática considerada inadequada ao regime laboral. Moura Andrade, conhecedor desse modelo, apropriou-se de tais estratégias como espécie de manual de controle social de seus empregados, estruturando o cotidiano dos trabalhadores de modo a garantir subordinação, estabilidade produtiva e previsibilidade de conduta. Como aponta Maria Stella Bresciani (2001), em *A cidade: objeto de estudo e*

experiência vivenciada, tais arranjos não eram neutros, constituíam mecanismos sofisticados de regulação das classes trabalhadoras, reforçando hierarquias, dependências e formas de dominação que se naturalizavam na paisagem urbana e laboral.

A descrição da pensão para funcionários solteiros, do refeitório coletivo, das hortas e pomares comunitários, reforça essa lógica de autossuficiência, proteção e controle. Tratava-se de uma organização paternalista da produção, em que Moura Andrade é representado como gestor de um universo onde nada falta, nem comida, nem moradia, nem serviços básicos. Conforme analisa Bourdieu (2012), o poder simbólico atua quando uma dominação material é convertida em afeição e reconhecimento, deixando de ser percebida como desigualdade. Nesse sentido, a vila operária tornava-se o palco onde se performa a ideia de justiça social, reforçando o caráter hierárquico da relação patrão-empregado.

Nesse sentido, observamos como o empresário construía relações materiais e subjetivas. Costumava, segundo outros entrevistados, nos momentos em que visitava suas fazendas, passar pelos operários, chamá-los pelo nome, sentar ao fim da tarde para contar anedotas e piadas, e quando observava alguém se destacando nos trabalhos, pedia que os administradores melhorassem os ganhos salariais. Não obstante, procurava satisfazer a alegria dos trabalhadores com meios esportivos, era a condução de suas fazendas se tornarem cidades de porteiros fechadas. Enaltece Stela Andrade Aik (Entrevista realizada via WhatsApp em 23 de julho de 2025):

E a parte esportiva também tinha campo de futebol, campo de basquete, vôlei. Essa parte social, assim, também era bem organizada. Eu curti muito, muito a minha infância. Era um espaço, assim, maravilhoso. E éramos, na verdade, uma grande família. Eu fico emocionada de estar me recordando disso. E tive esse privilégio de ter convivido com pessoas maravilhosas que são meus amigos até hoje num ambiente tão bom, tão organizado, tão igualitário, sabe? Tanto meu avô como meu pai, eles tinham essa preocupação.

Esse ambiente, descrito por Stela como “funcionava como uma maravilha”, configura narrativa em que a memória afetiva substitui a crítica. O domínio de Moura Andrade é apresentado como ordenamento, não como concentração fundiária, mas como civilização. A racionalidade empresarial se disfarça de benevolência, e a lógica da acumulação é assimilada como cuidado coletivo. Conforme aponta Foucault (2021), o saber técnico-administrativo, aplicado ao cotidiano da vila, opera como tecnologia de poder que organiza corpos, subjetividades e afetos segundo uma lógica produtiva e disciplinar, quando na realidade ele cria toda condição de controle sobre esses “corpos dóceis”.

Observa-se que Moura Andrade, assim como outros grandes proprietários que fundaram fazendas-cidades, buscava incentivar a permanência dos trabalhadores em seus domínios. No interior, falava-se de futebol, cinema, cultura e lazer, elementos que muitas cidades não forneciam adequadamente. As fazendas de Moura Andrade, nesse contexto, procuravam suprir essas lacunas, promovendo espaços de convivência, socialização e controle dos trabalhadores. Embora Stela se refira especificamente à fazenda Guanabara, em Andradina, suas memórias indicam práticas comuns em outras propriedades do grupo, que ofereciam assistência e lazer.

Ao mencionarmos Moura Andrade, é essencial recordarmos o vínculo que construiu com as cidades que fundou e as fazendas. Sua empresa imobiliária estava voltada à obtenção de renda, mas amparada por uma prática que o representava bem. A seguir, apresentamos a fotografia 18, que mostra o busto de Moura Andrade na praça que leva seu nome na cidade de Andradina-SP. É comum referir-se à presença de Moura Andrade por meio da composição musical de Teddy Vieira, cuja letra afirma: “Quem quiser meu endereço, que não se faça de arrogado, é só chegar lá em Andradina e perguntar pelo Rei do Gado”. Um busto semelhante encontra-se também na Praça Brasil (fotografia 60), em Nova Andradina, evidenciando a presença quase mítica do fundador. A partir disso, passamos a analisar a figura de Moura Andrade enquanto expressão de memória.

Fotografia 18 - Busto de Moura Andrade na praça que leva seu nome, em Andradina (SP)



Fonte: O Autor, em trabalho de campo, 2026.

Nas cidades que Moura Andrade fundou, é comum que esses monumentos tenham sido criados no decorrer da formação social e populacional das localidades. Esses monumentos representam, sobretudo, a memória coletiva e a sua forma de reviver a história. Para Le Goff (2003), “o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores (Le Goff, 2003, p. 525).

Para o historiador, monumentos como estes representam fontes documentais relacionadas a um passado que precisa ser estudado. Jacques Le Goff (2003) observa que o caráter histórico dos monumentos é relevante por permitir ao historiador um rememorar organizado, em determinado tempo e espaço. Essa condição faz com que os cidadãos possam ressignificar os diversos territórios do cotidiano e relacionando-os com a identidade da cidade. O monumento é, simultaneamente, um objeto material e instrumento simbólico que produz, organiza e orienta a memória coletiva.

Esse caráter de legado à memória é essencial para compreender os mecanismos de seleção e hierarquização do passado. Como afirma Le Goff (2003), monumentos são sempre produtos de uma sociedade histórica e participam ativamente do processo de construção da memória oficial. Eles representam escolhas, aquilo que deve ser lembrado e, por consequência, o que pode ser esquecido. Nessa perspectiva, monumentos não são neutros, mas cumprem papel político, cultural e ideológico, pois cristalizam uma narrativa específica e a legitimam no espaço público (Le Goff, 2003, p. 530).

Fotografia 19 - Nova Andradina-MS: busto de Moura Andrade na Praça Brasil, 2025



Fonte: O Autor, em trabalho de campo, 2025.

As esculturas que representam Moura Andrade, erguidas em espaço público nas cidades de Andradina-SP e Nova Andradina-MS, expressam mais que homenagens. Elas operam como dispositivos de memória que relegam uma determinada leitura da história regional, a de Moura Andrade como “fundador e civilizador do sertão”. Tais monumentos participam da produção do imaginário coletivo que busca fixar no espaço urbano a memória oficial, reforçando a centralidade de Moura Andrade na gênese de ambas as cidades em suas praças centrais.

O busto localizado na Praça Antônio Joaquim de Moura Andrade, em Andradina-SP, tem uma estética tradicional, o pedestal de granito escuro, a inscrição direta com o nome e título do homenageado e a escultura voltada ao centro do espaço urbano. A composição é clássica e remete à tradição positivista dos bustos de figuras públicas, geralmente associadas a feitos heroicos, políticos ou civilizatórios.

Segundo Pierre Nora (1993), os lugares de memória são construções simbólicas que surgem quando a vivência direta do passado começa a desaparecer, e o poder político ou social busca fixar uma versão do acontecido. Nesse sentido, o busto funciona como condensador da narrativa de origem da cidade, atribuindo a Moura Andrade não apenas a fundação material, mas a auréola de um patriarca do progresso.

O busto localizado em Nova Andradina-MS apresenta um projeto estético mais elaborado e carregado de simbolismo nacional. A escultura encontra-se sobre uma base geométrica centralizada em meio a um espelho d’água, ladeada por 27 elementos verticais que remetem a cada uma das unidades federativas brasileiras (26 estados e o Distrito Federal). A disposição desses pilares ao fundo remete a uma alusão à totalidade do território nacional, sugerindo que a figura de Moura Andrade transcende o local, regional e se projeta nacionalmente.

Trata-se de um monumento que pretende inscrever Moura Andrade não apenas como fundador de uma cidade, mas agente articulador entre a fronteira agrícola e o projeto de Brasil moderno. A estética adotada com forte presença do concreto, da simetria e da geometria moderna, reforça essa tentativa de associá-lo à racionalidade, à ordem e à expansão territorial planejada.

A presença dos 27 pilares também pode ser interpretada à luz da noção de “monumentalidade funcional”, como discute Maurice Halbwachs (2013), para quem os monumentos refletem os valores dominantes de um grupo social. Nesse caso, o monumento de Nova Andradina constrói uma narrativa em que Moura Andrade aparece como elo simbólico entre o sertão e o Estado nacional, como aquele que levou “a civilização para o interior”. A

água que circunda a base da escultura evoca fertilidade, pureza e continuidade, elementos que reforçam a ideia de uma fundação harmônica, enquanto ocultam possíveis conflitos fundiários, e a lógica de acumulação que marcaram os projetos colonizadores por ele liderados. Em ambos os casos, os bustos funcionam como estratégias de monumentalização da memória, fixando no espaço urbano uma leitura idealizada da figura de Moura Andrade. Eles não apenas celebram um indivíduo, mas ajudam a consolidar uma identidade coletiva voltada à valorização da figura do “homem do campo moderno”, capaz de integrar capital, terra e técnica, modelo que antecede o agronegócio atual. Afirma Halbwachs (2013, p. 39):

Não basta reconstituir pedaço por pedaço a imagem de um acontecimento passado para obter uma lembrança. É preciso que esta reconstituição funcione a partir de dados ou de noções comuns que estejam em nosso espírito e também no dos outros, porque elas estão sempre passando destes para aqueles e vice-versa, o que será possível se somente tiverem feito e continuarem fazendo parte de uma mesma sociedade, de um mesmo grupo.

Assim, o poder não se exerce apenas por imposição direta, mas também por meio da construção de regimes de verdade e de representações legitimadas. Os bustos de Moura Andrade, ao ocuparem praças centrais e espaços públicos de circulação, materializam um regime de verdade que naturaliza sua autoridade fundadora, invisibiliza e apaga outras presenças e outras narrativas. Desta forma, procuramos perceber a distinção elaborada por Pierre Nora (1993) entre memória e história, que é essencial para compreender as formas de representação de Moura Andrade nas cidades de Andradina-SP e Nova Andradina-MS. Segundo o autor, “a memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos [...] inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações [...]; a história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais” (Nora, 1993, p. 9). Enquanto a memória se ancora na afetividade e na identificação coletiva, a história se propõe a uma reconstituição crítica e analítica dos acontecimentos. Para Nora (1993, p. 9):

A história, porque operação intelectual laicizante, demanda análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta, e a torna sempre prosaica. A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. A memória é um absoluto e a história é, só conhece o relativo.

As narrativas das memórias das populações de Andradina e Nova Andradina que exaltam Moura Andrade operam justamente nesse campo da memória, seletivo e

profundamente vinculado à legitimação de sua figura como fundador e benfeitor. A história, por sua vez, permite tensionar essas narrativas, revelando contradições, invisibilidades, apagamentos e mecanismos de dominação presentes nos processos de ocupação fundiária promovidos por Moura Andrade. Considerando os monumentos com suas relevâncias históricas, apresentamos a fotografia 20, que enaltece os povos participantes dos períodos de posse, colonização e desbravamento das terras de Nova Andradina.

Fotografia 20 - Nova Andradina-MS: obelisco da rotatória central - 2025



Fonte: O Autor, em trabalho de campo, 2025.

Localizado na principal rotatória no centro de Nova Andradina-MS, onde se cruzam as duas principais avenidas da cidade, Antônio Joaquim de Moura Andrade e Eurico Soares de Andrade, o obelisco representado na fotografia 61 vai além de seu aspecto estético, trata-se de um marco da cidade, elaborado para expressar a integração de quatro grupos populacionais centrais da colonização local, gaúchos, paraguaios, nordestinos e japoneses. A forma vertical e os quatro pontos de base remetem diretamente à presença desses povos na construção inicial da área urbana e rural. A monumentalidade do obelisco, com sua base firme e ápice voltado ao alto, traduz a convergência de origens em direção a um projeto comum de progresso.

Essa convergência, contudo, não foi espontânea, mas deliberadamente planejada por Moura Andrade, que, ao transferir sua lógica de colonização fundiária de Andradina-SP para a região do atual Mato Grosso do Sul, identificou nesses grupos a força de trabalho e a diversidade social, necessárias para dar corpo ao projeto urbano-empresarial de Nova Andradina.

Assim como em Andradina, onde Moura Andrade estruturou uma ocupação dirigida e assistencialista, vendendo lotes urbanos e rurais, e oferecendo emprego, serviços e infraestrutura para consolidar uma cidade ao redor de seus empreendimentos, em Nova Andradina o empresário repetiu o modelo, loteamentos, fazendas produtivas, rede viária e a incorporação de diferentes etnias em torno de um ideal de cidade⁷⁵.

O obelisco, nesse sentido, representa os povos que formaram Nova Andradina e simboliza a própria engenharia social que mobilizou políticas fundiárias e empresariais para atrair migrantes do sul do país, trabalhadores paraguaios vindos da fronteira, a cerca de 250 km, nordestinos em busca de terras e japoneses interessados na agricultura. Como observa Maurice Halbwachs (2013), os monumentos não apenas evocam memórias, mas materializam escolhas sobre o que deve ser lembrado e o que pode ser esquecido. A exaltação visual da pluralidade migratória contribui para fixar a ideia de uma colonização pacífica, ordeira e integradora, ocultando os processos de expulsão de posseiros, indígenas e possíveis conflitos fundiários que também acompanharam esse processo, situações relevantes para quem promove a oficialidade das colonizações das cidades, significando a simbologia do empresário loteador de terras.

A monumentalidade verticalizada do obelisco também pode ser interpretada como dispositivo de poder, nos termos de Pierre Nora (1993), que compreende os “lugares de memória” como construções destinadas a fixar, no espaço público, uma narrativa legitimada da história. Ao unir a simbologia da união étnica com a centralidade urbana, o obelisco naturaliza o papel de Moura Andrade como figura fundadora, diluindo sua atuação enquanto empresário colonizador em uma imagem de articulador da convivência e do progresso.

Assim, o obelisco de Nova Andradina funciona como documento visual da memória oficial, que encena uma narrativa de origem harmônica e voluntária, ocultando as camadas de dominação, seleção populacional e organização racional do espaço. Ele é o espelho monumental de uma lógica de poder que se consolida na arquitetura urbana, assegurando a presença do fundador nas tramas cotidianas do território que ele próprio moldou.

⁷⁵ Ressaltamos que outros empreendimentos nas proximidades de Nova Andradina tiveram a mesma lógica de colonização, CIDADAL (Angélica), Vera Cruz (Naviraí), SOMECO (Ivinhema) e Companhia de Viação São Paulo/Mato Grosso (Batayporã), e que os proprietários dessas empresas tinham, além de formar cidades, o objetivo de obter renda capitalista por meio de empreendimentos imobiliários, com o fracionamento e o loteamento das terras adquiridas no estado de Mato Grosso, portanto, essa não é uma especificidade de Moura Andrade.

4.4 Vida, morte e mito: entre a construção da imagem e a sua transcendência

O homem que nasceu próximo ao final do século XIX, passou por grandes momentos do século XX e, após a fundação da terceira cidade que investiu em imobiliários e loteamentos, a Nova Andradina, chegou aos anos de 1960 podendo organizar a infraestrutura que uma cidade necessita para formação econômica, cultural e social. Moura Andrade, na juventude, aproveitou as oportunidades e, com anseios de aventureiro⁷⁶ empresarial, conseguiu obter êxito na vida comercial especulativa. Desta forma, Alcantara (2001) utiliza trecho de texto escrito por Auro Soares de Moura Andrade para anunciar ‘a memória do nosso grande ausente’, forma afetiva de tratar a pessoa do fundador dos municípios de Andradina-SP e Nova Andradina-MS.

Nos trechos memorialísticos escritos por Auro Soares de Moura Andrade, em Alcantara (2001), evidencia-se um esforço claro de construção da figura de Moura Andrade, retratado como agente exemplar do progresso nacional. Sua atuação é exaltada como superior à mera condução de empreendimentos rurais, ele seria, segundo o autor, movido por uma inquietação que o levava a transformar a riqueza fundiária em cidades planejadas e modernas, como Andradina (SP) e a Estância de Águas de São Pedro. A fundação dessas cidades é narrada como a materialização de um ideal civilizatório, que permite "restaurar as energias gastas nos embates da vida".

Na concepção de Alcantara (2001), Moura Andrade adquiriu terras e as transforma em polos urbanos articulados por infraestrutura e crédito próprio, criando, inclusive, sua própria instituição bancária para financiar a aquisição de lotes por pequenos proprietários. A criação de Nova Andradina, a partir da fazenda Baile, aparece como momento relevante desse movimento, com a abertura de estradas em meio à mata e a oferta de terras em parcelas acessíveis. O personagem é celebrado como o responsável direto pela interiorização do desenvolvimento no sul de Mato Grosso.

Ao traçar o perfil de Moura Andrade, o texto reforça a construção de uma figura carismática e paternal, é o homem de memória prodigiosa, atento aos funcionários, afetuoso com crianças, e espirituoso em sua maneira de lidar com o poder. Sua personalidade mistura

⁷⁶ A atuação de Moura Andrade pode ser aproximada da figura do “aventureiro” definida por Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil*, especialmente pela maneira como tratava o território como oportunidade de expansão e renda. Como afirma o autor, o aventureiro é movido pelo impulso da conquista, pois “suas atividades preferidas são as que permitem sucesso rápido, mesmo que incerto”. Essa lógica se evidencia na forma como Moura Andrade adquiriu, fracionou e valorizou terras no interior paulista e sul-mato-grossense, articulando mobilidade, risco e especulação fundiária. Contudo, diferentemente do aventureiro anônimo da colonização luso-brasileira, Moura Andrade conseguiu transformar esse impulso em narrativa heroica, sendo monumentalizado como “fundador”, o que converte seu gesto econômico e territorial em mito de progresso e legitimidade social.

rusticidade e sofisticação, era cavaleiro, pianista, radioamador e piloto, sem jamais perder a aura de simplicidade que lhe conferia autenticidade diante dos seus interlocutores. O tom é de veneração, projetando-o como herói moderno e modelo de virtudes (Alcantara, 2001, p. 53-54).

Essa representação, entretanto, corresponde a um processo de seleção e fixação da memória coletiva, tal como descrito por Maurice Halbwachs (2013). Para o autor, a memória não é reprodução fiel dos fatos, mas reconstrução social que reflete os interesses e valores do grupo que a transmite. Nesse sentido, os textos de Auro Soares de Moura Andrade, reescritos por Alcantara (2001), operam uma memória legitimadora, naturalizando a presença do colonizador como expressão de progresso e benevolência.

A exaltação memorialística presente nesses textos também pode ser compreendida à luz do conceito de lugares de memória, formulado por Pierre Nora (1993). Para Nora, esses lugares são físicos/geográficos, mas também simbólicos/representacionais, funcionando como significação da identidade coletiva. Moura Andrade nesse caso, é transformado em um "lugar de memória" em si, é elevado a símbolo da fundação da cidade e do surgimento de um modo de vida, inscrito na memória oficial como referência de modernização e ordem, é transformado em patrimônio, em um monumento que vai além da acepção das arquiteturas, estátuas, bustos, nomes de ruas, de escolas, museus, edifícios entre outras "homenagens" que ao homem confere poder e distinção, se transformando num monumento não apenas lembrado, dizível e audível que serve de apelo ao passado, ele é rememorado e comemorado em determinadas datas e está constantemente presente no imaginário social e coletivo de parte considerável das pessoas que vivificam esses municípios, esses lugares.

O resultado dessas condições, que podem ser somadas a muitas outras, é uma memória profundamente marcada pela idealização, que reforça a continuidade da narrativa do colonizador heroico e civilizador. O silêncio sobre os sujeitos subalternizados, indígenas, trabalhadores rurais, migrantes pobres, reforça o caráter seletivo e instrumental da memória. Como adverte Nora (1993), a memória coletiva é socialmente construída e, muitas vezes, mobilizada para sustentar uma identidade coletiva fundada em mitos e em representações afetivas do passado.

Assim, o homem que ganhou a alcunha de "Rei do Gado" construiu uma história de poder político, econômico e simbólico que transcende a sua morte. Na figura 42, observamos o atestado de óbito de Moura Andrade informando seu falecimento ocorrido em 8 de fevereiro de 1962, às 11 horas e 30 minutos, no edifício do centro de São Paulo - (SP) em que era instalado o escritório da Empresa Moura Andrade S/A. O registro, preciso quanto ao horário e local,

insere a morte do empresário no epicentro econômico e político do país, distante da fronteira agrícola e urbana que marcaram sua trajetória.

Tal dado não é meramente circunstancial, evidencia que, embora sua atuação estivesse profundamente vinculada à ocupação e reorganização territorial do interior paulista e sul-mato-grossense, seu ciclo vital se encerra em um espaço de poder e centralidade econômica, reafirmando a distância entre o centro decisório e os espaços por ele apropriados, explorados e transformados.

Figura 44 - São Paulo (SP): atestado de óbito de Moura Andrade, 8/2/1962

Talão N.º 90

Pag N.º 022

ÓBITO (N.º 18.822)

CERTIFICO que a fls. 38 do livro n.º 38C de registro de óbitos, foi laurado hoje o assento de Antônio Joaquim de Moura Andrade falecido aos 8 de fevereiro de 1962, às 11 horas e 30 minutos, no prédio deste sub. do sexo masculino de cor branco profissão Proprietário de estabelecimento comercial natural de esta Capital (São Paulo) domiciliado em esta Capital e residente em a rua - Glória Santos 228 Y com Brasão de idade, estado civil casado filho legítimo de Isaquias e Cecília de Mendonça profissão _____ natural de _____ e residente em _____

Foi declarante Arturo Luiz dos Santos sendo o atestado de óbito firmado pelo Dr. Luiz Mauro que deu como causa da morte suparto do miocárdio e sepultamento será feito no cemitério de São Paulo

Observações: _____

O referido é verdade e do fé.

São Paulo, 8 de fevereiro de 1962

O OFICIAL

Ramalho

GLÁUCIA FILETI RAMALHO

Fonte: Acervo familiar de Moura Andrade

Assim, o documento oficial que registra o falecimento do empresário conhecido como “Rei do Gado”, além de atestar a data e o horário da morte, adquire relevância histórica por enfatizar a construção memorialística em torno de sua imagem. Não obstante, o atestado de óbito de Moura Andrade encerra juridicamente sua existência física e se converte em marco inaugural de um processo de imortalização operado pela memória coletiva e por dispositivos de poder.

Monumentos, bustos, composições musicais e narrativas orais passam a reiterar sua imagem como fundador e benfeitor, compondo um repertório que prolonga sua presença para além da vida, configurando-o como referência moral e política nas cidades que fundou. Não é nosso interesse, enquanto historiador, acentuá-lo em áureas de santidade, contudo, é sabível que a memória coletiva, particularmente daqueles que conviveram com Moura Andrade, enfatiza a personalidade do homem que desbravou fronteiras e formou cidades em nome do progresso.

O falecimento de Moura Andrade foi registrado por diferentes jornais, que mobilizaram enquadramentos narrativos voltados à exaltação de sua trajetória empresarial e territorial, mencionando cidades projetadas e fazendas distribuídas em vários estados. A figura 45 apresenta matéria do Correio Paulistano, publicada em 9 de fevereiro de 1962, na qual o jornal o caracteriza como “pioneiro” e “um dos maiores criadores de gado do Brasil”.

Tal descrição seleciona elementos específicos de sua atuação, sobretudo aqueles associados à expansão agropecuária e ao planejamento urbano, e os reorganiza em uma narrativa positivada. Para Le Goff (2003), esse tipo de registro funciona como *monumentum*, isto é, dispositivo destinado a vincular determinada lembrança, atuando na construção de uma memória pública que privilegia certos agentes sociais. A cobertura jornalística informa sobre a morte de Moura Andrade, e conduz para a produção de um legado simbólico, reforçando a lógica do colonizador, contribuindo para fixar no imaginário social uma versão oficializada do passado.

Nessa conjuntura, retomamos Le Goff (2003) para evidenciar o quanto a memória coletiva não é simples depósito neutro do passado, mas campo de disputas, seleções e enquadramentos produzidos socialmente ao longo do tempo. Ao destacar a “conversão do olhar histórico”, Le Goff (2003) aponta o deslocamento da atenção dos grandes acontecimentos para as palavras, imagens, gestos, ritos, festas e monumentos, ou seja, para práticas simbólicas que estruturam a forma como os grupos se reconhecem no passado. Essa perspectiva permite compreender que a memória coletiva é continuamente reelaborada, não apenas pelos

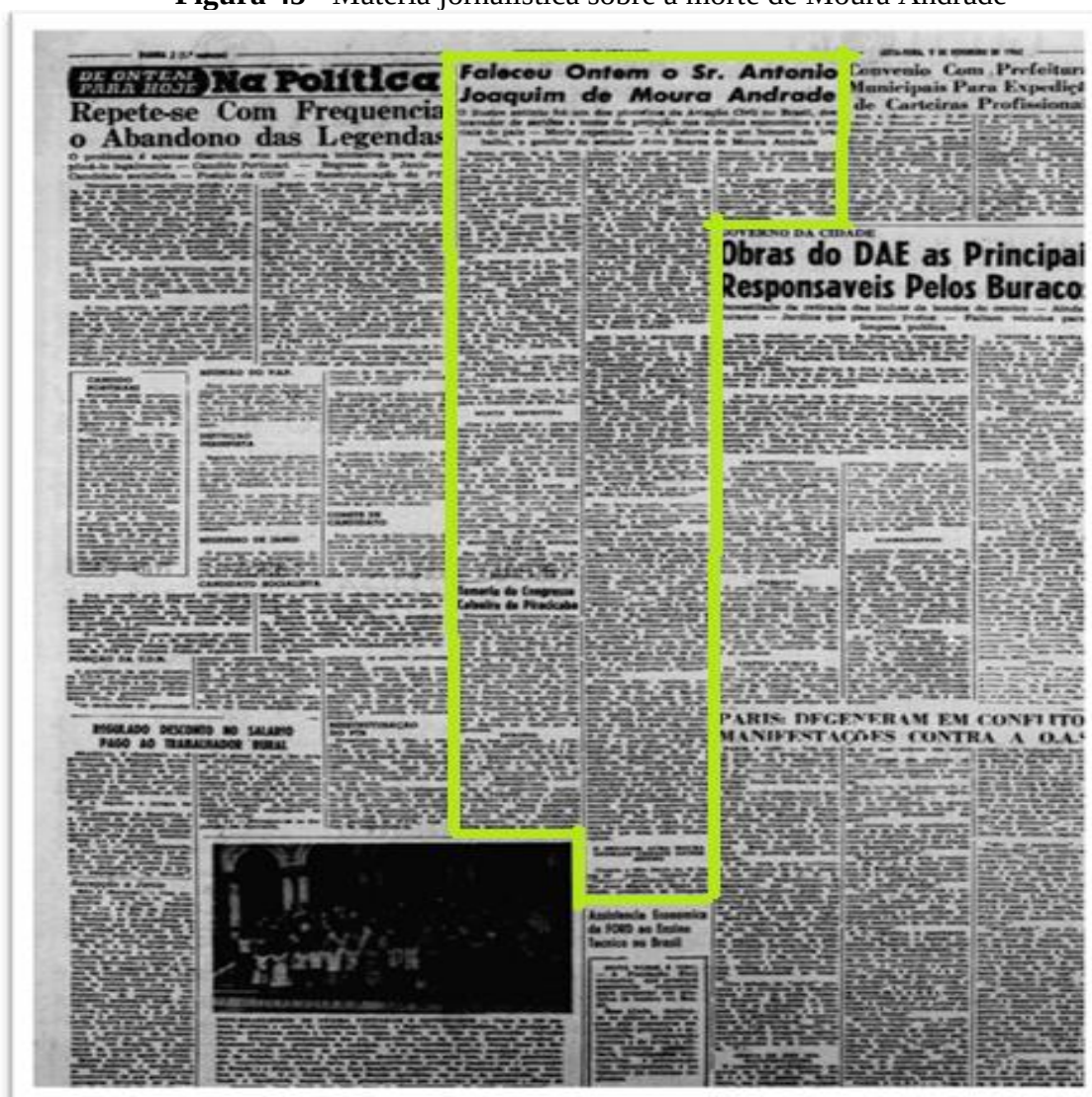
historiadores, mas sobretudo pelos meios sociais, políticos e midiáticos que a produzem, difundem e consagram.

Quando Le Goff (2003), dialogando com Pierre Nora, afirma que a memória coletiva é “o que fica do passado no vivido dos grupos, ou o que os grupos fazem do passado”, torna-se evidente seu caráter seletivo e funcional. Essa seleção não ocorre ao acaso, mas sob a pressão da história imediata, amplamente fabricada pelos meios de comunicação e pelos fatos oficiais. Nesse sentido, a memória coletiva passa a ser moldada por interesses dominantes, sendo transformada em objeto de consumo, explorada pela mídia, institucionalizada por comemorações oficiais, monumentos, museus e arquivos, e apresentada como herança consensual da sociedade.

O texto de Le Goff (2003) permite perceber que a memória coletiva, longe de ser espontânea ou democrática, é produzida por “Estados, meios sociais e políticos”, que acabam definindo o que deve ser lembrado, como deve ser lembrado e com quais sentidos. A história, nesse contexto, passa a operar sob forte pressão dessas memórias coletivas dirigidas, revelando que a oficialização do passado é parte integrante das estratégias de dominação simbólica. Para a análise histórica crítica, torna-se fundamental interrogar esses processos, desnaturalizar os lugares da memória e compreender quem são seus criadores, denominadores e beneficiários (Le Goff, 2003, p. 467).

Os feitos, empreendimentos e relações políticas são afirmados por meio da matéria que constrói uma narrativa associando a trajetória ao legado de progresso e modernização. Ao celebrar sua trajetória de forma escrita e destacada, a matéria atua como lugar de memória (Nora, 1993), cristalizando sua presença no imaginário coletivo e consolidando sua imagem como símbolo de avanço econômico e integração territorial nas áreas em que a Empresa Moura Andrade S/A atuou.

Figura 45 - Matéria jornalística sobre a morte de Moura Andrade



Fonte: Correio Paulistano, 09 de fevereiro de 1962.

A repercussão do falecimento de Moura Andrade na imprensa paulista evidencia que sua morte não foi tratada como evento privado, mas fato político repleto de simbolismos, inserido em uma lógica de memória pública cuidadosamente construída. O enquadramento da notícia em páginas voltadas à política revela o reconhecimento implícito de sua atuação como agente com poder de influência sobre decisões estatais, articulações territoriais e dinâmicas econômicas estratégicas.

Nesse sentido, a morte funciona como momento de reafirmação de um legado, no qual os jornais não apenas informam, mas participam ativamente da monumentalização do personagem. Conforme problematiza Le Goff, trata-se de um processo no qual a memória coletiva seleciona, hierarquiza e exalta determinados feitos, convertendo a trajetória empresarial em referência histórica legitimada. Assim, a imprensa atua como mediadora entre

o passado e o presente, assegurando certa historicidade arregimentada que a figura de Moura Andrade continuou operando na expansão urbana, na valorização fundiária e na consolidação de um imaginário de progresso associado a seu nome. Segundo Le Goff (2003, p. 466):

Conversão partilhada pelo grande público, obcecado pelo medo de uma perda de memória, de uma anamnésia coletiva, que se exprime desajeitadamente na moda retrô, explorada sem vergonha pelos mercadores da memória desde que a memória se tornou um dos objetos da sociedade de consumo que se vende bem.

A chamada “conversão do olhar histórico” não ocorre apenas no campo acadêmico, mas é compartilhada pelo grande público, movido pelo medo da perda de referências coletivas e pela sensação de uma possível amnésia social. Esse receio, contudo, não se traduz em uma reflexão histórica crítica, mas frequentemente se manifesta de forma superficial, como na moda retrô, que estetiza o passado e o descola de seus conflitos e contradições.

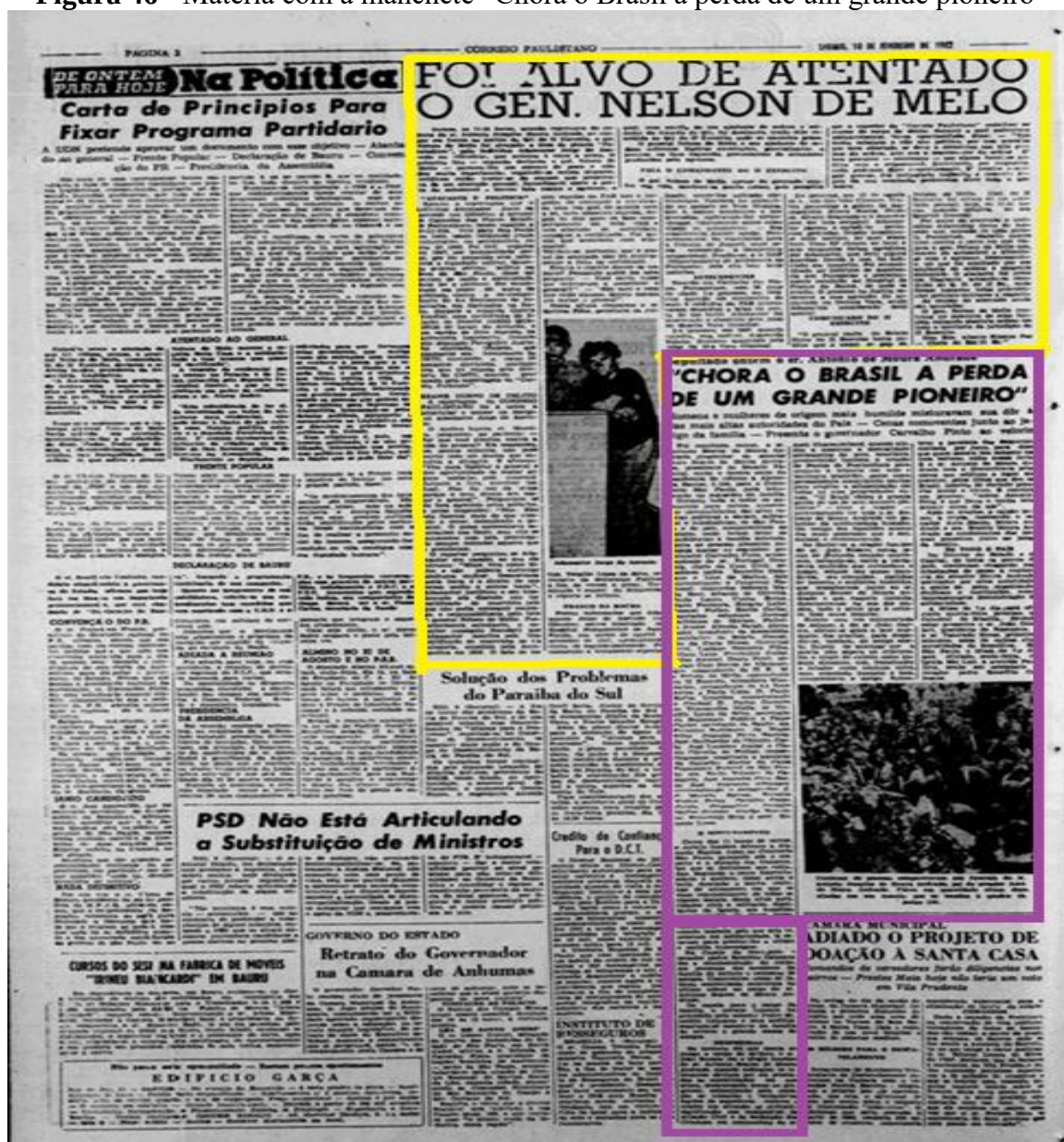
Ao apontar a atuação dos “mercadores da memória”, Le Goff (2003) denuncia o uso instrumental da memória coletiva, explorada como bem simbólico de alto valor comercial, o que favorece a seleção de narrativas convenientes e emocionalmente apelativas, em detrimento de uma compreensão histórica mais complexa e problematizadora.

Nesse ínterim, a construção e preservação da memória de Moura Andrade persistem por meio de outras matérias jornalísticas, e a chamada indica que o “Brasil chora a morte de um grande pioneiro” (figura 46). A manchete presente na cobertura jornalística da morte do empresário atua como enunciado fortemente laudatório e emocional, que molda a memória pública do personagem. A expressão anuncia o falecimento do empresário e confere a ele uma dimensão nacional e simbólica, associando-o à figura de um pioneiro, termo que, no imaginário social, remete à conquista de territórios e ao progresso.

Na edição do Correio Paulistano de 10 de fevereiro de 1962, que traz em destaque o sepultamento de Moura Andrade, a manchete principal da página evidencia um fato que, embora não necessariamente relacionado ao evento fúnebre, merece registro. O coronel Nelson de Melo foi alvo de atentado logo após sair do cemitério onde ocorrera o sepultamento de Moura Andrade. A simultaneidade dos acontecimentos gera uma justaposição curiosa no meio jornalístico, ainda que a matéria não estabeleça qualquer vínculo causal entre os dois fatos. Tal coincidência, mesmo sem evidências de conexão, reforça a atmosfera de tensão política e social que permeava o período e pode ser assinalada, ainda que de forma breve, como elemento contextual da narrativa memorial em torno de Moura Andrade. Certamente, Moura Andrade tornou-se um homem reconhecido por diversos feitos em âmbito nacional, contudo, quando a matéria relaciona o “choro do Brasil” à morte do empresário, evidencia os anseios que as mídias

procuram desenvolver em torno de determinadas personalidades, exaltando os feitos passados e permitindo que o futuro simbólico do falecido não seja esquecido, sobretudo, possa ser enaltecido.

Figura 46 - Matéria com a manchete “Chora o Brasil a perda de um grande pioneiro”



Fonte: Correio Paulistano, 10 de fevereiro de 1962.

Essa linguagem insere Moura Andrade em um panteão discursivo de personagens que teriam “feito o Brasil avançar”. Essa escolha se alinha ao que Maurice Halbwachs (2013) descreve como memória coletiva seletiva, em que o registro do passado privilegia aspectos que fortalecem a coesão e o prestígio de determinados grupos, apagando conflitos e tensões.

Nesse sentido, percebemos que a sua morte serviu de condição para que ele permanecesse sendo rememorado coletivamente. Quando questionamos pessoas que conviveram ou trabalharam para a Empresa Moura Andrade S/A do “Rei do Gado”, notamos que a memória construída sobre ele se tornou afetiva, e que os grupos de presença próxima influenciaram a maneira como muitos outros indivíduos se recordam dele. Para Halbwachs (2013), a reconstrução do passado é um fato social, ou seja, depende de relações que auxiliam na manutenção do morto-vivo na memória coletiva.

A permanência de Moura Andrade na memória social de Andradina e Nova Andradina ilustra a concepção de memória como patrimônio, conforme discutido por Bergson (2006), Candau (2008) e Nora (1993). Tal como ocorre nas celebrações, formas de expressão e práticas coletivas que expressam pertencimento, a lembrança de Moura Andrade não é mero devaneio, mas resultado de um trabalho consciente de evocação e preservação.

Em ambas as cidades, sua figura é reiterada em narrativas orais, eventos cívicos, toponímia e representações visuais, compondo um repertório de elementos que sustentam a memória que, embora ancorada em vivências individuais, adquire contornos de memória coletiva no sentido simbólico descrito por Nora (1993). Trata-se de um caso em que a recordação transmitida oralmente e reafirmada por práticas comunitárias funciona como “lugar de memória”, no qual a presença do personagem desempenha papel de identificação. Assim, a lembrança de Moura Andrade não se limita a registros históricos ou monumentos, mas integra dinâmicas culturais, nas quais a memória viva reforça e perpetua sua posição como figura de referência local.

Essa condição de rememoração pode ser compreendida, por exemplo, nas festas, datas comemorativas e feriados no município de Nova Andradina. É costumeiro, no dia 7 de setembro, quando se comemora a Independência do Brasil, ocorrer, durante o desfile cívico, a presença de cavaleiros e amazonas desfilando montados em cavalos e mulas, como forma de representatividade das comitivas que a Empresa Moura Andrade S/A fomentava desde os tempos de abertura e formação da fazenda Primavera e, posteriormente, da fazenda Baile.

Outro evento que revela sua presença é a EXPONAN, tradicional festividade que chegou, no ano de 2025, à sua quadragésima edição, e que conta com eventos agropecuários e que, em boa parte do final do século XX e início do XXI, alimentou a idealização de Nova Andradina-MS como a capital do gado ao nível de Brasil. O local em que se realiza a EXPONAN é o Parque de Exposições Henrique Barbosa Martins, em alusão à família de quem Moura Andrade adquiriu as glebas da fazenda Primavera e da fazenda Baile, onde foi construída

a cidade de Nova Andradina. Na abertura da EXPONAN, costuma ocorrer o desfile de cavaleiros (fotografia 21), que, de modo peculiar, restitui a intencionalidade de marcar o município como terra do “Rei do Gado”.

Fotografia 20 - Nova Andradina-MS: 40ª EXPONAN, outubro de 2025



Fonte: Sindicato Rural de Nova Andradina-MS.

A imagem registra o desfile de cavaleiros em espaço urbano, na Avenida Moura Andrade, prática ritualizada que atualiza no presente o imaginário agropecuário associado à fundação de Nova Andradina. A presença dos animais, das vestimentas e da comitiva remete simbolicamente à figura do “Rei do Gado”, reforçando a memória seletiva que vincula a identidade local à atuação de Moura Andrade. Trata-se de um “lugar de memória” em movimento, no qual o passado é encenado como tradição, um costume do passado voltado para o presente e seu suposto progresso. A cena evidencia como a memória coletiva é performatizada em eventos cívicos, naturalizando a centralidade do capital fundiário na história local.

A reprodução do capital pela via fundiária, conduzida por Moura Andrade, ultrapassou em muito o mero acúmulo econômico oriundo da especulação com terras e do controle sobre vastas áreas rurais. Revela que o processo de valorização fundiária operado na região de

Andradina e Nova Andradina esteve intrinsecamente articulado a uma sofisticada construção, preservação e, em certa medida, até a imposição de uma memória seletiva.

Ao mesmo tempo em que a Empresa Moura Andrade S/A promovia a abertura de estradas, a criação de infraestrutura básica e a fundação de núcleos urbanos, também estruturava, de forma intencional, um conjunto de representações que legitimavam sua atuação, ressaltamos, projetando a imagem do pioneiro visionário e de um benfeitor do progresso.

Esse mecanismo de consagração, característica no sentido bourdieusiano, converteu capital econômico em capital simbólico, criando consenso social em torno da inevitabilidade e da legitimidade do modelo de desenvolvimento implantado. Ao narrar a história local sob a ótica da epopeia fundadora, as memórias de expulsões, disputas de terra, marginalização de pequenos produtores e apagamento das populações indígenas e camponesas foram sistematicamente deslocadas para as margens do discurso público.

Lembramos ainda que famílias como Barbosas, Nantes, Flores, Matos, Garcia, Montserrat, Capilé, tenham participado efetivamente das frentes de expansão desde o século XIX, transitando para o XX, os discursos oficiais imperam por Moura Andrade enquanto o pioneiro e formador de Nova Andradina, por isso, a operação discursiva não se restringia a omitir fatos incômodos, ela reconfigurava o passado, transformando processos de expropriação em gestos de progresso, e resistências em obstáculos naturais ao “avanço civilizatório”.

Tal silenciamento, como nos lembra Pollak (1992), não é ausência de memória, mas uma forma ativa de moldar o que é lembrado e o que é esquecido, construindo um campo de visibilidade onde apenas determinados atores e feitos ganham centralidade. Entendemos que a memória resulta de um processo construído tanto coletivamente quanto individualmente e, no caso da memória transmitida, estabelece-se uma relação fenomenológica profunda entre recordar e construir um sentimento de identidade.

O sucesso da Empresa Moura Andrade S/A, portanto, se explica pela lógica econômica da compra, loteamento e revenda de terras, mas também pela instrumentalização de narrativas que naturalizaram desigualdades. A imagem de uma colonização ordeira e de uma integração pacífica das novas cidades ao mercado nacional dissimulava as estratégias de concentração fundiária e o alinhamento com políticas estatais que favoreciam grandes proprietários. Ao mesmo tempo, reforçava-se o mito do empreendedor solitário que, com recursos próprios, teria “aberto o caminho” para o desenvolvimento, deslocando para o campo da gratidão coletiva a análise crítica sobre as condições sociais e econômicas impostas à população.

Nesse sentido, a atuação de Moura Andrade deve ser compreendida como um processo complexo e dialético, no qual a acumulação fundiária se articulou à construção de um imaginário social que lhe assegurou poder. A presença de seu nome em ruas, praças, escolas e monumentos funciona como dispositivo de preservação da memória que torna imutável uma versão idealizada sobre o passado, contribuindo para a manutenção de desigualdades e para a legitimação retrospectiva de práticas de concentração de terras. Essa simbiose entre economia, política e simbolismo explica por que, mesmo décadas após sua morte, Moura Andrade permanece vivo no imaginário coletivo, não apenas como personagem histórico, mas como marca identitária das cidades que ajudou a fundar.

Assim, a história da Empresa Moura Andrade S/A e de seu fundador mostra que as transformações não podem ser vistas apenas como desenvolvimento, não podem ser analisadas apenas em seus aspectos materiais. É preciso compreender como a economia política da terra se alimenta de representações sociais e de usos políticos da memória, produzindo uma narrativa que mascara conflitos, naturaliza hierarquias e reproduz, sob novas roupagens, desigualdades herdadas. No caso de Andradina e Nova Andradina, essa narrativa não só consolidou a hegemonia fundiária de Moura Andrade, como também moldou a própria identidade coletiva, delimitando os contornos do que pode ser dito e lembrado sobre a formação dessas cidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após quase 48 meses do início no Programa de pós-graduação em História, no doutorado na Universidade Federal da Grande Dourados, sinto-me como um jogador de futebol que, já veterano, consegue enxergar caminhos e atalhos dentro de campo que antes não eram percebidos. No prefácio de Teoria, História e Memória de Elza Regis de Oliveira (2011), Ângelo Emílio da Silva Pessoa ressalta que “a passagem do tempo significa uma dádiva de acúmulo de experiência e perspicácia, que compensa largamente as agruras do passar dos anos. Se um historiador está em sua plena forma por volta dos quarenta anos, com certeza estará em melhores condições nas fases da vida que se seguirem”.

Desta forma, percebemos que nos primeiros estudos e leituras do ano de 2022, conseguíamos observar no processo de colonização exercido pela Empresa Moura Andrade S/A condições espoliadoras de terras, de grilagem e com aspectos de violência que deveriam ser analisados, não deixando de considerar os riscos de mexermos em um vespeiro histórico e social. No decorrer do trabalho e com o amadurecimento acadêmico, tornou-se possível assimilar Moura Andrade para além das falácias socioespaciais que mormente pensávamos, mas, sobretudo, como empresário/latifundiário de uma época, que aproveitou as ocasiões para especular e apropriar-se da terra e obter renda capitalista.

É preciso afirmarmos que a trajetória de Moura Andrade, enquanto originário de família de sitiantes até tornar-se conhecido como o Rei do Gado, possui relevância histórica para a pesquisa, considerando sua importância ao fundar cidades e tornar-se empresário da comercialização da aviação civil, da carne e da agricultura. O alcance pessoal de Moura Andrade o colocou em condições de ser pensado enquanto história de memória e comemorações, haja vista que as festas de aniversários das cidades de Andradina e Nova Andradina, todos os anos, rememoram o empresário em simbologias popularizadas.

Desta forma, tratamos nessas considerações que Moura Andrade passou a ser uma comemoração para a população das cidades que fundou, peculiarmente Andradina-SP e Nova Andradina-MS. Nas entrevistas realizadas para o desenvolvimento da pesquisa, sempre foi possível perceber a impregnação do mito do bom colonizador, do benfeitor de cidades, do monarca da criação de bovinos e relacionado aos empresários que colocaram o Brasil no patamar dos grandes produtores de gado para corte.

Ressaltamos que, embora Moura Andrade também tenha fundado Águas de São Pedro-SP, o estudo concentrou-se em Andradina-SP e Nova Andradina-MS, considerando

insuficiência documental referente ao caso de Águas de São Pedro, evitando os riscos de faltarmos com a coerência para com a escrita. Tal recorte permitiu compreender a lógica fundiária, urbana e empresarial que estruturou a expansão territorial conduzida pelo empresário na primeira metade do século XX. Nessas cidades, Moura Andrade tornou-se figura celebrada como fundador e promotor do progresso, condição reforçada por monumentos, toponímias, festividades cívicas e narrativas orais.

Essa forma de consagração opera no campo do poder simbólico, nos termos de Bourdieu (2012), mediante a monopolização legítima das classificações e da memória social, transformando interesses privados de colonização fundiária em capital de reconhecimento público. Assim, ao monumentalizarem a figura do empresário, Andradina e Nova Andradina integram-no ao imaginário nacional como referência do empresariado pecuarista e do colonizador moderno, reafirmando-o como fundador, produtor de cidades e agente articulador do território.

Assim, o estudo realizado procurou dizer um pouco mais sobre a história de um homem que, de comerciário, funcionário de banco e caixeiro viajante, foi se transformando em empresário, negociador de mercadorias e, tempos depois, enveredou para a negociação de terras, quando pôde, aos 27 anos, adquirir sua primeira fazenda. Todavia, o trabalho demonstrou que esse homem foi especulador em vários sentidos, com o café, com a pecuária e, sobretudo, com a terra, sabendo aproveitar diversas ocasiões para adquirir e vender produtos que lhe conferiram situações de acumulação do capital. Vendendo café a “ponto futuro”, aprendeu a converter situações especulativas em ganhos reais de dinheiro.

Foi possível analisarmos que Moura Andrade não se esquivava dos desafios que o mundo acumulativo de capital lhe propunha. Quando teve que viajar pelo Brasil à procura de terras e comercializações, passou a investir na aviação civil e, embora tenha contado com a amizade publicitária de Assis Chateaubriand, não hesitou em arriscar parte de seus fundos, constituindo outra forma de acumulação do capital. Apesar de os familiares comentarem insistentemente que Moura Andrade não foi um homem da política, estabeleceu importantes laços que abriram portas para o comércio de produtos, de aviões e para a compra de terras e nelas a produção que lhe rendeu ganhos na agricultura e na pecuária, além de seu filho Auro ter ocupado cargos eletivos, conforme escrevemos.

Nos anos de 1930, Moura Andrade teve relações próximas com o presidente do Brasil, Getúlio Vargas. A política da Marcha para Oeste proporcionou que empresários com condições de investimento semelhantes às de Moura Andrade recebessem incentivos do governo federal,

seja por meio de isenção de tributos, pela possibilidade de aquisição e posse, por requerimento ao Estado, de extensas áreas de latifúndios. Os investimentos de Moura Andrade foram lhe proporcionando a compra de fazendas, aproveitando-se de momentos de fragilidade econômica, peculiarmente causados pela produção de café relacionada com a crise de 1929 e outros fatores naturais, que lhe permitiram atuar como instituição bancária, emprestando dinheiro e fiando plantações.

Desta forma, compreendemos como Moura Andrade manteve relações com órgãos oficiais e pôde conviver com pessoas que contribuíram para a promoção e o sucesso de seus negócios e, desta maneira, observamos a construção de condições que corroboram para a tese de que Moura Andrade fez da terra um meio especulativo para obter renda capitalista. Ainda foi possível analisarmos os resultados positivos de seus investimentos. Claro que houve insucessos, todavia, entendemos que, para alguém originário de família de sitiantes e que, ainda menino, iniciou trabalhos em uma venda, ganhar a nomenclatura de produtor e rei do gado, certamente merece avaliações de que obteve êxito na vida.

A tese que orientou o trabalho sustentou que Moura Andrade atuou como apropriador capitalista da terra, mobilizado por relações econômicas, políticas, simbólicas e jurídicas que convergiram para a transformação da terra em ativo rentável, processo que resultou na criação das cidades de Andradina-SP e Nova Andradina-MS. Ao longo da investigação, confirmamos que a colonização privada não se deu de modo isolado, mas foi condicionada por alianças com o Estado Nacional, especialmente no contexto da política da Marcha para o Oeste, assim como pela inserção de mão de obra migrante e pela construção de uma narrativa de progresso capaz de conferir legitimidade pública ao empresário.

A análise das fontes orais, jornalísticas, cartoriais e iconográficas permitiu-nos demonstrar que Moura Andrade operou simultaneamente no campo econômico e no campo simbólico, convertendo o capital fundiário em capital político e social, conforme discutido por Bourdieu (2012). Sua figura não se limitou ao agente econômico, mas alcançou o estatuto de fundador, categoria socialmente construída e reiterada pela imprensa, pela toponímia, pela monumentalização construída e pela memória coletiva, dispositivos que Pierre Nora (1993) conceituou como “lugares de memória”. Assim, a representação de Moura Andrade como pioneiro e “Rei do Gado” não foi espontânea, mas resultado de um processo de construção e institucionalização da memória, mediado por diferentes interesses.

Confirmamos, ainda, que o processo de colonização estudado deve ser compreendido como expansão agrária, e também como estratégia empresarial voltada à valorização fundiária.

Os loteamentos urbanos, as fazendas produtivas, a implantação da malha viária e o uso da ferrovia constituíram elementos de um projeto integrado, que articulou cidade, campo e infraestrutura. A formação socioespacial de Andradina e Nova Andradina mostrou-se inseparável da lógica da terra enquanto ativo, isto é, enquanto mercadoria capaz de gerar renda. Assim, o colonizador não inaugura apenas cidades, inaugurava mercados.

No percurso desta pesquisa, percebemos que a memória desempenhou papel central na consolidação dessa trajetória. Halbwachs (2013) permitiu compreender como a memória coletiva opera por seleções, moldando a recordação em função dos grupos sociais que a preservam.

Le Goff (2003) evidenciou o caráter político da memória e seu vínculo com a escrita da história, e Moscovici (2015) contribuiu para refletirmos sobre os processos de ancoragem e objetivação, por meio dos quais determinados personagens, como Moura Andrade, são integrados ao senso comum e convertidos em referência identitária. Ao dialogar com esse referencial, a imagem do colonizador benfeitor resultou de um processo de estabilização simbólica, reforçado pelo Estado e pelos dispositivos midiáticos.

Aqui constatamos que as narrativas amplamente difundidas e reiteradas ao longo do tempo se constituíram como dispositivos centrais para a naturalização da concentração fundiária. Nesse sentido, jornais, revistas e rádios atuaram de forma articulada não apenas em consonância com os interesses do Estado Nacional e das unidades da federação, mas, sobretudo, em favor dos fazendeiros e empresários do período, contribuindo para sustentar a idealização de que a agricultura e a pecuária seriam os pilares fundamentais da economia nacional. Essas narrativas, ao enfatizarem o papel produtivo do campo, operaram como mecanismos simbólicos de legitimação da grande propriedade rural e de suas formas de exploração, ocultando as contradições sociais e econômicas inerentes a esse modelo.

Quando afirmamos que Moura Andrade foi um dos idealizadores do agronegócio em sua configuração contemporânea, estamos também ressaltando sua inserção em um projeto de país historicamente concebido como agrário e monocultor. As ações por ele empreendidas tornaram-se, nesse contexto, material simbólico relevante, uma vez que passaram a controlar, por meio de uma imagem cuidadosamente construída, os significados e sentidos atribuídos à memória regional.

Ainda que tal processo se apresente de maneira contraditória, seus efeitos permanecem perceptíveis até a atualidade, ora com maior, ora com menor intensidade, mas ainda atuantes. Como discutimos no quarto capítulo, é possível identificarmos essa permanência tanto nas

festividades de aniversário das cidades por ele fundadas quanto nos feriados nacionais, nos quais se projeta a ideia de que grandes fazendeiros e produtores ligados à pecuária e à agricultura figurariam como os principais detentores e promotores do desenvolvimento econômico do país.

Ao mesmo tempo, o exame histórico revelou-nos zonas de tensão frequentemente silenciadas pela memória oficial, como conflitos fundiários, expulsão de posseiros, práticas de grilagem e processos de seleção populacional direcionados à ocupação produtiva da terra. Assim, ao lado da narrativa do progresso, emergem disputas pela terra e pela cidade, o que reforça a necessidade de compreender a colonização privada como fenômeno complexo e conflitivo. Desse modo, a pesquisa afasta leituras romantizadas que exaltam o colonizador, e busca inseri-lo no interior das relações sociais que possibilitaram sua atuação.

Do ponto de vista historiográfico, os resultados desta tese contribuem para o debate sobre a interiorização do território brasileiro e sobre o papel dos agentes privados no processo de colonização, deslocando o foco do Estado que predominou na literatura. Também se soma aos estudos que problematizam a construção simbólica de personagens históricos e a produção de memórias legitimadoras, especialmente em contextos locais em que a presença do fundador ainda organiza identidades e afetos. Em termos metodológicos, no trabalho demonstramos a potência da História Oral e dos documentos privados para acessar dimensões que os registros oficiais não capturam.

Ao final, reiteramos que esta pesquisa não se encerra em si mesma. Ao contrário, abre caminhos para investigações futuras sobre a atuação de empresas colonizadoras no Centro-Oeste e Sudeste, sobre as redes políticas e econômicas que sustentaram a Marcha para o Oeste, sobre a produção de cidades enquanto artefatos empresariais e sobre as disputas contemporâneas pela memória desses processos. Ainda que centrada em Moura Andrade, esta tese problematiza um padrão histórico mais amplo, no qual o território brasileiro foi objeto de ação empresarial, estatal e simbólica.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Dióres Santos. Comunicações entre o sul de Mato Grosso e o sudoeste de São Paulo: O comércio de Gado. **Separata da Revista História** (USP), São Paulo, n.º 105, p. 191-214, 1976.
- ABREU, Dióres Santos. **Formação histórica de uma cidade pioneira paulista**: Presidente Prudente. Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Presidente Prudente, 1972.
- ABREU, Dióres Santos. Comunicações entre o sul de Mato Grosso e o sudoeste de São Paulo: O comércio de Gado. **Separata da Revista História** (USP), São Paulo, n.º 105, p. 191-214, 1976.
- ABREU, Silvana de. **Planejamento governamental**: a SUDECO no espaço Mato-Grossense - contexto, propósitos e contradições. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR. Durval Muniz de. **A Invenção do Nordeste e outras artes**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR. Durval Muniz de. **História**: a arte de inventar o passado Curitiba: Editora Apris, 2019b. (Ensaio de Teoria da História).
- ALBUQUERQUE JÚNIOR. Durval Muniz de. O Rapto do Sertão: A Captura do Conceito de Sertão pelo Discurso Regionalista Nordestino. Sertões, Identidades e Representações. **Revista Observatório Itaú Cultural**, n. 25, São Paulo: Itaú Cultural, (maio/novembro 2019a).
- ALCANTARA, Luziana Queiróz. **Andradina**: a terra do Rei do Gado, 1937 – 1969. Andradina, SP, L&C Artes Gráficas, 2001.
- ALMEIDA, Rosemeire A. **A aliança terra-capital em Mato Grosso do Sul: redefinições no campo e na cidade**. In: Edima Aranha Silva; Rosimeire Aparecida de Almeida. (Org.). Território e territorialidades em Mato Grosso do Sul. 1ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011, v. 1, p. 103-104.
- ALMEIDA, Thays Fregolent de. **Modernos bandeirantes, antigos interesses**: a Expedição Roncador-Xingu e a conquista da fronteira Oeste (1938-1948). Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2022.
- ANTONIO, Rogério Ribeiro. **Um Plano Privado de Colonização Dirigida**: a SOMECO S/A em terras do Ivinhema (1961-1974). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFGD. Disponível em: <https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>.
- ARIAS NETO, José Miguel. **Primeira República**: economia cafeeira, urbanização e industrialização. O tempo do liberalismo oligárquico: da Proclamação da República à Revolução de 1930 – Primeira República (1889- 1930) /organização Jorge Ferreira, Lucilia de Almeida Neves Delgado. – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

ARLINDO, Marco Aurélio da Silva. **Dinâmicas virtuosas da Reforma Agrária na Região de Andradina/SP**. Tese de Doutorado em Geografia - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Ciências Exatas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2020.

ARRUDA, Gilmar. **Frutos da terra: os trabalhadores da Matte Larangeira**. (Mestrado em História) – Instituto de Letras, História e Psicologia, Universidade Estadual de São Paulo. Assis, 1989.

ATLAN, Henri. “**Conscience et désirs dans des systems auto-organisateurs**”, *In: Morin e Piatelli Palmarini*, 1974, pp. 449-65.

BACZKO, Bronislaw. A imaginação social. *In: Leach, Edmund et Alii. Anthropos-Homem*. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

BALLER, Leandro. **Fronteira e fronteiriços: a construção das relações socioculturais entre brasileiros e paraguaios (1954-2014)**. Curitiba – PR: CRV, 2014.

BARBOSA, Emílio G. **Os Barbosas em Mato Grosso: estudo histórico**. Editora Empresa Correio do Estado Ltda. Campo Grande – MT, 1961.

BATISTA, Luis Carlos; MARTINS JÚNIOR, Carlos; ZILANI, José Carlos. **Resgate e construção da memória e da história da colonização do sudeste de Mato Grosso do Sul**. Disponível em: <http://www.igeo.uerj.br/VICBG-2004/Eixo5/e5%20089.htm>. Acesso em: 22 jun. 2005.

BECKER, Berta K. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1990.

BERGSON, Henri. **Matéria e memória**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BITTAR, Marisa. **Mato Grosso do Sul: do estado sonhado ao estado construído (1892-1997)**. São Paulo, 1977. 540 p. Tese (Doutorado em História) - FFLCH/USP.

BOM MEIHY, José Carlos Sebe. **Manual de história oral**. 5. ed. Revista e Ampliada. Edições Loyola, 2005.

BOM MEIHY, José Carlos Sebe; SEAWRIGHT, Leandro Alonso. **Memórias e Narrativas: história oral aplicada**. São Paulo: Contexto, 2020.

BOURDIEU, Pierre. **O poder Simbólico**. 16. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BORRALHO, Henrique. História e reflexão. **Revista Outros Tempos**, São Luís, v. 10, série 16, p. 88-103, 2013.

BORRALHO, Henrique. Mito, História, Contra-história. **Ciências Humanas em Revista**, São Luís, v. 3. fasc.1, p. 105-126, 2005.

BORRALHO, Henrique. Os silêncios da História. **Rev. Interd. em Cult. e Soc. (RICS)**, São Luís, v. 7, n. 1, p. 56- 79, jan./jun. 2021.

BORRALHO, Henrique. **Pensamento e História: Michel Foucault, Paul Ricoeur e Eric Weil**. São Paulo: Realizações, 2020b.

BORRALHO, Henrique. **Versura**: Ensaios. São Luís: EDUEMA & Café e Lápis, 2017.

BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a história**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

BURKE, Peter. História Cultural: passado, presente e futuro. *In: O Mundo como Teatro*. São Paulo: DIFEL, 1992.

CAMPESTRINI, Hildebrando. **Mato Grosso do Sul**: conflitos étnicos e fundiários. Campo Grande - MS: [s.n.], 2009.

CANDAU, Joel. **Mémoire collective et mémoire individuelle fonctionnent-elles selon le même modèle?** Archives, 2008.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.

CARLI, Maria Aparecida Ferreira. **Dourados e a democratização da terra**: povoamento da Colônia Agrícola de Dourados (1946- 1956). Dourados, MS: UFGD, 2008.

CARIO, Silvio Antonio Ferraz; BUZANELO, Edemar J. Notas sobre a Teoria Marxista da Renda da Terra. **Revista de Ciências Humanas**. ISSN, nº. 0901 – 9589. 8 ed. Editora da UFSC, 1986.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1984.

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. *In: A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense, 1982. p.65-119.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações, Lisboa: DIFEL, 1990.

CHARTIER, Roger. **O Mundo como Representação**. Texto publicado com permissão da Revista Annales (nov-dez. 1989, nº 6, pp. 1505- 1520). O original em francês encontra-se à disposição do leitor no IEA para eventual consulta.

CHARTIER, Roger. O Mundo como Representação. Chartier, R. (1991). O mundo como representação. Estudos Avançados, 5(11), 173-191. Disponível em: <https://revistas.usp.br/eav/article/view/8601>.

CHARTIER, Roger; CERTEAU, Michel de. **Lectures et lecteurs dans l'ancien regime**. Paris: Minuit, 1987.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Brasil**: mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

CORRÊA FILHO, Virgílio. **História de Mato Grosso**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1969.

CORRÊA, Valmir Batista. **Coronéis e bandidos em Mato Grosso (1989-1943)**. 2. ed. Campo Grande - MS: UFMS, 2006.

COSTA, Georgia Carolina Capistrano da. **As cidades da Companhia Bata (1918-1940) e de Jan Antonin Bata (1940-1965) Relações entre a experiência internacional e a brasileira.** Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo do Instituto de Arquitetura e Urbanismo de São Carlos/ Universidade de São Paulo, USP, 2012. Disponível em: file:///C:/Users/Claudinei/Downloads/Georgia_Capistrano_da_Costa_BRASIL_As_cidades_de_Jan_Antonin_Bata_.pdf

CUNHA, Euclides da. Amazônia: **Um paraíso perdido**. 2.ed. Manaus: Editora Valer, 2011.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**: campanha de canudos. Editora Martin Claret Ltda, 2002.

D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon. **Coronelismo, enxada e voto: o Brasil das oligarquias**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

DIAS, Antônio Marcos. **Narrativas orais entre mitos, lendas e realidades**: sobre a Fazenda Primavera, Batayporã-MS. Trabalho de Conclusão de Curso-História – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Campus Nova Andradina, 2011.

DIEHL, Astor Antonio. **Os círculos operários**: um projeto sócio-político da Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1932-1964). Porto Alegre: EDIPUC, 1990.

DIEHL, Astor Antonio. **Os círculos operários**: um projeto sócio-político da Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1932-1964). Porto Alegre: EDIPUC, 1990. p. 18.

DIEHL, Astor Antonio; ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de História. **A Arte de Inventar o Passado**. Curitiba: Editora Apris, 2019b. (Ensaio de Teoria da História).

DIEHL, Astor Antonio; ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. O Rapto do Sertão: A Captura do Conceito de Sertão pelo Discurso Regionalista Nordestino. Sertões, Identidades e Representações. **Revista Observatório Itaú Cultural**, n. 25, São Paulo: Itaú Cultural, (maio/novembro 2019a).

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 4. ed. São Paulo: Globo, 2001.

FAUSTO, Boris. **O Brasil republicano, v.1**: estrutura de poder e economia (1889--1930). São Paulo: Bertrand Brasil, 1989. (Coleção História Geral da Civilização Brasileira, t. III).

FAUSTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)**. Rio de Janeiro/São Paulo: Difel, 1977.

FAUSTO, Boris. Expansão do café e política cafeeira. In: FAUSTO, Boris. **O Brasil republicano**. V. 1: estrutura de poder e economia (1889-1930). São Paulo: Bertrand Brasil, 1989. (Coleção História Geral da Civilização Brasileira, t. III).

FERREIRA, Jorge. **Trabalhadores do Brasil**: o imaginário popular (1930 – 1945). Rio de Janeiro: 7 Letras, 2011.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. Aula Inaugural No Collège de France, Pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução: Laura Fraga De Almeida Sampaio. 5ª edição: setembro de 1999. EDIÇÕES LOYOLA, São Paulo, Brasil, 1996

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Petrópolis: Vozes, 1972.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 11 ed. São Paulo, Paz e Terra, 2021.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Michel Foucault, (tradução Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Moraes, supervisão final do texto Léa Porto de Abreu Novaes... et al. J. — Rio de Janeiro : NAU Editora, 2001.

FOWERAKER, Joe. **A luta pela terra**: a economia política na fronteira pioneira no Brasil. Tradução de Maria Julia Goldwasser. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

FREITAG, Liliane Costa. **Fronteiras Perigosas**: migração e brasilidades no Extremo Oeste paranaense (1937-1954). Cascavel: Edições Unioeste, 2001.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 49 ed. São Paulo: Global, 2004.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros. Verdadeiro, falso, fictício**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007

GINZBURG, Carlo. Olhos de Madeira, 2002. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O mundo como texto: leituras da História e da Literatura**. História da Educação, ASPHE/FaE/3UFPel, Pelotas, n. 14, p. 31-45, set. 2003.

GOMES, Ângela de Castro. 2013. **Olhando para Dentro**. Parte 1. População e sociedade. Rio de Janeiro: Objetiva, Vol. 4. 2013.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A fronteira agrícola e as migrações**. São Paulo: Ed. Paulinas, 1983.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2013.

HARVEY, David. **A produção do espaço capitalista**. São Paulo: Annablume, 2005.

HISSA, C. E. V. **A mobilidade das fronteiras**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.

HOBBSBAWM, Eric. **Sobre História**, Tradução de Cid Knipel Moreira. 1ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IANNI, Octavio. **A luta pela terra**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo Agropecuário 1953. Rio de Janeiro: IBGE. 1953.

LAMBERT, Jacques. **Os dois brasis**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1953.

LE GOFF, Jacques. **O Imaginário Medieval**, Lisboa: Estampa, 1994.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução, Bernardo Leitão. 5 ed. Campinas, SP, Editora da UNICAMP, 2003.

LENHARO, Alcir. **Colonização e trabalho no Brasil**. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1986a.

LENHARO, Alcir. **Sacralização da Política**. Campinas, SP: Papirus, 1986b.

LEONARDO, Letícia Alves. **Apropriação Capitalista da terra nos territórios dos Caiapó e dos Ofaíé na Região do Bolsão (MS)**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Geografia do Campus de Três Lagoas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como exigência para obtenção do Título de Doutora em Geografia, 2025.

LINS, Lindericy Francisco Tomé de Souza. Brazil, Brazil Today e Travel in Brazil: as revistas de propaganda do Brasil nos EUA (1930-1945). Prefixo Editorial: 98711. **Anais do XXIX Simpósio Nacional de História - contra os preconceitos: história e democracia**.

LOBATO, Monteiro. **Urupês**. São Paulo: Revista do Brasil, 1918.

LÜBBE, Hermann. **Esquecimento e Historicização da memória**. Estud. hist. (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 29, n. 57, p. 285-300, abr. 2016.

MACHADO, Lia Osório. Limites, fronteiras, redes. In: T. M. Strohaecker, A. Damiani, N. O. Schaffer, N. Bauth, V. S. Dutra (Org.). **Fronteiras e Espaço Global**, AGB-Porto Alegre; Porto Alegre, 1998, p.41-49.

MAESTRI, Mário. A aldeia ausente: índios, caboclos, nativos, moradores e imigrantes na formação da classe camponesa brasileira. In: STEDILE, J. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p. 231 - 232.

MARQUES, Marta Inez M. Lugar do modo de vida tradicional na modernidade. In: OLIVEIRA, Ariovaldo U. de; MARQUES, Marta Inez M. (orgs.). **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Ed. Casa Amarela e Ed. Paz e Terra, 2004.

MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e tradicionalismo**: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Pioneira, 1975.

MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a Política no Brasil**. As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Editora, Petrópolis, RJ Brasil, 1981.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência**: a questão política no campo. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1982.

MARTINS, José de Souza. **A chegada do estranho**. São Paulo: Hucitec, 1993.

MARTINS, José de Souza. **O Poder do Atraso**: ensaios sobre sociologia da história lenta. São Paulo: Hucitec, 1994.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da Terra**. José de Souza. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2021.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: a degradação do Outro nos confins do humano. 2ª. Ed., 4ª. reimpressão. - São Paulo: Contexto, 2022.

MARTINS, Paulo Sodero. Dinâmica evolutiva em roças de caboclos amazônicos. In: Vieira, Célia Guimarães *et al.* (orgs.). **Diversidade biológica da Amazônia**. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, 2001, pp. 369-384.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec-Polis, 1984.

MONDARDO, Marcos Leandro. **Territórios Migrantes Transterritorialização e Identidade em Francisco Beltrão\PR**. Dourados, MS: Editora da UFGD, 2012.

MONDARDO, Marcos Leandro; GOETTERT, Jones Dari. Frente de Expansão e Frente Pioneira no Brasil: Espaços e Tempos da Migração, do Conflito e da Alteridade. **Revista OKARA**: Geografia em debate, v.1, n.2 , p. 1-128, 2007.

MORAES, A. C. R. **Território e história no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2008.

MORAES, José Augusto Santos. **Os Kaiowá na antiga Vacaria**: (re)ocupação territorial e (des)fragmentação social (1830-2017). Tese de Doutorado - UFGD - Dourados, MS, 2020.

MORENO, Gislaene. **Terra e poder de Mato Grosso**: política e mecanismos de burla: 1892-1992. Cuiabá: Entre Linhas/Ed. UFMT, 2007.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Territórios e Territorialidades Guarani e Kaiowa**: da territorialização precária na terra indígena de Dourados à multiterritorialidade. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2011.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Territórios, multiterritorialidades e memórias dos povos Guarani e Kaiowá: diferenças geográficas e as lutas pela descolonização na Reserva Indígena e nos acampamentos-tekoha - Dourados/MS**. Tese. (Doutorado em Geografia). – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2015.

MOTTA, Marcia Maria Menendes. **Direito à terra no Brasil**: a gestação do conflito: 1795-1824. São Paulo: Editora Alameda, 2012.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. **Nas fronteiras do poder**: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX. Editora Vicio de Leitura/ Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 1998.

MOTTA, Marcia Maria Menendes; GUIMARÃES, Elione Silva (Org.). **Propriedade e disputas**: fontes para a história do oitocentos. 1. ed. Niterói: EDUFF, 2011. v.1.

NANTES, Marciano Aparecido. **A Saga da Família Nantes**. Campo Grande, MS: Ed. Oeste, 2007.

NARDOQUE, Sedeval. **A Apropriação Capitalista da Terra e a Desconcentração Fundiária em Jales – SP**. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2014.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7–28, dez. 1993.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Contribuição para o estudo da Geografia Agrária: crítica ao “Estado Isolado” de Von Thunen.** 1978. Tese de Doutorado em Geografia. Departamento de Geografia. FFLCH – USP.

OLIVEIRA, Benícia Couto de. **A política de colonização do Estado Novo em Mato Grosso (1937 -1945).** Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 1999.

OLIVEIRA, Ademir Kleber Morbeck; OLIVEIRA, Fábio Fernando Martins. Processo de produção arquitetônica na zona rural do município de Rio Brilhante, Mato Grosso do sul - 1938 a 1950. Parte II. Pós, **Rev. Programa Pós-Grad. Arquit. Urban.** FAUUSP. São Paulo, v. 25, n. 47, p. 74-91, set-dez 2018.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia Para umaRe(li)gião. Sudene, Nordeste. Planejamento e conflitos de classe.** 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

OLIVEIRA, F. de. Política numa era de indeterminação: opacidade e reencantamento. In: OLIVEIRA, F. de; RIZEK, C. (orgs.). **A era da indeterminação.** São Paulo: Boitempo, 2007, p. 15-45.

OLIVEIRA, F. de. **Crítica à razão dualista. O Ornitorrinco.** São Paulo: Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, F. de. O Estado e a Exceção ou o Estado de Exceção. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais.** V. 5, n. 1, maio de 2003, p. 9-14. (b)

OLIVEIRA, F. de. A dominação globalizada: estrutura e dinâmica da dominação burguesa no Brasil. In: BASUALDO, E. M.; ARCEO, E. (orgs.). **Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales.** Buenos Aires: **CLACSO**, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2006. Disponível em <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20101101031724/10DeOliveira.pdf> Acesso: novembro 2020.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural.** 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. O mundo como texto: leituras da História e da Literatura. **História da Educação**, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, v. 7, n. 14, p. 31-45, set. 2003.

POLLACK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio.** Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3–15, 1989.

PORTELLI, Alessandro. **O que faz a história oral diferente.** Projeto História, nº 14, São Paulo, fevereiro/1997.

PORTELLI, Alessandro. **A morte não é um fato: histórias, memória e narrativa oral.** Tradução de Arthur T. Nalon. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

PRADO JÚNIOR. Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo Colônia.** 12 ed. São Paulo, Brasiliense, 1972.

QUEIROZ, Paulo R. Cimó. **Uma ferrovia entre dois mundos: a E. F. Noroeste do Brasil na primeira metade do século 20.** Bauru: EDUSC; Campo Grande: Ed. UFMS, 2004.

QUEIROZ, Paulo R. Cimó. A navegação na Bacia do Paraná e a integração do antigo sul de Mato Grosso ao mercado nacional. **História Econômica & História de Empresas**, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 165-197, jan./jun. 2004.

QUEIRÓZ, Paulo Roberto Cimó. MATO GROSSO/MATO GROSSO DO SUL: DIVISIONISMO E IDENTIDADES (UM BREVE ENSAIO) Diálogos - **Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História**. Vol. 10, núm. 2, 2006, pp. 149-184. Universidade Estadual de Maringá Maringá, Brasil

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. José de Souza Martins e os conceitos de 'frente de expansão' e 'frente pioneira'. In: Encontro da ANPUH/MS, 12., 2014, Aquidauana. **Anais eletrônicos**, 2014. p. 1-12.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. Uma esquina nos confins da América: encontros e desencontros nos processos de povoamento e ocupação do território do atual Mato Grosso do Sul. In.: CHAMORRO, Graciela; COMBÈS, Isabelle (org.). **Povos indígenas em Mato Grosso do Sul: história, cultura e transformações sociais**. Dourados: Ed. UFGD, 2015.

QUEIROZ, Paulo R. Cimó. A grande empresa concessionária dos ervais do antigo sul de Mato Grosso (1883-1949). In: **HISTÓRIA de empresas no Brasil**. Org. por Alcides Goularti Filho e Alexandre Macchione Saes. Niterói: Eduff; São Paulo: Hucitec, 2021. p. 231-265. (Col. Novos Estudos de História Econômica do Brasil).

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução de Alain François, Luís Leitão e Maria João Amado. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

SANTANA, Giovan Pereira. **De Lá Pra Cá: Trajetórias e Lugares De Nordestinas/Os Em Nova Andradina (MS)**. 2019. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2019.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.

SANTOS, Milton. **Metrópole corporativa fragmentada: o caso de São Paulo**. São Paulo: Nobel, 1993.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Claudinei Araújo dos. **A Formação social e territorial de Nova Andradina: o papel da igreja e a política de colonização (1958-1972)**. Monografia apresentada ao Curso de História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – CPNA, 2010.

SANTOS, Claudinei Araújo dos. **A região em análise: a política e a igreja no processo de colonização de Nova Andradina-MS**. 2015. Dissertação (Mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS). Três Lagoas – MS.

SENADO FEDERAL. Auro de Moura Andrade – **Biografia institucional**. Brasília: Senado Federal, 2024. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/2110>. Acesso em: abr. 2025.

SILVA e SILVA, Luciene Maria da. **Família, terra e poder oligárquico em Mato Grosso do Sul: legalização do grilo, violência e expropriação indígena no território Terena**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Geografia do Campus de Três Lagoas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2022.

SOUZA, José Garcia de. **Aviação civil**. Rio de Janeiro: Livraria-papelaria e Lithotypographia Pimenta de Mello & Cia., 1938.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

THOMPSON, Edward Palmer. **Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial**. In **Costumes em Comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TREVISAN, Ricardo. **Cidades novas**. Brasília: Editora UnB, 2020. Pesquisa, inovação & ousadia series. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/dp3cj/pdf/trevisan-9786558461586.pdf>.

TREVISAN, Ricardo. **Os construtores de uma nova cidade**: a equipe multidisciplinar que planejou Águas de São Pedro na década de 1930. Conference: I Simpósio Nacional do Centro Interdisciplinar de Estudos África-América - CieAA & VI Semana de HistóriaAt: Anápolis, 2007.

TURNER, Frederick. **The Significance of the Frontier in American History**. Madson: Proceedings or the Wisconsin Historical Society, 1893.

VARGAS, Getúlio. O progresso de Juiz de Fora. In: **A nova política do Brasil**. Volume XI (O Brasil na guerra: 1º de julho de 1944 a 30 de outubro de 1945). Rio de Janeiro: José Olympio, 1947. p. 85-88.

WALLERSTEIN, Immanuel. **World-System Analysis: an introduction**. Durham: Duke University Press, 2004.

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o “Espírito do Capitalismo”**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WOOD, Ellen. “Capítulo 4. A origem agrária do capitalismo. In: **A Origem do Capitalismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

ZILIANI, José Carlos. **Colonização: táticas e estratégias da Companhia Viação São Paulo Mato Grosso (1908-1960)**. Tese de Doutorado. Faculdade de Ciências e Letras de Assis – SP, 2010.

ZORZATO, Osvaldo. **Conciliação e Identidade**: considerações sobre a historiografia de Mato Grosso (1904-1983). 1998. 181 f. Tese (Doutorado em História Social) - FFLCH/USP. São Paulo.

FONTES – ENTREVISTAS

ENTREVISTA. Airton de Almeida Felipe, (Sonorização). Produção: Claudinei Araújo dos Santos, Nova Andradina, 12/07/2023 - 01:54min. Nasceu no Bairro São Bento em Nova Andradina-MT/MS.

ENTREVISTA. Antônio Carvalho Gomes, (Sonorização). Produção: Claudinei Araújo dos Santos, Nova Andradina, 11/01/2010: 1h36min. Nasceu em Sergipe, foi maquinista com patrula abrindo as primeiras ruas de Nova Andradina, é aposentado. Mora em Nova Andradina desde 29 de junho de 1958.

ENTREVISTA. Antônio Carlos Cotrim de Andrade. Produção: Claudinei Araújo dos Santos, Nova Andradina, 20/05/2023 – 52 min. Bisneto de Antônio Joaquim de Moura Andrade.

ENTREVISTA. Antônio Francisco Lopes, (Sonorização). Produção: Claudinei Araújo dos Santos, Nova Andradina, 09/03/2024 - 01:50min. Nasceu no Bairro Laranjal em Nova Andradina-MT/MS.

ENTREVISTA. Antonio Fernando de Andrade Prado, (Sonorização). Produção: Claudinei Araújo dos Santos, Nova Andradina, 16/02/2010: 54min. Nasceu em São Paulo, é neto do colonizador Antonio Joaquim de Moura Andrade, residiu em Nova Andradina desde o ano de 1983, na fazenda Baile. Falecido.

ENTREVISTA. Arlete Flores de Matos, (Sonorização). Produção: Claudinei Araújo dos Santos, Nova Andradina, 13/01/2024 - 01:20min. Nasceu no Bairro Laranjal e migrou para o Km 117 às margens do Rio Anhanduí no ano de 1958 em Nova Andradina-MT/MS.

ENTREVISTA. Argenide Sartori Dan, (Sonorização). Produção: Claudinei Araújo dos Santos, Nova Andradina, 24/04/2010: 55 min. Nasceu no Estado de São Paulo, passou a morar com o esposo Olívio Paro Dan, na cidade de Nova Andradina no ano de 1958. Falecida.

ENTREVISTA. Auracélia Marques de Matos, (Sonorização). Produção: Claudinei Araújo dos Santos, Nova Andradina, 06/01/2024 – 00:50 min. Nasceu no Bairro Laranjal desde o ano de 1955 em Nova Andradina-MT/MS.

ENTREVISTA 1. Carlos Bernardes da Silveira, (Sonorização). Produção: Claudinei Araújo dos Santos, Nova Andradina, 15/01/2010: 1h06min. Nasceu no Estado de São Paulo, é advogado e acadêmico do curso de História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Nova Andradina. Mora em Nova Andradina desde 1961.

ENTREVISTA 2. Carlos Bernardes da Silveira, (Sonorização). Produção: Claudinei Araújo dos Santos, Nova Andradina, 10/02/2023: min. Nasceu no Estado de São Paulo, é advogado e Mora em Nova Andradina desde 1961.

ENTREVISTA. Carmelito Dantas (Sonorização) Produção: Claudinei Araújo dos Santos, Nova Andradina, 09/02/2023 – 55 min. Trabalhou na fazenda Primavera – reside em Nova Andradina-MS.

ENTREVISTA. Cassimiro Araújo dos Santos, (Sonorização). Produção: Claudinei Araújo dos

Santos, Nova Andradina, 18/01/2010: 20min. Nasceu na Bahia, foi agricultor, é aposentado. Mora em Nova Andradina desde 1964. Falecido.

ENTREVISTA. Edilson Paes Nantes, (Sonorização). Produção: Claudinei Araújo dos Santos, Nova Andradina, 09/03/2024 - 01:50min. Nasceu no Bairro Laranjal em Nova Andradina-MT/MS.

ENTREVISTA. Edimar Marques de Matos, (Sonorização). Produção: Claudinei Araújo dos Santos, Nova Andradina, 06/01/2024 – 00:50min. Nasceu no Bairro Laranjal em Nova Andradina-MT/MS.

ENTREVISTA. Elcinei Castro Marques (Sonorização) Produção: Claudinei Araújo dos Santos, Nova Andradina, 23/03/2024 – 00:57min. Neta de Austrílio Capile Castro e filha de Vearní Castro – Primeiro prefeito de Nova Andradina.

ENTREVISTA. Ernete Marques Nantes, (Sonorização). Produção: Claudinei Araújo dos Santos, Nova Andradina, 06/01/2024 – 00:50 min. Nasceu no Bairro Laranjal em Nova Andradina-MT/MS.

ENTREVISTA. Ernete Flores de Matos, (Sonorização). Produção: Claudinei Araújo dos Santos, Nova Andradina, 13/01/2024 – 00:50min. Nasceu no Bairro Laranjal em Nova Andradina-MT/MS.

ENTREVISTA. Judite Maria Procópio Bonato, (Sonorização). Produção: Claudinei Araújo dos Santos, Nova Andradina, 16/02/2010: 01h22min. Nasceu no Estado de São Paulo, é professora na cidade de Nova Andradina. Seus pais foram funcionários de Antonio Joaquim de Moura desde o ano de 1957, na fazenda Primavera.

ENTREVISTA. Leandro Costa de Oliveira, (Sonorização). Produção: Claudinei Araújo dos Santos, Nova Andradina, 23/01/2010: 58 min. Nasceu na Bahia, foi funcionário de Antonio Joaquim de Moura Andrade na Fazenda Primavera, desde o ano de 1950, atualmente é aposentado. Falecido.

ENTREVISTA. Lourdes Monteiro Magalhães Monteiro Dantas (Sonorização) Produção: Claudinei Araújo dos Santos, Nova Andradina, 09/02/2023 – 55 min. Morou na fazenda Primavera – reside em Nova Andradina-MS.

ENTREVISTA. Manoel Vicente dos Santos (Sonorização) Produção: Claudinei Araújo dos Santos, Nova Andradina, 23/12/2024 – 01:h52min. Trabalhador na fazenda Baile desde 1954, morador de Nova Andradina-MS.

ENTREVISTA. Maria Aparecida Nantes de Matos, (Sonorização). Produção: Claudinei Araújo dos Santos, Nova Andradina, 13/01/2024 - 01:20min. Nasceu no Bairro Laranjal e migrou para o Km 117 às margens do Rio Anhanduí no ano de 1958 em Nova Andradina-MT/MS.

ENTREVISTA. Maria Araújo dos Santos, (Sonorização). Produção: Claudinei Araújo dos Santos, Nova Andradina, 18/01/2010: 20min. Nasceu na Bahia, dona de casa aposentada. Mora em Nova Andradina, desde 1964.

ENTREVISTA. Maria de Fátima Giovanoni, (Sonorização). Produção: Claudinei Araújo dos Santos, Nova Andradina, 16/05/2010: 21min. Nasceu no interior do Estado de São Paulo, sua família veio morar em Nova Andradina no ano de 1958, esposa de Ernesto Pinton.

ENTREVISTA. Maria Aparecida Procópio Antonio, (Sonorização). Produção: Claudinei Araújo dos Santos, Nova Andradina, 16/02/2010: 01h22min. Nasceu no Estado de São Paulo, é professora na cidade de Nova Andradina. Seus pais foram funcionários de Antônio Joaquim de Moura desde o ano de 1957, na fazenda Primavera.

ENTREVISTA 1. Nelson Almeida Andrade (Sonorização) Produção: Claudinei Araújo dos Santos, Nova Andradina, 13/08/2022 – 01:h40min. Neto de Antônio Joaquim de Moura Andrade.

ENTREVISTA 2. Nelson Almeida Andrade (Sonorização) Produção: Claudinei Araújo dos Santos, Nova Andradina, 24/02/2024 – 01h58min. Neto de Antônio Joaquim de Moura Andrade.

ENTREVISTA. Nelson Almeida Andrade (Sonorização) Produção: Claudinei Araújo dos Santos, Nova Andradina, 17/01/2023 – 55 min. Morou na fazenda Primavera – reside em Nova Andradina-MS.

ENTREVISTA. Nelson Minini dos Santos (Sonorização) Produção: Claudinei Araújo dos Santos, Nova Andradina, 17/01/2023 – 55 min. Morou na fazenda Primavera – reside em Nova Andradina-MS.

ENTREVISTA. Shoji Shiota (Sonorização) Produção: Claudinei Araújo dos Santos, Nova Andradina, 23/12/2024 – 01:h52min. Agrimensor da Fazenda Baile, 1956.

ENTREVISTA. Verane Surek, (Sonorização). Produção: Claudinei Araújo dos Santos, Nova Andradina, 12/07/2023 - 01:54min. Nasceu no Bairro São Bento em Nova Andradina-MT/MS.

ENTREVISTA. Nair Martins Felipe, (Sonorização). Produção: Claudinei Araújo dos Santos, Nova Andradina, 12/07/2023 - 01:54min. Nasceu no Bairro São Bento em Nova Andradina-MT/MS.

ENTREVISTA. Norberto Aparecido Godoy, (Sonorização). Produção: Claudinei Araújo dos Santos, Nova Andradina, 06/05/2010: 39min. Nasceu no Estado de São Paulo, veio morar em Nova Andradina no ano de 1970, para trabalhar na educação.

ENTREVISTA. Stela Andrade Aik (Sonorização) Produção: Claudinei Araújo dos Santos, Nova Andradina, 11/11/2023 – 00:40min. Neta de Antônio Joaquim de Moura Andrade. Áudios via WhatsApp.

ENTREVISTA. Severino Surek, (Sonorização). Produção: Claudinei Araújo dos Santos, Nova Andradina, 12/07/2023 - 01:54 min. Nasceu em Arapongas – PR.

ENTREVISTA. Silmara Lemes Sampaio de Queiróz (Sonorização) Produção: Claudinei Araújo dos Santos, Nova Andradina, 18/05/2024 – 00:52min. Trabalhador na fazenda Baile desde 1954, morador de Nova Andradina-MS.

ENTREVISTA. Teutly Silva Dantas. (Sonorização) Produção: Claudinei Araújo dos Santos, Nova Andradina, 20/05/2023 – 35 min. Nasceu na fazenda Primavera.

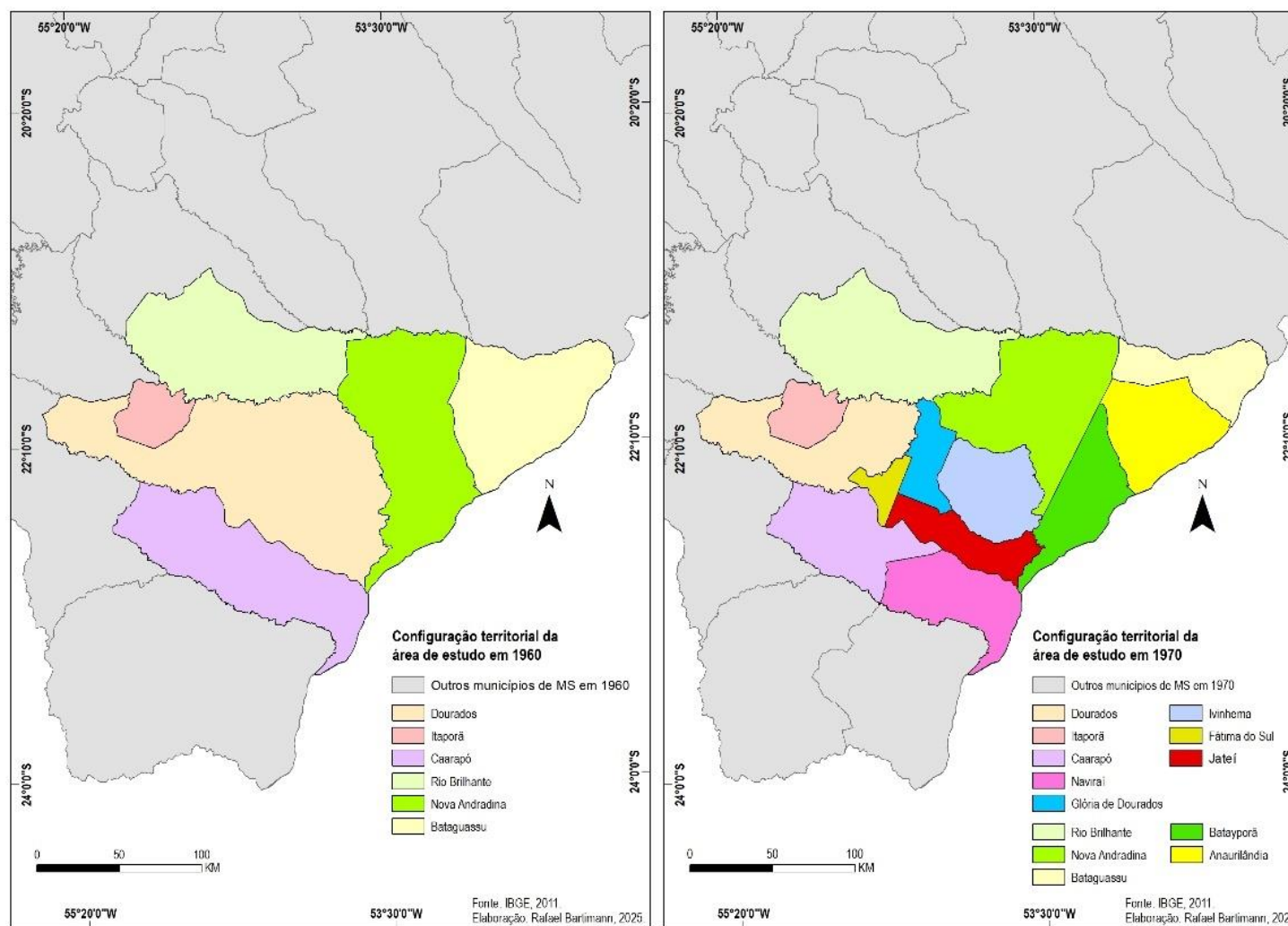
ENTREVISTA. Valdomiro Mendes (Sonorização) Produção: Claudinei Araújo dos Santos, Nova Andradina, 05/04/2023 – 01:45 min. Trabalhou na fazenda Primavera – reside em Nova Andradina-MS.

ENTREVISTA. Verane Surek, (Sonorização). Produção: Claudinei Araújo dos Santos, Nova Andradina, 12/07/2023 - 01:54min. Nasceu no Bairro São Bento em Nova Andradina-MT/MS.

ENTREVISTA. Zélia Pinheiro Mendes (Sonorização) Produção: Claudinei Araújo dos Santos, Nova Andradina, 05/04/2023 – 35 min. Trabalhou na fazenda Primavera – reside em Nova Andradina-MS.

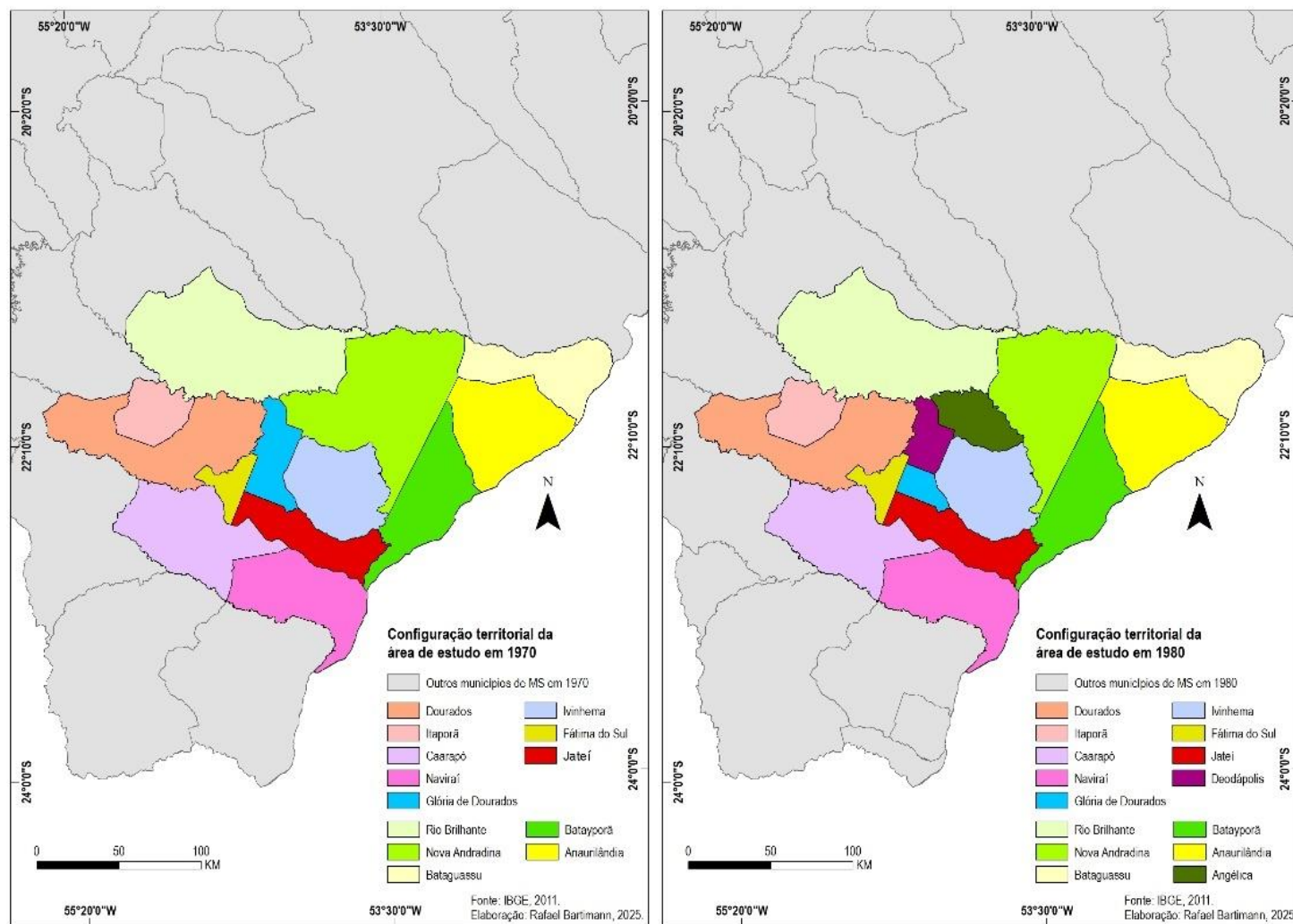
ANEXOS

Anexo 1: Reconfiguração territorial da área de estudo: comparativo entre os anos de 1950-1960 a partir do desmembramento por meio das leis sancionadas em 20 de dezembro de 1958



Fonte: IBGE, 2011. Elaboração: Rafael Bartmann, 2025.

Anexo 2: Reconfiguração territorial da área de estudo: comparativo entre os anos de 1960-1970 a partir do desmembramento por meio das leis sancionadas em 20 de dezembro de 1958



Fonte: IBGE, 2011. Elaboração: Rafael Bartmann, 2025.

Anexo 3: Dados da reconfiguração territorial da área de estudo: comparativo entre os anos de 1950 a 1980

1950		1960	
Município	Área	Município	Área
Rio Brilhante	20.247,00	Rio Brilhante	6.784,58
Nova Andradina	-	Nova Andradina	7.649,66
Bataguassu	-	Bataguassu	5.812,76
Batayporã	-	Batayporã	-
Anaurilândia	-	Anaurilândia	-
Angélica	-	Angélica	-
Dourados	20.565,42	Dourados	12.374,54
Itaporã	-	Itaporã	1.324,00
Caarapó	-	Caarapó	6.866,88
Naviraí	-	Naviraí	-
Glória de Dourados	-	Glória de Dourados	-
Ivinhema	-	Ivinhema	-
Fátima do Sul	-	Fátima do Sul	-
Jateí	-	Jateí	-
Deodápolis	-	Deodápolis	-

1970		1980	
Município	Área	Município	Área
Rio Brilhante	6.784,58	Rio Brilhante	6.784,58
Nova Andradina	6.051,55	Nova Andradina	4.779,10
Bataguassu	2.419,22	Bataguassu	2.419,22
Batayporã	2.870,56	Batayporã	2.870,56
Anaurilândia	3.393,54	Anaurilândia	3.393,54
Angélica	-	Angélica	1.272,45
Dourados	4.367,69	Dourados	4.367,69
Itaporã	1.324,00	Itaporã	1.324,00
Caarapó	3.706,08	Caarapó	3.706,08
Naviraí	3.160,79	Naviraí	3.160,79
Glória de Dourados	1.322,91	Glória de Dourados	491,87
Ivinhema	2.860,69	Ivinhema	2.860,69
Fátima do Sul	623,58	Fátima do Sul	623,58
Jateí	1.927,23	Jateí	1.927,23
Deodápolis	-	Deodápolis	831,04

Fonte: IBGE, 2011. Elaboração: Rafael Bartimann, 2025.

Anexo 4: Folha 1/4

Talão No. VII
E. Nogueira

Pag. Noveenta e quatro

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

REGISTRO DE IMOVEIS

ESTADO DE MATO GROSSO

Município e Comarca de RIO BRILHANTE

AFONSO DA SILVA SOUZA COELHO

OFICIAL SUBSTITUTO

CERTIFICO que a fls. 266 - - - do livro nº três (3º), foi registrada hoje sob nº. 1.246- - a transcrição - - - do imóvel situado neste município: Uma parte de terras da fazenda São Bento, no lugar denominado União, com a área de dezotto mil, duzentos e sessenta e seis hectares - (18.262 ha.), que se acha em comum. Transcrição anterior: 534 - fls. 74 deste livro. ADQUIRENTE: Antônio J. de Moura Andrade. TRANSMITENTE: Gonçalo de Souza Nogueira e outros. Título: Compra e venda. Forma do Título: Escritura - pública de compra e venda lavrada pelo 2º Tabelião da cidade de Campo Grande, neste Estado em 21 de janeiro de 1952. Valor: Cr\$7.0480,00. - - - - -

Observações: - - - - -

O referido é verdade e dou fé.

RIO BRILHANTE, 28 de Janeiro de 1952

O OFICIAL

Anexo 4: Folha 2/4

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

ESTADO DE MATO GROSSO

COMARCA DE RIO BRILHANTE

CERTIDÃO:

Certifico a pedido verbal de parte interessada, que revendo - em meu Cartório, o arquivo a meu cargo, não, no Livro nº8 - LIVRO AUXILIAR, às fls. 150 (cento e cinquenta), encontra-se o registro do toôr que se segue: "ANO: 1.961.- NÚMERO: 7- (sete).- REGISTRO: "Memorial. / Antônio Joaquim de Moura Andrade e sua mulher, Dra. Guionar Soares Andrade, sendo senhores e legítimos possuidores de uma parte do imóvel - "São Bento", situado no Município de Nova Andradina, nesta Comarca, - com a área de sessenta e cinco mil, seiscentos e dezoito hectares e / dois mil, trezentos e cinquenta e dois metros quadrados de terras, resolveram vendê-la em lotes urbanos e rurais. E, para proceder ao registro do loteamento, na forma do Decreto n. 58, de 10 de dezembro de - 1.937, e do Decreto n. 3.079, de 15 de setembro de 1.938, que o regulamenta, passam a expor o seguintes I - Denominação do Loteamento - Parte Urbana: "Cidade Nova Andradina". Parte Rural: "Gleba Nova Andradina". II - Áreas A área do imóvel destinado a loteamento, para venda a prestação é de 65.618 hectares e 2.350 metros quadrados de terras. Dita gleba, 286 (duzentos e oitenta e seis) alqueires, do tipo paulista, foram loteados para a parte urbana, que se constitui de lotes medindo 20 (vinte) metros de frente, por 40 (quarenta), de frente aos fundos; e 3.833 (três mil, oitocentos e trinta e três) alqueires e 7.157 metros quadrados, para a parte rural, que é constituída de chácaras de um, - dois e três alqueires, e de lotes de quatro a trinta alqueires, conforme se vê do plano do loteamento junto. O restante da gleba será loteado, oportunamente, quando se juntar aos autos a planta e demais especificações que forem necessárias à legalização da venda, conforme permite o parágrafo primeiro, item sexto, do artigo primeiro, do citado / Decreto 3.079. III - Limites da Gleba Loteada "Começa em um marco cravado à margem esquerda do Rio Ivinhoima; daí numa linha reta seca, dividindo com terras da Companhia Viação São Paulo-Mato Grosso, numa extensão de 62.020 metros, ao rumo de 36°30' NE., até encontrar um arame de, divisa das terras do Austrílio Capilé. Daí, pela cabeceira do Frutal; daí, com 1.800 metros a outro marco; desse marco, com 1.000 metros rumo 14°00' a outro marco; deste, com 1.000 metros, ao rumo de 03°00', e depois com 6.534 metros, ao rumo de 02°00', atravessando a cabeceira São Rafael e mais 4.800 metros, até encontrar a cabeceira Shatt. Daí, segue pelo Santo Izidro, até a sua confluência com o rio Samambáia; por este acima, até a cabeceira Limpa; e pela cabeceira Limpa até encontrar outro marco; daí, em linha reta, até encontrar a cabeceira do Laranjal; pelo Laranjal, até um marco; deste, com 1.200 metros a outro marco; daí com 6.600 metros, ao rumo de 187°30' a um marco, na cabeceira do córrego Baile; por este abaixo, até encontrar uma Cabeceirinha e por esta, - limitando com a Fazenda São Bento, até um marco; daí, com 1.672 metros, ao rumo de 97°30', até encontrar um marco, no espigão do Baile e Santa Bárbara; daí, com 5.285 metros, ao rumo de 13°00' e depois, 704,20 metros, ao rumo de 198°30'. Daí, segue pelo espigão do Santa Bárbara e / Baile, até o marco, n.3, e dividindo com a Fazenda Santa Bárbara; daí, em linha reta seca, ao rumo de 231°45' com 7.300 metros, até encontrar o Córrego Santa Bárbara; por este abaixo, até o Rio Ivinhoima e por este abaixo, até o ponto de partida". (Of. doc. n.6.) IV - Situação A "Cidade Nova Andradina" fica no espigão divisor, a 31 quilômetros do Póto de Amandina, no Rio-Ivinhoima, e a 66 do Póto Primavera, no Rio Paraná, localizando-se em terras da antiga Baile, digo, Antiga Fazenda W-

Anexo 4: Folha 3/4

Fazenda Baile, parte do imóvel "São Bento", atualmente pertencente ao Município de Nova Andradina, que se desmembrou do do Bataguassá, ex-distrito do Rio Brilhante, de cuja Comarca faz parte. O loteamento rural, contíguo ao urbano, se estende por terras da Fazenda Baile e por outras do imóvel São Bento. V.- Vias de Comunicação: A cidade se liga a dois portos fluviais, de rios planamente navegáveis, por rodovias recentemente construídas: ao Porto Primavera, no Rio Paraná, com 66 quilômetros; e ao Porto Amândina, no Rio Ivinheima, com 31 quilômetros. Além dessas, outras Rodovias, digo, outras rodovias internas contam o território do Município, com a que vai à Vila de Bataiporã, com 9 quilômetros; à BR-34, com 64 quilômetros; à região do Bairro São Bento, com cerca de 60 quilômetros já construídos; e a todos os lotes da parte rural, mesmo os mais distantes da sede do Município. Saindo-se pela BR-34, fica a Cidade de Nova Andradina: a 150 quilômetros do Bataguassá; a 179 quilômetros do Porto Quinze de Novembro; a do Campo Grande; e a desta cidade do Rio Brilhante. A ainda dotada do ótimo campo de pouso, para aviões do grande porte. Está, assim, com boas vias de comunicação, possibilitando o fácil escoamento da produção e o consequente desenvolvimento da região. V.- Qualidade das terras: As terras são constituídas de massapé roxa e vermelha, sendo ótimas para a cultura de cereais, especialmente do café, que se vem desenvolvendo, promissoramente, na região. VII.- Aspecto Urbano: As ruas, têm vinte metros de frente, por quarenta de fundo aos fundos, perfazendo a área de oitocentos metros quadrados. As avenidas Primavera e Gato-Prato, que se cruzam, no centro da cidade, na Praça Brasil, têm trinta metros de largura; enquanto as Avenidas Guanabara, Baile, Ivinheima e Rio Brilhante, vinte metros apenas; e as ruas, dezesseis metros. Terrenos para várias praças, e outros destinados a prédios públicos, inclusive grupos escolares e cinemas, casas de saúde, quilombo municipal, estação rodoviária, mercado, parque agrícola e comitório estão reservados, atendendo a melhor técnica de urbanização. A cidade é iluminada, com a energia produzida por conjunto "diesel" e tem água encanada, fornecida por poços semi-artesianos. VIII.- Histórico dos títulos dominiais da Globa: Os 65.618 hectares e 2.350 metros quadrados das terras do imóvel "São Bento", compreendidas dentro dos limites descritos no item terceiro, do Memorial, foram adquiridos, originariamente, em área maior, com 438.637 hectares, por compra feita ao Estado de Mato Grosso, por Domingos Barbosa Martins, conforme título definitivo de propriedade, que lhe foi expedido em 21 de Fevereiro de ano de 1.913 e devidamente transcrito sob nº 295, no Livro 3, a fls. 59, do Cartório do Registro Geral do Imóveis da Comarca do Campo Grande. (doc. n.2). Com a morte de Dona Maria Crescência Villalba Barbosa Martins, esposa de Domingos Barbosa Martins parte dessas terras passaram ao domínio dos sete filhos do casal, inclusive Henrique Martins. E a herança do viúvo foi transferida, por escritura pública de cessão de direitos, a Jaime Ferreira Barbosa. Henrique Martins adquiriu, assim, na partilha dos bens deixados, por sua referência a mão, a área de 21.262 hectares de 5.000 metros quadrados, como prova a transcrição n.394, lavrada no Livro 3, a fls. 72, desse Cartório (doc. n.3). Posteriormente, Henrique Martins e sua mulher, Sra. Adela de Barboza Martins, venderam, dessa globa, 18.262, hectares e Godofredo de Souza Nogueira, Carlos de Souza Nogueira, Estácio Roberto Barbosa, Altivo Corrêa Nogueira, Ludovico Corrêa Nogueira e Elenir Corrêa Nogueira, por escritura pública transcrita sob nº 534, no Livro 3, a fls. 99, desse Cartório (doc. n.4). Estácio Roberto Barbosa, um dos adquirentes dos 18.262 hectares da Fazenda "Baile", vendeu, juntamente com sua mulher, Antônia Nogueira Barbosa, aos demais consórcios, digo consórcios e sua parte, conforme se vê da transcrição n. 937, desse Cartório do Registro Imobiliário. (doc. n.4). Assim, pelas transcrições 534 e 937, essas 18.262 hectares de terras da Fazenda "Baile" passaram ao domínio de Godofredo de Souza Nogueira, Carlos de Souza Nogueira, Altivo Corrêa Nogueira, Ludovico Corrêa Nogueira e Hugo Martins Nantes, que, com suas respectivas esposas, os casados, e por si o solteiro, venderam toda a globa a Antônio Joaquim de Moura Andrade, pela escritura pública de venda e compra transcrita sob nº 1.246, no Livro 3, a fls. 266, desse Cartório (doc. n.4). Completa-se, dest'arte, o histórico dos 18.262 hectares da globa "Baile", parte do imóvel "São Bento". Resta-nos o dos 47.356 hectares e 2.350 metros quadrados. Como vimos, Jaime Ferreira Barbosa adquiriu a herança de Domingos Barbosa Martins, nos bens que tinha, quando por ocasião do inventário dos bens deixados por sua falecida esposa-Ma-

Anexo 4: Folha 4/4

esposa- Maria Crescência Villalba Barbosa Martins. Assim, foram-lhe adjudicados 148.837 hectares e 5.000 metros quadrados de terras da Fazenda "São Bento", conforme transcrição n.668, no Livro 3, a fls. 127, d'esse Cartório. (doc. n.5). Dessa Gleba, alienou, juntamente com sua esposa, Esméria Silvério Barbosa, pela escritura de compra e venda transcrita sob n.º 2.350, digo n.º 2.548, no Livro 3-B, as fls. 31, a área de 47.356 hectares e 2.350 metros quadrados, a Antônio Joaquim de Moura Andrade (doc. n.5). Em síntese, os títulos de domínio dos atuais proprietários - Antônio Joaquim de Moura Andrade e sua mulher, Sra. Guionar Soares Andrade-, Juntando-se aos de seus antecessores, remontam a 1.913, época em se deu a aquisição original, do Estado do Mato Grosso, estando, assim, protegidos pela proteção aquisitiva, contra qualquer vício que, porventura, inquinasse a sua origem. Rio Brilhante, 27 de agosto de 1.960. (a). P.P. José Corveira (dr. José Corveira)". Observações: Além do memorial retro o acima transcrito, o requerente, anexo a sua petição apresentou os demais documentos exigidos pelos Decretos n.58 e 3.079, respectivamente de 12 de dezembro de 1.937 e 15 de Setembro de 1.938, Autuada que foi a referida petição, com os documentos citados, foi, em 15 de setembro de 1.960, expedido o edital respectivo, afixado à porta d'esse Cartório, o qual foi publicado por três vezes no Diário Oficial do Estado, respectivamente em 17/11/1960, 18/11/1960 e 21/11/1960. Decorrido o prazo da lei, estando à disposição dos interessados os documentos com que o suplicante instruiu a petição inicial, sem que houvesse qualquer contestação ou impugnação, procedeu-se a presente inscrição, para todos os fins de direito. Eu, Eurico Corveira, Oficial do Registro, o escrevi, subscrevi, digo, subscrevi, dato e assino. Rio Brilhante, 7 de fevereiro de 1.961. (a) Eurico Corveira. - Of. Registro.- AVERBAÇÕES: Nada consta.- NADA MAIS".- Eu, Adelino Gomes de Oliveira, Oficial Substituto do Registro, que a exatí, conferi, subscrevi e assino.-

Rio Brilhante, 24 de junho de 1.964.-

Adelino Gomes de Oliveira
Oficial Substituto do Registro.-

